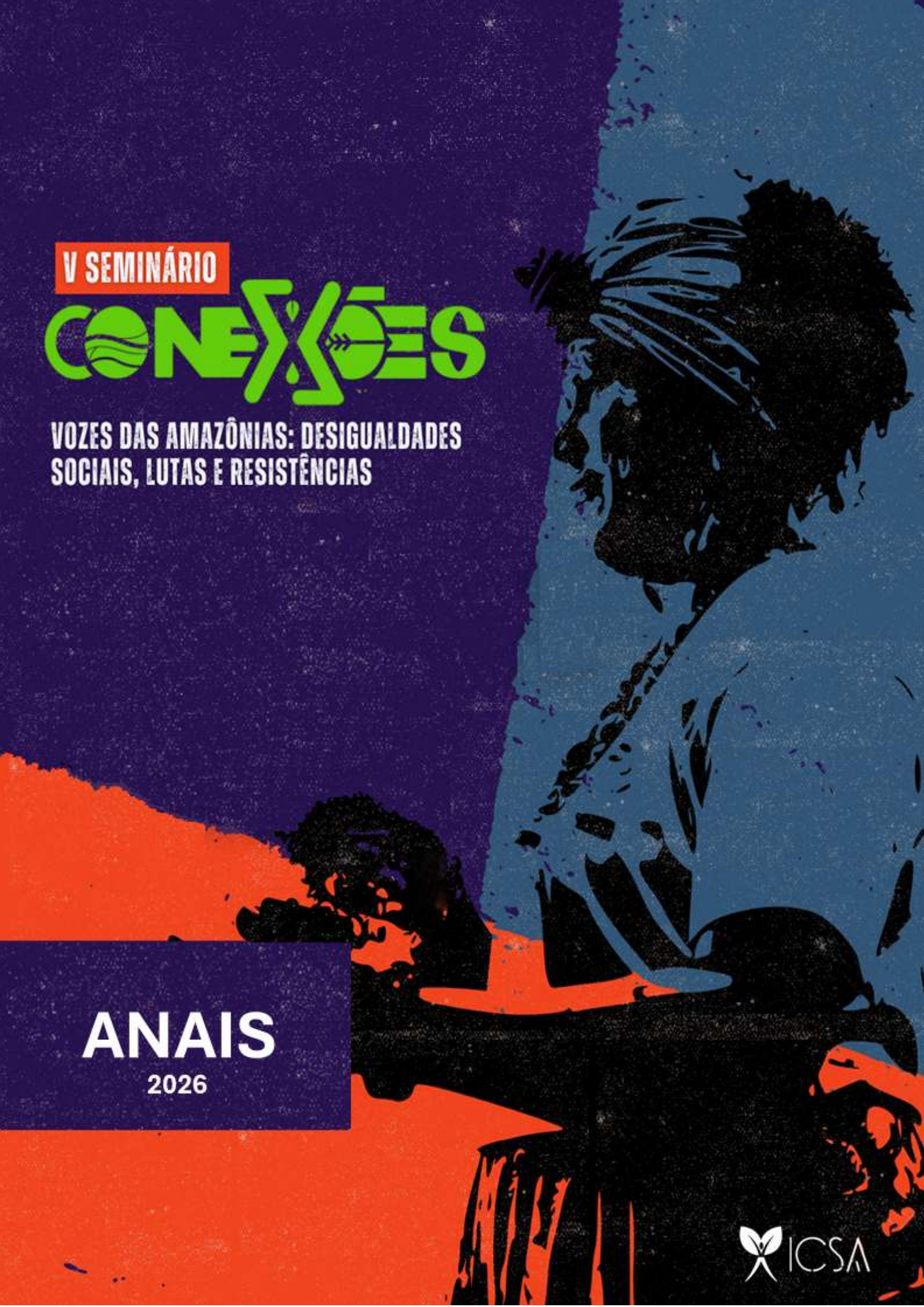
V SEMINÁRIO

CONEXÕES

VOZES DAS AMAZÔNIAS: DESIGUALDADES SOCIAIS, LUTAS E RESISTÊNCIAS



ANAIS

2026

ICSA

Universidade Federal do Pará

Reitor
Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitora
Loiane Prado Verbicaro

Secretário-Geral da Reitoria
Doriedson do Socorro Rodrigues

Pró-Reitor de Administração
Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Maria Lucilena Gonzaga Costa

Pró-Reitor de Extensão
Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais
Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Cristian Mayko Carvalho da Costa

Prefeito Multicampi
Eliomar Azevedo do Carmo

Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal junto à UFPA
Fernanda Ribeiro Monte Santo Andrade

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor-Geral
Armando Lírio de Souza

Diretor-Adjunto
Paulo Moreira Pinto

Assistente de Direção
Ana Maria Pires Mendes

Coordenadoria Acadêmica
Paulo Moreira Pinto

Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação
Valda Helena da Cunha Andrade

Coordenadoria de Informação
Carmen Lúcia Cardoso Ferreira

Divisão de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Odair José Oliveira dos Santos

Biblioteca Armando Corrêa Pinto
Luiz Otavio Maciel da Silva

Arquivo Setorial
Celineide Rodrigues Cavalcante

Editora ICSA
Rubens da Silva Ferreira

Universidade Federal do Pará

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Organização
Rubens da S. Ferreira
Armando Lírio de Souza

V Seminário Conexões Amazônicas

Vozes das Amazônias: Desigualdades Sociais, Lutas e Resistências

Belém - PA

2026

Arte
Williams Júnior Aleixo Gomes

Capa e diagramação
Rubens Ferreira

Conselho Editorial
Armando Lírio de Souza
Diana Priscila Sá Alberto
Francilene do Carmo Cardoso
Gilberto de Souza Marques
Helena Doris de Almeida Barbosa
Paulo Moreira Pinto
Rubens da Silva Ferreira
Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

Editora ICSA
Rubens da Silva Ferreira

As opiniões, as informações e as ideias expressas nos textos que compõem esta publicação são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, o posicionamento da organização do evento, da coordenação editorial ou das instituições envolvidas na publicação.

A exatidão das informações e a revisão textual, bem como a normalização das citações e referências são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

S471 Seminário Conexões Amazônicas (5. : 2025 : Belém, PA)
Anais do V Seminário Conexões Amazônicas [recurso eletrônico] : vozes das Amazônias : desigualdades sociais, lutas e resistências / Organização Rubens da S. Ferreira, Armando Lírio de Souza. – Belém: ICSA, 2026.
524 p. ; 29 cm.

ISBN 978-85-61214-44-9

1. Amazônia – Questões sociais. 2. Amazônia - Pesquisa. 3. Seminários (Estudo) - Amazônia. I. Ferreira, Rubens da Silva. II. Souza, Armando Lírio de. III. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. IV. Título.
CDD: 303.480981

Rubens da S. Ferreira
Bibliotecário CRB-1108

Ed. ICSA
Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
R. Augusto Corrêa, 1 – Guamá, Belém – Pará
Campus Profissional
66075-110

Licença de uso

CC BY-ND 4.0
Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional.
É permitida a leitura, a citação e a redistribuição do conteúdo, desde que seja atribuída a autoria e mentida a integridade dos textos, sendo vedada qualquer forma de alteração.

Comissão Organizadora

Armando Lírio de Souza – Diretor-Geral

Aderli Goes Tavares – CPGA

Ana Maria Pires Mendes – Secretaria-Executiva

Bruno da Silva Assunção – FASS

Carla Brabo Pacheco – FAAD

Cíntia Marques da Silva de Araújo – FACTUR

Elison Silva da Costa – FAAD

Evaldo José da Silva – Direção/FACICON

Fernanda Queiroz da Silva – FACTUR

Gustavo Wesley do Nascimento da Silva – FAAD

Ícaro Araújo Lima – FAAD

Ivanete Nazaré Santa Rosa Campos – Vice-Direção/FACICON

Jéssika Paiva França – Vice-Direção/FACTUR

Jheniffer Camile dos Santos – FACTUR

Lorrane Thaís Antunes Bastos – FASS

Luiz Otavio Maciel da Silva – FABIB/Biblioteca Setorial

Maria Catarina Moreira Aleo – CPGA

Natasha Patrícia Nascimento dos Remédios – FAAD

Noemy de Freitas Farias – CI

Odair José Oliveria dos Santos – DDGP

Rubens da Silva Ferreira – FACTUR/PPGAD

Silva Helena Ribeiro Cruz – Direção/FACTUR

Valda Helena da Cunha Andrade – CPGA

Vera Lúcia Batista Gomes – FASS/PPGSS

Williams Júnior Aleixo Gomes – CI

Coordenadores(as)

Adrea Simone Canto Lopes
Aleff dos Santos Santana
Aluízio Lins Leal
Álvaro Negrão do Espírito Santo
Ana Maria Pires Mendes
Armando Lírio de Souza
Bruno Rafael Dias de Lucena
Eduardo Costa
Eliza Maria Almeida Vasconcelos
Evaldo José da Silva
Fernanda Ramos Pereira
Ivanete Nazaré Santa Rosa Campos
Jéssika Paiva França
João Carlos Cunha Dergan
Juliette de Castro Tavares
Julyane Santos da Silva
Lenon Victor Xavier Brasil
Lidiane Nazaré da Silva Dias
Liliane Afonso de Oliveira
Marcelene Dias da Paz Veloso
Marcelo Rocha de Sá
Márcia Athayde MoreiraMaria Amélia
Rodrigues da Silva Enriquez
Maria do Socorro Rayol Amoras
Maria Elvira Rocha de Sá
Maria Helena Cariaga
Mário Ramos Ribeiro
Mayara Rayssa Rolim
Messias Pinheiro de Oliveira
Nádia Socorro Fialho Nascimento
Norbert Fenzl
Otávio Luiz de Castro Romano Junior
Patricio Azevedo Ribeiro
Paulo Moreira Pinto
Rubens da Silva Ferreira
Sandra Helena Ribeiro Cruz
Severino da Silva Martins Júnior
Sheila Bemerguy
Silvana de Moraes Ribeiro
Silvia Helena Ribeiro Cruz
Solange Maria Gayoso da Costa
Thays Loélia Santos Lopes Machado
Welson de Sousa Cardoso

GRUPOS DE TRABALHO

Nesta edição do Seminário Conexões Amazônicas, o Programa de Extensão Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo – EMPACTUR, sob a Coordenação da Profa. Dr. Jéssika Paiva França, contou com a colaboração dos(as) seguintes discentes do Curso de Turismo do ICSA/UFPA:

Ana Paula Santos de Oliveira

Ariadne Silva Pedroso Morais

Carlene Ferreira Lopes

Cíntia Marques da Silva de Araújo

Eliane Conceição da Cunha

Elissa dos Santos Oliveira

Fabiano Costa Cardoso

Fernanda Queiroz da Silva

Harison Silva do Carmo

Isabela do Socorro Azevedo

Janine do Socorro Leão dos Santos

Jheniffer Camile dos Santos

Juliane dos Santos Alves

Karen Bastos Cardoso

Kayo Vinícius Teixeira Barreto

Laís da Silva Frazão

Lívia Vitória Malchado Almeida

Luana Costa da Sousa

Lucas Barbosa Amador

Luciano Santos Fonseca

Manuel da Costa Quaresma

Marina dos Santos Fonseca

Natanael de Jesus Galiza e Galiza

Raul Victor Maciel dos Santos

Thalisson Silva da Silva

Vitória Brito dos Santos

Waleria Kamilly Russo Ferreira

Yngrid Thayná Almeida Melo

EMPACTUR

Sumário

Apresentação... **7**

Vozes... **12**

GT 1 – Contabilidade, Governo e Organizações Locais... **23**

GT 2 – Acessibilidade e Direito à Cidade: Vozes e Lutas na Construção de Espaços Inclusivos na Amazônia... **43**

GT 3 – Contabilidade e Gestão: Diversidade, Sustentabilidade, Empreendedorismo e Ética nas Organizações da Amazônia... **67**

GT 4 – Turismo, Lazer e Mercado... **75**

GT 5 – Inovação Social, Tecnologia Social e Economia Solidária... **125**

GT 6 – Proteção Social na Amazônia: Reflexões sobre a Política de Assistência Social nos Estados do Amazonas, Pará e Tocantins... **147**

GT 7 - Educação Intercultural no Ensino Superior: Desafios para uma Universidade Pública e Diversa... **229**

GT 8 – Cidades Amazônicas: Desigualdades Sociais, Direito à Cidade e Resistências Urbanas... **245**

GT 9 – Governança e Uso de Royalty da Mineração... 370

GT 10 – Formação Política e Movimentos Sociais na Pan-Amazônia... **425**

GT 12 – Inteligência Artificial (I.A.) numa Abordagem Ética, Técnica e Geopolítica... 512



Apresentação

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem representado, ao longo de sua existência, um espaço acadêmico e político de reflexão sobre os desafios contemporâneos vividos na Amazônia. Esse compromisso institucional é representado, entre outras ações, pelo Seminário Conexões Amazônicas, que em 2025, celebrou a sua quinta edição.

Ao reunir professores(as), pesquisadores(as), técnicos(as), estudantes e representantes de diferentes movimentos sociais envolvidos nas lutas sociais na região, esta edição dedica-se à produção de conhecimento atento às dinâmicas históricas, sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas que dão forma às lutas na Amazônia. Trata-se, portanto, de um conhecimento que busca "se envolver" – tal como proposto por Antônio Bispo [1] – com outras epistemologias que a Universidade ainda precisa aprender a incorporar de maneira radical no ensino, na extensão e na pesquisa.

Neste *V Seminário Conexões Amazônicas*, a Comissão Organizadora, composta pela Direção-Geral, docentes, equipe técnica e estudantes, escolheu o tema *Vozes das Amazônias: Desigualdades, Lutas e Resistências*, refletindo uma escolha teórica e política em um ano marcado pela realização da Cúpula dos Povos, na UFPA, e da COP-30, sediada em Belém. Coletivamente entendemos que falar em *Amazônias*, no plural, significa reconhecer que a região não pode ser reduzida a uma realidade homogênea.

Como um mosaico complexo de múltiplas experiências sociais, culturais e políticas, a Amazônia é constituída por práticas cotidianas, memórias coletivas e trajetórias de povos originários, comunidades

[1] Antônio Bispo dos Santos (1959-2023), ou Nego Bispo, foi uma liderança quilombola, pensador e autor piauiense que formulou a noção de "contra-colonização", propondo uma crítica epistemológica ao pensamento colonial com base nos conhecimentos tradicionais afro-pindorâmicos e nas práticas de resistência dos povos negros e indígenas. Em suas reflexões, Antônio Bispo contrapõe a ideia de "desenvolvimento", associado à lógica colonial de ruptura e de exploração dos territórios, à ideia de "envolvimento", entendida como uma relação de cuidado e de reciprocidade, que incorpora seres humanos, natureza e modos de vida. Ver: PORFÍRIO, Iago; OLIVEIRA, Lucas Timoteo de. "Antônio Bispo dos Santos". *In*: ENCICLOPÉDIA de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2021. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos. Acesso em: 7 mar. 2026.

ribeirinhas e quilombolas, populações periféricas urbanas e diversos movimentos sociais que se dedicam à luta pela vida, pela defesa de seus territórios e pela garantia de direitos. Em um contexto regional marcado pela persistência das desigualdades sociais e pelas disputas em torno da terra, dos recursos naturais e das condições de vida das populações no campo e nas cidades, dialogar com esses atores é uma forma potente de aprender sobre a região pelo contato com um conhecimento vivo, continuamente atualizado nas lutas sociais.

Ao enfatizar diferentes *vozes,* o evento busca valorizar perspectivas historicamente invisibilizadas nos processos de produção do conhecimento, reconhecendo que a compreensão da região exige escuta, diálogo e atenção à diversidade humana e cultural que a constitui. Nesse ponto, o *V Seminário Conexões Amazônicas* amplia os espaços de diálogo na UFPA ao acolher e promover o encontro entre os movimentos sociais e a comunidade acadêmica do ICSA.

Além das oficinas e mesas redondas, o tema do evento foi aprofundado em dez Grupos de Trabalho (GT), espaços nos quais os debates foram organizados em torno de diferentes eixos temáticos: contabilidade e gestão pública; acessibilidade e direito à cidade; diversidade, sustentabilidade e ética nas organizações; turismo, lazer e mercado; inovação social, tecnologia social e economia solidária; proteção social e políticas de assistência na Amazônia; educação cultural e ensino superior; desigualdades urbanas e resistências nas cidades amazônicas; governança e uso de *royalties* da mineração; formação política e movimentos sociais na Pan-Amazônia; além das discussões sobre inteligência artificial em suas dimensões técnicas, éticas e geopolíticas.

O caráter aberto e democrático dos GT do *V Seminário Conexões Amazônicas* cumpre uma importante função formativa para os(as) estudantes de graduação. Esses Grupos funcionam como um espaço de experimentação acadêmica e de exercício do pensamento crítico, haja vista que a participação em eventos técnico-científicos possibilita a articulação entre os conteúdos das disciplinas e os problemas concretos da realidade regional e, por outro lado, contribui para o desenvolvimento de

habilidades relacionadas à escrita acadêmica, à apresentação de trabalhos e à circulação do conhecimento. Ao longo de suas cinco edições, o evento promovido pelo ICSA tem sido um importante laboratório de formação para a comunicação científica e para a construção de trajetórias acadêmicas voltadas à produção de conhecimento sobre a Amazônia.

A realização de um evento que congrega Subunidades Administrativas e Acadêmicas, estudantes de cursos de graduação e de pós-graduação do ICSA e representantes da sociedade civil constitui, a cada edição, um desafio, sobretudo em um cenário que pouco se altera no que diz respeito à progressiva redução do orçamento das universidades federais brasileiras. Por essa razão, o *V Seminário Conexões Amazônicas* só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas que, generosa e voluntariamente, aceitaram o convite para contribuir para os três dias de intensa programação.

O nosso muito obrigado às Faculdades, Programas de Pós-Graduação, Subunidades Administrativas, gestores(as), professores(as), pesquisadores(as), técnicos(as), bolsistas e estudantes que somaram esforços para a realização de mais uma edição do Seminário Conexões Amazônicas do ICSA.

Agradecemos nominalmente à Profa. Dra. Cristina Mami Owtake (ICA/UFPA), aos(às) integrantes do Coral CORONÍ, ao Prof. Me. João Carlos Cunha Dergan e aos(as) bailarinos(as) da Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA) que ofereceram momentos de sensibilidade e emoção em meio ao cotidiano muitas vezes árido da vida acadêmica. O canto coral e a dança recordam-nos que conhecer o mundo também exige senti-lo, interpretá-lo e celebrá-lo por meio da linguagem artística.

De igual modo, registramos nosso agradecimento à Prof. Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro; à Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro; a Auriene Rapiun (militante do Movimento Indígena e Diretora da APYEUFPA); a Vanuza Cardoso (liderança quilombola do Abacatal e Coordenadora de Políticas para Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos de Ananindeua, PA); a Bárbara Caroline Martins Oliveira (Gerente da Diversidade Sexual e de Gênero da SEIRDH-PA); a Jane Cabral

(MST-PA); a Jordeci Chaves Santa Brígida (Comitê Anticapacitismo CRESS/PA); a Gabriela Borja (Coordenadora da Diversidade Sexual e Gênero da SEIRDH/PA); e a Katiane Souza (Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM e Movimento Negro), cujas ideias, vivências e trajetórias enriqueceram os debates e ampliaram os horizontes de diálogo entre universidade e sociedade.

Para finalizar, esperamos que os debates ensejados nesta edição contribuam para ampliar o diálogo contínuo e a produção de conhecimentos sobre a Amazônia no campo das Ciências Sociais Aplicadas, incorporando outras vozes e saberes extra-acadêmicos. Os resumos expandidos reunidos neste documento de memória do *V Seminário Conexões Amazônicas* registram parte desse movimento intelectual orientado por diferentes perspectivas de análise e experiências investigativas. Embora sintéticos – como devem ser –, eles nos oferecem pistas para pensarmos a região com base em questões que permanecem abertas ou que ainda exigem revisão, além de uma boa dose de imaginação intelectual diante dos limites das lentes analíticas de nossas próprias disciplinas.

Belém-PA, 7 de março de 2026.

Prof. Dr. Armando Lírio de Souza[1]
Prof. Dr. Rubens da S. Ferreira[2]
Organizadores

[1] Diretor-Geral do ICSA. Professor e pesquisador na Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON/UFPA), no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA/UFPA).
[2] Professor e pesquisador na Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD/UFPA).



Vozes

Produção Científica e Protagonismo Amazônida nas Ciências Sociais Aplicadas

Paulo Moreira Pinto[1]

O ICSA vem se destacando, ao longo do tempo de sua atuação como Unidade acadêmica e administrativa da UFPA, como uma das mais profícuas na produção de acervo teórico-metodológico oriundo de sua imersão no ensino, na pesquisa e na extensão. A atuação de docentes, discentes e técnico-administrativos nos programas e projetos tem se ampliado de maneira exponencial. As edições do Seminário Conexões demonstram a qualidade e a quantidade dos textos submetidos ao escrutínio dos pareceristas e, consequentemente, do público participante.

O *V Seminário Conexões Amazônicas*, com o tema *Vozes das Amazônias: desigualdades sociais, lutas e resistências*, evidencia que a produção de cientistas amazônidas desvenda a pluralidade das categorias de análise utilizadas para prospectar as Amazônias. Tal visibilidade permite inferir acerca da necessidade e urgência de transpor o nível pedagógico dos resultados e executá-los no enfrentamento de problemas comuns. A premência disto também está posta porque as Amazônias sempre foram colocadas em xeque pela aglutinação de olhares estrangeiros, trazidos por organizações internacionais sobre as questões ambientais, os territórios e as populações amazônicas.

Não cabem dúvidas de que a realização da COP 30 no território amazônico recrudesceu as perspectivas sobre os *modi operandi* e *vivendi* das populações, o mito da intocabilidade da natureza e a sua relação com os seres humanos. O que ressalta deste mito é a certeza de que a floresta é cultural, portanto, resultado de um fazer e de um estar na Amazônia. É desse conjunto de ações que se exaltam os(as) cientistas amazônidas do ICSA, por desenvolverem suas análises críticas a partir do interior deste território múltiplo e sociobiodiverso.

---

[1] Diretor-Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Como documento de memória, os *Anais do V Seminário Conexões Amazônicas* são densos, porém não abarcam toda a riqueza dos debates travados ao longo do evento; ainda assim, permitirão aos(às) leitores(as) absorver a excelência da produção científica aqui reunida. Entende-se que este trabalho de fôlego somente é possível pela compreensão da comunidade do ICSA da sua necessidade e importância para o desenvolvimento do pensamento crítico nos cursos de graduação e de pós-graduação. Assim, parabenizam-se todas as pessoas envolvidas no processo de elaboração, execução e finalização do Seminário e destes Anais, tendo a certeza de que serão muito referenciados pela primazia da produção científica na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM

Katiane de Jesus[1]

Em meados de 2012, no Norte da Amazônia brasileira, particularmente no contexto de enfrentamento ao Projeto Grande Carajás e às violações impostas pela mineração predatória, afetados(as) pela mineração, povos e comunidades tradicionais de diversos territórios, bem como trabalhadores(as) da mineração, começam a se organizar e a construir o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O MAM surge de um processo de resistência popular, resultado das experiências das últimas décadas frente à exploração intensiva e à mercantilização dos bens da natureza. As pautas do movimento estão voltadas para a organização do povo brasileiro para discutir o modelo de mineração predatório vigente, bem como, propor um novo modelo mineral pautado na soberania dos povos e na defesa dos territórios.

Para a Amazônia brasileira, a organização do MAM significa a continuidade de lutas históricas travadas por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores e agricultores, na resistência ao avanço da ordem capitalista colonial-moderna. Nas últimas décadas, a exploração da Amazônia foi intensificada com o objetivo de expandir os projetos desenvolvimentistas de mineração, hidrelétricas, agronegócio, rodovias, ferrovias, entre outros. Tal investida, particularmente com a expansão da mineração predatória, tem causado diversos impactos às populações locais, como a poluição dos rios, do solo e do ar por agentes poluentes; o desmatamento da floresta; a desterritorialização forçada; a perda da biodiversidade e da soberania alimentar; além do aumento expressivo de mortes e de ameaças a lideranças, sobretudo mulheres, que

[1] Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM, representante nacional discente de graduação na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e integrante do Grupo de Pesquisa Intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia – INTERFACES. Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFPA.

são as mais impactadas pelas opressões de classe, raça, gênero e território.

Compreende-se que a colonialidade atualiza, ao longo do tempo, sua matriz de dominação burguesa, racista e patriarcal na Amazônia brasileira. Por isso, mesmo sendo uma região rica em biodiversidade, cultura e bens naturais, principalmente minérios, ainda abriga uma população majoritariamente negra e feminina em situação de subalternidade. Nesse sentido, destaca-se a importância do MAM no Brasil e na Amazônia, enquanto movimento que debate o problema mineral brasileiro e organiza o povo, sobretudo porque a Amazônia tem se tornado ainda mais alvo diante do avanço imperialista norte-americano sobre os países da América Latina, em busca de minerais críticos, terras raras e petróleo. O projeto de invasão persiste com o mesmo objetivo colonial de saque, invasão e genocídio.

Ciência na Amazônia: Produção, Diálogo e Potência

Diana Priscila Sá Alberto[1]

A Amazônia passa por transformações profundas desde o século XVII, quando aqui se tornou território de disputas entre as populações originárias e os colonizadores europeus, bem como de luta pela manutenção de tradições seculares. Além dessas sociedades, a presença negra na região também marca a constituição de novas perspectivas nesse espaço. Ao compasso de todo esse contexto, o conhecimento sobre e na Amazônia tem sido uma construção conjunta, resultante da integração de diferentes orientações acadêmicas.

É com essa perspectiva que a Universidade Federal do Pará (UFPA), em especial o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), vem formando profissionais e produzindo conhecimento em mais de 60 anos de história do ensino superior na Amazônia. As faculdades de Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Serviço Social e Turismo têm possibilitado investigações nas mais diversas áreas, contribuindo para o avanço do ensino, da pesquisa e da extensão e, com isso, garantindo às sociedades amazônicas o acesso público e gratuito ao conhecimento.

O tradicional *Seminário Conexões* – atualmente denominado *Conexões Amazônicas* – tem, ao longo dos últimos anos, possibilitado a professores(as), pesquisadores(as), técnicos(as) administrativos(as) e discentes um espaço de diálogo entre estas sete áreas de conhecimento, inseridas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas. Ao integrar a comunidade do ICSA, o evento fortalece a produção de pesquisa ao envolver a participação de diferentes atores. Os debates realizados durante as apresentações no Seminário e a produção escrita reunida nestes Anais

[1] Doutora em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). Docente e pesquisadora na Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA).

exprimem o objetivo da UFPA: produzir, dialogar e compartilhar o conhecimento de pessoas que vivem a/na Amazônia.

As disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas conseguem integrar os três principais pilares da educação superior: o ensino em sala de aula; a pesquisa, dentro e fora dos gabinetes; e a extensão, por meio de serviços prestados à sociedade. Ao pensar nas transformações em curso na Amazônia, é urgente ampliar o debate interno e externo, envolvendo também as demais instituições de ensino na região. Assim, um dos papéis deste Seminário e da produção apresentada na edição de 2025 é revelar a potência da ciência feita na e sobre a região, ultrapassando as fronteiras disciplinares e, principalmente, as fronteiras institucionais, ao congregar comunidades ribeirinhas, quilombolas, populações indígenas, professores(as) externos(as), estudantes de outras instituições e profissionais, todos(as) voltados(as) a um único foco: o futuro das sociedades e dos recursos amazônicos.

Assim, esta publicação é uma construção coletiva das mais diversas áreas do conhecimento, que ultrapassa as Ciências Sociais Aplicadas e alcança as Ciências Humanas, Exatas e Naturais, sendo atravessada por diversos pensamentos e, principalmente, pelas esperanças de um futuro diferente do que o século XVII produziu e deixou como uma chaga ainda aberta na região. Um futuro em que o conhecimento, as políticas públicas, a justiça social, ambiental e energética possam alcançar todas as pessoas.

Desejo uma excelente leitura!

As Amazônias em debate: reflexões a partir dos Anais do V Seminário Conexões

Valda Helena da Cunha Andrade[1]

A leitura dos Anais do *V Seminário Conexões Amazônicas* permite compreender a diversidade de debates acadêmicos que atravessam o campo das Ciências Sociais Aplicadas na região amazônica. O material reúne pesquisas organizadas em Grupos de Trabalho temáticos, evidenciando a pluralidade das abordagens presentes no âmbito do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse contexto, os textos configuram um espaço relevante de socialização do conhecimento científico, contribuindo para o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão no ambiente universitário.

Enquanto documento de memória, os Anais do *V Seminário Conexões Amazônicas* destacam, inicialmente, a centralidade da região como objeto de reflexão acadêmica. Melhor dizendo, "as Amazônias", uma vez que o Seminário promovido em 2025 reconhece a diversidade das populações e dos territórios que, em suas singularidades, enfrentam desafios comuns.

Os trabalhos abordam temas relacionados às desigualdades sociais, às formas de resistência e às transformações socioeconômicas que atravessam os estados amazônicos. Essa perspectiva demonstra a preocupação em produzir conhecimento comprometido com a valorização do contexto regional que, muitas vezes, recebe menor visibilidade no cenário acadêmico nacional. Assim, os Anais agora disponíveis ao público contribuem para a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada à compreensão das dinâmicas sociais, das políticas para a região, de seus limites de efetividade ou mesmo de sua ausência.

[1] Discente do Mestrado em Administração (PPGAD/UFPA). Coordenadora de Planejamento, Gestão e Avaliação do ICSA/UFPA.

Outro aspecto relevante refere-se à organização dos resumos expandidos e de alguns artigos completos em diversos Grupos de Trabalho, contemplando campos de estudo como contabilidade pública, governança, turismo, inovação social, assistência social, educação intercultural, acessibilidade, direito à cidade, entre outros. Essa pluralidade evidencia o caráter interdisciplinar do evento e favorece o diálogo entre pesquisadores, estudantes e profissionais, ampliando os horizontes de análise sobre os desafios enfrentados pelas populações amazônicas.

Observa-se também a significativa participação de estudantes e pesquisadores em diferentes estágios da formação acadêmica. Esse elemento reforça o caráter formativo do Seminário, posto que a participação discente na produção e na divulgação de resultados de estudos preliminares e pesquisas estimula o desenvolvimento das competências científicas e fortalece a cultura investigativa no ambiente universitário.

De modo geral, os Anais do *V Seminário Conexões Amazônicas* representam uma iniciativa relevante de valorização da produção científica local e de fortalecimento do debate acadêmico sobre a Amazônia. O material aqui reunido evidencia o compromisso da universidade pública com a reflexão crítica sobre problemas sociais relevantes e com a produção de conhecimento voltado à compreensão e à transformação das realidades amazônicas.

O Valor da Iniciação Científica e da Sala de Aula para a Pesquisa

Fernanda Queiroz da Silva[1]

O *V Seminário Conexões Amazônicas* proporciona aos discentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) a oportunidade de vivenciar uma experiência fundamental para a Iniciação Científica (IC): a comunicação científica. Nesta edição, o evento, que já se tornou uma tradição no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), privilegiou a apresentação de resumos expandidos.

Como estudante do curso de Turismo da UFPA e participante das três últimas edições do Seminário, a experiência de apresentar e assistir a trabalhos tem possibilitado compreender como a IC contribui para o processo de construção do conhecimento e para a formação crítica e ética dos(as) estudantes, que em breve se apresentarão à sociedade como profissionais em seus campos de atuação.

Segundo Calazans, citado por Pinho (2017)[2], a IC insere o(a) estudante no mundo da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento científico e da autonomia intelectual, além de colocá-lo(a) em contato íntimo com a leitura, a escrita acadêmica, os métodos e as técnicas de investigação. Nesse processo, no qual são desenvolvidas tais habilidades, os(as) estudantes também exercitam a comunicação oral diante de um público interessado em ouvir e aprender sobre temas que lhes chamam a atenção.

Na UFPA, habilidades importantes para a formação científica são desenvolvidas ao longo da vigência das bolsas de IC ou, ainda, por meio da participação voluntária em projetos de pesquisa. Esse aprendizado é colocado à prova durante a participação dos(as) estudantes em eventos técnico-científicos, como o *V Seminário Conexões Amazônicas*. Embora

---

[1] Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

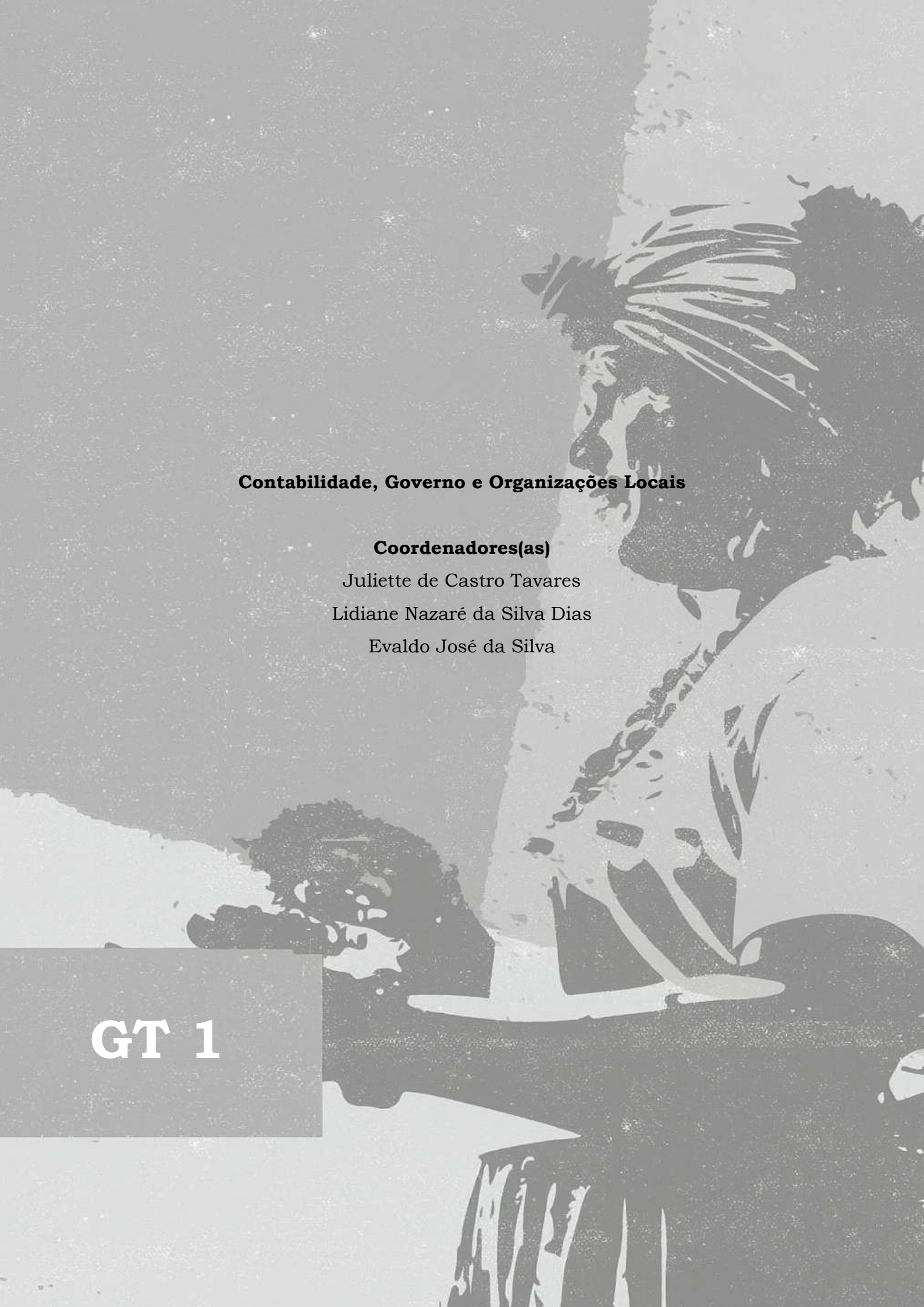
[2] PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 22, n. 3, p. 658–675, 2017. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00658.pdf. Acesso em: 13 de março 2026.

promovido pelo ICSA, o evento não se restringe à comunidade acadêmica dessa Unidade da UFPA. Pesquisadores(as), professores(as) e estudantes de outros institutos, de diferentes *campi*, cidades e estados, além de pessoas vinculadas a outros órgãos públicos, faculdades particulares e movimentos sociais, também participam da programação científica dedicada à apresentação de trabalhos nos GTs. Essa presença diversa confirma a importância desse evento como um espaço de diálogo entre as disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins.

Em artigo que analisa o histórico da IC na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Pinho (2017) demonstra que o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) são estratégicos para sensibilizar os(as) estudantes para a pesquisa e incentivá-los à continuidade dos estudos na pós-graduação.

No entanto, vale destacar que a sala de aula também pode assumir o papel de laboratório de IC. Com base no contato com as disciplinas do currículo, grupos de estudantes se auto-organizam para produzir trabalhos sob a orientação de professores(as). Assim, eventos como o *V Seminário Conexões Amazônicas* apresentam essa característica democrática, ao reunir em um mesmo espaço doutorandos(as), mestrandos(as), bolsistas de IC, de projetos de extensão, de monitoria, voluntários(as) e estudantes que, de forma autônoma, exercitam a experiência da comunicação científica.

Dessa forma, situo a minha experiência nos *Seminários Conexões Amazônicas* nesse contexto de aprendizado científico, de pesquisa e de comunicação científica, conforme discute Pinho (2017), assumindo feições de um espaço didático-pedagógico que complementa a sala de aula e potencializa a vivência dos(as) estudantes na graduação na UFPA.



Contabilidade, Governo e Organizações Locais

Coordenadores(as)

Juliette de Castro Tavares

Lidiane Nazaré da Silva Dias

Evaldo José da Silva

GT 1

Responsabilidade fiscal e transparência: a contabilidade pública como ferramenta de gestão no Pará

Marcos Sacramento de Barros[1]
Samara Lima Sobrinho[2]

1 Introdução: A contabilidade pública desempenha papel estratégico nos entes federativos, especialmente nas organizações locais como municípios e câmaras municipais. No contexto do Estado do Pará, onde grande parte da população depende dos serviços públicos municipais, a contabilidade se torna essencial para assegurar transparência, responsabilidade fiscal e controle social. Nesse sentido, de acordo com Slomski, Camargo e Silva (2010), a contabilidade aplicada ao setor público atua como instrumento de governança ao fornecer informações úteis para a tomada de decisão, ao mesmo tempo em que garante maior visibilidade sobre a utilização dos recursos públicos. Essa função é reforçada pelo papel normativo das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que buscam padronizar práticas e consolidar a *accountability* nos entes municipais (Cavalcante; Araújo; Santos, 2018). Assim, a aplicação das normas contábeis no setor público fortalece a transparência e amplia a legitimidade da gestão municipal, sobretudo em regiões como o Pará, marcadas por forte dependência dos serviços públicos locais.

2 Metodologia: A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas fontes como leis, normas técnicas, relatórios de órgãos de controle e publicações acadêmicas, com o objetivo de compreender o papel da contabilidade pública, da transparência e da governança nas organizações locais do Estado do Pará. As etapas compreenderam: levantamento bibliográfico em livros, artigos e documentos normativos;

1 Graduando de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: marcos.sacramento@icsa.ufpa.br.
2 Professora Substituta do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará. E-mail:samarasobrinho@ufpa.br.

análise documental de relatórios de auditoria, balanços patrimoniais, portais eletrônicos de transparência dos municípios paraenses e documentos oficiais de órgãos como o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) e o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA); e análise qualitativa por triangulação das informações e construção de quadros comparativos, com foco em estudos de caso de municípios específicos, como Belém, Marabá e a microrregião de Paragominas. Foram utilizados repositórios acadêmicos, sistemas oficiais dos órgãos de controle para obtenção de dados consolidados, além de uma metodologia para avaliar a conformidade de portais de transparência e relatórios de prestação de contas com a legislação. Tal como destacam Lima e Matos (2021), essa abordagem metodológica é eficaz para observar a aderência entre a norma e a prática nos municípios brasileiros.

3 Resultados e Discussão: A análise documental e bibliográfica identifica que, embora o Pará tenha avançado em normatização e instrumentos de transparência (a exemplo da adoção das NBCASP e cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009), os municípios enfrentam desafios significativos para efetivação plena dessas normas (Nascimento; Lima; Nunes, 2020). Municípios maiores, como Belém e Marabá, implantam sistemas integrados de contabilidade, orçamento e transparência, o que facilita a prestação de contas e o controle social. Por outro lado, a maioria dos municípios de menor porte depende de portais terceirizados, frequentemente sem integração real com sistemas internos, produzindo dados superficiais e reduzindo a efetividade da fiscalização (Pereira; Gomes, 2022). Relatórios de auditoria do TCMPA indicam fragilidades recorrentes em controles internos, com desperdícios e irregularidades especialmente na saúde. A pandemia de COVID-19 ressaltou a relevância de sistemas contábeis integrados e da transparência: municípios com maior rigor na prestação de contas geriram melhor os recursos emergenciais, ampliando a confiança social (Gomes; Machado, 2021). Os achados sugerem que capacitação técnica, aprimoramento de sistemas tecnológicos e ampliação do controle social

são eixos críticos para elevar a governança local e a eficiência alocativa no Pará (Oliveira; Mendes, 2020; Lopes; Ferreira, 2019).

4 Considerações Finais: A contabilidade pública, quando aliada a mecanismos de transparência e boa governança, torna-se vetor de melhoria da gestão pública municipal no Pará. A adoção das NBCASP e a observância da Lei Complementar nº 131/2009 são avanços importantes, mas sua efetividade depende de implementação consistente, integração sistêmica e capacitação contínua dos servidores. Os estudos de caso e, em especial, a experiência de Nova Timboteua, mostram que a qualidade dos registros contábeis é condição para responsabilização e para a confiança social. O apoio dos órgãos de controle (TCMPA e TCE-PA) e o engajamento da sociedade civil permanecem essenciais para consolidar a governança pública local e o uso eficiente dos recursos.

Palavras-Chave: Governança pública; Contabilidade; Responsabilidade fiscal; Transparência; Setor Público.

Referências

CAVALCANTE, Pedro Henrique; ARAÚJO, José Ribamar; SANTOS, Marcos Antônio. Normas contábeis aplicadas ao setor público e sua contribuição para a transparência fiscal. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, p. 45-63, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)**. Brasília: CFC, diversas datas. Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp/. Acesso em: 25 ago. 2025.

COSTA, F. A.; SILVA, M. R. Desafios da transparência na contabilidade pública municipal brasileira. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 3, p. 145-160, 2018.

GOMES, R. A.; MACHADO, T. M. Prestação de contas em tempos de pandemia: transparência e responsabilidade na gestão pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 13, n. 2, p. 77-94, 2021.

LOPES, C. H.; FERREIRA, A. S. Governança pública e controle externo: o papel dos tribunais de contas no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 213-231, 2019.

NASCIMENTO, R. J.; LIMA, A. P.; NUNES, G. C. Adoção das NBCASP no setor público: dificuldades e perspectivas para os municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 42, p. 59-76, 2020.

OLIVEIRA, S. P.; MENDES, R. L. Transparência fiscal e accountability nos municípios: um estudo sobre a efetividade da Lei Complementar nº 131/2009. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 345-367, 2020.

PEREIRA, D. L.; GOMES, A. A. Transparência nos portais eletrônicos de municípios brasileiros: um estudo comparado. **Revista de Gestão e Finanças Públicas**, v. 12, n. 1, p. 25-44, 2022.

SILVA, J. E.; ARAÚJO, L. S.; SOUZA, M. C. Contabilidade pública e accountability: análise crítica no contexto das NBCASP. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 13, n. 1, p. 89-106, 2019.

SLOMSKI, Valmor; CAMARGO, Luiz Antônio; SILVA, Adriano. Contabilidade aplicada ao setor público: instrumento de governança, accountability e transparência. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 22-38, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (TCE-PA). **Relatórios e pareceres prévios sobre contas de governo e de gestão**. Belém: TCE-PA, [s.d.].

A influência da execução orçamentária no índice geral de cursos das universidades federais brasileiras

Jonathan Andrei Macedo Brandão[1]
Raissa Sousa Caetano[2]
Filipy Furtado Sell[3]

1 Introdução

O ensino superior desempenha uma função significativa no progresso socioeconômico e humano de países e regiões, sendo as universidades agentes estratégicos nesse processo. Essas instituições federais promovem o crescimento regional por meio da qualificação profissional, da geração de conhecimento científico e tecnológico e do estímulo às economias locais em que atuam (Fagundes, 2020).

As universidades federais são instituições integrantes da Administração Pública, constituídas sob a forma de autarquias ou fundações. A gestão dessas instituições é peculiar, pois a Constituição Federal prevê sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, visando assegurar o pleno desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988).

Embora exista autonomia para definir estratégias e objetivos, a gestão das instituições federais de ensino superior está condicionada aos recursos financeiros aprovados anualmente pelo Governo Federal, sendo importante alinhar as demandas nacionais de disponibilidade de recursos com as necessidades específicas de cada instituição, considerando as particularidades regionais. A concessão de maior autonomia financeira, baseada em princípios de integridade e responsabilidade, é crucial para que as universidades possam desenvolver suas potencialidades e contribuir de forma mais eficaz para o desenvolvimento regional (Ahmad; Farley, 2014).

O exercício orçamentário nas Universidades Federais Brasileiras mantém-se consistente dada sua relevância para alcançar melhores

[1] E-mail: jonathan.brandao@icsa.ufpa.br.
[2] E-mail: raissa.caetano@icsa.ufpa.br.
[3] E-mail: filipysell@ufpa.br.

desempenhos acadêmicos e institucionais. Segundo Oliveira *et. al.* (2020), o uso adequado dos recursos públicos está relacionado à elevação dos paradigmas de qualidade, como o Índice Geral de Cursos (IGC), utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), visando mensurar o desempenho das instituições federais. A pesquisa conduzida por esses autores, baseada em dados das universidades, demonstrou que um maior volume de recursos liquidados durante o ano financeiro está associado a notas mais elevadas no IGC.

Adicionalmente, Voese, Santos e Dombroski (2024) demonstram que quanto melhor for a gestão dos recursos públicos gerenciados pela Universidade Federal, melhor tende a ser o seu desempenho no IGC e que, quanto maior for a média de custos das Universidades Federais, maior tende a ser o desempenho médio no ICG.

Outro aspecto relevante é o fenômeno conhecido como "*use it or lose it*", que exerce pressão sobre as universidades para executarem seus orçamentos no último trimestre do ano. De acordo com Araújo *et al.* (2022), observa-se que essa prática, embora amplamente difundida, pode comprometer a qualidade do planejamento e da implementação das ações acadêmicas, influenciando indiretamente os resultados institucionais. A concentração de gastos ao final do exercício, conforme os autores, está associada ao aumento de restos a pagar e às dificuldades de alinhar os investimentos com os objetivos estratégicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Assim, as limitações orçamentárias que afetam as universidades federais brasileiras, particularmente evidentes nos últimos anos, têm gerado impactos significativos na educação superior do país (Caetano; Campos, 2019). Diante disso, os autores destacam que a redução dos investimentos em educação superior por parte do Governo Federal, caracterizada por cortes de serviços, paralisação de obras e redução de gastos operacionais, tem gerado reflexos importantes no dia a dia das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Diante do exposto, busca-se com este estudo responder ao seguinte problema da pesquisa: Qual a influência da execução orçamentária no

índice geral de cursos das Universidades Federais Brasileiras? Assim, esta pesquisa investiga a influência da execução orçamentária no índice geral de cursos (IGCT) das Universidades Federais Brasileiras.

Este estudo contribui para a literatura ao avançar na discussão de Santos *et al.* (2017) Voese, Santos e Dombroski (2024) por analisar o ICG sob a perspectiva da execução orçamentária e longitudinal (três anos). A perspectiva da execução orçamentária é relevante ser analisada, considerando o contexto de políticas fiscais de austeridade serem contraproducentes (Rossi *et al.*, 2019). Ademais, a discussão orçamentária nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em suas mais variadas perspectivas revela-se como desafiadora e complexa, tendo em vista que, por mais que as IFES possuam autonomia e financiamento público, há grandes impactos quando o governo federal impõe limitações orçamentárias (Caetano; Campos, 2019).

Já a contribuição prática da pesquisa demonstra que a Despesa Executada da Educação está diretamente relacionada com o IGC. Assim, a execução de despesas na função Educação tende a melhorar o desempenho da Universidade Federal no ICG. Nesta perspectiva, gestores públicos e formuladores de políticas públicas devem otimizar a alocação de recursos, para melhorar o desempenho acadêmico e fomentar a produção científica nacional (Soares, 2018). Destaca-se que as Universidades Públicas são responsáveis por mais de 90% da produção científica nacional (Inácio; Ferreira; Rodrigues, 2024).

2 Metodologia

Para analisar a influência da execução orçamentária no índice geral de cursos das Universidades Federais Brasileiras, foram coletados os dados de execução orçamentária no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União e do Índice Geral de Cursos Total no Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, em junho de 2025. Assim, a pesquisa caracteriza-se como positivista, descritiva, quantitativa e com coleta de dados secundários.

Coletaram-se os dados de todas as 69 universidades federais brasileiras dos anos de 2021, 2022 e 2023. A escolha dos anos deu-se pela disponibilidade de dados, pois o dado mais antigo da execução orçamentária é de 2021 e o dado mais recente é de 2025. Já os dados do IGC, o mais antigo são 2004 e o mais recente de 2023. Deste modo, a pesquisa utilizou os dados de 2021 a 2023, por contemplarem as variáveis de execução orçamentária de IGC.

A população da pesquisa é de 69 universidades federais brasileiras. Foi necessário fazer a exclusão da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) por indisponibilidade da totalidade de dados. Assim, a amostra da pesquisa contou com 68 universidades federais (98,55% da população).

Na Tabela 1 apresenta as variáveis dependentes, independentes e despesa de controle:

Tabela 1 - Variáveis da pesquisa

Variável	**Medida**
Dependente	
Índice Geral de Cursos Total	IGCT: valor contínuo disponibilizado pelo INEP
Independente	
Despesa Executada Educação	DEE: log do montante executado de despesa com a função Educação
Despesa Executada Total	DET: log do montante executado de despesa Total
Receita Corrente Arrecadada	RCA: log do montante de receita corrente arrecadado no período
Controle	
Alunos de Graduação	AG: Proporção de alunos da Graduação da UF
Alunos de Mestrado	AM: Proporção de alunos de Mestrado da UF
Alunos de Doutorado	AD: Proporção de alunos de Doutorado da UF

Legenda: Log refere-se ao Logarítmico Natural

Face às variáveis apresentadas, segue o modelo:

$$\boldsymbol{IGCT_i = \alpha + \beta_1(DEE) + \beta_2(DET) + \beta_3(RCA) + \beta_4(AG) + \beta_5(AM) + \beta_6(AD) + \beta_7 e}$$

Onde, "*e*" é o termo de erro.

Para operacionalizar a pesquisa, utilizou-se a regressão com dados em painel. Teve a presença de heterocedasticidade. Na regressão de dados em painel, já é esperada a presença de heterocedasticidade e autocorrelação (Gujarati; Porter, 2011). Para corrigir a heterocedasticidade e autocorrelação, o modelo foi estimado com erros

robustos clusterizados pelas universidades federais, conforme orienta (Fávero; Belfiore, 2017).

Deste modo, a pesquisa caracteriza-se como positivista, descritiva, quantitativa com coleta de dados secundários. O modelo foi executado no *software* Stata®.

3 Análise e discussão dos resultados

3.1 Descrição dos dados

Com base nos dados coletados, utilizou-se o *software* Excel® para organizar os dados e apresentar quais são as cinco maiores e menores notas de IGC Total, Despesa Executada Educação e Total e Receita Corrente Arrecadada.

A Tabela 2 apresenta os dados relativos ao Índice Geral de Cursos Total (IGCT).

Tabela 2 - Cinco maiores e menores IGC Total

Identificação	Sigla	2023	2022	2021
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	2,91	2,86	2,72
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	2,99	2,81	2,81
Universidade Federal do Acre	UFAC	3,08	2,99	2,86
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	3,15	3,29	3,15
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	3,22	3,32	3,30
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	3,23	3,22	3,11
Universidade Federal de Roraima	UFRR	3,25	3,26	3,09
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	3,25	3,28	3,01
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	4,32	4,33	4,19
Universidade Federal de Viçosa	UFV	4,36	4,24	4,12
Universidade Federal do Abc	UFABC	4,40	4,36	4,21
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	4,42	4,35	4,20
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	4,47	4,42	4,37
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	UFRGS	4,52	4,43	4,35

Legenda: Valores em vermelho são os 5 menores e em Azul os 5 maiores.
Obs.: Os dados estão organizados do menor para o maior com base no ano de 2023.

As UF com menores indicadores de IGCT estão localizadas na região Norte e Nordeste. Observa-se que as UF do Amapá, Rondonópolis e Acre compõem as três últimas posições nos três anos analisados,

respectivamente. Esses resultados evidenciam as dificuldades estruturais enfrentadas por essas instituições, que muitas vezes estão localizadas em regiões com menor investimento público e infraestrutura precária.

Destaca-se que essas instituições enfrentam desafios específicos que podem estar associados a fatores como limitações orçamentárias, dificuldades de infraestrutura, evasão estudantil e menor oferta de programas de pós-graduação, o que pode impactar diretamente na qualidade dos cursos avaliados e, consequentemente, na nota do IGCT.

Outro ponto é que a concentração das menores notas de IGCT em instituições situadas em áreas de menor densidade populacional e com menos infraestrutura acadêmica pode indicar a urgência de uma abordagem diferenciada de apoio, visando reduzir as desigualdades educacionais no ensino superior público brasileiro. Assim, observa-se a necessidade de políticas públicas mais efetivas para o fortalecimento institucional dessas universidades.

Com base nas menores notas de IGCT, futuras pesquisas podem utilizar como variáveis explicativas a densidade populacional, estrutura, notas no programa de pós-graduação e políticas públicas voltadas para a consolidação da graduação e pós-graduação.

Os dados das maiores notas de IGCT apresentam a predominância de instituições federais da região sudeste e sul, entre as mais bem avaliadas, com desempenhos acadêmicos consistentes e próximos entre si. A pequena variação nos índices sugere um cenário competitivo, no qual as universidades mantêm padrões de excelência comparáveis.

Observa-se nessas universidades de maior IGCT o elevado padrão acadêmico, reconhecimento nacional pela dedicação em pesquisa, inovação, corpo docente e infraestrutura educacional. Demonstrando o fortalecimento de políticas institucionais voltadas para a excelência no ensino superior. Por fim, destacam-se programas de pós-graduação bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Tabela 3 apresenta os dados relativos à Despesa Executada em Educação (DEE).

Tabela 3 - Cinco maiores e menores Despesa Executada Educação

Identificação	Sigla	2023	2022	2021
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	65.759.021,57	60.975.877,92	51.322.075,58
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	79.794.059,48	71.093.271,14	55.944.910,35
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	93.281.891,19	84.544.156,58	71.589.292,80
Universidade Federal de Catalão	UFCAT	105.395.053,28	95.281.246,33	79.078.274,79
Universidade Federal de Jataí	UFJ	114.284.595,86	103.167.423,15	82.199.839,84
Universidade Federal do Paraná	UFPR	1.279.769.036,46	1.189.727.165,17	1.159.953.935,11
Universidade de Brasília	UNB	1.435.824.405,78	1.322.836.994,04	1.288.354.086,68
Universidade Federal Fluminense	UFF	1.480.676.871,36	1.337.114.035,00	1.316.568.846,95
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	1.496.915.514,19	1.404.676.013,85	1.385.152.241,24
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	2.606.921.251,38	2.475.288.402,45	2.425.231.175,97

Legenda: Valores em vermelho são os 5 menores e em azul os 5 maiores.
Obs.: Os dados estão organizados do menor para o maior com base no ano de 2023.

Os cinco menores e maiores valores de DEE das UF são constantes entre os anos de pesquisas, sem alternar de posição. Os menores valores podem estar relacionados com o ano de criação das UF. Todas as cinco que compõem os menores montantes de DEE foram criadas em 2018, a partir do desdobramento de outra UF da região. Esse contexto reflete no montante orçamentário disponível, visto a oferta inicial de cursos e o número de alunos atendidos reduzidos. Além da necessidade de investimento e corpo administrativo para captação de recursos para custeio e investimentos.

Ao observar as maiores DEE, nota-se a magnitude dos recursos administrados por essas instituições, refletindo tanto o porte e a complexidade de suas estruturas acadêmico-administrativas quanto a abrangência de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A alta execução orçamentária pode estar associada à presença de hospitais universitários, ampla oferta de cursos de graduação e pós-graduação. As

cinco maiores DEE juntas executaram o montante de R$8.300.107.079,17 (oito bilhões, trezentos milhões, cento e sete mil, setenta e nove reais e dezessete centavos).

A Tabela 4 apresenta os dados relativos à Despesa Executada Total (DET).

Tabela 4 - Cinco maiores e menores Despesa Executada Total

Identificação	Sigla	2023	2022	2021
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	66.720.151,40	61.425.103,79	51.552.819,58
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	80.767.138,78	71.866.805,25	56.165.978,01
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	95.122.010,26	85.444.995,62	71.859.516,96
Universidade Federal de Catalão	UFCAT	106.240.895,27	95.849.339,44	79.337.818,01
Universidade Federal de Jataí	UFJ	115.191.388,06	103.715.623,93	82.469.900,51
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1.851.091.973,20	1.773.861.886,41	1.758.107.330,39
Universidade de Brasília	UNB	1.907.609.954,06	1.762.972.151,87	1.714.273.444,16
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1.946.763.946,67	1.833.359.261,68	1.780.061.965,83
Universidade Federal Fluminense	UFF	2.305.425.240,11	2.131.638.595,95	2.067.153.868,32
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	2.371.512.465,71	2.251.310.572,13	2.217.297.652,10
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	3.814.715.495,47	3.614.579.903,49	3.546.922.710,90

Legenda: Valores em vermelho são os 5 menores e em Azul os 5 maiores.
Obs.: Os dados estão organizados do menor para o maior com base no ano de 2023.

Os dados que contemplam a DET no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União decorrem da função Educação, Previdência Social e Encargos Especiais. Ao incluir as funções de Previdência Social e Encargos Especiais as universidades UFAPE, UFDPAR, UFR, UFCAT e UFJ seguem com os menores valores executados (o mesmo cenário da DEE).

Já nos maiores valores executados, observa-se que a UFRJ, UFMG e UFF seguem com os maiores valores (o mesmo cenário da DEE). O que muda em relação a DET com a DEE é que a UFRGS assume a quarta posição na DET e a UNB a quinta posição em 2023. Destaca-se que em 2022 e 2021 a UNB cede a posição para a UFPB.

A Tabela 5 apresenta os dados relativos à Receita Corrente Arrecadada (RCA).

Tabela 5 - Cinco maiores e menores Receita Corrente Arrecadada

Identificação	Sigla	2023	2022	2021
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	52.879,40	20.772,45	13.303,00
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	172.088,19	60.061,66	31.613,10
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	185.619,92	179.344,15	2.779,14
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	194.196,69	28.446,66	1.480,00
Universidade Federal de Catalão	UFCAT	209.690,15	118.630,46	11.960,00
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	330.427,70	191.280,99	6.009,07
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	340.938,53	388.946,60	512.488,33
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	356.670,70	117.276,94	40.484,03
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	399.990,86	107.117,58	927.275,41
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	36.879.521,68	33.717.461,04	27.029.624,49
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	39.579.404,46	33.643.553,49	24.788.802,05
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	40.333.658,33	22.434.856,65	22.147.142,25
Universidade Federal do Rio De Janeiro	UFRJ	68.641.905,57	53.925.444,22	45.404.772,30
Universidade de Brasília	UNB	83.880.219,20	65.963.291,97	68.536.623,74
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	183.925.512,76	119.407.384,60	84.080.726,74

Legenda: Valores em vermelho são os 5 menores e em Azul os 5 maiores.
Obs.: Os dados estão organizados do menor para o maior com base no ano de 2023.

Com base na Tabela 5, observa-se que a UFAPE apresenta o menor montante de Receita Corrente Arrecadada para o período de 2023, 2022 e 2021. As cinco menores arrecadações somam o montante de R$814.474,35 (oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Esse valor representa 0,12% da soma das cinco maiores RCA.

As cinco maiores RCA somam o montante de R$416.360.700,32 (quatrocentos e dezesseis milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos

reais e trinta e dois centavos). A UFJF corresponde a 44,17% do montante arrecadado (soma dos cinco maiores). A UFJF possui uma arrecadação de receita corrente 2,19 vezes maior que a segunda colocada (UNB).

Com base nesses achados, sugere-se como pesquisas futuras um estudo de caso para compreender como que a UFAPE gerencia seus recursos e supri as demandas das funções da Educação, Previdência Social e Encargos Sociais com aproximadamente R$ 52 mil e como a UFJF estrutura sua política de captação de recursos e execução de receita corrente, visto ser discrepante das demais universidades federais.

Com a descrição dos dados realizada, o próximo tópico abordará o resultado da equação proposta para a pesquisa.

3.2 A influência da execução orçamentária no índice geral de cursos

Na Tabela 6 apresenta-se os resultados do modelo que testa a influência da execução orçamentária no índice geral de cursos das universidades federais brasileiras.

Tabela 6 - Regressão dos dados em painel

IGCT	***β***	**Estatística t**	**p-valor**	***E***
Variáveis Independentes				
DEE	1,481692	4,95	0,000	0,299044
DET	-0,21593	-7,04	0,000	0,030685
RCA	0,001076	0,12	0,908	0,009266
Variáveis de Controle				
AG	-0,97363	-1,07	0,292	0,913383
AM	0,71878	0,68	0,498	1,049688
AD	2,599284	1,26	0,213	2,069195
Regressão Linear				
_cons	-4,5872	-1,99	0,051	2,303669
Número de Observações	201			
F (6,66)	130,86			
Prob > F	0,0000			
R^2	0,7552			

O resultado da regressão demonstrou relação positiva e significativa entre o índice geral de cursos total (IGCT) e a despesa com educação executada (DEE). Como a está em logaritmo, observa-se que a cada 1% de aumento da DEE tende-se a ter um acréscimo de 0,01482 de IGCT, permanecendo as demais variáveis constantes. O outro resultado significante é a relação da despesa executada total (DET) com o IGCT. Essa relação deu-se de forma negativa. Assim, a cada 1% de aumento da DET tende-se a ter um decréscimo de 0,00216 de IGCT, permanecendo as demais variáveis constantes.

Destaca-se que a significância das relações descritas acima é de 5%, com p-valor de 0,000. As demais variáveis propostas não apresentaram relação estatisticamente significativa. O modelo proposto explica em 75,52% a variável dependente (R^2).

O resultado positivo e significativo entre a DEE e IGCT alinham-se com Voese, Santos e Dombroski (2024), pois quanto melhor a gestão de recursos públicos melhor tende a ser o desempenho no IGC, uma vez que quanto maior for a execução da função educação, maior tende a ser o IGCT. Corrobora-se, também, com Xavier *et al.* (2023), pois investimentos em infraestrutura, capacitação docente e recursos pedagógicos podem promover maior permanência de alunos; e com Monteiro (2015), ao afirmar que maior infraestrutura e maior recurso aplicado (DEE) tende a ser melhor os resultados educacionais (IGCT).

Observa-se, ainda, implicações para a gestão universitária. Conforme Ahmad e Farley (2014) há necessidade de maior autonomia das universidades para aplicação dos recursos. Com gestão transparente, integridade e responsabilidade na aplicação dos recursos, os gestores podem fomentar o desempenho educacional (IGCT) de suas instituições.

Essa implicação, corrobora com Soares (2018) ao afirmar que gestores públicos e formuladores de políticas públicas devem otimizar a alocação de recursos com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico. Nesse sentido, políticas de cortes e contingenciamento de recursos pelo governo federal podem impactar negativamente o desempenho medido pelo IGCT.

Deste modo, alinha-se com Caetano e Campos (2019) ao afirmarem que limitações orçamentárias impactam negativamente o desempenho da educação superior; e Rossi *et al.,* (2019) que políticas de austeridade são contraproducentes, visto que, mesmo em um contexto de restrições orçamentárias o governo federal deve ser preciso para que não ocorra retrocesso no desempenho educação superior e que garanta os recursos necessários para a função Educação.

O resultado significativo e negativo entre a DET e IGCT, ressalta que recursos alocados fora da atividade fim da organização (Previdência Social e Encargos Especiais) fazem com que o desempenho da UF tende a ser menor. Vale ressaltar que a UF deve cercar-se de estratégias a fim de reduzir as aplicações de recursos na função Previdência Social e Encargos Especiais ou otimizar os recursos aplicados, com a estratégia de mitigar o impacto negativo da alocação desses recursos no IGCT.

Por mais que 90% das produções científicas nacionais derivam de uma UF (Inácio; Ferreira; Rodrigues, 2024), e que, por vivência e senso comum nas UF grande parte dessa produção científica é derivada dos cursos de mestrado e doutorado, não há relação significativa entre a proporção de alunos de mestrado, doutorado e de graduação no IGCT.

Adicionalmente, destaca-se que foi operacionalizado o modelo de regressão em dados em painel para o IGC da Graduação, Mestrado e Doutorado como variável independente com as variáveis dependentes e de controle da pesquisa. Os resultados das regressões em dados em painel não foram estatisticamente significativos.

4 Considerações Finais

O principal achado da pesquisa é a relação positiva e significativa ($\beta = 1{,}481692; p - valor = 0{,}000;\ R^2 = 0{,}7552$) entre a despesa executada da função educação (DEE) com o índice geral de cursos total (IGCT). Assim, quanto maior for a execução de recursos para a função educação, maior tende a ser o desempenho acadêmico da UF (medido pelo IGCT).

Adicionalmente, obteve-se o resultado significativo e negativo entre a despesa executada total (DET) e o IGCT. Este achado sugere que

recursos alocados fora da atividade fim da universidade (especificamente nas funções de Previdência Social e Encargos Especiais) tendem a reduzir o desempenho acadêmico, indicando necessidade de alocação de recursos com parcimônia para essas funções.

A análise descritiva demonstra uma disparidade na IGCT de UF localizadas nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com as da região Sul e Sudeste, apontando a necessidade de apoio das instituições ligadas ao fomento de ensino, pesquisa e extensão, bem como a capacitação dos servidores e gestores para alocação eficiente dos recursos públicos e formulação de políticas públicas para as UF posicionadas no Norte e Nordeste.

Como limitações da pesquisa, destacam-se os anos pesquisados de 2021, 2022 e 2023, considerando que nesse período houve impacto significativo na sociedade e nas finanças governamentais derivadas da COVID-19. Esse possível efeito não foi controlado nesta pesquisa. Na perspectiva conceitual, utilizou-se somente uma medida de desempenho acadêmico (IGCT). Embora o IGCT seja uma medida oficial e amplamente reconhecida, representa apenas uma dimensão da qualidade universitária, não captando aspectos como impacto social, inovação, transferência de tecnologia ou contribuição para o desenvolvimento regional. Além disso, a análise detém-se na execução orçamentária sem avaliar a eficiência ou eficácia específica dos gastos realizados.

Por fim, do presente estudo emergem questões para pesquisas futuras que foram vislumbradas ao longo da elaboração do texto:

1. Como a eficiência na alocação de recursos dentro da função educação na natureza da despesa (corrente e capital) impacta o desempenho acadêmico das universidades federais brasileiras?
2. Quais fatores que explicam as disparidades regionais no desempenho acadêmico das universidades federais brasileiras além da execução orçamentária?
3. Quais as estratégias de gestão orçamentária e seus impactos no desempenho acadêmico que diferem entre universidades federais novas e já consolidadas?

4. Qual a relação entre execução orçamentária e desempenho acadêmico nas universidades federais mediado pelos gastos com infraestrutura física e com recursos humanos?

Referências

AHMAD, A. R.; FARLEY, A. Funding reforms in Malaysian public universities from the perspective of strategic planning. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INNOVATION, MANAGEMENT AND TECHNOLOGY RESEARCH. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, *129*, 105–110, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.654

ARAÚJO, J. G. R.; LINS, T. S. M.; DINIZ, J. A. O fenômeno *use it or lose it* na execução orçamentária das universidades federais e a inscrição em restos a pagar. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 1, 109–124. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.14392/asaa.2022150105

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CAETANO, E. F. S.; CAMPOS, I. M. B. M. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, e240043. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043

CORREIO, L. H. R.; RAUPP, F. M.; METZNER, M. Distribuição orçamentária nas atividades de ensino e pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 17, n. 50. p. 737-760. 2024.

FAGUNDES, M. V. Educação superior e desenvolvimento regional: Um estudo de indicadores de uma universidade estadual da Bahia. *In*: **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Curitiba, PR: [s.n.], 2020.

FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados:** estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. São Paulo: McGraw Hill Brasil, 2011.

INÁCIO, L.; DA SILVA FERREIRA, L.; DE SOUZA RODRIGUES, R. Educação superior no Brasil: o impacto do "Teto dos Gastos" no orçamento das universidades federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 339-359. 2024.

OLIVEIRA, T. F. S. *et al.* A execução orçamentária da despesa nas universidades federais de ensino superior afeta o Índice Geral dos Cursos. *In*: **Anais do XX USP International Conference in Accounting**. São Paulo: USP, 2020.

ROSSI, Pedro *et al*. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 40, e0223456, 2019.

SANTOS, A. R.; BARBOSA, F. L. S.; MARTINS, D. F. V.; DE MOURA, H. J. Orçamento, indicadores e gestão de desempenho das universidades federais brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 4, 276-285. 2017.

SOARES, J. R. **Correlação entre indicadores selecionados de gestão e qualidade das instituições federais de ensino superior brasileiras:** período de 2009–2016. 2018. Mestrado (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018. Repositório Digital UFRGS.

VOESE, S. B.; DOS SANTOS, M. R.; DOMBROSKI, L. A relação entre o desempenho da gestão e os rankings de qualidade das Universidades Federais. **Enfoque:** Reflexão Contábil, v. 43, n. 1, 32-47. 2024.

XAVIER, E. S.; SILVA, T. D.; SANTOS, V. S. Investimento público na educação como um elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico no Brasil. **Revista F&T**, n. 27, v. 127. 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/investimento-publico-na-educacao-como-um-elemento-fundamental-para-o-desenvolvimento-social-e-economico-no-brasil/

Acessibilidade e Direito à Cidade: Vozes e Lutas na Construção de Espaços Inclusivos na Amazônia

Coordenadores(as)

Ana Maria Pires Mendes

Liliane Afonso de Oliveira

Silvana de Moraes Ribeiro

João Carlos Cunha Dergan

Rubens da Silva Ferreira

GT 2

Um devaneio desvirtuado de um leproso que habita nas camadas da pós-graduação

João Carlos Cunha Dergan[1]

1 Introdução: A presente escrita inscreve-se no campo da autoetnografia performática, entendida como uma prática de investigação que conjuga a narrativa pessoal com o rigor analítico, o gesto performativo com a crítica social e acadêmica. Trata-se de uma metodologia que não apenas descreve a experiência, mas a encena no próprio ato de escrever, convertendo a escrita em performance. Segundo Spry (2001), a autoetnografia performática surge como um modo de articular o eu e o outro, o íntimo e o público, a subjetividade e a crítica cultural. Ela reconhece que todo conhecimento é encarnado e situado, e que a experiência pessoal, quando trabalhada reflexivamente, pode iluminar dimensões sociais, políticas e epistemológicas mais amplas. Nesse sentido, escrever performaticamente é recriar na narrativa a intensidade da experiência vivida, transformando o texto em um ato estético-político. Assim, ao narrar a condição de um "devaneio desvirtuado de um leproso que habita as camadas da pós-graduação", não se trata apenas de metáfora, mas de ato de presença: uma escrita que traz para o campo da ciência corpos e vozes sistematicamente silenciados. O texto não é descrição neutra, mas acontecimento performático, instaurando um espaço de hospitalidade para a diferença.

2 Camada de devaneios: O meu devaneio é desviante porque meu corpo sempre foi tomado como desvio. Fui chamado de intocável, fui confinado em colônias, fui retirado do convívio. Mas aqui vos digo: não há desvio no sonho de existir junto. O que vocês chamam de acessibilidade, para mim, é apenas o direito de caminhar com minha ferida no espaço públicos das

[1] Professor efetivo da Universidade Federal do Pará – (ICA/ETDUFPA) E-mail: carlosdergan10@gmail.com.

universidades, sem que ela seja motivo de silêncio. O devaneio é um estado de alma. É um dos mais belos estados de alma que o homem pode conhecer. O devaneio poético prepara o homem para habitar o mundo com intimidade" (Bachelard, 2009, p. 5)

3 A cena mental: Se estivéssemos diante de um diálogo imaginado entre Hannah Arendt, Michel Foucault, Antônio Bispo dos Santos e Gaston Bachelard sobre a ausência de acessibilidade nos trabalhos científicos, sobretudo nas Universidades que se dizem ser comprometida com a excelência acadêmica, o debate seria intenso, provocador e necessário. Aqui está uma síntese possível desse encontro poético-filosófico:

Hannah Arendt talvez começasse dizendo:

"A condição humana exige pluralidade. Quando negamos o espaço de fala e de produção a uma pessoa com deficiência, negamos sua aparição no mundo comum, na ágora da ciência. A universidade que busca excelência sem garantir acessibilidade institucional trai o próprio sentido de esfera pública".

Foucault, com seu olhar sobre os mecanismos de poder, poderia acrescentar:

"Não se trata apenas de ausência. A inacessibilidade é uma forma de poder que normatiza o corpo produtivo, regula o saber e exclui o que foge à norma. A ABNT, nesse caso, é menos uma técnica e mais um dispositivo que participa da constituição de uma verdade excludente".

Antônio Bispo dos Santos, com sua insurgência epistêmica, responderia:

"É preciso descolonizar os modos de fazer ciência. A acessibilidade não é favor, é reparação histórica. Quem diz que pensar excelência é obedecer a normas técnicas, esquece que a maior técnica é o cuidado. Como pode a universidade querer ser global se não acolhe nem quem pisa seu chão com rodas ou com outros modos de estar?".

Gaston Bachelard, então, com sua poética da imaginação, talvez dissesse:

"A ciência que não se deixa tocar pela imaginação é estéril. A acessibilidade é uma imaginação concreta, uma forma sensível de hospedar o outro. O devaneio só é fuga quando não se constrói um chão.

A pedagogia da autonomia precisa ser um espaço habitável, com escadas simbólicas e rampas reais".

No centro da conversa, os quatro pensadores talvez concluíssem: Democracia, ciência e educação só existem quando acolhem todos os corpos, todas as vozes, todas as formas de saber. Não basta ofertar cotas é preciso garantir permanência, participação e produção de conhecimento. Afinal, não se forma excelência sobre estruturas que ignoram o corpo do outro. E você dona CAPES o que faz?

Se eu pudesse dar voz à *CAPES* nesse diálogo imaginário, talvez ela respondesse, meio acuada, meio institucional, tentando justificar-se:

"Nós promovemos a qualidade da pós-graduação no Brasil. Avaliamos programas, fomentamos bolsas, incentivamos a produção científica". Mas aí talvez *Foucault* a interrompesse com ironia:

"E também normalizam saberes, não é? Classificam, hierarquizam, e muitas vezes ignoram quem está fora do padrão acadêmico branco, urbano e andante".

Antônio Bispo dos Santos completaria com firmeza:

"A CAPES precisa entender que excelência sem inclusão é excludente. Não adianta fomentar ciência se ela não é acessível. O que adianta avaliação quadrienal se o cadeirante não entra no prédio?".

E talvez, então, a CAPES agora com humildade dissesse:

"É verdade. Precisamos rever os critérios, ouvir os corpos dissidentes, garantir que nossas políticas de fomento exijam acessibilidade como condição ética e não como apêndice técnico. Afinal, o conhecimento é público, e o público é plural".

Suponhamos: O Ministro da Educação se move e convoca uma audiência pública no Senado. Na pauta, um projeto de lei inédito:

“Toda produção científica financiada com recursos públicos deverá ser, obrigatoriamente, acessível em múltiplos formatos: áudio, Libras, texto digital compatível com leitores de tela, e com versões em braile”.

A *CAPES*, então, diz com voz firme:

“A ciência que se pretende pública não pode ser restrita a quem enxerga, anda, ouve ou fala dentro dos padrões. A inclusão não é um apêndice da

política educacional, é sua espinha dorsal. Se a universidade não se dobra aos corpos diversos, ela quebra o pacto com a democracia".

Os *Senadores*, acostumados a ouvir números, *rankings* e notas da CAPES agora escutam corpos.

Uma *aluna surda* mostra a tese que escreveu, mas que não encontrou tradutor para apresentar. Uma *mulher cega* recita de cor a introdução de seu doutorado, porque nunca teve acesso ao PDF da própria banca em formato acessível.

Um *usuário de cadeira* de rodas toma a palavra e diz:

"Eu defendi minha dissertação na escada, porque o elevador não funcionava".

Nesse instante, *Bachelard* levanta o dedo no fundo da sala. Os presentes estremecem. Ele diz:

"Não é devaneio exigir que a matéria da ciência seja sensível. O saber que não toca o outro é estéril. Imaginar acessibilidade é imaginar com o corpo do outro. Não há excelência sem hospitalidade".

E *Foucault*, encostado na parede, sussurra:

"Vejam como os dispositivos se reconfiguram. Hoje o saber serve à liberdade. Eis o bom uso do poder".

Na saída, os *Senadores*, em uma só voz, anunciam que será votada em favor da Educação, a PL da Ciência Acessível, porque pensar é coletivo, e o conhecimento só é público quando alcança todas as mãos.

"A vida é feita para ser sonhada. O devaneio dá às coisas simples o seu duplo poético, e nos ensina que até a matéria tem uma alma a ser escutada" (A Poética do Devaneio, p. 55).

Palavras-chave: Devaneios; Autoetnografia; Performance; Universidade.

Referências

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica Adriano Correia. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, [1958] 2020.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BISPO, Antônio Bispo. **Colonialismo e quilombos:** modos e significações. São Paulo: Oralituras, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

RAIMONDI, Gustavo Antonio. **Corpos que (não) importam na prática médica:** uma autoetnografia performática sobre o corpo gay na escola médica, Campinas, SP 1989.

SPRY T. **Performing autoethnography:** an embodied methodological praxis. **Qual Inq**, v. 7, p. 706-32. 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um pensamento outro e a aposta de um aprender. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 57-79, jan./abr. 2009.

Turismo e inclusão: o potencial da realidade virtual para pessoas acamadas na Amazônia

Aline Vitoria P. Melo[1]
Rubens da S. Ferreira[2]
Alessandra de A. Pereira Arnund[3]

1 Introdução: Este estudo visa analisar como a tecnologia de Realidade Virtual (*Virtual Reality* – VR) pode auxiliar pessoas acamadas no acesso à experiência turística e no lazer na Amazônia, tomando como exemplo os óculos de RV produzidos em miriti pela *startup* Interceleri. A RV proporciona estímulos sensoriais diversos, como visão, tato, audição e até mesmo olfato e paladar, possibilitando simular vivências em condições remotas para pessoas acamadas, isto é, que não podem se deslocar fisicamente. Por pessoas acamadas, tem-se aquelas que, sob tratamento médico, precisam de equipamentos (colchões especiais, sondas, respiradores e outros), seja em condições de repouso ou em restrição ao leito (ALSOP, 2022). Diante desse contexto, questiona-se aqui: de que maneira a RV pode ampliar o acesso à experiência turística para pessoas acamadas na Amazônia? O estudo fundamenta-se na literatura e entrevistas, destacando as vantagens da RV para pessoas acamadas (Interceleri, 2025), na perspectiva da humanização dessa condição e no bem-estar proporcionado pelo turismo na modalidade virtual, que permite "viajar" a destinos turísticos por meios digitais.

2 Metodologia: O estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica com base em materiais publicados, como artigos científicos, livros, teses e dissertações. Esse material foi acessado por meio da ferramenta Google Acadêmico, após identificação pelo emprego das palavras-chave "turismo", "realidade virtual", "pessoas acamadas" e "turismo virtual". Como critério de exclusão, foram priorizados trabalhos publicados nos últimos cinco anos.

[1] Universidade Federal do Pará (FACTUR/ICSA). E-mail: meloaline1252@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará (FACTUR/ICSA). E-mail: rubensf@ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará (FACTUR/ICSA). E-mail: alessandraparnund@ufpa.br.

Tratando-se de uma investigação do tipo exploratória (GIL, 2002), realizou-se um trabalho de campo nos dias 4 e 29 de julho de 2025 na *startup* Interceleri, instalada no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT), em Belém, Pará. A recolha de informações ocorreu por meio de uma entrevista com o CEO e o Coordenador da Interceleri, utilizando um roteiro semiestruturado, uma caderneta para anotações das observações e um smartphone para o registro sonoro. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas em editor de texto do Pacote do Office, possibilitando a construção de conhecimento sobre pessoas acamadas, RV e turismo, como discutido a seguir.

3 Resultados e Discussão: Com base nas entrevistas, emergiram três eixos de análise relacionados à temática investigada: (*i*) as possibilidades para pessoas acamadas com mobilidade extremamente reduzida na Amazônia; (*ii*) as aplicações potenciais para o turismo; e (*iii*) as tecnologias disponíveis para promover a inclusão de pessoas acamadas no turismo. Esses eixos dialogam com a perspectiva da inclusão digital e do turismo inclusivo como estratégias de participação social, política e econômica.

No primeiro eixo, o estudo destaca o potencial da RV como ferramenta de inclusão social. O CEO da Interceleri ressaltou que a *startup* já desenvolve soluções tecnológicas voltada à educação, como os aplicativos nomeados “Matematicando” e “Geometricando”, voltados ao ensino de disciplinas do campo das Ciências Exatas. Com base nessa experiência, o entrevistado evidenciou o uso da RV no turismo como uma alternativa para pessoas com mobilidade extremamente reduzida, possibilitando vivências imersivas em atrativos turísticos da cidade, como passeios de 360º e realidade aumentadas no Theatro da Paz, no Forte do Presépio ou mesmo em espaços naturais, como as praias que se destacam no estado do Pará. De acordo com o entrevistado, tais experiências podem resultar em benefícios físicos, psicológicos e emocionais em pacientes acamados, reforçando o potencial da tecnologia e do turismo para o bem-estar das pessoas. O segundo eixo envolveu a discussão sobre viabilidade econômica e as possibilidades de lazer. Muito embora os óculos de RV

tradicionais sejam de custo elevado para as populações amazônicas, a *startup* desenvolveu uma solução inovadora e sustentável: um par de óculos de RV confeccionado em miriti, material típico da região, produzido por mulheres artesãs de Abaetetuba (PA). Esse dispositivo de material local é produzido ao custo aproximado de R$ 13,00 (treze reais), o que faz dele uma alternativa economicamente viável. Ao considerar o turismo virtual como uma realidade que emergiu no contexto da Pandemia de Covid-19, os entrevistados apresentaram uma proposta inovadora para ampliar a experiência turística virtual: a criação de um "passaporte digital", baseado no uso de QR Codes de destinos turísticos na Amazônia. Isso permitiria ao "viajante" selecionar previamente os locais desejados para imersão, definindo suas experiências antes do uso do óculo propriamente dito. Após a escolha do destino, o conteúdo seria executado no smartphone e integrado ao dispositivo de RV em miriti, garantindo interatividade e personalização da experiência. Por fim, no terceiro eixo, ao abordar as tecnologias complementares, a Interceleri já produz um pra de óculos com três graus de imersão associado ao YouTube para disponibilizar uma ampla variedade de vídeos compatíveis com a RV. Assim, a integração entre esses recursos de baixo custo e os conteúdos acessados gratuitamente podem contribuir para democratizar o turismo e o lazer para pessoas acamadas na Amazônia.

4 Considerações Finais: Com base no acesso à literatura e nas entrevistas, o estudo evidencia que a RV constitui uma ferramenta promissora para ampliar o acesso de pessoas acamadas não apenas ao turismo, promovendo inclusão social, humanização e bem-estar. Ainda que em um deslocamento simulado, a RV oferece experiências imersivas em atrativos culturais e naturais, de maneira economicamente viável e sustentável, tal como exemplificam os óculos de miriti da Interceleri, produzido localmente. Assim, a combinação de inovação tecnológica, recursos locais e sensibilidade social demonstra o potencial da RV como um instrumento de inclusão para pessoas acamadas, estejam elas em processo de recuperação ou no ciclo final de suas vidas.

Palavras-chave: Turismo virtual; Realidade virtual; Pessoas acamadas; Acessibilidade.

Referências

ALSOP, Thomas. **Virtual reality (VR):** statistics & facts. 2022. Disponível em: https://www.statista.com/topics/2532/virtual-reality-vr/#topicOverview. Acesso em: 19 ago. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTECELERI. **Tecnologia para Educação**: Quem Somos. Belém: Inteceleri, s.d. Disponível em: https://www.inteceleri.com.br/. Acesso em: 19 ago. 2025.

Neurocolonialismo espacial: a exclusão de corpos neurodivergentes na produção colonial do espaço urbano

Jorge Henrique Cardoso dos Santos[1]
Marcel Theodoor Hazeu[2]

1 Introdução: Crescer na Amazônia convivendo com um irmão neurodivergente em escolas, praças e transportes públicos foi testemunhar uma pedagogia cruel da cidade: cada espaço parecia organizado não para acolher, mas para negar sua presença. Olhares de estranhamento, corredores estreitos, salas ruidosas e regras silenciosas desenhavam uma geografia da exclusão. Esse cotidiano, longe de ser casual, expressa um projeto político de urbanização que administra quem pode estar e quem deve desaparecer. É a partir dessa vivência encarnada que este trabalho propõe o conceito de neurocolonialismo espacial, nomeando a exclusão sistemática de corpos neurodivergentes na produção urbana moderna-colonial. O objetivo é analisar como as cidades amazônicas reproduzem esse dispositivo de exclusão e abrir caminho para imaginar resistências que afirmem a diferença como princípio de vida.

2 Metodologia: Este trabalho se ancora em uma perspectiva situada e implicada, que assume a escrita como ato político e não como exercício de neutralidade. A opção metodológica é pela escrevivência (Evaristo, 2020), que faz da memória e da experiência concreta de exclusão um lugar legítimo de produção de conhecimento. Aliada a isso, mobilizamos a escuta expandida e a observação crítica do cotidiano (Velho, 1994; Coutinho *et al.*, 2020), compreendendo que os espaços urbanos não falam apenas pelas estatísticas ou diagnósticos técnicos, mas pelas marcas que inscrevem nos corpos que os habitam. Dessa forma, o método não busca capturar o "objeto" de estudo, mas produzir uma leitura

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: jorge.cardoso@icsa.ufpa.br.
[2] Prof. Dr. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: celzeu@gmail.com.

encarnada e coletiva da realidade: um “nós” que denuncia a normatividade urbana ao mesmo tempo em que afirma a potência crítica dos corpos neurodivergentes. Trata-se de um gesto metodológico que recusa a separação entre razão e afeto, entre teoria e vida, e que reconhece na subjetividade uma via legítima de enfrentamento ao epistemicídio.

3 Resultados e Discussão: A análise revelou que o neurocolonialismo espacial não se reduz à falta de acessibilidade ou a falhas pontuais de políticas públicas, mas constitui um dispositivo articulado de exclusão que organiza a vida urbana amazônica. A cidade não expulsa de forma direta, mas administra presenças, regulando-as por níveis de tolerância: aceita o corpo neurodivergente enquanto ele consegue simular normalidade e, ao romper o pacto sensorial e comportamental da urbanidade, aciona mecanismos de vigilância, contenção e medicalização. Trata-se de um processo gradual e silencioso, que fabrica ausências não pelo afastamento imediato, mas pelo esgotamento cotidiano. Esse regime não opera de maneira isolada. Ele se sustenta por uma engrenagem que articula escola, clínica, transporte, família e políticas públicas, todas convergindo para domesticar a diferença e reafirmar a neurotipicidade como única forma legítima de humanidade. Essa sinergia torna a exclusão não apenas estrutural, mas contínua, pois reforça permanentemente a ideia de que o sujeito neurodivergente precisa ser corrigido, ajustado e governado para se tornar aceitável. O espaço urbano, nesse sentido, revela-se como operador ativo de uma pedagogia normativa, em que convivência se confunde com disciplina e cuidado se transfigura em controle. Quando, porém, o corpo neurodivergente desestabiliza de modo mais intenso a ordem sensorial e social da cidade – interrompendo ritmos, instaurando gestos inesperados, criando tempos não-lineares –, a reação alcança sua forma mais violenta. A cidade, ao invés de se reorganizar para acolher a diferença, reage pela via da necropolítica: não elimina fisicamente, mas produz vidas inviáveis, submetendo-as ao sufocamento sensorial, à criminalização do gesto, à

infantilização da linguagem ou a protocolos que transformam a presença em permanente estado de contenção. Nesse movimento, a cidade amazônica se desvela não como espaço neutro ou precarizado, mas como máquina colonial de exclusão sofisticada, que estetiza o controle e fabrica ausências em nome da ordem, do progresso e da funcionalidade.

4 Considerações Finais: O conceito de neurocolonialismo espacial evidencia que a exclusão de corpos neurodivergentes não é fruto de falhas pontuais, mas parte de um projeto moderno-colonial que organiza as cidades amazônicas como dispositivos de normatização. Mais do que a ausência de acessibilidade, trata-se de uma máquina urbana que administra presenças, fabricando ausências em nome da ordem e do progresso. É importante destacar, porém, que esta é uma formulação em processo, aberta e ainda em construção. O que se propõe aqui não é um conceito acabado, mas uma ferramenta em movimento, voltada a desvelar violências e a convocar resistências. Nomear o neurocolonialismo espacial é, ao mesmo tempo, denunciar a racionalidade colonial que organiza a cidade e afirmar a possibilidade de imaginar espaços onde a diferença não seja tolerada sob condição, mas reconhecida como fundamento da vida comum

Palavras-chave: Neurocolonialismo; Cidade; Neurodivergência; Desigualdades urbanas.

Referências

COUTINHO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; GONÇALVES, Márcia Maria; DANTAS, Vanessa de Lima (org.). **Olhar, ouvir e escrever:** experiências de pesquisa em Ciências Sociais. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Blucher, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista do CEBRAP**, n. 80, p. 117–142, 2005.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Acessibilidade e turismo em espaços públicos para cadeirantes: análise da Praça Batista Campos, Belém (PA)

Samara Adriany de Sousa Vidal[1]
Alessandra de Almeida Pereira Arnund[2]
Jessika Paiva França[3]

1 Introdução: As praças urbanas configuram-se como espaços públicos destinados ao lazer, à convivência social e à valorização cultural, sendo reconhecidas como elementos fundamentais da vida coletiva (Alves, 2020; Bahia *et al.*, 2012). A Constituição Federal de 1988 garante o lazer como direito social, assim como a acessibilidade e a inclusão, reforçadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) e coadunando com o Plano Nacional de Turismo – PNT (2024), que orienta a promoção do acesso universal e do turismo como dimensão da cidadania. A acessibilidade, segundo Sassaki (2005), não se limita à presença de rampas ou pisos regulares, mas abrange condições que possibilitem a plena participação de pessoas com mobilidade reduzida, como cadeirantes, na vida social e cultural. Nesse contexto, o turismo nesses locais configura-se como uma atividade cultural e de lazer, oferecendo oportunidades de aprendizado e experiências significativas que valorizam o patrimônio histórico e cultural (Marcellino, 2000). Nesse sentido, investigar a Praça Batista Campos, localizada no centro de Belém e tombada como patrimônio histórico em 1983 (Bahia *et al.*, 2012; Barthel, 2021), revela-se fundamental, pois se trata de um espaço de relevância turística e simbólica que ainda apresenta barreiras. Tem-se como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade para cadeirantes da Praça Batista Campos como espaço público para lazer e turismo. A análise também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que incentiva a criação de espaços urbanos inclusivos, seguros e acessíveis.

[1] Discente, Universidade Federal do Pará. E-mail: samara.vidal@icsa.ufpa.br.
[2] Docente, Universidade Federal do Pará. E-mail: alessandraparnund@ufpa.br.
[3] Docente, Universidade Federal do Pará. E-mail: jfranca@ufpa.br.

2 Metodologia: A pesquisa é de caráter empírico e descritivo (Gil, 2008), baseada em observação in loco e registros fotográficos realizados em agosto de 2025. Este estudo em andamento tem como procedimentos técnicos o levantamento bibliográfico e documental através dos autores Sassaki (2005), Alves (2020) e Bahia (2012) e o embasamento legal considerando as políticas públicas de acessibilidade e inclusão, lazer e turismo. Os acessos principais, assim como pisos e coretos, foram avaliados à luz da ABNT NBR 9050/2020, considerando aspectos essenciais da acessibilidade.

3 Resultados e Discussão: Criada em 1884 como Praça Sergipe, era um espaço simples com mangueiras, canteiro e chafariz, passando por reurbanização em 1901 na gestão de Antônio Lemos. A reinauguração ocorreu em 14 de fevereiro de 1904, já com o nome de Parque de Baptista Campos, atualmente Praça Batista Campos. Situada no centro de Belém e delimitada pelas ruas Mundurucus, Tamoios, Padre Eutíquio e pela Avenida Serzedelo Corrêa, no bairro Batista Campos (Bahia; Figueiredo, 2012; Teixeira, 2011). Hoje, ocupa uma área de aproximadamente 26 mil metros quadrados. Os resultados evidenciam que, apesar de sua relevância histórica e paisagística, a praça ainda apresenta desafios em termos de acessibilidade. As rampas mostraram problemas semelhantes: inclinação inadequada, desníveis, acúmulo de água e ausência de guias de balizamento (Ver imagem 1).

Imagens 1 e 2: Rampa de acesso (esquerda) e piso em pedra portuguesa (direita).



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

De acordo com a ABNT NBR 9050/2020e a Cartilha de Acessibilidade de Arapiraca (2023), rampas devem possibilitar deslocamento seguro e confortável, indicando oportunidades de adequação. No interior, o calçamento em pedra portuguesa, elemento tradicional desde o século XIX (Francisco; Menezes, 2011; Construbelpedras, 2018), apresenta limitações para usuários cadeirantes, devido à irregularidade e ao risco de escorregamento, conforme imagem 2. Os quatro coretos de ferro (Barthel, 2021), acessíveis apenas por escadas, também restringem o uso aos cadeirantes. Esses achados reforçam que, embora a praça desempenhe papel central no lazer e no turismo local (Bahia *et al.*, 2012; Barthel, 2021), ainda há possibilidades de aprimoramento para torná-la mais inclusiva. A adequação aos princípios do desenho universal permitiria conciliar preservação histórica e acessibilidade, favorecendo o direito ao lazer e à convivência democrática (Sassaki, 2005; Francisco; Menezes, 2011).

4 Considerações Finais: Conclui-se que a Praça Batista Campos apresenta aspectos relevantes de sociabilidade e patrimônio, mas enfrenta barreiras que podem ser superadas com investimentos em acessibilidade orientados pela ABNT NBR 9050/2020. Recomenda-se, ainda, a realização de novas pesquisas com usuários e cadeirantes, a fim de compreender de forma mais aprofundada as necessidades práticas do espaço. Ao promover ajustes nesse sentido, a praça pode alinhar-se ao ODS 11 da Agenda 2030 com a meta 11.7, fortalecendo o compromisso com cidades e comunidades mais sustentáveis, inclusivas e acessíveis para todos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Espaços Públicos; Turismo Inclusivo; Praça Batista Campos.

Referências

ALVES, Glenda Lislie Maciel. **Espaço público de lazer e turismo:** praça da catedral na cidade de Maringá-PR. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

ARAPIRACA. Prefeitura. **Cartilha de acessibilidade em passeios públicos de Arapiraca**. Arapiraca, AL: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2023. Disponível em: https://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Cartilha2.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:2020**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BAHIA, Mirleide Chaar *et al.* **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. Belém: NAEA, 2012.

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. **Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará**: Desenvolvimento e sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.

BARTHEL, Stela Glaucia Alves. Algumas considerações sobre coretos. Architecton. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 6, n. 10, 2021.

BRASIL. (Constitutição). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.ritmodeestudos.com.br. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Senado, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027:** o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo. Brasília, DF, 2024.

CASA CIVIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CONSTRUBELPEDRAS. **Entenda de uma vez por todas o que é mosaico português**. 2018. Disponível em: https://construbelpedras.com.br/o-que-e-mosaico-portugues/. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANCISCO, Paulo César Moura; MENEZES, Alexandre Monteiro de. Design universal, acessibilidade e espaço construído. **Construindo**, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer:** uma introdução. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, ano I, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015.

TEIXEIRA, Marília Ribeiro. **Sobre a significância do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Batista Campos em Belém do Pará**. Belém, 2011.

Acessibilidade e diversidade na UFPA: relato de um projeto de extensão com estudantes PcD

Camilly Danielly Santos Rocha[1]
Sueli Pinto de Araújo[2]
Ana Maria Pires Mendes[3]
Rubens da S. Ferreira[4]

1 Introdução: A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito social fundamental, porém, esse reconhecimento não é o bastante em vista das barreiras que dificultam o acesso e a permanência de Pessoas com Deficiência (PCD) no ensino superior. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), essa realidade foi se evidenciando por meio de demandas trazidas por técnicos e docentes ao setor de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Inicialmente, os atendimentos feitos por uma assistente social eram voltados exclusivamente para servidores; contudo, diante do aumento expressivo de solicitações relacionadas a estudantes com deficiência, tornou-se evidente a necessidade de uma resposta institucional mais estruturada (Mendes, 2018). Nesse contexto, o projeto de extensão "Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário: compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA" foi planejado em 2017 e aprovado no ano seguinte (Mendes, 2018). Desenvolvido no ICSA, o projeto é coordenado pela assistente social Ana Pires, com a finalidade de ampliar o atendimento às demandas estudantis, promovendo a acessibilidade, a equidade e o fortalecimento da permanência estudantil. Atualmente, o Instituto registra 78 discentes PcD distribuídos entre sete cursos de graduação (ver Tabela 1), o que evidencia a relevância do projeto.

[1] Acadêmica de Serviço Social e Bolsista PROEX. Universidade Federal do Pará. E-mail: camillysantos0406@gmail.com.
[2] Acadêmica de Serviço Social e Estagiária de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: araujosueli497@gmail.com.
[3] Assistente Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: apires@ufpa.br.
[4] Docente na FACTUR e no PPGAD. Universidade Federal do Pará. E-mail: rubensf@ufpa.br.

Tabela 1 - Estudantes PcD em cursos do ICSA

Curso	Nº de Discentes
Administração	21
Arquivologia	4
Biblioteconomia	7
Ciências Contábeis	14
Economia	10
Serviço Social	18
Turismo	4
Total	**78**

Fonte: Dados do projeto, 2025.

O projeto tem desempenhado um papel estratégico na mediação entre discentes, docentes e setores administrativos, evidenciando o comprometimento no acolhimento e na defesa da educação inclusiva. Além da atuação no acolhimento e na orientação, o projeto também atua na proposição de melhorias estruturais, como a solicitação de piso tátil, a adaptação de banheiros acessíveis e a disponibilização de mesas adequadas para estudantes usuários de cadeira de rodas. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo publicizar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, refletindo sobre seus desafios, alcances e contribuições para a efetivação do direito à educação para pessoas PcD em condições de equidade.

2 Metodologia: As ações são planejadas previamente pela equipe, formada por um docente do curso de Turismo, por uma bolsista de extensão e por estagiários(as) do curso de Serviço Social. As demandas são discutidas em reuniões técnicas, que envolvem a articulação de parcerias, o agendamento das atividades e a mobilização dos estudantes ao longo de cada ano. Além disso, o projeto realiza o acolhimento presencial dos estudantes, escuta, entrevistas, orientação e encaminhamento – via demandas espontâneas dos discentes – para instâncias especializadas na UFPA. Atividades de caráter acadêmico e cultural são contempladas no projeto, que realiza oficinas, palestras, rodas de conversa e visitas em instituições externas e espaços de lazer na cidade de Belém (Mendes, 2018, 2020, 2024).

3 Resultados e Discussão: O projeto em questão tem atuado de forma contínua ao longo dos anos, com o objetivo de promover a inclusão e suporte aos discentes no contexto universitário, por meio de diferentes ações voltadas à acessibilidade acadêmica. Ao longo de sua existência, foram desenvolvidas atividades de orientação individual e coletiva, nas quais os estudantes receberam informações sobre seus direitos relacionados à acessibilidade no espaço universitário, bem como suporte técnico e prático para realização de cadastros nos sistemas institucionais específicos (Mendes, 2024, 2020, 2018). No ano vigente, o projeto ampliou sua atuação com a oferta de oficinas temáticas voltadas à conscientização e ao fortalecimento da cidadania estudantil. Dentre essas, destacam-se a oficina sobre a Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que teve como propósito esclarecer os fundamentos legais e os direitos garantidos por essas normativas. Além disso, foi promovida uma roda de conversa como atividade de acolhimento, destinada aos discentes recém-ingressantes nos cursos de graduação vinculados ao ICSA, com a finalidade de criar um espaço de escuta e de troca de experiências, apresentar o projeto, bem como orientar os estudantes sobre os serviços voltados às PcD, bem como os recursos disponibilizados aos estudantes por meio de editais internos. Também foi realizada uma oficina voltada à produção textual, com foco em resumo e resenha, com o intuito de aprimorar as habilidades de escrita acadêmica dos participantes. Outra ação de destaque consiste nas entrevistas de acolhimento individualizadas, realizadas semanalmente com os discentes ingressantes, com o objetivo de conhecer suas trajetórias em três dimensões (Mendes, 2020): (1) vida no contexto familiar – considerando as relações com pais, irmãos e vizinhança; (2) escolaridade – abordando as experiências no ensino fundamental e médio; e (3) vivências atuais na universidade – incluindo a interação com colegas e professores, o processo de adaptação ao ensino superior, bem como as principais dificuldades e facilidades percebidas. De um modo geral, as ações planejadas e executadas pela equipe do projeto configuram um trabalho

contínuo de escuta, orientação e apoio, favorecendo a permanência para o sucesso acadêmico dos estudantes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade, ou que necessitam de atendimento educacional especializado (Ver Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de estudantes segundo o tipo de deficiência

	DEF. VISUAL				DEF. FÍSICA				
CURSOS	**BAIXA VISÃO**	**MONOCULAR**	**CEGO**	**TEA**	**USUÁRIO DE CADEIRA DE RODAS**	**GERAL**	**DEF. INTELECTUAL**	**DEF. MULTIPLAS**	**AUDITIVA**
ADMNISTRAÇAÕ	1	2	1	4	2	8	0	1	2
ARQUIVOLOGIA	0	0	0	0	0	2	0	0	1
BIBLIOTECONOMIA	3	0	0	1	0	1	1	0	1
CIÊN. CONTÁBEIS	1	2	0	4	0	6	0	0	1
ECONOMIA	1	1	0	4	0	3	0	0	1
SERVIÇO SOCIAL	3	2	0	1	1	9	1	1	1
TURISMO	0	0	0	2	0	2	0	0	0
TOTAL	9	7	1	16	3	31	2	2	7

Fonte: Dados do projeto e de faculdades do ICSA, 2025.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo projeto ultrapassam a dimensão do atendimento individual, assumindo relevância social ao tensionar a universidade a reconhecer as barreiras estruturais internas que afetam a trajetória dos estudantes PcD. Ao articular acolhimento, escuta, informação e lazer, o projeto tem contribuído para a permanência desses estudantes e para a construção de uma cultura institucional mais inclusiva e democrática, em que pesem as dificuldades persistentes. Destarte, as ações implementadas têm sido importantes na promoção da equidade e do direito à diversidade no espaço universitário.

4 Considerações Finais: Os resultados aqui socializados demonstram que o projeto de extensão “Acessibilidade e Diversidade no Espaço

Universitário…” constitui uma estratégia qualificada para a permanência de estudantes PcD na UFPA, precisamente nos cursos do ICSA. Contudo, sua atuação tem se expandido para além do escopo inicial, alcançando discentes de outros Institutos e até familiares que acompanham a trajetória universitária desses jovens. Esse crescimento evidencia a relevância social do projeto, bem como a capacidade da equipe em lidar com demandas emergentes e crescentes. Desse modo, ao articular acolhimento, escuta, ações formativas e atividades culturais, o projeto se consolida em seu papel de construir uma universidade mais inclusiva e acessível, em que pesem os muitos desafios por serem superados.

Palavras-chave: Extensão universitária; Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Universidade Federal do Pará.

Referências

MENDES, Ana M. **Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário:** compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA: relatório de extensão. Belém: ICSA/UFPA, 2024.

MENDES, Ana M. **Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário:** compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA: relatório de extensão. Belém: ICSA/UFPA, 2020.

MENDES, Ana M. **Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário:** compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA: relatório de extensão. Belém: ICSA/UFPA, 2018.

Contabilidade e Gestão: Diversidade, Sustentabilidade, Empreendedorismo e Ética nas Organizações da Amazônia

Coordenadores(as)

Aleff dos Santos Santana

Márcia Athayde Moreira

Ivanete Nazaré Santa Rosa Campos

Marcelene Dias da Paz Veloso

GT 3

Sustentabilidade do meio ambiente de trabalho: sustentabilidade social e saúde

Ellana Barros Pinheiro[1]

1 Introdução: As questões de saúde do trabalho extrapolam a relação individual para tornarem-se questões coletivas quando se passa considerar o direito à um meio ambiente de trabalho equilibrado e sustentável que permite promover a dignidade humana e privilegiar uma efetiva proteção à saúde do trabalhador, abandona-se a concepção da qual se visualiza a saúde do trabalhador sob o prisma monetarista e privatista em dissonância com a posição de proeminência de que se revestem os direitos humanos. Com meu ingresso no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, me deparei com afastamentos e requerimentos administrativos de licença para tratamento da saúde mental junto a ausência de acompanhamento ou estudos a respeito da saúde do trabalhador nas modalidades existentes, seja em teletrabalho ou presencial, consubstanciando assim, o interesse em estudos e aproximações de categorias que proporcionam a reflexão a respeito desses aspectos. O resumo busca esclarecer que o meio ambiente laboral é o resultado do conjunto de interações e influências presentes no desenvolvimento do trabalho, partindo de uma ideia integrativa acerca de meio ambiente no qual há de se considerar a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural à luz da sustentabilidade.

2 Metodologia: A adoção do *método* neste estudo se deu pelo método dialético de interpretação da realidade. A concepção dialética se fundamenta em Hegel, onde para este filósofo "a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem e dão origem a novas contradições que passam a requerer solução" (Gil,2014, p. 13). Este resumo é fruto de aproximações teóricas por meio de Pesquisa Bibliográfica e Documental em

[1] Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT8 PA/AP. E-mail: lanaxmiss@hotmail.com.

consonância com o Projeto de Pesquisa desenvolvido no âmbito institucional do TRT8 sobre a Sustentabilidade do Meio Ambiente do Trabalho, Saúde do Trabalhador e os Riscos Psicossociais concernentes ao Poder Judiciário de minha coordenação que apresenta como *técnica de coleta de dados* a aplicação de questionários via Formulário online baseados no Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho – PROART (Facas, 2021) que está fundamentado em abordagens críticas e clínicas do trabalho. Os riscos psicossociais definidos no PROART são definidos como o conjunto de fatores da organização do trabalho, estilos de gestão, sofrimento e danos que impactam no adoecimento mental pelo trabalho. Sua aplicação é voltada para o mapeamento dos riscos psicossociais a partir de escalas elaboradas para investigar esses fatores, assim como estudos de prontuários médicos de servidores (licenças-médicas, afastamentos, advento de programas específicos de suporte organizacional, remoções, distribuições, readaptações, aposentadorias) pelo período de 12 meses.

3 Resultados e Discussão: A partir do conceito de sustentabilidade social, intenta-se revelar que o exercício de um trabalho digno – onde a saúde física e mental e a vida sejam efetivamente respeitadas – é essencial para a minimização das expressões da questão social. Além disso, com base na própria estruturação do texto constitucional que elevou ao patamar o valor social do trabalho, a livre iniciativa e o meio ambiente, se revela a estreita relação mantida entre as questões ambiental e social.

Entende-se como meio ambiente laboral o resultado do conjunto de interações e influências presentes no desenvolvimento do trabalho. Essa ideia integrativa acerca de meio ambiente laboral está alinhada com as perspectivas holística e humanista de meio ambiente contidas na Lei de Política Nacional de Educação Ambiental em seu artigo 4°, inciso II, segundo o qual há de considerar-se a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural à luz da sustentabilidade (Ribeiro, 2009). O direito ao trabalho decente é um objetivo a ser alcançado apesar

da questão do conflito de interesses entre capital-trabalho, estabelecendo como patamar de referência para as relações de trabalho, o respeito ao ser humano e a valorização do trabalho. A proteção do meio ambiente do trabalho está vinculada diretamente à saúde do trabalhador, razão porque se trata de um direito de todos. Apesar de o Direito do Trabalho regulamentar as relações diretas entre empregado e empregador, com natureza de direito privado, as normas de saúde, higiene e segurança não são normas atinentes exclusivamente ao contrato individual de trabalho, pois transpassam a individualidade, lesionando toda a coletividade. Cuida-se do reconhecimento de que fenômenos ambientais, sociais, biológicos e psicológicos estão em permanente interação, influenciam-se mutuamente e que devem ser visualizados sob o enfoque da sustentabilidade. Sustentabilidade não somente ecológica, como também social (Godinho, 2007).

4 Considerações Finais: Conclui-se que o exercício das atividades em local adequado e seguro, possibilitando o livre desenvolvimento da personalidade é um direito humano e fundamental de todo trabalhador, a partir do abandono da concepção tradicional de tutela do meio ambiente do trabalho, por meio da qual se visualiza a saúde do trabalhador sob o prisma monetarista e privatista em dissonância com a posição de proeminência de que se revestem os direitos humanos. Cria-se assim a necessidade de uma concepção holística do meio ambiente laboral, de modo a percebê-la como um aspecto do meio ambiente global ao qual também se aplicam a Teoria Geral do Direito Ambiental e seus princípios fundamentais em face de um marcante conteúdo axiológico, justo e benéfico ao trabalhador e a toda sociedade (Ribeiro, 2009).

Palavras-chave: Sustentabilidade; Meio Ambiente do Trabalho; Saúde do Trabalhador.

Referências

FACAS, Emílio Peres. **Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed.6 reimpr. São Paulo: Atlas,2014.

GODINHO Delgado, Maurício. Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho. *In*: SILVA, Alessandro da *et. al*. **Direitos Humanos:** essência dos direitos do trabalho. São Paulo: LTR, 2007.

RIBEIRO Schinestsck, Clarissa. **A importância da visão integrativa e humanista do meio ambiente do trabalho para a proteção da saúde dos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Direito) - PUC – SP, São Paulo, 2009.

O mito do desenvolvimento na Amazônia

Nelson Henrique dos Santos Lima[1]
Cleidianne N. S. Crispim[2]

1 Introdução: O Este estudo analisa a expansão do capitalismo na Amazônia brasileira, tomando a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) como exemplo das contradições do sistema. Desde o século XX a região foi alvo de políticas desenvolvimentistas que priorizaram a exploração de recursos naturais, subordinando populações tradicionais e ecossistemas à lógica capitalista. Nesse sentido, apresenta-se uma investigação baseada nas obras de Karl Marx, David Harvey e Celso Furtado para refletir sobre o laboratório do capitalismo e a Amazônia.
O estudo destaca a essencialidade dos recursos naturais amazônicos, que são imprescindíveis à vida no planeta, e os assentamentos de projetos em solos Amazônicos, que prometem "progresso" e "desenvolvimento" em diversos segmentos, desde o ponto de vista econômico, social e ambiental, que devem ser analisados e acompanhados criticamente.

2 Metodologia: Este estudo adota uma abordagem crítico-dialética, fundamentada nas obras Karl Marx (1867), David Harvey (2004) e Celso Furtado (1974), para analisar as dinâmicas do capital aos projetos na Amazônia ao longo do século XX, em que se destaca a construção da UHEBM. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, alinhando aos períodos de "tentativa" de "integrar" à Amazônia aos parâmetros estatais de modernização.

3 Resultados e Discussão: Neste trabalho, as abordagens apresentam-se divididas em quatro partes principais, e claro, além da introdução. A primeira, denota a construção de Belo Monte e como ela se inseri no

[1] Discente do curso de graduação em Economia na Universidade Federal do Pará. E-mail: nelson.santos@icsa.ufpa.br.
[2] Docente Adjunta III da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FACECON/ICSA-UFPA). E-mail: cleidianne@ufpa.br.

processo de acumulação de capital, com base nas ideias de Karl Marx, discutindo os interesses econômicos por trás do projeto e seus impactos sobre a natureza e o trabalho. Na segunda, utiliza-se as contribuições de David Harvey para analisar como a transformação do território na Amazônia reflete a lógica da espoliação, abordando a produção do espaço, a financeirização do projeto e os impactos sobre as comunidades locais. Na terceira parte, conecta-se Celso Furtado, para discutir como Belo Monte reflete a dependência do Brasil em relação a um modelo de desenvolvimento que beneficia principalmente as elites e os países centrais, enquanto perpetua o subdesenvolvimento das regiões periféricas.

4 Considerações Finais: Os desastres socioambientais e as crises globais tem se acentuado no decorrer dos anos, e é mostrado mais do nunca preocupantes. Nessa conjectura, evidenciam a urgência de uma crítica profunda ao sistema capitalista. A análise de projetos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, à luz das teorias de Karl Marx, David Harvey e Celso Furtado, revela como o capitalismo segue uma lógica de expansão no espaço e tempo, acima da vida e do meio ambiente, gerando desigualdades, exclusão social e degradação ambiental. O desenvolvimento atual, tal como vemos em projetos como Belo Monte, emanam uma posição alarmante das ações cruéis do capital no tempo e no espaço. Assim, o rio Xingu, outrora um espaço de vida e subsistência para indígenas, ribeirinhos e quilombolas, foi transformado em um recurso energético. A Transformação do espaço geográfico reflete a lógica do capitalismo, criando e desenvolvendo espaços, “favorável à sua própria reprodução e subsequente evolução” Harvey (2016).

Palavras-chave: Capitalismo; Amazônia; Belo Monte (PA); Desenvolvimento.

Referências

ARAUJO, M. M. V; PINTO, K. J.; MENDES, F. O. A Usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas. **Planeta Amazônia:** Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n. 6, Macapá, p. 43-51. 2014.

BIELSCHOWSKY, RICARDO. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, p. 489506. 1989.

CRISPIM, C. N. S. **Tradição e capitalismo na Amazônia:** modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

FURTADO, Celso. Características Gerais da Economia Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-38. 1950.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

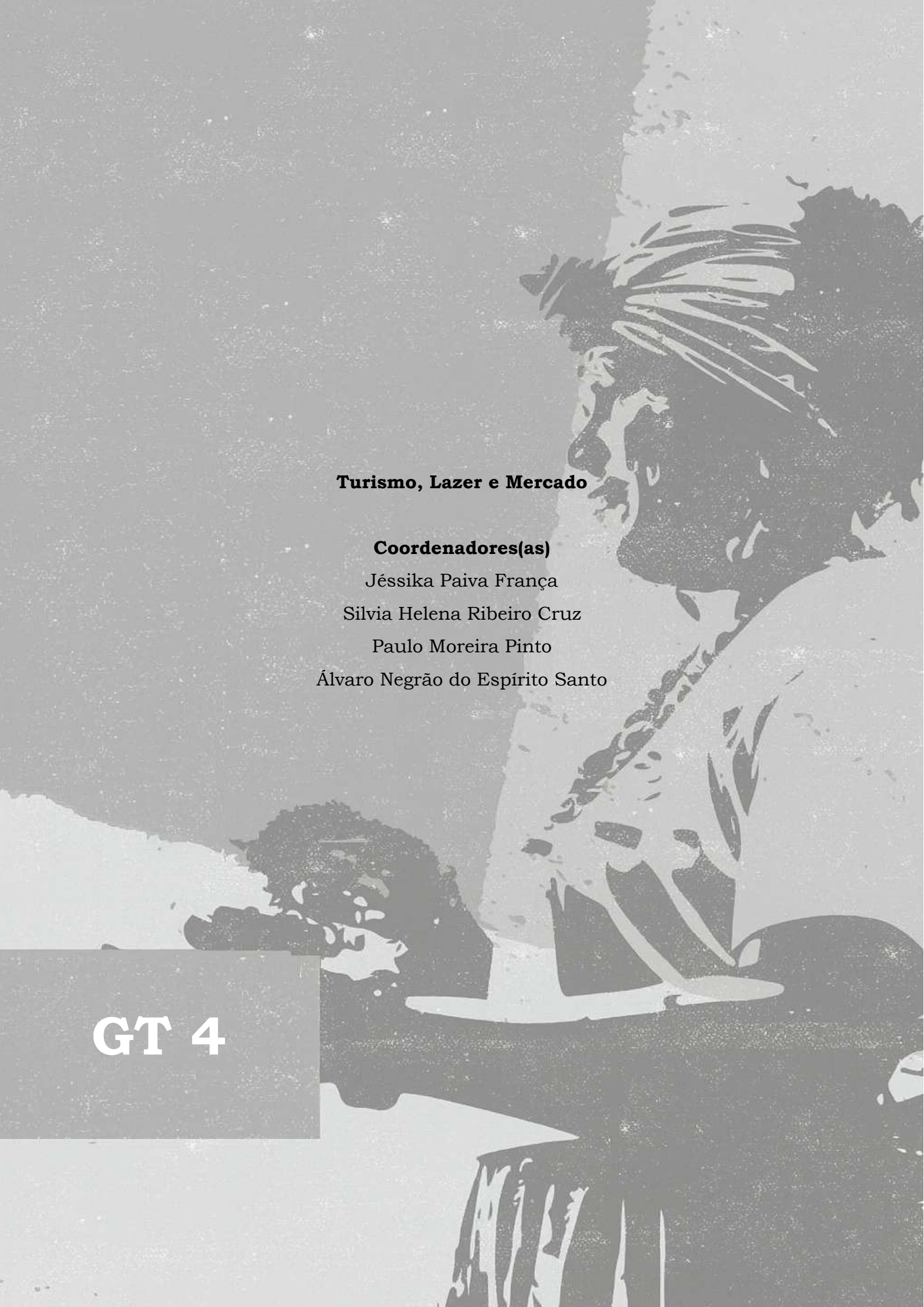
MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política - Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política - livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política - livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização:** Amazônia, jardim de águas sedento. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTANA, A. B. A BR-163: “Ocupar para não entregar”: a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH/UFC, 2009.



Turismo, Lazer e Mercado

Coordenadores(as)

Jéssika Paiva França

Silvia Helena Ribeiro Cruz

Paulo Moreira Pinto

Álvaro Negrão do Espírito Santo

GT 4

Cultura popular e turismo de experiência: o potencial das festas de aparelhagens em Belém-PA

Larissa Cristina Mesquita Pereira[1]
Lorrane dos Santos[2]
Graziele Silva de Souza[3]
Marcelo do Carmo Arruda Ferreira Junior[4]
Jéssika Paiva França[5]

1 Introdução: O turismo de experiência surge no final do século XX como uma forma de proporcionar vivências sensoriais e afetivas, permitindo que os visitantes estabeleçam conexões profundas com a cultura local (SEBRAE, 2015). Diferentemente do turismo tradicional, centrado no consumo de bens e serviços, o turismo experiencial valoriza experiências emocionais significativas, nas quais o visitante deixa de ser espectador e se torna protagonista de sua própria viagem (Panosso Netto; Gaeta, 2010). A festa de aparelhagem, manifestação cultural típica de Belém do Pará, surgiu entre as décadas de 1940 e 1950, inicialmente chamada Sonoro. A estrutura conhecida como "Boca de Ferro" utilizava projetores de som e discos de carnaúba, exigindo troca periódica das agulhas. Em alguns locais, o termo "equipe de som" também era usado para designar essas aparelhagens, que realizavam festas em salões de dança e se comparavam às gafieiras da periferia (Rocha, 2020). Com o Brega e o Tecnobrega, essas festas passaram a atrair grandes públicos, oferecendo experiências marcadas por estímulos auditivos e visuais, como pirotecnia e identidade visual própria. Assim, as aparelhagens tornaram-se fenômenos socioculturais que refletem a identidade e o cotidiano dos bairros periféricos de Belém. Além de manifestações culturais e espaço de lazer, essas festas podem ser entendidas como potenciais atrativos turísticos, capazes de oferecer experiências autênticas e imersivas aos visitantes. Tal potencial é reforçado por propostas de roteiros sensoriais

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: arissa.pereira@icsa.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: tourslorrane@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. E-mail: grazielesouzatuor@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. E-mail: marcelojunior855515z@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará. E-mail: jfranca@ufpa.br.

que simulam a vivência de turistas, incluindo atividades como aulas experimentais de tecnobrega, acompanhamento de guias locais e transporte organizado, visando proporcionar uma imersão completa na cultura nas festas de aparelhagem. Neste contexto, o trabalho propõe analisar as festas de aparelhagem como experiências de lazer que articulam cultura, entretenimento e identidade local, além de discutir o seu potencial como atrativo turístico sustentável para visitantes interessados em vivenciar a riqueza cultural de Belém. A investigação busca compreender de que forma essas manifestações, enraizadas no cotidiano das periferias urbanas, podem ser ressignificados no campo do turismo de experiência, revelando-se não apenas como práticas de sociabilidade e resistência cultural, mas também como elementos estratégicos para a valorização da economia criativa e para a promoção de um turismo mais inclusivo e conectado às realidades amazônicas.

2 Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, com entrevistas semiestruturadas junto a visitantes/turistas interessados nas festas de aparelhagens em Belém e observação direta em eventos selecionados. Essa abordagem permitiu captar tanto os discursos e percepções dos participantes quanto os elementos sensoriais e simbólicos vivenciados, assegurando uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado. A seleção dos participantes utilizou amostragem por redes ("bola de neve"), adequada quando o acesso ao público-alvo depende de indicações em cadeia (Coleman, 1958). Dessa forma, foi possível reunir um conjunto diversificado de participantes, provenientes de diferentes regiões do Brasil e também de países estrangeiros, o que contribuiu para ampliar o olhar sobre as festas de aparelhagens como um possíveis experiências turísticas. O desenho e a condução do trabalho de campo seguiram orientações clássicas de métodos em pesquisa social (Gil, 2008). O material empírico foi submetido à análise de conteúdo, com codificação temática e categorização progressiva, conforme (Bardin, 2002), permitindo o agrupamento de unidades de registro em eixos analíticos (experiência turística; lazer e lugar; economia criativa e

territorialidades). Essa estratégia analítica possibilitou identificar padrões de significados e interpretação recorrentes, permitindo estabelecer conexões entre os relatos dos turistas que participaram da pesquisa, as observações e o referencial teórico adotado.

3 Resultados e Discussão: Os relatos indicam uma forte busca por vivências autênticas e sensoriais, envolvendo música, dança, efeitos de luz e interação direta com DJs e público, característica central do turismo de experiência, no qual o valor da viagem está na coparticipação do visitante na vida local, tornando-o protagonista da experiência (Netto; Gaeta, 2010). A pesquisa identificou um perfil diversificado de turistas, abrangendo diferentes regiões do Brasil, como São Luís, Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Salvador, bem como visitantes internacionais provenientes de Moçambique, Timor-Leste, Bélgica e Chile, evidenciando o potencial de difusão global das festas de aparelhagem. Em relação ao conhecimento prévio, 81% dos entrevistados já haviam ouvido falar das festas, principalmente por meio das redes sociais, evidenciando o papel da comunicação digital na circulação simbólica da cultura. Sobre o interesse em participar, 72% afirmaram desejar vivenciar a experiência, enquanto 18% não demonstraram interesse e 10% permaneceram indecisos. Um dos entrevistados resumiu essa motivação ao afirmar: “quero ter essa experiência corporal e sentir a emoção do famoso rock doido”. A observação direta durante o evento da aparelhagem Carabao confirmou a intensidade estética e sensorial da experiência: a sonoridade característica do tecnobrega, os efeitos de luz e fumaça, a dança espontânea do público e símbolos visuais marcantes, como a escultura do búfalo, mostram que essas festas não são apenas apresentações musicais, mas verdadeiros espetáculos em que os visitantes se integram ativamente. Do ponto de vista teórico, as festas de aparelhagem dialogam com a concepção de lazer como patrimônio coletivo urbano (Marcellino; Barbosa; Mariano, 2007), funcionando como espaços de sociabilidade e resistência cultural. Além disso, aproximam-se do conceito de “pedaço” (Magnani, 1996), entendido como território

simbólico de pertencimento, no qual comunidade e turistas compartilham práticas de lazer e interação social, fortalecendo vínculos culturais e a percepção de identidade local.

4 Considerações Finais: As festas de aparelhagens em Belém-PA revelam-se como manifestações culturais de grande relevância social, econômica e turística. A pesquisa demonstrou que essas práticas atraem visitantes de diferentes origens nacionais e internacionais, despertando interesse sobretudo pela autenticidade e intensidade da experiência sensorial, confirmando o caráter participativo e imersivo do turismo de experiência (Netto; Gaeta, 2010). Do ponto de vista teórico, os resultados dialogam diretamente com os estudos sobre lazer como patrimônio coletivo urbano (Marcellino; Barbosa; Mariano, 2007), uma vez que os eventos extrapolam o mero entretenimento, configurando-se como espaços de sociabilidade, memória e identidade. Também se relacionam com a noção de "pedaço" (Magnani, 1996), entendido como território simbólico de pertencimento, no qual a comunidade local e os visitantes compartilham práticas de lazer e reafirmam vínculos culturais. Para além do campo simbólico, as festas de aparelhagem também movimentam cadeias econômicas locais, envolvendo DJs, técnicos de som, produtores, vendedores ambulantes e pequenos empreendedores, o que as aproxima do conceito de economia criativa. Esse aspecto reforça seu potencial para garantir circuitos turísticos formais, seja por meio de pacotes culturais, seja como parte de um calendário oficial de eventos da cidade. No entanto, ainda persistem desafios relacionados ao estigma e à marginalização dessa manifestação, frequentemente associada a preconceitos sociais e territoriais. Tais barreiras reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização da cultura popular urbana, garantindo infraestrutura, segurança e reconhecimento institucional. No âmbito da realização da COP-30 em Belém, surge uma oportunidade estratégica para internacionalizar as festas de aparelhagens, projetando-as como expressão singular da Amazônia urbana diante de um público global. Mais do que eventos musicais, as aparelhagens se afirmam como

expressões de pertencimento, resistência e criatividade popular, capazes de articular lazer, identidade e desenvolvimento turístico de forma sustentável. Neste sentido, configuram-se como patrimônio cultural imaterial da Amazônia urbana, reafirmando sua importância como símbolo de resistência e identidade.

Palavras-chave: Turismo de Experiência; Vivência Sensorial; Festas de Aparelhagem; Cultura Popular.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. S95–S120, 1958.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGNANI, M. Pedaços de cidade: territórios simbólicos e processos de apropriação do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 63–80, 1996.

MARCELLINO, R.; BARBOSA, L. C.; MARIANO, R. **Lazer e patrimônio urbano:** sociabilidade e memória coletiva. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, V. L.; GAETA, M. L. **Turismo de experiência:** tendências e práticas contemporâneas. São Paulo: Aleph, 2010.

PANOSSO NETTO, Alexandre (org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

ROCHA, Flávia. O arrasta-povo do Pará. **Jornal Beira do Rio**, 15, jun. 2020.
SEBRAE. **Turismo de experiência.** Recife: Sebrae/PE, 2015.

Turismo na Ilha de Algodoal: história do carimbó e sua relação com a atividade turística

Elenice Souza Matias[1]
Diana Priscila Sá Alberto[2]

1 Introdução: A Vila de Algodoal também é conhecida como Maiandeua, que significa Mãe Terra, na língua Tupi (Quaresma, 2003). Possui 14 km de praia e apresenta um clima quente e úmido, predominância da natureza, Área de Proteção Ambiental – APA com 752 km², distante da capital – Belém (capital do Pará) 147 km. Desde 1980 a ilha vive em torno do turismo e da pesca. A ilha de Algodoal é composta de quatro vilas: Algodoal, Fortalezinha, Camboinha e Mocooca (Quaresma, 2003). É importante ressaltar que na década de 1990 já se discutia tornar o espaço territorial da ilha em Unidade de Conservação – UC. Trazer o turismo, como mais um viés de debate acerca das questões atuais é muito significativo, pois, a atividade está se tornando cada vez mais importante na configuração da dinâmica da sociedade atual (Alberto, 2010). Diferentes são estudos que acabam por serem objetos do fenômeno turístico (Panosso Netto, 2005), que não somente os de cunho econômico, mas principalmente, os ligados às ciências humanas estão tornando a atividade um modelo novo de ampliação para questões globais, como a democratização da cultura, e mais atualmente as mudanças climáticas. Estas vertentes discursivas estão cada vez mais juntas do turismo. A cultura é um dos elementos principais que se agrega a atividade turística, pois, esta traz consigo uma obliquidade com relação às transformações onde ela se insere, assim o carimbó, por fazer parte da cultura do Pará, se estende por diferentes regiões do estado, entre eles a ilha de Algodoal. De acordo com Silva (2020) historicamente o carimbó no século XIX foi retirado do centro da capital, o gênero musical ainda segundo o autor perpetuou na zona rural do estado. Ao tratar sobre o tema é importante referendar o clássico trabalho de Vicente e Marena Salles (1969) em que

[1] Discente do curso de Turismo. Faculdade de Turismo/UFPA. E-mail: elenicesouza89@gmail.com.
[2] Docente da Faculdade de Turismo/UFPA. E-mail: dianaalberto@ufpa.br.

estes historiadores constroem uma historicidade do gênero musical na capital, e relaciona o ritmo aos denominados batuques. A discussão envolta do artigo de Silva (2020) expressa essa passagem da cidade para rural, na qual não se desloca do debate em curso da história do carimbó na região de Maracanã, em especial na ilha de Algodoal. O carimbó é um ritmo musical que se tornou Patrimônio Cultural e Imaterial no Brasil em 2014. Na vila de Algodoal o carimbó se faz presente há décadas no cotidiano dos moradores, em momentos de lazer e como fonte de renda em apresentações locais para os turistas. Com letras e versos que falam das relações com a natureza e a vida cotidiana dos moradores, resgatar a história do carimbó nativo é importante para a perpetuação de sua memória e resgate da identidade local, inclusive como fomento ao turismo como atrativo cultural (Huertas, 2014). Com base nessa apresentação a problemática desse resumo é analisar como o carimbó tem sido incorporado na história do turismo na ilha de Algodoal? E a partir dessa pergunta o objetivo do trabalho é analisar parte da história do carimbó da Vila de Algodoal, e sua conexão com o turismo na ilha, por meio de jornais matérias jornalísticas sobre a cultura da dança e ritmo paraense. Como justificativa para essa pesquisa ressalta-se a importância de se escrever um trabalho sobre o tema a partir da pesquisa histórica, quando se buscam fontes para entender essa relação. O tema em debate é novo na Faculdade de Turismo, pois o viés historiográfico ainda está em construção, com relação as pesquisas em turismo. Por fim, é justificável apresentar a importância da cultura paraense, por meio do carimbó, e destacar a ilha de Algodoal como expoente dessa cultura e do turismo. Com relação a história do turismo é significativo expressar que a história nos últimos 15 anos tem ajudado o fenômeno turístico por meio de sua teoria, mas por de utilizar sua metodologia como campo de pesquisa para o turismo. Pensar a historicidade do turismo, por meio de jornais, por exemplo, é importante, como demonstrou Guimarães (2013) ao fazer uma extensa pesquisa de como a palavra turismo surge em dois periódicos importantes de São Paulo (Folha da Noite e Folha da Manhã) para acompanhar como a palavra “turismo” vem ao aparecendo nas notícias,

ao longo de pelo menos em 15 anos. Com base no estudo da autora, foi possível acompanhar a trajetória de como a palavra turismo evoluiu de uma simples relação com uma marca de um carro até chegar à relação com uma nova atividade que estava despontando no Brasil, a partir de 1930/1940. E com base nesse texto, é possível escrever trabalhos em que se relaciona, por exemplo, como o carimbó está relacionado ao turismo na ilha de Algodoal, no interior no Pará.

2 Metodologia: A pesquisa turismo segundo Dencker (1998) é vista a partir do viés interdisciplinar, e com isso consegue congregar diversas disciplinas, entre elas atualmente a história. Ao adentrar no campo metodológico da história é preciso compreender que o campo historiográfico é diferente do campo de estudo das ciências sociais aplicadas. Desse modo, o campo de pesquisa desse resumo foram as fontes de jornais. A pesquisa no campo histórico possibilita ao pesquisador (a) o mergulho em determinado período da história de um fato e/ou personagem (Janotti, 2015). Assim, o processo de metodológico desse resumo tem como base fontes jornalísticas dos anos de 1980 e 1990. A coleta das fontes iniciou em dezembro de 2024 e finalizaram, preliminarmente, em junho de 2025. Inicialmente, foram encontradas 40 ocorrências no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, sendo 25 selecionadas inicialmente, e destas 12 foram utilizadas para este resumo. A princípio o recorte temporal era de 1990 a 1999, mas foi necessário expandir a pesquisa para uma década anterior (1980), pois foi importante entender, por meio de fontes, como surgi a discussão do turismo na ilha de Algodoal, e com isso ampliar as discussões sobre cultura, por meio da música e do turismo. Além da pesquisa documental, esse trabalho também realizou uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de turistificação da ilha de Algodoal, a partir de Quaresma (2003), dos estudos sobre o turismo de Panosso Netto (2005) e Alberto (2010) com apontamentos sobre a história do turismo no capitulo de Guimarães (2013). Com relação ao carimbó estudos de Silva (2020) em uma abordagem mais atual sobre a pesquisa história do gênero musical

e sua influência na cidade e no campo rural, sem esquecer o estudo clássico de Salles e Salles (1969).

3 Resultados e Discussão: Como resultados preliminares é importante notar como havia a urgência em aprovar a APA de Algodoal-Maiandeua como primeira do estado do Pará, isso demonstrava que o território necessitava da preservação legal para se manter, e a atividade turística já se fazia presente naquele momento, de acordo com Diário do Pará de 1990 (Brasil, Hemeroteca, 2024-2025). Aqui nota-se como o turismo despontava, mas a preocupação em proteger o espeço era um debate significativo, que inclusive estava relacionado com a cultural local, como a pesca, e esta faz parte do imaginário de muitas canções de carimbó. Outro aspecto que a pesquisa aponta que une o turismo a cultural, era que a região do Salgado, onde fica a ilha de Algodoal já desde o final de 1980 já se tornava área de interesse cultural e turístico, pois segundo fonte do jornal Diário do Pará de 1987 (Brasil. Hemeroteca, 2024-2025), o estado estava promovendo o inventário cultural e turístico da microrregião do Salgado, e lá surge a ilha de Algodoal como local de pesquisa. Isso demonstra a importância da região não somente para catalogar os conhecimentos tradicionais, como pensar o espaço por meio da intervenção turística. Em uma outra fonte, também do Diário do Pará de 1986 (Brasil. Hemeroteca, 2024-2025), o carimbó é colocado como elemento importante para representar a cultura paraense para os turistas, a notícia trata de um hotel na capital para investir na cultura local como atrativo naquele recinto. Por fim, fontes da década de 1990 já apontam, mesmo que indiretamente, a importância do carimbó na ilha, e sua significância para o turismo, pois a ilha de Algodoal já atraia turistas, não apenas para o turismo de sol e mar, mas pela cultura local também.

4 Considerações Finais: O estudo do turismo por meio da história tem sido feito ao longo dos últimos 15 anos e tem oferecido novos caminhos epistemológicos para entender esse fenômeno, que tem sim uma

historicidade muito mais antigo do que é colocada no século XX. Quanto ao objetivo em analisar parte da história do carimbó da Vila de Algodoal, e sua conexão com o turismo na ilha afirmar-se que este aconteceu, pois, por meio da pesquisa, as fontes apontaram a importância da ilha como local a ser protegido, principalmente da criação da APA, como plano para a proteção ambiental e, consequentemente, da cultura local, tais desdobramentos foram passos importantes nessa relação entre a cultura e o turismo na ilha, que já se fazia presente desde a década de 1980.

Palavras-chave: Turismo; Carimbó; Ilha de Algodoal (PA).

Referências

ALBERTO, Diana P. Sá. **Políticas públicas, turismo e unidades de conservação**: uma experiência em Cancão, Serra do Navio/AP. 174 f. Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2010.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Acervo da Hemeroteca**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Acesso em: dez 2024 a jun. 2025. Disponível: https://bndigital.bn.gov.br/ – 2024, 2025.

DENCKER, Ada de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

GUIMARÃES. Valéria L. O turismo brasileiro nas páginas dos jornais paulistanos Folha da Manhã e Folha da Noite (1930-1945). *In*: CASTRO, Celso et. al. (org.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 211-219.

HUERTAS, B. M. O carimbó: cultura paraense, patrimônio imaterial do Brasil. **Revista CPC**, v.18, p. 81-105, 2014.

JANOTTI, M. de L. O livro 'Fontes históricas' como fonte. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-15.

PANOSSO NETO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

QUARESMA, Helena Doris de A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na área de Proteção Ambiental de Algodoal/Maiandeua. Belém: NAEA, 2003.

SALLES, Vicente; SALLES, Marena. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. **Revista Brasi-leira de Folclore**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 25, setembro/dezembro, 1969, pp. 231-245.

SILVA, Edilson M. Costa da. Carimbós em Belém no Século XIX. **Kwanissa**, São Luís, n. 6, p. 156-171, jul/dez, 2020.

Perfil dos visitantes do Parque da Cidade na Belém (PA) pré-COP30

Rosalia Mescouto Cardoso[1]
Vânia Lúcia Quadros[2]

1 Introdução: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa maior em andamento sobre espaços de interesse turístico. Tomou como objeto de estudo o Parque da Cidade que é um parque urbano recém-inaugurado na capital paraense, Belém (PA), com áreas de lazer, esporte e de convivência para os visitantes. Foi escolhido como principal espaço físico para 30ª Conferência das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro deste ano de 2025, em Belém. Nesse contexto, a questão que incitou a pesquisa é qual o perfil dos visitantes do Parque da Cidade Belém (PA) no contexto pré-COP30? O objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil dos visitantes do Parque da Cidade, Belém (PA) no contexto pré-COP30. A justificativa para a realização da pesquisa ora relatada se deve ao fato desse Parque ser um espaço novo na cidade de Belém. Bem como por ele ter sido definido como um dos locais que serão utilizados para a realização da COP30.

2 Metodologia: a pesquisa realizada caracteriza-se, de acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), como: exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, congregando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A primeira versou sobre turismo e lazer, para o delineamento teórico que embasou a pesquisa; a segunda foi realizada nos meios de comunicação (internet, jornais *online*) e nas redes sociais, notadamente o Instagram, do Governo do Pará e do Parque da Cidade. Quanto à pesquisa de campo, esta foi realizada nos dias 10, 12 e 14 de julho de 2025, sendo cada dia em um turno diferente (manhã, tarde e noite), contando com observação direta e registro fotográfico; e de aplicação de 36 formulários composto de 10 perguntas, sendo oito

[1] Universidade Federal do Pará, Graduanda em Turismo. E-mail: liacoutoso@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. E-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com.

fechadas e duas abertas. Como referencial teórico utilizou-se Panosso Netto (2010), que discute os principais conceitos e ideias sobre o turismo; que está inicialmente associado à economia (mercado); Marcellino (1996), que destaca o lazer como direito social para a população, com possibilidade de novas experiências; e Figueiredo e Bahia (2016), que aborda algumas das principais características que o lazer possibilita para a população tais como a sociabilidade, as experiências e as aprendizagens.

3 Resultados e Discussão: O Parque da Cidade foi projetado pelo Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e sua construção contou com aporte financeiro da Vale. Sua gestão é compartilhada pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT); pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), que é responsável pela organização das áreas de esporte e lazer; e pela Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), que gerencia as estratégias de comunicação social e a divulgação das mídias para os órgãos governamentais. Sua estrutura abrigará, ainda, mais áreas de lazer, esporte e de convivência mencionadas anteriormente, um centro gastronômico e outros espaços que serão entregues posteriormente a 30ª Conferência das Nações Unidas de Mudanças Climáticas (COP30). Esteve aberto para a visitação pública de moradores locais e turistas durante o mês de julho de 2025. Entretanto, o Parque precisou ser fechado temporariamente, a partir do dia 18 de agosto, para ajustes nos pavilhões que serão utilizados para a COP30, sendo que a Organização das Nações Unidas (ONU) será responsável pela área até o final do evento. Está com a reabertura planejada para dezembro de 2025. No entanto, há debates sobre como será o fluxo de moradores e turistas no Parque da Cidade depois da COP30, posto que se trata de uma área pública destinada à visitação para que usufruam do espaço em busca de lazer, esporte e vivência; e sobre que público o frequentará, uma vez que o acesso é por meio de transporte particular e algumas linhas de ônibus. Os resultados encontrados apontam que, durante o período estudado, dos 36 entrevistados, 29 são

de Belém, 05 de Ananindeua, 01 de Castanhal, 01 do Rio Branco (AC); 17 são do sexo feminino e 19 do sexo masculino; a faixa etária predominante é de 21 a 50 anos. Observou-se que o Parque é mais visitado aos fins de semana e à noite, o que pode ocorrer devido a grande maioria dos visitantes terem disponibilidade somente nesses períodos em função de suas atividades laborais e/ou educacionais. Os resultados apontam, ainda, que os principais motivos da visitação no Parque são por lazer, para conhecer o novo espaço, recreação, prática de esportes e para a participação na colônia de férias oferecida pelo Governo do Pará para as crianças no período de julho.

4 Considerações Finais: Conclui-se que o perfil dos visitantes do Parque da Cidade, Belém (PA) no contexto pré-COP30 é de moradores locais, da capital paraense e da Região Metropolitana de Belém (RMB), que buscam lazer e práticas de esportes para o bem-estar; além de conhecer o espaço na companhia da família e/ou de amigos. O que o caracteriza como espaço de lazer para a população local e não, ao menos ainda, como atrativo turístico. E que, neste primeiro momento de abertura do Parque, os visitantes caracterizaram-se como público jovem, masculino e morador de Belém. Porém, posteriormente à COP30, estima-se que o Parque da Cidade pode vir a ser frequentado por turistas que visitarão a cidade. As obras do Parque estão em fase de finalização, havendo mais atrativos como o espaço gastronômico que impulsionam o mercado de turismo e lazer no Parque. É importante ressaltar a necessidade de continuação da pesquisa, com a aplicação dos formulários e a observação direta em períodos da manhã, tarde e noite, durante os fins de semana e nos dias do início da semana, no período pós-COP30, para caracterizar o perfil dos visitantes no contexto após o evento.

Palavras-chave: Turismo; Lazer; Visitantes; Parque da Cidade; COP30.

Referências

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGUEIREDO, S. L.; BAHIA, M. C. M. **Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer**. Belém: NAEA, 2016.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer:** uma introdução. SP: Autores associados, 1996.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

O marketing turístico digital e a COP30 em Belém (PA)

Bruna Silva da Silva[1]
Vânia Lúcia Quadros[2]

1 Introdução: A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima (Conferência das Partes, COP) é um evento da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) que constitui, juntamente com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica, a tríade de acordos ambientais multilaterais criados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO92), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este ano, 2025, a 30ª edição da COP será realizada em Belém (PA) e contará com a presença de chefes de estado, ministros, diplomatas, representantes da ONU, entre outros. Nesse contexto, a pesquisa ora relatada partiu do questionamento de como a COP30 está sendo apresentada e promovida virtualmente? O objetivo é analisar como a COP30 está sendo apresentada e promovida virtualmente. A relevância está no fato de ser um evento sobre mudanças climáticas na Amazônia.

2 Metodologia: De acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), a pesquisa relatada caracteriza-se como exploratória, descritiva e de abordagem qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre marketing, marketing turístico digital e mídias sociais, para o delineamento do arcabouço teórico e metodológico. E, posteriormente, buscas na internet no período de janeiro a agosto de 2025.

3 Resultados e Discussão: O marketing surge logo após a Revolução Industrial e sua primeira definição é "o desempenho das atividades de negócios que dirigem o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor ou utilizador" (Ama, 1960 *apud* Cobra, 1997 p. 23). Para que

[1] Universidade Federal do Pará, Graduanda em Turismo. E-mail: brusilvasilva10@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. E-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com.

o marketing alcance seu propósito, Kotler e Armstrong (2000) afirmam que é preciso determinar as necessidades e desejos dos mercados-alvo e proporcionar a satisfação desejada. É sob essa perspectiva que surgiu o marketing turístico. Atualmente, dado o alcance da internet, principalmente quanto às mídias sociais, o marketing turístico digital, que possibilita a divulgação em tempo real de destinos/cenários perfeitos para que o turista crie grandes expectativas e deseje ir até eles. Isso não ocorre apenas sobre destinos turísticos. Ramos, Cruz e Guimarães (2024) defendem que "as mídias sociais desempenham um papel fundamental na promoção e captação de eventos, tornando-se um recurso indispensável e essencial para organizadores, participantes e espectadores". Baseado nesses autores foi identificado que a COP30 está sendo apresentada e promovida oficialmente em dois sites (https://cop30.br e https://cop30.belem.pa.gov.br/) e dois perfis no Instagram (@cop30nobrasil) e (@cop30naamazonia). O site https://cop30.br é gerido pelo Comitê da United Nations Climate Change para COP30 no Brasil. Apresenta os conteúdos Sobre a COP30, Presidência, Notícias, Calendário, Serviços, Imprensa; está em 3 idiomas (português, inglês e espanhol), possibilitado alcance e visibilidade maiores. O site https://cop30.belem.pa.gov.br/ é gerido pela Prefeitura Municipal de Belém. Apresenta os conteúdos Belém, capital da COP30; Vem para o Evento?; Transparência na COP30 – Conheça as principais obras da Prefeitura de Belém para a COP30; Notícias; Agenda de eventos; Pretende fazer um evento no período da COP30? E, também, o Formulário de Apoio Institucional, canal de comunicação com a Prefeitura de Belém que objetiva conhecer as necessidades das delegações, organizações, coletivos, empresas e representantes da sociedade civil que participarão do evento, embora o preenchimento dele não garanta o atendimento ou suporte automático. Está em português e libras. O perfil no Instagram @cop30nobrasil é administrado pelo Comitê da United Nations Climate Change; é o perfil oficial da COP30 no Brasil; as publicações estão em português e inglês; possui 43,9 mil seguidores, entre os quais a Prefeitura de Belém e o Governo do estado do Pará; segue 181 outros perfis; tem

346 posts que englobam vários assuntos, tais como as obras realizadas pelo Governo do Pará e pela Prefeitura de Belém, cursos de capacitação, chamada para voluntários. Possui 172 reels de diversos assuntos e as menções que contabilizam mais de 200 marcações. Não possui destaques, mas qualquer pessoa pode marcar o perfil deles em alguma postagem. O perfil no Instagram @cop30naamazonia é o perfil oficial do Governo do Pará sobre a COP30; está apenas em português, dificultando o alcance e a visibilidade para outros países; possui 61,6 mil seguidores, quantitativo que pode ser devido conter "amazônia" no @; segue apenas 4 perfis (Parque da Cidade, Governo do Estado do Pará, Governador e a Vice-governadora). Possui 266 posts, que abordam as obras realizadas na cidade, chamadas para voluntários e cursos de capacitação. Possui 24 reels e 21 menções, mas não possui destaques. Vale ressaltar que os dois perfis no Instagram não se seguem. O que é muito estranho, pois ambos abordam o mesmo assunto. Durante a pesquisa, foi identificado que outros perfis no Instagram também divulgam a COP30. São os perfis pessoais do Prefeito Municipal de Belém (Igor Normando), da Secretária de Cultura e Turismo de Belém (Cilene Sabino), do Governador (Helder Barbalho) e da Vice-governadora (Hana Ghassan) do Estado do Pará.

4 Considerações Finais: Conclui-se que a COP30 está sendo apresenta e promovida em termos virtuais em sites e perfis nas mídias sociais oficiais da Conferência. E que isso ocorre também nos perfis oficiais dos gestores públicos do município de Belém (Prefeito e Secretária Municipal de Cultura e Turismo) e do Governo do Pará (Governador e Vice-governadora). No caso dos perfis oficiais da COP, o objetivo é divulgar e promover o evento em si. Enquanto que nos perfis dos gestores públicos nota-se que o foco é a promoção em termos políticos pessoais.

Palavras-chave: Marketing; Marketing Turístico Digital; Mídias Sociais; COP30.

Referências

COBRA, M. H. N. **Marketing básico:** uma perspectiva brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Introdução ao marketing**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000

RAMOS, N. J. da S.; CRUZ, L. C. O. da; GUIMARÃES, M. R. C. Marketing e Mídias Sociais: a captação do evento 8º Encontro de Observatórios de Turismo - REBOT. **Revista Brasileira dos Observatórios de Turismo:** REBOT, v. 3, n. 1, p. 472-480, 2024.

Lazer em territórios periféricos: o caso do D'Água, Belém-PA

Kewyn Shayd Ferreira Nunes[1]
Jonathan Rodrigues Nunes[2]
Jéssika Paiva França[3]

1 Introdução: O presente estudo analisa as práticas de lazer nas praças públicas localizadas em bairros periféricos do Distrito Administrativo do Guamá (D'Água), em Belém do Pará, destacando a relevância desses espaços para a sociabilidade, a identidade cultural e a efetivação do direito ao lazer. A pesquisa parte do reconhecimento de que o lazer é um direito social previsto na Constituição de 1988 e, ao mesmo tempo, um elemento central para a cidadania e a qualidade de vida. Nas áreas periféricas, onde historicamente se observa a carência de equipamentos públicos e de políticas estruturadas de lazer, as praças assumem papel fundamental como espaços de encontro, convivência e resistência cultural. França (2018) enfatiza que discutir lazer em bairros populares é retomar lutas históricas das classes trabalhadoras por mais tempo livre e melhores condições de vida. Nesse sentido, o lazer não se limita ao descanso ou diversão, mas configura-se como oportunidade de fortalecimento comunitário, desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania (Requixa, 1980). O estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de lazer desenvolvidas em seis praças do D'Água, identificando suas potencialidades e fragilidades, além de discutir o papel do Estado na promoção de espaços públicos inclusivos e humanizadores. Os objetivos específicos incluem mapear formas de uso e apropriação comunitária, avaliar a percepção dos moradores e refletir sobre os desafios e possibilidades do lazer nos bairros periféricos de Belém.

2 Metodologia: A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa (Minayo, 2001), combinando levantamento bibliográfico, observação

[1] Discente do Curso de Turismo pela Universidade Federal do Pará. E-mail: kewynnunes07@gmail.com
[2] Doutora em Arquitetura (USP). Bacharel em Turismo (UFPA). Professora Associada da Faculdade de Turismo da UFPA. E-mail: jfranca@ufpa.br
[3] Mestre em Turismo e Hotelaria, PPGTH-Univali. E-mail: jonathanrodrigues58@hotmail.com

direta, registros fotográficos, georreferenciamento e entrevistas semiestruturadas. Foram analisadas seis praças do Distrito Administrativo do Guamá (D'Água), Canudos, Cremação, Guamá, Jurunas, Condor e Terra Firme, selecionadas pela visibilidade, frequência e apropriação comunitária, conforme a perspectiva de Magnani (1998). A coleta de dados, realizada entre 2023 e julho de 2025, envolveu 36 moradores, seis em cada bairro, buscando compreender práticas de lazer, percepções e usos culturais e esportivos. A análise seguiu orientação indutiva (Bogdan; Biklen, 1994), permitindo a emergência de categorias como segurança, infraestrutura, gênero e apropriação cultural. Reconhecendo as desigualdades socioespaciais de Belém (Cardoso; Miranda, 2019), a metodologia possibilitou compreender as praças não apenas como equipamentos de lazer, mas como espaços de sociabilidade, resistência cultural e afirmação do direito à cidade.

3 Resultados e Discussão: Os resultados indicam que as praças periféricas de Belém cumprem papel essencial na vida comunitária, embora apresentem sérias limitações estruturais que comprometem o pleno exercício do lazer. A baixa frequência de uso, relatada por 55,6% dos entrevistados, está associada à insegurança, à iluminação precária e à falta de manutenção, somando-se a problemas como ausência de banheiros, acúmulo de lixo, equipamentos quebrados, áreas degradadas e pouca arborização. A violência urbana e a ausência de policiamento comunitário reforçam esse cenário, enquanto a descontinuidade de políticas públicas de lazer e cultura, interrompidas desde 2016 com o fim de programas como *Ciranda da Imaginação* e *Circuito das Artes*, deixou lacunas na oferta de atividades regulares. Apesar dessas fragilidades, as praças mantêm função simbólica e social relevante, sendo reconhecidas pelos moradores como espaços de pertencimento, convivência intergeracional e práticas culturais diversas, a exemplo de rodas de capoeira, feiras comunitárias, eventos religiosos e apresentações artísticas. Essas manifestações se alinham às funções do lazer descritas por Dumazedier (1999) descanso, divertimento e desenvolvimento

pessoal e reafirmam o papel das praças na resistência cultural e na preservação de identidades coletivas, especialmente em territórios historicamente marginalizados (Cardoso; Miranda, 2019). Um depoimento ilustra esse aspecto ao relatar que, sem a praça, a prática da capoeira deixaria de acontecer, evidenciando a relevância desses espaços para a valorização cultural. A pesquisa revelou ainda forte desigualdade de gênero no uso das praças, com predominância masculina decorrente de fatores como insegurança, sobrecarga de responsabilidades domésticas e barreiras culturais enfrentadas pelas mulheres. Esse dado reforça a urgência de políticas de lazer que incorporem a perspectiva de gênero, assegurando equidade e condições de uso seguras. Além disso, a análise evidenciou a heterogeneidade entre os bairros: em Canudos e Condor, a sensação de abandono e as dificuldades de acesso limitam a ocupação; em Cremação e Jurunas, a insegurança e a iluminação deficiente comprometem a permanência; na Terra Firme, a ausência de quadras esportivas e de programação regular reduz as possibilidades de lazer; já no Guamá, embora haja maior dinamismo comunitário, a infraestrutura continua insuficiente. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas permanentes configura um dos principais entraves, mas experiências recentes, como as Usinas da Paz, demonstram que iniciativas participativas e de base comunitária podem transformar a realidade, promovendo ocupação positiva, inclusão social e fortalecimento do tecido comunitário. Os resultados, portanto, evidenciam que investir nas praças periféricas ultrapassa a dimensão estética e deve ser compreendido como estratégia de desenvolvimento urbano e social integrado, capaz de articular segurança, cultura, esporte, educação e saúde.

4 Considerações Finais: A pesquisa confirma que as praças periféricas do D'Água são mais que espaços de lazer: representam convivência, resistência cultural e cidadania. Contudo, a precariedade estrutural e a ausência de políticas permanentes limitam seu potencial, evidenciando o descompasso entre o direito ao lazer e a realidade. Quando minimamente

estruturadas, fortalecem laços comunitários, promovem saúde, cultura, esporte e economias locais. O desafio é substituir ações pontuais por políticas participativas e de longo prazo, com orçamento específico e integração entre Estado, academia e comunidades. A inclusão de gênero também é fundamental, já que a insegurança restringe a presença feminina. Revitalizar essas praças é afirmar o direito à cidade e reduzir desigualdades socioespaciais; ignorá-las é perpetuar exclusões.

Palavras-chave: Lazer; Periferia; Espaço público.

Referências

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARDOSO, A. C. D; MIRANDA, T. B. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 41, p. 85-107, 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/141265. Acesso em: 22 abr. 2025.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FRANÇA, J. P. **Espaços Públicos de lazer e cidade:** desdobramentos em Belém, o caso Orla Portal da Amazônia. 2017. Tese (doutorado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – IAU/USP, 2017. Disponível em: doi:10.11606/T.102.2018.tde-17042018-152235. Acesso em: 2025-07-11.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasi**l. São Paulo: Brasiliense, 1978.

O papel da educação ambiental na construção do ecoturismo na Floresta Nacional de Carajás (PA)

Rafael Souza Guimarães[1]

1 Introdução: A Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás), criada em 1998, constitui um território marcado por contradições entre conservação, turismo e mineração (Brasil, 1998). Ao longo de sua história, a mineração foi privilegiada como atividade dominante, restringindo o acesso da população local e impondo desafios à gestão socioambiental (ICMBIO, 2016). Nesse contexto, a educação ambiental emergiu como vetor de transformação, articulando processos de sensibilização e formação crítica de comunidades, escolas e visitantes, abrindo caminho para práticas de ecoturismo na região. Como afirmam Sauvé (2005) e Loureiro (2006), a educação ambiental vai além da transmissão de informações, constituindo-se como espaço de construção cidadã e de formação de sujeitos críticos. Assim, iniciativas como as do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (CEAP) desempenharam papel fundamental na aproximação da sociedade com a unidade de conservação, reforçando o turismo ecológico como alternativa de uso sustentável do território.

2 Metodologia: A pesquisa, de abordagem qualitativa, considerou o período de 2018 a 2022, quando se intensificaram as ações de uso público e educação ambiental na Flona Carajás. Foram analisados documentos oficiais, planos de manejo e relatórios do ICMBio e CEAP, além de visitas de campo com observação participante em atividades ecoturísticas e educativas. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, condutores e membros do CEAP. Os dados foram tratados de forma crítica, articulando evidências empíricas aos referenciais sobre ecoturismo, conflitos socioambientais e práticas de educação ambiental (Acselrad, 2024; Santos, 2019; Loureiro, 2006).

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: rafaelszguimaraes@gmail.com.

3 Resultados e Discussão: Os resultados indicam que o CEAP, criado em 2005, foi pioneiro na construção de projetos educativos voltados a escolas e comunidades, como o *Escola vai à Flona*, *Jovem Ambientalista* e *Criança Ambientalista*, que ampliaram a sensibilização ambiental e formaram multiplicadores sociais (CEAP, 2011). Esses programas evidenciam a perspectiva defendida por Sauvé (2005), de que a educação ambiental deve promover a vivência e o contato direto com o meio natural, estimulando a construção de valores e atitudes críticas. A partir dessas iniciativas, e em articulação com o Programa de Uso Público do ICMBio, a visitação turística foi organizada, incorporando trilhas interpretativas, atividades de observação da fauna e visitas a atrativos naturais como cachoeiras e mirantes. O crescimento de 220% das visitas guiadas entre 2018 e 2022 confirma o fortalecimento do ecoturismo como prática consolidada na unidade (ICMBIO, 2023). No entanto, ainda persistem limitações: infraestrutura precária nos atrativos, dados de visitação incompletos e barreiras impostas pela hegemonia mineral, que restringem a plena democratização do acesso (Sousa; Lobo; Cardoso-Leite, 2021). Essa contradição revela o que Diegues (2008) chama de "mito moderno da natureza intocada": o discurso ecológico pode ser usado para legitimar práticas que ocultam conflitos socioambientais. Apesar disso, a educação ambiental demonstrou ser central na construção de uma consciência crítica, favorecendo a emergência de condutores, cooperativas e projetos comunitários voltados ao ecoturismo, como a COOPERTURE.

4 Considerações Finais: Conclui-se que a educação ambiental foi elemento estruturante para o ecoturismo na Flona Carajás, não apenas por sensibilizar visitantes, mas por mobilizar a sociedade local em defesa da floresta frente à mineração. Como destaca Loureiro (2006), a educação ambiental transformadora possibilita a construção de novos patamares societários baseados na sustentabilidade e na ética ecológica. Recomenda-se, para estudos futuros, aprofundar pesquisas sobre a

capacidade de carga dos atrativos, o impacto socioeconômico do turismo na comunidade e as estratégias de fortalecimento da participação social, de modo a consolidar o ecoturismo como vetor de desenvolvimento sustentável em Carajás.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ecoturismo; Floresta Nacional de Carajás; Amazônia; Sustentabilidade.

Referências

BRASIL. Decreto nº 2.486, de 2 de fevereiro de 1998. Cria a Floresta Nacional de Carajás. Brasília: Diário Oficial da União, 1998.

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PARAUAPEBAS. **Relatórios de atividades do CEAP**. Parauapebas: CEAP, 2011.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. ampl. São Paulo: Nupaub-USP/CEC, 2008.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás.** Brasília: ICMBio, 2016.

ICMBIO. **Relatórios de visitação da Flona Carajás (2018–2022).** Brasília: ICMBio, 2023.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 2006.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 317–322, 2005.

SANTOS, A. M. S. **Turismo pedagógico no Geoparque Seridó.** 2019. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Curais do Norte, 2019.

SOUSA, A. S.; LOBO, H. A. S.; CARDOSO-LEITE, E. Potencialidades para o uso turístico sustentável na Floresta Nacional de Carajás (PA). **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 14, n. 5, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34024/rbecotur.2021.v14.12850. Acesso em: 08 maio 2023.

Turismo de Base Comunitária e inserção de comunidades quilombolas no mercado turístico amazônico: reflexões a partir de Guajará-Miri (PA)

Sílvia Helena Ribeiro Cruz[1]
Jonathan Rodrigues Nunes[2]
Jéssia Sílviny Moura da Mota Araújo[3]
Sabrina Veras da Silva[4]
Robert William Viana dos Santos[5]

1 Introdução: O turismo é um dos setores mais dinâmicos da economia mundial e ocupa papel relevante na Amazônia. Entretanto, sua exploração tem sido marcada, historicamente, pela atuação de agentes externos que concentram os lucros e reproduzem práticas de expropriação sobre os territórios tradicionais. Tal modelo gera impactos como a mercantilização da cultura, a degradação ambiental e a invisibilização das comunidades que vivem na região. Nesse cenário, o Turismo de Base Comunitária (TBC) surge como alternativa crítica ao turismo convencional, pois se ancora em processos de autogestão, participação social e uso sustentável dos recursos naturais, criando oportunidades de mercado ao mesmo tempo em que preserva identidades e territórios (Almeida; Tsukamoto, 2023). A realização da Conferências das Partes (COP), onde acontecerá a 30ª em Belém, prevista para novembro de 2025, reforça a centralidade da Amazônia nas agendas globais de sustentabilidade. Entretanto, movimentos sociais como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2025) denunciam a invisibilização das comunidades tradicionais nos preparativos do evento, mesmo sendo protagonistas históricos da conservação ambiental. Sob essa ótica, torna-se emergente pensar o TBC não apenas como experiência cultural, mas como estratégia de inserção no mercado turístico amazônico, capaz de

[1] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. E-mail: scruz@ufpa.br.
[2] Mestre em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Brasil. Email: jonathanrodrigues58@hotmail.com.
[3] Graduanda em Turismo, UFPA, Brasil. E-mail: jessiamoura.ufpa@gmail.com.
[4] Graduanda em Turismo, UFPA, Brasil. E-mail: sabrina.veras.silva@icsa.ufpa.br.
[5] Graduando Turismo, UFPA, Brasil. E-mail: vianaroberth66@gmail.com.

gerar renda e fortalecer economias locais. O presente estudo tem como objetivo analisar a experiência desenvolvida na comunidade quilombola de Guajará-Miri (Acará/PA), a partir de uma oficina participativa em 2025, identificando os elementos de lazer, cultura e mercado presentes nas propostas comunitárias. Busca-se compreender como o TBC pode se consolidar como ferramenta de protagonismo e inclusão social no setor turístico.

2 Metodologia: A pesquisa adotou abordagem qualitativa, dialógica e participativa (Freire, 1983), em consonância com a centralidade do protagonismo comunitário no TBC. Em maio de 2025, foi realizada uma oficina participativa na comunidade quilombola de Guajará-Miri (Acará/PA), na qual os moradores construíram coletivamente propostas de roteiros turísticos, valorizando a oralidade, a memória coletiva e os saberes tradicionais como fontes de análise.

3 Resultados e Discussão: A oficina demonstrou forte desejo comunitário de consolidar o TBC como alternativa ao turismo convencional, associado à necessidade de preservar a cultura e o território. Embora já recebam visitantes ocasionais, os moradores relataram ausência de estrutura organizada para integrar-se ao mercado turístico de maneira efetiva. Foram elaborados coletivamente roteiros que incluíram passeios em igarapés, vivências gastronômicas, apresentações culturais e oficinas de saberes tradicionais. Tais práticas, mais do que produtos turísticos, configuram-se como estratégias de valorização da memória coletiva e de resistência frente ao turismo hegemônico, frequentemente homogeneizador e mercantilizante. Esses elementos configuram-se como produtos turísticos singulares que, ao mesmo tempo, oferecem lazer autêntico aos visitantes e oportunidades concretas de geração de renda à comunidade. Ao dialogar com circuitos de turismo de natureza, de base cultural e até mesmo de turismo pedagógico, tais experiências possuem potencial de inserção em nichos de mercado que valorizam autenticidade e sustentabilidade.

4 Considerações Finais: A experiência em Guajará-Miri evidencia que o Turismo de Base Comunitária é mais que uma alternativa econômica: trata-se de um projeto político de resistência e afirmação territorial. Ao articular mercado, lazer e inclusão social, os roteiros coletivos expressam não apenas geração de renda, mas também uma luta contra processos históricos de invisibilização das comunidades quilombolas na Amazônia. A valorização dos saberes tradicionais, associada a vivências de lazer e cultura, reforça o potencial do TBC como alternativa ao modelo hegemônico, historicamente excludente na Amazônia. Além disso, ao articular mercado, lazer e inclusão social, essa experiência evidencia que a inserção de comunidades quilombolas no turismo não devem ser entendida apenas como estratégia econômica, mas como um movimento político de afirmação territorial e de participação ativa nas dinâmicas regionais e globais do turismo sustentável. Assim, o TBC em Guajará-Miri aponta para a construção de um turismo mais justo, plural e enraizado nas realidades locais, em sintonia com os desafios socioambientais contemporâneos e com a centralidade da Amazônia no cenário internacional.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Mercado turístico; Guajará-Miri.

Referências

ALMEIDA, J. R.; TSUKAMOTO, M. Turismo de base comunitária e empoderamento: práticas de resistência e justiça ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 3, p. 45–63, 2023.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Invisibilidade climática:** o desrespeito pela sabedoria dos povos afrodescendentes e quilombolas na COP 30. 2025. Disponível em: https://www.conaq.org.br/. Acesso em: 19 jul. 2025.

CRUZ, S. H. R. et al. Ecoturismo e objetivos do desenvolvimento sustentável na Ilha de João Pilatos em Ananindeua (PA): o papel da gestão pública municipal. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 18, n. 3, p. 485-506, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 2006.

LIMA, J. S.; COSTA, A. M.; SOUSA, E. S. Comunidades tradicionais e turismo sustentável na Amazônia: desafios à governança participativa. **Revista NERA**, v. 26, n. 60, p. 214–238, 2023.

Turismo, impactos e sustentabilidade no município de Salinópolis/PA: em discussão dos ODS e Mudanças Climáticas

Sílvia Helena Ribeiro Cruz[1]
Paulo Moreira Pinto[2]
Raimundo Magalhães Almeida[3]
Erick Wendell Costa dos Santos[4]

1 Introdução: O trabalho "Turismo, impactos e sustentabilidade no município de Salinópolis: em discussão os ODS e as mudanças climáticas" tem como objetivo investigar os impactos socioambientais provocados pelo turismo desordenado em Salinópolis, no estado do Pará, propondo alternativas sustentáveis alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A pesquisa partiu da observação dos problemas enfrentados pelas áreas costeiras, especialmente nos últimos 20 anos, devido à ocupação descontrolada para instalação de empreendimentos turísticos, como casas de veraneio, hotéis, bares e barracas de praia. Esses empreendimentos, sem planejamento urbano e ambiental adequado, causaram desmatamento, erosão, despejo irregular de esgoto e acúmulo de resíduos sólidos, afetando tanto os ecossistemas locais quanto a qualidade de vida da população. Com base em observações *in loco*, entrevistas e registros fotográficos, o estudo analisou o estado ambiental das principais praias do município, como Atalaia, Farol Velho, Maçarico, Ponta da Sofia e Corvina. A Praia do Atalaia foi apontada como a mais afetada, apresentando esgotos a céu aberto, lixo acumulado e intensa circulação de veículos na faixa de areia. Já locais como a Praia da Corvina e a Ponta do Espadarte demonstram menor impacto ambiental, por receberem menor fluxo turístico e preservarem características naturais. O projeto defende que a sustentabilidade no turismo não pode ser desvinculada do envolvimento comunitário, da valorização cultural e do planejamento

[1] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. E-mail: scruz@ufpa.br
[2] Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. E-mail: pmpinto@ufpa.br
[3] Graduando em Turismo. FACTUR/UFPA.
[4] Graduando em Turismo. FACTUR/UFPA.

ambiental. Os pesquisadores destacam a urgência em alinhar o turismo local aos princípios dos ODS, sobretudo os relacionados à preservação ambiental, redução das desigualdades sociais e promoção de cidades e comunidades sustentáveis.

2 Metodologia: A pesquisa adotou abordagem qualitativa, dialógica e participativa (Freire, 1983), em consonância com os objetivos. Em dois momentos foram realizados a coleta de dados por meio de entrevistas diretas, semiestruturada, por meio de um roteiro de entrevistas. Num segundo momento foi aplicado a matriz de *check list,* que tem por objetivo avaliar os impactos do turismo nas dimensões socioambientais, econômico e cultural. Além da observação direta realizada pelos pesquisadores, que utilizaram a caderneta de campo para as anotações e os registros fotográficos. Instrumentos utilizados: Aplicação da Matriz de *check list*, levantamentos bibliográficos e documentais. Entrevistas com comerciantes e moradores. Observações *in loco* (antes, durante e depois da alta temporada). Registros fotográficos e análise de resíduos, esgotos e construções. Ainda, como apoio às análises realizou a revisão teórica sobre a temática central do estudo, impactos, sustentabilidade e turismo.

3 Resultados e Discussão: A pesquisa partiu da observação dos problemas enfrentados pelas áreas costeiras, especialmente nos últimos 20 anos, devido à ocupação descontrolada para instalação de empreendimentos turísticos, como casas de veraneio, hotéis, bares e barracas de praia. Esses empreendimentos, sem planejamento urbano e ambiental adequado, causaram desmatamento, erosão, despejo irregular de esgoto e acúmulo de resíduos sólidos, afetando tanto os ecossistemas locais quanto a qualidade de vida da população. Com base em observações *in loco*, entrevistas e registros fotográficos, o estudo analisou o estado ambiental das principais praias do município, como Atalaia, Farol Velho, Maçarico, Ponta da Sofia e Corvina. A Praia do Atalaia foi apontada como a mais afetada, apresentando esgotos a céu aberto, lixo

acumulado e intensa circulação de veículos na faixa de areia. Já locais como a Praia da Corvina e a Ponta do Espadarte demonstram menor impacto ambiental, por receberem menor fluxo turístico e preservarem características naturais. O projeto defende que a sustentabilidade no turismo não pode ser desvinculada do envolvimento comunitário, da valorização cultural e do planejamento ambiental. Os pesquisadores destacam a urgência em alinhar o turismo local aos princípios dos ODS, sobretudo os relacionados à preservação ambiental, redução das desigualdades sociais e promoção de cidades e comunidades sustentáveis. A metodologia envolveu a pesquisa participante, permitindo o envolvimento da população na análise da sua realidade. Essa abordagem proporcionou dados qualitativos e quantitativos sobre as práticas turísticas e suas consequências, revelando, por exemplo, que grande parte dos entrevistados tem pouco conhecimento sobre questões ambientais ou sobre os ODS. Em pesquisa mais recente evidenciam dois acontecimentos impactaram o turismo em Salinópolis. O primeiro é o acúmulo de algas marinhas do tipo *Sargassum*, fenômeno que se intensificou em 2025 e afetou de forma significativa as praias do Atalaia e do Farol Velho. Em anos anteriores, a presença dessas algas não causava maiores problemas, mas neste período toneladas se acumularam na faixa de areia e no mar próximo à orla, prejudicando o acesso dos banhistas. A situação resultou em perdas financeiras expressivas para comerciantes locais, que relataram quedas de 30% a 80% em suas rendas diárias, agravadas pela repercussão negativa na mídia, que acabou afastando turistas das praias. O segundo ponto analisado refere-se à construção das passarelas de acesso à Praia do Maçarico. O projeto, orçado em 60 milhões de reais, foi apresentado como uma forma de atrair turistas e oferecer melhor infraestrutura, incluindo quiosques, banheiros, chuveiros, bicicletário e acessibilidade. Contudo, apesar do investimento, a obra trouxe impactos socioambientais, como a supressão de áreas de restinga e manguezal, ecossistemas já fragilizados pelo avanço da areia. Além disso, parte da população questionou a prioridade da construção, visto que a antiga orla do Maçarico permanece

em condições precárias e poderia ter sido contemplada com a mesma verba.

4 Considerações Finais: Os ecossistemas marinhos da plataforma continental amazônica (PCA). São fortemente influenciados pelos rios da região, especialmente o rio Amazonas e o estuário do rio Pará, que despejam mais de 30% de toda água doce que chega aos oceanos no mundo. Elas levam nutrientes para o mar, que são uma espécie de alimento para organismos microscópicos como algas, que se desenvolvem e transformam a luz do sol em energia e isso alimenta toda a cadeia alimentar marinha. desde 2011, cientistas tem notado o crescimento de grandes manchas de uma alga marinha chamada *Sargassum*, ela forma "ilhas" flutuantes sobre o oceano a causa desse crescimento exagerado acredita-se que possa está ligado a mudanças na temperatura dos oceanos, mas também na ação humana. No litoral de Salinópolis todos os anos ocorre esse fenômeno e em anos anteriores não causavam nenhum problema pois era em poucas quantidades, porém, neste ano de 2025 por vários dias no mês de junho, toneladas dessa alga foram encontradas em todo o litoral, principalmente nas praias do Atalaia e praia do farol velho. Segundo comerciantes daquelas praias, mesmo a prefeitura limpando a faixa de areia, era possível observar que havia enorme quantidade na água próximo à faixa de areia, prejudicando acesso aos banhistas. Em entrevista feita com alguns comerciantes nessas praias, um relato foi de que o prejuízo variou entre 30% até 80% da renda diária estimada. Também culparam a mídia que divulgou de forma negativa o aparecimento das algas tornando essas praias desertas de pessoas em sua faixa de areia, nos restaurantes e barracas, lá instalados. Para o governo do Estado, a construção dessas passarelas, além de acesso a faixa de areia da praia do maçarico, seria mais uma atração turística para o local, além de ser uma passarela seria também um espaço de convivência, pois possui em sua estrutura quiosque de alimentos e bebidas, banheiros, chuveiros, bicicletário, rampas de acesso e acessibilidade para pessoas com deficiência. Com um orçamento de 60

milhões para a construção de três passarelas, poderia ter sido incluso a restauração da antiga orla do maçarico, que se encontra em estado precário. Além do fato de que a construção das passarelas suprimiu grande parte da restinga e manguezal que está morrendo devido ao avanço da areia sobre ele.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; Impactos; Salinópolis (PA).

Referências

ARAÚJO JÚNIOR, C. R. Manguezal como expressão da paisagem geográfica na cidade de Salinópolis (PA). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 19, n. 2, p. 3-20, 2017.

CRUZ, S. H. R. *et al*. Ecoturismo e objetivos do desenvolvimento sustentável na Ilha de João Pilatos em Ananindeua (PA): o papel da gestão pública municipal. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 18, n. 3, p. 485-506, 2025.

CRUZ, Silvia Helena R. Projeto Cartografia da vulnerabilidade socioambiental das populações ribeirinhas nas ilhas de Cotijuba e Combú em Belém/PA: planejamento e ordenamento para o Turismo Comunitário. 2022.

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro Cruz. Turismo sustentável na Amazônia: princípios e instrumentos para o desenvolvimento justo e solidário. (Manuscrito)S/D.

HUFFNER, J. G. P.; BELLO, L. A. L. Turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental na ilha de Cotijuba. **Educação Ambiental em Ação**, v. 46, v. 01, p. 06-13, 2013.

IDEFLOR-BIO. **Monumento Natural atalaia – MONA do Atalaia**. Disponível em: https://ideflorbio.pa.gov.br/monumento-natural-atalaia-mona.

INFOAMAZONIA. MoNa Atalaia, área protegida do Pará, é pressionada por 2 grandes empreendimentos turísticos e 13 condomínios. 23 fev. 2024. Disponível em: https://infoamazonia.org/2024/02/23/mona-atalaia-area-protegida-do-para-e-pressionada- por-2- grandes-empreendimentos-turisticos-e-13-condominios/.

MARTINS, L. R. Tabajara; FERREIRA, E.R. Linha de Costa: problemas e estudos. **GRAVEL**, n. 2. p. 40-56, 2004.

PINHEIRO, C. D. P. da S.; ROSA, A. G.; SOUSA, A. M. L. de. Análise dos impactos socioambientais na zona costeira do município de Salinópolis/PA. **DRD**: Desenvolvimento Regional em Debate, 10, 222–244, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2553

Conscientização ambiental e lazer nos Parques Urbanos de Belém: o caso do Parque Estadual do Utinga

Lorhana Fernandes Costa[1]
Felipe Silva de Souza[2]
Alinne Esteffany Brito Costa[3]
Laís Silva Frazão[4]

1 Introdução: Os Parques Urbanos são locais que propiciam e estimulam as práticas de lazer e bem estar da população que o frequenta. Neles, além de possuírem uma extensa área de cobertura vegetal, também é comum a prática da conscientização ambiental para o público que os usufruem, porém nem sempre estas práticas acabam acontecendo de forma efetiva. Diante deste cenário, o presente resumo tem como objetivo analisar a importância da educação ambiental e conscientização dos visitantes que frequentam o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna.

2 Metodologia: A presente pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica e análise documental para dar estrutura ao estudo. Primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico de artigos científicos que envolviam: Educação Ambiental, Conservação e Parques urbanos em Belém-PA. Feito isto, deu-se início à análise documental com intuito de buscar fontes oficiais de informação, no que compete ao Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna. De acordo com Oliveira *et al.* (2023), o Parque do Utinga se enquadra como uma unidade de conservação criada com o objetivo de preservar ecossistemas naturais e incentivar pesquisas científicas, além de estimular o desenvolvimento da educação ambiental como o turismo ecológico. Os parques urbanos são considerados extensos territórios de áreas verdes, maiores que as praças (Martins *et. al*, 2021, p. 64 *apud* Bargos; Matias, 2011, p. 176) e que cumprem um papel importante na promoção da saúde psicologia e social da população

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: lorhana.costa@icsa.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: felipe.souza@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará. E-mail: alinne.costa@icsa.ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará. E-mail: ais.frazao@icsa.ufpa.br.

que o frequenta. A educação ambiental como ferramenta de aprendizado para comunidade locais é essencial para o incentivo da preservação e conservação, conforme debatido pelo autor Hertzog (2019 *apud* Oliveira *et. al.* 2013). A partir do conhecimento de que o lazer é um direito assegurado pela Constituição, no artigo 6º dos Direitos Sociais e no artigo 227 (Brasil, 1988), o acesso deveria ser garantido de maneira igualitária. No entanto, a cidade de Belém carece de políticas públicas e infraestrutura básica de acesso aos parques urbanos, em especial às populações de baixa renda, moradoras das áreas mais periféricas da cidade, conforme os apontamentos de Hayden (2022). Tendo em vista que o lazer durante tempo considerável foi algo elitizado, somente para classes mais altas, ocorria o processo de exclusão. Condição essa que ainda perdura (França, 2005). Em casos como o Parque Estadual do Utinga, ainda que seja um ambiente que ofereça todo o suporte a comunidade, turistas e moradores dos arredores, de bairros considerados periféricos como o Curió-Utinga e Souza, a concentração maior de frequência acontece com o público mais externo, retornando a ideia do pertencimento, a convivência, a valorização da biodiversidade do Parque, o entendimento acerca da educação ambiental e consequentemente do seu papel como cidadão.

3 Resultados e Discussão: Em consonância aos autores citados, os parques urbanos são de suma importância para a conexão das pessoas com a natureza e têm papel fundamental para a preservação do espaço. De acordo com Baía e Nakayama (2013), a educação ambiental mostra-se como um método eficaz de educar as pessoas através do uso lúdico como estratégia para educar, mostrar a importância do local, a importância social do espaço de lazer, reserva ambiental e de biodiversidade. Iniciativas de fomentar esta sensibilização e estimular o pertencimento da comunidade local, podem ser vistas atualmente no Projeto “Amigo do Utinga” e na Escola Nacional de Turismo, que de acordo com o Ministério do Turismo, oferece cursos de extensão, dentre eles o

de educação ambiental, contribuindo para o entendimento da comunidade local na formação de uma consciência ecológica.

4 Considerações Finais: A partir disso pode-se concluir que a educação ambiental é crucial para o fomento da sensibilização e conscientização dos usuários de parques urbanos e comunidade local, levando em consideração sua dinâmica e complexidade, para que se sintam pertencentes ao espaço, para além de algo estimado apenas para o lazer turístico, visando a democratização da gestão e uso desses espaços de uso coletivo. Sob esta ótica, compete ao Estado a divulgação e implementação das políticas públicas ambientais aliadas às práticas de lazer para promover a educação ambiental e incentivar a preservação dos espaços públicos perante as comunidades locais. Mesmo sendo uma revisão bibliográfica, este trabalho abre espaço para futuramente continuarmos a pensar e debater sobre a importância da conscientização ambiental e do lazer.

Palavras-chave: Parques Urbanos; Turismo; Lazer; Educação ambiental; Utinga.

Referências

BAÍA, Maria da Conceição Ferreira; NAKAYAMA, Luiza. **A educação ambiental por meio da ludicidade:** uma experiência em escolas do entorno do Parque Estadual do Utinga. 2013.

BRASIL. (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2023. 180p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cursos Ofertados**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/qualificacao/escola-nacional-de-turismo>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FRANÇA, Jéssika Paiva. Gestão dos espaços públicos de lazer, turismo e paisagem urbana / Belém – PA. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 57–62, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416149004.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

HAYDEN, Diego Andrews. Produção de espaços e equipamentos de lazer na beira: um estudo de caso na periferia de Belém-Pará-Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, v. 31, n. 1, p. 1–18, 2022. Disponível em:

https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/13029. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARTINS, Guilherme Nogueira; CAMARGO, Augusto Tolentino; SILVA, Danilo Correia da; LIMA, Luiz Felipe Bedore; ROSA, Rafael Borges. A relação da população urbana com as áreas verdes locais, segundo a percepção dos moradores de uma cidade da região metropolitana de São Paulo (Brasil). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, [*S. l.*], v. 9, n. 3, 2021.

OLIVEIRA, Victor Cesar da S.; SANTOS, Lucas Lázaro Cirineu S.; GIL, Júlia Lôbo R. A.; TORRES, Leandro Marques; DA SILVA, Lucas Viana V.; DA SILVA, Jessica Sueli P.; FERREIRA, Gracialda Costa. O papel do Parque Estadual do Utinga como meio de promover a educação ambiental. v. 21, nº 8. Curitiba: **Revista Observatorio de la economia latinoamericana**, 2023. Acesso em: 11 de jul. de 2025.

PARÁ, Agência. **"Amigos do Utinga":** novo projeto de voluntariado será lançado neste sábado no Parque Estadual. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/67756/amigos-do-utinga-novo-projeto-de-voluntariado-sera-lancado-neste-sabado-no-parque-estadual>. Acesso em: 11 jul. 2025.

Gastronomia amazônica como produto turístico: entre a valorização cultural e a mercantilização do sabor

Jessiane Sousa do Espirito Santo[1]
Adriana Rocha Moreira[2]
Jéssika Paiva França[3]
Alessandra de Almeida Pereira Arnund[4]

1 Introdução: A gastronomia regional tem assumido papel central no desenvolvimento do turismo cultural, sobretudo em regiões com identidade culinária marcada, como a Amazônia. O artigo "Mercantilização do Sabor" traz à tona a complexa relação entre a valorização cultural da culinária amazônica e sua transformação em produto turístico elitizado em Belém do Pará. A partir de uma pesquisa qualitativa que contempla diferentes espaços de consumo – desde mercados tradicionais até locais mais elitizados – os autores investigam a tensão entre a preservação do patrimônio cultural e as dinâmicas de mercado que conduzem a práticas de lazer diferenciador, entre classes sociais. Fundamentado em importantes referenciais teóricos, o estudo destaca como o processo de gourmetização e a "McDonaldização" da gastronomia regional impactam as práticas culturais, restringindo a participação popular e modificando as experiências turísticas. Esta análise crítica busca discutir os principais argumentos apresentados, avaliando contribuições e limitações do trabalho, com vistas a refletir sobre caminhos possíveis para um turismo gastronômico mais inclusivo e culturalmente respeitoso. O lazer, segundo Dumazedier (1994), constitui-se como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo se dedica de forma livre, visando descanso, diversão e desenvolvimento pessoal. Trazendo para o contexto de Belém do Pará, a gastronomia amazônica assume papel central nesse campo, conseguindo enquanto isso articular-se tanto como expressão cultural quanto como atrativo

[1] Discente de Turismo (FACTUR), UFPA. E-mail: jessiepita97@gmail.com.
[2] Discente de Turismo (FACTUR), UFPA. E-mail: adriana.rocha.moreira36@gmail.com.
[3] Docente (FACTUR), UFPA. E-mail: Jfranca@ufpa.br.
[4] Docente (FACTUR), UFPA. E-mail: alessandraparnund@ufpa.br.

turístico. Assim, mercados, feiras, festivais gastronômicos e jantares temáticos, passam a ser não apenas espaços de consumo, mas de sociabilidade e identidade, integrando turistas e moradores à identidade local (Trigo, 2008). Essas vivências envolvem não apenas a degustação de pratos típicos, mas também a fruição de práticas culturais, fortalecendo o turismo gastronômico como segmento relevante para o mercado turístico e para a valorização do patrimônio cultural como ferramenta convidativa de lazer. Entretanto, conforme discute Urry (1990) em seu conceito de "olhar do turista", essas experiências tendem a ser moldadas para atender expectativas externas, o que pode gerar adaptações culturais e estéticas que descaracterizam tradições. A lógica de mercado, chamada por Ritzer (1993) de "McDonaldização", manifesta-se quando ocorre a transformação de pratos tradicionais em "produtos gourmet" direcionados a públicos específicos, que se tornam cada vez mais elitizados e uniformes, com preços e formatos que restringem o acesso. Scarpato (2002) adverte que, se a gastronomia é tratada só como produto turístico, há risco de perda da sua função como patrimônio cultural vivo, transformando-se em mercadoria estandardizada. Tal cenário, ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade internacional da culinária amazônica, levanta questionamentos sobre a exclusão social causada e a valorização cultural e mercantilização elitista. Diante desse contexto, o trabalho tem como objetivo analisar o turismo gastronômico em Belém como experiência de lazer.

2 Metodologia: A pesquisa, com levantamento bibliográfico e pesquisa empírica, foi realizada em diferentes contextos de consumo da capital paraense, abrangendo os shoppings Belém, Shopping Boulevard e Shopping Grão-Pará, considerados pontos de alta elitização, bem como o mercado do Ver-o-Peso, tradicionalmente reconhecido como espaço popular de tradição para captar contrastes entre consumo elitizado e popular. Adotou-se também abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, à compreensão das dinâmicas socioculturais e econômicas do turismo gastronômico em Belém do Pará. Nos restaurantes mais

elitizados, que não tiveram suas menções autorizadas em contraste com barracas do Ver-o-Peso, como o Box da Lúcia e a Barraca da Rosa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 dos envolvidos no setor gastronômico e 20 consumidores de perfis variados, afim de captar representações sociais sobre a valorização cultural e a mercantilização da gastronomia local. A pesquisa empírica foi realizada no período de 31/07/2025 a 13/08/2025 e contou com observação direta nos espaços, considerando as práticas de consumo e as experiências de lazer em espaços gastronômicos diversos. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011) permitindo identificar as principais tendências, categorias de valorização cultural, tensões entre essas categorias de valorização, mercantilização e experiência turística de lazer.

3 Resultados e Discussão: A gastronomia amazônica tem sido progressivamente convertida em produto turístico direcionado a públicos específicos, caracterizando um processo de mercantilização dos pratos tradicionais. Alimentos típicos, antes consumidos em contextos afetivos e em espaços de lazer, atualmente são apresentados em versões gourmet, com preços que segundo entrevistados, vão de muito a significativamente elevados em comparação a renda média da população. Apesar desse processo, as entrevistas indicaram que moradores e turistas ainda valorizam autenticidade cultural e vivência das tradições locais nas receitas, em consonância com as reflexões de Trigo (2008) e Scarpato (2002). Notou-se, entretanto, a existência de uma tensão constante entre a preservação do patrimônio cultural e as expectativas externas, corroborando o conceito de “olhar do turista” proposto por Urry (1990). Tal tensão evidencia o desafio de conciliar valorização cultural e experiência de lazer, possibilitando, conforme relato de entrevistados, uma vivência turística mais completa, na qual é possível apreciar a releitura do turismo gastronômico regional sem sentir-se limitado ou deslocado devido poder aquisitivo reduzido. Uma funcionária entrevistada anonimamente destacou: “Eles queriam manter o sabor e a

beleza da gastronomia regional, mas não queriam a regionalização". Os resultados indicam que determinados restaurantes captaram as facetas convenientes da experiência turística e transformaram em experiências de consumo elitizadas, restringindo acesso e priorizando clientes com maior poder aquisitivo. O que confirma a lógica de "McDonaldização" descrita por Ritzer (1993), onde elementos culturais são padronizados e comercializados de acordo com demandas mercadológicas cada vez mais rígidas e excludentes, evidenciando a presença de elitismo no consumo gastronômico regional, anteriormente caracterizado por acesso amplo e diversidade social. Nesse cenário, o lazer de direito passa a ser seletivo, com barreiras econômicas que restringem a participação social local.

4 Considerações Finais: O turismo gastronômico em Belém do Pará constitui um campo de interação perfeito entre cultura, lazer e mercado, no qual pratos e práticas tradicionais da gastronomia amazônica assumem simultaneamente funções de valorização cultural e de mercantilização. Observou-se que, embora tais experiências ampliem a visibilidade e o reconhecimento da culinária regional, o processo de gourmetização e a elevação de preços geram barreiras econômicas que restringem o acesso de determinados grupos sociais, configurando um cenário de elitização do lazer gastronômico.

Palavras-Chave: Turismo gastronômico; Culinária regional; Lazer; Mercado.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

RITZER, George. **A McDonaldização da sociedade:** um enfoque de análise social. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SCARPATO, Rosario. Gastronomy as a tourist product: the perspective of gastronomy studies. *In*: HALL, C. Michael; SHARPLES, Liz (org.). **Food tourism around the world:** development, management and markets. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2003. p. 51-70.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo:** princípios, práticas e reflexões. São Paulo: Senac, 2008.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

A estrutura do turismo na Floresta Nacional do Tapajós: Jamaraquá, Maguari e São Domingos

Juliana Azevedo Hamoy[1]
Flavio Henrique Lobato[2]
Mirleide Chaar Bahia[3]

1 Introdução: O turismo é uma prática histórica que envolve culturas, modos de vida e interação com o meio ambiente. Na Amazônia, aparece como complemento às atividades tradicionais e alternativa a empreendimentos impactantes, sendo incentivado em Unidades de Conservação (UC). Nessas áreas, a gestão do turismo requer diálogo entre Estado e comunidades locais, considerando suas especificidades. O estudo foca na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, situada no Pará, na Amazônia, escolhida por sua localização, acessibilidade e infraestrutura, que recebeu 26.996 visitantes em 2023 (Brasil, 2023). A FLONA ocupa cerca de 527 mil hectares, abrangendo partes de quatro municípios e 24 comunidades, totalizando aproximadamente 1.100 famílias. Gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), foi criada pelo Decreto nº 73.684/1974. As FLONA são UC de uso sustentável, com cobertura majoritariamente de espécies nativas, visando o uso múltiplo dos recursos florestais e a pesquisa científica. A visitação é permitida seguindo as normas do plano de manejo, e pesquisas científicas requerem autorização prévia. O turismo, quando planejado e executado adequadamente, surge como uma atividade potencial para troca de experiências e complemento de renda para os moradores locais. A pesquisa objetiva analisar a estrutura do turismo na FLONA do Tapajós, com foco nas comunidades de Jamaraquá, Maguari e São Domingos.

[1] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/Universidade Federal do Pará UFPA), professora da Faculdade de Turismo/UFPA. E-mail: jhamoy@ufpa.com.
[2] Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/Universidade Federal do Pará UFPA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com.
[3] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/Universidade Federal do Pará UFPA), professora do NAEA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

2 Metodologia: De caráter qualitativo, o estudo utilizou pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, no período de 2021 a 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas: foram entrevistadas 12 pessoas das comunidades (5 em Jamaraquá, 3 em Maguari e 4 em São Domingos), selecionadas com base na acessibilidade e no envolvimento com o turismo, considerando seu conhecimento sobre o contexto local, além de 13 turistas.

3 Resultados e Discussão: A FLONA do Tapajós, localizada próxima a Santarém (PA), abrange quatro municípios e reúne cerca de 1.100 famílias em 23 comunidades e 3 aldeias indígenas. Entre elas, Jamaraquá, Maguari e São Domingos se destacam pelo turismo, funcionando como porta de entrada da UC. O turismo baseia-se em trilhas, praias, hospedagens comunitárias e produção artesanal, embora a infraestrutura ainda seja limitada. Jamaraquá, com 32 famílias, organiza-se pela Associação de Moradores de Jamaraquá (ASMORJ) e combina turismo, agricultura, extrativismo e artesanato de látex. Maguari, com cerca de 96 famílias, atua pela Associação Comunitária de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de Maguari – Rio Tapajós (ASCOMART), integrando atividades de subsistência, cooperativismo e beneficiamento de produtos florestais. São Domingos, com 94 famílias e a Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos (ASCED), abriga base do ICMBio, destaca-se na produção de andiroba e copaíba e mantém o turismo como renda complementar. O Plano de Manejo (Brasil, 2019) identificou 26 experiências turísticas potenciais, incluindo trilhas, pesca esportiva e turismo científico, mas sua implementação ainda enfrenta desafios de infraestrutura e de alinhamento com os interesses comunitários. O turismo na FLONA Tapajós começou nos anos 1990, quando algumas famílias passaram a oferecer hospedagem e alimentação aos visitantes (Santos, 2019). Sua consolidação ocorreu entre 2000 e 2008, com apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e, posteriormente, do ICMBio. Entre

as comunidades estudadas, Jamaraquá apresenta o turismo mais estruturado, que se tornou a principal fonte complementar de renda local, articulando pousadas, restaurantes e a produção de látex, óleos e polpas. Em São Domingos, o turismo ainda é incipiente, mas desponta como alternativa de renda paralela às atividades tradicionais, como a extração de óleos e polpas. Já em Maguari, o turismo tem intensidade moderada e está associado sobretudo à produção artesanal, incluindo biojoias e o uso do couro vegetal. A seleção dos atrativos turísticos envolveu a participação dos moradores, em especial dos mais velhos, responsáveis por resgatar práticas e memórias da comunidade (Soares *et al.*, 2022). O modelo adotado é de base comunitária, com os próprios moradores atuando como condutores, anfitriões e produtores. Desde 2019, o conselho gestor da FLONA conta com um setor específico de turismo, que vem discutindo a criação de uma cooperativa como estratégia para fortalecer a atividade de forma coletiva e sustentável. Na FLONA, o desenvolvimento do turismo envolve, de modo específico, três aspectos para estruturação: os condutores locais, a divulgação e a hospedagem. Cada comunidade da FLONA do Tapajós possui um coordenador local de turismo que organiza os condutores locais, incluindo cadastramento no ICMBio, participação em cursos e rodízios para atender visitantes. Os condutores realizam capacitações em áreas como guia especializado, observação de animais e controle de fogo, sendo acompanhados por condutores mais experientes antes de atuarem sozinhos. A função dos condutores combina conhecimentos locais e práticas da floresta, gerando renda e oportunidades de trabalho para as famílias. Cada passeio atende até cinco turistas, com 80% do valor para o condutor e 20% destinado à associação comunitária, usada para melhorias coletivas. Apesar da organização, surgem conflitos quando condutores com hospedagem e restaurantes priorizam seus próprios serviços, desrespeitando rodízios ou normas do ICMBio, o que já resultou em suspensões e multas. A divulgação do turismo na FLONA do Tapajós ocorre principalmente pelo ICMBio, via *site* e redes sociais, e pelo “boca a boca”, sobretudo em Alter do Chão. Essa forma de promoção gera

conflitos, já que algumas comunidades, como Jamaraquá, são favorecidas em detrimento de outras, como Maguari e São Domingos. A falta de iniciativas próprias de divulgação pelas comunidades, somada à carência de infraestrutura e apoio institucional, limita o alcance turístico. Redes sociais e influenciadores têm potencial para ampliar a visibilidade da região, mas evidenciam a necessidade de maior qualificação dos condutores e de investimentos em comunicação local. Apesar de esforços do ICMBio e apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), ainda há desafios relacionados à centralização de informações, concorrência desigual entre comunidades e casos de informações falsas sobre serviços. As hospedagens na FLONA do Tapajós incluem empreendimentos particulares e iniciativas comunitárias, sendo que os primeiros dominam e não contribuem necessariamente com associações locais. As pousadas comunitárias enfrentam dificuldades para se consolidar devido à concorrência, à falta de apoio institucional e à limitação de interesse de alguns moradores, apesar do reconhecimento da importância do turismo para geração de renda. Problemas recorrentes incluem o fluxo desordenado de visitantes, consumo e barulho nas praias, falta de fiscalização e sazonalidade da visitação. Melhorias estruturais, apoio externo e qualificação são apontados como essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo nas comunidades.

4 Considerações Finais: O turismo na FLONA começou a se estruturar a partir dos anos 2000, especialmente nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá. Apesar dos avanços, os moradores ainda enfrentam dificuldades de autonomia na divulgação de seus empreendimentos devido ao acesso limitado à internet e à pouca familiaridade com ferramentas digitais, o que reforça a necessidade de oficinas e capacitações. A organização interna é conduzida pelas próprias comunidades, com regras definidas coletivamente e validadas pela gestão da FLONA, mas a autonomia esbarra em desafios, como o descumprimento de normas e a fragilidade das sanções locais, que muitas vezes demandam intervenção do ICMBio. O fortalecimento do

turismo depende de apoio externo, políticas públicas integradas e incentivo às iniciativas locais de qualificação e organização.

Palavras-chave: Turismo; Estrutura; Flona Tapajós.

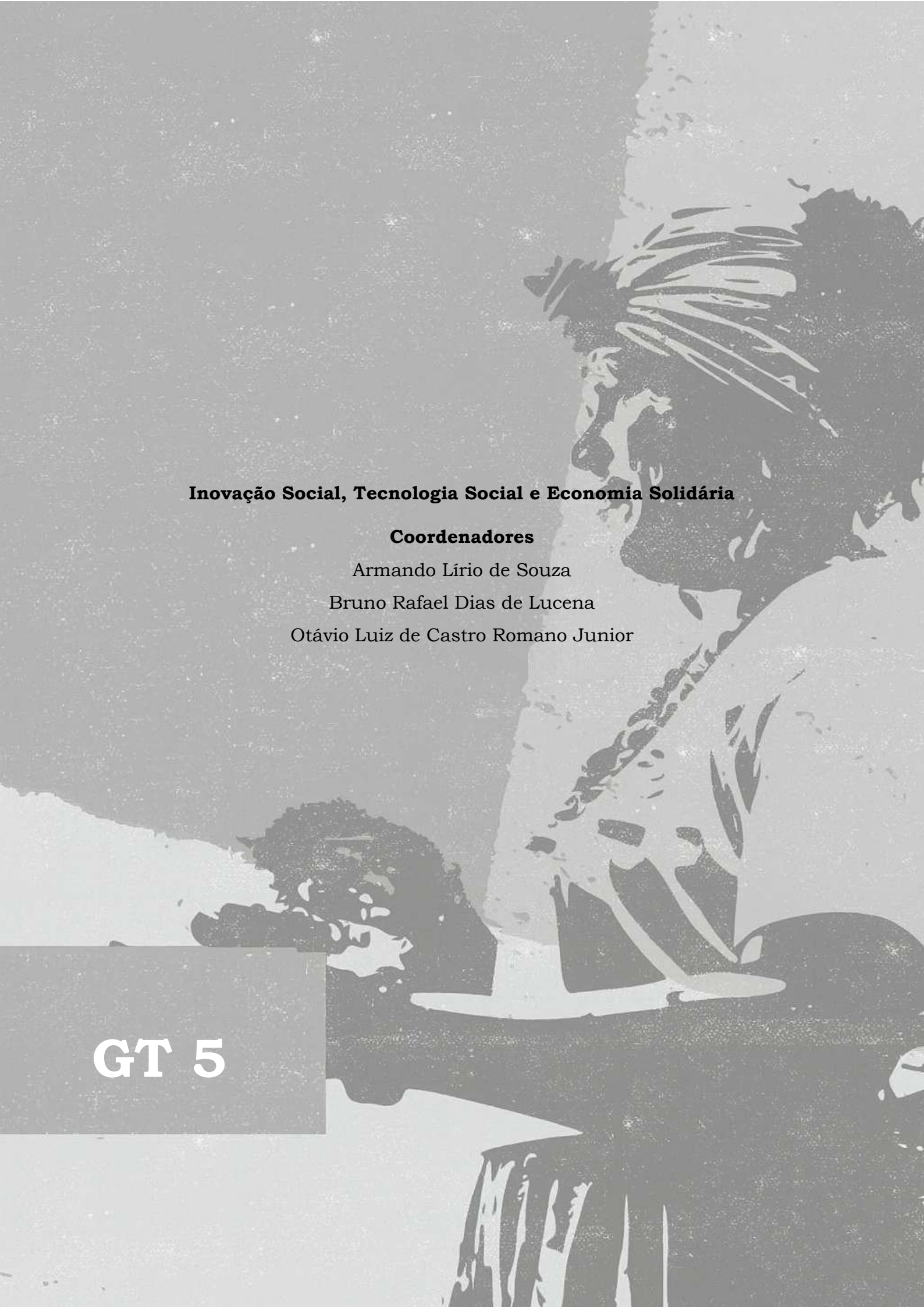
Referências

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes De Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Volume I – diagnóstico. 2019

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa ICMBio nº 8**, **de 18 de setembro de 2008**. Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em 52 Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf. Acesso em: jan. 2023.

SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos. **Governança dos recursos florestais em unidades de conservação na Amazônia:** o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós. Tese (Doutorado) – UFRS, Faculdade de Ciências Econômicas, PPG em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

SOARES, Maria Jocileia *et al*. A Gestão do Turismo na Floresta Nacional do Tapajós. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 3, p. 208-223, 2022.



Inovação Social, Tecnologia Social e Economia Solidária

Coordenadores

Armando Lírio de Souza

Bruno Rafael Dias de Lucena

Otávio Luiz de Castro Romano Junior

GT 5

Desenvolvimento sustentável e uberização do trabalho: limites e desafios no capitalismo contemporâneo

Renato Soares de Aquino[1]

1 Introdução: O conceito de desenvolvimento sustentável, difundido a partir do Relatório Brundtland (1987), propõe a conciliação entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, porém, como observa Costa (2016), essa conciliação enfrenta limites estruturais diante da lógica capitalista, centrada na acumulação ilimitada de capital e no uso predatório de recursos naturais. Em paralelo, a ascensão da chamada economia de plataformas intensificou debates sobre novas formas de exploração laboral. A uberização, caracterizada pela ausência de vínculos formais, remuneração instável e controle algorítmico, exemplifica a precarização estrutural do trabalho no século XXI (Antunes, 2020). Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir as tensões entre desenvolvimento sustentável e uberização do trabalho, ressaltando como a precarização das relações de trabalho compromete a sustentabilidade social. A questão central se resume: como a uberização do trabalho compromete os princípios do desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere à sua dimensão social?

2 Metodologia: Como metodologia, o artigo utiliza a revisão bibliográfica, buscando articular análises de diferentes autores. Partiu-se da obra de Francisco de Assis Costa (2016) sobre entropia e coevolução, incorporando reflexões de Ricardo Antunes (2020) acerca da precarização e do trabalhador uberizado, de Guy Standing (2011) sobre o precariado, de Robert Castel (1998). Essa abordagem permitiu estabelecer conexões entre as dimensões ecológica, econômica e laboral no capitalismo contemporâneo.

[1] Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. E-mail: renatos.a@hotmail.com.

3 Resultados e Discussão: Costa (2016) argumenta que o capitalismo funciona como uma máquina entrópica, transformando recursos naturais organizados em resíduos desestruturados, gerando degradação irreversível. Essa lógica também se manifesta no mundo do trabalho, onde as relações estáveis são substituídas por vínculos flexíveis, precários e desregulados. Na uberização, o risco é individualizado, o trabalhador é descaracterizado do teor laboral, classificado como "empreendedor" ou "parceiro". A difusão das plataformas digitais, como Uber, iFood e Rappi, e tantas outras existentes no mercado digital, insere-se no processo de reestruturação produtiva da chamada Indústria 4.0, marcada pela automação, digitalização e gestão algorítmica. Para Antunes (2020), esse modelo consolida a "precarização estrutural do trabalho", caracterizada pela informalidade, terceirização e ausência de direitos sociais. Standing (2011) identifica esses trabalhadores como parte do precariado, um grupo sem estabilidade, renda segura ou proteção social. Bem como, Castel (1998) complementa essa visão ao afirmar que a erosão do "salário social" e da proteção coletiva empurra milhões para a vulnerabilidade social, resultando em sociedades de insegurança. A uberização materializa esse diagnóstico ao enfraquecer direitos conquistados historicamente, substituindo-os por microempreendedorismo e informalidade, ocasionando, novas formas de exploração e transferência de riscos e custos para os indivíduos. Partindo dessa análise, se considera as convergências entre sustentabilidade e trabalho decente. Desse modo, o desenvolvimento sustentável, em sua dimensão social, pressupõe inclusão, justiça e condições dignas de vida, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propõe o conceito de trabalho decente, incompatível com a lógica uberizada, baseada na externalização de custos e na ausência de proteção social. Nesse sentido, a uberização se revela como uma entropia social, a qual dissolve relações laborais estáveis em arranjos flexíveis e inseguros, produzindo degradação invisível. Tal modelo de produção, sacrifica o meio ambiente em nome do crescimento, a uberização sacrifica a dignidade do trabalhador em nome da eficiência econômica. Mediante a tal cenário,

surgem medida alternativas e paliativas, como a economia solidária e o cooperativismo de plataforma (Scholz, 2016), que buscam articular tecnologia com autogestão, distribuição equitativa e reinvestimento coletivo, entretanto, tais medidas encontram limites frente a depredação e voracidade do capitalismo. Ademais, para autores como Costa (2016), tais medidas seriam formas e caminhos para uma coevolução em oposição à lógica entrópica do capital, ou seja, adotar medidas como arranjos produtivos que integrem sociedade e natureza em processos sustentáveis. Tal lógica, poderia inspirar práticas laborais que conciliem inovação tecnológica, direitos trabalhistas e sustentabilidade.

4 Considerações Finais: A reflexão teórica feita nesse artigo, evidenciou que a uberização do trabalho e o modelo de desenvolvimento sustentável se encontram em tensão permanente dentro do capitalismo contemporâneo. Enquanto a perspectiva do desenvolvimento sustentável se atrela a condições econômica, sociais, políticas, culturais e entre outros, buscando conciliar progresso econômico, justiça social e preservação ambiental, a uberização acentua a precarização, a instabilidade e a exclusão, comprometendo diretamente a dimensão social da sustentabilidade. A uberização exemplifica essa contradição ao transformar trabalhadores em "empreendedores de si mesmos", mascarando a precarização sob a retórica da flexibilidade. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só pode ser viabilizado mediante transformações institucionais profundas, que enfrentem as desigualdades estruturais e reconfigurem as bases da produção e do trabalho. Para encerrar (porém, não esgotar) a discussão, retomemos a questão central destacada na introdução desse artigo – se é possível compatibilizar sustentabilidade e uberização – se observa um dilema estrutural, diante do modelo predatório capitalista que vai na contramão dos princípios de justiça social, ambiental e trabalho digno, essa relação é pouco possível, o que teremos e temos são experiências alternativas, como o cooperativismo de plataforma e a economia solidária, despontando como tentativas de resistência e inovação social.

Palavras-chave: Uberização; Desenvolvimento sustentável; Capitalismo de plataforma; Precarização do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Francisco de Assis. "Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável – apontamentos". **Revista Terceira Margem Amazônia**, Belém, v. 2, n. 7, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando o capitalismo digital. São Paulo: Elefante, 2016.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury, 2011.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Simplicidade e efetividade: a inovação como perspectiva de uma transformação social na comunidade do Treme, em Bragança do Pará

José Nazareno Araújo dos Santos[1]
Marileide Morais Alves[2]
Velber Luiz Silva da Silva[3]
Lígia Gomes Nascimento Gomes[4]

1 Introdução: A Universidade Federal do Pará, por meio do Laboratório de Qualidade do Pescado, da Faculdade de Engenharia de Pesca, do Campus de Bragança, tem desenvolvido estudos para o aproveitamento de resíduos da produção de pescado industrial e da extração de caranguejo descartados nos mais diversos espaços da cidade. São anos de pesquisa e aplicação que tem resultado no desenvolvimento de um conjunto de produtos, conforme Santos, Alves e Anete Jr. (2023), e, mais recentemente, na aceitação de registro de patente. Nessa nova etapa, a comunidade rural do Treme, localizada no interior de Bragança, que tem sua economia praticamente atrelada a exploração do Caranguejo, e o resíduo é todo descartado diretamente no solo da vila, contaminando-o e acarretando uma série de outros problemas de natureza social, ambiental e política, passou a ser objeto de estudo e de ação prática da Universidade. Os produtos desenvolvidos no laboratório de qualidade do pescado, incluindo os resíduos descartados na vila, serão usados como insumos na produção agrícola familiar de famílias que vivem na comunidade. Desse modo, o objetivo do trabalho é mostrar que, com simplicidade, inovações sociais podem mudar realidades que são afetadas por problemas de natureza ambiental, efetivando práticas que podem ser sustentadas ao longo do tempo e se tornarem cultura local, reforçando o proposto por Brasileiro (2023, p. 25) que com simplicidade devemos “realmar” a economia, libertando-a da jaula da burocracia que

[1] Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do PPGEA/ICSA/UFPA. E-mail: jonaz@ufpa.br.
[2] Professora da Faculdade de Engenharia de Pesca do IECOS/UFPA. E-mail: malves@ufpa.br.
[3] Discente de graduação da Faculdade de Administração/ICSA/UFPA. E-mail: velberluiz5@gmail.com.
[4] Discente de graduação da Faculdade de Administração/ICSA/UFPA. E-mail: ligiacxe@gmail.com.

impede as pequenas economias de se tornarem fonte de vida para muitas pessoas que delas participam integralmente (Assele; Piccaluga, 2019).

2 Metodologia: Por se tratar de pesquisa de campo e está atrelada a elementos de causa social e ambiental importantes, pensou-se em construir um relato sintético da pesquisa que vem sendo desenvolvida, nesse caso específico, ao longo de aproximadamente dois anos, desenvolvendo produtos e processos no laboratório da Universidade e ao mesmo tempo buscando soluções, juntamente com a comunidade, com o objetivo claro e eficaz de transformar a realidade hoje insustentável da vila do Treme.

3 Resultados e Discussão: Os resultados ora apresentados, correspondem ao desenvolvimento da pesquisa, que após cada etapa planejada executada, objetiva envolver a comunidade no processo de solução do problema ambiental e social causado por falta de uma conscientização e de uma presença institucional que pudesse dar assistência aos pescadores extratores de caranguejo. Na comunidade do Treme será produzido adubo orgânico, a partir do resíduo de caranguejo descartado em grande volume nas proximidades do local da extração, para ser usado na produção agrícola familiar, enfatizando a produção de hortaliças regionais, como o jambú, couve, cariru, chicória e coentro. De acordo com Costa Jr. (2025), na comunidade do Treme são processados diariamente nada menos que 6 mil caranguejos, gerando um resíduo diário de 208kg/dia, quantificando em uma produção de resíduo mensal da ordem de 4,16t/mês. Ainda segundo o mesmo autor, essa produção é suficiente para a implantação de sistemas de compostagem necessária para a produção de adubo orgânico. Com esse processo, visto que já se tentou desenvolver outros produtos a partir desse tipo de resíduo especificamente (Santos; Alves; Anete Jr., 2023), a questão ambiental toma uma nova dimensão, bem como a economia da comunidade pode sofrer um efeito agregativo, pois parte da população que habita na comunidade do Treme, “que não está envolvida no beneficiamento do

caranguejo, tem como fonte de renda o setor agrícola, por isso, o uso do adubo orgânico, na agricultura familiar, pode gerar renda e contribuir com um plantio sustentável, com adoção de práticas que buscam a produção de alimentos saudáveis, livres de resíduos tóxicos e com qualidade ecológica, priorizando a harmonia entre o homem e o meio ambiente" (Costa Jr., 2025, p. 4), adequando-se, assim, inclusive ao que indica a legislação brasileira acerca da implementação de sistemas orgânicos de produção agrícola (Brasil, 2009). Esta prática estaria concatenada com o conceito bioeconomia, utilizado por Fernandes *et al.* (2023, p. 167), onde a classifica como uma segunda modalidade, a de biorecursos, mas também naquela classificada como bioecológica, pois "agrega práticas produtivas que focam na valorização de processos ecológicos capazes de otimizar o uso de energias e nutrientes com base em biodiversidade, em contraponto à monocultura e à degradação do solo". A geração e transferência de tecnologia social proposta como forma de conscientizar os atores sociais locais com o objetivo de mitigar as externalidades negativas na comunidade estudada converge com o que propõe Francisco (2020, p. 39) quando afirma que "a grande ecologia sempre inclui um aspecto educativo, que provoca o desenvolvimento de novos hábitos nas pessoas e nos grupos humanos" a fim de promover uma ecologia sã e sustentável. Certamente que é um grande desafio, pois costumes estabelecidos precisam ser desenraizados e incentivadas novas práticas que no curto prazo sofrerão resistências, que se não bem enfrentadas, podem esfriar a aplicação prática das pesquisas ora iniciadas.

4 Considerações Finais: Dependendo do lugar, das circunstâncias, dos hábitos estabelecidos, podemos incorrer em conclusões equivocadas em relação a necessidade de mudanças que precisam ser realizadas com certa celeridade. No caso específico da comunidade do Treme, no interior de Bragança, a implantação de processos inovativos deve ser acompanhada de uma conscientização que ilumine os agentes acerca da necessidade de preservar os recursos explorados do mangue ao mesmo

tempo em que é também necessário manter intacto o ambiente onde estabelecem suas moradas, sob pena de perder renda e aumentar ainda mais a condição de pobreza ali estabelecida. A perda de renda dupla pode ocorrer pela diminuição da capacidade de captura face a inadequação do uso do recurso e pela necessidade de aquisição de custeio com a saúde, em razão dos problemas acometidos por conta do descarte inadequado dos resíduos na comunidade. Desse modo, a implementação de inovação e tecnologia social sob a forma da produção de adubo orgânico para pequena lavoura, a partir do uso desses resíduos, com simplicidade de recursos, torna-se uma oportunidade ímpar para que a comunidade aprenda e pratique a ecologia integral.

Palavras-chave: Inovação; Bragança (PA); Caranguejo.

Referências

ASSELE, M.; PICCALUGA, A. **Sorella economia:** da Francesco di Assisi a Papa Francesco: un'altra economia è possibile? Assisi: Edizioni Porziuncola, 2019.

BRASILEIRO, E. **Realmar a economia:** a economia de Francisco e Clara. São Paulo: Paulus, 2023.

COSTA JR, K. S. **Tecnologia social no cultivo de hortaliças de ciclo curto em sistemas orgânicos, com aproveitamento de resíduos de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSM-OS MCTI. Plano de Trabalho, 2025.

FERNANDES, D. A.; SILVA, H.; COSTA, F. A.; NETO, R. V.; FOLHES, R. O debate sobre bioeconomia e as perspectivas de desenvolvimento para a região amazônica no século XXI. *In*: MATTOS, F. A.; ARAUJO, V. L. **Economia brasileira, uma reconstrução necessária**. São Paulo: Hucitec, 2023.

FRANCISCO, P. **Querida Amazônia:** exortação apostólica pós-sinodal. Brasília: edições CNBB, 2020.

SANTOS, J. N. A.; ALVES, M. M.; ANETE JR., J. A. Inovação e Sustentabilidade: elementos de transformação socioambiental na realidade do município de Bragança, Pará. **Revista Conexões**, v. 11, n. 1, pp. 32-48, jan./jun. 2023.

O desenvolvimento e a transferência de tecnologia social: fontes alternativas para uma ecologia integral

José Nazareno Araújo dos Santos[1]
Marileide Morais Alves[2]
Velber Luiz Silva da Silva[3]
Lígia Gomes Nascimento Gomes[4]

1 Introdução: O desenvolvimento de inovações e tecnologias sociais são importantes por diversas razões. Na Amazônia tem um caráter mais forte, pois se trata de um ambiente ainda bem revestido de recursos naturais e que precisa ser cuidado para que o esgotamento experimentado por outros espaços aqui seja evitado. Desse modo, a participação de instituições, como a Universidade Federal do Pará, torna-se indispensável para que as transformações socioeconômicas e ambientais possam ocorrer de modo planejado e sustentável. Assim sendo, o presente estudo revela o caminho percorrido pelo laboratório de tecnologia do pescado, inserido no campus de Bragança, nos mais diversos ambientes onde a exploração dos recursos naturais, de modo especial a pesca, deixa rastros e marcas que são traduzidos nas mais diversas formas de externalidades negativas. A transformação de resíduos, inservíveis para a comercialização tradicional no mercado, em produtos e insumos para novos produtos nutre essa nova etapa de pesquisa e fomenta o desejo de uma mudança urgente na forma de manejar os recursos ora ofertados de maneira abundante e praticamente gratuita para os agentes que, de algum modo, estão inseridos na cadeia de produção.

[1] Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do PPGEA/ICSA/UFPA. E-mail: jonaz@ufpa.br.
[2] Professora da Faculdade de Engenharia de Pesca do IECOS/UFPA. E-mail: malves@ufpa.br.
[3] Discente de graduação da Faculdade de Administração/ICSA/UFPA. E-mail: velberluiz5@gmail.com.
[4] Discente de graduação da Faculdade de Administração/ICSA/UFPA. E-mail: ligiacxe@gmail.com.

2 Metodologia: Por se tratar de pesquisa de campo e está atrelada a elementos de causa social e ambiental importantes, pensou-se em construir um relato sintético da pesquisa que vem sendo desenvolvida, nesse caso específico, ao longo de aproximadamente dois anos, desenvolvendo produtos e processos no laboratório da Universidade e ao mesmo tempo buscando soluções, juntamente com a comunidade, com o objetivo claro e eficaz de transformar realidades presentes no município de Bragança e que sofrem os impactos do descarte de resíduos da produção de abatedouros de aves, bovinos e caranguejo.

3 Resultados e Discussão: De acordo com Santos *et al.* (2023), a interação da Universidade com o ambiente onde está inserida deve ultrapassar as fronteiras da Ciência e alcançar o cotidiano dos agentes, para que, assim, seja efetivamente um agente de transformação social. Ainda de acordo com os autores e com Francisco (2020) e Asselle e Piccaluga (2019), essa parceria deve conduzir a comunidade e seus agentes a uma mudança de mentalidade, onde a conscientização e a educação para o bom uso do ambiente e seus recursos seja o norte das ações, pois não se pode negligenciar que "ao lado da ecologia da natureza, existe uma ecologia que podemos designar 'humana', a qual, por sua vez, requer uma 'ecologia social'" (Francisco, 2020, p. 31). Porém, para que isso se torne realidade, urge que a humanidade "tome consciência cada vez mais das ligações existentes entre a ecologia natural, ou seja, o respeito pela natureza, e a ecologia humana" (Francisco, 2020, p. 31) Nessa direção podemos dizer que a ação transformadora da Universidade no ambiente bragantino converge com esses pensamentos, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de novos processos e produtos que utilizarão resíduos como matéria prima de base recolhidas em diversas unidades produtivas municipal. Os resíduos de aves, bovinos e caranguejo passarão por um processo de tratamento tecnológico que incluem diversas etapas até se chegar no produto final desejado, que é a elaboração de rações para alimentar camarões, peixe de corte e ornamental produzidos em cativeiro. Esse processo enquadra-se no

escopo da bioeconomia biotecnológica, uma vez que se “baseia em pesquisa e desenvolvimento de inovações em artefatos, produtos, processos e técnicas de base biológica” (Fernandes *et al.*, 2023, p. 166). Processo que gerará produto derivado de resíduos antes descartados e que afetam diretamente o ambiente e as pessoas que nele vivem. É a oportunidade de se criar um ambiente saudável, pois o mesmo é senão fruto dessa interação positiva do homem com a natureza (Francisco, 2023, p. 21). Essa pesquisa aplicada, portanto, tem também uma conexão com a chamada economia de Francisco e Clara, pois torna o ambiente um lugar de cultivo e preservação da biodiversidade e da inovação social, onde as forças locais, especialmente a força juvenil, ganham oportunidade de participar efetivamente do processo e dos novos meios oferecidos para transformação social (Guimarães *et al.*, 2023, p. 65).

4 Considerações Finais: Importante destacar como conclusões possíveis a serem apresentadas a importância da participação e da interação da Universidade Federal do Pará com outras entidades, inclusive fomentadoras de pesquisas dessa natureza, e com a comunidade no intuito de fortalecer as forças transformadoras locais, especialmente no combate ao descarte inadequado de resíduos resultantes tanto da produção extrativa de recursos naturais quanto de outras produções recorrentes no âmbito municipal de Bragança. O uso de resíduos da produção de polpa de caranguejo, do abatimento de frango e de boi como matéria-prima na produção de ração animal, a partir de processos e tecnologias desenvolvidas endogenamente na Universidade e envolvendo os agentes nesse processo de desenvolvimento e difusão, amenizará os impactos sofridos nos mais diversos ambientes, contribuindo para um espaço menos agredido e mais propício a vivência saudável de seus entes.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Transferência de tecnologia; Tecnologia social; Bragança (PA).

Referências

ASSELE, M.; PICCALUGA, A. **Sorella economia:** da Francesco di Assisi a Papa Francesco: un'altra economia è possibile? Assisi: Edizioni Porziuncola, 2019.

FERNANDES, D. A.; SILVA, H.; COSTA, F. A.; NETO, R. V.; FOLHES, R. O debate sobre bioeconomia e as perspectivas de desenvolvimento para a regiãoamazônica no século XXI. *In*: MATTOS, F. A.; ARAUJO, V. L. **Economia brasileira, uma reconstrução necessária**. São Paulo: Hucitec, 2023.

FRANCISCO, P. **Querida Amazônia:** exortação apostólica pós-sinodal. Brasília: edições CNBB, 2020.

FRANCISCO, P. **Ludate Deum:** exortação apostólica sobre a crise climática. Brasília: edições CNBB, 2023.

PRATES, P.; CONSOLARO, G.; GROH, V. Claras e Franciscos, reconstruam minha casa, que está em ruínas. *In*: BRASILEIRO, E. **Realmar a economia:** a economia de Francisco e Clara. São Paulo: Paulus, 2023.

SANTOS, J. N. A.; ALVES, M. M.; ANETE JR., J. A. Inovação e Sustentabilidade: elementos de transformação socioambiental na realidade do município de Bragança, Pará. **Revista Conexões**, v. 11, n. 1, pp. 32-48, jan./jun. 2023.

Breve síntese acerca da evolução das formas de financiamento da cultura e das políticas culturais

Valcir Bispo Santos[1]

Resumo: Esse texto pretende sintetizar os principais mecanismos e fontes de financiamento cultural atualmente existentes no Brasil, assim como apontar como esses instrumentos funcionam nos âmbitos estadual e municipal no contexto do estado do Pará. Inicialmente, apresentar-se-á um breve preâmbulo sobre a evolução das políticas culturais no Brasil. Após isso, será apresentando um quadro resumido sobre os principais instrumentos de financiamento à cultura no Brasil no cenário anterior à pandemia da Covid-19. Destacavam-se nesse período as Leis de Incentivo fiscal, sobretudo a Lei Rouanet, e de como esses mecanismos concentravam os recursos de financiamento à cultura, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, em detrimento das demais regiões, inclusive a Amazônia, que só recebia algo em torno de 0,03% dos recursos da Lei Roaunet, em média. Isso interferia na implementação das políticas culturais e no acesso ao financiamento por parte dos grupos culturais e segmentos artísticos. No entanto, com a situação da Emergência Cultural decorrente da pandemia da covid-19, esse cenário modificou-se radicalmente. Destaca-se nesse período mais recente, a Lei de Emergência Cultural (conhecida como Lei Aldir Blanc ou LAB), e de como essa lei influenciou posteriormente a emergência de outras leis de financiamento à Cultura, como a Lei Paulo Gustavo (LPG) em 2023, e, atualmente, o chamado PNAB (Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), ou Lei Aldir Blanc 2 (LAB 2), como também é conhecida. A emergência dessas últimas leis modificou as condições de acesso ao financiamento da Cultura. De fato, essas leis se aproximam mais do formato do Fundo Nacional de Cultura, tornando-as mais acessíveis e democráticas que as leis de renúncia fiscal.
Palavras-chave: Financiamento Cultural; Política Cultural; Lei Roaunet; Lei Aldir Blanc 2.

1 Introdução: preâmbulo sobre a evolução recente das políticas culturais no Brasil

O Ministério da Cultura (MinC) já experimentou várias transformações relevantes desde sua criação em 1985, tanto em termos de importância política e estratégica, como de direcionamento, execução e concepção de políticas culturais. Tal trajetória (errática ou não linear) encontra-se diretamente relacionado às transformações acerca do papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico nacional.

Na década de 1980, marcada pela instabilidade econômica (estagnação conjugada com hiperinflação) e consequente rebatimento na

[1] Professor da Faculdade de Ciências Econômicas. UFPA. E-mail: valcirbispo@gmail.com.

gestão das políticas culturais e nos recursos destinados para esse fim, ainda assim pode-se destacar a criação do MinC e os avanços da Constituição de 1988 como importantes inovações no campo das instituições relacionadas às políticas culturais e participação social.

Na década de 1990, por outro lado, com a abrupta abertura comercial e econômica e a subordinada inserção da economia brasileira ao processo de Globalização da economia mundial, dá-se início a um período de desmonte do Estado brasileiro em suas diversas dimensões como fruto da adesão à agenda de reformas neoliberais por parte do Governo Collor de Mello (1990-92) (Cano, 2000). O Governo Collor promoveu uma reforma e enxugamento da estrutura do Estado, com demissão de cerca de 320 mil funcionários públicos e extinção de órgãos e ministérios, como parte de sua agenda neoliberal que também incluía a abertura comercial e início do processo de privatizações de empresas estatais. Nessa mudança, como relata Calabre (2007), o MinC foi extinto, junto a alguns de seus órgãos (FUNDACEN, EMBRAFILME, Fundação Nacional Pró-Leitura, Conselho Federal de Cultura e o Conselho Consultivo do SPHAN).

A transformação do Ministério em uma Secretaria e as transformações da Fundação Pró-Memória e o SPHAN em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, assim como da FUNARTE em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC também fizeram parte do (perverso) cardápio de reformas no campo da cultura. O claro processo de redução da importância atribuída pelo Estado às políticas culturais se evidencia na ausência de quaisquer recursos fiscais nos primeiros anos da década, até a aprovação da Lei Rouanet em 1991, que se configuraria no principal mecanismo de estímulo à economia da cultura no Brasil nas décadas subsequentes (Calabre, 2007; Starling, 2011).

Após a recriação do MinC no governo Itamar Franco (1992-94), alguns órgãos, como a FUNARTE, também foram retomados. As características das políticas culturais do MinC nesse período (até 2003) foram marcadas pela ausência de planejamento público para o gasto e, por meio dos mecanismos de incentivo fiscal, de uma privatização das

estratégias de investimento de recursos públicos, com uma quase inexistente contrapartida privada. Cabe mencionar que as leis de incentivo fiscal ganharam novos contornos após a aprovação da Lei Rouanet, com destaque para o audiovisual e para a possibilidade de utilização de 100% de recursos públicos em algumas modalidades de incentivo (Calabre, 2007; Rubim, 2010; Reis, 2010).

Nos anos 2000 começa a se estabelecer novas diretrizes para as políticas culturais no país. Em primeiro lugar, cabe destacar as discussões iniciadas pela I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto que, em 2000, propôs a criação de um planejamento de longo prazo para a área de cultura, com metas e mecanismos de avaliação. A proposta, conduzida predominantemente pela Câmara dos Deputados, ganharia espaço dentro do MinC após o início do mandato de Gilberto Gil, em 2003, no primeiro governo de Luiz Ignácio "Lula" da Silva (2003-2006) (Reis, 2010).

Diversas avaliações destacam as gestões conduzidas pelos ministros da Cultura Gilberto Gil (2003 a 2008) e Juca Ferreira (2008 a 2010), durante os dois primeiros governos de Lula (de 2003 a 2010), como responsáveis pela reorganização do MinC. O objetivo era o de recuperar a capacidade de realização de políticas culturais por parte do Estado, inclusive sob perspectiva não autoritária, em oposição à privatização das decisões de investimento de recursos públicos do período anterior (Rubim, 2010). De fato, no período pós 2003, as políticas culturais, conduzidas pelo Estado, adquiriram novas dimensões. Em primeiro lugar, houve uma reorganização institucional do MinC, com mudanças na estrutura do ministério, bem como da construção de instituições e órgãos em nível estadual e municipal. Em segundo lugar, passou-se a reconhecer a Cultura em suas três dimensões: (1) simbólica; (2) do direito à cidadania e (3) do desenvolvimento econômico.

A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de diversas línguas, valores, crenças e práticas. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de

modos de viver, os quais variam de tal forma que só é possível falar em culturas humanas no plural. Adotar tal dimensão possibilita superar a separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção do patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. Essa dimensão está garantida na Constituição brasileira.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando em um dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura, hoje, é considerada elemento estratégico da chamada nova economia ou economia do conhecimento, que se baseia na informação e na criatividade, impulsionadas pelos investimentos em educação e cultura.

Em decorrência dessas mudanças, as políticas culturais deveriam deixar de ser somente políticas para os produtores e artistas (na lógica que imperava antes das gestões de Gil e Ferreira no MinC), e voltar-se-ia também para a população em geral. A população e os demais agentes envolvidos em atividades culturais, sobretudo por meio das Conferências de Cultura e demais mecanismos de participação social, passaram a ter papel decisivo na configuração participativa das diretrizes das políticas culturais (Soto; Canedo; Oliveira; Salgado, 2010).

2 Políticas de Financiamento à Cultura antes da pandemia do covid-19

O sistema de financiamento cultural no Brasil em escala nacional, até então prevalecente, sobretudo antes da pandemia do covid-19, instituía três instrumentos:

a) Via recursos orçamentários do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e de instituições federais de cultura;
b) Via incentivos fiscais, previstos nas leis do Audiovisual e Rouanet;

c) Via fundos de investimento, como o FICART e o FUNCINE, regulados pela CVM. Os fundos de investimento foram pouco efetivos até o momento, mas guardam um grande potencial de aporte adicional de recursos para a cultura.

É necessário ressaltar que esses mecanismos de financiamento na cultura foram formulados em um contexto sociopolítico e econômico marcado pela dominância de políticas econômicas neoliberais no Brasil, sobretudo durante a década de 1990. Dessa forma é que se pode entender como o financiamento baseado na dedução de impostos foi fortemente incentivado, tornando-se por muito tempo a principal ferramenta de políticas culturais no Brasil. Nascimento (2008) destaca que, durante as gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Francisco Weffort, o financiamento da cultura sob a responsabilidade do mercado foi a marca mais visível, senão a única, da política cultural que vigorou de 1995 a 2002 (*ibidem*).

Os dois primeiros governos de Lula (de 2003 a 2010), embora tenha implementado uma nova política cultural no País, manteve praticamente o mesmo modelo de financiamento à cultura. Um modelo no qual prevalece o incentivo fiscal e a dedução de 100%. Este fato evidencia a fragilidade da política de financiamento à cultura do País, que foi herdada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e que persistiu no mesmo, assim como no governo Dilma Rousseff (de 2011 a 2016).

Apesar da continuidade da relevância do incentivo fiscal sobre o FNC no governo Lula, a gestão de Gilberto Gil apresentou mudanças, quanto à orientação da utilização dos recursos do Fundo. Entre as mudanças, destaca-se a criação do programa Cultura Viva, que é viabilizado com parte dos recursos disponibilizados pelo FNC e visa o fortalecimento das manifestações culturais oriundas de diversas comunidades do País, bem como o fortalecimento da economia da cultura e a diminuição das desigualdades sociais.

Nesse sentido, as leis de incentivos fiscais têm sido analisadas e severamente criticadas por artistas e estudiosos das políticas culturais. É preciso perceber que os investimentos públicos e privados apresentam

diferentes motivações, públicos, objetivos e articulações. O investimento privado é essencialmente motivado por fundo comercial, enquanto o financiamento público "tem por mote preservar e desenvolver a cultura de uma comunidade, sem direcionamento comercial". As empresas têm como público-alvo seus clientes-consumidores, fornecedores, funcionários etc., enquanto o Estado tem como público-alvo toda a comunidade. Assim, enquanto os investimentos estatais visam movimentar a economia e democratizar o acesso à cultura, a empresa privada investe em cultura com o objetivo de divulgar seu nome, junto a determinado público, reforçar laços com a comunidade, associar seus valores aos daquele evento etc. (Reis, 2010).

A Lei Rouanet tem sido muito atrativa para a iniciativa privada. Permitiu o desenvolvimento de um nicho de mercado especializado em captação, caso da empresa Dançar Marketing & Comunicações, que trabalhou com várias organizações: Ambev, HSBC, Bradesco, Nestlé, Coca-Cola, Telefônica e Gessy Lever. A Dançar foi o segundo maior proponente de 2008 com R$ 17 milhões, logo atrás do Instituto Itaú Cultural. Além de todos os problemas apresentados, existe ainda a não resolvida concentração regional, pois dos 15 maiores projetos, 14 foram realizados no Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 2003 e 2009, a região Sudeste teve 23 mil projetos apresentados e R$ 3 bilhões captados. Em contrapartida, a região Norte apresentou 786 projetos e obteve R$ 40 milhões captados, ou apenas 0,3% dos recursos financiados nesse período (Salgado *et al.*, 2010).

3 O contexto de formação e execução das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo

Não obstante algumas dificuldades na regulamentação da LAB por parte do governo Bolsonaro, a LAB (Lei Aldir Blanc) viabilizou a distribuição descentralizada de três bilhões de reais para estados, Distrito Federal e municípios, estabelecendo que os recursos da emergência cultural seriam aplicados em ações de apoio ao setor por meio de: (1) renda emergencial mensal aos trabalhadores(as) da cultura, sendo

a distribuição desse recurso de responsabilidade dos estados e Distrito Federal; (2) subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, sendo este recurso de responsabilidade dos municípios e Distrito Federal; (3) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, espaços e iniciativas; sendo este recurso de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Brasil, 2020a; Brasil, 2020b *apud* Semensato; Barbalho, 2021).

Do ponto de vista da relação da LAB com as políticas culturais, sobretudo com o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), Calabre (2020) considera que a LAB privilegia a lógica federativa, bem como os instrumentos previstos para os entes que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, além dos cadastros, como o conselho, o plano e o fundo de cultura (o chamado "CPF da cultura"). Na visão de Calabre, serão "os municípios de maior porte e com um sistema municipal de cultura razoavelmente desenvolvidos" os que "provavelmente terão mais chances de concessão dos recursos, cumprindo as regras determinadas para sua utilização" (Calabre, 2020, p. 17). Além disso, a LAB prevê a validação dos agentes e das instituições, que devem estar inscritos em pelo menos um dos cadastros culturais elencados (Semensato; Barbalho, 2021).

No caso da Lei Paulo Gustavo, as características são bastante próximas ao contexto emergencial da Lei Aldir Blanc, mas desta vez utilizando os recursos, sobretudo, do Fundo Setorial do Audiovisual e, em menor escala, do Fundo Nacional de Cultura. A Lei Complementar (LC) nº 195, de 8 de julho de 2022, de autoria do então senador Paulo Rocha (PT-PA), é conhecida popularmente como Lei Paulo Gustavo (LPG), em homenagem ao artista de mesmo nome, vítima de Covid-19.

A PNAB – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (também conhecida como "Lei Aldir Blanc 2" ou LAB 2) pode ser compreendida como uma estratégia dos setores culturais no sentido de se contrapor ao desmonte de políticas culturais e perseguição do governo

anterior, bem como enfrentamento aos impactos negativos causados pela pandemia do coronavírus à economia da cultura.

O processo de construção social da PNAB seguiu trajetória semelhante da Lei Aldir Blanc (LAB 1) e da Lei Paulo Gustavo (LPG), sendo resultado de conquistas movidas pelos movimentos culturais e redes de ativistas culturais em articulação com parlamentares, gestores públicos e sociedade civil.

No entanto, diferentemente da LAB 1 e da LPG, a PANB tem uma finalidade menos emergencial (de sobrevivência), sendo mais estruturante (de retomada econômica e fortalecimento de políticas) para o setor cultural.

A PNAB determina que o Governo Federal destine R$ 3 bilhões anuais aos setores culturais ao longo de 5 anos, de 2023 a 2027, para execução de forma descentralizada por governos municipais e estaduais (à semelhança do que ocorreu na LAB 1 e LPG). Do total anual de R$ 3 bilhões, cerca de R$ 1,5 bi deve ser destinado aos governos municipais, e R$ 1,5 bi aos governos estaduais e distrital. A execução dos recursos destinados em 2023 deve ocorrer em 2024, e assim sucessivamente nos demais anos.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e Ações 2011 a 2014**. Brasília, DF: Minc, 2011.

BRASIL. Substitutivo ao projeto de Lei nº 6.835, de 2006. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providencias. Brasília, 2009. Disponível em: http://blogs.cultura.gov.br/pnc/. Acesso em: 22 mar. 2013.

CALABRE, Lia. Políticas **Culturais no Brasil:** Balanço e Perspectivas. Trabalho Apresentado no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (III ENECULT). Faculdade de Comunicação/UFBA. Salvador, 23 a 25 de maio de 2007.

GRUMAN, Marcelo. **Incentivos Fiscais para Cultura: Balanço Histórico e Perspectivas Futuras**. Mimeo, abril de 2011. Disponível em: www.culturaemercado.com.br. Acesso em: 13 jul. 2011).

LÔBO, Gláfira F. **A importância do patrocínio e da lei de incentivo cultural Semear:** um estudo acerca da percepção de artistas, produtores e empresários

no estado do Pará. Monografia (Conclusão de Curso de Especialização em Gestão e Responsabilidade Social) – Faculdades Integradas Ipiranga, Belém, 2011.

REIS, Paula Felix dos. Plano Nacional de Cultura: Estratégias e Ações para dez anos. *In:* RUBIM, Antonio A.C. (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUAS, José A. G. Aspectos estratégicos e metodológicos para a Economia da Cultura no Brasil. *In*: PROJETO "Perspectivas da Economia da Cultura: um modelo de análise do caso brasileiro". Nota Técnica. Campinas: Ministério da Cultura; Fecamp, 2011.

RUBIM, Antonio A.C. Políticas Culturais no Governo Lula. *In:* RUBIM, Antonio A.C. (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SALGADO, Gabriel M; PEDRA, Layno S; CALDAS, Rebeca S. As políticas de Financiamento à Cultura: a urgência de uma reforma. *In:* RUBIM, Antonio A.C. (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Raimundo Victor Oliveira. **Modalidade Alternativa de Financiamento para projetos Artísticos e Culturais:** Crowdfunding. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Econômicas, Belém, 2015.

SANTOS, Valcir Bispo; VEIGA, Luiz Daniel Ferreira; MIRANDA, Elis de Araújo. Impactos da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo na institucionalização e implementação de sistemas municipais de cultura na Amazônia Paraense. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 23., 2024, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024. 15 páginas.

SANTOS, Valcir Bispo; SANTOS, Vitor Samuel Moraes dos. Desigualdades regionais e Cultura na Amazônia Paraense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 29., 2024, Marabá. **Anais [...]**. Marabá: SEP/UNIFESSPA, 2024.

SOTO, Cecilia; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO, Julia. Políticas Públicas de Cultura: Os mecanismos de Participação Social. *In:* RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

STARLING, Monica. Estado e Políticas Públicas de Cultura: os desafios da descentralização. *In*: SEMINÁRIO CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA, 2011. **Anais [...]**. Disponível em: www.cidadescultura.com.br. Acesso em: 18 jul. 2011.

Proteção Social na Amazônia: Reflexões sobre a Política de Assistência Social nos Estados do Amazonas, Pará e Tocantins

Coordenadores(as)

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Maria Helena Cariaga

Patricio Azevedo Ribeiro

Severino da Silva Martins Júnior

Fernanda Ramos Pereira

Thays Loélia Santos Lopes Machado

Messias Pinheiro de Oliveira

GT 6

Diálogos sobre vivências e resistências de mulheres negras na Amazônia Marajoara (Breves/PA): apontamentos para uma atuação emancipatória do Serviço Social

Maria Fernanda Barros de Carvalho[1]
Ana Maria Caldas Marques[2]
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães[3]

1 Introdução: No presente trabalho apresentamos síntese de resultados do projeto de pesquisa "Direitos Humanos de Crianças e Mulheres Mães do Arquipélago do Marajó/Pa: Reflexões a Partir do Território, Raça/Cor e Gênero", e experiências de estágios supervisionados em Serviço Social realizados no Centro de Referência da Assistência Social do bairro Jardim Tropical, no município de Breves/PA. Nos debruçamos sobre as vivências de mulheres que passaram por situações de violência e que frequentam os serviços do mencionado CRAS e as percepções dos assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social. Partimos da seguinte questão norteadora: Quais estratégias a proteção social básica realiza para a prevenção da violência de gênero no município de Breves/PA? A fim de alcançar tal reflexão nos guiamos pelos seguintes objetivos: I) Identificar o contexto de violações de direitos contra mulheres no município de Breves/PA; II) Verificar quais as manifestações da violência de gênero na vida de mulheres; III) Analisar as percepções dos assistentes sociais que atuam no município de Breves bem como o papel do CRAS no combate à violência de gênero. Identificamos situações de violência doméstica, que se constituem como sexual, verbal, física, e também a violência obstétrica. Em suas percepções, os assistentes sociais identificam essas violações, em que muitas vezes as próprias mulheres não consideram se tratar de uma violação de direitos, algo que também percebemos dialogando diretamente com elas.

[1] Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus - Marajó Breves. E-mail: maria.barros.carvalho@breves.ufpa.br.
[2] Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus - Marajó Breves. anamariacaldasmarques@gmail.com.
[3] Professora da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus Marajó - Breves Filiação institucional. E-mail: jacguimaraes@ufpa.br.

2 Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo onde realizamos pesquisa bibliográfica, em torno das questões de gênero, raça e classe, a partir de uma análise interseccional, baseando-se nos escritos de autoras negras como, Carneiro (2003; 2011; 2023), e Crenshaw (2002), Lélia Gonzalez (2020), documental ao nos aprofundarmos em documentos normativos do Serviço Social. Apresentamos resultados da pesquisa de iniciação científica, obtidos por meio de entrevistas, rodas de conversa e de observações no estágio supervisionado. As etapas foram realizadas no período de abril de 2024 a junho de 2025.

3 Resultados e Discussão: Conforme os indicativos dos profissionais entrevistados há uma predominância de mulheres enquanto pessoa de referência que não somente vai em busca de seus direitos, mas de toda a sua família. Mas, percebe-se uma contradição, em que mulheres são protagonistas na luta por direitos, mas não possuem seus direitos políticos reconhecidos e por vezes são silenciadas. Também nos foi ressaltado que no cotidiano do trabalho, mesmo na proteção básica, identificam situações de violações de direitos, e percebem falhas relacionadas a outros órgãos, como a delegacia da mulher, um de nossos entrevistados, relata que ao encaminharem as usuárias dos serviços que foram vítimas de violência no trabalho ou violência psicológica, não é dada a devida importância, em contraponto à violência física, que em procedência do flagrante, a mulher chega a ter uma resposta. Os cinco assistentes sociais entrevistados, discorrem que em maioria, o perfil de mulheres atendidas, são negras: pretas e pardas, que foram mães muito cedo, este também sendo o motivo da baixa escolaridade, em muitos casos inseridas em contexto de violência, mesmo que velada. Identificamos a reprodução de um ciclo passado de geração em geração das mulheres das famílias. No decorrer do estágio em Serviço Social, no CRAS Jardim Tropical, identificamos que a grande maioria dos atendimentos e demandas são de mulheres, sendo elas pretas e pardas. Dentre eles, destacamos o atendimento de uma usuária que havia

buscado a unidade para a solicitação de benefício eventual (cesta básica), e durante o atendimento, relatou que ela e seu filho estavam sofrendo agressões físicas de seu companheiro. Informou que havia feito a denúncia na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher – DEAM, porém ainda não teria recebido nenhum retorno de por parte dos órgãos de proteção. Ainda afirmou que essa seria a primeira vez que a violência acontece, porém, por ser atendida pelo CRAS há anos, os técnicos detectaram que já haviam ocorridos outros episódios de violência por parte de seu companheiro. O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública da Política de Assistência Social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e faz parte da Proteção Social Básica, prevista na Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004). Seus programas e projetos, serviços e benefícios, destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionados e de pertencimento social. O principal objetivo desta instituição é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencial e adquirir o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Cotidianamente, surge nos CRAS, situações que revelam a desproteção de mulheres, o mais recorrente, se refere a sobrecarga de trabalho, que também revelam o estado de vulnerabilidade na saúde mental. Todos os profissionais, destacaram que durante os atendimentos, acolhem, orientam e encaminham as mulheres que chegaram a serem vítimas de alguma violência. Mas identificamos, que mesmo havendo uma alta demanda, os CRAS não realizam ações contínuas voltadas à prevenção da violência de gênero, muito menos articulam momentos voltados às mulheres, estando restrito às esporádicas ações como a do dia da mulher. Do quantitativo de quatorze mulheres que participaram da roda de conversa, cinco já sofreram violências físicas de seus parceiros ou familiares, além disto, três já mantiveram relações sexuais sem consentimento. Deste total de oito, seis foram responsabilizadas pelas violências que sofreram. Das mulheres escutadas, oito relataram já terem sido agredidas verbalmente e quatro

foram impedidas pelos seus companheiros de sair de casa, trabalhar ou estudar. Assim como, três tiveram suas finanças controladas. É importante ressaltar que algumas não tinham consciência das violências que haviam sofrido e apenas se deram conta a partir dos diálogos realizados na roda de conversa. Desta forma, destacamos a importância de momentos de conversas e trocas de experiências, especialmente com outras mulheres.

4 Considerações Finais: O CRAS desempenha um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos familiares e na prevenção das violências, portanto, julga-se a importância de um grupo de mulheres, com encontros dialógicos que possibilitem que mulheres possam debater e refletir sobre seus direitos. Tendo em vista que, grande parte dos usuários que buscam os serviços do CRAS são mulheres e a construção destes encontros, contribui para que estas mulheres se reconheçam como sujeitas de direitos, considerando que o CRAS é "porta de entrada" para inúmeros serviços e para a garantia de direitos, e a discussão destas questões proporciona a usuária a certeza que aquela instituição e rede como um todo, incluindo os serviços, programas, projetos e benefícios que ela oferece, são seus direitos e que devem ser buscados e garantidos. Ao darmos visibilidade a essas vivências, pontuamos a necessidade da atuação da assistência social, bem como a ação intersetorial com demais políticas, para que assim, o município pensando em suas especificidades, possa construir junto aos seus gestores e a sociedade civil, políticas públicas voltadas ao combate às desigualdades históricas que tecem a vida de mulheres, com o agravante em ser mulher negra.

Palavras-chave: Mulheres negras; Serviços Social; Ilha de Marajó (PA); Amazônia.

Referência

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Maria Fernanda Barros. **Diário de Campo:** Estágio Supervisionado II, CRAS Jardim Tropical. [Diário de Estagiário]. Breves: [s.*l.*], 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

GUIMARÃES, J. T. S. **Direitos Humanos de Crianças e Mulheres Mães do Arquipélago do Marajó/PA:** Reflexões a partir do território, raça/cor e gênero. [Projeto de Pesquisa], Universidade Federal do Pará, Breves, 2024.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, Ana Maria Caldas. **Ciranda de Flores em território de resistência amazônica:** Narrativas de mulheres no enfrentamento às múltiplas violências no Marajó (Breves/PA). 2005. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará Campus Marajó Breves, Breves, 2025.

MARQUES, Ana Maria Caldas. **Diário de campo:** Estágio Supervisionado I, II e III. CRAS Jardim Tropical. Breves, 2025.

POLÍTICA Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2004.

A proteção social básica da assistência social no município de Careiro Castanho no estado do Amazonas

Adriana da Silva Gomes[1]
Dayana Cury Rolim[2]

1 Introdução: Esta discussão tem o objetivo de refletir em torno da limitação no atendimento das demandas da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Careiro Castanho no estado do Amazonas. Trata-se de um dos tópicos do processo de construção da dissertação do Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia em andamento na Universidade Federal do Amazonas. O município Careiro Castanho está situado no estado do Amazonas, e é caracterizado por uma ampla extensão territorial com presença marcante de comunidades ribeirinhas. As populações tradicionais que vivem neste território convivem com vulnerabilidades históricas, relacionadas à pobreza, à precariedade de infraestrutura básica, às dificuldades de acesso a serviços públicos e às especificidades de um território marcado pela sazonalidade dos rios. A relevância deste estudo consiste em contribuir com a produção acadêmica e com as políticas públicas ao problematizar a Política de Assistência Social no interior do estado do Amazonas. A Proteção Social Básica em Careiro Castanho é operacionalizada por apenas um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade localizada na sede municipal, responsável pela execução dos serviços socioassistenciais, pela Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com Deficiência e idosos. Assim como opera outros serviços como os Programas Sociais de Cadastro Único e Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, e Benefícios, como: BPC/LOAS, Benefícios

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas. E-mail: adriana.79@hotmail.com.
[2] Doutora. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS/UFAM). E-mail: dayanarolim@ufam.edu.br.

eventuais (auxílio natalidade, funeral, cestas básicas e situações de calamidade) (Plano Municipal de Assistência Social, 2022-2025). Porém, a maioria destes serviços são acessados, em sua grande maioria por usuários residentes na sede do município.

2 Metodologia: Este estudo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica e documental sobre a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, fundamentada na análise do Plano Municipal de Assistência Social (2022–2025) do município de Careiro Castanho, estado do Amazonas, além de documentos normativos da PNAS (2004) e dados do Cadastro Único (CadÚnico, com referência do mês de junho/2025).

3 Resultados e discussões: A composição da população do município Careiro Castanho está estimada em 38.820 habitantes, sendo, 27.562 habitantes residentes em área urbana, e 11.258 habitantes em zona rural (IBGE, 2021). A população que vive na área rural enfrenta maiores barreiras de acesso aos serviços públicos, assim como não dispõe de infraestrutura adequada. Contudo, considerando a imensidão do território amazônico, as inúmeras e diversas características das cidades localizadas nesse território, se faz necessário dar visibilidade para a existências de comunidades com dinâmicas próprias situadas no interior da floresta, às margens dos rios, e da relação existente entre o homem e a natureza, destacando o potencial e ativos do município. Segundo informações do Relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (Brasil, 2025), em Careiro Castanho existem 9.298 famílias cadastradas no sistema do CadÚnico (agosto/2025), destas, 4.809 famílias estão em situação de pobreza, 1.799 famílias encontram-se em situação de baixa renda, e 2.690 famílias possuem renda per capita mensal acima de ¹/2 meio salário mínimo. Dentre os grupos populacionais tradicionais específicos do município, as comunidades ribeirinhas, contam com 107 famílias inseridas no CadÚnico, sendo 70 famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família. Quanto aos indígenas 220 estão cadastrados e

171 recebem Bolsa Família. Observa-se que a oferta da Política de Assistência Social e o atendimento da demanda ocorrem com dificuldades e limitações para os povos ribeirinhos e indígenas, sobretudo às mais longínquas. A dispersão territorial e a dependência do transporte fluvial tornam desafiadora a universalização do atendimento. O Plano Municipal de Assistência Social (2022–2025) prevê ampliar a cobertura por meio do fortalecimento da intersetorialidade, com a rede de serviços socioassistenciais, fomentar e qualificar os atendimentos a povos e comunidades ribeirinhos, através de equipes volantes do CRAS, ampliar as unidades socioassistencias com composição de equipes técnicas de referência, e outros. Porém, o que se constata, a partir de pesquisa exploratória, é que a equipe volante só atende a área de abrangência urbana devido a limitação nos recursos orçamentários, não chegando atender as comunidades que atravessam os longos rios.

4 Considerações Finais: A análise da Proteção Social Básica no município de Careiro Castanho aos povos ribeirinhos evidencia que a Política de Assistência Social constitui um pilar fundamental para a garantia de mínimos sociais, sobretudo em um território marcado por pobreza estrutural e desigualdades históricas. Porém, as comunidades ribeirinhas, embora reconhecidas no planejamento municipal, continuam enfrentando barreiras de acesso que exigem ações diferenciadas, como atendimentos itinerantes e maior articulação intersetorial, o que ainda não ocorre. Portanto, a efetivação da Política de Assistência Social no município precisa considerar estratégias para o atendimento particular das demandas da população tradicional. Dentre as estratégias, analisa-se que a proposta de um CRAS Ribeirinho ou um CRAS com uma equipe treinada para atender os povos indígenas ou ainda um atendimento em embarcações itinerantes nas comunidades longínquas, bem como o avanço e investimento na equipe volante para atender a população que não consegue chegar até a área urbana. São ações que podem contribuir para ampliar a cobertura do CRAS e assegurar que os programas e benefícios cheguem de forma contínua às

populações em maior situação de risco social. Para tanto, o compromisso entre os entes federados para o investimento nestas ações deve ser contínuo, uma vez que a logística que perpassa pelos rios da Amazônia é considerada dispendioso.

Palavras-chave: Assistência social; Proteção social; Careiro Castanho (AM).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único para Programas Sociais**. Dados de junho/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. **Norma Operacional Básica**. Brasília: MDS, 2012.

CAREIRO CASTANHO (AM). **Plano Municipal de Assistência Social:** 2022–2025. Prefeitura Municipal de Careiro Castanho, 2022.

IBGE. **Careiro Castanho**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/.

O Serviço Social na saúde mental e o atendimento humanizado: reflexões sobre a proteção social no Pará

Clara do Socorro Maia Maués[1]
Daniely Cabral Nepomuceno[2]
Eduarda Barros Pantoja[3]
Emmily de Medeiros Silva[4]
Isabella da Costa Silva Cardoso[5]
Silvana de Moraes Brito Ribeiro[6]

1 Introdução: A saúde mental integra o direito à saúde e à seguridade social assegurado pela Constituição de 1988, mas sua efetivação ainda enfrenta desigualdades, sobretudo na Amazônia, onde a escassez de serviços e as distâncias territoriais limitam o acesso. A Reforma Psiquiátrica brasileira, inspirada em Franco Basaglia, avançou ao substituir práticas manicomiais por um cuidado territorial e humanizado, no qual o Serviço Social tem papel central, articulando demandas, promovendo acolhimento e fortalecendo vínculos. Nos últimos anos, contudo, a área tem sido impactada por cortes orçamentários, instabilidade de financiamento e mudanças na condução da política pública, que reduziram a capacidade de resposta da rede de saúde mental e do SUAS. No Pará, essas limitações se expressam em dificuldades de garantir atendimento contínuo e integral, reforçando a importância de compreender como o Serviço Social atua para assegurar um atendimento humanizado e articular a política de saúde mental com a de assistência social.

[1] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: claramaues21@gmail.com.
[2] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: danielycabral12@gmail.com.
[3] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: eduardabarrospj@gmail.com.
[4] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: emmilymedeiros15@gmail.com.
[5] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: isabellacardoso034@gmail.com.
[6] Prof.ª Dr.ª da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail:srsilvanaribeiro@gmail.com.

2 Metodologia: A pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, baseada em legislações, normativas do CFESS/CRESS e literatura sobre saúde mental e assistência social. Também foram considerados dados de um relatório de 2022 sobre a atuação do Serviço Social em hospitais de referência no Pará. O recorte temporal (2016-2025) contempla os impactos da pandemia e das mudanças políticas na proteção social.

3 Resultados e Discussão: A análise mostrou que a saúde mental, apesar de reconhecida como direito, permanece atravessada por estigmas e práticas excludentes. A Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Humanização buscaram reverter esse quadro, propondo cuidado integral e centrado no usuário, espaço no qual o Serviço Social tem atuado com escuta qualificada, projetos terapêuticos singulares e articulação em rede. No Pará, contudo, persistem entraves estruturais: os serviços concentram-se em Belém, Santarém e Marabá, dificultando o acesso das populações ribeirinhas e de municípios menores. A escassez de recursos, a falta de profissionais e os limites logísticos se somam ao ajuste fiscal e à agenda ultraneoliberal, que reduziram o financiamento do SUAS e da saúde mental. A literatura crítica (Yazbek, 2020; Boschetti, 2021; Iamamoto, 2008) evidencia que o desmonte orçamentário e a precarização dos espaços de controle social afetam diretamente a rede de saúde mental paraense, marcada por desigualdades no acesso a CAPS, CRAS e CREAS. Ainda assim, a prática do assistente social, orientada pelo projeto ético-político, resiste ao desmonte, reafirmando a humanização como processo político de defesa da dignidade e da universalidade dos direitos.

4 Considerações Finais: O estudo conclui que a atuação do Serviço Social na saúde mental, articulada ao SUAS, é fundamental para garantir o atendimento humanizado no Pará. Apesar das condições adversas como a precarização dos serviços, o subfinanciamento e as dificuldades territoriais, o trabalho profissional tem contribuído para a defesa do

direito à saúde mental, fortalecendo vínculos, reconhecendo os sujeitos como cidadãos de direitos e resistindo ao avanço das pautas ultra neoliberais. Defende-se o fortalecimento do financiamento da proteção social, a ampliação da rede intersetorial de saúde mental e assistência social e a valorização da prática profissional crítica. Essas medidas são indispensáveis para consolidar o atendimento humanizado e a proteção social no Pará, reafirmando a assistência social como política pública e como direito.

Palavras-chave: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Vulnerabilidade Social; Abordagem de Recuperação; Práticas Antiopressivas; Telessaúde.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. **Proteção Social e Neoliberalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2013.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARINHO, Fernando Antonio *et all.* A efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios: desafios para a gestão local e o acesso à saúde. **IOSR:** Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS), v. 30, n. 1, ser. 6, p. 45–49, jan. 2025. DOI: 10.9790/0837-3001064549. Disponível em: https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.30-Issue1/Ser-6/F3001064549.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

PORTAL EDUCapes. **Atenção primária à saúde no Brasil:** desafios e possibilidades no cenário contemporâneo. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602606. Acesso em: 12 ago. 2025.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. A observação e a abordagem no exercício profissional: revistando a dimensão técnico-operativa no serviço social. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 4, 2009.

SOARES, Gisele. **Relato de experiência no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna**. Belém, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política de Assistência Social no Brasil: dilemas e desafios em tempos de crise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 84-101, 2020.

Desafios à gestão democrática da política de assistência social na Amazônia brasileira

Marcos Vinícius Monteiro de Salles[1]
Daniella de Gois Rocha[2]
Kamila Itale Costa Santos[3]
Igor Pantoja Miranda[4]
Edval Bernardino Campos[5]

1 Introdução: O processo de gestão da política de assistência social brasileira, desde 2004, é orientado por princípios éticos e políticos e por diretrizes político-administrativas comprometidos com os valores democráticos, notadamente, por estar orientada para a universalização de direitos, por atribuir relevância aos municípios e, também, por contemplar a participação da sociedade na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis de governo, conforme o dispositivo constitucional. A gestão democrática é caraterizada, em primeiro lugar, por sua dimensão pública, com um bem disponível a quem dele necessitar; por outro lado, a dimensão democrática também se notabiliza por instituir espaços e instâncias que favoreçam e assegurem a participação da sociedade nos processos decisórios. No âmbito da política da política em destaque, a Lei 8.742/1993, que a regulamenta, determina a instituição de instâncias com poder deliberativo para, em cada nível de governo, aprovar a respectiva política, normatizar sobre sua execução e, aprovar a prestação de contas. Estas prerrogativas institucionais atribuídas às instancias que conformam o Sistema Único de Assistência Social responsável pela efetivação da política, constituem, na essência, o controle social, o qual, para Campos (2008), se efetiva em três dimensões: política, técnica e ético-política. O objetivo desta reflexão (Resumo

[1] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. E-mail: viniciussalles0104@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. E-mail: rochadaniella06@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. E-mail: Kamilacostasantos507@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. E-mail: igorpantoja907@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social. E-mail: Edval.campos@hotmail.com.

Expandido), consiste em examinar alguns desafios enfrentados por conselheiros municipais de assistência social para empreenderem o controle social sobre a gestão da política de assistência social na região amazônica.

2 Metodologia: Do ponto de vista metodológico, estamos denominando Amazônia brasileira os Estados da região norte. Esta é a área de abrangência do projeto de extensão "O controle social na gestão de políticas públicas: capacitação para conselheiros e trabalhadores da assistência social." Em 2024, o curso de capacitação alcançou 88 municípios da região e certificou 245 participantes, dos quais 70,63 % se identificaram como conselheiros. Estes alunos são a base empírica da nossa investigação, a qual foi realizada por meio de um formulário, enviado por meio eletrônico, para 20 participantes, aleatoriamente escolhidos. As fontes da pesquisa documental foram o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o site do Tribunal Superior Eleitoral.

3 Resultados e Discussão: O resultado do processo eleitoral em 2024 revelou um cenário político profundamente conservador na Amazônia. O percentual de prefeitos e vereadores eleitos pertencentes aos partidos de centro ou direita é da ordem de 95%. Apenas 4,8% das prefeituras e 4,3% das cadeiras legislativas foram conquistadas por partidos de esquerda. Historicamente, na sociedade brasileira, os políticos conservadores nutrem suas carreiras políticas por meio de práticas clientelistas e assistencialistas. O corpo legislativo conservador é, por si mesmo, um indicador da fragilidade da sociedade civil. Nos pequenos municípios, os vereadores fazem uma conexão direta com o poder executivo, desestimulando e até inibindo a emergência de experiências participativas por meio de organizações populares. Essa correlação entre executivo e legislativo fortalece projetos políticos que tendem a marginalizar demandas sociais, enfraquecer espaços participativos e priorizar práticas clientelistas. O principal instrumento de controle social

no Sistema Único de Assistência Social é o Conselho, constituído, paritariamente entre governo e sociedade. Os dados do Censo – SUAS (2023), indicam que os representantes governamentais ocupam 50,92% das vagas. Entre os conselheiros da sociedade civil, os usuários respondem por 41,49% das vagas, os representantes de entidades de assistência por 38,11% e os trabalhadores por 20,39%, evidenciando fragilidade na organização e autonomia política dos dois últimos grupos. Tradicionalmente, os usuários, assistidos, são mais controlados pelos governos municipais. Essa configuração é agravada por uma tradição histórica em que muitas entidades sociais atuam de forma assistencialista, filantrópica, sem adotar uma postura crítica diante das desigualdades sociais. Além disso, a precariedade estrutural e orçamentária dos conselhos municipais não favorece o controle social efetivo, reduzindo a atuação dos conselhos a meras exigências burocráticas. Essa lógica contribuiu para consolidar práticas políticas excludentes e centralizadoras, ratificando governos autocratas. As duas respostas mais frequentes na consulta aos conselheiros, sobre as dificuldades para o exercício do controle social, foram: “falta de estrutura e apoio para os conselhos; o governo não respeita as decisões do conselho”.

4 Considerações Finais: A hegemonia conservadora na Amazônia, demonstrada pelo resultado eleitoral de 2024, representa um grande desafio para a democratização da gestão de políticas públicas e para a eficácia do controle social. A predominância de partidos de centro e direita, somada à frágil organização da sociedade civil, limita a atuação dos conselhos municipais, que não conseguem atuar como espaços deliberativos, não contribuindo, desta forma, para impor inflexões às agendas dos governos municipais. Governos conservadores são avessos aos direitos sociais e, para se preservarem no poder, operam para manter a sociedade distante de processos participativos. Querem o povo como plateia, mas não o querem como interlocutores.

Palavras-chave: Gestão democrática; Amazônia brasileira; Política de Assistência Social; Controle social.

Referências

BRASIL. **Censo SUAS 2023**: Resultado Nacional. Brasília: Coordenação-Geral de Planejamento e vigilância socioassistencial. SNAS/MDS, 2024.

CAMPOS, Edval B. Assistência social: entre o descontrole e o controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 101–121, nov. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultados 2024:** Relatórios de totalização, votação nominal/partido por município, zona e seção. Portal de Dados Abertos do TSE. Brasília, out. 2024. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br.

A política de saúde do trabalhador na Amazônia: desafios e contribuições do Serviço Social

Yasmim Aissa de Oliveira Costa[1]

1 Introdução: A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), instituída pela Portaria nº 1.823/2012, orienta ações no âmbito do SUS para promoção, proteção e vigilância em saúde, considerando os determinantes laborais do processo saúde-doença. Na Amazônia, sua implementação encontra obstáculos relacionados à dispersão territorial, diversidade sociocultural e precarização do trabalho. Como afirma Teixeira (2008, p. 145): "Os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis". Esse quadro expressa as contradições do desenvolvimento desigual no Brasil, que, segundo Castilho, Nascimento e Gomes (2021, p. 332), reflete "a abissal desigualdade que caracteriza a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil não ocorre de forma homogênea colocando em evidência as disparidades regionais, principalmente quando se tratam das regiões Norte e Nordeste". O objetivo deste trabalho é analisar como a Política de Saúde do Trabalhador, articulada às ações do Grupo de Trabalho Ação de Saúde Amazônia (GT-ASA) e à intervenção do Serviço Social, contribui para enfrentar as desigualdades históricas que atravessam a realidade amazônica.

2 Metodologia: O estudo adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental em bases como SciELO, Google Scholar e em documentos normativos (Portarias, Resoluções e relatórios do Ministério da Saúde). A análise seguiu a perspectiva crítico-dialética, considerando autores clássicos do Serviço Social, literatura contemporânea sobre saúde do

[1] Assistente Social, Especialista em Serviço Social e Políticas Públicas e em Serviço Social na Saúde (Instituto Facuminas EAD). E-mail: yasmimaissac@gmail.com.

trabalhador na Amazônia e documentos técnicos da PNSTT e do GT-ASA.

3 Resultados e Discussão: A PNSTT define diretrizes para atenção integral à saúde do trabalhador, priorizando vigilância e prevenção. Contudo, na Amazônia, a efetivação enfrenta barreiras geográficas, insuficiência de infraestrutura e alta informalidade laboral. No Amazonas, conforme Marques da Silva, Gomes e Lima (2025, p. 4), "se agravam devido aos fatores da alta informalidade do trabalho, condições precárias em determinados setores produtivos e a falta de políticas eficazes de prevenção (Souza *et al.*, 2020). Esses obstáculos estruturais e socioeconômicos tornam ainda mais complexa a aplicação de medidas de segurança no trabalho, demandando um esforço maior das autoridades e das empresas para aprimorar as condições laborais e diminuir os riscos". Nesse contexto, o Serviço Social atua em ações de orientação sobre direitos, mediação para acesso ao SUS e benefícios previdenciários, articulação com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e participação nos Conselhos de Saúde por meio das CISTTs. A profissão, orientada pela Resolução CFESS nº 493/2006, assume papel fundamental na integralidade da atenção e no fortalecimento do controle social. Ademais, Castilho, Nascimento e Gomes (2021, p. 339) destacam que "tais peculiaridades incidem sobre o trabalho no cenário amazônico e, em especial, no trabalho da/o assistente social que vai sendo atravessado pela violência e crueldade histórica de ocupação e saque da Amazônia, principalmente, com relação às populações tradicionais e as riquezas naturais". A criação do GT-ASA (2023) pelo Ministério da Saúde representa um avanço, ao propor medidas que integram as especificidades amazônicas ao Plano Nacional de Saúde, incluindo: ampliação da atenção primária, valorização da sociobiodiversidade, implantação da saúde digital e formação de profissionais para atuação territorial. Essa iniciativa amplia espaços de participação para assistentes sociais, possibilitando maior articulação entre políticas de saúde e proteção social em contextos de grandes

empreendimentos, conflitos socioambientais e vulnerabilidades de povos indígenas e comunidades tradicionais.

4 Considerações Finais: A integração entre a PNSTT, as ações do GT-ASA e a prática do Serviço Social na Amazônia revela-se essencial para efetivar a saúde do trabalhador enquanto direito. Entretanto, persistem desafios como a precariedade dos serviços, as longas distâncias e a invisibilidade do trabalho informal. Recomenda-se ampliar a formação de profissionais com enfoque territorial, fortalecer mecanismos de controle social e fomentar pesquisas sobre saúde do trabalhador na Amazônia. Estudos futuros podem aprofundar a relação entre políticas intersetoriais e as condições de trabalho em áreas de expansão econômica.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Amazônia; Serviço Social; PNSTT; GT-ASA.

Referências

AÇÃO de Saúde Amazônia: conheça as atribuições deste grupo de trabalho. Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/acao-de-saude-amazonia-conheca-as-atribuicoes-deste-grupo-de-trabalho. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/980. Acesso em: 20 ago. 2025.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; GOMES, Vera Lucia Batista. Precarização do trabalho profissional da/o assistente social na Amazônia brasileira: particularidades do estado do Pará. **O Social em Questão**, v. 1, n. 49, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.osq.51104. Acesso em: 20 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

POLÍTICA Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/pnst. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Emanoel Marques da; GOMES, Felipe Rocha; LIMA, Huxlan Beckmam. Perfil epidemiológico dos acidentes de trabalho no amazonas. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, p. e8618, 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-139. Acesso em: 20 ago. 2025.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta:** Teoria Social e Realidade Contemporânea, n. 21, p. 141–152, 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/94. Acesso em: 20 ago. 2025.

A Política de Assistência Social no estado do Pará: breves reflexões críticas

Jhon Lenon Jardim da Silva[1]
Roselene de Souza Portela[2]

1 Introdução: O presente ensaio busca problematizar os rebatimentos da crise estrutural do capital no contexto da Política de Assistência Social (PAS) no Estado do Pará. A Assistência Social é uma pública estatal situada no campo da seguridade social, constituindo-se como dever do Estado e direito de quem dela necessitar, conforme assegura a Constituição Federal de 1988 (CF-88). Para além da CF-88, a política avançou em seu marco normativo com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2004). O objetivo do estudo é contribuir com reflexões críticas, considerando que a crise do capital e os seus desdobramentos impactam diretamente o processo de operacionalização e do (des)financiamento da PAS no contexto amazônico.

2 Metodologia: A escolha metodológica deste estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental (Marconi; Lakatos, 2003), adotando-se a abordagem qualitativa (Minayo, 2002). Fundamenta-se no método do materialismo histórico e dialético de Marx, por possibilitar uma análise crítica e concreta do objeto, ultrapassando a mera aparência. Ressalta-se que as discussões apresentadas são preliminares e não se esgotam neste estudo, mas contribuem para ampliar o debate na região Norte do Brasil.

3 Resultados e Discussão: A política de assistência social, desde o seu processo de implementação, é atravessada por profundas transformações

[1] Doutorando em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA). E-mail: jhonlenonbb12@gmail.com.
[2] Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA). E-mail: roseleneportela@yahoo.com.br.

e tensões no campo da proteção social. Em 2025, o SUAS completou 20 anos, e, como política pública, a política de assistência social sofreu repercussões das medidas neoliberais da década de 1990, principalmente, nos governos de Collor de Mello e Henrique Fernando Cardoso, que defenderam e implementaram o projeto ideológico no Brasil. O projeto neoliberal demarca um cenário de profunda instabilidade econômica, política e social, considerando o desmonte dos serviços públicos e conquistas sociais. A crise de 1970 incidiu diretamente no mundo do trabalho, que muda o modo de como a produção passou a ser organizada. Isto é, com o alargamento dos limites, segundo Paulo Netto (2002, p. 417), com maior "flexibilização", "desregulamentação" e da "privatização". Esse processo impacta o funcionamento dos serviços públicos, ou seja, as crises são expressões criadas pelo próprio sistema capitalista, no entanto, as crises revelam que em vez de assegurar estabilidade, acabam mostrando os limites estruturais, isso significa dizer que o projeto neoliberal não consegue superar. Nesse sentido, a PAS é afetada diretamente com o avanço do projeto neoliberal. Essa política sofre com a questão do (des)financiamento, principalmente depois do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016). Essa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) incidiu no processo de operação das políticas públicas sociais, bem como na precarização dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, alta demanda e insuficiência de recursos. No contexto do norte do Brasil, a PAS tem algumas desigualdades regionais e territoriais, reverberando no financiamento, cofinanciamento e rotatividade de equipe. O Estado do Pará caracteriza-se por sua vasta extensão territorial e por expressivas desigualdades sociais, repercutindo no contexto de vida da classe trabalhadora. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2017), em 2017, o SUAS teve uma corte de 458 milhões, afetando a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Para Nascimento, Cruz e Pontes (2019, p. 7) afirmam que o Pará, "está profundamente ligado à inserção da Amazônia na dinâmica capitalista global, na qual o Estado ocupa, desde os anos 1970, uma posição estratégica". Isso significa que embora

a Amazônia seja um espaço de riqueza na lógica do capital, é também espaços de vivências demarcado de histórias de vidas.

4 Considerações Finais: Portanto, o estudo contribuiu com breves reflexões da PAS no contexto do Pará, entretanto, acredita-se que embora o espaço desta discussão seja limitado, evidenciamos como esta política avançou no sentido das leis e das garantias sociais. Contudo, é relevante evidenciar que depois do golpe de 2016, ocorreu o avanço das políticas neoliberais no Brasil, corroborando no processo de (des)financiamento das políticas públicas sociais, particularmente no SUAS, impactando no sistema da proteção social (Yazbek, 2009). Assim, é perceptível o aumento das desigualdades sociais que são resultados deste projeto de desmonte dos direitos sociais.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Crise do capital; (Des)Financiamento.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Redução no orçamento da assistência social compromete futuro do Suas**. Brasília, 2018. Estudos técnicos.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Maria Cardoso; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; PONTES, Reinaldo Nobre. Desigualdade e diversidade: o fator amazônico no contexto da Política de Assistência Social no Pará. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, e32011, 2019.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2002.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In CFESS / ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O SUAS na Amazônia: limites e possibilidades para a proteção social das populações do campo, floresta e das águas

Gabrielle dos Santos Tavares[1]

1 Introdução: A proteção social no Brasil, consolidada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolida-se como importante política pública para a garantia do acesso aos direitos e enfrentamento das desigualdades sociais. Sposati (2009), reconhece que a assistência social protagoniza o direito como cidadania e dever do Estado. No contexto amazônico, território de populações interculturais, espaço socioambiental diverso, a efetivação dessa política enfrenta desafios singulares. As populações do campo, da floresta e das águas compartilham do cenário milenar com vulnerabilidades acentuadas pela distância geográfica, pelas dificuldades de acesso aos serviços públicos e pelas transformações ambientais e econômicas que impactam seus modos de vida (Diegues, 2001). Diante disso, tornar esses limites mais visíveis oportuniza a criação de estratégias para a efetivação do SUAS na Amazônia, e para isso é necessário fazer uma análise para compreender os caminhos da proteção social em territórios historicamente invisibilizado. Segundo Iamamoto (2007), a política social traz consigo as contradições do sistema capitalista, operando de forma ambivalente. Sendo assim, ao mesmo tempo que permite a garantia do acesso aos direitos, transforma-os em exclusão estrutural. Behring e Boschetti (2008), analisam a política de proteção social consolidada ao processo de lutas pelos direitos humanos, interligada ao sistema neoliberal e manutenção de recursos historicamente escassos. Portanto, objetiva-se analisar os limites e possibilidades da implementação do SUAS na Amazônia, com ênfase na realidade do Estado do Amazonas, a partir do diálogo entre levantamento bibliográfico e relato de experiência profissional.

[1] Assistente Social, Residente do Programa Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase nas populações do Campo, Floresta e Águas, pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: a.s.gabrielletavaresgmail.com.

2 Metodologia: Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido a partir de duas abordagens complementares. A primeira refere-se ao relato de experiência, elaborado a partir da vivência profissional como Assistente Social Residente e acadêmica no âmbito da política de assistência social no estado do Amazonas, com destaque para os desafios enfrentados na garantia da proteção social às populações do campo, da floresta e das águas. A segunda abordagem consiste em um levantamento bibliográfico, documental e de produções acadêmicas que discutem a proteção social em contextos amazônicos, com o intuito de contextualizar a cobertura e os limites da rede socioassistencial no território amazonense.

3 Resultados e Discussão: A análise realizada, a partir da articulação entre o levantamento bibliográfico e a vivência prática como assistente social residente em uma Unidade de Saúde da Família Rural – USFR, evidencia tanto os limites quanto as potencialidades do SUAS na Amazônia. No cotidiano dos atendimentos, sobretudo nos encaminhamentos aos serviços socioassistenciais para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), observado a dificuldade enfrentada pelos usuários em efetivar o acesso, seja pela distância geográfica, seja pela escassez de recursos financeiros. Essa realidade confirma as reflexões de Sposati (2009) e Yazbek (2012), que apontam a insuficiência da rede para atender, de maneira equitativa, a totalidade da população em situação de vulnerabilidade. Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de articulação não apenas entre as redes da assistência social, mas entre assistência social, saúde e educação a fim de reduzir o tempo de espera e qualificar a difusão de informações acerca dos direitos sociais, frequentemente desconhecidos pela população atendida. Nas experiências, foi possível identificar muitas famílias em situação de extrema vulnerabilidade social que possuem como única fonte de renda o Programa Bolsa Família, evidenciando a limitação do acesso a outras formas de proteção social. Essa constatação dialoga com

Behring e Boschetti (2008), que destacam a seletividade e a focalização como entraves à efetivação da universalidade de direitos. Diante disso, reafirma-se a necessidade de investimento em recursos financeiros, humanos e estruturais, de modo a ampliar a cobertura e a eficácia da rede socioassistencial no Amazonas. A literatura e a prática convergem para a compreensão de que somente com a valorização da política pública, a expansão da rede de serviços e a construção de estratégias de atendimento condizentes com as especificidades amazônicas, será possível garantir que a proteção social alcance a todos de forma equitativa.

4 Considerações Finais: O estudo evidencia que a efetivação do SUAS na Amazônia é marcada por limites relacionados à insuficiência de equipamentos, carência de recursos e barreiras territoriais que restringem o acesso da população à proteção social. A experiência profissional demonstra que grande parte das famílias em extrema vulnerabilidade depende unicamente do Programa Bolsa Família, o que confirma a focalização da política e a fragilidade da rede socioassistencial. Por outro lado, a articulação em rede e a difusão de informações sobre direitos configuram-se como possibilidades de fortalecimento do SUAS no território. Conclui-se que a consolidação da proteção social na região requer maior investimento financeiro, ampliação da cobertura e adequação das estratégias às especificidades amazônicas, a fim de assegurar o princípio da universalidade dos direitos.

Palavras-chave: SUAS; Proteção Social; Assistência Social; Populações tradicionais; Amazônia.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. ed. 6. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e institui a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 19 de ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social: um direito em construção**. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos, teóricos e técnicos do Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

A centralidade do método em Marx no trabalho profissional de Assistentes Sociais

Lwelligton José Ramos Assunção[1]
Klícia Livian Lobato Aarão[2]
Francisco dos Santos Neto[3]
Carolina Costa Lima[4]
Ana Cleide Estumano Leal[5]

1 Introdução: Este trabalho tem como objetivo apresentar a centralidade do método em Marx para o trabalho profissional de assistentes sociais. É de suma importância esta discussão, na medida em que o Serviço Social se ancora nesta teoria e método desde o seu processo de renovação (1965-1985), a qual consubstanciou o que se denomina de Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que tem na sua base a perspectiva de totalidade da vida social e a emancipação humana como finalidade.

2 Metodologia: Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, a qual consiste em um procedimento teórico-metodológico que tem como finalidade reunir, analisar e interpretar produções já publicadas sobre determinado tema, possibilitando a construção de uma reflexão teórica. Este trabalho em particular fundamentou-se na consulta a livros e artigos na área do Serviço Social, bem como em textos clássicos da teoria social crítica, com vistas a consubstanciar a tese de que há uma centralidade do método marxiano na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil. O estudo é de caráter exploratório e a escolha dos textos se deu de modo não intencional. O período de levantamento bibliográfico foi de junho à julho de 2025.

[1] Curso de Serviço Social da Faculdade Estácio do Pará (FAP). E-mail: lwellingtonramos@gmail.com.
[2] Programa de Residência em Atenção em Urgência e Emergência, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: kliciatrabalhos@gmail.com.
[3] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: francisco.neto2013@hotmail.com.
[4] Curso de Serviço Social da Faculdade Estácio Pará (FAP). E-mail: carolinalima095@gmail.com.
[5] Curso de Serviço Social da Faculdade Estácio do Pará (FAP). E-mail: estumano.ac@gmail.com.

3 Resultados e discussão: O Serviço Social brasileiro consolidou um projeto ético-político crítico fundado no método marxiano, que articula teoria e prática como dimensões indissociáveis da práxis revolucionária (Santana; Ferreira, 2016, 2018). Em contraposição às leituras positivistas e funcionalistas, o método dialético permite apreender a realidade social em sua complexidade e contradições estruturais (Prates, 2012, 2020). Contudo, a formação e a prática profissionais têm sido tensionadas por processos de precarização, mercantilização e avanços conservadores, que fragilizam o compromisso histórico da profissão com a emancipação humana (Lemos; Santana; Santos, 2024). A trajetória da profissão, marcada pela atuação da ABEPSS, consolidou o marxismo como referencial teórico-epistemológico (Pontes, 2011, 2022). Nesse percurso, a categoria de mediação assumiu centralidade ao possibilitar a compreensão crítica e interventiva das contradições que atravessam a sociabilidade capitalista. A separação entre teoria e prática, imposta pela lógica burguesa, é denunciada como estratégia de esvaziamento da práxis (Prates; Carraro, 2017), reforçando a necessidade de resgatar o método marxiano para interpretar a crise estrutural do capital e suas expressões na questão social (Silva; Santos Neto, 2022). Nesse horizonte, a atuação do(a) assistente social exige a apropriação das categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação. A totalidade permite superar leituras fragmentadas e compreender a realidade em suas múltiplas determinações, contrapondo-se à ideologia da neutralidade (Lemos *et al.*, 2024). A historicidade destaca o caráter social e histórico das desigualdades, vinculando-as às relações de produção (Prates, 2020). A contradição, motor da realidade social, expressa-se no cotidiano da profissão, tensionada entre demandas estatais e o projeto crítico da categoria (Santos Neto, 2021). A mediação, por sua vez, constitui o elo entre teoria e prática, orientando uma intervenção profissional radicalmente crítica (Prates, 2020; Netto, 1994). Assim, o método marxiano fundamenta o trabalho profissional como prática social comprometida com a transformação, articulando crítica teórica e ação política. Ao resgatar sua base ontológica, epistemológica e ética, o Serviço

Social reafirma sua função de analisar e intervir nas contradições do capitalismo, fortalecendo seu compromisso histórico com a classe trabalhadora e com a emancipação humana.

4 Considerações Finais: O Serviço Social brasileiro, consolidado principalmente a partir da década de 1970, firmou-se como campo de conhecimento e trabalho profissional alicerçado no marxismo, articulando teoria e método como elementos essenciais para a análise das desigualdades estruturais e para a intervenção crítica na sociedade capitalista em qualquer política social. A centralidade do método marxiano, expresso nas categorias de totalidade, historicidade, contradição e mediação, orienta não apenas a análise social, mas também a ação ética, técnica e política da profissão, reafirmando seu compromisso com a emancipação humana da classe trabalhadora. Em um cenário contemporâneo marcado por perspectivas conservadoras, pós-modernas e irracionalistas, a reafirmação desse método representa resistência à fragmentação do conhecimento, ao pragmatismo e à neutralização crítica.

Palavras-chave: Serviço Social; Brasil; Karl Marx; Método.

Referências

LEMOS, Carolyne Santos. **Perpetuação do subdesenvolvimento brasileiro: análise histórica, política e social**. 2024. Disponível em: https://souzaeadrevistaacademica.com.br/revista/71-marco-2024/02-carolyne-santos-lemos.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/40657/1/9786587387727.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, n. 44, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3jsLjDxf8kzxVdGsMV6NwYC. Acesso em: 24 ago. 2025.

PONTES, Reinaldo. **Serviço Social e totalidade social:** fundamentos teórico-metodológicos. Belém: PPGSS/UFPA, 2022.

PONTES, Reinaldo. **Serviço Social, teoria e método:** contribuição para o debate metodológico. Belém: CEJUP, 2011.

PRATES, Jane Cruz. Crise do capital, pandemia e (des)proteção social. *In*: ANDRADE, R. F.; PINHEIRO, H. A.; VALLINA, K. A. (org.). **Campo minado:** as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. "Na prática a teoria é outra" ou separar é armadilha do capitalismo? **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2017.

SANTANA, Joana Valente; MIRANDA, Leonardo Costa. O trabalho profissional de assistentes sociais em políticas urbano-habitacionais (Cohab/PA, décadas de 1960–1980). **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 244-258, maio/ago. 2024.

SANTOS NETO, Francisco dos. **Serviço Social e contradição:** mediações na prática profissional. Belém: UFPA, 2021.

SILVA, Silvana; SANTOS NETO, Francisco dos. **Serviço Social, teoria e método em Marx:** estudo de sua mediação na formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais em Belém/PA. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

Decisões jurídicas sobre famílias chefiadas por mulheres e encaminhamentos para a política de assistência social

Júlia da Silva Moraes[1]
Carlos Alessandro Duarte[2]
Carla Rafaela Lemos Sales[3]

1 Introdução: Este texto expõe resultados da pesquisa intitulada "Impactos das decisões jurídicas e 'opiniões técnicas' do Serviço Social em famílias chefiadas por mulheres" (2023-2025)[4], que estão diretamente relacionados à Política de Assistência Social. A investigação objetivou analisar como as decisões jurídicas e opiniões técnicas do serviço social se manifestam em famílias chefiadas por mulheres, a partir de levantamento documental, bibliográfico, e fase empírica. Dentre os dados obtidos, a assistência social aparece enquanto política social com mais obras que abordam sobre famílias e como a política mais demandada por instituições sociojurídicas. Trata-se de resultados não esperados que requerem publicização e maiores problematizações.

2 Metodologia: O estudo de caráter quali-quantitativo foi realizado no período de 2023 a 2025, conduzido pela perspectiva da teoria social crítica. Em 2023, realizou-se levantamento documental[5] e bibliográfico. Sobre este, buscou-se por Serviço Social no Sociojurídico e Famílias chefiadas por mulheres no banco de teses e dissertações e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e diretamente em sites de revistas avaliadas no Serviço Social com qualis entre A1 e B2. Em um segundo momento (2024 e 2025), com a anuência de assistentes sociais que trabalham em instituições sociojurídicas via Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE), realizou-se a fase empírica em articulação com as atividades

[1] Discente da Faculdade de Serviço Social (ICSA/UFPA). E-mail: moraessilvaju1@gmail.com.
[2] Discente da Faculdade de Serviço Social (ICSA/UFPA). E-mail: duartecarlosalessandro@gmail.com.
[3] Docente da Faculdade de Serviço Social (ICSA/UFPA). E-mail: carlasales@ufpa.br.
[4] Aprovada pelo CAAE: 79226824.1.0000.0018.
[5] Para ilustrar, foram analisados dados de Agência Gov (2025) e IBGE (2022).

extensionistas, com extração de informações a partir dos relatos e debates realizados, e através de formulário online no *Google Forms*, aplicado no âmbito do estado do Pará.

3 Resultados e Discussão: No levantamento bibliográfico, identificou-se escassez de materiais que abordem famílias chefiadas por mulheres na área de Serviço Social em instituições sociojurídicas. Ainda, encontraram-se textos associados à política de Assistência Social, com referências às condições familiares como um todo, porém poucos abordando a mulher como mantenedora da renda familiar. Diante disso, inferiu-se que a escassez desse debate pode se traduzir como dificuldade para profissionais do Serviço Social em abordarem o tema nas suas vivências cotidianas do trabalho e, consequentemente, isso pode influir em suas intervenções, particularmente nos documentos que subsidiam decisões jurídicas. Tais reflexões são relevantes na medida em que ao se falar de questões atinentes à gênero, deve-se considerar que a estrutura dessa sociedade se funda e se conserva pelo patriarcado reproduzido em todas as esferas sociais, inclusive em instituições jurídicas. Ademais, na segunda fase de investigação, identificou-se que as instituições que mais recebem encaminhamentos estão inseridas na política de assistência social, expressando uma centralidade ambígua e complexa que esta ocupa no cenário da proteção social brasileira. Embora designada como uma política pública de garantia de direitos, a assistência tem sido mobilizada como instância de resolução de múltiplas expressões da questão social, muitas das quais extrapolam sua estrutura e função, como permitem refletir Mandu e Azevedo (2024). Outrossim, Behring e Boschetti (2008) alertam que, sob a lógica neoliberal, as políticas sociais são direcionadas para às vítimas mais visíveis dos seus ajustes fiscais, funcionando como uma espécie de “política social ambulância". Nesse cenário, o Judiciário – diante da crescente judicialização da questão social (Fávero, 2020) – encaminha à assistência social casos que deveriam ser tratados intersetorialmente, ampliando a sobrecarga dos serviços e reforçando sua função residual. Essa prática, longe de ser

neutra, evidencia a transferência à política de assistência o ônus de contradições e omissões estruturais.

4 Considerações Finais: Os resultados e discussões aqui apresentadas tratam, sobretudo, da relação entre decisões jurídicas e a política de assistência social. Nesse sentido, observou-se que, embora a temática de família e de gênero (no caso o debate que gira em torno da mulher) esteja presente nas demandas que chegam a instituições sociojurídicas, as decisões por estas emitidas encontram dificuldades de compreender e apreender as particularidades, e consequentemente as necessidades, dos arranjos familiares chefiados por mulheres; porém é uma observação que a literatura mostra abranger também a assistência social. Nesse sentido, expõe-se desafios para atender às necessidades das famílias, diante de uma constante desproteção social impulsionada principalmente por um histórico desfinanciamento das políticas sociais que são fundamentais para a reprodução social, acarretando, sobretudo, na sobrecarga de mulheres com o trabalho doméstico e de cuidado que se mostram as principais responsáveis por suas famílias. Nesse cenário que demarca a interface do sociojurídico com as políticas sociais, como pontuado por CFESS (2014), particularmente a assistência social, vale lembrar que a política neoliberal historicamente atua como catalisadora e faz a intersetorialidade assumir perfil utópico.

Palavras-chave: Sociojurídico; Serviço social; Famílias; Mulheres; Assistência social.

Referências

AGÊNCIA GOV. **Mulheres são responsáveis por chefiar quase a metade dos lares brasileiros**. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens. Acesso em: 17 jun. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Trabalho e Seguridade Social:** o neoconservadorismo nas políticas sociais. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

FÁVERO, Eunice Teresinha (org.). **Famílias na cena contemporânea:** (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização**.** Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** População e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. [75 p.]. Disponível em: Biblioteca IBGE. Acesso em: 19 jun. 2025.

MANDU, Janaina Alves Monteiro; AZEVEDO, Nilo Lima de. Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 2, p. e-6628375, 2024.

O Benefício de Prestação Continuada na sociedade brasileira: reflexões de assistentes sociais em formação

Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior[1]
Gabriela Guimarães Silva[2]
Juliene de Cassia Ribeiro da Silva[3]
Kauã Kaiky Santos dos Santos[4]
Willian Lazaretti da Conceição[5]

1 Introdução: O Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), surge como uma garantia de direito. O BPC assegura um salário-mínimo mensal a idosos a partir de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência com qualquer faixa etária que atestem situação de vulnerabilidade. Ao longo das décadas, ajustes legais e a obrigatoriedade do Cadastro Único reforçaram a gestão do benefício, mas também revelaram fragilidades estruturais e limitações orçamentárias. Logo, o trabalho do assistente social tornou-se principal nesse processo, atuando desde o atendimento inicial até a defesa dos direitos dos beneficiários. A presente pesquisa examinou o BPC sob a ótica histórica, desde a Constituição de 1988, evidenciando sua relevância para a proteção de direitos. Também investigou os alicerces que dão suporte a essa política pública e ponderou sobre os entraves que se apresentam para sua sustentabilidade, sobretudo frente às transformações e influências do modelo neoliberal no Brasil.

2 Metodologia: Esta pesquisa foi conduzida sob um olhar qualitativo, possibilitando a utilização da abordagem exploratória e descritiva, baseada um levantamento bibliográfico, examinando a Constituição

[1] Graduando de Serviço Social na Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, Brasil. E-mail: a.smacedojunior@gmail.com.
[2] Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: gabrielaguima3@gmail.com.
[3] Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP. Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: juliene.silva@icsa.ufpa.br.
[4] Graduando de Serviço Social na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: kaua.santos@icsa.ufpa.br.
[5] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/Brasil. Professor Adjunto no Instituto de Ciências da Educação e Professor no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: lazaretti@ufpa.br.

Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e legislações complementares sobre políticas públicas. Procurou-se também entender a importância do Serviço Social para que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) realmente cumpra seu papel. Nesse processo, destacam-se as práticas de orientação, mediação e acompanhamento, que oferecem suporte real às pessoas beneficiárias.

3 Resultados e Discussão: A Constituição de 1988 representou um divisor de águas na concepção de assistência social, que deixou de ser associada à ideia de favor ou caridade para se tornar um direito assegurado pelo Estado. A partir dela, em 1993, foi sancionada a LOAS (Lei nº 8.742), instituindo o BPC. Nos anos seguintes, ajustes legais aperfeiçoaram o benefício, ampliando a definição de deficiência e tornando obrigatório o Cadastro Único (CadÚnico), ferramenta essencial para a gestão e acompanhamento da política. Nesse processo, o Serviço Social tem papel central. Assistentes sociais atuam junto ao INSS, auxiliando os requerentes desde o preenchimento da documentação até visitas domiciliares e entrevistas sociais. Nos casos de indeferimento, também realizam relatórios e orientações, buscando garantir que os direitos sejam efetivamente reconhecidos. Entretanto, os limites do financiamento público revelam fragilidades como, por exemplo, em 2025, do orçamento federal de R$ 5,65 trilhões, apenas 3,51% foram destinados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Em contraste, 31,15% das despesas foram para o refinanciamento da dívida pública interna. Os números falam por si só e revelam uma assustadora disparidade entre a prioridade dada ao capital financeiro e a atenção dedicada às políticas sociais. A fragilidade do sistema fica evidente quando comparamos esses percentuais. O avanço de medidas neoliberais reforça essas restrições. A PEC 55 (2016), que congelou investimentos públicos por duas décadas, e a Reforma da Previdência (2019) são exemplos de ações que impactaram direta e indiretamente o acesso ao BPC. A pandemia de COVID-19, embora tenha trazido respostas emergenciais, também resultou em cortes e maior

burocratização. Mais recentemente, a greve dos servidores do INSS em 2024 escancarou a dificuldade de efetivação do benefício, revelando a necessidade urgente de reestruturação institucional.

4 Considerações Finais: O BPC e a LOAS são pilares centrais da inclusão social no Brasil, assegurando dignidade mínima a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Entretanto, sua implementação está atravessada por disputas políticas, cortes orçamentários e retrocessos estruturais impostos pela lógica neoliberal. O papel do Assistente Social, alinhado ao Projeto Ético-Político da profissão, é fundamental tendo em vista que além de mediar o acesso ao benefício, cabe a esses profissionais a defesa intransigente de políticas públicas universais e democráticas. Embora o impacto do BPC seja inegavelmente positivo, ele não elimina a pobreza, que é um fenômeno estrutural do capitalismo. Portanto, a luta por políticas mais amplas de redistribuição de renda e por um modelo de sociedade menos desigual permanece como horizonte de transformação para o Serviço Social e para os movimentos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Benefício de Prestação Continuada; Neoliberalismo.

Referências

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

DESPESA PÚBLICA. **Portal da transparência**. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/despesas. Acesso em: 25 ago. 2025. Acesso em: 06 ago. 2025.

FREITAS, Maria José de; SOUZA, Maria Valdênia Santos de; MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. O benefício de prestação continuada – BPC: direito socioassistencial. *In*: José Ferreira da Crus *et al.* (org.) **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, p. 134-153, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/20anosLOAS.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf. Acesso em: 09 agos. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, Ivonete, *et al.* (org.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

O papel jurídico-administrativo do secretariado na governança da assistência social: comunicação institucional, mediação legal e efetividade das políticas públicas na Amazônia

Danarah Ariel Pires Gomes Brito[1]
Dandarah Pires Gomes Brito[2]

1 Introdução: A assistência social é reconhecida como direito constitucional no Brasil, regulamentada pela Constituição Federal de 1988 e operacionalizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/1993). A implementação dessa política pública exige não apenas o cumprimento das normas legais, mas também uma gestão administrativa eficiente e transparente. Nesse contexto, o secretariado público desempenha um papel estratégico, atuando como elo de comunicação entre gestores, conselhos de assistência social e sociedade civil (Almeida; Cunha, 2020). Sua função transcende atividades burocráticas, englobando mediação jurídico-administrativa que assegura o cumprimento da legislação, a organização de processos e a articulação institucional necessária para a efetividade das políticas sociais (Santos; Martins, 2018). A região amazônica, por exemplo, composta pelos estados do Amazonas, Pará e Tocantins, apresenta desafios específicos, como extensão territorial, diversidade cultural e limitações de recursos humanos, tornando o papel do secretariado ainda mais relevante na governança social (Tribunal de Contas da União, 2021).

2 Metodologia: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, com abordagem interdisciplinar, articulando Direito Administrativo e Secretariado (Slomski, 2009). A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, abrangendo legislações pertinentes, relatórios institucionais dos Conselhos de Assistência Social e portais de transparência estaduais dos Fundos de Assistência Social.

[1] Graduanda em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará. E-mail: danarahariel18@gmail.com.
[2] Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Estadual do Pará. E-mail: ddan52649@gmail.com.

Complementarmente, a revisão bibliográfica contemplou autores especializados em contabilidade pública, governança social, mediação institucional e comunicação administrativa, permitindo compreender como as práticas do secretariado contribuem para a efetividade da política pública na Amazônia (Almeida; Cunha, 2020; Santos; Martins, 2018). A análise foi conduzida de forma interpretativa e crítica, considerando limitações regionais, como dificuldades de acesso às informações e escassez de profissionais qualificados (Tribunal de Contas da União, 2021).

3 Resultados e Discussão: A atuação do secretariado público na Amazônia revela-se essencial para a coordenação jurídico-administrativa das políticas de assistência social. Conforme Slomski (2009, p. 112), a contabilidade e a organização administrativa "são instrumentos fundamentais para garantir a execução eficiente das políticas públicas e a responsabilidade social na gestão dos recursos". Nesse contexto, o secretariado organiza a documentação legal, garante a correta aplicação das normas e facilita a comunicação entre gestores e conselhos, atuando como mediador entre a legislação e a sociedade civil (Almeida; Cunha, 2020). A análise documental evidencia que, em muitos municípios da Amazônia, a comunicação institucional ainda enfrenta barreiras estruturais, como processos burocráticos complexos e ausência de padronização de procedimentos (Santos; Martins, 2018). Nessas situações, a atuação do secretariado jurídico-administrativo contribui diretamente para mitigar falhas, organizando fluxos de informação, articulando agendas entre órgãos públicos e conselhos, e garantindo que a execução orçamentária siga os preceitos legais (Brasil, 1993; Brasil, 1988). Além disso, observou-se que quando o secretariado atua de forma integrada e com domínio das normas jurídicas, há um fortalecimento da transparência e do controle social, permitindo que conselhos e sociedade civil participem efetivamente da fiscalização e avaliação das políticas públicas (Tribunal de Contas da União, 2021). Por outro lado, a ausência dessa articulação compromete a efetividade das ações, gera

inconsistências no cumprimento das normas legais e reduz a confiança da população na gestão pública (Almeida; Cunha, 2020). Como resultado, conclui-se que o secretariado desempenha papel estratégico, não apenas na administração interna, mas como mediador jurídico-administrativo, sendo um elemento chave para a governança social eficaz e a implementação efetiva da assistência social na Amazônia.

4 Considerações Finais: O secretariado público, ao atuar na interface entre Direito e administração, exerce função decisiva na governança da assistência social na região amazônica. A mediação jurídica e administrativa realizada pelo secretariado facilita a comunicação institucional, assegura o cumprimento das normas legais e fortalece a transparência das políticas públicas (Almeida; Cunha, 2020; Slomski, 2009). Observa-se que a eficácia dessa atuação depende de capacitação técnica contínua, padronização de procedimentos administrativos e sistemas de comunicação acessíveis, garantindo que gestores, conselhos e sociedade civil possam interagir de maneira eficiente. Dessa forma, a integração entre competências jurídicas, administrativas e de comunicação posiciona o secretariado como agente estratégico capaz de transformar a execução da assistência social em um processo transparente, legítimo e alinhado aos direitos constitucionais da população (Tribunal de Contas da União, 2021).

Palavras-chave: Governança; Secretaria Público; Amazônia.

Referências

ALMEIDA, M.; CUNHA, L. O papel do secretariado na administração pública: comunicação, mediação e efetividade. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 145-160, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

SANTOS, R.; MARTINS, J. Comunicação institucional e mediação jurídica na gestão pública municipal. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 3, p. 289-304, 2018.

SLOMSKI, V. G. A contabilidade e a responsabilidade social na administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 110-125, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança na assistência social na Amazônia:** diagnóstico e recomendações. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização de Políticas Sociais, 2021.

Contabilidade pública e transparência na política de assistência social: análise dos registros e da prestação de contas no "Arco Amazônico"

Dandarah Pires Gomes Brito[1]
Marcos Sacramento de Barros[2]

1 Introdução: A Política de Assistência Social no Brasil é regulada pela Constituição Federal de 1988 e operacionalizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece a assistência como direito do cidadão e dever do Estado. Na Amazônia, a implementação dessa política enfrenta desafios particulares relacionados à extensão territorial, à diversidade sociocultural e às limitações orçamentárias. Os Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social são os principais instrumentos de financiamento das ações socioassistenciais, exigindo controle contábil rigoroso e mecanismos de prestação de contas. Neste contexto, este estudo busca refletir sobre como os registros contábeis e os processos de *accountability* contribuem para a transparência e fiscalização da execução orçamentária da assistência social nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins.

2 Metodologia: A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e descritivo, com abordagem interdisciplinar, articulando contabilidade pública, direito administrativo e gestão da assistência social. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, envolvendo relatórios de execução orçamentária, demonstrações financeiras dos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social dos estados do Amazonas, Pará e Tocantins, além de relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União e documentos normativos da LOAS e do SUAS. O estudo também contou com revisão bibliográfica de autores especializados em contabilidade pública, controle social e políticas

[1] Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade estadual do Pará. E-mail: ddan52649@gmail.com.
[2] Graduando de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: marcos.sacramento@icsa.ufpa.br.

públicas, buscando fundamentar teoricamente as relações entre transparência, prestação de contas e eficácia da política de assistência social. A análise foi conduzida de maneira crítica e interpretativa, considerando as limitações regionais da Amazônia, como extensão territorial, dificuldade de acesso às informações e escassez de profissionais qualificados, com o objetivo de compreender como os registros contábeis e mecanismos de prestação de contas impactam a transparência e o controle social na execução orçamentária da assistência social.

3 Resultados e Discussão: A contabilidade pública exerce papel central na gestão dos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, pois organiza e registra de forma sistemática as receitas e despesas vinculadas à política de assistência social, permitindo não apenas o acompanhamento dos fluxos financeiros, mas também a análise da eficácia e da eficiência das ações implementadas. Nos estados amazônicos, caracterizados por sua extensa distribuição territorial e diversidade sociocultural, a importância da contabilidade é ainda mais evidente, já que facilita o monitoramento das transferências de recursos e reduz riscos de desvios e falhas administrativas. Entretanto, a efetividade dessa função depende da qualidade dos mecanismos de prestação de contas previstos pela LOAS e regulamentados pelo SUAS. Relatórios contábeis, demonstrações financeiras e pareceres dos Conselhos de Assistência Social são instrumentos essenciais para assegurar transparência, mas apresentam fragilidades recorrentes na Amazônia. Estudos e relatórios do Tribunal de Contas indicam problemas como a ausência de padronização dos registros, atrasos na entrega de informações e insuficiência de equipes técnicas capacitadas, o que compromete a confiabilidade dos dados e limita a fiscalização adequada. Essa realidade evidencia que a contabilidade, embora formalmente estruturada, precisa de condições operacionais e humanas para cumprir sua função social de maneira plena. A transparência emerge como elemento-chave na consolidação do controle social, pois permite que a

sociedade acompanhe a aplicação dos recursos públicos e participe da avaliação da política de assistência social. Apesar dos avanços, como a disponibilização de portais de transparência, a linguagem técnica e a complexidade dos dados contábeis dificultam o acesso e a compreensão por parte da população e dos conselhos municipais e estaduais. Dessa forma, embora existam mecanismos jurídicos e contábeis que potencialmente garantem *accountability*, sua efetividade ainda é limitada, especialmente em regiões com dificuldades de acesso digital, baixa capacitação técnica e desafios logísticos típicos da Amazônia. Como resultado, observa-se que a política de assistência social nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins depende da integração entre contabilidade pública, fiscalização e participação social. Sem registros contábeis consistentes, mecanismos de prestação de contas eficazes e ações que tornem a informação acessível à sociedade, a transparência e o controle social permanecem frágeis, o que compromete a legitimidade e a eficiência das políticas públicas implementadas.

4 Considerações Finais: A contabilidade pública e a prestação de contas constituem elementos indispensáveis para a efetivação da política de assistência social na Amazônia. Contudo, os estados do Amazonas, Pará e Tocantins ainda apresentam fragilidades na padronização contábil, na disponibilização de informações claras e no fortalecimento do controle social. Para superar essas limitações, faz-se necessário investir em capacitação técnica voltada a contadores e gestores públicos, aprimorar os sistemas eletrônicos de registros e relatórios, estimular maior articulação entre secretarias de assistência social e conselhos de fiscalização e, ainda, simplificar a linguagem contábil de forma a ampliar a participação da sociedade civil. Portanto, apenas a integração entre contabilidade, direito administrativo e controle social poderá consolidar uma política de assistência social transparente, legítima e efetiva na região amazônica, assegurando que a execução orçamentária se traduza em políticas públicas capazes de reduzir desigualdades e garantir proteção social de maneira universal e equitativa.

Palavras-chave: Contabilidade pública; Política de Assistência Social; Amazonas (AM); Pará (PA); Tocantins (TO).

Referências

ALMEIDA, M. L.; CUNHA, R. C. Controle social e transparência na gestão da assistência social: desafios e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 55-73, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 1993.

SANTOS, L. A.; MARTINS, V. M. Prestação de contas e fiscalização dos fundos de assistência social: limites e possibilidades. **Revista Contabilidade & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 77-94, 2018.

SLOMSKI, V. G. **Contabilidade pública:** uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de auditoria operacional sobre a política de assistência social**. Brasília: TCU, 2021.

Políticas de transferência de renda básica no Pará: os impactos no processo de autonomia das mulheres beneficiárias como indicativo de justiça social

Severino da Silva Martins Júnior[1]
Sandra Helena Ribeiro Cruz[2]

1 Introdução: Os padrões machistas e patriarcais sob os quais a sociedade brasileira foi constituída, impõe a necessidade de debates capazes de conectar diferentes políticas públicas em torno da questão da desigualdade de gênero. Dessa forma, as políticas de transferência de renda básica – PTRB têm se consolidado como um mecanismo de atenuação à pobreza e de promoção da equidade social. Observa-se o foco na mulher como beneficiária principal dessas políticas, o que de certo modo, aponta para uma abordagem que reconhece o papel central das mulheres na estrutura familiar e na gestão dos recursos. A relevância do presente estudo para o campo da proteção social, está em demonstrar a contribuição das PTRB para o processo de autonomia das mulheres.

2 Metodologia: É importante ressaltar que a intencionalidade de pesquisa, e seu percurso metodológico, estiveram constantemente implicados pela perspectiva da teoria social crítica marxista, onde a racionalidade dialética ocupou lugar central na análise da realidade. É uma pesquisa mista de natureza exploratória e explicativa, realizada nos seis municípios com o maior PIB no estado do Pará, no período de agosto a dezembro de 2023; os sujeitos informantes na pesquisa de campo foram: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, e beneficiárias do BPC, as entrevistas foram semiestruturadas, onde utilizou-se a análise de discurso, como técnica de análise dos dados.

[1] Assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPA, servidor público da secretária municipal de saúde de Belém. severino.junior@icsa.ufpa.br.
[2] Assistente Social, doutora em ciência socioambiental e docente titular da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA).

3 Resultados e Discussão: As políticas de transferência de renda, são mecanismos civilizatórios de proteção social adotado no Brasil desde a segunda metade do século XX, tornando-se estratégia fundamental para a redução da pobreza, da desigualdade social, e promoção da cidadania. Aqui em especial foi identificado que ao receber diretamente os recursos das PTRB é assegurado à mulher maior comando sobre o recurso, mas também fortalece sua posição dentro da família, e na comunidade. No gráfico abaixo, podemos encontrar elementos para o amadurecimento do debate.

Gráfico 01: controle sobre os gastos do recurso das PTRB



Fonte: Entrevistas realizadas entre agosto e dezembro de 2023.

O gráfico demonstra de forma imperiosa, que as mulheres possuem maior predominância de controle sobre os recursos das PTRB, mesmo sendo possível perceber que apesar de serem as titulares no recebimento desses recursos, ainda existem situações em que "poder" masculino exerce influências. É importante frisar que a "autonomia" aqui discutida vai além da capacidade de gerir a renda, mas, está implicado pela subjetividade da decisão de como usar. Falas como: *"[...] Passei a ser mais vaidosa, e também arrumar meus filhos" "[...] hoje não preciso pedir dinheiro pro pai deles pra levar eles para passear e merendar" "[...] fico muito contente em fazer compras em supermercado e colocar as coisas no carrinho"* apontam claramente para um nível de satisfação humana que extrapola à condição de ter o que gastar, mas, reafirmando o significado

do decidir em que gastar. A liberdade de escolha no uso desses recursos, aponta diretamente para a possibilidade de rupturas com ciclos de dependência financeira, com estruturas machistas opressoras, quase sempre alinhadas a violência doméstica, portanto, o acesso direto às PTRB pode além de romper com as condutas de subalternização da mulher, fortalece sua autoestima e a participação social e política. Nesse prisma, as PTRB, não se resume a ganhos econômicos, mas, atinge a dimensão simbólica, que ultrapassam o valor monetário recebido do Programa, contribuindo para a redução da dependência feminina à renda masculina (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024, p. 05).

4 Considerações Finais: Os dados iniciais da pesquisa têm revelado que garantir políticas sociais de enfrentamento à situação de pobreza podem assumir lugar de preponderância quando busca também reduzir a desigualdade social e de gênero, sobretudo numa região como a Amazônia em que a dependência econômica das mulheres, com níveis de empregabilidade e salarial baixos, expondo-as à violência doméstica, com risco de vida, em que a pobreza, o machismo e o patriarcalismo predominam como valor social e cultural na região. Nesse sentido, reconhecemos que, por um lado, os PTRB no Brasil, aliado de outras políticas e marcos regulatórios constituem políticas importantes no enfrentamento à pobreza, sobretudo no estado do Pará. Por outro lado, compreendemos que apesar dos avanços, a transferência de renda sozinha não garante a plena autonomia das mulheres, a justiça social só será efetiva quando incorporar, de forma transversal, o combate às desigualdades de gênero, reconhecendo as mulheres não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Transferência de renda básica; Pobreza; Autonomia das mulheres; Justiça social.

Referências

BARTHOLO Letícia; PASSOS Luana; FONTOURA Natália. **Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero**: o que indicam as pesquisas nacionais? Brasília: Ipea, 2017.

MARIANO, Silvana; FERREIRA, Lina Penati; TAVARES, Márcia. Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, e2523762, abr./jun. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/Wr7DmCzFFg76gjnkNrZ7Kpf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2025. Acesso em: 18 set. 2025.

O desmonte da seguridade social na Amazônia: um panorama dos impactos na Região Norte

Marcos Vinícius Monteiro de Salles[1]
Thayana Samilli Farias Lobato[2]
Aline Malato Rosas[3]
Edval Campos Bernardino[4]

1 Introdução: A seguridade social, instituída pela Constituição Federal de 1988, representa um dos pilares mais importantes para a proteção dos direitos e a redução das desigualdades no Brasil. Compreendendo os direitos à saúde, previdência e assistência social, ela busca assegurar um mínimo de dignidade e segurança para todos os cidadãos. No entanto, sua implementação e manutenção na Região Norte, particularmente na Amazônia, enfrentam desafios únicos, relacionados à vasta extensão territorial, à baixa densidade demográfica e à grande vulnerabilidade das populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos. O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de desmonte da seguridade social na Região Norte, identificando as suas principais manifestações e os impactos diretos e indiretos sobre as populações locais. A escolha do tema se justifica pela sua relevância para o campo do Serviço Social, pela defesa intransigente dos direitos sociais e a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

2 Metodologia: A abordagem do estudo é de natureza descritiva e analítica, descrevendo o panorama geral das políticas de seguridade social e análise das consequências do seu desmonte na realidade amazônica. Essa abordagem combinada possibilitou conectar o arcabouço teórico-legal à realidade concreta da região, demonstrando

[1] Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social. E-mail: viniciussalles0104@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social. E-mail: thayana.lobato@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social. E-mail: alinepantojamalato@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará; Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social. E-mail: Edval.campos@hotmail.com.

como as mudanças legislativas e orçamentárias se traduzem em problemas reais para as populações locais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente seu Título da Ordem Social, serviu como base para a compreensão do modelo de seguridade social ideal. Paralelamente, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em sua versão atualizada, foi o documento central para a análise do campo da assistência social, um dos pilares da seguridade.

3 Resultados e Discussão: A análise da seguridade social no Brasil revela um panorama complexo, no qual o modelo tripartite, que integra saúde, previdência e assistência social, tem sido fragilizado ao longo dos anos. A discussão de autores como Jaccoud e Sposati aponta que, apesar das conquistas consagradas na Carta Magna, o modelo tem sido constantemente tensionado por interesses econômicos e políticos que visam ao encolhimento do Estado e à redução dos gastos sociais. Esse processo, embora nacional, manifesta-se com maior intensidade em regiões periféricas como a Amazônia, onde as necessidades sociais são mais agudas. O desmonte se materializa na precarização dos serviços públicos, no subfinanciamento das políticas sociais e na burocratização do acesso aos benefícios, impactando diretamente a população da Região Norte. As comunidades ribeirinhas e indígenas, por exemplo, sofrem com a falta de acesso a serviços de saúde especializados, enquanto a ausência de infraestrutura e de pessoal qualificado nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) compromete a garantia dos direitos socioassistenciais. O que foi concebido como direito de cidadania, como aponta a discussão sobre os 20 Anos de LOAS, corre o risco de retroceder a um modelo de assistencialismo. Em suma, a desestruturação da seguridade social na Amazônia não se limita a questões orçamentárias. Os desmontes estão intrinsecamente ligados à crescente ofensiva Neoliberal, e ao massivo processo de privatização dos serviços de saúde, assistência e previdência social, refletindo a negação de um projeto de nação que visa à justiça social. Essa desresponsabilização do Estado

precariza a já restrita proteção da classe trabalhadora brasileira, sobretudo, as comunidades tradicionais. Desse modo, o substrato do conservadorismo molda uma política que se concentra no fracasso do indivíduo, a exemplo, a política de Assistência Social, incorporada à Política de Proteção social que se torna cada vez mais restritiva e cheia de condicionalidades.

4 Considerações Finais: A análise do desmonte da seguridade social na Amazônia confirma que o processo de fragilização das políticas de proteção social tem um impacto devastador na Região Norte. O estudo demonstrou que, o desmonte e o enfraquecimento das políticas de saúde, previdência e assistência social tem acentuado a pobreza e a vulnerabilidade das populações que habitam essa vasta e complexa região. A negação do acesso a direitos básicos compromete o significado da cidadania e a dignidade humana. É imprescindível que a sociedade e o Estado brasileiro reconheçam a urgência de reverter esse cenário. O fortalecimento da seguridade social na Amazônia é um passo fundamental para garantir que as populações locais tenham as condições necessárias para viver com dignidade e segurança. Isso implica não apenas a retomada dos investimentos, mas também a reformulação de políticas que atendam às especificidades e aos desafios únicos da região, como a dispersão geográfica e a diversidade cultural.

Palavras-chave: Seguridade Social; Amazônia; Políticas Públicas; Vulnerabilidade; Região Norte.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):** Lei n° 8.742, de 7/12/21993. Atualizada em 2013. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

CARAMURU, T. S. Privatização da seguridade social no Brasil: trinta anos de uma dialética destrutiva. **Revista Libertas**, v. 18, p. 117-135, 2018.

COLIN, Denise R.A. *et al*. **Os 20 Anos de LOAS:** a ruptura com o modelo assistencialista. Brasília: MDS, 2013.

As implicações do ajuste fiscal no financiamento do SUAS no estado do Amazonas

Fernanda Ramos Pereira[1]
Sandra Helena Ribeiro Cruz[2]

1 Introdução: A crise econômica e política que o país enfrenta, desde a segunda década do Século XX, tem pressionado as classes dominantes brasileiras a instaurar uma fase mais endurecida do neoliberalismo. Como sabemos, o processo de *Impeachment* da ex-presidenta Dilma, noticiado amplamente pela grande mídia brasileira, como uma medida necessária de enfrentamento à corrupção, teve como verdadeiro motivo, o interesse de ampliar a atuação do Estado a favor do capital financeiro, transferindo recursos do fundo público para amortecer os efeitos da crise junto aos interesses do capital (Teixeira; Boschetti, 2019). Neste sentido, a chegada da direita e da extrema direita ao poder teve como desdobramentos a instauração de um conjunto de medidas neoliberais, tendo como destaque a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, também conhecida como emenda do teto dos gastos sociais. Desde então, temos vivenciado uma nova fase do neoliberalismo no país, com duros ataques ao Sistema de Proteção Social brasileiro, por meio da desconfiguração dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Podemos afirmar que a EC n. 95/2016 é considerada uma das expressões mais nefastas do neoliberalismo no país, pois a sua aprovação intensificou o ajuste fiscal estrutural permanente no Brasil (Behring, 2019), uma vez que priorizou os recursos do fundo público para o capital financeiro. É importante afirmar, que o ajuste fiscal em curso no Brasil, tem impedido a ampliação das conquistas democráticas previstas na Constituição de 1988, uma vez que temos observado o permanente e gradual desmonte dos direitos da Seguridade Social sobretudo, o via

[1] Assistente Social, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: fernand_ramos@hotmail.com.
[2] Assistente Social, Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. É docente titular da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará. Membro do Diretório de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia. E-mail: shelena@ufpa.br.

orçamento. Em relação ao financiamento da Assistência Social, observamos que após o golpe 2016, foi implementado no país uma política de ajuste fiscal que inviabilizou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerado um dos principais Sistema de proteção na América Latina. Os dados Auditoria Cidadã da Dívida (2024), apontam que a totalidade das despesas com a Seguridade Social, em 2024, somaram 31,31% em relação às despesas da União. A Assistência Social somou apenas 5,99% do orçamento efetivo pago em 2024. Por outro lado, as despesas com a dívida pública passaram de R$ 1,1 trilhão, em 2016, para 1,9 trilhão, em 2024, ou seja, 42,96% do orçamento efetivo pago da União foi destinado para o pagamento de juros e amortização da dívida pública (Santana *et al,* 2024; Auditoria Cidadã da Dívida, 2024). Os dados do CONGEMAS (2022) apontam que no período de 2014 e 2022, o orçamento destinado ao financiamento dos serviços socioassistenciais, programas intersetoriais e ações de aprimoramento da gestão do SUAS, passou de R$ 3,1 bilhões, para R$ 1,0 bilhão no período, isto é, uma redução de 67,74%. Isso na prática inviabilizou o SUAS, uma vez que os serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) sofreram reduções significativas nos valores dos pisos. O resumo apresentado a este GT, é fruto de reflexões do projeto de tese de doutorado intitulado: *"Fundo público e o financiamento da Assistência Social: Os impactos da Emenda Constitucional n. 95/2016 no financiamento do SUAS, na Região Metropolitana de Manaus"*, vinculado ao PPGSS/UFPA. A proposta tem como objetivo analisar os impactos da EC n. 95/2016 no financiamento do SUAS na região Metropolitana de Manaus, tendo em vista evidenciar o processo de desfinanciamento e fomentar o controle social e a luta pela ampliação e qualidade do SUAS. Espera-se contribuir para o debate sobre o financiamento da PAS na região amazônica, bem como disseminar no âmbito da categoria profissional que o ajuste fiscal em curso no Brasil, impõe ao Estado brasileiro um conjunto de medidas neoliberais, que visam desconfigurar os direitos previstos na CF de 1988, repercutindo diretamente no trabalho das/dos assistentes sociais na região.

2 Metodologia: Trata-se de um estudo fundamentado na teoria social crítica marxista e tem como metodologia, a pesquisa bibliográfica e documental, com a exposição e análise de dados do orçamento da Assistência Social, extraído da base de dados do SIGA Brasil e do cofinanciamento federal do SUAS para o estado do Amazonas, entre 2016 e 2024, extraído do Painel de dados do Fundo Nacional de Assistência Social.

3 Resultados e Discussão: Ao analisar os dados do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), referente ao cofinanciamento federal, fundo a fundo, para os 62 municípios do estado do Amazonas, no período entre 2016 e 2022, verificou-se uma redução significativa dos recursos destinados ao financiamento dos serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). O ajuste fiscal instituído pela EC n. 95/2016 atingiu negativamente o SUAS em todo o estado do Amazonas, obrigando o ente municipal a arcar quase que integralmente com os custos dos serviços socioassistenciais. A redução dos recursos da PSB foi mais expressiva entre 2019 e 2021, totalizando uma redução 60,98% nos valores do bloco. Em relação aos recursos da PSE, observou-se uma redução mais acentuada no período de 2016 e 2021, totalizando uma redução de 47,67% no bloco. Um dos achados da pesquisa diz respeito ao cofinanciamento federal do SUAS via emenda parlamentar. Os dados do painel de emendas do FNAS apontam um aumento expressivo dos repasses via emenda para o estado do Amazonas, entre 2018 e 2023, com a finalidade de estruturar a rede de serviços do SUAS. Observou-se que os repasses via emenda para o Amazonas passaram de R$ 2,8 milhões, em 2018, para R$ 345,6 milhões em 2023. Este tipo de modelo de financiamento, tem sido duramente criticado porque favorece o modelo neoliberal em curso, uma vez que parte significativa desses recursos são destinados às Organizações da Sociedade Civil (OSC), transferindo a sociedade a responsabilidade do Estado com a questão social (Bretas, 2017). Além do mais, este tipo de modalidade promove o “clientelismo

orçamentário" exercido pelos parlamentares com a conivência do Estado (Silva; Araújo, 2023).

4 Considerações Finais: O ajuste fiscal instituído pela EC n. 95/2016 comprometeu a continuidade dos serviços socioassistenciais no estado do Amazonas, sobretudo no período de 2019 e 2021. Tudo indica que na fase mais crítica da pandemia, os gestores municipais e estaduais assumiram o compromisso com a manutenção dos serviços do SUAS. O ajuste fiscal permanente no Brasil, segue a lógica da financeirização no atual governo Lula, priorizando os interesses dos credores da dívida pública. O novo arcabouço fiscal aprovado pela Lei complementar n. 200/2023, está em vigor desde 2023 e seus rebatimentos são visíveis nos recentes ataques ao BPC-LOAS, por meio do Decreto n. 12.534/2025 e do bloqueio de R$ 2 milhões no orçamento da assistência social em 2025. Conforme o texto, vimos que o Amazonas foi um dos estados da região Norte mais contemplado com recursos de emendas. No entanto, a distribuição dos recursos se deu de forma desigual entre os municípios. É importante sinalizar a necessidade de novos estudos que retratem melhor a execução financeira desses recursos na rede pública do SUAS e pelas OSC's. Outras questões a serem esclarecidas diz respeito ao exercício do controle social sobre a prestação de contas desses recursos e a articulação política da bancada parlamentar do Amazonas na aprovação das emendas. Em relação as fragilidades do SUAS no Amazonas, é urgente avançar na oferta dos serviços da PSE. É inaceitável que o Amazonas tenha apenas sete (7) municípios recebendo cofinanciamento federal para a oferta de serviço de alta complexidade. Outro desafio para a gestão estadual e municipal é a implantação de CREAS regionais, fazendo valer o artigo XV da NOB-SUAS 2012. E, por fim, não menos importante, reivindica-se o fator amazônico como critério para a partilha dos recursos do cofinanciamento federal, que leve em consideração as especificidades das populações existentes nos diferentes territórios do estado do Amazonas e da região Norte.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; Fundo público; Assistência social; Desfinanciamento; Amazonas (AM).

Referências

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Federal Executado em 2024**. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal 2024/. Acesso em: 3 jul. 2025. Acesso em: 3 jul. 2025.

BEHRING, Elaine. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: SALVADOR, Evilásio *et al.* (Org.). **Crise do capital e fundo público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

CONGEMAS. **SUAS em Números:** Análise do Financiamento do SUAS e dos Benefícios socioassistenciais. Curitiba, 2022. v. 2. Acesso em: 3 jul. 2025.

SANTANA Gislayne *et al.* (Des)financiamento da Assistência Social no Brasil em tempos de agudização da pobreza. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 43, jan./jun. 2022. Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, Jeane; SILVA, Diva. Os reveses do financiamento da Assistência Social por emendas parlamentares. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 11., 2023, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA; PPGPP, 2023. Disponível em: https://joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/index.php. Acesso em: 3 jul. 2025.

TEIXEIRA, Sandra; BOSCHETTI, Ivanete. Implicações do ajuste fiscal para a Assistência Social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, IX., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA; PPGPP, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/190/o/programacao-joinpp-caderno-programa2.pdf?1566494689. Acesso em: 3 jul. 2025.

Políticas de Assistência Social na Amazônia: estudo inicial sobre o programa Bora Belém

João Victor Costa Corrêa[1]
Levi Vale de Jesus[2]
Natalia Moraes da Silva[3]
Alexandre Vinicius Campos Damasceno[4]

1 Introdução: A Amazônia, apesar de sua riqueza natural, enfrenta graves problemas sociais, como desigualdade, insegurança alimentar, violência e dificuldades de acesso a serviços básicos, o que torna fundamentais as políticas de assistência social, ainda que limitadas por gestão, financiamento e continuidade. Nesse cenário, o programa Bora Belém, criado em 2021 pela parceria entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará, sob coordenação da FUNPAPA, atendeu famílias em extrema vulnerabilidade com repasses mensais de até R$ 450,00. Sua extinção, em 2025, deixou lacunas no combate à pobreza e à fome e expôs a fragilidade da proteção social na região. Esta pesquisa procura fazer um diagnóstico breve sobre os impactos sociais de sua criação e extinção, refletindo sobre os desafios da política de assistência social na Amazônia.

2 Metodologia: A pesquisa adota abordagem qualitativa, crítica e documental, tendo como proposta essencial desenvolver um estudo introdutório sobre os impactos sociais da criação e da extinção do Programa Bora Belém. Para isso, articula o referencial teórico de Marx (2013), Smith (1996) e Lavinas (2018), que discutem desigualdade, redistribuição e renda básica, com a consulta a documentos oficiais, legislações municipais e reportagens jornalísticas (G1, CNN Brasil, UrbNews, PSOL). Assim, a estratégia metodológica possibilita compreender de forma sintética os avanços e limites do Bora Belém enquanto política pública de assistência social na Amazônia.

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA), Curso de Economia. E-mail: joao.costa.correa@icsa.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA), Curso de Economia. E-mail: levi.jesus@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA), Curso de Economia. E-mail: silva.natalia@icsa.ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará (UFPA), Professor Dr., Orientador. E-mail: alexdamasceno@gmail.com.

3 Resultados e Discussão: A Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) estabelece que a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. A LOAS (Lei nº 8.742/1993) define objetivos e ações de políticas sociais. Nesse contexto, o Programa Bora Belém (Lei nº 9.665/2021) buscava garantir a subsistência de famílias em situação de pobreza e extrema vulnerabilidade agravadas pela pandemia da Covid-19. O auxílio variava conforme a composição familiar: um filho R$ 150; dois ou três filhos R$ 300; quatro ou mais filhos R$ 450. Sob a ótica teórica, essa iniciativa reflete a compreensão de que a desigualdade social não pode ser enfrentada apenas pelo mercado. Para Smith (1996), a distribuição justa dos recursos é condição essencial para que os indivíduos tenham acesso a condições mínimas de sobrevivência. O Bora Belém, ao redistribuir renda diretamente às famílias, contribuiu para reduzir a exclusão social em um período de crise. O programa beneficiou cerca de 18 mil famílias (UrbNews), mas foi extinto em 2025 pela Lei nº 10.146. Segundo o PSOL, a medida devolveu mais de 80 mil pessoas à fome, enquanto a prefeitura alegou investimento de R$ 5 milhões e prometeu alternativas que não se concretizaram (G1). Esse retrocesso pode ser compreendido a partir de Marx (2013), para quem o capitalismo concentra riqueza e reproduz desigualdades, o que exige políticas compensatórias frequentemente contestadas. Nesse sentido, as políticas de cooperação social enfrentam disputas por recursos e espaço parlamentar. Programas como o Bora Belém reforçam a renda básica de cidadania e ajudam a reduzir a exclusão social, como aponta Lena Lavinas em seu artigo Renda Básica da Cidadania. A adoção da renda básica de cidadania deveria consagrar e coroar o ápice de um longo processo de inovação social, desta feita ancorado no princípio do direito universal e incondicional de todos os cidadãos usufruírem em igualdade de condições da riqueza do país (Lena Lavinas, 2018, p. 15). Por fim, segundo os dados da ONU (CNN Brasil, 2025), o Brasil saiu do Mapa da Fome, restando 2,5% da população em risco de subnutrição, evidenciando a importância das transferências de

renda. Nesse viés, a extinção do Bora Belém, porém, expõe os limites de ações emergenciais e a necessidade de políticas estruturais permanentes.

4 Considerações Finais: O programa Bora Belém, ainda que emergencial, alcançou impacto direto ao atender aproximadamente 18 mil famílias em extrema vulnerabilidade social, garantindo-lhes condições mínimas de subsistência e reduzindo temporariamente a insegurança alimentar. As fontes analisadas demonstram que sua extinção, em 2025, representou um retrocesso significativo: mais de 80 mil pessoas retornaram à situação de fome, evidenciando a fragilidade das políticas sociais quando não estruturadas de forma contínua. O estudo revela que medidas temporárias, embora relevantes em momentos de crise, não são capazes de enfrentar as desigualdades estruturais presentes na Amazônia. Nesse sentido, o Bora Belém deve ser compreendido como experiência inicial e indicativa da urgência em consolidar políticas públicas permanentes, universais e adaptadas às especificidades regionais, capazes de assegurar dignidade e bem-estar à população mais vulnerável.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Proteção social; Bora Belém.

Referências

CÂMARA de Vereadores promulga fim do Programa Bora Belém e encerra benefício para 18 mil famílias. G1 - Globo, 25 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/04/25/camara-de-vereadores-promulga-fim-do-programa-bora-belem-e-encerra-beneficio-para-18-mil-familias.ghtml. Acesso em: 20 ago. 2025.

CNN Brasil. **Brasil sai do Mapa da Fome, segundo relatório da ONU**. CNN Brasil, 28 jul. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-sai-do-mapa-da-fome-segundo-relatorio-da-onu/. Acesso em: 20 ago. 2025.

LAVINAS, Lena. **Renda básica de cidadania:** a política social do século XXI?: lições para o Brasil. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2018.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL. **Bora Belém é extinto e mais de 80 mil pessoas são devolvidas à fome por Prefeitura e Câmara de Vereadores**. PSOL, 2025. Disponível em: https://psol50.org.br/bora-belem-e-extinto-e-mais-de-80-mil-pessoas-sao-devolvidas-a-fome-por-prefeitura-e-camara-de-vereadores/. Acesso em: 20 ago. 2025.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

URBNEWS. Vereadores revogam programa 'Bora Belém' e encerram benefício de 18 mil famílias de baixa renda. 28 abr. 2025. Disponível em: https://urbnews.com.br/2025/04/28/vereadores-revogam-programa-bora-belem-e-encerram-beneficio-de-18-mil-familias-de-baixa-renda/. Acesso em: 20 ago. 2025.

Assistência social e povos tradicionais na Amazônia: os desafios ao atendimento de grupos populacionais tradicionais e específicos em Belém-PA

Jérsica Contente Nascimento[1]

1 Introdução: A promulgação do Decreto nº 6.040/2007 marcou um avanço importante no reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados, assegurando seus direitos sociais, culturais e territoriais. A partir de 2016, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) passou a incorporar essas especificidades em seus marcos regulatórios, buscando ofertar serviços que respeitem suas particularidades. No entanto, o Cadastro Único, criado em 2001 para identificar a população em situação de pobreza, pouco contribui para compreender as dinâmicas sociofamiliares dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), cuja identificação formal começou em 2004, mas só teve definições claras estabelecidas em 2022 com o Decreto nº 11.016. Esses grupos enfrentam diferentes formas de invisibilidade social, ligadas à etnia, ao território, ao modo de vida e à dificuldade de acesso a serviços públicos. Dados do Observatório do Cadastro Único, de setembro de 2024, indicam que 4.045.704 famílias de GPTE estão cadastradas, representando 10,5% do total, com predominância de agricultores (54,3%) e pescadores (9,9%). Apesar dos avanços, os números mostram que ainda há grandes desafios para garantir a efetiva identificação e atendimento das necessidades desses grupos. Assim, este trabalho busca discutir como se dá a oferta de serviços socioassistenciais a essas famílias, com ênfase nos obstáculos enfrentados pela Política de Assistência Social na esfera municipal.

2 Metodologia: O trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica, com prioridade às produções intelectuais crítico-dialéticas de estudiosos

[1] Mestranda de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: jc_contente@hotmail.com.

sobre a Amazônia e demais áreas do conhecimento e a pesquisa documental de relatórios de atendimentos da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA disponibilizados pelo Núcleo de Vigilância Socioassistencial – NUSVISA, dados estatísticos do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Observatório do Cadastro Único.

3 Resultados e Discussão: A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) tem como fundamentos a territorialização, descentralização e intersetorialidade, considerando o território como espaço central para a efetivação dos direitos sociais. Apesar de reconhecer a diversidade socioeconômica e cultural das famílias e as vulnerabilidades presentes em cada local, a política ainda enfrenta dificuldades na gestão, especialmente pela padronização dos orçamentos destinados aos municípios, que desconsidera suas especificidades. Na região amazônica, esses desafios se intensificam devido à diversidade étnico-cultural e à vasta extensão territorial de difícil acesso, onde populações rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas recebem investimentos insuficientes e fragmentados, dificultando a presença efetiva da ação governamental.
A Assistência Social em Belém é executada pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), que atua por meio de uma rede composta pelos serviços da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE). A PSB, considerada porta de entrada dos serviços socioassistenciais, conta com 12 CRAS. Destes, apenas quatro atendem áreas de ilhas onde se concentram as populações tradicionais. São eles: CRAS Icoaraci, Guamá, Outeiro e Mosqueiro. No entanto, não existem equipes volantes regulares para levar os serviços até essas localidades, o que obriga os moradores a se deslocarem aos CRAS. Em ações pontuais, técnicos dos CRAS realizam atendimentos em áreas ribeirinhas, especialmente em situações que envolvem violação de direitos (PSE), mas a ausência de continuidade prejudica o acompanhamento das famílias, levando muitas a se afastarem dos serviços por falta de recursos para o deslocamento. Segundo o Observatório do Cadastro Único, 52,8% da população de

Belém está cadastrada, mas apenas 4,45% correspondem a famílias de GPTE, com predominância de ribeirinhos. A coleta sistemática de dados sobre esse grupo em Belém, começou apenas em 2022, por meio do NUSVISA, registrando 2.490 atendimentos, sendo 2.224 de famílias ribeirinhas. Ainda assim, os atendimentos permanecem baixos: nos CRAS que atendem áreas de ilhas, apenas 4,7% das famílias acompanhadas pelo PAIF são de GPTE, e apenas o CRAS Mosqueiro realizou ações de campo nesse período. Esses dados revelam a insuficiência dos serviços diante da extensão territorial e da diversidade populacional da região.

4 Considerações Finais: As demandas amazônicas colocam desafios significativos à Política de Assistência Social, exigindo planejamento e altos investimentos para garantir o deslocamento de equipes por vias terrestres e fluviais, além da implantação de equipamentos em áreas rurais e ilhas que concentram diferentes grupos sociais. Um exemplo é a FUNPAPA, que embora atenda áreas de ilhas por meio de quatro equipamentos de PSB, não consegue acompanhar comunidades de GPTE em situação de vulnerabilidade social e que até pouco tempo nem se tinha dados quantitativos desses atendimentos. Assim, mais do que alcançar fisicamente essas populações, é essencial compreender suas vulnerabilidades e riscos sociais, considerando as dinâmicas locais que influenciam diretamente a efetivação de seus direitos.

Palavras-chave: Assistência Social; Grupo Populacional Tradicional e Específico; Proteção Social Básica.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Diversidade no Cadastro Único:** Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.** Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Observatório do Cadastro Único V1.8.0.** Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Referência: Setembro de 2024. Disponível em: https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html#. Acesso em: 20 out. 2024.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII. **Diagnóstico Socioterritorial de Belém:** um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS. Elaborado por: Vigilância Socioassistencial/NUSVISA. Belém-PA, 2015.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII. Vigilância socioassistencial. **Boletim Informativo**. Proteção Social Básica. Atendimento Anual de 2022. Nº49/2023.

Negligencia familiar: desafios da pessoa idosa vivenciados pelas populações de Campo Floresta e Água

Lorena Sousa Santarém[1]
Gabrielle dos Santos Tavares[2]

1 Introdução: O envelhecimento é um fenômeno que tem se tornado cada vez mais presente na sociedade, tendo seu início do século XX, com isso também houve uma crescente de violência contra a pessoa idosa, e uma das principais delas é a omissão ou falha em exercer responsabilidades no ato de cuidar do idoso (Queiroz, 2010). Além disso, alguns dos problemas que impedem a notificação compulsória da violência contra a pessoa idosa é o receio de ameaças por parentes das vítimas, negligência e desconhecimento do assunto e falta de orientação e conscientização (Meleiros, 2023). Uma das formas de contornar o fenômeno de envelhecimento é incluir o envelhecimento ativo em políticas públicas, gerando idosos ativos e independentes por mais tempo (Susin,2025). Diante disto, este trabalho tem por objetivo descrever sobre negligencia familiar para a pessoa idosa em populações do campo floresta e água

2 Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência sobre os desafios sociais em virtude da negligencia familiar para a pessoa idosa. O período de vivencia ocorreu em uma Unidade de Saúde Fluvial, Dr. Antonio Levino, nos meses de abril a agosto de 2025, por meio da residência em Estratégia e Saúde da Família com ênfase em populações do Campo, Floresta e água, na qual possibilita está em campo de atuação com estas populações especificas. A unidade de saúde fluvial Dr. Antonio Levino, presta atendimentos a dez comunidades ribeirinhas localizadas as margens do Rio Amazonas, sendo as comunidades atendidas nesta mesma ordem durante nove dias a cada mês, Jatuarana, Assentamento Nazaré, Aruamã, Caramuri, Monte Orebe, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro, Bom Sucesso

[1] Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: lorenasantarem08@gmail.com.
[2] Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: a.s.gabrielletavares@gmail.com.

e Guajará. A equipe de saúde é composta por um médico, duas enfermeiras, três vacinadoras, dois técnicos de enfermagem, uma dentista, uma ASB, um bioquímico, uma técnica de laboratório, uma farmacêutica e o diretor da unidade e enfermeiro, cada Agente de Saúde é residente da comunidade na qual atua. Os atendimentos às comunidades maiores como Assentamento Nazaré e Jatuarana, costumam ocorrer durante um dia ou durante um dia e meio dependendo da escala do mês, além de visitas domiciliares realizadas de forma esporádica.

3 Resultados e Discussão: Observou-se que em geral essas populações são compostas por um grupo jovem e crianças de baixa renda que muitas vezes praticam a agricultura, a pesca a agropecuária como atividade de subsistência. Entre os agravos na saúde predominantes está a diabetes, hipertensão e obesidade, no âmbito da saúde bucal há perda precoce de molares permanentes e presença de carie em grande parte dos escolares. Por outro lado, no meio social os idosos apresentam uma relação distante com os filhos, geralmente alguém é colocado na função do cuidar e quando isso não ocorre os idosos traçam os caminhos só. Esse contato torna-se ainda mais difícil pela distância geográfica que eles residem e falta de meio de comunicação. Apesar da idade alguns ainda realizam atividades diárias de cuidar da casa, preparo de comidas, pesca e criação de galinhas. A atuação do assistente social neste cenário é de suma importância, e ao mesmo tempo escassa, já que o agente social não se encontra mais vinculado a equipe da unidade fluvial pois houve redução da equipe. Esta por sua vez, atualmente tenta intermediar esse papel, que se torna um desafio, pois, muitas informações não estão sobre o conhecimento da equipe de enfermagem ou médica, quando se trata de garantia de direitos a pessoa idosa e como assegura-los. O acompanhamento em consultório ou em domicilio sobre as condições de saúde e notificação quando necessário sobre algum problema social que aquele idoso está sofrendo.

4 Considerações Finais: A população ribeirinha atualmente sofre os reflexos da falta de amparo social e de políticas públicas condizentes com as suas especificidades**.** Há ainda muito espaço a ser conquistado e discussões a serem realizadas acerca dos direitos da pessoa idosa na Amazônia no que diz respeito às populações do campo floresta, para que posam viver com dignidade e seus direitos assegurados e que alcancem o protagonismo.

Palavras-chave: Negligência; Política Pública; Pessoa idosa.

Referências:

MELEIRO, M. L. DE A. P.; PEREIRA, C. DE M. M. A notificação compulsória de violência contra a pessoa idosa em Manaus/Amazonas/Brasil. **Revista Internacional Consinter de Direito**, p. 325, 19 dez. 2023.

QUEIROZ, Z. P. V. DE; LEMOS, N. DE F. D.; RAMOS, L. R. Fatores potencialmente associados à negligência doméstica entre idosos atendidos em programa de assistência domiciliar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2815–2824, set. 2010.

SUSIN, Cibele dos Reis. **Desafios da implementação de políticas públicas de saúde em relação ao envelhecimento ativo. 2025.** Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/11822;jsessionid=6563D5711FD195B8C569934D60EDE512. Acesso em: 12 ago. 2025

Trajetória e contradições do Bora Belém: programa municipal de transferência de renda de Belém do Pará

Thays Loélia Santos Lopes Machado[1]

1 Introdução: Esse trabalho trata da implementação do Programa Bora Belém, sua abrangência e sua extinção. Em Belém houve uma primeira experiência de implantação de transferência municipal de renda no governo municipal petista da década de 1997, o denominado Bolsa Escola que foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 29.674, de 01/01/1997. Em 2021, após o retorno do mesmo governo à gestão da capital paraense, houve a implementação da segunda experiência com o programa Bora Belém, regulamentado pela Lei Municipal 9.665/2021. A Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA operacionalizou o programa Bora Belém, no início do ano de 2021, quando o Programa Federal Bolsa Família estava estagnado, sem a entrada de novos beneficiários, agravando ainda mais as situações de pobreza e extrema pobreza potencializadas pela crise econômica e sanitária da pandemia de COVID-19. Desta forma, foi idealizado para atender àquelas famílias que não contavam com repasse de recursos assistencial. Embora instituído como um benefício eventual o programa não previu determinação temporária do recurso, ou seja, sem prazo para o término do recebimento da transferência de renda, todavia contava com critérios de concessão regulamentados por resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), amparado pela Lei Municipal nº 9.491/2019.

2 Metodologia: Faz-se necessário ressaltar que, segundo o Relatório Anual de Gestão 2024 da FUNPAPA, fonte de coleta de dados aqui apresentados, todas as famílias beneficiárias do Programa Bora Belém estavam inscritas no Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO, e poderiam estar recebendo cumulativamente os recursos dos dois

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: loeliathays@gmail.com.

programas (Bora Belém e Bolsa Família) ou apenas o recurso do Programa Bora Belém. Esse fato traz à análise os dados socioeconômicos das famílias beneficiárias, que puderam ser extraídos do CADUNICO, onde está demonstrado que 13.556 (treze mil quinhentos e cinquenta e seis), das 18.052 (dezoito mil e cinquenta e duas) famílias inscritas no Programa Bora Belém, continuavam em situação de pobreza ou de extrema pobreza, pois esse é justamente o critério para recebimento do Programa Bolsa Família. Portanto, de acordo com o Relatório Anual de Gestão 2024 da FUNPAPA, as informações coletadas na base de dados do CADÙNICO cruzadas com a base de dados do setor de Tecnologia da Informação da FUNPAPA, demonstram que embora o Programa Bora Belém tenha sido implantado no contexto da crise econômica e sanitária desencadeada pela pandemia de COVID-19, 75,9% das famílias beneficiadas permanece em situação socioeconômica de pobreza ou extrema pobreza dentro dos critérios de renda per capta que proporcionaram o acesso ao Programa Bolsa Família. O Relatório Anual de Gestão 2024 da FUNPAPA informa que o Programa constituiu o Plano Plurianual 2022-2025. Os valores pagos às famílias cadastradas no "Bora Belém" foram atualizados respectivamente de R$ 150,00, R$ 300 e R$ 450,00 para R$ 200,00, R$ 350 e R$ 500,00. Foi orçado em 2024 o valor de R$ 51.000.000 (cinquenta e um milhões), empenhado R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) e foi pago o valor de R$ 39.097.500,00 (trinta e nove milhões noventa e sete mil e quinhentos), uma execução equivalente ao percentual de 77% do planejado para o ano. O município de Belém foi atendido pelo Programa Bora Belém em todas as áreas de abrangência dos doze CRAS, onde 10.010 famílias recebem R$ 200,00, 6.921 famílias recebem R$ 350,00 e 1.121 recebem R$ 500. Benefícios pagos majoritariamente para responsáveis familiares mulheres, mas houve exceções, de acordo com análise técnica, que possibilitaram o recebimento por outros arranjos familiares (pais e avós) no contexto de inúmeras mortes na pandemia.

3 Resultados e Discussão: O Setor de Tecnologia de Informação/FUNPAPA realizou levantamento acerca do Programa Bora Belém e, em 09/04/2025, as famílias beneficiárias somavam o total de 18.052 (dezoito mil e cinquenta e duas), sendo que destas 4.496 (quatro mil quatrocentos e noventa e seis) famílias recebiam unicamente o recurso do Programa municipal Bora Belém e 13.556 (treze mil quinhentos e cinquenta e seis) famílias recebiam concomitantemente o repasse do programa Bora Belém e o repasse do Programa Bolsa Família. O valor repassado diretamente a essas famílias contabiliza o montante na folha mensal de R$ 4.984.850,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).

4 Considerações Finais: No ano de 2025, com a entrada do novo governo e de novos vereadores na gestão da cidade, o programa Bora Belém foi extinto e 4.496 (quatro mil quatrocentos e noventa e seis) famílias que contavam unicamente com o recurso do Programa municipal Bora Belém ficaram desassistidas. O programa deixou lacunas quanto à imprevisibilidade do término do repasse de recurso contrariando a "eventualidade" do benefício (visto que não há qualquer informação de desligamento e tampouco previsão de critérios para tal); à falta de um sistema transparente e informatizado para fiscalização de critérios de conceção e para o monitoramento do desligamento das famílias beneficiárias; à falta de previsão em lei e demais regulamentações acerca do monitoramento, da fiscalização e da avaliação do programa. O percurso metodológico de sistematização desses dados não foi pautado de forma transparente e isso possibilitou várias intervenções político partidárias que culminaram na extinção do programa.

Palavras-chave: Programa Bora Belém; FUNPAPA; Transferência municipal de renda.

Referências

BELÉM. **Programa de renda cidadã "Bora Belém"**. Lei nº9665, de 11 de janeiro de 2021.

BELÉM. **Sistema Único de Assistência Social do Município de Belém.** Lei nº 9491, de 16 de julho de 2019.

BELÉM. Altera a Lei de Regulamentação do SUAS em Belém. Lei nº 9.491, de 16 de julho de 2019 através da Lei ordinária nº 9872 de 15 de dezembro de 2022.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII. **Relatório Anual de Gestão 2024**. Belém: FUNPAPA, 2024.

A análise da Política de Assistência Social em Belém diante do desfinanciamento e da tendência à terceirização dos serviços socioassistenciais

Elaine Cristina Marques Corrêa Batista[1]

1 Introdução: Este trabalho é o resultado da pesquisa quanti-qualitativa, cujo objetivo fora analisar a relação entre o desfinanciamento e a tendência à terceirização dos serviços socioassistenciais na cidade de Belém entre os anos de 2016 e 2023.

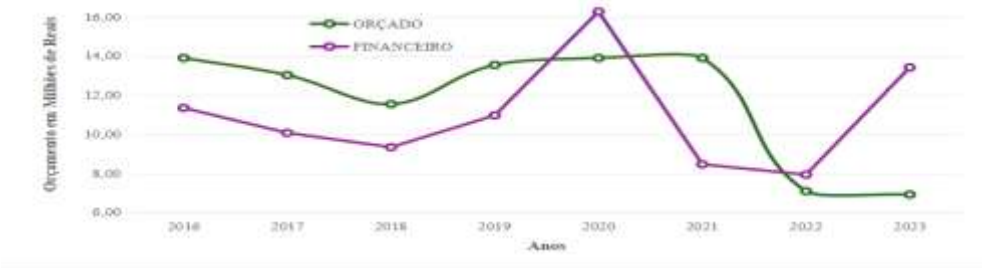
2 Metodologia: A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir das categorias: Estado, política social, assistência social e terceirização. Os escritos de Boschetti, Behring, Mustafa, Salvador, Pereira, Mestriner Yazbek, Alves, Druck e Antunes foram bússolas no processo de desvelamento da realidade investigada, uma vez que a historicidade e as mediações estabelecidas tornaram a realidade local mais inteligível, tendo como ponto de partida as mudanças das formas organizacionais da produção e dos seus antagonismos de classes, que implicaram na conformação do Estado Social nas no capitalismo, na política social, em especial na de assistência social. O Estado Social, concebido teórica e historicamente, por nos permite apreender suas metamorfoses a partir de sua natureza contraditória (Netto, 2009). Delineado por Boschetti(2018), como aquele que solidificou a falsa ideia de que era possível uma sociedade igualitária, redistributivista que forjou o pacto de harmonia entre o capital e o trabalho para de manter o sistema político-econômico, no qual as classes antagônicas pactuam pela criação de mecanismos normativos para constituir o fundo público, por meio de impostos, taxas e contribuições sociais que pudesse ser acionado para responder tanto as necessidades da produção quanto da reprodução da força de trabalho (Salvador, 2008). Neste Estado, as políticas sociais se

[1] Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGSS/ICSA). E-mail: elainecorreabatista@gmail.com.

constituíram em sistemas de proteção, que, se por um lado escamoteavam que a existência de desigualdades sociais e econômicas que foram criadas pelo próprio sistema, por outro reduziam/aliviaram a desigualdade, em suma, estratégia de legitimação do sistema (Pereira, 2013) e assim tem permanecido, acionadas e ajustadas conforme a conjuntura. No entanto, a nova crise estrutural do capital vem desmontando aqueles sistemas de proteção social. Avança sob formas de organização social e econômica para aprimorar a expansão e concentração de capital, impacta o complexo social, em todas as relações com suas partes constitutivas ou sub complexos aos quais é articulada, que põe em ação uma maquinaria para administrar a crise em escala local e global (Harvey, 2004), o neoliberalismo, que no Brasil, explicitou suas projeções de política social, como atividades não-exclusivas de Estado, que deveriam ser transferidas as OSC (Brasil, 1998), cabendo ao Estado o papel de regulador, financiador, administrador das políticas públicas, constituindo a base das regulamentações para sua terceirização, tal como a Lei 13.019/2014. A terceirização é um fenômeno mundial que se generalizou para todas as atividades e tipos de trabalho, que se vem sendo abruptamente regulada e legislada (Druck *et al.* 2018), que concretiza a tendência de precarização estrutural do trabalho, que se articula à acumulação flexível e à acumulação por espoliação, que imprimiu sua marca nas instituições jurídico-políticas da ordem burguesa, tornando-as insensíveis aos argumentos humanísticos e valores sociais (Alves, 2014). Quanto ao levantamento de dados, foram agregados em: 1) prioridades identificadas/alcançadas nos Plano Plurianual (PPA), nos relatórios das Conferências das Municipais de Assistência Social e nos Relatórios Anuais de Gestão; 2) estimativas orçamentárias e repasses do cofinanciamento federal e estadual dos serviços socioassistenciais e 3) quadro de parcerias com as organizações da sociedade civil. Nesta etapa ficou evidenciado o gradativo desfinanciamento federal e o insignificante financiamento estadual dos serviços socioassistenciais. Ao analisar a LOA de 2016 constatou-se que correspondiam a 16,4% do orçamento para assistência social e nos anos

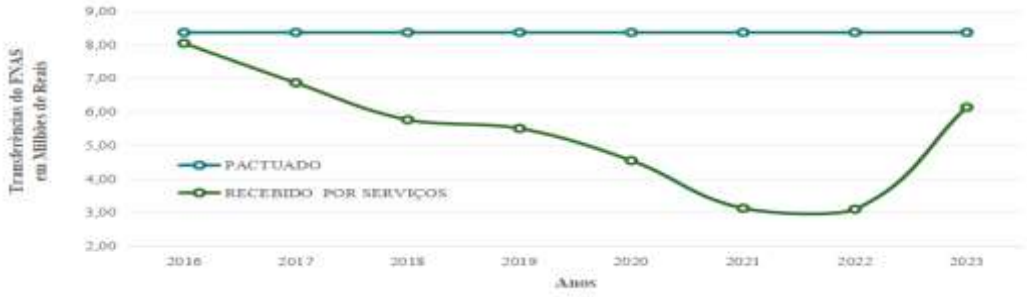
subsequentes foi decrescendo, e em 2023, correspondia a 4,9%. No mesmo período, os repasses financeiros foram de 13,4% e 9,6% do orçado. A ondulação para baixo da estimativa demonstra a assimilação da "retirada progressiva de recursos que seguiam uma série histórica de ampliação para manter a rede instalada" (Fonseas, 2021, p.6), pratica esta denominada de desfinanciamento

Figura 1 - Série histórica dos Orçamentos Previstos e os Repasses Financeiros do FNAS para os Serviços Socioassistenciais, entre 2016 e 2023.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis nos sites oficiais dos governos federal e municipal (2024).

Figura 2 - Série histórica da comparação entre o pactuado e o recebido das transferências do FNAS para os Serviços Socioassistenciais, entre 2016 e 2023.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do site Parcelas Pagas (MDS, 2023) e documentos do Departamento Financeiro intitulado, Apresentação Orçamentária (2022).

O rompimento do pacto federativo em torno do SUAS está explicitado na figura acima, uma vez que os valores pactuados por serviço não estão sendo garantidos. Desde 2014, o governo federal vem alterando o regramento do financiamento, para viabilizar o ajuste fiscal do Estado, o que têm ocasionado discrepâncias no repasse e consequência severos para Belém.

3 Resultados e Discussão: A pesquisa identificou que o desfinanciamento é uma realidade que tem comprometido a oferta e a qualidade dos serviços. Entretanto, isto não significou necessariamente que a terceirização via as Organizações da Sociedade Civil (OSC) fora conjecturada pelos gestores do período estudado., pois no período apenas 8 parcerias foram celebradas, sendo 4 por requisição da gestão da política e 4 decorrentes de designação parlamenta (emendas), que totalizaram, respectivamente R$ 627.803,75, e R$ 1.200,000,00. Entretanto, o cenário é preocupante, por dois motivos: 1) a rede indireta é bastante limitada e 2) A baixa capacidade orçamentária-financeira do município para responder as crescentes demandas da política. Mas, a este não é obstáculo à terceirização, pois o mercado já tem sido acionado para responder as imposições judiciais imposta a Funpapa.

4 Considerações Finais: O SUAS é a expressão da assistência social como política pública, mas que está num contexto de disputa pelo fundo público em tempos de neoliberalismo e das reestruturações do Estado e das políticas sociais, em que as OSC são postas como alternativa para viabilizar as políticas sociais está sob ameaça de retrocessos, Até que ponto, nesta conjuntura, a prerrogativa da garantia da proteção socioassistencial deve ser prestada diretamente pelo Estado vai ser mantida, que alternativas estão sendo projetadas? A OSC podem ser ter outro papel para além do posto por Iamamoto, a refilantropização.

Palavras-chave: Assistência Social; Estado; Política Social; Desfinanciamento; Terceirização.

Referências

ALVES, Giovanni. Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. **Rev. TST**, Brasília, vol. 80, no 3, jul./set. 2014.

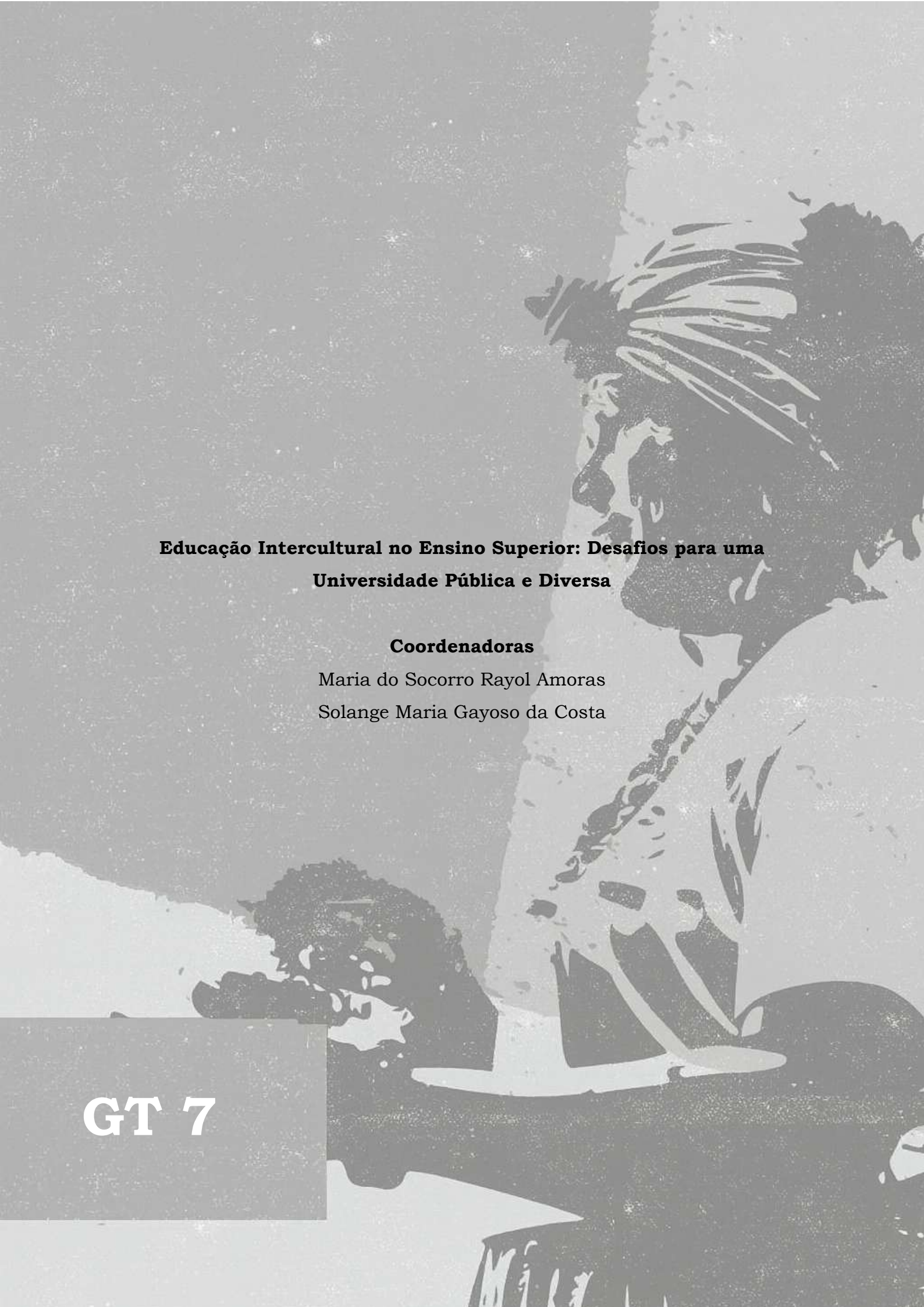
BOSCHETTI. Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. *In*: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Org.). **Marxismo, Política Social e direitos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DRUCK, G. *et al*. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A. G. (Org.). **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

FONSEAS. **Pesquisa sobre Orçamento e Gestão Financeira do Sistema Único de Assistência Social nos Estados e Distrito Federal**. 2021. Disponível em: https://fonseas.org.br/pesquisa-sobre-orcamento-e-gestao-financeira-do-suas/. Acesso em: 16 ago. 2025.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. *In*: HARVEY, D. **O novo imperialismo.** Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004, p. 115 – 133.

PEREIRA, Camila P. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



Educação Intercultural no Ensino Superior: Desafios para uma Universidade Pública e Diversa

Coordenadoras

Maria do Socorro Rayol Amoras

Solange Maria Gayoso da Costa

GT 7

A influência neoliberal nos fundamentos da formação e no trabalho de assistentes sociais: uma introdução a partir de uma RSL em construção

Jamilly de Kassia Raimunda Rodrigues Nunes[1]
Maria do Socorro Sousa da Silva[2]
Reinaldo Nobre Pontes[3]
Luis Henrique da Silva Souza[4]
Karolaynny Kelenn Silva da Cruz[5]

1 Introdução: Nas últimas décadas, o avanço do neoliberalismo tem provocado profundas transformações nas estruturas sociais, políticas públicas e relações de trabalho. No Brasil, a partir da década de 1990, esse processo intensificou a precarização do trabalho, a desresponsabilização estatal diante da questão social e a tensão sobre os direitos conquistados na Constituição de 1988, impactando diretamente o Serviço Social, sua formação, exercício profissional e fundamentos. Este resumo apresenta um recorte da pesquisa "Os Fundamentos Teórico-metodológicos na Formação e Trabalho de Assistentes Sociais em tempos neoliberais (Brasil/Amazônia/Portugal): estudo dos impactos no cotidiano profissional e institucional", realizada pelo GEPSS. O objetivo é analisar os rebatimentos do neoliberalismo nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro, a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) nos periódicos CAPES.

2 Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na teoria social crítica, articulada às concepções do projeto ético-político do Serviço Social. O método utilizado foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), realizada na base de dados CAPES, abrangendo o período de 2010 a 2024. Foram estabelecidas etapas como formulação da questão de investigação, protocolo, critérios de inclusão/exclusão, estratégia de busca, seleção e análise dos estudos. A

[1] Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social. E-mail: jamilly15nunes@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social. E-mail:mariascsilva.1o@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social. E-mail:rnobrepontes@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social. E-mail:Luis.henrique@icsa.ufpa.br.
[5] Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social. E-mail: karo-aynny.cruz@icsa.ufpa.br.

questão norteadora buscou identificar as evidências da literatura sobre a influência do neoliberalismo nos fundamentos da formação e no cotidiano de trabalho de assistentes sociais na Amazônia e em Portugal.

3 Resultados e Discussões: Os resultados evidenciam que o neoliberalismo, enquanto racionalidade política, econômica e cultural, impacta diretamente os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, promovendo a fragmentação do conhecimento, a despolitização da prática e o esvaziamento ético-político da profissão. Os artigos analisados apontam a centralidade da práxis, da totalidade e da historicidade como categorias fundamentais de resistência, além da necessidade de atualizar criticamente os fundamentos incorporando dimensões como raça, gênero e território. Parte da Revisão Sistemática de Literatura, foi realizada na Base de Dados: Periódicos Capes – Café no dia 03 de março de 2025, com as palavras-chaves "Neoliberalismo e Serviço Social". A primeira busca com filtros gerou 51 artigos. Posteriormente, foram lidos os resumos dos artigos, com o objetivo de identificar quais desses abordaram a relação entre “Neoliberalismo e Serviço Social”, de forma direta, e estudos centrados nas temáticas da análise da influência neoliberal nos fundamentos, formação e trabalho cotidiano de assistentes sociais; após estes procedimentos restaram apenas oito (08) artigos. O referido levantamento tem como ponto de partida esta primeira aproximação, entretanto, dedicou-se a realizar um recorte com foco na discussão da dimensão teórico-metodológica, com o objetivo de identificar e analisar como a produção acadêmica recente tem debatido os impactos do neoliberalismo sobre os fundamentos teórico-metodológicos da profissão. O recorte dos artigos analisados evidencia como o neoliberalismo fragiliza a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social, promovendo fragmentação do conhecimento, tecnificação das práticas e neutralização da crítica. Em convergência, os autores encontrados reafirmam que resistir ao neoliberalismo exige a centralidade da totalidade, da historicidade e da práxis como fundamentos críticos, além da atualização teórica capaz de responder às contradições contemporâneas. Assim, a

profissão deve manter-se ético-politicamente engajada e comprometida com a transformação social.

4 Considerações Finais: A pesquisa, desenvolvida no primeiro ano de participação no projeto de pesquisa acima mencionado, possibilitou reflexões sobre os impactos do neoliberalismo na formação e no exercício profissional. Ancorada na Revisão Sistemática da Literatura (RSL) em construção, identificou-se que o neoliberalismo fragiliza os fundamentos críticos do Serviço Social, promovendo fragmentação do conhecimento, despolitização da ação e esvaziamento ético-político. Constatou-se a necessidade de reafirmar e atualizar criticamente os fundamentos da profissão, incorporando dimensões como raça, gênero, sexualidades, território e geração às mediações da luta de classes, além de ampliar análises comparativas com Portugal. Este resumo apresenta uma etapa inicial da pesquisa, que avançará com a coleta de dados empíricos e o diálogo com profissionais, visando fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social e sua função transformadora diante das investidas do capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Serviço Social; Formação Profissional.

Referências

HARVEY, David. **O Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre; BRAGA, Cilene Sebastiana da Conceição; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva (Org.). **Serviço social brasileiro em tempos regressivos:** formação e trabalho profissional em debate. São Paulo: Cortez, 2023.

(Re)conhecer e pertencer: uma análise do Projeto de Tutoria Discente no Instituto de Ciências Biológicas

Naslla Alexandrina Tembra[1]
Lucidia Fonseca Santiago[2]
Kaylane Victoria Pacheco de Matos[3]
William Silva Vieira[4]
Italo Ryei Cardoso Fujishima[5]

1 Introdução: As universidades públicas no Brasil têm vivenciado significativas transformações que se evidenciam a partir dos avanços nas políticas de reestruturação e expansão, como por exemplo, a política de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que destina 50% das vagas em Universidades e Institutos Federais para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e oriundos do ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012). Na Universidade Federal do Pará (UFPA) as estratégias voltadas para ampliar o acesso e garantir a permanência acompanham o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2016, que tem como missão: "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável" (UFPA, 2016). A principal iniciativa para a democratização do acesso na universidade ocorre através do Processo Seletivo Especial (PSE), resultando em maior diversidade de ingressantes Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q) e estrangeiros (PSE Migre) (UFPA, 2023). O Programa de Tutoria Discente da UFPA é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), que promove o acolhimento e a integração à vida universitária, com foco no acompanhamento de estudantes que enfrentam dificuldades acadêmicas que possam levar à retenção ou evasão. Fundamentado no modelo de tutoria por pares, o programa mobiliza discentes com bom

[1] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará. E-mail: nasllatembra.bio@gmail.com.
[2] Profa. Dra. Universidade Federal do Pará. E-mail: lucisant@ufpa.br.
[3] Graduanda em Letras - Português, Universidade Federal do Pará. E-mail: kaylanevictoriam@gmail.com.
[4] Graduando em Biomedicina, Universidade Federal do Pará. E-mail: william.vieira@icb.ufpa.br.
[5] Graduando em Biomedicina, Universidade Federal do Pará. E-mail: italorieio@gmail.com.

desempenho acadêmico, para atuarem como tutores, oferecendo suporte pedagógico aos estudantes tutorados (Morbach; Cordeiro, 2023). Desse modo, a tutoria cria uma relação aberta e humanizada centrada na escuta e no cuidado com o outro, funcionando como um método facilitador capaz de orientar, aconselhar e apoiar estudantes em sua formação acadêmica e no desenvolvimento pessoal (Andrade; Macedo; Denis, 2019), estabelecendo-se como uma política de permanência. Embora o projeto busque favorecer a inserção acadêmica dos estudantes, persistem barreiras educacionais e interculturais que dificultam seu pleno pertencimento. Este trabalho objetiva apresentar um panorama dos estudantes atendidos entre 2023 e 2025, analisando impactos, limites e potencialidades da iniciativa como política institucional.

2 Metodologia: Para esta pesquisa, foram levantados dados dos estudantes atendidos pelo Programa de Tutoria Discente do ICB/UFPA, no período de 2023 a 2025. Utilizando abordagem quantitativa-descritiva, elaborou-se uma tabela com base nos registros internos, apresentando as categorias analisadas.

3 Resultados e Discussão: Segundo os dados do Centro de Processos Seletivos – CEPS (UFPA), entre os anos de 2022 a 2024, houveram 252 estudantes indígenas e 1.303 estudantes quilombolas, totalizando 1555 ingressados no Processo Seletivo Especial (PSE) que é destinado a indígenas e quilombolas na UFPA, demonstrando que há um compromisso da instituição com o avanço das políticas afirmativas para a democratização do ensino. No Programa de Tutoria Discente foram identificados no total 32 estudantes atendidos no período selecionado para esse estudo, sendo eles 8 indígenas, 21 quilombolas e 3 estrangeiros (Tabela 1).

Tabela 1 - Estudantes atendidos pela Tutoria (2023 - 2025)

CATEGORIA	QUANTIDADE DE ALUNOS
INDÍGENAS	8
QUILOMBOLAS	21
ESTRANGEIROS	3
OUTROS	1005
TOTAL	1037

Os dados apontam que, embora o PSE favoreça a inserção de estudantes indígenas, quilombolas e estrangeiros na universidade, sua adesão ao Programa de Tutoria Discente no ICB ainda é reduzida. Entre os possíveis fatores estão o pouco tempo de vigência do projeto, o constrangimento em relatar dificuldades, a sobrecarga acadêmica, o choque cultural e as inseguranças decorrentes de preconceito e xenofobia. Soma-se a isso a ausência de dados oficiais consolidados sobre esse público, o que limita análises mais precisas. Apesar da baixa participação, observam-se avanços significativos nos indicadores acadêmicos, nas relações interpessoais, na oratória, no pensamento crítico, na autonomia dos estudos e na autoestima, evidenciando a relevância e eficácia do projeto.

4 Considerações Finais: Muitos são os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas, quilombolas e estrangeiros ao acessarem a Instituição de Ensino Superior, que vão desde as barreiras educacionais, econômicas e barreiras interculturais, sendo a última um importante obstáculo que, se não superado pode comprometer e aprofundar os demais, impossibilitando que esse estudante consiga alcançar o objetivo final de finalizar o curso. Para tanto, é de extrema necessidade que as instituições continuem investindo em projetos de permanência estudantil, como por exemplo o Programa de tutoria discente. Para a superação das problemáticas apresentadas, é necessário portanto maior divulgação e ações de acolhimento, assim como a adesão e apoio das faculdades que são atendidas pelo programa e necessidade de crescentes

esforços por parte da instituição para promover os saberes interculturais no ambiente universitário.

Palavras-chave: Educação superior; Populações tradicionais; Acompanhamento da aprendizagem; Inclusão; Permanência.

Referências

ANDRADE, Graça; MACEDO, Paula; DENIS, Teresa. Tutorias: uma forma de promover a adaptação dos estudantes ao ensino superior. *In*: GONÇALVES, Susana; COSTA, José Joaquim (Coord.). **Diversidade no ensino superior**. Coimbra: CINEP/IPC, 2019. p. 131–148.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

GONÇALVES, Susana; COSTA, José Joaquim. **Diversidade no ensino superior**. Coimbra: CINEP/IPC, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.26/47793. Acesso em: 19 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Políticas de ações afirmativas**. Belém, 27 nov. 2023. Disponível em: https://ufpa.br/politicas-de-acoes-afirmativas/#compartilhar. Acesso em: 19 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Programa de tutoria discente**. Elaboração e edição: Joelma Morbach; Renato Cordeiro. Belém: PROEG/UFPA, 2023. Acesso em: 15 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**: 2016–2025. Belém: UFPA, 2016. Disponível em: https://pdi.ufpa.br/pdis-anteriores/pdi-2016-2025. Acesso em: 13 ago. 2025.

Mulheres negras feirantes: aproximações etnográficas no bairro da Terra Firme, Belém-PA, Amazônia

Thais Pires Almeida[1]
Maria do Socorro Rayol Amoras[2]

1 Introdução: Esta discussão foi motivada pelas minhas vivências como uma jovem negra e periférica que, ao ingressar na universidade, começa a se apropriar da leitura e da escrita críticas, ou seja, de outras lentes para olhar a realidade ao meu redor. Essas lentes foram possíveis ao me deparar com a literatura de autoras negras e de autores negros. Assim, passei a me ver também como corpo de existência e resistência política. A partir de observações nas idas e vindas à feira, observava a quantidade de mulheres negras ambulantes na feira do bairro da Terra Firme, sendo a maioria entre os feirantes. O artigo reflete como as mulheres negras se tornam o público majoritário no trabalho informal no Brasil, consequentemente estão na ponta da busca ao acesso a benefícios e serviços ofertados pelas políticas públicas no Brasil.

2 Metodologia: Os caminhos teóricos e metodológicos que orientaram este trabalho partiram aproximações etnográficas a partir da observação participativa com uso de diário de campo e pesquisa bibliográfica para "olhar, ouvir e escrever" (Oliveira, 1996). A pesquisa visa compreender o impacto pós-pandemia no trabalho informal das feirantes no bairro da Terra Firme, no Município de Belém/Pa/Amazônia. Na condução dessa investigação buscou-se realizar uma intersecção entre raça, classe e gênero que atravessam mulheres feirantes. Os dados secundários foram produzidos através de documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

[1] Estudante de graduação em bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail:thaispires368@gmail.com.
[2] Doutora em Antropologia, professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: samoras@ufpa.br.

3 Resultados e Discussão: A pandemia Covid-19, acentuou a desigualdade social em todo o Brasil, em especial a população negra, atingida com maior impacto pela restrição social e corte de trabalhos formais (DIEESE,2020). A diferença étnico-racial no Brasil, se mostra presente com a falsa abolição da escravatura, perpetuada pelo mito da democracia racial, com o objetivo de equiparar as relações de igualdade entre negras/os e brancas/os (Amador, 2008). O bairro da Terra Firme, historicamente, construído de muitas resistências e lutas, durante o processo de ocupação em 1970, contudo, o povoado remonta ao período de escravização na Amazônia (Amoras; Nascimento, 2022). Em 2010, o censo do IBGE revelou que o bairro é majoritariamente habitado pela população negra. Na pesquisa de campo, pós- pandemia, pude observar que a feira contém uma grande quantidade de vendedoras/es de produtos hortifrutis entre outros. Os equipamentos de trabalho são precarizados, agravados pelas péssimas condições do espaço de venda e a falta de saneamento básico. O olhar atento mostrou a predominância de mulheres negras ambulantes na feira. As pesquisas e os dados oficiais, evidenciam que as mulheres negras enfrentam o maior percentual de trabalho informal no mercado de trabalho antes mesmo da pandemia, com a dupla jornada de tarefas domésticas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, “as mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação – menos de 50% em 2019”. Em comparação, no norte do país, o 2° trimestre de 2023, as mulheres negras ocupam 64,6% a informalidade e 28,7% a taxa de subutilização (PNAD-IBGE,2023). as mulheres enfrentam barreiras da escolaridade e da desigualdade social, perante a sociedade brasileira. No Pará, o maior percentual de beneficiárias no Programa Bora Belém criado em 2021, destinado para a população em vulnerabilidade social atingidas pela crise do covid-19, e regulamentado pela Lei nº 9.665, revela que 90,5% são mulheres. Para Patrícia Collins (2022) a interseccionalidade é à forma como as diferenças de classe, gênero, raça e sexualidade se intercruzam, estruturando um sistema de opressão que produz desigualdades.

Portanto, a trajetória de vida dessas mulheres tem muitas camadas de opressão: o racismo, o sexismo, a baixa escolaridade, a alfabetização tardia e, na fase adulta, muitas delas, desdobram-se para estudar, trabalhar fora e dentro do espaço doméstico e chefiar a família.

4 Considerações Finais: Ao trazer a realidade do trabalho informal das mulheres negras feirantes do bairro da Terra Firme, a interseccionalidade possibilitou compreender como os marcadores sociais estão imbricados nas opressões vividas por essas mulheres, antes invisibilizadas para mim mesmo estando entre elas. Deste modo, é possível refletir que a ausência de políticas públicas afirma-se como parte de um projeto maior de manutenção da desigualdade social centrada nas mulheres, em particular, nas mulheres negras periféricas. A interseccionalidade como uma ferramenta teórico-analítica capaz de compreender a universalidade e particularidades das opressões aponta como as políticas públicas devem considerar as experiências coletivas e individuais das mulheres de grupos diversos, pautadas na justiça racial e social.

Palavras-chave: Mulheres negras; Trabalho informal; Feiras livre; Belém (PA).

Referências

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Os herdeiros de Ananse:** movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

AMORAS, Maria; NASCIMENTO, Larissa Tuane Lima do. Mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família: o desafio da chefia familiar. **Gênero [Recurso Eletrônico]**, Niterói, RJ, v.22, n.2, jan./jun. 2022. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/64047. Acesso em: 15 ago. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias:** a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**. São Paulo, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE**. Elaboração, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html. Acesso em: 15 ago. 2025.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir e escrever. São Paulo: Editora Unesp, 1996

Diversidade na Pós-Graduação: a experiência do Processo Seletivo para Indígenas e Quilombolas no Programa de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará

Gabriel Silva Braga[1]

As ações afirmativas constituem políticas fundamentais para garantia da diversidade dentro das instituições públicas de ensino superior no Brasil, as quais Feres Júnior et al. (2018, p. 13) considera como "todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas". Diversas são as lutas dos povos tradicionais para garantir acesso às universidades, sobretudo os povos indígenas e quilombolas, os quais começaram a adentrar esses espaços a partir do começo do século XXI.

A institucionalização da lei 12.711/2012 foi crucial para efetivar o ingresso dessas populações nas universidades. No entanto, a garantia de reserva de vagas em algumas instituições não esperou lei federal, mas assegurou cotas por meio de resoluções internas em cursos de graduação. A Universidade Federal do Pará aprovou em 2009 o acesso para indígenas em processo seletivo específico na graduação e, em 2012, para quilombolas.

Anos mais tarde, essa política se mostrou positiva. Nesse sentido, busco compreender como essa política se refletiu na criação do Processo Seletivo para Indígenas e Quilombolas (PSIQ), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA), um edital de seleção próprio para estas populações acessarem o PPGSA cujo início ocorreu em 2020.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA), com ênfase em Antropologia. Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da UFPA. Membro do Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Corrêa de Assis (GEPI/UFPA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/6883535224214751. E-mail: gabriel.braga@ifch.ufpa.br.

Para realizar esta pesquisa, solicitei os dados sobre todos os discentes que usufruíram desta política pública à secretaria do PPGSA, dos anos de 2020 a 2024, tanto do mestrado, quanto do doutorado. Ressalto que o PSIQ é exclusivo para indígenas e quilombolas. Assim, as análises ocorreram a partir da estruturação das informações em tabelas e quadros, contudo, reforço que este estudo está em andamento.

Tabela 1 - Ingressos no PPGSA, área de concentração e nível de ensino entre 2020 e 2024

ANO DE INGRESSO	MESTRADO				DOUTORADO				TOTAL DE INGRESSOS POR ANO
	Antropologia		Sociologia		Antropologia		Sociologia		
	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	Indígena	Quilombola	
2020	-	05	-	01	-	-	-	-	**06**
2021	02	04	-	-	-	-	-	-	**06**
2022	-	03	-	01	01	02	-	-	**07**
2023	-	01	-	-	01	01	-	-	**03**
2024	02	02	-	-	-	03	-	01	**08**

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

Figura 1 - Quantidade de estudantes amparados com bolsa de incentivo à pesquisa

MESTRADO		DOUTORADO	
Indígena	**Quilombola**	**Indígena**	**Quilombola**
03	14	02	06

Fonte: Construída pelo autor e conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

A Tabela 1 reflete a quantidade de ingressantes ao longo de cinco anos, em que há um predomínio da presença de quilombolas sobre indígenas. Outrossim, há pretensão pela Antropologia em detrimento da Sociologia. Uma das possibilidades é a maior presença de quilombolas em cursos de ciências humanas na UFPA. Outrossim, a Figura 1 sintetiza quantos colegas conseguiram bolsas para estudar, mostrando que a permanência estudantil é uma preocupação assegurada pelo PPGSA.

Tabela 2 - Situação dos estudantes referente aos cursos entre os anos 2020 e 2024

SITUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL GERAL
Concluído	05	-	05
Cursando	13	08	21
Desistiu	02	01	03
Desligado	01	-	01
TOTAL GERAL	**21**	**09**	**30**

Fonte: Tabela construída pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

A Tabela 2 demonstra a situação dos colegas no PPGSA. Existem apenas duas desistências, mas não são relacionadas ao programa: uma colega havia passado no edital para o mestrado, mas já era mestra, tentou no ano seguinte para o doutorado e está cursando o PPGSA; outra colega recebeu proposta de emprego fora do Pará e optou por não cursar o mestrado. Até 2024, apenas cinco colegas concluíram o mestrado do total de 30 pessoas que usufruíram desta política pública.

Quadro 1 - Dissertações defendidas no PPGSA por estudantes oriundos do PSIQ

AUTORIA	OBRA	ANO DE DEFESA	TIPO DE PRODUÇÃO	ORIENTAÇÃO
Adrian Kethen Picanço Barbosa	Os tambores da África reverberam aqui: o Projeto Batuque como prática decolonial na Comunidade Quilombola de São Pedro dos Bois – AP	2022	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Andrea Cardoso e Cardoso	Quilombola e Pentecostal: a construção de um diálogo na comunidade Moju Miri (Pa)	2023	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Manoel Machado Ribeiro Filho	QUANDO O PESQUISADOR E O SUJEITO DA PESQUISA SÃO UM: Reflexividade Quilombola sobre Pesca, Conflito e Disputa na RESEX Ipaú-Anilzinho e TQ de Joana Peres (PA)	2024	Dissertação	Voyner Ravena Cañete
Ruth Cardoso Lima	Nosso Território, Nossas Regras! A Construção do Protocolo de Consulta como Instrumento Pedagógico e de Defesa do modo de vida no Território Quilombola de Moju Miri, Pará	2024	Dissertação	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Domingos do Carmo Ferreira Ribeiro	"Só falta chegar a hora do puxo": os saberes das parteiras - tradicionais em uma comunidade Quilombola na Amazônia Paraense	2024	Dissertação	Luciana Gonçalves de Carvalho

Fonte: Quadro construído pelo autor conforme dados fornecidos pela secretaria do PPGSA/UFPA.

As dissertações defendidas são todas de quilombolas e, pelo título, é possível perceber que se trata de estudos direcionados para as comunidades dos próprios discentes, o que demonstra um importante retorno para a coletividade. Conforme o Quadro 1 demonstra, o Prof. Dr. Rodrigo Peixoto é um dos docentes que acompanha estudantes que adentraram no programa por meio do PSIQ.

Portanto, a partir dos dados apresentados, procuro aprofundar meus estudos sobre quais as percepções dos estudantes quilombolas e indígenas sobre essa política pública e qual avaliação possuem sobre a efetividade do PSIQ. Trata-se de uma iniciativa institucional que existe apenas no PPGSA (enquanto seleção própria e específica), recente e que

carece de estudo para compreender o porquê de haver pouca demanda dos povos indígenas.

Buscarei, na construção da minha dissertação, aprofundar as proposições apresentadas neste resumo, bem como conversar com os colegas do meu programa (seja em entrevistas, seja por conversas informais) sobre o que avaliam acerca dessa política pública. No entanto, afirmo a necessidade dessa medida expandir para outros programas de pós-graduação da nossa universidade, como forma de continuar as iniciativas do processo seletivo específico que existe para os cursos de graduação da UFPA.

Referência

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L.A.; DAFLON, V.T.; VENTURINI, A.C. **Ação Afirmativa:** conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786599036477.

Cidades Amazônicas: Desigualdades Sociais, Direito à Cidade e Resistências Urbanas

Coordenadores(as)

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

Welson de Sousa Cardoso

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Nádia Socorro Fialho Nascimento

GT 8

Gestão Social e mediação de conflitos urbanos: atuação do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará frente à Macrodrenagem das bacias de Belém-PA

Moisés Rita Vasconcelos Junior[1]
Roselene de Souza Portela[2]
Camilly de Nazaré Sampaio Gonçalves[3]
Thayná dos Santos Souza[4]

1 Introdução: O processo de urbanização em Belém-PA tem sido marcado por grandes intervenções de infraestrutura, como a macrodrenagem das Bacias de Belém, que impactam diretamente comunidades vulnerabilizadas, sobretudo aquelas situadas em áreas de baixada. Apesar de apresentadas sob discursos de modernização e mitigação de riscos ambientais, tais obras frequentemente resultam em remoções forçadas, fragmentação territorial e agravamento das desigualdades socioespaciais. Neste contexto, o Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU) atua como mediador social e articulador político, fortalecendo a participação popular e defendendo o direito à cidade. Este relato de experiência decorre do plano de ação do Estágio Supervisionado I e II em Serviço Social, desenvolvido no âmbito do Programa de Reforma Urbana da UFPA (PARU), que atende à perspectiva de formação profissional prevista na Política Nacional de Estágio da ABEPSS ao articular ensino, pesquisa e extensão na direção do projeto ético- político da profissão. O objetivo é analisar e sistematizar práticas de gestão social voltadas à mediação de conflitos urbanos e à defesa de comunidades afetadas por obras de macrodrenagem.

2 Metodologia: A experiência ocorrerá entre agosto e dezembro de 2025, no campo de estágio do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU), contando com a participação de estagiários/as do 7º e 8º

[1] Doutorando PPGSS/UFPA. E-mail: moises.vasconcelos@outlook.com.br
[2] Docente e Pesquisadora PPGSS/UFPA. E-mail: roselene@ufpa.br
[3] Discente de Serviço Social FAS/UFPA. E-mail: camysampaio2312@gmail.com
[4] Discente de Serviço Social FAS/UFPA. E-mail: thaynassouza28@gmail.com

semestres do curso de Serviço Social. Trata-se de uma proposta de plano de ação integrada ao Programa de Reforma Urbana da UFPA (PARU), com caráter de assessoria a movimentos sociais. A metodologia adotada será qualitativa, orientada pela perspectiva crítico-reflexiva de relato de experiência como conhecimento científico (Mussi; Flores; Almeida, 2021), articulando: Descrição informativa: caracterização prévia do contexto urbano impactado pelas obras e da atuação institucional; Descrição referenciada: fundamentação em referenciais teóricos sobre direito à cidade (Lefebvre, 2001), reforma urbana (Maricato, 2011) e gestão social (Tenório, 2008); Descrição dialogada e crítica: construção de análises com base nas vivências de campo e na literatura especializada. As atividades planejadas incluem: participação em reuniões comunitárias e plenárias do FERU, visitas técnicas a áreas afetadas, registro e sistematização de demandas, análise de documentos públicos e apoio a ações formativas sobre legislação urbanística e justiça socioambiental. Todo o processo será acompanhado pela supervisão acadêmica e de campo, seguindo os princípios da Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática e o compromisso com a defesa dos direitos humanos.

3 Resultados e Discussão: Por tratar-se de uma experiência em andamento, os resultados aqui apresentados referem-se às perspectivas e contribuições esperadas a partir da execução do plano de ação. A inserção acadêmica no campo do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU), articulada ao Programa de Reforma Urbana da UFPA (PARU), deverá possibilitar: Fortalecimento da participação popular nas discussões e deliberações sobre as obras de macrodrenagem das Bacias de Belém-PA, potencializando a integração entre saberes técnicos e comunitários. Aprimoramento da mediação de conflitos urbanos, criando canais de diálogo e negociação entre comunidades atingidas, movimentos sociais e instâncias do poder público. Produção de conhecimento aplicado a partir da sistematização das vivências, utilizando a abordagem

do relato de experiência como ferramenta científica para subsidiar debates sobre reforma urbana, justiça socioambiental e direito à cidade. Qualificação da formação profissional das estagiárias, proporcionando experiências concretas de intervenção em contextos de vulnerabilidade socioespacial, conforme os princípios da Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010).

4 Considerações Finais: Espera-se que a atuação integrada FERU–PARU contribua para consolidar práticas participativas de gestão social, fortalecendo as resistências urbanas frente a grandes empreendimentos e ampliando a defesa dos direitos humanos no contexto amazônico.

Palavras-chave: Conflitos urbanos; Mediação; Macrodrenagem; Belém (PA).

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br. Acesso em: 15 ago. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUSSI, Ricardo; FLORES, Fábio; ALMEIDA, Juliana. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Ação de Estágio Supervisionado I e II**: Curso de Serviço Social, 2025. Documento interno.

Racismo religioso em terreiro de Mina: falhas da proteção estatal e o direito à cidade

Gabriele Francine Souza de Oliveira[1]
Fernanda Vitoria Cunha Monteiro[2]

1 Introdução: As cidades amazônicas reproduzem desigualdades históricas, que afetam diretamente comunidades tradicionais, como Povos Tradicionais de Matriz Africana, que também integram territórios urbanos. O terreiro, além de espaço religioso, constitui-se como lugar cultural e comunitário, mas enfrenta a dupla pressão do preconceito de vizinhos e das barreiras institucionais ao buscar proteção em delegacias ou medidas legais. Em junho de 2025, um terreiro de Mina, templo religioso de matriz africana no Pará, sofreu graves ataques de intolerância e racismo religioso por parte de uma vizinha. A sacerdotisa afirma que a que os incômodos já eram antigos, mas se intensificaram quando a vizinha, ao ver elementos ritualísticos em frente à casa da mãe de santo, passou a proferir discurso de ódio. Em julho do mesmo ano, a vizinha retornou, exigindo a retirada do fundamento religioso da frente do terreiro e, acompanhada do esposo, tentou agredir um filho de santo com um terçado, contando com a ajuda de familiares para intimidar a comunidade e tentar invadir o espaço. Na busca por efetivar suas denúncias, a mãe de santo e seus filhos de santo encontraram diversos obstáculos impostos pela rede de proteção do estado, o que dificultou o início da judicialização da denúncia. Dessa forma, junto a outros terreiros do estado, a Mãe de Santo vem se articulando em protesto aos ataques e a desproteção estatal. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica da necessidade de expor como o racismo religioso, manifestação persistente de violência contra religiões de matriz africana no Brasil, se atualiza nos aparatos institucionais, perpetuando um processo de genocídio e etnocídio do povo negro e de suas culturas (Carneiro, 2023).

[1] Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pará, francineoliveira.ses@gmail.com
[2] Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pará, Fernandamonteiro.ufpa@gmail.com

Pretende-se analisar este caso a partir das dimensões de violência, silenciamento e resistência a sob a ótica da interseccionalidade (Crenshaw, 1991), demonstrando como evocam outras estratégias de resistência coletiva (Nascimento, 2019). Assim, este estudo evidencia que as cidades amazônicas não são igualmente acessíveis a todos os grupos sociais, uma vez que a populações negras e tradicionais seguem tendo seus direitos urbanos negados, sendo obrigadas a resistir para afirmar sua existência no espaço da cidade. O presente trabalho analisa um episódio específico de perseguição e desproteção estatal vivido por um terreiro de Mina em Belém. Entretanto, este estudo de caso é parte de uma investigação maior, que acompanha outros terreiros da região metropolitana de Belém, cujos também foram vítimas de racismo religioso e que, diante da ausência de proteção estatal, vêm construindo estratégias coletivas de denúncia e mobilização para garantir sua sobrevivência.

2 Metodologia: Este estudo trata-se de um estudo de caso qualitativo, construído a partir da experiência vivida em um terreiro de Mina no estado do Pará, vítima de racismo religioso e de desproteção estatal. Para a produção dos dados foram utilizados dois procedimentos principais, analisados sob a ótica da interseccionalidade: a narrativa experiencial, inspirada na "escrevivência" de Conceição Evaristo (2005), que reconhece a memória como fonte legítima de conhecimento; e uma entrevista semiestruturada com a mãe de santo, liderança diretamente envolvida com o episódio relatado. O roteiro de perguntas abordou o histórico de perseguições, as tentativas de denúncia, percepções sobre as intersecções entre racismo, gênero e intolerância religiosa, bem como estratégias de (re)existência da comunidade do terreiro. Além da análise das narrativas de experiência e da entrevista com a liderança religiosa, é importante ressaltar que este estudo está inserido em uma pesquisa mais ampla que acompanha diferentes terreiros da região metropolitana de Belém. Essas comunidades igualmente atingidas pelo racismo religioso e pela omissão estatal, têm se articulado em ações coletivas de denúncia,

seja por meio de redes de terreiros, seja em diálogo com movimentos sociais e instituições de defesa de direitos.

3 Resultados e Discussão: A sacerdotisa relata que foi acusada de “coisa do diabo”, sofreu calúnia, ameaças físicas e tentativas de invasão ao terreiro, além de perseguição verbal constante. Essa demonização das religiões afro-brasileiras remete ao que Abdias Nascimento (2019) denuncia ao afirmar que a continuidade do processo de etnocídio contra o povo negro, em que não apenas corpos, mas também culturas, espiritualidades e territórios negros são atacados. Dessa forma, compreende-se que o espaço de terreiro para o autor é um dos “quilombos contemporâneos”, espaços de resistência à violação colonial e às perseguições modernas. Sueli Carneiro (2023) explica que as instituições estabelecem um conjunto de práticas que não se limitam ao preconceito individual, mas estruturam a exclusão racial dentro do funcionamento do Estado. A inércia das delegacias, ou sua seletividade não são neutras, elas produzem uma desproteção específica para comunidades negras e de terreiro que reforçam suas vulnerabilidades. Isso é o que se pode perceber quando a liderança religiosa relata que encontrou delegacias fechadas, ausência de delegados, falta de atenção e recusa em conceder medida protetiva. Nesse contexto, também é importante destacar que essa violência não pode ser lida somente como intolerância religiosa, mas como o resultado da intersecção das violências de raça e de gênero, uma vez que a mãe de santo relata que sua denúncia só começou a ter andamento quando um advogado se envolveu. Enquanto “mulher negra e mãe de santo” sentiu que não foi levada à sério. Kimberlé Crenshaw (1991) nomeia essa sobreposição de opressões (raça, gênero, religião e classe) como interseccionalidade, que torna possível analisar como mulheres negras são invisibilizadas diante dos sistemas de proteção do estado. Mesmo diante do luto, perseguição e medicação para dormir, a sacerdotisa afirma que “a fé me mantém de pé... insistir, persistir, mas desistir nunca”. Aqui encontramos o que Conceição Evaristo (2017) chama de escrevivência: narrar a dor e a resistência a partir da própria

experiência, transformando vivências em memória coletiva e força política. O terreiro, descrito por ela como “espaço de resistência, memória e ancestralidade”, é também um lugar de (re)existência, onde o sofrimento se ressignifica como aprendizado e coragem.

4 Considerações Finais: O caso analisado evidencia como o racismo religioso se expressa não apenas em agressões físicas e simbólicas, mas também na ausência de respostas institucionais. Apesar das denúncias realizadas, até o presente momento não houve andamento efetivo no judiciário, revelando a morosidade e a seletividade de um sistema que frequentemente negligencia as demandas das comunidades negras e tradicionais. Essa lentidão reforça a vulnerabilidade das populações de terreiro, que permanecem desprotegidas diante de ameaças concretas. Ao mesmo tempo, a resistência da mãe de santo e de sua comunidade reafirma o terreiro como espaço de (re)existência, memória e ancestralidade, em consonância com a tradição de luta quilombista. O estudo aponta, assim, para a necessidade de fortalecer políticas públicas de enfrentamento ao racismo religioso e de garantir a efetividade do direito à cidade para todos os grupos sociais. Por se tratar de um processo em curso, este trabalho não encerra a análise, mas abre caminho para um acompanhamento continuado da trama, de modo a registrar os desdobramentos judiciais e comunitários. Dessa forma, a pesquisa se mantém atenta às múltiplas dimensões da violência e da resistência, reafirmando a importância de dar visibilidade às vozes das Amazônias que lutam contra o silenciamento e pela garantia de seus direitos fundamentais. Ressalta-se que este estudo integra uma investigação mais ampla sobre racismo religioso em terreiros amazônicos, em que se observa que a violência e a desproteção estatal não são fatos isolados, mas parte de uma estrutura que nega direitos às populações negras tradicionais. Diante disso, diversos terreiros têm se articulado coletivamente, denunciando em instâncias alternativas, construindo redes de solidariedade e fortalecendo estratégias de resistência urbana. O caso aqui apresentado, ainda em curso no judiciário, será

acompanhado juntamente com os demais, como forma de registrar os desdobramentos judiciais e comunitários dessa luta coletiva por reconhecimento e direito à cidade.

Palavras-chave: Racismo religioso; Culto Mina; Direito à cidade.

Referências

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CRENSHAW, Kemberlé Williams. **Mapping the Margins:** Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review, 1991.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3ª ed. São Paulo, Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

Cidade em movimento: aproximações etnográficas no trajeto do ônibus UFPA-Pedreira em Belém/PA

Samuel Santos de Brito[1]
Daniel Roberto Rocha Sousa[2]
Maria do Socorro Rayol Amoras[3]

1 Introdução: A pesquisa tem como objetivo analisar as diferenças socioespaciais presentes ao longo do trajeto do ônibus UFPA–Pedreira em Belém/PA que percorre diversos bairros, partindo do Terminal Rodoviário da UFPA, no bairro do Guamá, até o bairro da Pedreira. O recorte espacial contempla bairros periféricos e áreas centrais da cidade, permitindo observar contrastes significativos em termos de infraestrutura, composição racial e dinâmica social. O estudo se valeu da experiência, do olhar, do ouvir e do escrever, em uma perspectiva etnográfica, buscando compreender as desigualdades sociais nas relações entre o espaço urbano e as vivências cotidianas.

2 Metodologia: A produção de dados ocorreu entre dezembro de 2024 e março de 2025, por meio de observação participativa no trajeto do ônibus UFPA–Pedreira. As informações foram registradas no diário de campo e organizadas de forma descritiva e reflexiva, orientadas pelos princípios metodológicos de Oliveira (1996). Tal organização das informações permitiu a análise dos dados produzidos acerca do espaço urbano e das interações sociais, com atenção às marcas materiais e simbólicas das desigualdades socioespaciais na cidade de Belém/PA.

3 Resultados e Discussão: As observações revelaram diferenças marcantes entre os bairros periféricos (Guamá, Condor, Jurunas, Cremação) e as áreas centrais (Batista Campos, Campina, Reduto,

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: samuelsantos3866@gmail.com.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: danielrobertosousa12@gmail.com.
[3] Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: samoras@ufpa.br

Umarizal). Nos primeiros, predomina a construção de moradias simples, muitas vezes feitas de madeira ou sem manutenção externa recente, com pouca arborização e infraestrutura urbana limitada. Em alguns pontos, como na Avenida Bernardo Sayão, no Guamá, residências localizam-se em áreas de difícil acesso e próximas a valas a céu aberto, evidenciando condições precárias de saneamento e mobilidade. Já nos bairros centrais, encontram-se moradias mais sofisticadas, com calçadas e vias bem cuidadas, frequente manutenção e presença significativa de áreas verdes, refletindo investimentos públicos e privados que não se distribuem de forma equitativa pelo território urbano. Essas desigualdades também se materializam na composição racial e nas representações sociais associadas aos bairros. Nas áreas periféricas, observou-se uma maior presença de pessoas que podem ser racialmente identificadas como negras, enquanto nos bairros centrais predomina a população branca. Essa divisão histórica reflete processos de segregação e marginalização, nos quais o estigma que associa periferia à violência e à pobreza reforça a naturalização das desigualdades socioespaciais. Conforme Mbembe (2019), a distribuição desigual do espaço e dos recursos urbanos pode ser compreendida como uma forma de necropolítica, em que determinadas populações são sistematicamente expostas à precariedade e à vulnerabilidade. Além disso, segundo Iamamoto (2013), a configuração dos espaços sócio-ocupacionais evidencia como a desigualdade estrutural se reproduz por meio da distribuição diferenciada de infraestrutura, serviços e oportunidades, legitimando a exclusão social e racial presente nos territórios urbanos. Outro aspecto que ilustra as disparidades é a distribuição e o acesso aos serviços educacionais, pois verificou-se que escolas privadas se concentram em regiões centrais, atraindo estudantes majoritariamente brancos, que se deslocam em veículos particulares. Nessas áreas, é comum o congestionamento em horários de entrada e saída das aulas devido ao grande número de carros estacionados. Em contrapartida, nos arredores das escolas públicas, situadas nas regiões periféricas do trajeto, predomina a circulação de estudantes pardos, que dependem do

transporte coletivo, aguardando em pontos sem cobertura ou assentos adequados. Essas diferenças revelam que, para além da infraestrutura física, há um acesso desigual às oportunidades educacionais, reforçando as barreiras de mobilidade social. Apesar das disparidades, a pesquisa evidenciou que a periferia também é espaço de produção cultural e resistência. No Guamá e no Jurunas, por exemplo, registraram-se faixas anunciando festas de aparelhagem, típicas da cultura periférica paraense, bem como observaram-se grafites e pinturas artísticas em muros e fachadas visíveis das paradas de ônibus. Esses elementos revelam a capacidade das comunidades de ressignificar o espaço urbano e afirmar identidades culturais, mesmo diante de um cenário de negligência e desigualdade. Esse olhar sobre a cultura periférica reforça a necessidade de superar visões reducionistas e preconceituosas, transformando o "exótico em familiar" (Velho, 1978). Por fim, a análise mostrou que também é preciso estranhar as consideradas áreas centrais das cidades, isto é, problematizar as naturalizações homogeneizantes dos "centros urbanos", aqueles tradicionalmente associadas à modernidade e ao progresso. No trecho da Rua Municipalidade, entre Reduto e Umarizal, foi possível observar que, enquanto pessoas brancas se dirigiam a academias ou universidades particulares, utilizando roupas de marca e celulares sofisticados, trabalhadores e estudantes aguardavam o ônibus em pontos precários, sem qualquer estrutura de conforto. Esse contraste evidencia que processos de precarização e exclusão não são exclusivos da periferia, mas também atravessam os centros urbanos.

4 Considerações Finais: O trajeto do ônibus UFPA–Pedreira expõe as desigualdades socioespaciais de Belém, materializadas nas diferenças de infraestrutura, composição racial e acesso a serviços. A análise revelou que essas disparidades, frequentemente naturalizadas, tornam-se visíveis quando observadas criticamente, permitindo compreender a cidade como um espaço complexo, atravessado por hierarquias e resistências. Reconhecer a periferia como território de produção cultural e identidade, assim como problematizar as contradições presentes nas

áreas centrais, é fundamental para romper com estereótipos e revelar múltiplos sentidos. O exercício da aproximação etnográfica nos permitiu desvelar percepções naturalizadas sobre o "Outro", o que contribuiu para compreender a realidade das diferenças e dinâmicas sociais que estruturam os espaços urbanos, apesar de imperceptíveis na vida cotidiana dos que vivem na segregação da cidade.

Palavras-chave: Desigualdades socioespaciais; Mobilidade urbana; Aproximação etnográfica; Cultura periférica; Belém/PA.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempos de capital fetiche:** a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais. São Paulo: Cortez, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: André Telles. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir e escrever. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Conflitos socioambientais e disputas territoriais no Baixo Acará (PA): resistência comunitária e estratégias de enfrentamento ao projeto de aterro sanitário na interface entre Acará e Bujaru.

Pedro Coutinho da Costa[1]
Kézia Rodrigues Souza[2]

1 Introdução: A proposta de implantação de um aterro sanitário na divisa entre Acará e Bujaru, no Pará, configura-se como conflito socioambiental paradigmático das disputas territoriais na Amazônia contemporânea. O empreendimento, idealizado pela Terraplena, pretende receber resíduos sólidos de municípios da Região Metropolitana de Belém, reproduzindo um padrão de destinação desigual de riscos e passivos ambientais, em que áreas periféricas e ocupadas por populações tradicionais funcionam como zonas de sacrifício. Mais de 30 comunidades quilombolas, ribeirinhas e agrícolas podem ser afetadas, incluindo a comunidade quilombola Menino Jesus, situada a 500 metros da área projetada, com titulação parcial do território em 2024 (Malungu, 2024). Com base no materialismo histórico-dialético, interpreta-se o caso como expressão das contradições estruturais do desenvolvimento capitalista na Amazônia, marcado pela apropriação desigual de recursos e pela produção seletiva do espaço. O racismo ambiental (Bullard, 1990) é evidenciado na escolha do local, que ameaça nascentes e o Rio Guamá, vitais à reprodução social, cultural e produtiva das comunidades. Tomada sem consulta prévia, livre e informada, a decisão viola normas nacionais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010), agravando a injustiça socioambiental. O direito à cidade (Lefebvre, 1968) amplia a análise, situando a disputa como reivindicação pela permanência no território e preservação de bens comuns essenciais à reprodução social quilombola e à manutenção de cadeias produtivas tradicionais. Redes de apoio, com destaque para a Malungu

[1] Graduando em Serviço Social Universidade Federal do Pará. E-mail: pedro.coutinho.costa@icsa.ufpa.br
[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: kezia.souza@icsa.ufpa.br

(Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), que articula e representa comunidades quilombolas em todo o estado, e a Arquia, organização voltada à defesa de direitos territoriais e ambientais de povos tradicionais na Amazônia, desempenham papel central na resistência, articulando ações judiciais, mobilização política e campanhas de denúncia em mídias digitais, contestando narrativas desenvolvimentistas que desconsideram o protagonismo comunitário. Este estudo tem como objetivo analisar a implantação do aterro sanitário no Baixo Acará e as estratégias de resistência comunitária, à luz do racismo ambiental e do direito à cidade, propondo ainda reflexões sobre alternativas sustentáveis de gestão de resíduos que respeitem os direitos territoriais das populações tradicionais.

2 Metodologia: A pesquisa adota abordagem qualitativa, orientada pelo materialismo histórico-dialético, para compreender as contradições estruturais do conflito. Foram realizadas análise documental, revisão teórica e triangulação de dados com base em fontes públicas, incluindo publicações da Malungu no Instagram, registros de mobilização comunitária, reportagens jornalísticas e legislação pertinente, especialmente a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3 Resultados e Discussão: A análise do conflito no Baixo Acará evidencia a concretização do racismo ambiental na seleção do local destinado à implantação do aterro sanitário. A proximidade do empreendimento com a comunidade quilombola Menino Jesus – apenas 500 metros – expõe a seletividade espacial que caracteriza políticas públicas excludentes, nas quais territórios racializados são sistematicamente destinados à alocação de atividades perigosas ou indesejadas (Bullard, 1990). Os impactos diretos e indiretos sobre as fontes hídricas, sobretudo o Rio Guamá, constituem ameaça grave à reprodução social, cultural e produtiva das comunidades, que dependem desses recursos para agricultura, pesca e

práticas tradicionais. A ausência de consulta prévia, livre e informada, conforme determinam a legislação nacional (Brasil, 2010), revela a persistência de mecanismos colonialistas de gestão territorial, que ignoram a autonomia e o direito à participação das comunidades afetadas. Essa violação não é um acidente, mas um traço estrutural de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses econômicos em detrimento de direitos fundamentais. Em resposta, a organização Malungu tem articulado um conjunto diversificado de estratégias de resistência, materializando, na prática, a luta pelo direito à cidade e ao território (Lefebvre, 1968). Tais estratégias incluem a judicialização do conflito, a mobilização política em instâncias municipais e estaduais, e a utilização crítica das mídias digitais como instrumento de denúncia e visibilização. Campanhas online, lideradas pela Malungu, têm logrado amplificar vozes tradicionalmente silenciadas, pressionando agentes públicos e privados e construindo solidariedades em escala nacional e internacional. Essa resistência organizada desafia narrativas hegemônicas de desenvolvimento e progresso, afirmando o protagonismo comunitário na defesa de seus territórios e na proposição de alternativas fundadas em justiça socioambiental.

4 Considerações Finais: O presente estudo demonstra que o conflito em torno do aterro sanitário no Baixo Acará transcende uma disputa localizada, revelando contradições profundas do modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia. Identifica-se que as políticas de gestão de resíduos sólidos no estado do Pará tendem a reproduzir injustiças ambientais ao negligenciarem os direitos territoriais de comunidades tradicionais, tratando seus territórios como disponíveis para a destinação de externalidades negativas do urbano. A resistência organizada pela comunidade Menino Jesus, com o apoio fundamental da Malungu e de outras entidades, configura um contraponto essencial às lógicas hegemônicas de gestão territorial, reafirmando o direito à cidade e ao território como eixos centrais das lutas por justiça ambiental na Amazônia. Conclui-se pela urgência de reformulações substantivas nas

políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos e ao ordenamento territorial, de modo a incorporar efetivamente os princípios da justiça ambiental, da participação comunitária e do reconhecimento dos direitos coletivos. Como perspectivas para pesquisas futuras, sugerem-se estudos comparativos que analisem estratégias de resistência em conflitos análogos em diferentes regiões da Amazônia, bem como investigações avaliativas sobre a efetividade dos instrumentos legais de proteção territorial na prática cotidiana.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Direito à cidade; Resistência comunitária; Conflito socioambiental.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília.

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

MALUNGU. **Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará**. Publicações no Instagram, 2024–2025.

Cidades amazônicas e direito à cidade: experiência formativa em Revisão Sistemática de Literatura no Serviço Social

Roselene de Souza Portela[1]
Lidiane Maria Siqueira David[2]
Giselle Cruz de Brito[3]
Jakeline da Conceição Oliveira Miranda[4]
Lucas Wellington da Silva Silva[5]

1 Introdução: As cidades amazônicas configuram-se como espaços marcados por profundas desigualdades socioespaciais, nas quais o direito à cidade é tensionado por processos históricos de ocupação, exclusão e resistência (Portela, 2005). Nesse cenário, a produção e sistematização de conhecimento científico são fundamentais para subsidiar práticas e políticas públicas comprometidas com a justiça social e a democratização do espaço urbano. O presente trabalho origina-se de uma oficina de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) desenvolvida por discentes de Pós-Graduação em Serviço Social vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) e ao Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) da Universidade Federal do Pará. O objetivo central foi qualificar e capacitar pesquisadores através da aplicação da RSL como instrumento metodológico para analisar criticamente produções científicas sobre desigualdades urbanas, direito à cidade e resistências sociais no contexto amazônico. Por fim, buscou-se promover uma leitura sistemática da literatura existente de modo a oferecer um subsídio para novas agendas de pesquisa que dialoguem com os desafios do espaço urbano na Amazônia.

[1] Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, roselene@ufpa.br
[2] Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, lididvd@gmail.com
[3] Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, giselle.brito@icsa.ufpa.br
[4] Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, jakeline.miranda@icsa.ufpa.br
[5] Mestrando em Serviço Social pela Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, lucwel.silva@gmail.com

2 Metodologia: A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tendo como procedimento central a Revisão Sistemática de Literatura (RSL). O protocolo utilizado, adaptado de dissertação do PPGSS, orientou as etapas aplicadas e foi apresentado na oficina realizada em julho de 2025, articulando teoria e prática. Segundo Galvão, Pluye e Ricarte (2017), o processo envolveu: formulação da questão norteadora; definição de descritores; seleção das bases (Portal CAPES e Repositório UFPA); aplicação de critérios; triagem por títulos e resumos; leitura integral e sistematização dos dados. Foram incluídos estudos em português, de acesso aberto, publicados entre 2014 e 2024, relacionados à Amazônia e/ou ao Brasil, sobre regularização fundiária, direito à cidade, direito à moradia, gênero e movimentos sociais urbanos. Excluíram-se duplicados, trabalhos sem pertinência ou de outros territórios.

3 Resultados e Discussão: A busca inicial realizada na RSL resultou em 1.165 estudos, dos quais 29 foram pré-selecionados e 12 compuseram a amostra final após aplicação rigorosa dos critérios. Os estudos abarcaram temas como: 1. Regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S) e sua efetividade na garantia do direito à moradia; 2. Perspectivas de gênero no debate sobre direito à cidade; 3. Movimentos sociais e lutas por moradia no contexto amazônico; 4. Desigualdades socioespaciais em cidades médias e grandes da Amazônia. Os achados indicaram que, embora haja avanços na incorporação do direito à cidade nas políticas públicas, persistem lacunas quanto à transversalidade de gênero, raça e classe. Esse dado pode ser observado no Quadro 1. Observou-se que abordagens interseccionais – como feminismo negro, feminismo indígena e transfeminismo – ainda são incipientes, mas fundamentais para compreender as resistências urbanas na região. Estudos sobre regularização fundiária apontaram a necessidade de integrar dimensões urbanísticas e fundiárias para efetividade das políticas. Além disso, identificou-se concentração de pesquisas nas

capitais, não revelando produções sobre cidades na Amazônia. Esse dado se expressa no Quadro 2.

Quadro 1 – Combinações de descritores e pré-seleção de estudos Combinação de Descritores

Combinação de Descritores	Base de Dados	Estudos Encontrados	Estudos Pré-selecionados
Regularização fundiária + gênero	CAPES	7	1
	RIUFPA	306	4
Regularização fundiária + direito à moradia	CAPES	47	10
	RIUFPA	85	7
Regularização fundiária + Amazônia	CAPES	60	4
	RIUFPA	475	8
Direito à cidade + mulheres	CAPES	44	7
	RIUFPA	141	3

Fonte: Elaboração própria a partir da execução da RSL (2024).

Quadro 2 – Síntese de estudos sobre gênero, direito à cidade e Amazônia

Título	Local de Publicação	Ano	Principais Resultados
As mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea	Marília-SP	2019	Espaços públicos pouco democráticos para mulheres; necessidade de repensar o direito à cidade rumo à igualdade e diversidade.
A invisibilização das mulheres e o direito à cidade	Guanambi-BA	2022	Importância de uma agenda urbana com perspectiva de gênero para superar marginalização.
Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade	Florianópolis-SC	2018	Relevância de abordagens interseccionais (feminismo negro, indígena, transfeminismo) nas lutas urbanas.
Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia	São Paulo-SP	2019	Diferenças de gênero articuladas às desigualdades de classe e raça nas lutas por moradia.

Fonte: Elaboração própria a partir da execução da RSL (2024).

4 Considerações Finais: A oficina demonstrou o potencial da RSL como ferramenta metodológica e formativa para o Serviço Social, permitindo não apenas sistematizar o conhecimento existente, mas também identificar lacunas e orientar futuras investigações. Conclui-se que a aplicação desse método fortalece a prática investigativa comprometida com a transformação social e com a efetivação do direito à cidade na Amazônia. Recomenda-se ampliar estudos em cidades médias e pequenas da região, com recortes interseccionais mais robustos, e incentivar a integração entre academia, movimentos sociais e políticas públicas para enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: Cidades Amazônicas; Direito à Cidade; Desigualdades Socioespaciais; Revisão Sistemática de Literatura.

Referências

GALVÃO, Maria Cristina Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879. Acesso em: 15 ago. 2025.

PORTELA, Roselene de Souza. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas:** a experiência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém-PA). 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

Produção habitacional e déficit de moradia na Região Metropolitana de Belém: reflexões a partir do Programa Minha Casa Minha Vida

Welson de Sousa Cardoso[1]
Lidiane Maria Siqueira David[2]
Luana Michely Cardoso Barros[3]
Jakeline da Conceição Oliveira Miranda[4]
Simone Santos da Silva[5]

1 Introdução: A relação entre capitalismo e cidade, marcada pela segregação socioespacial, remonta às revoluções industriais e se atualiza na contemporaneidade com a financeirização da moradia. Segundo Harvey (2011), boa parte das crises econômicas recentes têm origem na especulação imobiliária, o que evidencia a centralidade da habitação no processo de acumulação do capital. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade ultrapassa o acesso à infraestrutura e implica a possibilidade de transformar o espaço urbano em território de convivência digna, contrapondo-se à sua mercantilização. No Brasil, a urbanização desigual consolidou territórios com altos índices de exclusão habitacional, especialmente nas regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Belém (RMB), a precariedade do acesso à moradia adequada reflete tanto o déficit quantitativo de habitações quanto o déficit qualitativo, sobretudo a inadequação fundiária e urbanística. Este estudo tem como objetivo analisar a produção habitacional na RMB, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e seus reflexos na redução ou manutenção do déficit habitacional.

2 Metodologia: O presente texto apresenta os primeiros levantamentos e reflexões sobre uma pesquisa em andamento intitulada “O Programa

[1] Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, cardoso@ufpa.br
[2] Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, lidiane.david@icsa.ufpa.br
[3] Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, luana7michelle@gmail.com
[4] Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, jakeline.miranda@icsa.ufpa.br
[5] Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, simonesilva@ufpa.br

Minha Casa Minha Vida: levantamento da produção habitacional nos municípios da RMB" no âmbito do Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), coordenado pelo professor Welson de Sousa Cardoso tendo como colaboradores as professoras pesquisadoras do GPPUMA e discentes de graduação e pós-graduação, a pesquisa utiliza abordagem mista, orientada pela perspectiva histórico-crítica. Segundo Minayo (1994), o método qualitativo permite captar as mediações sociais que estruturam o objeto em sua totalidade, complementando as análises quantitativas. Assim, foram direcionados: 1. Levantamento documental em órgãos estaduais e federais (Companhia de Habitação do Pará – COHAB, Ministério das Cidades, secretarias municipais de habitação); 2. Análise de dados secundários (Censos Demográficos do IBGE 2000, 2010 e 2022; Fundação João Pinheiro); 3. Sistematização de empreendimentos habitacionais do PMCMV nos últimos 15 anos; 4. Construção de indicadores sociais urbanos relativos ao déficit e à inadequação fundiária. A base teórica apoia-se em autores que discutem a relação entre Estado, cidade e desigualdade, como Santos (1996), Maricato (2000) e Ribeiro (2006), articulando elementos históricos, políticos e sociais da questão habitacional.

3 Resultados e Discussão: A análise demonstra que a RMB apresenta déficit habitacional significativo. Em 2010, segundo a Fundação João Pinheiro (2013), a região contabilizava cerca de 105.976 moradias em falta, sendo Belém a terceira capital com maior déficit relativo (19,7%). Esse cenário reflete, como aponta Ribeiro (2006), os processos de segregação socioespacial, nos quais as camadas populares são empurradas para áreas periféricas e de baixa infraestrutura. A implementação do PMCMV contribuiu para ampliar a produção habitacional, mas revelou limites. Muitos empreendimentos foram construídos em áreas periféricas, sem infraestrutura urbana adequada, reproduzindo desigualdades. Dessa forma, Maricato (2000) destaca que a política habitacional brasileira historicamente privilegia a quantidade

em detrimento da qualidade, o que reforça processos de exclusão. Além disso, a regularização fundiária mostrou-se insuficiente. Para tanto, Santos (1996) enfatiza que a urbanização periférica no Brasil combina precariedade de serviços com ausência de garantias jurídicas, comprometendo a efetivação do direito à moradia. Por outro lado, a reestruturação recente do Ministério das Cidades (2023) abre novas possibilidades de retomada da política habitacional em bases mais integradas, o que poderá, em médio prazo, contribuir para enfrentar o déficit na RMB.

4 Considerações Finais: Os resultados evidenciam que, embora o PMCMV tenha ampliado o número de moradias, não foi capaz de reduzir de forma estrutural o déficit habitacional da RMB, nem superar as condições de inadequação urbana e fundiária. Reitera-se que o enfrentamento da questão exige políticas públicas articuladas, intersetoriais e sustentadas por investimentos em infraestrutura e regulação fundiária. Conclui-se que a luta pelo direito à cidade, como afirma Lefebvre (2001), envolve não apenas o acesso à moradia, mas a transformação do espaço urbano em território inclusivo e democrático. Para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise dos dados do Censo 2022, avaliando a eficácia das políticas habitacionais recentes e suas implicações na redução das desigualdades urbanas.

Palavras-chave: Habitação social; Déficit habitacional; Urbanização; Política pública; Região Metropolitana de Belém.

Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Brasília, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília *et al.* **A Cidade do Pensamento Único:** Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. Saúde em Debate 46. 3a ed. SP/RJ: 1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Segregação residencial e políticas públicas:** análise do espaço social da cidade na gestão do território. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrópoles/UFRJ, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Direito à cidade, segregação e equidade territorial em Belém

Luã Gustavo das Neves Oliveira[1]
Marinalva Cardoso Maciel[2]
Welson de Sousa Cardoso[3]

1 Introdução: O presente artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso, intitulado "Direito à cidade, segregação e equidade territorial em Belém: elaboração e análise de um indicador socioespacial", que abordou a complexa realidade urbana do município de Belém, no Pará, que, com uma população de 1.303.403 habitantes, é historicamente marcada por um processo de segregação socioespacial. Esse fenômeno, comum em diversas cidades globais, resulta na privação de acesso a serviços e equipamentos urbanos adequados para a população de baixa renda, enquanto uma parcela mais abastada desfruta de melhores condições de vida e infraestrutura. Essa dinâmica intensifica divisões e perpetua desigualdades socioeconômicas e territoriais. A pesquisa surgiu da necessidade de aprofundar a compreensão sobre as relações entre as classes trabalhadoras e o capital no contexto urbano, e como essas relações se manifestam no espaço. O estudo buscou fornecer uma base sólida para a comparação entre bairros, visando dimensionar as diferenças na equidade territorial. Tem por objetivo principal a construção, análise e espacialização de um indicador socioespacial de equidade territorial. Para isso, o trabalho buscou produzir um índice social que agregasse variáveis que melhor descrevem a relação entre os 71 bairros e os distritos de Belém, permitindo a comparação do grau de equidade territorial entre eles. Deste modo verificou-se que a segregação em Belém não se limita a questões de acesso, mas também restringe oportunidades de desenvolvimento e progresso social, comprometendo a coesão social e a sustentabilidade urbana. O estudo destaca que a segregação é "o marcador urbano da injustiça social" e que a garantia de equidade territorial é, de fato, um direito à cidade.

[1] Estatístico. E-mail: lu.dasneves@gmail.com
[2] Prof. Drª. Faculdade de Estatística. E-mail: marinalvamaciel@gmail.com
[3] Prof. Drº. Faculdade de Serviço Social. E-mail: cardosow5@gmail.com

2 Metodologia: O estudo adota uma abordagem de pesquisa exploratória para a construção e análise de um indicador socioespacial. Os dados quantitativos foram coletados principalmente através do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de referências em livros, relatórios, artigos e teses. Para o tratamento estatístico e a construção do índice, foram utilizados softwares como EXCEL, ArcGIS 10.7 e SPSS. O indicador foi construído com base em três grandes categorias, adaptando um modelo de pesquisa anterior: Separação Espacial: Relacionada à distância do centro, com os bairros categorizados de 0 (centro histórico, Distrito DABEL) até os mais distantes (Distritos DABEN, DAICO e DAMOS); Separação Social: Abrange características demográficas e socioeconômicas, como o número médio de moradores por domicílio, a quantidade de domicílios com mais de 6 moradores, o número de edifícios, a renda média mensal e o compartilhamento de responsabilidade financeira nos lares; Desigualdade de Acesso: Avalia o acesso a serviços e equipamentos urbanos, incluindo acesso à rede elétrica geral, banheiro de uso exclusivo, coleta de lixo regular, abastecimento de água, taxa de alfabetizados e o número de escolas públicas por bairro. Foram utilizadas 12 variáveis no total, que foram padronizadas por meio da normalização Max-Min, resultando em valores entre 0 e 1 para facilitar a comparação. Posteriormente, as variáveis de cada categoria foram agregadas e somadas com peso igual (0,333 para cada categoria) para gerar o Índice Socioespacial de Equidade Territorial. Uma Análise de Variância (ANOVA) foi realizada para verificar se havia uma diferença significativa entre as médias do índice de equidade territorial entre os distritos, com a hipótese nula de que não existia diferença. Os resultados da análise de variância ($F=24,681$, p-valor $< 0,001$) confirmaram que a diferença entre as médias do índice entre os distritos analisados é significativa.

3 Resultados e Discussão: A pesquisa revelou um forte processo de segregação entre os bairros de Belém e, consequentemente, um baixo nível de equidade territorial. A análise do índice de equidade mostrou que bairros mais distantes e historicamente periféricos tendem a ter um menor nível de equidade. O bairro com o menor índice de equidade territorial foi o Tapanã (0,777). Em contraste, bairros mais centrais como Campina (0,385) e Reduto (0,394) apresentaram os maiores índices, indicando um nível mais elevado de equidade territorial. A análise detalhada das categorias do índice também mostrou padrões de desigualdade: no âmbito da Separação Espacial: Bairros de distritos mais distantes como DAICO, DAOUT e DAMOS tiveram o índice mais alto (1,000). Para a Separação Social: O bairro Umarizal apresentou o maior índice (0,754), indicando um nível elevado de segregação social. Em relação a Desigualdade de Acesso: O bairro Guamá teve o maior índice (0,859), refletindo a maior desigualdade de acesso a serviços e equipamentos urbanos. Os resultados demonstram que a segregação socioespacial em Belém se manifesta de forma complexa, com a relação centro-periferia sendo um fator preponderante nas disparidades urbanas. O indicador criado valida essa percepção e fornece uma ferramenta prática para identificar áreas de maior vulnerabilidade e desigualdade, permitindo um planejamento urbano mais direcionado e eficaz. Tais constatações são validadas pela análise de variância ($F=24,681$, p-valor $< 0,001$) que apontou significância estatística para a hipótese de que não existe equidade territorial entre os bairros e distritos do município de Belém.

4 Considerações Finais: O estudo conclui que Belém enfrenta um processo de segregação socioespacial enraizado, que se reflete em uma acentuada falta de equidade territorial entre seus bairros. A pesquisa conseguiu, por meio da elaboração de um indicador socioespacial, quantificar e espacializar essa desigualdade, comprovando que a distribuição de recursos e serviços não é homogênea e que os bairros mais distantes do centro histórico, como o Tapanã, são os que

experimentam o menor nível de equidade. A análise de variância corrobora esses resultados, indicando que as diferenças entre os distritos são estatisticamente significativas. O indicador proposto serve como uma ferramenta valiosa para o planejamento urbano e para a formulação de políticas públicas mais justas e equitativas, que visem a superação das disparidades e a promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável. Ao enfrentar as raízes da segregação, Belém pode trilhar um caminho em que todos os seus habitantes tenham o direito a uma vida urbana digna, independentemente de sua localização ou classe social.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Segregação; Equidade Territorial; Belém (PA).

Referências

BASTOS FILHO. R. A. PINTO. N. M. A. FIUZA. A. L. C. REZENDE. D. F. A. A elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço de viçosa, MG. *In*: **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS. V. 20 n. 3, p. 707-723, jul./set. 2019.

BRET. B. **Notion à la une:** justice spatiale. Géoconfluences, 2015. Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-laune/notion-a-la-une-justice-spatiale> Acesso em: 03 fev. 2024.

CARDOSO. W. S. **Mercado imobiliário e verticalização de empreendimentos residenciais na produção da segregação socioespacial em Belém**. 2017. 437 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Autos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ENGELS. F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: Schumann B. A. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

FARIA. T. J. P. Políticas públicas e (in)justiça socioespacial nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos megaeventos esportivos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO, 15., 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUR, 2013.

LEFEBVRE. H. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

Impactos socioambientais e a violação do bem viver: a disputa territorial na Ilha do Capim (Abaetetuba/PA) frente ao projeto portuário da Cargill

Edna Cristina de Souza e Souza[1]
Marcel Theodoor Hazeu[2]

1 Introdução: Este trabalho analisa os impactos socioambientais decorrentes da proposta de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) pela empresa Cargill na Ilha do Capim, em Abaetetuba/PA. A pesquisa parte do reconhecimento da região como território tradicional, habitado por comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, cujos modos de vida estão ameaçados pela expansão de empreendimentos logísticos vinculados ao agronegócio. Adotando o paradigma do Bem Viver como referência analítica, o estudo busca confrontar a lógica desenvolvimentista com as perspectivas locais de existência e resistência.

2 Metodologia: A pesquisa pautou-se em uma abordagem crítica, combinando revisão bibliográfica, análise documental do EIA-RIMA do empreendimento e da Cartografia Social produzida pelas comunidades. A confrontação entre o discurso técnico-empresarial e os saberes locais permitiu identificar dissonâncias e violações invisibilizadas nos estudos oficiais de impacto.

3 Resultados e Discussão: A empresa estadunidense de agronegócio Cargill, presente em diferentes lugares na Amazônia, busca sua expansão e instalação de novos portos para escoar graus para o mercado mundial. Neste sentido projetou um novo porto para ser construído em Abaetetuba, na área das ilhas, incluindo a ilha do Capim, onde vivem comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores). Em torno destes planos e a presença das comunidades se gerou um grande conflito e disputa. Na Cartografia Social vários depoimentos apontam

[1] FASS, UFPA. E-mail: souzaedna1998@gmail.com.
[2] FASS, PPGSS-UFPA. E-mail: celzeu@gmail.com.

para os impactos do empreendimento, citando um neste resumo: “O povo daqui, antes, vivia da pesca no nosso próprio furo, do nosso açaí, que de primeiro não secava. Hoje em dia, a nossa realidade é que o açaí tá *parau*, ele assim vai *paroando*, vai secando. Até a folha do açaizeiro já seca, o capote tá verde, mas a folha tá seca. Então desde que essas empresas se instalaram aí, essas coisas começaram a acontecer pra nós: doenças como coceira, diarreia, queda de cabelo, falta de vista. Inclusive já tem muita criança que já usa óculos e de primeiro a gente não via isso no meio de nós. Mas mesmo assim com todas essas dificuldades, eu sou feliz de morar aqui, não pretendo morar em outro lugar, a não ser quando eu morrer ou se tenha uma necessidade que eu tenha que sair, mas por enquanto, eu sou feliz de morar aqui. Já não é como era, mas ainda é o nosso paraíso. Apesar de que hoje nós já temos caso de piratagem, a gente já vê casos de drogas, mas aqui é aonde ainda é mais sossegado, aonde a gente ainda respira um ar puro. Hoje já não podemos utilizar a água do rio, porque se você toma banho com a água do rio, você já sente coceira, então pra nós é uma realidade que mudou muito” (Gisele Ferreira dos Santos *in* Nova Cartografia Social da Amazônia, 2019). Evidenciaram-se, nesta pesquisa, alterações no território da Ilha do Capim provocadas pela presença dos primeiros investimentos de infraestrutura portuária, no que se expressa tanto na questão ambiental, quanto no social. No quesito ambiental revela a supressão da vegetação, que compromete o ecossistema assim como sua forma de regeneração, também há indícios de poluição hídrica e sonora devido ao intenso tráfego de embarcações, assim como a alteração da dinâmica natural do rio, que acarretará diretamente a pratica exercida pelos moradores locais, que utilizam o rio para transporte, banho, lazer e pesca, que acaba por afetar a segurança alimentar. A análise dos RIMA da Cargill revela a lógica de compensação ambiental como uma estratégia de legitimação do dano: transforma perdas ambientais e sociais em valores econômicos compensatórios. Como argumenta Fonseca (2015), a compensação ambiental opera como instrumento de valoração mercantil da natureza, mascarando desigualdades históricas. Esse modelo colide frontalmente com a

proposta do Bem Viver, que entende o território como espaço de vida e não de especulação. O caso da Ilha do Capim, evidencia que os megaprojetos reproduzem práticas de desterritorialização, violando direitos, saberes e modos de vida, mesmo sob o verniz da legalidade ambiental.

Quadro 1 - Indicadores de Bem Viver e Ações Compensatórias da empresa Cargill

Indicadores de Bem Viver	Ações Compensatórias Propostas (EIA/RIMA Cargill)	Análise Crítica
Autonomia no uso do território e respeito à ancestralidade	Realocação ou indenização financeira por perda de acesso à terra/recursos	Reduz práticas culturais e espirituais a valores de mercado
Segurança alimentar por meio da pesca e agricultura familiar	Curso técnico em piscicultura ou distribuição de cestas básicas	Não garante autonomia alimentar nem reprodução do modo de vida tradicional
Pertencimento e identidade coletiva	Instalação de centros comunitários ou eventos culturais pontuais	Medidas superficiais, sem diálogo com o projeto de vida das comunidades
Educação contextualizada e valorização do saber local	Apoio a projetos genéricos de educação ambiental escolar	Não incorpora saberes tradicionais nem o protagonismo comunitário
Saúde integral e bem-estar coletivo	Campanhas pontuais de saúde ou doações de insumos médicos	Desconectadas do contexto sanitário e ecológico da comunidade
Participação política e consulta livre, prévia e informada (CLPI)	Realização de audiências públicas obrigatórias e formais	Participação simbólica, tecnocrática e desmobilizadora
Relação espiritual e simbólica com os rios, igarapés e florestas	Nenhuma ação prevista	Invisibilização completa das dimensões imateriais do território

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

O projeto portuário da Cargill implica supressão vegetal, alteração hidrodinâmica, poluição hídrica e sonora, além de restrições ao acesso a territórios de pesca e cultivo. Os moradores relatam perda de autonomia, insegurança alimentar e surgimento de doenças. O EIA-RIMA, ao priorizar indicadores quantitativos e compensações monetárias, negligencia dimensões imateriais como ancestralidade, espiritualidade e organização comunitária. A aplicação de indicadores de Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2020) revela que as medidas compensatórias propostas são incompatíveis com a reprodução social e cultural das comunidades. A instalação de empreendimentos como o TUP da CARGILL compromete profundamente as condições de reprodução social como comunidade tradicional. O deslocamento forçado, a imposição de uma lógica externa e a descaracterização do território ameaçam a continuidade dos vínculos que sustentam o Bem Viver. A comparação entre os indicadores do Bem Viver e as ações compensatórias propostas

pela empresa, como apresentado na tabela anterior, evidencia uma desconexão estrutural. Enquanto o Bem Viver valoriza a vida em comunidade, a autonomia e a reciprocidade, no qual reconhecem os territórios como espaços vivos.

4 Considerações Finais: Conclui-se que o empreendimento viola princípios fundamentais do Bem Viver, impondo uma lógica colonial de desenvolvimento que desconsidera os modos de vida tradicionais. O caso da Ilha do Capim ilustra a inadequação dos instrumentos de licenciamento ambiental vigentes para avaliar impactos sobre territórios tradicionalmente ocupados. Recomenda-se a adoção de marcos avaliativos que incorporem perspectivas comunitárias e critérios de justiça ambiental e territorial em políticas públicas futuras.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Bem Viver; Conflito socioambiental; Abaetetuba (PA); Resistência

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, M. do S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: uma proposta para avaliação de políticas públicas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 2, 2020.

FONSECA, R.O. Compensação ambiental: da contradição à valoração do meio ambiente no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 27 (2): 209-222, maio/ago. 2015

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Um grito de rebeldia e resistência de ribeirinhos e quilombolas da região das ilhas do município de Abaetetuba**. Belém: PNCSA, 2019.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

Ocupações irregulares nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): a realidade dos Residenciais Viver Val-de-Cans e Viver Pratinha

Caio Augusto Freitas das Neves[1]
Andreza dos Santos Gama[2]
Lorrane Thaís Antunes Bastos[3]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[4]
Maria Elvira Rocha de Sá[5]

1 Introdução: O pleito trabalho tem por objetivação compreender o processo histórico de precariedade e exclusão das parcelas mais vulneráveis da sociedade na política de habitação, em específico, a realidade da cidade de Belém, levando em conta aspectos econômicos, políticos, históricos, sociais e de saúde pública (a pandemia do Corona vírus em 2020) no contexto das ocupações irregulares nos Empreendimentos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Viver Val-de-Cans e Viver Pratinha. O Programa Minha Casa minha vida (PMCMV), implementado em 2009 pela medida provisória n° 459, pelo então presidente Luís Inácio lula da Silva ao qual tinha a objetividade de resolver as problemáticas acerca da questão habitacional do país, bem como ainda promover o desenvolvimento econômico pretendendo cauterizar a estrutura do déficit de moradia no Brasil (D' Amico, 2011).

2 Metodologia: A metodologia utilizada se baseia na abstração de pesquisa bibliográfica e documental no direcionamento da área de estudo da habitação e urbanismo e, principalmente, no relato de experiência advindos de atividades de extensão vinculativas a Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB), por meio de ação de levantamento social

[1] Acadêmico de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: caiofreitas.23.123@gmail.com.
[2] Acadêmica de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: dryka.santos8@gmail.com
[3] Acadêmica de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: lorrane.bastos@icsa.ufpa.br
[4] Doutora em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: fialho@ufpa.br
[5] Doutora em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marel.rdsa@gmail.com

através de aplicação do instrumental de questionários socioeconômicos nas áreas ocupadas pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida Viver Val-de-Cans e Viver Pratinha.

3 Resultados e Discussões: Refletir sobre as condições de habitação em Belém requer uma recuperação e entendimento histórico da formação social, econômica e política da cidade, bem como de processos externos aos quais detém grandes influências no próprio processo de formação e transformação urbana de Belém e, nesse sentido, tal pesquisa irá se propor a compreender tais fatores históricos, específicos da região, de exclusão social e marginalização na cidade, bem como situações externas como as mudanças de governo entrelaçada à política pública habitacional, pandemia da Covid-19 em 2020 que influenciaram o movimento de ocupação irregular nos empreendimentos habitacionais Viver Val-de-Cans e Viver Pratinha. Nesse contexto, famílias de baixa renda, muitas dependentes do Bolsa Família e anteriormente inscritas no PMCMV, ocuparam irregularmente os empreendimentos Viver Pratinha e Viver Val-de-Cans, cujas obras ficaram inacabadas. Essas famílias, marginalizadas historicamente pelas políticas urbanas, perderam empregos e não conseguiram mais arcar com aluguel durante a pandemia, ou nunca adentraram o campo do trabalho por determinações estruturais e históricas. Apesar da precariedade das moradias ocupadas com riscos à vida, ausência de saneamento e insegurança jurídica, muitas consideravam a ocupação uma alternativa melhor que viver nas ruas. Isso evidencia tanto o déficit habitacional quanto o processo de exclusão social e a fragilidade das políticas públicas de habitação. Partindo da percepção do conceito de Subcidadania de Souza (2003), o não acesso das parcelas marginalizadas da população à garantia de direitos universais, reforçam a exclusão e a desigualdade social, fazendo-os não se reconhecerem como sujeitos de direitos. São famílias proeminentes dos cortes de financiamentos da política de habitação, já mencionados neste estudo, a qual nunca foram contempladas com tal política pública por não ter tido finalização e os cortes orçamentários dos

programas sociais aos quais essas famílias também são usuárias, são resultantes da realidade da desproteção social (Costa, 2020).

4 Considerações Finais: Esses trechos são significativos na captação de compreensão de como possivelmente tais famílias poderiam ter chegado na situação de ocupação irregular dos empreendimentos, mesmo com a insegurança jurídica, falta de infraestrutura, falta de saneamento básico e entre outras precariedades vivenciadas por essas pessoas nesses habitacionais ainda em construção, e também o perfil socioeconômico delas. É necessário refletir também as soluções pós-pandêmicas para essas famílias ocupantes uma vez que se faria necessária a criação e adoção de políticas públicas de garantia de moradia como o remanejamento para outros locais já prontos, negociações jurídicas, auxílio aluguel e sociais entre outras garantias pois fazer a reintegração de posse simplesmente retirando essas famílias sem nenhuma assistência forçaria pensar se na concretude essa ação estaria realmente possibilitando acessibilidade à moradia ou criando novas problemáticas e exclusões sociais.

Palavras-chaves: Programa Minha Casa Minha Vida; Ocupação irregular; Direito à moradia.

Referências

CÂMARA, Maria. **Análise Comparativa Entre Programas Governamentais de Habitação:** Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela Sob uma Perspectiva Jurídica. Tese (graduação em direito) - Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2023.

COSTA, Léa; RODRIGUES, Jovenildo. A formação de Belém enquanto cidade compacta ou confinada: uma análise a partir das formas de produção de moradia. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 24, n. 53, 2022.

COSTA, Simone. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2020.

D'AMICO, Fabiano. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. Paraná, Cap. 02, p. 33, 2011.

FERREIRA, João. Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. Vª Conferência das Cidades - Câmara Federal, 2003.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freite. **Moradia de aluguel no Minha Casa, Minha Vida:** desafios e perigos. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/moradia-de-aluguel-no-minha-casa-minha-vida-desafios-e-perigos/ Acesso em: 14/06/2024.

LAGES, Joana. Habitação em pandemia: os desafios da COVID-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional. Cidades, **Comunidades e Territórios**, v. 45, 2022.

NETO, Ronan; CARDOSO, Marina. O Direito à Moradia na Pandemia da COVID-19. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 9, 2021. **Anais [...]**. 2021. p. 297-311.

SHINBO, Lúcia. Sobre os Capitais que Produzem Habitação no Brasil. Dossiê Capitais Urbanos, **Novos Estudos CEBRAP**, V.35.02, 2016.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é ser “gente”. **Lua Nova**, n. 59, 2003.

A atuação socioassistencial do Núcleo de Defesa da Moradia da DPE-PA na prioridade habitacional: caso Curtunduba

Eduardo Antônio Soares Lima[1]
Renata de Cassia Brito Figueiredo[2]
Eliza Maria Almeida Vasconcelos[3]
Laura Auday Rodrigues[4]

1 Introdução: O direito à moradia adequada, reconhecido como direito social no art. 6º da Constituição Federal de 1988, constitui elemento fundamental para a garantia da dignidade humana e da cidadania. Neste sentido, a macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém do Pará, constitui exemplo emblemático. Iniciada em 1999, a obra foi marcada por paralisações, retomadas e sucessivas desapropriações que se estenderam de 2007 até o presente momento, impondo às famílias afetadas alternativas limitadas: indenizações em valores irrisórios ou auxílio aluguel, associado à promessa futura de acesso a unidades habitacionais a serem construídas pelo Estado, à exemplo dos residenciais Liberdade e Curtume. Essas condições geraram longos períodos de instabilidade habitacional e fragilização comunitária, características recorrentes em processos de intervenção urbana em metrópoles brasileiras (Cardoso, 2022). Diante desse cenário, a Associação Curtunduba – formada por removidos das áreas no entorno do Tucunduba e do Curtume de Santo Antônio – organizou-se como sujeito coletivo para reivindicar o acesso às unidades habitacionais prometidas durante as várias fases de remanejamento organizadas pelo Estado do Pará. Em 2023, a associação passou a ser assistida pelo Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Estado do Pará. Diante da demanda apresentada pela

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Colaborador no Programa de Apoio à Reforma Urbana/FASS/ICSA. Estagiário de Graduação no Núcleo de Defesa da Moradia-DPE/PA. E-mail: eduardo.antonio4001@gmail.com
[2] Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará. Advogada. Assessora Jurídica do Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Estado do Pará. E-mail: renatacassiabrito@gmail.com
[3] Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará-UFPA, Atual Coordenadora do Programa de Apoio à Reforma Urbana do ICSA/UFPA. E-mail: vasconcelos.ema@gmail.com
[4] Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Voluntária no Programa Universidade da Pessoa Idosa/FASS/ICSA. E-mail: laura.auday2110@gmail.com

comunidade, o referido núcleo, por meio da equipe de assistência social e assessoria de demandas coletivas, elaborou estudo técnico quanto aos critérios prioritários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) entre junho e julho de 2025. Essa estratégia visava suprir questões de transparência quanto aos critérios utilizados pela Secretaria de Obras Públicas (SEOP), responsável pela destinação de 400 unidades previstas para entrega em agosto de 2025, uma vez que os mesmos permaneciam obscurecidos no momento em questão.

2 Metodologia: O presente estudo configura-se como um relato de experiência, de natureza documental e técnico-operativa, uma vez que descreve a prática da equipe técnica na elaboração de um instrumento profissional a partir de uma demanda comunitária, bem como a análise de seus resultados. Definiu-se, em consenso entre equipe técnica e comunidade, que a documentação seria organizada em uma tabela de variáveis categóricas cruzadas, tendo como unidade o(a) assistido(a) (um por família). A tabela incluiu: (I) data da desocupação; (II) escolha do residencial no acordo; (III) faixa etária (60 e 80 anos ou mais); (IV) presença de crianças; (V) maternidade solo; (VI) convivência com pessoas com deficiência. As lideranças mobilizaram os associados para reunir os dados e, na semana seguinte, foram entregues cerca de 102 pastas contendo CadÚnico, certidões, identidades, contratos e laudos médicos e etc. Todo o material foi analisado, organizado e incorporado à tabela, garantindo a sistematização das informações.

3 Resultados e Discussão: A partir da documentação entregue, foi possível categorizar a demanda das comunidades a partir dos critérios prioritários pré-estabelecidos. Assim, obtiveram-se os resultados relacionados na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de prioridades das famílias da Associação Curtunduba

Critério Prioritário	Quantidades
Famílias com idosos acima de 60 anos	30
Famílias com idosos acima de 80 anos	06
Famílias com crianças e adolescentes até 18 anos	34
Mulheres mãe solo	10
Famílias com pessoas com deficiência	25
Documentação entregue de forma incompleta	39

Fonte: NUDEMOR-DPE/PA, (2025).

Observa-se que alguns dados podem ter sido subnotificados. Das 39 famílias que apresentaram documentação incompleta em alguma área, 20 estavam inseridas em outra. Ainda que não tenha sido utilizado como critério, cabe observar que a associação é composta majoritariamente por mulheres racializadas e a maioria documentou possuir renda entre meio e um salário mínimo, além do fato de todos os associados possuírem registro no CadÚnico. Todas essas pessoas estavam originalmente encaminhadas ao Residencial Liberdade, estão atualmente espalhadas por múltiplos bairros da cidade e recebem auxílio aluguel através da COHAB desde a desocupação entre 2007 e 2020. Conforme Tavares e Cardoso (2023), a situação em questão demonstra conflitos e processos de lutas em torno da reforma urbana e do direito à cidade, pois as políticas neoliberais contribuem com o enfraquecimento e desorganização da reprodução social.

4 Considerações Finais: A ferramenta técnica contribuiu para a observação das múltiplas camadas de vulnerabilidades sociais invisíveis ao Estado. Compreende-se que a convivência multidisciplinar entre Serviço Social e Direito serve ao interesse analítico e interventivo das políticas públicas habitacionais. À luz dos princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social, o caso em

questão configura-se como enfrentamento a um modelo de cidade que, historicamente, expulsa os mais vulneráveis. As obras de macrodrenagem na Bacia do Tucunduba, justificadas como melhorias urbanas, produziram processos de remoção, auxílios-aluguel precários e acordos não efetivados, intensificando expressões da questão social, evidenciando assim, a centralidade da resistência comunitária frente aos mecanismos de segregação socioespacial.

Palavras-chave: Questão Urbana; Direito à Moradia; Serviço Social.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Habitação e cidade no Brasil:** dilemas, desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

TAVARES, Ana Carolina de Miranda; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Ciclos de remoções em Belém (PA): a bacia do Tucunduba e a reprodução da precariedade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, 2023.

Itaqui-Bacanga e expansão capitalista: território e as lutas das comunidades na Amazônia Oriental

Graciane Pereira Santos[1]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[2]

1 Introdução: Este texto trata do Itaqui-Bacanga e sua relação com a expansão citadina ocorrida em São Luís (MA), a partir do período 1970-1980. Neste contexto, a cidade passou a atender as demandas do capital industrial, dotada de grandes obras e projetos, as quais estruturaram mudanças na infraestrutura da capital maranhense. A região foi estratégica nesse processo, pois além de contar um território amplo, passou a constituir empreendimentos capitalistas como o Porto do Itaqui, empresas como VALE S.A e a edificação da barragem do Bacanga, obra que ligou o centro a área referenciada para este estudo. A relevância desta análise, propõe a necessidade de compreender como os territórios da região amazônica são fundamentais para o avanço econômico capitalista e o aumento da desigualdade econômico-social. No contexto atual, a área continua relevante para o capital internacional, com ampliação de novos empreendimentos como portos privados e o Complexo Portuário de São Luís. Por conseguinte, as lutas das comunidades em defesa dos territórios também são fundamentais na preservação do território.

2 Metodologia: O método neste ensaio foi o materialismo histórico dialético, com ênfase na teoria social de Marx e as contradições do modelo de produção capitalista. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, através de fontes primárias/secundárias. O período estudado refere-se às duas conjunturas específicas: 1970-1980, período em que ocorreu a expansão capitalista para a região estudada,

[1] Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Professora da Universidade CEUMA. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: gracianepss@gmail.com.
[2] Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA. E-mail: fialho@ufpa.com.br.

bem como 1990-2000, considerando que o processo de mudanças estabelecidas foi ampliado tanto na infraestrutura capitalista, demandas do capital internacional e o aumento populacional.

3 Resultados e Discussão: A região Itaqui-Bacanga é localizada a oeste da cidade de São Luís, situada entre o rio Bacanga (leste) e o oceano Atlântico (Baía de São Marcos, norte/oeste). Surge com fraca densidade demográfica, já era ocupada antes de 1960 por populações advindas de diversas regiões do estado do Maranhão. A história da localidade remonta ao século XIX, com a instalação de pequenas vilas e comunidades pesqueiras. Todavia, foi a partir do século XX que começou a se consolidar como um importante polo econômico nacional. Esse processo foi impulsionado pela expansão capitalista, construção do Distrito Industrial, uma das metas dos planos do governo estadual de José Sarney (1966-1970). Com os primeiros remanejamentos populacionais em 1968 foi intensificado o povoamento onde seria a Vila Anjo da Guarda, mediante transferência ordenada e planejada, após o incêndio da palafita do Goiabal, localizada no bairro da Madre Deus no centro da cidade. Com a construção do Porto do Itaqui e sua inauguração, a área ganha destaque. Na localidade já viviam comunidades que dependiam do extrativismo, agricultura, pesca. Com a instalação do empreendimento, muitas dessas comunidades foram transferidas para garantir espaço para as empresas mineradoras e portuárias. O povoamento revela-se como indispensável na construção dos novos recursos e/ou equipamentos de infraestrutura necessários ao ciclo produtivo e econômico pretendido pelos planos governamentais. Nesse processo de expansão de São Luís, destaca-se a área como um espaço territorial para as demandas do capital. Observou-se um grande investimento na ampliação de programas industriais, como o Programa Grande Carajás (PGC), em detrimento dos remanejamentos de populações. Tais transformações estão associadas “a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados ‘Grandes Projetos’” (Lopes; Abreu, 2010,

p. 110). O PGC foi criado, desenvolvido a partir dos Planos de Integração Nacional, através da Lei1.813, de 24 de novembro de 1980, durante a ditadura militar, no governo de João Figueiredo, voltado para a exploração dos recursos minerais na região da Serra dos Carajás, localizada no sudeste do Pará. Foi instituído da necessidade do estado capitalista brasileiro e a estatal Companhia Vale do Rio Doce em estruturar um sistema mina-ferrovia-porto que deveria ligar os estados da Amazônia Oriental – Pará, Goiás (atualmente estado do Tocantins) e Maranhão. Na conjuntura contemporânea, a área Itaqui-Bacanga tem aproximadamente 250.000 habitantes, distribuídos em mais de 40 bairros nas áreas urbana, rural e industrial. É uma das regiões mais populosas do município, onde está localizado o Complexo Portuário de São Luís. A dinâmica da acumulação capitalista na região, exemplifica como os processos de expansão podem estabelecer mudanças nas comunidades locais, transformando seu modo de vida, estrutura produtiva, relações socioeconômicas, relações de pertencimento, entre outras. No contexto atual, o Itaqui-Bacanga experimenta um processo de reestruturação espacial que desloca as atividades de subsistência locais para uma economia voltada ao mercado externo. As comunidades tradicionais, que outrora dependiam de atividades como a pesca, a agricultura familiar e o pequeno comércio, veem-se progressivamente pressionadas a se adaptar a uma economia marcada pela dependência do trabalho assalariado nos empreendimentos industriais. Essa inserção forçada altera suas relações com o território, redefine suas perspectivas de vida em um processo que também pode ser descrito como deslocamento compulsório.

4 Considerações Finais: O estudo evidencia que a região Itaqui-Bacanga, inserida na lógica de expansão capitalista desde a década de 1970, tornou-se estratégica para o desenvolvimento econômico de São Luís e para a integração do Maranhão ao capitalismo mundializado. Esse processo implicou remoções, transformações socioespaciais e a perda de práticas tradicionais, aprofundando desigualdades. Assim, a

continuidade dos grandes empreendimentos reforça a importância econômica do território, mas também mantém conflitos sociais e ambientais. As lutas das comunidades revelam a resistência a um modelo de desenvolvimento excludente, reafirmando o território como espaço de disputa entre os interesses do capital e a defesa dos territórios.

Palavras-Chave: Expansão capitalista; Território; Lutas; Amazônia.

Referências

ACIB. **Associação Comunitária Itaqui-Bacanga**. Disponível em: https://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=2&CodigoInstituicao=14741. Acesso em: 13 out. 2024.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel. Transformações contemporâneas e perspectivas do serviço social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, número especial, p.109-117, ago. 2010.

SÃO LUÍS. Prefeitura. **Plano Diretor de São Luís**. São Luís, 2023.

PORTOS do Maranhão. Site oficial. Disponível em: https://portosma.com.br. Acesso em: 25 jan. 2025.

Desigualdades informacionais e acesso ao direito: barreiras à cidadania nas periferias urbanas da Amazônia

Alexandre Martinho Dias da Fonseca de Sousa[1]

1 Introdução: A Amazônia, apesar de sua riqueza natural e diversidade sociocultural, revela profunda desigualdades socioespaciais em suas cidades, marcadas por ocupação desordenada, migrações internas, ausência de políticas consistentes e conflitos fundiários. Esse processo consolidou periferias fragmentadas, onde populações vulneráveis enfrentam dificuldades no acesso a direitos básicos, como moradia, saneamento e participação cidadã (Castro; Campos, 2015). Nesse cenário, ganham destaque as desigualdades informacionais, entendidas como a assimetria no acesso, apropriação e uso da informação essencial ao exercício da cidadania. Essa condição aprofunda a exclusão social, pois a informação constitui elemento fundamental para acessar políticas públicas e participar de processos decisórios urbanos (Moraes, 2005). Assim, o presente trabalho tem como questão central: de que forma as desigualdades informacionais constituem barreiras para o acesso ao direito e para o exercício da cidadania nas periferias urbanas da Amazônia? Assim, o objetivo geral é analisar os entraves informacionais vivenciados por populações periféricas amazônicas e discutir possibilidades de superação a partir da integração entre Ciência da Informação, Direito e políticas públicas urbanas.

2 Metodologia: A pesquisa se insere em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O período do estudo compreendeu os anos de 2022 a 2024, com foco em cidades amazônicas de médio e grande porte (Belém, Manaus e Ananindeua), onde se concentram os principais processos de urbanização e desigualdade. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores da Ciência da Informação, do

[1] Universidade Federal do Pará – UFPA. Doutorando em Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI. E-mail: alexandresousa@ufpa.br.

Direito e dos Estudos Urbanos, buscando conceitos de desigualdade informacional, direito à cidade e cidadania; a análise documental, incluindo legislações nacionais (Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação/ Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade), planos diretores municipais, relatórios de políticas habitacionais e dados de acesso digital publicados por órgãos federais e estaduais; e da coleta e análise de dados secundários, com base em estatísticas do IBGE (Censo 2022 e PNAD Contínua) e relatórios do IPEA, especialmente indicadores sobre inclusão digital, desigualdade social habitação em áreas periféricas da Amazônia. O resultado entre literatura, documentos oficiais e dados estatísticos permitiu identificar padrões e especificidade das barreiras informacionais no contexto amazônico.

3 Resultados e Discussões: A análise aponta que as periferias urbanas amazônicas enfrentam um duplo processo de exclusão: social e informacional. No âmbito social, a precariedade em saneamento, transporte, saúde e habitação compromete a qualidade de vida. No campo informacional, destacam-se quatro barreiras: (I) fragmentação dos sistemas governamentais, dificultando o acesso a políticas públicas; (II) déficit de inclusão digital, com mais de 30% dos domicílios sem internet regular (IBGE, 2022); (III) opacidade documental, com editais e regulamentos de difícil compreensão; e (IV) informalidade urbanísticas, marcada pela ausência de registros oficiais que inviabilizam a regularização e a segurança jurídica. Esses fatores reforçam um ciclo de exclusão em que a ausência de informação acessível limita o exercício de direitos e a participação cidadã. Nesse sentido, Martins e Presser (2015) destaca que o acesso equitativo à informação é elemento estruturante da cidadania. Do mesmo modo, Ribeiro *et al.* (2013) narram que o déficit informacional amplia desigualdades sociais em contextos urbanos periféricos. Apesar das limitações, observam-se estratégias de resistências comunitárias, como o uso de rede sociais e rádios comunitárias para mobilizar moradores, denunciar remoções e difundir informações sobre direitos. Desse modo, tais práticas revelam que a

informação, ainda que em condições precárias, constitui ferramenta essencial de resistência e de fortalecimento das lutas pelo direito à cidade.

4 Considerações Finais: A pesquisa conclui que as desigualdades informacionais representam um dos principais obstáculos ao exercício pleno da cidadania nas periferias urbanas amazônicas. A ausência de interoperabilidade entre sistemas, o déficit de inclusão digital e a opacidade dos documentos públicos reforçam exclusões históricas e limitam a efetividade de políticas sociais. Para superar esses desafios, recomenda-se a formulação de políticas de governança da informação que integrem interoperabilidade entre bases, inclusão digital, linguagem cidadã e apoio a redes comunitárias. Sugere-se ainda a adoção de metodologias participativas em pesquisas futuras, envolvendo diretamente as comunidades locais. Nesse contexto, a Ciência da Informação assume papel estratégico ao articular Direito e políticas públicas, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania na região.

Palavras-Chaves: Amazônia; Desigualdade informacional; Direito à Cidade; Cidadania; Inclusão digital.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Lei de Acesso à Informação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de nov. 2011.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2).

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Resultados Preliminares. Brasília: IBGE, 2023.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2021.

MARTINS, C. J. B. N.; PRESSER, N. H. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/24097. Acesso em: 12 ago. 2025.

MORAES, Miriam Gontijo de. **Infoinclusão:** uma categoria de análise para Ciência da Informação nas perspectivas do diálogo e da participação. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO, L. C. de Queiroz; SALATA, A.; COSTA, L.; RIBEIRO, M. Gomes. Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. **Análise Social**, v. 48, n. 207, p. 288–320, 2013.

Necropolítica habitacional: a produção da periferia e o banimento de corpos em Belém por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Kaline de Almeida Leite[1]
Leonilson Kauê Silva Pantoja[2]
Marcel Theodoor Hazeu[3]

1 Introdução: Este trabalho defende a tese de que a segregação socioespacial em Belém do Pará não é um subproduto do crescimento desordenado, mas o resultado de um projeto político contínuo de exclusão. Analisamos como as políticas habitacionais, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), funcionam como principal ferramenta para banir indivíduos marginalizados da convivência social plena, confinando-os em espaços habitacionais mínimos e geograficamente isolados. Essa estratégia visa garantir que os territórios centrais e valorizados permaneçam de uso exclusivo das elites e do capital. A partir de uma crítica na sua totalidade e de dados estatísticos, demonstramos que este mecanismo é a atualização de uma lógica colonial de controle e dominação, agora reconfigurada pelo urbanismo neoliberal.

2 Metodologia: O presente estudo de caso qualitativo, em andamento, analisa a segregação socioespacial em Belém, fundamentado em um referencial que articula a crítica à produção do espaço (Harvey), a negação do direito à cidade (Lefebvre), a análise do território (Santos) e o conceito de necropolítica (Mbembe). A metodologia consiste na articulação desta base teórica com a análise comparativa de dados de mobilidade (IBGE) e um mapeamento visual dos residenciais do PMCMV. A triangulação destas fontes busca demonstrar como a política

[1] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. kaline.leite@icsa.ufpa.br.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. leonilson.pantoja@icsa.ufpa.br.
[3] Prof. Dr. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. celzeu@gmail.com.

habitacional funciona como mecanismo de exclusão que aprofunda a necropolítica habitacional

3 Resultados e Discussão: A produção do espaço urbano em Belém é regida pela lógica da "acumulação por espoliação" (Harvey, 2014), onde o capital imobiliário avança sobre a cidade como uma fronteira de investimentos. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é o principal instrumento dessa dinâmica, ao viabilizar a construção em massa de moradias em periferias desassistidas com o duplo objetivo de alimentar o setor da construção civil e "liberar" os terrenos centrais, mais valorizados, para a especulação das elites. Essa política, contudo, não cria a segregação do zero. Ela aprofunda as fraturas históricas de um território já desigual, como aponta Milton Santos (2014), resultando na negação sistemática do direito à cidade (Lefebvre, 2001). Ao remover a população pobre do centro da vida urbana, o acesso a empregos, cultura, serviços e oportunidades é efetivamente aniquilado. Este confinamento periférico transcende a simples segregação e opera como uma tecnologia necropolítica (Mbembé, 2018), que administra o banimento e a exposição de corpos a condições precárias. O Residencial Viver Outeiro, isolado em uma ilha, é a materialização desse processo. A vida dos seus moradores é condicionada por uma dupla forma de "morte lenta": a do tempo e a do espaço. A primeira, a morte do tempo, é quantificada pelo IBGE (2022), que aponta que 22% dos trabalhadores locais levam mais de uma hora no deslocamento forçado para o trabalho. A segunda, a morte do espaço digno, se revela no tamanho das moradias, que no caso do Viver Outeiro se solidifica em exíguos 43,85m². Este confinamento doméstico, projetado para a máxima economia do capital, anula a privacidade, gera estresse familiar e limita o desenvolvimento humano, reduzindo a moradia a uma mera célula de sobrevivência. Dessa maneira, a conclusão é inequívoca: a política habitacional, sob o disfarce de política social, opera como uma arma para o banimento de corpos. Seu objetivo não é garantir cidadania, mas aniquilá-la, usando a moradia como moeda de troca para a exclusão social. O PMCMV executa este projeto com

precisão, condenando uma população já marginalizada a uma segregação planejada que nega direitos básicos. Não se trata de um capricho burocrático, mas da lógica fria do capital, que condena os moradores a resistirem em localidades isoladas para que o centro urbano permaneça um ativo exclusivo para a especulação e o lucro.

4 Considerações Finais: As análises mostram que o Programa Minha Casa Minha Vida, embora amplie o acesso à moradia, também reforça a segregação espacial em Belém, empurrando populações pobres e negras para áreas periféricas e precárias, como o caso do Residencial Viver Outeiro. A partir de todas essas teorias citadas no texto, conseguimos visualizar a materialização dessa exclusão. Portanto, conclui-se que o PMCMV, na realidade de Belém, pode ser compreendido como uma política ambígua: ao mesmo tempo em que amplia o acesso formal à moradia, também atua como dispositivo de gestão e controle dos territórios periféricos, evidenciando o caráter necropolítico da habitação. Esse cenário aponta para a necessidade de repensar as políticas públicas urbanas, de modo que a moradia seja entendida não apenas como bem material, mas como elemento central do direito à vida, à cidade e à dignidade humana.

Palavras-chaves: Programa Minha Casa Minha Vida; Necropolítica; Direito à cidade; Política Habitacional; Segregação Socioespacial.

Referências

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Tabela 9845 - População residente e trabalhadora de 10 anos ou mais de idade, por classes de tempo de deslocamento da residência para o trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9845. Acesso em: 22 ago. 2025.

JÚNIOR, Guarany. Famílias contempladas do residencial Viver Outeiro em reunião com a prefeitura de Belém. **Portal Guarany Júnior**, 16 ago. 2023. Disponível em: https://www.guaranyjunior.com.br/post/familias-

contempladas-do-residencial-viver-outeiro-em-reuniao-com-a-prefeitura-de-belem. Acesso em: 22 ago. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Política habitacional de interesse social e o direito à moradia: reflexões a partir de Macapá-AP

Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza[1]

1 Introdução: Os Projetos Habitacionais de Interesse Social (HIS) são iniciativas do Governo Federal, estados e municípios com objetivo de buscar soluções para a falta de moradia oportunizando atender com habitação às famílias em vulnerabilidade socioeconômica (Finkler; Mueller; Oliveira, 2022). A moradia digna e habitável é um direito previsto na Constituição Federal brasileira de 1988, artigo 6º que aborda a moradia como Direito Humano Fundamental (Emenda nº 25 de 2000) (Finkler; Muller; Oliveira, 2022). No entanto, o direito à moradia abarca não somente a todo o cidadão ter uma casa para morar, mas também abrange outros direitos como a educação, saúde, emprego etc.; (Villalba; Maia, 2022). O que tem tornado o tema relevante pois, os estudos têm demonstrado que a quantidade de habitação é insuficiente para garantir o direito à moradia (Bonduki, 2008). Com base nesse construto, questiona-se como os Programas Habitacionais de Interesse Social contribuem para a efetivação do direito à moradia na cidade de Macapá? Pois entende-se que o direito à moradia não apenas se reduz a distribuição de unidades habitacionais por parte do Estado o que acaba colaborando para reprodução dos graves problemas urbanos existentes na capital amapaense. Os projetos habitacionais podem ser oportunidades importantes para transformar essa realidade se for planejado e articulados a outras políticas públicas (Nascimento; Tostes, 2011). Assim, o objetivo deste ensaio é investigar a contribuição dos Programas Habitacionais de Interesse Social para a concretização do direito à moradia.

2 Metodologia: Este trabalho foi construído de forma preliminar objetivando futuramente lapidá-lo em um Trabalho Académico de

[1] Universidade Federal do Amapá. E-Mail: vanessaufpa@gmail.com.

Doutorado (Tese). Nesse primeiro momento este estudo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica em artigos de autores contemporâneos que abordam a temática da Política Habitacional de Interesse Social. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados e informações, registros fotográficos, consulta em sites governamentais e jornais.

3 Resultados e Discussão: A ocupação amazônica é fruto de uma colonização que foi seguida por motivações dominantes, e que tem reflexo até hoje em toda a sua extensão (Fialho Nascimento, 2010). A ocupação dos espaços urbanos nas cidades Amazônicas foi estimulada pelo Estado e o mercado de preços resultando em problemas estruturais, urbano, social e ambiental. Visando solucionar esses problemas o Estado – desde 1960 – tem financiado a construção de moradias populares através dos programas habitacionais (Colosso; Maricato, 2020). A partir do investimento público a construção de unidades habitacionais seriam a solução da falta de moradia nas grandes cidades e proporciona maior geração de emprego destinado à construção civil (Rolnik; Nakano, 2009). No entanto, desde 1960 a política habitacional que vem se desenhando no Brasil segue privilegiando o financiamento de construção e comercialização de moradias (Rolnik; Nakano, 2009). Os conjuntos habitacionais são entregues prontos e definitivos como qualquer outra mercadoria de valor de compra no Brasil (Nascimento; Tostes, 2011). Entre as cidades brasileiras que apresentam problemas urbanos e habitacionais e que têm recebido investimento para construção de habitação de interesse social nos últimos anos é a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá (Souza, 2023). Macapá fica localizada no extremo norte do país, sendo a única capital brasileira que não tem ligação terrestre com outras capitais (Carvalho, 2020). A urbanização acelerada da cidade de Macapá tem origem histórica dividida em três marcos principais: o primeiro compreende a formação da Vila de Macapá (Silva; Porto, 2020). O segundo, corresponde a criação do Território Federal do Amapá (TFA) (Silva; Porto, 2020). A terceira e última fase corresponde a criação do Estado do Amapá em 1988 momento em que a

cidade de Macapá recebe um fluxo intenso de imigrante, especialmente nos anos de 1990 com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) (Silva; Porto, 2020). À medida que mais pessoas migravam para a cidade de Macapá o crescimento da desigualdade social aumentava nas periferias o que corroborou para que o estado entregasse o primeiro conjunto habitacional de interesse social em 2007. Desde então, diferentes bairros de Macapá recebem conjuntos habitacionais de interesse social (Tostes, 2022) como podemos identificar nas fotografias abaixo.

Figura 1 - Mosaico de alguns Conjuntos Habitacionais de Interesse Social em Macapá.



Fonte: Acervo da Autora (2023).

As moradias de interesse social foram bem expressivas na cidade de Macapá, mas na sua maioria não foram destinadas aos moradores das áreas de ressaca (Carvalho, 2020; Tostes, 2020). Como podemos constatar nas figuras a seguir:

Figura 2 - Mosaico de diferentes áreas de ressaca em Macapá.



Fonte: Acervo da Autora (2024).

Macapá é um exemplo de que não é a ausência de oferta de moradia oferecidos pelos programas de habitação a causa de todos não terem garantido o direito à moradia, mas a má distribuição dessas moradias entre a faixa mais baixa da população (Nascimento; Tostes, 2011). Para Rolnik e Nakano (2009), esse modo de produção de moradia acaba provocando problemas urbanos como o avanço da cidade necessitando maior investimento em infraestrutura.

4 Considerações Finais: A partir deste estudo pode-se analisar como se tem configurado a habitação social no Brasil e em particular na cidade de Macapá. A presente pesquisa revelou que os programas de moradia executados em Macapá não têm contemplado, na sua maioria, as famílias que residem nas áreas de ressaca. Nesse sentido, chegamos à conclusão de que não é a falta de políticas públicas habitacionais o impedimento para o alcance do direito à moradia, mas o conflito de interesses, presente na sociedade capitalista, que acaba por criar a desigualdade social na cidade. Contudo, ainda não se sabe sobre como os Programas Habitacionais de Interesse Social contribuem para o direito à moradia.

Palavras-chave: Política habitacional; Direito à moradia; Macapá (A).

Referências

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil:** revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula, 2008.

CARVALHO, Bianca Moro de. **Habitação popular na Amazônia:** o caso das ressacas na cidade de Macapá. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

COLOSSO, Paolo. MARICATO, Ermínia. As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (org.) **Brasil:** Estado social e barbárie. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a

produção de expressões da “questão social”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA), Número Especial, p. 2013-2013, 2010.

FINKLER, Mariane Cristina; MUELLER, Airton Adelar; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. Habitação de interesse social na área de Ijuí-RS: interlocução dos programas com o desenvolvimento local no período de 2009 a 2019. **COLÓQUIO:** Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara/RS – v. 19, n 2, abr./jun. 2022.

MEYLAN, Arleide. A política de habitação social no Brasil: as inflexões da política habitacional pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**: RBDU, Belo Horizonte, ano 5, n. 8, p. 77-97, jan./jun. 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, jun. 2011.

ROLNIK, Raquel. NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monte Diplomatique Brasil. São Paulo, 2009.

SILVA, Charles de Oliveira; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Região metropolitana na Amazônia: ensaios de uma especialidade amapaense em construção. *In*: GUIMARÃES, Danielle Costa; VILAR DA SILVA, Marcelle; LUCAS, Cristina Maria Baddini (org.). **Amazônia urbana em questão [recurso eletrônico]:** Macapá 75 anos de capital: Livro 3. Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

SOUZA, Vanessa Michele do Nascimento Araújo de. **Histórias contadas:** narrativas das lideranças dos Movimentos Sociais na luta pela moradia na cidade de Macapá, estado do Amapá / Dissertação de Mestrado. - Macapá, 2023.

TOSTES, José Alberto. **A política habitacional na cidade de Macapá**. 2021. Disponível em: https://josealbertostes.blogspot.com/2021/09/a-politica-habitacional-na-cidade-de.html Acesso em: 1 set. 2022.

VILLALBA, Brenda Melina. MAIA, Francisca Paula Soares. Direito à cidade e acesso à habitação digna e adequada na Argentina. **COLÓQUIO**: Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara/RS – v.19, n.3, jul./set. 2022.

A canalização dos igarapés em Belém: as consequências socioambientais do avanço da terra sobre a água

Bárbara Pinheiro Puget Cruz[1]
Caren Cristina Barata dos Santos[2]

1 Introdução: Eidorfe Moreira (1966) atribuiu a nomenclatura "flor das águas" a Belém, uma vez que sua gênese se deu a partir dos corpos hídricos que permeiam a paisagem urbana. Nesse panorama, é palpável que a presença de rios e seus afluentes é intrínseca aos belenenses pelo seu papel em diversos âmbitos, como a pesca e a mobilidade fluvial. Entretanto, tal relação foi abalada com o crescente anseio pela domesticação dos rios (Soares, 2016) ao decorrer dos séculos. Partindo de um prisma substancialmente eurocêntrico e civilizatório, obras de dessecamento e esgotamento foram implementadas por meio da abertura de valas por toda a cidade (Carneiro, 2021), promovendo, assim, a canalização dos igarapés em esgotos a céu aberto, a fim de firmar um projeto urbano que negava a todo custo a essência alagada da cidade. O presente artigo visa analisar as relações entre a canalização dos antigos afluentes que percorriam Belém e a população marginalizada que é diretamente afetada por ela, a partir da análise dos aspectos históricos e geográficos atrelados ao surgimento dos grandes canais e da análise socioespacial de três bacias que foram alvos de grandes projetos de macrodrenagem: a Bacia do Una, da Estrada Nova e do Tucunduba.

2 Metodologia: A análise qualitativa foi guiada por uma perspectiva socioambiental crítica, articulando bibliografia especializada, dados estatísticos e observação direta durante os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Nessa perspectiva, textos relacionados ao processo de urbanização, à memória ambiental e ao racismo ambiental foram essenciais para a fundamentação teórica. Inicialmente, os documentos selecionados para estudo estavam relacionados aos impactos sofridos

[1] Colégio Santa Rosa. E-mail: barbarappcruz@gmail.com
[2] Orientadora. Colégio Santa Rosa. E-mail: teachercarensantos@gmail.com

pela população que reside em áreas baixas próximas a canais. Posteriormente, o foco de pesquisa voltou-se aos aspectos físicos da cidade que explicam os fenômenos de interesse. Por fim, foram utilizados dados estatísticos do IBGE, a fim de comprovar as constatações feitas a partir do referencial bibliográfico. Após o levantamento de informações relevantes, entre 26 de janeiro e 7 de fevereiro de 2025, realizou-se uma observação presencial dos espaços estudados, com o fim de averiguar e atualizar as informações lidas acerca das bacias hidrográficas de Belém estudadas.

3 Resultados e Discussão: Belém apresenta uma sutil variação no que diz respeito ao relevo, sendo apartada entre terrenos firmes e de várzea, de modo que, desde as primícias da ocupação da metrópole, as terras mais altas configuraram-se como um refúgio à elite. Portanto, as "baixadas" foram ocupadas intensamente por indivíduos marginalizados, os quais replicaram hábitos ribeirinhos no contexto urbano dadas as condições alagadas semelhantes a certas localidades interioranas. Atualmente, a capital paraense – dita a mais favelizada do Brasil – apresenta o maior percentual de pessoas vivendo em áreas precarizadas do país (IBGE, 2022) e abriga duas das favelas mais populosas em todo o território nacional: a baixada do Jurunas e a baixada da Condor (IBGE, 2022). As baixadas belenenses são marcadas pela lacuna na garantia de necessidades básicas relacionadas, principalmente, ao saneamento. No entanto, além disso, outro fator agrava tal conjuntura: os alagamentos. Embora já sejam considerados normais, eles simbolizam desastres ambientais resultantes da ação antrópica nos corpos hídricos referente à construção de canais de concreto em locais inadequados, o que gera um desequilíbrio no ciclo natural da água. A canalização pauta-se na substituição de trechos de rios naturais, visando garantir o escoamento adequado das águas, fixar margens, acelerar a passagem de cheias, possibilitar a navegação e aumentar ou modificar a capacidade de vazão (Pensador, *et al.* 2021). Todavia, em Belém, a maioria dos canais não desempenha o papel esperado, já que muitas áreas próximas a eles

sofrem com inundações geradas pelo assoreamento decorrente do acúmulo de lixo, do depósito de sedimentos, entre outros fatores. Em última análise, vale salientar que, embora as obras de macrodrenagem em diversas áreas periféricas na cidade visassem solucionar os alagamentos, tal objetivo não foi alcançado, visto que, mesmo após a conclusão das obras, a bacia do Una, por exemplo, continuou sofrendo com inundações ano após ano (Soares, 2016). Reforçando tal contradição, as intervenções realizadas no Tucunduba e na Estrada Nova sequer foram finalizadas e, atualmente, elas somente parecem ser agilizadas por conta do interesse estatal em mascarar a realidade enfrentada nas baixadas para a COP-30. Portanto, depreende-se que os belenenses que habitam localidades historicamente suscetíveis a degradações ambientais em momento algum tiveram seu bem-estar como principal foco dos projetos urbanísticos. Desse modo, as intervenções são pensadas e executadas por indivíduos que desconhecem a realidade das baixadas, resultando na prática ineficaz de políticas públicas que não dialogam, de fato, com as necessidades daqueles que deveriam ser beneficiados.

4 Considerações Finais: A relação de Belém com as águas modificou-se ao longo dos séculos de acordo com as necessidades de cada época. A cidade que teve sua gênese a partir das águas passou por uma conturbada disputa com elas a partir do processo de colonização, contexto no qual, por meio da contenção, drenagem e acomodação das águas em valas, foi possível domar um elemento intrínseco à existência da capital paraense. O domínio estabelecido sobre as águas e os acidentes geográficos indesejáveis se deu pela canalização e retificação desses trechos, processos que perduram em políticas atuais. Todavia, apesar de ser entendida como necessária por uma concepção sanitarista, a desconstrução dos corpos hídricos é prejudicial à população que habita as periferias por dois principais fatores: os desequilíbrios causados na natureza e a desconsideração do apego aos rios urbanos antes nutrido por essas pessoas. Nessa perspectiva, entende-se que a relação entre os

habitantes das baixadas e os canais era inicialmente positiva, uma vez que remontava antigos hábitos ribeirinhos inseridos por eles no contexto urbano. Porém, a partir do momento em que o antigo igarapé passa a ser tratado apenas como um esgoto a céu aberto, a população perde seu apreço e passa a vê-lo apenas como um problema, uma vez que o transbordamento dos canais provoca a inundação de suas casas e ruas. Tendo tal análise em vista, nota-se que a relação entre a cidade e os canais torna-se ainda mais hostil com a ocorrência dos alagamentos atrelados ao acúmulo de lixo às margens e dentro dos canais. Nesse prisma, o metabolismo urbano apresenta falhas indiscutíveis, uma vez que certos aspectos que determinam o funcionamento da cidade não apresentam pleno funcionamento. Entre os sintomas desse cenário estão os alagamentos, os quais são potencializados pela falta de um planejamento urbano eficaz, tendo em vista uma série de fatores, como a inconclusão de obras que se estendem por décadas, a falta de manutenção das obras já entregues, a eliminação da cobertura vegetal ao longo dos canais, a falta de espaços de lazer e integração socioambiental, entre tantos outros. Infelizmente, as desigualdades persistem mesmo após o início dos projetos de macrodrenagem, os quais foram pensados sem a participação popular, mirando apenas em uma falsa premissa de “modernizar as favelas”. Por isso, ao invés de apenas construir grandes valas de concreto, seria ideal que o governo estabelecesse mais parques lineares, por exemplo, a fim de contemplar toda a cidade, ao invés de limitar essas estruturas ao centro. Porém, considerando que a tendência é que uma lógica retrógrada de canalização dos igarapés persista, o mínimo que a gestão pública deve fazer é assegurar que a drenagem ocorra plenamente, por meio tanto da limpeza dos canais e de suas estruturas quanto do monitoramento dos índices pluviométricos – principalmente durante o período de chuvas mais fortes – e do nível de profundidade dos canais. Além disso, é necessário implantar um sistema de esgoto que atenda a toda a população, garantindo que as águas dos canais possam ser despoluídas. Em suma, esses resultados revelam a persistência de uma lógica urbanística

excludente, que, embora justificada por discursos sanitaristas, foi responsável por produzir desigualdades socioambientais históricas. Assim, é possível inferir, a partir do presente estudo, que a população de baixa renda sofre historicamente com a marginalização e, por conta das tentativas falhas do governo de intervir nessa situação, os alagamentos nas baixadas seguem se repetindo inverno após inverno. Logo, urge que medidas contrárias à lógica mantida desde a colonização até as obras de macrodrenagem que ainda ocorrem sejam tomadas, começando pela priorização das periferias ao menos uma vez na história de Belém.

Palavras-chave: Canais Urbanos; Desigualdades Socioambientais; Racismo Climático; Saneamento; Urbanização.

Referências

CARNEIRO, M. C. **Canais:** projetar as sociabilidades para além das margens em Belém. 2021.

IBGE. **Favelas e Comunidades Urbanas:** Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2024.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. 1966.

PENSADOR, M. L. *et al*. **Análise da eficiência do canal de drenagem do Paracuri na região metropolitana de Belém-PA**. 2023.

PONTE, J. P. X. et al. **Urbanização e drenagem urbana:** concepções divergentes na bacia da Estrada Nova, Belém-PA. 2014.

SOARES, P. P. de M. A. **Memória ambiental na bacia do Una:** estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016.

O Trabalho do/da Assistente Social em projetos de reassentamento involuntário de famílias: relato de experiência no PROMABEN II

Taynáh de N. Argolo Marinho[1]
Sandra Helena Ribeiro Cruz[2]

1 Introdução: Este artigo tem por objetivo apresentar o trabalho do/a Assistente Social em projetos urbanos de reassentamento involuntário no município de Belém, estado do Pará, com destaque para o trabalho social desenvolvido com as famílias que tem suas moradias e comércios remanejados da área de intervenção de obras do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN)[3]. O artigo elenca elementos para reflexão sobre os desafios do exercício profissional no âmbito de projetos urbanos que requerem ações de reassentamento involuntário de famílias e que são financiados por grandes agências de financiamento mundial. O PROMABEN, é um projeto urbanístico implementado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que congrega um conjunto de obras de infraestrutura urbana e sanitária como também ações socioambientais que visam contribuir para a melhoria das condições socioambientais na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN)[4], com intervenções direta em três bairros da BHEN: Condor, Cremação e Jurunas. O PROMABEN II, atualmente na segunda etapa, é executado com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do contrato de empréstimo n.º 3303-OC/BR, com orçamento inicialmente previsto de US$ 250 milhões. O BID atua por meio de Políticas Operacionais (OP) que expressam princípios e

[1] Assistente Social na Prefeitura Municipal de Belém com lotação no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA); argolotaynah@gmail.com
[2] Assistente Social e Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); shelena@ufpa.br
[3] O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) em sua primeira etapa, iniciado em 2006 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, realizou obras de saneamento e urbanização nos bairros da Condor, Cremação, São Brás e Guamá, concluídas em 2012. A partir de 2019, a segunda etapa das obras do PROMABEN concentrou-se nos bairros do Jurunas, Cidade Velha, Cremação e Condor (BELÉM, 2022).
[4] A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) é constituída diretamente pelos bairros do Jurunas, Condor, Cremação, Batista Campos e indiretamente pelos bairros Cidade Velha, São Brás, Guamá e Nazaré (Belém, 2022).

premissas para os projetos por ele financiado, como a OP-710 de Reassentamento Involuntário, que preconiza a elaboração de um plano de reassentamento com o objetivo de mitigar os riscos de empobrecimento assegurando que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas quando forem remanejadas do território (BID, ano). Dessa forma, ao celebrar o contrato de financiamento com o BID, o PROMABEN II adere a OP-710 e, nesse sentido, em 2022 o PROMABEN II elabora e publicita o Plano Específico de Reassentamento (PER), que norteia o trabalho social realizado com as famílias que são e serão remanejadas da área de intervenção das obras de engenharia nos bairros do Jurunas, Condor e Cremação (Belém, 2022).

2 Metodologia: A metodologia utilizada buscou no aporte do pensamento crítico dialético, com a abordagem qualitativa, elucidar as contradições que estão postas para o trabalho do/da Assistente Social no contexto de projetos urbanos que requerem ações de reassentamento involuntário de famílias a partir da pesquisa bibliográfica que versa sobre a produção da cidade capitalista e o trabalho do/a Assistente Social na política urbana, pesquisa documental com a análise de documentos técnicos do PROMABEN que estão disponibilizados no site do programa e, a pesquisa de campo por meio da observação participante que possibilita ao pesquisador "[...] vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados" (Minayo, 2013, p. 71). Dessa forma, em razão de uma das autoras compor a equipe técnica da Subcoordenadoria Social do programa, foi possível pela observação participante, apreender os desafios que estão colocados para a equipe do trabalho social que precisa responder as normativas do BID, no período de 2021 à 2024.

3 Resultados e Discussão: A atuação do/a Assistente Social na política urbana exige dos profissionais a capacidade de compreensão crítica dos

determinantes que condicionam a (re)produção das cidades no contexto de projetos urbanos, de mediação entre interesses antagônicos presentes na gestão das políticas públicas e a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política de forma a instrumentalizar a intervenção profissional na direção do projeto ético político profissional e defesa dos direitos da classe trabalhadora (Marinho, 2024). Neste sentido, no âmbito do PROMABEN II, o exercício profissional é atravessado por desafios de ordem técnica e política uma vez que o trabalho social é executado por empresa terceirizada, logo o trabalho se dá pela lógica do setor privado prevalecendo a execução dos serviços na perspectiva do lucro. Ademais, com o financiamento do BID, o programa é condicionado a assumir as diretrizes da OP-710 na implementação do trabalho social com as famílias conduzido por meio do Plano Específico de Reassentamento (PER). O PER indica os procedimentos e as soluções de indenização e reposição de moradia e/ou comércio no processo de reassentamento involuntário e visa mitigar o empobrecimento das famílias e comerciantes que são remanejados da área de intervenção de obras. No entanto, embora o processo de reassentamento das famílias nas 352 unidades habitacionais e 44 unidades comerciais não estejam finalizados, tendo em vista que as obras ainda estão em fase de conclusão, observa-se que as famílias e comerciantes que já foram removidos e estão em auxílio aluguel tiveram suas condições de sobrevivência impactadas uma vez que o valor do auxílio é irrisório e não corresponde ao valor praticado pelo mercado imobiliário local, obrigando as famílias a assumirem a complementação das dívidas do aluguel e em alguns casos taxa condominial, energia elétrica e água, acarretando no empobrecimento das mesmas.

4 Considerações Finais: Em síntese, o trabalho do/da Assistente Social como elucidado pelo referencial teórico e a análise de dados obtidos nos documentos técnicos e de campo por meio da observação participante, indicam que o exercício profissional no PROMABEN II é atravessado por diversos desafios de ordem técnica e política, na condução do trabalho

social executado sob a lógica do setor privado com a terceirização, e com as limitações do PER que não dispõe de soluções que atendem as reais necessidades e especificidades do modo de vida e sobrevivência das famílias que são impactadas pelas ações de remanejamento do PROMABEN II, demonstrando que há um hiato entre as diretrizes da OP-710 que preconiza o não empobrecimento e as reais condições de sobrevivência das famílias e comerciantes que estão em auxílio. Dessa forma, cabe aos profissionais a capacidade de compreender as correlações de forças presentes no processo (re)produção de cidades com projetos urbanos que requerem ações de reassentamento involuntário de famílias, bem como articular as dimensões teórico- metodológica, técnico-operativa e ético-política de forma a instrumentalizar a intervenção profissional na direção do projeto ético político profissional e defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Reassentamento involuntário; PROMABEN II.

Referências

BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento**. Belém: UCP/PROMABEN, 2022.

MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo; SILVA, Solange Pamplona da; SANTOS, Camila Caroline Magalhães dos; SOUTO, Nadilson Sandro Santos. A atuação do/a Assistente Social na gestão e planejamento no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do (org.). **Anais do V SIALAT:** Seminário Internacional América Latina e Caribe: Conflitos e Políticas Contemporâneas. Belém: NAEA/UFPA, 2024. p. 837–853. Disponível em: https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/489-anais-v-sialat. Acesso em: 21 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ROMEU GOMES, Suely Ferreira Deslandes. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Resistência urbana e participação popular na Amazônia: estratégias do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará frente aos impactos da COP 30 em Belém-PA

Moisés Rita Vasconcelos Junior[1]
Roselene de Souza Portela[2]
Camilly de Nazaré Sampaio Gonçalves[3]
Thayná dos Santos Souza[4]

1 Introdução: A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), prevista para 2025 em Belém-PA, insere a cidade em um ritmo acelerado de intervenções urbanas e reestruturação territorial, voltadas à construção de uma nova imagem no cenário internacional. Obras de mobilidade, revitalização de espaços públicos e adequações de infraestrutura são apresentadas pelo poder público como medidas de modernização e sustentabilidade. Contudo, conforme destaca Lefebvre (2001), o direito à cidade ultrapassa melhorias materiais, exigindo a apropriação democrática do espaço urbano e a participação efetiva da população nas decisões sobre seu uso e transformação. Nesse cenário, o Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU) se destaca como mediador social e articulador político, fortalecendo a participação popular e defendendo a justiça socioambiental. Este relato de experiência deriva do plano de ação do Estágio Supervisionado I e II em Serviço Social, realizado no âmbito do Programa de Reforma Urbana da UFPA (PARU), em consonância com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), que orienta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no compromisso com o projeto ético-político da profissão. O objetivo é analisar e sistematizar práticas de gestão social voltadas à mediação de conflitos urbanos e à defesa de comunidades impactadas por intervenções ligadas à preparação para a COP 30.

[1] Doutorando PPGSS/UFPA. E-mail: moises.vasconcelos@outlook.com.br.
[2] Docente e Pesquisadora PPGSS/UFPA. E-mail: roselene@ufpa.br.
[3] Discente de Serviço Social FAS/UFPA. E-mail: camysampaio2312@gmail.com.
[4] Discente de Serviço Social FAS/UFPA. E-mail: thaynassouza28@gmail.com.

2 Metodologia: A experiência será desenvolvida entre agosto e dezembro de 2025 no campo de estágio do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU), em articulação com o Programa de Reforma Urbana da UFPA (PARU), contando com a participação de estagiárias/os do 7º e 8º semestres de Serviço Social. As atividades seguirão o Plano de Ação do Estágio Supervisionado 2025, que prevê:

- ✓ Apoio a reuniões e plenárias do FERU e articulação com comunidades afetadas pelas obras relacionadas à COP 30;
- ✓ Visitas técnicas e levantamentos socioespaciais nas áreas impactadas;
- ✓ Sistematização de demandas comunitárias e análise de documentos públicos;
- ✓ Ações formativas sobre direito à cidade e justiça socioambiental; e
- ✓ Elaboração de relatório final e relato de experiência.

A abordagem será qualitativa e crítico-reflexiva, articulando observação participante, diários de campo e análise documental. A construção do relato seguirá os pressupostos de Mussi, Flores e Almeida (2021) descrição contextualizada, diálogo com a literatura e reflexão crítica e os princípios da Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), que preconiza a indissociabilidade entre teoria e prática e o compromisso ético-político do Serviço Social.

3 Resultados e Discussão: Embora a experiência esteja prevista para ocorrer entre agosto e dezembro de 2025, já se projetam resultados esperados a partir do plano de ação elaborado. Espera-se que a atuação das estagiárias junto ao Fórum Estadual de Reforma Urbana do Pará (FERU) contribua para fortalecer a articulação entre movimentos sociais, universidades e comunidades impactadas pelas obras relacionadas à COP 30. Entre os principais resultados previstos estão:

- ✓ Apoio técnico e metodológico às ações do FERU, ampliando a capacidade de mobilização e incidência política;

- ✓ Sistematização de informações sobre os impactos socioambientais das obras, com base em visitas técnicas, registros fotográficos, entrevistas e análise documental;
- ✓ Produção de subsídios para reivindicações comunitárias, contribuindo para a defesa de direitos e para a mediação de conflitos fundiários e urbanos; e
- ✓ Fortalecimento da participação popular por meio de oficinas, plenárias e atividades formativas sobre direito à cidade e justiça socioambiental.

A discussão desses resultados será orientada pela perspectiva de Lefebvre (2001) sobre o direito à cidade e por autores como Maricato (2011) e Harvey (2012), que problematizam o caráter excludente de processos de urbanização voltados à valorização imobiliária e ao atendimento de interesses hegemônicos. Nesse sentido, o estágio pretende não apenas acompanhar e registrar as práticas do FERU, mas também contribuir para a construção coletiva de estratégias de resistência e para a promoção de uma urbanização inclusiva na Amazônia.

Palavras-chave: Direito à cidade; Participação popular; Reforma urbana.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br. Acesso em: 15 ago. 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUSSI, Ricardo; FLORES, Fábio; ALMEIDA, Júlio César. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br. Acesso em: 15 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Ação de Estágio Supervisionado I e II:** Curso de Serviço Social, 2025. Documento interno.

Rios de luta e resistência: o protagonismo de entidades e famílias da Ilha do Combu/PA no processo de habilitação de Projetos Sociais para moradia digna

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos[1]
Oelgnandes Santos Júnior[2]
Lucineide Ferreira do Rosário[3]

1 Introdução: Este trabalho baseia-se na experiência profissional adquirida na área de Assessoria e Consultoria para elaboração de Projetos de Trabalho Social (PTS), tal vivência ocorreu no interstício de junho de 2023 a setembro de 2024, estando diretamente atrelada ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), da Caixa Econômica Federal. Esta proposta de trabalho tem por objetivo destacar o papel, a luta e a importância das entidades da Ilha do Combu, frente às questões inerentes à política habitacional autogestionada, à luta por moradias dignas e pelo direito de habitar conforme a interpretação do mundo material e simbólico daqueles/as que vivem nas comunidades do Combu.

2 Metodologia: A metodologia deste trabalho é marcada pela organicidade, ou seja, a estratégia metodológica não foi rigidamente planejada. Em vez disso, a pesquisa foi se moldando e se delineando a partir do contato com a realidade concreta do campo. O estudo é de natureza qualitativa e descritiva, utilizando a experiência profissional como principal fonte de dados. Os instrumentos de coleta de dados incluíram a observação participante e a análise de documentos produzidos ao longo da vivência, como diário de campo, relatórios e questionários. A equipe viveu imersa nessa realidade por quinze meses, acompanhando as entidades e as famílias beneficiárias em todos os

[1] Professora Substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ethiene.epas@gmail.com
[2] Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Pará. Discente de Mestrado no Programa de Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Pará. E-mail: oelgnandesjunior@gmail.com
[3] Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: museologa2106@gmail.com

trâmites necessários para a habilitação e contratação dos projetos habitacionais.

3 Resultados e Discussão: A Ilha do Combu, situada no complexo insular de Belém, localiza-se a apenas 1,5 km ao sul da cidade. Banhada ao norte pelas margens do rio Guamá, ao sul pelo furo São Benedito, ao leste pelo furo da Paciência e ao oeste pela Baía do Guajará (Dergan, 2006). A ilha destaca-se pela produção de subsistência e pela comercialização de produtos como cacau, pupunha e cupuaçu, atualmente tem como uma de suas principais atividades econômicas o extrativismo do açaí, os transportes de travessia realizado por pequenas embarcações, além da criação de pequenos animais (patos e galinhas) e da pesca de peixes e camarões. Apesar da crescente visibilidade da região no setor do turismo, é crucial destacar que, para a comunidade local, esse desenvolvimento não tem gerado benefícios integrais. Segundo relatos de moradores/as, o setor está sendo dominado por grandes empreendimentos, cujos proprietários, nas últimas décadas, adquiriram lotes estratégicos para a instalação de bares, restaurantes e pousadas. Esse processo, na percepção da comunidade, resultou em impactos negativos, como poluição sonora, o desmatamento, acidentes aquáticos, a poluição fluvial e o agravamento da violência e das desigualdades. A partir desses processos, tornou-se evidente a preocupação das comunidades e de seus representantes com a dissolução das relações tradicionais construídas no território do Combu. Isso, por sua vez, resultou no afastamento e na fragmentação da convivência comunitária, pois, em alguns trechos, os caminhos da floresta foram fechados pelos novos moradores e compradores de terras. O problema se agravou ainda mais com a expulsão ou realocação de habitantes nativos e originários para regiões mais isoladas, onde passaram a subsistir em áreas com infraestruturas inadequadas, moradias precárias e insalubres, e cujas casas, em períodos de maré alta, são invadidas ou levadas pelo rio. O cenário observado reflete a afirmação de Brenner (2018) de que a ocupação do espaço, tanto em áreas urbanas quanto rurais, não é um

processo neutro. Segundo o autor, os arranjos espaciais são o produto de uma "interação inevitável entre acumulação e espoliação" (Brenner, 2018, p. 317). Essa perspectiva evidencia que a organização do território é um reflexo direto do conflito entre a busca incessante por acumulação do capital e a desapropriação de recursos e terras de comunidades expostas a diferentes tipos de barbárie. Compreender essa interação é fundamental para analisar as desigualdades socioespaciais, a distribuição desigual de infraestrutura, serviços e oportunidades não é um acidente histórico, mas sim uma consequência calculada de um sistema que privilegia a acumulação em detrimento do bem-estar social (Rolnik, 2015). A luta por moradias dignas e pelo direito de habitar, por exemplo, torna-se uma forma de resistência contra a lógica da espoliação, foi nesse contexto que entidades se uniram para reivindicar a construção de novas casas para famílias residentes na Ilha do Combu. Entre as entidades que participaram da reivindicação estavam: Central de Movimentos Populares (CMP), Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI), Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande (AMPAIG), Cooperativa Mista da Ilha do Combu (COOPMIC), Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativos da Ilha de Belém e Adjacências (COOPTRANS). Com o objetivo de incluir as demandas comunitárias no PNHR, concomitante ao PMCMV Rural, essas entidades se apropriaram do processo de implantação da política, elas buscaram assessoria para que as informações e os projetos ficassem mais acessíveis e simplificados para os/as cooperados/as. O fato de a própria comunidade gerenciar o planejamento, a mobilização e a produção de suas habitações, assumindo responsabilidades que vão desde "a definição do terreno, do projeto, da escolha da equipe técnica, da forma da construção, da compra de materiais, da contratação da mão de obra [...] organização da vida comunitária" (Mineiro; Rodrigues, 2012, p. 21), destaca seu protagonismo. Para mais, a iniciativa evidenciou o potencial dessas entidades para alcançar seus objetivos sem depender diretamente do poder público, elas também aprenderam a qualificar seus próprios

processos por meio da interação com os diversos agentes envolvidos na produção do espaço. Mesmo que o agente social organizador de algumas demandas ainda possa ter um caráter público (como prefeitura e governo estadual) e que a liberação de documentos como o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e os títulos de propriedade dependam destes agentes públicos, foram as entidades representativas que, junto a uma equipe técnica social, conduziram e se apropriaram da política, elaborando, apresentando os projetos à CAIXA e organizando os grupos de beneficiários. O envolvimento contínuo das famílias rurais e das gestões das entidades ampliou os resultados, proporcionando maior eficiência e efetividade da política social. Morar bem se relaciona diretamente a uma nova perspectiva de vida para as famílias que buscam o direito a uma moradia digna. Esse caráter de sujeito detentor de direitos se potencializa quando a política permite que o beneficiário se sinta parte do conjunto de atores que, com diferentes papéis, garante a execução dos benefícios sociais. A experiência no PNHR demonstrou que, apesar dos inúmeros empecilhos enfrentados pelas entidades e pelas próprias famílias para a habilitação dos projetos, os dilemas foram enfrentados de forma coletiva. Inicialmente, foram propostos quatro projetos de moradia rural, mas, devido a irregularidades de registro e de objeto social em três entidades, apenas uma pôde prosseguir. Mesmo com a habilitação de somente uma entidade, o processo foi colaborativo, permitindo que os sujeitos, em sua busca por moradia digna, protagonizassem suas próprias histórias por meio da organização coletiva.

4 Considerações Finais: Por fim, cabe destacar que a ação coletiva, quando pensada a partir da realidade concreta, embora pareça simples, é complexa de se projetar e realizar. Isso se deve ao fato de que a ação coletiva é um processo que demanda tempo para conectar seus sujeitos e os seus objetivos, tal reflexão dialoga com a obra de Santos (2000), que ilumina o debate sobre as formas de uso dos espaços e o direito à cidade. Conforme o autor, "o território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o

consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam" (Santos, 2000, p. 22). Com base nisso, as entidades e as famílias beneficiárias dos projetos sociais do PNHR transcenderam a mera atuação reivindicativa de denúncia da desigualdade e da ausência de políticas públicas, elas passaram a atuar de forma propositiva, interferindo e contribuindo na construção da política em si. Com suas experiências, introduziram a proposta de assembleias, elaboraram iniciativas populares, criaram instâncias institucionais de participação e, de forma inédita na Amazônia ribeirinha belenense, habilitaram o Projeto de Habitação Rural Murucutum I, tendo 45 moradias aprovadas. Contudo, é crucial pontuar que essa luta acontece em um contexto de contradições, onde forças buscam neutralizar os movimentos populares. Há um imenso interesse de algumas representações políticas em se apropriar e produzir grandes projetos neste território. Isso reflete a lógica de Cruz, Soares e Cardoso (2018), quando destacam a ampliação da reprodução do capital, sobretudo o imobiliário. Atualmente, sabemos que os olhares estão voltados para a Amazônia belenense, especialmente com a COP-30 e suas propostas para a cidade. No entanto, não podemos esquecer das particularidades das comunidades que têm nos rios suas ruas, parafraseando Fafá de Belém (1976), tampouco das contradições e das constantes violações que atravessam esse território, que possamos sempre falar das famílias ribeirinhas, das entidades que representam a comunidade e da luta destes/as por seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Lutas; Resistências; Ilha do Combu (PA); Moradia digna.

Referências

BELÉM, Fafá de. Este rio é minha rua. *In*: Fafá de Belém. **Estória de nós dois**. Rio de Janeiro: Philips, 1976. Disponível em: https://www.letras.mus.br/fafa-de-belem/1012407/. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização:** o urbano a partir da teoria crítica. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CRUZ, Sandra H. R.; SOARES, Pedro P. de M. A.; CARDOSO, Welson de S. Belém (PA): contradições sociais do e no planejamento urbano. **Revista de políticas públicas**, São Luís, v. 22, 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9865. Acesso em: 24 ago. 2025.

DERGAN, João M. B. **História, memória e natureza:** as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202004%20JO%C3%83O%20MARCELO%20DERGAN.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MINEIRO, E. H. RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. *In*: LAGO, L. C. do (org.). **Autogestão habitacional no Brasil:** utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Gênero e interseccionalidade: um olhar crítico sobre as políticas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar na Amazônia brasileira

Halyne Lima Santana[1]
Leiliane da Conceição Silva Barbosa[2]

1 Introdução: A temática aqui apresentada, está em grande evidência na sociedade. No contexto acadêmico, a maior parte das pesquisas ainda são da área do direito que se retém a análise jurisdicional do fenômeno. O Serviço Social, por sua vez, acumulou grandes avanços acerca do objeto, porém, ainda são poucos os estudos que abordam a violência doméstica na perspectiva da interseccionalidade ao refletir sobre a vivência e a sobrevivência de mulheres amazônicas, expostas aos maiores índices de violência de gênero, quando comparadas ao restante do país. Para Andrea Alvez "O Serviço Social brasileiro produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da categoria gênero está presente nas pesquisas da área, e a intervenção profissional lida diretamente com as dimensões que envolvem o gênero" (Alves, 2018, p. 268).

2 Metodologia: Este trabalho se apoia teórica e metodologicamente em um levantamento bibliográfico cujas referências trazem reflexões sobre as relações de gênero e interseccionalidade e, dados dos relatórios de violência doméstica e familiar. Além de conjeturar a importância da luta e resistência dos movimentos feministas frente ao processo de saque, ocupação e exploração da região amazônica em sua biodiversidade.

3 Resultados e Discussão: A violência doméstica e familiar é uma violação de direitos que impacta a vida das mulheres e das meninas do mundo inteiro, porém, de formas e em escalas diferentes. Na Amazônica, essa violação de direitos é ainda maior, à medida que as mulheres estão

[1] Universidade Federal do Pará (PPGSS). E-mail: halyne.santana@gmail.com
[2] Universidade Federal do Pará (PPGSS). E-mail: barbosaleiliane772@gmail.com

duplamente expostas a violência e a discriminação por viverem em um espaço de constante tensão e conflito causados pela brutalidade do capitalismo. Assim, elas vivem duplamente ameaçadas, ora por sua luta em defesa do bioma, ora pelo ambiente de violência estrutural, patriarcal, racista e opressor. Dados retirados da plataforma "Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas" (EVA), que consolida informações dos sistemas oficiais de saúde e dos órgãos de segurança pública, indicam que, nos últimos cinco anos, as taxas de feminicídio na Amazônia aumentaram 22%, enquanto no restante do Brasil esse crescimento foi de 12%. A violência física aumentou 37%, e apenas 3% no restante do país. A violência patrimonial cresceu em 62%, contra 51% no restante do país. Já a violência psicológica teve um salto de 82% contra 14% do restante do país. A violência sexual se destaca como a mais incidente de todas. Em 2018, a taxa na região, num universo de 100 mil mulheres, era de 45,4, e no restante do Brasil, de 32,9. Em 2022, essas taxas aumentaram para, respectivamente 60,8 e 47,0. Nesse sentido, os índices supracitados demostram as marcas deixadas pelo processo de ocupação capitalista desde o século passado. "A Amazônia, enquanto fronteira de recursos, tem sido transformada em um espaço de disputa entre projetos de desenvolvimento econômico baseados na exploração dos recursos naturais e as necessidades das populações locais que são colocadas à margem desses processos" (Cruz *et al.*, 2014). Tal modelo desenvolvimentista gera impactos significativos sobre o bioma e sobre a vida das mulheres que vivem e resistem nesses espaços. Desde os primórdios da nossa história, a sociedade foi marcada por uma cultura patriarcal pautada em relações de poder que privilegiam os homens. Para a autora Maria Mies (1986, traduzido em 2022) o patriarcado e o capitalismo formam um sistema integrado de exploração, à medida que o capitalismo não se sustenta apenas na exploração assalariada, mas depende continuamente de formas de trabalho não pago especialmente o trabalho reprodutivo das mulheres e a exploração colonial. Dessa forma, ambos são partes de um mesmo processo de exploração que, historicamente, se alimentam e se reforçam mutuamente. Nesse

contexto, é indispensável pensarmos a questão da violência doméstica e familiar na Amazônia a partir do olhar da interseccionalidade, pois nos provoca a refletir as profundas interseções entre classe, raça, sexualidade e gênero, que atravessam as relações sociais para além das formas binárias. Para o sistema patriarcal, o corpo marcado por estas questões é o principal alvo da opressão e da marginalização. De acordo com Alves "O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as como mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda faz surtir seus efeitos no campo feminista atual. É a partir dele que a chamada interseccionalidade será construída" (Alves, 2018, p. 279). Neste cenário contraditório, os movimentos feministas amazônicos ganham forte protagonismo, pois, ao defender a biodiversidade defendem também a vida e a ancestralidade. A luta feminista na Amazônia está intrinsecamente vinculada ao processo histórico de colonização, marginalização social, degradação ambiental, precarização do trabalho e exclusão social das populações locais, sobretudo indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

4 Considerações Finais: Assim, esse contexto político, econômico, social, racial e ambiental é atravessado por grandes contradições e conflitos quando pensamos a questão de gênero e a sexualidade envolvida nessas relações. Nesse aspecto, é necessário que haja o fortalecimento dessas pautas, aliada a formulação de políticas públicas construídas a partir da interseccionalidade e da historicidade presente no território.

"A gente não nasce, torna-se mulher. E, no caso da mulher negra, esse tornar-se é atravessado pelo racismo, que insiste em negar a nossa humanidade." Lélia Gonzalez

Palavras-chave: Interseccionalidade; Violência doméstica; Amazônia.

Referências

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero:** diálogos com o Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SÁ, Maria Elvira Rocha de; CARDOSO, Welson de Sousa; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea**. [*S.l.*: *s.n.*], [*s.d.*].

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. (Biblioteca universitária. Série 2, citadas social I; 23).

GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso (org.). **O avesso dos direitos:** Amazônia e Nordeste em questão II. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

LEAL, Aluízio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. **Revista de Estudos Paraenses**, Edição Especial, Belém, 2010.

MARQUES, Gilberto S. fracasso do desenvolvimento regional? Instituições e desenvolvimento na Amazônia. GOMES, V.B.; VIEIRA, A.C.S. e NASCIMENTO, M.A.C. (org.). **O avesso dos direitos II:** Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPA, 2016.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial:** mulheres na divisão internacional do trabalho. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Timo; Ema Livros, 2022.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 2, p. 39-60, maio/ago. 2020.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 11–21, jan./abr. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/7110. Acesso em: 3 jun. 2025.

PLATAFORMA EVA (Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas). https://eva.igarape.org.br/. Acesso em: 08/08/2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe:** mito e realidade São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

Políticas públicas e remanejamento: as implicações do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II em Belém-PA

Alice Estefani Nascimento dos Santos[1]
Letícia Vitória dos Santos Miranda[2]
Eliza Maria Almeida Vasconcelos[3]

1 Introdução: O presente resumo expandido tem por objetivo analisar os impactos sociais decorrentes das políticas públicas de saneamento, especialmente em relação as populações de baixa renda que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Tendo como foco o trabalho realizado pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN II (PROMABEN II), executado pela Prefeitura de Belém. Buscando compreender as transformações no espaço urbano e as formas que o remanejamento de famílias afeta a organização territorial e as condições de moradia da população atingida. A fundamentação teórica baseia-se em estudos acerca do direito à cidade, da análise histórica e institucional das políticas habitacionais no Brasil, destacando a criação do Ministério das Cidades, em 2003, seguido da aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, além do planejamento, produção e reprodução do espaço urbano, a partir de autores clássicos como Henri Lefebvre (2001) e autores contemporâneos e locais que abordam as questões dos impactos das intervenções urbanas e permitindo uma leitura crítica destes processos e seus reflexos na dinâmica urbana e social.

2 Metodologia: A metodologia utilizada para elaboração deste resumo expandido foi baseada em uma abordagem de cunho qualitativa por meio da realização de uma revisão bibliográfica sistematizada, abrangendo

[1] Universidade Federal do Pará – UFPA, graduanda de bacharelado em Serviço Social, bolsista voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU, aliiiceestefanisantos@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará – UFPA, graduanda de bacharelado em Serviço Social, bolsista voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU, asleticiamiranda@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Doutora em Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estágio doutoral na Universidade de Coimbra, Portugal e Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, vasconcelos.ema@gmail.com.

livros, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas e documentos oficiais de cunho federal e municipal.

3 Resultados e Discussão: Lefebvre (2001), apesar da luta de classes expressar o contraste entre riqueza e pobreza, esta não impede o apego e o sentimento de pertencimento em relação à cidade, devido à manutenção do caráter comunitário advindo da aldeia e reinterpretado em sua organização corporativa. O autor reitera que o direito à cidade não se detém aos direitos concretos como saúde, trabalho, educação e habitação, mas sim que estes apresentam-se como complemento aos direitos abstratos do homem como cidadão que estão ligados à nostalgia, momentos e aos simbolismos, fazendo-se necessária a pressão da classe operária para reconhecê-los. Santos (2016) expressa que devido a sociedade ser dividida em classes sociais que possuem interesses conflitantes e irreconciliáveis, a mesma demanda a instituição de um poder que os apascente, com isso o Estado surge como uma exigência para o desenvolvimento da própria sociedade, fazendo-se fundamental para mantê-la produzindo e se desenvolvendo. Segundo Portela (2018), a cidade é o resultado de intervenções no espaço urbano, sejam estas públicas ou privadas, estando sujeita as mudanças na dinâmica capitalista diante da exploração de espaços para inserção de infraestrutura e abertura de mercados favoráveis ao capital. Com isso, evidenciando as contradições em que o Estado atua como agente principal seguindo as diretrizes do Capital e as pressões sociais. O PROMABEN II tem como meta beneficiar aproximadamente 300 mil moradores da Bacia da Estrada Nova, abrangendo bairros como Guamá, Jurunas e Condor, caracterizados por alta densidade populacional e vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, os dados da Subcoordenadoria Social do Programa apontam que 633 famílias foram cadastradas como diretamente impactadas pelas obras, distribuídas em quatro trechos, com diferentes modalidades de reassentamento e compensações. (Belém, 2025). Apesar de o discurso oficial ressaltar a sustentabilidade social e urbana, na prática o processo de

remanejamento tem reproduzido desigualdades, o deslocamento involuntário compromete laços comunitários, referências territoriais e segurança de posse das novas moradias. Além disso, a participação popular mostrou-se limitada, com insuficiência de informações claras e dificuldades de acesso aos processos decisórios. Tal cenário reforça o entendimento de que políticas urbanas focalizadas, que são justificadas em nome do "interesse público", acabam atendendo mais aos interesses do capital imobiliário do que às necessidades das populações atingidas. Do ponto de vista institucional, observa-se a tensão entre os objetivos previstos em documentos oficiais como a Política Nacional de Habitação (2004) e o Plano Nacional de Habitação (2009) e a realidade de execução local, que mantém práticas excludentes e pouco transparentes. A análise revela que, ao mesmo tempo em que o Estado promove melhorias em infraestrutura, intensifica também a segregação socioespacial e os conflitos territoriais.

4 Considerações Finais: Portanto, apesar dos desafios enfrentados, especialmente no que tange o remanejamento de famílias, o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN II), representa uma tentativa válida de requalificação urbana na região metropolitana de Belém, tendo como intuito a melhoria da qualidade de vida de aproximadamente 300 mil habitantes por meio de obras de drenagem, saneamento básico, infraestrutura viária e ações de urbanização. Entretanto, as políticas higienistas que perpetuam as desigualdades estruturais desconsideram o sentimento de pertencimento, as necessidades e estratégias de sobrevivência das populações, devido à ausência de um planejamento urbano que considere as dinâmicas locais. Portanto, é imperativo que o PROMABEN II possui a necessidade de ser monitorado sob a ótica dos direitos humanos e da justiça socioespacial, para potencialização de seus benefícios e da participação efetiva da população.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Remanejamento; PROMABEN II.

Referências

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Plano Diretor do Município de Belém.

BID. **Política operacional OP-710:** reassentamento involuntário. Washington, D.C., 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PORTELA, Roselene. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará. **Emancipação**, v. 18, n. 2, p. 281-300, 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Amazônia: território de riquezas, desigualdades e lutas sociais

Bianca Neves Arnaud[1]
Eliane de Castro Gomes[2]

1 Introdução: A Amazônia ocupa um lugar estratégico no cenário brasileiro e mundial, sendo reconhecida bela abundância de recursos naturais e pela diversidade sociocultural. No entanto, essa mesma região é historicamente marcada por contradições profundas: de um lado, a riqueza natural que atrai interesses nacionais e internacionais; de outro, a pobreza, a exclusão e a negação de direitos sociais à maioria da população que nela vive. Desde o processo de colonização, a Amazônia foi inserida na lógica do mercado mundial como espaço de extração e exploração, subordinada aos interesses externos, em detrimento das necessidades da população local. Essas dinâmicas persistem ao longo da história, assumindo novas formas no contexto contemporâneo, especialmente te por meio de grandes projetos econômicos que reforçam a expropriação e a desigualdade social. Neste sentindo, compreender a formação social, econômica e política da Amazonia é fundamental para analisar os desafios atuais e refletir sobre as resistências em curso. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a exploração histórica da Amazonia e suas consequências sociais, articulando com o debate sobre políticas sociais.

2 Metodologia: O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e analítica, com base em autores que contribuem para a compreensão da formação social, econômica e política da Amazonia. Entre eles, destacam-se Eduardo Galeano (2002), Celso Furtado (2005), Gilberto Marques (2016) e Aluísio Leal (2008). A metodologia fundamenta-se na perspectiva da teoria social critica, que busca interpretar as contradições histórica e estruturais do capitalismo. A

[1] Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: biancaarnaud01@gmail.com.
[2] Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: eliane.gomesss1012@gmail.com.

analise critica centrou-se na articulação entre exploração econômica, a questão social e a insuficiência das políticas sociais na região.

3 Resultados e Discussão: A analise bibliográfica evidencia que a exploração da Amazônia não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um processo histórico mais amplo de colonização e dependência. Como afirma Galeano (2002), desde o período colonial a América latina, e em especial a Amazônia, foi incorporada à lógica do mercado mundial como espaço de fornecimento de matérias-primas, em uma relação desigual com os países centrais. Celso Furtado (2005) acrescenta que, no contexto de modernização brasileira, a Amazônia foi incorporada a projetos de desenvolvimento econômico que, longe de promover a melhoria das condições de vida da população local, de povos tradicionais, mas sim em favorecimento do grande capital, o qual intensificou a concentração de renda e de poder. Grandes projetos, como a construção da rodovia Transamazônica e a exploração de mineral em larga escala exemplificam essa dinâmica. Para tanto, Gilberto Marques (2016), aprofunda essa crítica ao demonstrar que a chamada "integração nacional" teve como base a expropriação de povos tradicionais e o favorecimento do grande capital. De acordo com autor, esse modelo de desenvolvimento resultou em contradições sociais marcantes: a concentração da riqueza em poucas mãos e a permanência de altos índices de pobreza, precarização do trabalho e ausência de direitos sociais para a maioria da população amazônida. Aluísio Leal (2008) ressalta que tais contradições se expressam na negação de políticas públicas universais e no agravamento de vulnerabilidade social, principalmente em áreas urbanas periféricas. Portanto, a questão social na Amazônia, assume contornos específicos, diretamente vinculados à exploração histórica e a fragilidade das políticas sociais. Essa realidade incide sobre diferentes segmentos populacionais, incluindo pessoas idosas, crianças e mulheres negras e pobres. Apesar desse cenário de desigualdade e expropriação, a Amazônia também é território de resistência. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos,

movimentos sociais urbanos e rurais tem protagonizado lutas históricas pela defesa do território, da cultura e dos direitos sociais. Essas resistências representam vozes que se opõem ao avanço do capital sobre a Amazônia.

4 Considerações Finais: A trajetória histórica da Amazônia revela a exploração de suas riquezas naturais e humanas foi estruturante para o desenvolvimento desigual do Brasil. O objetivo deste trabalho foi analisar criticamente a exploração histórica da Amazônia e suas consequências sociais, consolidando contradições sociais que ainda marcam profundamente a região. A ausência de políticas sociais universais e a precarização do trabalho agravam a vulnerabilidade da população amazônida, reiterando a necessidade de repensar os caminhos do desenvolvimento e da proteção social e alternativas de construção de um projeto societário que priorize a vida, a justiça social e a preservação ambiental. Compreender a Amazonia em sua historicidade e complexidade é fundamental para pensar políticas sociais efetivas e estratégias de resistência. Aos mesmos tempos, reafirma-se a necessidade de que a produção acadêmica se comprometa com a luta por justiça social e com a construção de alternativas emancipatórias para os povos da região.

Palavras-chave: Amazônia; Questão social; Políticas sociais.

Referências

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEAL, Aluízio Ferreira. **Amazônia:** territórios, sujeitos e saberes em disputa. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

MARQUES, Gilberto S., Fracasso do Desenvolvimento Regional? Instituições e desenvolvimento na Amazônia. *In*: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso Nascimento (org.). **O**

avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

Direito à cidade e reforma urbana: a atuação do PARU junto aos moradores do Portal da Amazônia em Belém (PA)

Leticia Vitória dos Santos Miranda[1]
Eliza Maria Almeida Vasconcelos[2]
Alice Estefani Nascimento dos Santos[3]
Thayná dos Santos Souza[4]
Jakeline da Conceição Oliveira Miranda[5]

1 Introdução: O direito à cidade e à moradia digna, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, enfrentam desafios históricos nas cidades amazônicas, marcadas por desigualdades socioespaciais e processos de urbanização excludentes (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014). Em Belém do Pará, o Projeto Portal da Amazônia, iniciado em 2007 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscou requalificar a orla urbana visando integração e desenvolvimento econômico na região. Porém, este processo resultou no remanejamento forçado de cerca de 360 famílias ribeirinhas, muitas ainda sem reassentamento definitivo (Brasil, 2010). Passados 17 anos, apenas parte das famílias foi realocada, persistindo a precariedade habitacional e a desarticulação das políticas públicas (Fundação João Pinheiro, 2023). Este trabalho objetiva explicitar a atuação do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), enquanto iniciativa de extensão universitária voltada à assessoria técnica popular, junto ao movimento comunitário de Associação de Moradores do do Portal da Amazônia, enfatizando estratégias de resistência e mobilização frente à negligência estatal, especialmente no contexto da COP30, que impõe novas pressões sobre o espaço urbano (Rolnik, 2015).

[1] Universidade Federal do Pará – UFPA, graduanda de bacharelado em Serviço Social, bolsista voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU, letdesantosmiranda@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estágio doutoral na Universidade de Coimbra- Portugal e Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, vasconcelos.ema@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará – UFPA, graduanda de bacharelado em Serviço Social, bolsista voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU, aliiiceestefanisantos@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará – UFPA, graduanda de bacharelado em Serviço Social, bolsista voluntária do Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU, thaynassouza28@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará – UFPA, Assistente social formada pela UFPA, jakeoliveirami-randa@gmail.com.

2 Metodologia: O estudo configura-se como relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter participativo. Dessa forma, as ações do PARU envolveram reuniões comunitárias, mapeamento efetivo das demandas apresentadas pela Associação de Moradores, registros audiovisuais e sistematização de dados sobre as condições de moradia. Este trabalho integrou estudantes e profissionais das áreas de Serviço Social, operando com base nos princípios da reforma urbana popular e da autogestão (Maricato, 2011). Foram analisados documentos institucionais, relatórios do movimento de moradia, legislações urbanísticas e registros das atividades do programa.

3 Resultados e Discussão: O caso do Portal da Amazônia revela contradições das políticas urbanas locais, especialmente quando vinculadas a projetos de grande visibilidade, como os da COP30: Esses projetos avançam rapidamente para atender demandas de "embelezamento" da cidade, enquanto os processos de reparação histórica às comunidades removidas permanecem negligenciados. Esse cenário expõe a tensão entre o planejamento urbano voltado ao mercado e a luta pelo direito à permanência e à memória territorial (Harvey, 2014; Maricato, 2011). A proximidade da COP30 intensificou o risco de novas remoções e reforçou a urgência da pauta habitacional (Fundação João Pinheiro, 2023). O trabalho do PARU evidenciou o papel estratégico das assessorias técnicas universitárias como mediadoras entre universidade, sociedade e direitos sociais, contribuindo para romper barreiras institucionais, democratizar a informação e ampliar a participação popular (Rolnik, 2015). Contudo, a rotatividade de gestores, a falta de transparência nos critérios de reassentamento e a descontinuidade das políticas públicas permaneceram como entraves significativos para o avanço dessa pauta (Maricato, 2011).

4 Considerações Finais: A experiência do PARU no Portal da Amazônia reafirma a relevância da assessoria técnica popular na promoção do

direito à cidade, especialmente em contextos de conflito fundiário e vulnerabilidade socioespacial (Harvey, 2014; Lefebvre, 2001). A metodologia participativa possibilitou não apenas o fortalecimento da resistência comunitária, mas também a produção de conhecimento crítico sobre as práticas urbanísticas na Amazônia. É necessário consolidar e expandir iniciativas como o PARU, garantindo recursos, institucionalização e continuidade, de modo a atender outras comunidades ameaçadas por remoções forçadas. No contexto da COP30, torna-se imperativo que as agendas de infraestrutura e revitalização urbana sejam acompanhadas de políticas efetivas de habitação e regularização fundiária, respeitando a permanência e a dignidade das populações historicamente marginalizadas (Rolnik, 2015; Maricato, 2011).

Palavras-chaves: Direito à Cidade; Habitação; Extensão Universitária

Referências

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):** balanço de ações 2007-2010. Brasília: Presidência da República, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022:** dados preliminares. Belo Horizonte: FJP, 2023.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Desafios e estratégias do Serviço Social na implementação da Política de Regularização Fundiária Urbana de interesse social: estudo de caso na comunidade Pedreirinha, Castanhal/PA

Julyane Santos Da Silva[1]
Nadia Socorro Fialho Nascimento[2]

1 Introdução: A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) está diretamente ligada ao direito à moradia (Lei n. 13.465, 2017), configurando-se ao lado da habitação, saneamento e mobilidade urbana, como uma ação estratégica para garantir dignidade às populações urbanas historicamente excluídas. No estado do Pará, marcado por índices elevados de pobreza, a cidade de Castanhal apresenta cerca de 30,5% da população em situação de vulnerabilidade social (IBGE, 2022). A comunidade Pedreirinha, foco deste estudo, se caracteriza como uma área de ocupação espontânea, que abrange áreas de proteção ambiental, o que agrava sua situação social e legal das famílias que a ocupam. A partir de uma experiência extensionista este resumo apresenta reflexões sobre a contribuição do Serviço Social em ações multiprofissionais de regularização fundiária para a população residente na comunidade Pedreirinha.

2 Metodologia: O estudo está fundamentado na perspectiva crítico-dialética, com base em pesquisa bibliográfica, documental e na análise da experiência prática vivenciada por meio de um projeto de extensão universitária na área de Serviço Social voltado à regularização fundiária urbana de interesse social. Para sua elaboração foram utilizados os relatórios Meta I, II e III do referido projeto de extensão, com ênfase no trabalho realizado na Comunidade Pedreirinha no município de Castanhal. O acompanhamento do processo – estratégias adotadas, dificuldades enfrentadas e impactos sociais – permitiu compreender a importância da articulação entre a dimensão técnico-operativa do Serviço

[1] Universidade Federal do Pará. E-Mail: silvajulyane671@gmail.com
[2] Universidade Federal do Pará. E-Mail: fialho@ufpa.br

Social e a implementação da política de regularização fundiária urbana de interesse social, especialmente na produção dos Pareceres Sociais exigidos para titulação dos lotes na comunidade.

3 Resultados e Discussão: A atuação do Serviço Social na equipe multiprofissional que atuou no projeto de extensão em destaque foi central na construção de vínculos com a população, especialmente para a superação de obstáculos em relação a organização documental necessária para a composição de dossiês das famílias. Dentre os principais desafios enfrentados estavam a ausência de documentação pessoal por parte das(os) moradoras(es), resistência causada pela falta de informação sobre o processo de regularização fundiária e a insegurança em relação ao processo jurídico. Durante a análise dos documentos das 38 famílias beneficiadas pelo projeto de extensão, foram identificadas inconsistências que foram sanadas por meio de contatos telefônicos e mensagens de texto via whatsapp. Uma dessas inconsistências disse respeito ao Número de Identificação Social (NIS) que, em muitos casos, encontrava-se ilegível, sendo que este documento é essencial para a identificação de famílias de baixa renda que possuem o direito a REURB-S. Outro obstáculo enfrentado pela equipe de Serviço Social no trabalho junto às famílias beneficiadas disse respeito à incompreensão sobre a terminologia jurídica nos Pareceres Sociais, o que demandou diálogo com profissionais do Direito para garantir a correta interpretação dos dados civis e patrimoniais, visto que grande parte da equipe era composta por estagiários graduandos de Serviço Social. Houve um trabalho mais sensível na confecção dos pareceres após as dúvidas sanadas, pois foi necessária uma nova revisão da documentação para que os pareceres estivessem completos e de acordo com os dados de cada família beneficiada. O caso da comunidade Pedreirinha é exemplo do quanto a escuta ativa, a mediação de conflitos e o diálogo entre saberes são fundamentais para que o direito à cidade deixe de ser promessa e se torne realidade concreta, assim essas questões se tornaram desafios, visto que, devido a distância nada disso foi realizado. O que acabou ocasionando

na desconfiança da comunidade que se sentira apenas como um número em um papel.

4 Considerações Finais: A experiência extensionista na comunidade Pedreirinha evidencia que a regularização fundiária urbana de interesse social deve ser compreendida em uma perspectiva ampliada, indo além da titulação de lotes. A análise crítica da REURB-S mostra que, embora a Lei 13.465/2017 proponha avanços, ainda há limitações na sua aplicação prática, especialmente em contextos onde a informalidade urbana se relaciona com a exclusão histórica da população. A regularização, quando tratada apenas como formalização da posse, corre o risco de ignorar as necessidades reais das famílias, como acesso a serviços de água, esgoto, energia, transporte e educação. A análise dos resultados do Projeto de Extensão revelou a complexidade do processo de regularização fundiária na comunidade Pedreirinha. A efetividade das ações depende do engajamento da população, da formação crítica das(os) profissionais e da atuação interprofissional. O trabalho das(os) assistentes sociais, nesse cenário, reflete o compromisso com os princípios ético-políticos da profissão, contribuindo para parte do processo de Regularização Fundiária. A Regularização Fundiária, portanto, só alcançará os objetivos constantes da se estiver acompanhada da implementação de políticas públicas que assegurem condições dignas de vida, infraestrutura urbana e o fortalecimento da cidadania. A prática revelou a importância do trabalho coletivo e da participação social para o avanço da regularização fundiária de forma ética, crítica e sensível às particularidades locais.

Palavras-chave: Serviço Social; Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social; Extensão Universitária.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: https://censo2.eu.gov.br. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: jul. 2025

FERNANDES, E. Direito à cidade e regularização fundiária. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, UnB, v. 1, n. 2, 2009.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa no serviço social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

MARICATO, E. A terra é um nó na sociedade brasileira, também nas cidades. **Cultura Vozes**, n. 6, dez. 1999.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PARU. Relatórios Meta I, II e III do Projeto de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, 2021-2023. Belém, ICSA.

Direito à cidade e desigualdades socioespaciais: gênero e diversidade sexual nas cidades

Alícia Moraes Palheta[1]
Yves Yara Oliveira Alves[2]

1 Introdução: Na sociedade capitalista, as cidades se desenvolvem de forma rápida e desigual, marcadas pela ausência de planejamento urbano e pela insuficiência de serviços públicos que atendam, de maneira ampla e equitativa, a maior parte da população. Nesse cenário, grupos sociais historicamente minorizados, como as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+[3], que apesar de participarem da produção e reprodução social dos contextos socioespaciais urbanos, encontram barreiras específicas para acessar e usufruir plenamente das cidades. Diante disso, este trabalho propõe discutir o direito à cidade a partir da perspectiva de gênero e diversidade sexual, destacando os obstáculos enfrentados por esses grupos no cotidiano das cidades.

2 Metodologia: Esta discussão teórica se orientou a partir do método materialista histórico-dialético, entendendo a realidade a partir de sua materialidade, historicidade e movimento dialético. Adotando uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida no período de um mês, e consistiu em uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura que discute o tema do direito à cidade, gênero e diversidade sexual.

3 Resultados e Discussão: O conceito de direito à cidade, elaborado por Lefebvre (1991), propõe a apropriação coletiva do espaço urbano e a participação social em sua produção. Entretanto, essa formulação é criticada por se apoiar em uma visão universalizante, que desconsidera

[1] Assistente Social (UFPA), Especialista em Políticas Públicas (UNIMINAS) e Residente do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB). Email: aliciamoraes00@gmail.com.
[2] Graduanda de Serviço Social (UFPA), integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPA). Email: yvesyara.31@gmail.com.
[3] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades de gênero e sexualidades dissidentes da norma cisheteressexual.

marcadores como gênero, raça, sexualidade e classe, reproduzindo a experiência de um sujeito hegemônico, cujas vivências não representam a diversidade urbana. Ao se analisar a partir do gênero, evidencia-se que as mulheres historicamente foram associadas ao que o feminismo marxista denomina reprodução social, isto é, o conjunto de atividades necessárias à manutenção da vida cotidiana e à reprodução da força de trabalho (Arruzza, 2015). Esse trabalho, geralmente realizado de forma invisível e não remunerada, é condição indispensável para a produção capitalista, pois sem o trabalho de reprodução social, não há a reprodução do componente mais valioso para a acumulação de capital: a força de trabalho (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam obstáculos específicos diante da lógica cisheteronormativa que estrutura os espaços urbanos e dificulta a vivência plena da diversidade sexual e de gênero, seja pela violência física e simbólica em ruas, transportes e equipamentos públicos, seja pela invisibilidade nos processos de planejamento urbano. Essa divisão do espaço, organizada segundo padrões de gênero e sexualidade convencionados, contribui para a marginalização de travestis e transexuais, que muitas vezes são submetidas a condições de trabalho insalubres e mal remuneradas, dificultando seu pleno direito à cidade (Giacomini; Lima, 2024). Casais homoafetivos também enfrentam exclusão em espaços coletivos, evidenciando como relações de poder e valores sociais determinam quem pode usufruir da cidade de forma plena. Harvey (2012) ressalta que o direito à cidade não é apenas acesso individual a recursos urbanos, mas um direito coletivo de transformação da vida pela transformação da cidade. Assim, políticas públicas urbanas precisam considerar as desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade, incorporando as demandas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Para tanto, a inserção desses grupos nos debates institucionais sobre planejamento urbano é fundamental, mas deve ser acompanhada do reconhecimento das diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade que atravessam suas experiências. Movimentos sociais de mulheres e LGBTQIA+ assumem, assim, papel estratégico na construção

de cidades mais justas, inclusivas e sensíveis às desigualdades socioespaciais.

4 Considerações Finais: O direito à cidade se mostra como a apropriação coletiva e democrática do espaço urbano, onde há participação social em sua produção. Entretanto, isso não se mostra real para a maioria da população, em especial, para as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que apesar de participarem da produção material de riqueza social, e da reprodução social das cidades – no conjunto de atividades não remuneradas necessárias para a manutenção do capital – enfrentam obstáculos no acesso ao espaço urbano, como violências físicas e simbólicas nas ruas, transportes e equipamentos públicos, ausência de serviços e direitos essenciais como saúde, educação, trabalho, habitação, educação, saneamento básico, segurança etc., e invisibilidade nos espaços decisórios de participação social e planejamento urbano. Isto se dá pois muitas das cidades não são pensadas para esses corpos e suas realidades, mas sim para atender os interesses do capital e seus detentores. Nesse sentido, entendendo o direito à cidade não como um simples direito individual de acesso aos recursos urbanos, mas um direito coletivo de transformação da vida pela transformação da cidade, é necessário a elaboração e implementação de políticas públicas que levem em consideração a realidade desses grupos e as desigualdades de gênero, raça e classe e sexualidade, para que estes possam acessar o espaço urbano de maneira integrada e democrática, não apenas reduzindo o direito à cidade a um simples direito de ir e vir, mas que estes grupos tenham acesso pleno a direitos essenciais para uma cidadania digna. Para isso, mostra-se imprescindível que grupos sociais historicamente minorizados, como as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, participem dos espaços institucionais de discussão e de planejamento urbano. Desta maneira, a atuação política de movimentos de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ assume um protagonismo na construção de cidades mais justas, equitativas e humanizadas.

Palavras-chave: Direito à cidade; Gênero; Diversidade Sexual.

Referências

ALMEIDA, R. G de; SANTOS, M. A. dos. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. **Psicologia USP**, v. 35, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/GdPcWNZ7S3PNpGMwGDBDYVr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 ago. 2025.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou Capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, pp. 33-58, 2015. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 09 ago. 2025.

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GIACOMINI, C. R. M; LIMA, W. M. O planejamento urbano inclui as travestis e transexuais? Direito à cidade e a população travesti e transexual. **PIXO:** Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 30, p. 248-261, 7 dez. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/28208. Acesso em: 10 ago. 2025.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, v. 29, p. 73–89, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 10 ago. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

Regularização urbana e justiça socioespacial: uma análise crítica do projeto de extensão no bairro do Benguí, Belém (PA)

Manoele Marques Monteiro da Silva[1]
Welson de Sousa Cardoso[2]
Letícia Vitoria dos S. Miranda[3]

1 Introdução: A regularização fundiária urbana é um instrumento central para a promoção da justiça socioespacial, especialmente em cidades brasileiras historicamente marcadas pela exclusão da população de baixa renda do acesso à terra legalizada e à moradia formal. Em Belém do Pará, esse processo se agrava pela ausência de políticas habitacionais consistentes, pelo crescimento urbano acelerado e pela fragilidade do planejamento urbano. O bairro do Benguí exemplifica esse cenário, com ocupações irregulares, carência de infraestrutura e insegurança jurídica da posse da terra. Nesse contexto, a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do projeto de extensão "Regularização Fundiária de Interesse Social", atua prestando apoio técnico e jurídico às famílias, com ações de mapeamento, levantamento cadastral e orientação legal, analisadas aqui de forma crítica quanto a seus desafios, resultados e contribuições à construção de soluções integradas para os problemas urbanos.

O projeto de extensão teve como objetivos principais:

- ✓ Contribuir para a regularização fundiária de famílias residentes em áreas irregulares no bairro do Benguí, garantindo-lhes o direito à moradia formalizada;
- ✓ Oferecer assistência técnica, cartográfica e jurídica aos moradores, promovendo o acesso à informação e à cidadania;
- ✓ Produzir dados e diagnósticos territoriais capazes de subsidiar políticas públicas urbanas e auxiliar a atuação do poder público local; e

[1] Universidade Federal do Pará – UFPA; Graduanda de Bacharelado em Serviço Social; manoele-marquesm@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará – UFPA, Doutor em Ciências Socioambientais (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); cardosow5@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará – UFPA; Graduanda de Bacharelado em Serviço Social; letdesantosmiranda@gmail.com.

- ✓ Promover a integração entre universidade e sociedade por meio da troca de saberes e da formação cidadã de estudantes e moradores.

2 Metodologia: Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na análise da experiência do projeto de extensão universitária "Regularização Fundiária de Interesse Social", desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a comunidade do bairro do Benguí, em Belém. A opção por essa abordagem justifica-se pela complexidade das dimensões sociais, jurídicas e territoriais que envolvem a regularização urbana, exigindo uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências no espaço informal. O estudo foi realizado acompanhando todas as etapas de planejamento, execução e avaliação parcial do projeto. O bairro do Benguí foi escolhido como área de intervenção devido à sua expressiva concentração de moradias em situação irregular, à vulnerabilidade social de grande parte de seus habitantes e à carência de políticas públicas voltadas à regularização fundiária e à urbanização integrada. Quanto ao tipo de pesquisa, foram combinadas as seguintes estratégias metodológicas: a) Pesquisa Documental e Bibliográfica: foram coletadas e analisadas legislações pertinentes à temática da regularização fundiária (como o Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 e a Lei nº 13.465/2017), além de documentos institucionais do projeto e materiais acadêmicos relacionados à urbanização informal, extensão universitária, direito à cidade e justiça socioespacial. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo fornecer os fundamentos teóricos que sustentam a análise crítica da experiência; b) Pesquisa de Campo: a etapa de campo consistiu na aplicação de instrumentos de coleta de dados diretamente com a população residente nas áreas irregulares do bairro do Benguí. Para isso, foram utilizados:

- ✓ Mapeamento territorial, foi realizada a delimitação espacial das áreas ocupadas, identificando tipos de ocupação, densidade habitacional, infraestrutura e áreas de risco ambiental;

- ✓ Levantamento socioeconômico e jurídico: a equipe técnica do projeto realizou visitas domiciliares com aplicação de questionários semiestruturados, coletando dados sobre perfil familiar, tempo de ocupação, documentação da posse, acesso a serviços públicos e percepção sobre a regularização; e
- ✓ Entrevistas abertas e escuta comunitária: foram promovidas reuniões com lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos, com o objetivo de entender os entraves locais, promover a participação social e fomentar a construção coletiva de soluções.

Essa metodologia permitiu não apenas o levantamento de dados técnicos e legais, mas também a construção de vínculos com a comunidade e a produção de conhecimento territorial que subsidiou as estratégias de intervenção e reflexão crítica. Ao integrar diferentes tipos de pesquisa, a proposta metodológica buscou equilibrar o rigor acadêmico com o compromisso ético e social da universidade frente aos desafios urbanos contemporâneos.

3 Resultados e Discussão: A atuação do projeto no bairro do Benguí evidenciou a potência transformadora da universidade como agente de mudanças sociais e urbanas, a aproximação entre estudantes, professores e moradores fortaleceu vínculos comunitários, ampliou a compreensão dos direitos territoriais e gerou insumos relevantes, como mapeamentos e diagnósticos capazes de subsidiar políticas públicas. Contudo, a experiência também revelou limites da ação extensionista diante da magnitude da informalidade urbana, marcada por precariedade institucional, entraves legais, escassez de recursos e descontinuidade das ações. Somam-se a isso a desconfiança da população em relação ao Estado e o receio de remoções ou cobrança de impostos, reforçando a necessidade de processos educativos permanentes e maior participação popular.

4 Considerações Finais: A experiência no bairro do Benguí evidencia que a regularização fundiária ultrapassa o campo técnico-legal,

configurando-se como um processo político e social. O projeto de extensão da UFPA mostrou-se fundamental ao dar visibilidade às demandas da população periférica e aproximar o saber acadêmico das realidades locais. Contudo, para que alcance seus objetivos de justiça social, direito à cidade e redução das desigualdades, é indispensável o compromisso contínuo do Estado, a articulação intersetorial e o fortalecimento da cidadania nos territórios populares.

Palavras-chaves: Regularização Fundiária; Justiça Socioespacial; Direito à Cidade; Extensão Universitária; Políticas Urbanas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). **Diário Oficial da União**, Brasílio, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. **Diário Oficial da União**, Brasílio, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Cidadania**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 13 e 15 e sua relação com os processos de uso e ocupação do solo na Amazônia Legal: uma avaliação a partir do conceito de justiça climática

Marcela Paz da Silva Enriquez[1]
Marcelo Bentes Diniz [2]

1 Introdução: O artigo apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que condizem com uso e ocupação do solo, relacionando, também, os estados e municípios que mais (menos) contribuem com a redução nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Toma-se como o embasamento teórico-conceitual da justiça climática e dados do Sistema Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima, e dos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017, para mostrar que existem diferenças entre estados e municípios na divisão das responsabilidades na emissão de gases de efeito estufa derivadas dos processos de uso e ocupação do solo, na condição de vulnerabilidade dessas unidades territoriais aos potenciais impactos e efeitos das mudanças climáticas dentro da região e que vão de encontro a uma noção de justiça climática na própria região amazônica.

2 Metodologia: O presente trabalho traz alguns indicadores e a reflexão voltados ao acompanhamento dos indicadores e metas da Agenda 2030, relacionadas ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13: "Ação contra a mudança global do clima" e o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 15: "Vida terrestre", relacionando-os com o uso e ocupação do solo da Amazônia. Em relação ao Censo Agropecuário, as edições de 2006 e 2017 foram comparadas, a partir de seus vários tipos de uso do solo: pecuária, lavoura permanente, temporária, áreas em boas e más condições, e a emissão líquida de carbono para cada município da Amazônia Legal. Esses municípios foram ranqueados e nesse artigo,

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: marcela.enriquez@icsa.ufpa.
[2] Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Pará. E-mail: mbdiniz2007@gmail.com.

foram selecionados os municípios que possuem emissão líquida negativa, ou seja, que absorvem gás carbônico da atmosfera.

3 Resultados e Discussão: Indicador 13.1.1: Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas, atribuído a desastres por 100 mil habitantes; utilizando como fonte os dados fornecidos pelo site ODS-IPEA, estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação (IBGE).

Tabela 1 – Média de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas, atribuído a desastres, por 100 mil habitantes, nacional e sem a Amazônia Legal, de 2015 a 2022

Média	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Média Amazônia Legal	1.416,8	27,0	457,7	221,4	517,5	1.324,3	1.923,6	672,6
Média Nacional	648,7	145,6	305,8	150,9	349,3	873,7	1.260,5	564,2

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do SIDRA/IBGE, acesso em agosto de 2024.

Gráfico 1 – Média de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas, atribuído a desastres, por 100 mil habitantes, nacional e sem a Amazônia Legal, de 2015 a 2022



Fonte: Elaboração dos autores. Dados do SIDRA/IBGE, acesso em agosto de 2024.

Indicador 15.1.1: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. A perda florestal ocorrida entre os anos de 2006 e 2017 em termos de proporção da área, ficou concentrada na faixa entre 10 a 30 % da área do município, seguido pela faixa de 20 a 50% e foi espacialmente mais significativa nos estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, respectivamente, com 68, 30, 21, 19 e 19 municípios pertencentes a esses estados com perdas florestais nas duas faixas mencionadas.

Tabela 2: Perda (%) de Área de Floresta como proporção da área municipal entre os anos de 2006 e 2017 para os Estados da Amazônia Legal

Var. %	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	MT
100	0	0	0	0	0	0	0	1	0
80 ≤ x < 100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50 ≤ x < 80	0	0	0	0	0	2	0	2	0
30 ≤ x < 50	1	0	0	2	4	2	3	16	1
10 ≤ x < 30	18	2	2	8	26	4	16	52	20

Fonte: Elaborado dos autores. Dados do PRODES/INPE.

Indicador 15.1.2: Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema, com dados do SIDRA, IBGE. Os dados permitiram observar o crescimento da proporção de KBAs da Amazônia Legal com relação às KBAs do Brasil, e percebe-se a importância de KBAs da Amazônia em relação às do Brasil. Assim, a soma da interseção de KBAs dentro de UCs no Brasil cresce em uma proporção menor do que cresce na Amazônia, apontando a relevância da área florestal da Amazônia para esse indicador.

Tabela 3 – KBAs AMAZÔNIA/KBAs-BRASIL até 2023

Ano	Soma da área de Unidades de Conservação do BRASIL que têm intersecção com as áreas-chave para a biodiversidade (KBAs-BRASIL)	Soma da área de Unidades de Conservação AMAZÔNIA que têm intersecção com as áreas-chave para a biodiversidade (KBAs-AMAZÔNIA)	(KBAs-AMAZÔNIA) /(KBAs-BRASIL) (%)
2015	515.116	409.804	0,796
2016	516.076	410.215	0,795
2017	518.757	410.814	0,792
2018	525.157	413.483	0,787
2019	525.233	413.533	0,787
2020	525.332	413.533	0,787
2021	525.438	413.533	0,787
2022	545.121	433.199	0,795
2023	545.143	433.199	0,795

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.

Indicador 15.2.1: Progressos na gestão florestal sustentável – Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente. É possível identificar a estagnação a partir de 2019 em relação aos números de manejo da biomassa em proporção de área

florestal dentro de áreas legalmente estabelecidas e proporção da área florestal sob um plano de manejo de longo prazo. Além de estagnar, para algumas variáveis há ausência de informação, dificultando o conhecimento e se ao menos essa gestão está sendo feita.

Tabela 4 – Progresso na gestão florestal sustentável

Ano	Biomassa acima do solo na floresta (tn/ha)	Taxa de alteração da área florestal (%)	Proporção da área florestal dentro de áreas protegidas legalmente estabelecidas	Proporção de área florestal sob um plano de manejo de longo prazo	Área florestal sob um esquema de certificação de manejo florestal verificado de forma independente
2000	166,3	-0,74	21,26	1,83	638,42
2010	169,4	-0,30	27,78	4,70	5.979,63
2015	171,1	-0,36	28,44	6,28	6.400,62
2016	171,26	-0,40	28,90	7,27	6.595,85
2017	171,44	-0,21	28,91	7,27	7.305,84
2018	171,63	-0,25	29,22	8,19	6.905,47
2019	171,78	-0,24	29,45	8,50	...
2020	171,92	...	29,68	8,96	...

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do SIDRA-IBGE. Acesso em agosto de 2024.

4 Investigação de uso e ocupação do solo: panorama 2006 e 2017 do censo agropecuário e principais mudanças

A partir da plataforma do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) foi possível observar alguns parâmetros dos municípios da Amazônia Legal. A Tabela 5 apresenta os municípios (UFs) que mais colaboraram para emissão líquida negativa nos anos de 2006, 2010, 2015 e 2019, dentro os estados da Amazônia Legal brasileira, no qual existe uma predominância muito grande em municípios do estado do Amazonas, chegando a 75% nos anos de 2010, 2015 e 2019. É importante frisar que a variação da contribuição do município na emissão/redução do CO2, está diretamente relacionado à expansão das atividades agropecuárias na região, que vem ocorrendo em grande parte a partir da substituição da vegetação nativa originária, área de floresta, por áreas destinadas a pasto, bem como, áreas destinadas às culturas permanente e temporária.

Tabela 5– Municípios que mais contribuíram com Emissão Líquida Negativa (Remoção > Emissão) 2006, 2010, 2015 e 2019.

2006	UF		2010	UF		2015	UF		2019	UF	
Santa Isabel do Rio Negro	AM	-1402.594	Atalaia do Norte	AM	-742.338	Japurá	AM	-855.2952	Japurá	AM	-1679.555
Atalaia do Norte	AM	-979.975	Japurá	AM	-598.3206	Atalaia do Norte	AM	-619.1915	Atalaia do Norte	AM	-561.7962
Novo Airão	AM	-778.7454	Santa Isabel do Rio Negro	AM	-590.719	Jacareacanga	PA	-520.7139	Jutaí	AM	-543.8857
Mateiros	TO	-518.4552	Jacareacanga	PA	-432.6828	Santa Isabel do Rio Negro	AM	-481.858	Santa Isabel do Rio Negro	AM	-427.8722
São Gabriel da Cachoeira	AM	-448.8872	São Gabriel da Cachoeira	AM	-424.3792	São Gabriel da Cachoeira	AM	-404.7374	Mateiros	TO	-403.9072
Amajari	RR	-360.2892	Jutaí	AM	-417.5864	Barcelos	AM	-362.1126	São Gabriel da Cachoeira	AM	-382.7901
Itamarati	AM	-341.5859	Barcelos	AM	-383.3773	Jutaí	AM	-356.3011	Itamarati	AM	-350.1867
Japurá	AM	-326.465	Novo Airão	AM	-344.6768	Tapauá	AM	-350.4783	Tapauá	AM	-341.9519
Jutaí	AM	-268.2152	Itamarati	AM	-339.562	Itamarati	AM	-335.3039	Jacareacanga	PA	-318.0859
Barcelos	AM	-251.9736	Serra do Navio	AP	-327.8311	Serra do Navio	AP	-284.6855	Barcelos	AM	-313.5635
Serra do Navio	AP	-241.8282	Tapauá	AM	-315.692	Novo Airão	AM	-283.25	Novo Airão	AM	-273.4884
Caracaraí	RR	-231.9992	Mateiros	TO	-283.8929	Mateiros	TO	-263.9762	Faro	PA	-258.7679

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

5 Associação de resultados: justiça climática

É possível compreender a urgência de uma política de compensação ambiental que leve em consideração diferenças entre os municípios da região amazônica. A justiça climática beneficia municípios que naturalmente, ou de maneira engajada, auxiliam no cumprimento das metas da Agenda 2030, e vão a favor da ideia defendida por Fankhouser e Stern, em que se sugere que os países e pessoas têm direito ao desenvolvimento, não implicando no direito de degradar o meio ambiente, colocando a vida de terceiros em risco. Os autores adicionam: “Não há requisitos [...] que sugiram que as emissões de gases de efeito estufa sejam necessárias para o desenvolvimento [...] uma vez que é possível obter energia com emissões baixas ou zero. [..] É economicamente possível e atraente [...] avançar em direção a um caminho de crescimento de baixo carbono” (Fankhauser, Stern, 2016, p.17). Atrelando essas informações à justiça climática, ratifica-se a equidade dos povos defendida no Acordo de Paris. De forma análoga, De Miranda analisa as potencialidades humanas e não-humanas do território, e enfatiza ações interdisciplinares e em diversas esferas políticas para mitigar os desastres naturais oriundos de mudanças climáticas:

> A justiça climática é crucial uma vez que, por meio de ações colaborativas, fraterna, inclusiva e do efetivo reconhecimento das responsabilidades e obrigações daqueles que mais poluem e praticam condutas criminosas com relação às questões relacionadas ao meio ambiente, da biodiversidade, do bioma, e dos povos indígenas da Amazônia poderá se cogitar do equilíbrio

> climático e de um futuro para a sobrevivência de todos os seres no planeta (De Miranda, 2025, p.25).

6 Considerações Finais: Este estudo se baseia na negação do princípio comumente acordado de que é necessário desmatamento e flexibilização da conservação natural para que haja progresso econômico. Também, negando essa ideia, é possível conectar áreas de atuação a fim de promover progresso econômico e social, ocorrem mais acidentes e mais desastres, mais pessoas são afetadas em relação à média nacional. Quando se analisa a área florestal como proporção da área total do território na meta 15.1.1, percebem-se números com tendência decrescente, ou seja, a cada gestão há menos preocupação em manter-se a floresta Amazônica ou aumentar a área de floresta preservada, também, diminui-se a área verde no restante do território Brasileiro e concentra-se nessas KBAs na região Amazônica, o que aumenta a importância da Amazônia Legal para o país e as metas de conservação e desenvolvimento. Ao analisar "justiça climática" na literatura, percebe-se grande potência de povos originários e populações indígenas, que são responsáveis por manutenção de cultura e pouca alteração da densidade florestal, contribuindo no território nacional com a preservação e no quadro geral da retenção de gases de efeito estufa, que são um dos grandes problemas da humanidade atual, gerando aquecimento global e outras problemáticas decorrentes, como a alteração da taxa vegetal e impossibilidade de manutenção do ecossistema. Percebe-se também a necessidade de "Justiça climática" ultrapassar a academia. O conceito deve ser orientador de políticas públicas, discussões e projetos de educação básica e ações afirmativas em comunidades, para que seja ideologia intrínseca a favor da Amazônia e para os amazônidas, os quais sustentam os ecossistemas mundiais atualmente.

Palavras-chave: Justiça climática; Uso e ocupação do solo; Amazônia Legal.

Referências

DE MIRANDA, S. C. R.; FILHO, E. C. S.; NOGUEIRA, S. C. S. Justiça climática: a importância dos povos indígenas da Amazônia Legal para o equilíbrio climático global. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, v. 35, ano 2025. ISSN 2358-4777.

FANKHAUSER, Samuel; STERN, Nicholas. **Mudanças Climáticas, desenvolvimento, pobreza e economia**. GRI Working Papers 253, Instituto de Pesquisa Grantham sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, 2016.

IPEA. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [2024]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/. Acesso em: 15 jun. 2024.

MAPBIOMAS. **RAD2024:** relatório anual do desmatamento no Brasil 2024. São Paulo: MapBiomas, 2025. 209 p. DOI: 10.1088/1748-9326/ac5193.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: http://bit.ly/2030agenda. Acesso em: 10 jun. 2024.

PLATAFORMA SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa, Observatório do Clima, [2024]. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/. Acesso em: 15 jun. 2024.

Interseccionalidade e encarceramento feminino: como raça, gênero e território impactam a vida das mulheres marajoaras encarceradas

Andrea Mello Pontes[1]
Victória de Cássia Ferreira da Silva[2]

1 Introdução: O encarceramento feminino cresce globalmente, com particularidades nos contextos sul-americano e europeu, refletindo contradições entre direitos humanos e a realidade das presas. Este artigo analisa mulheres brasileiras encarceradas, especialmente marajoaras no Pará, a partir de pesquisa sobre encarceramento feminino e políticas. Utilizando como ferramenta analítica, a interseccionalidade de gênero, raça, classe e território, que revela como pobreza, racismo e exclusão territorial aprofundam suas vulnerabilidades. A pesquisa, que inclui revisão bibliográfica e de campo, na Unidade de Custódia da SEAP/Pará. Destaca a presença de marajoaras, jovens e mães. Busca entender se esses marcadores sociais são incorporados pelas políticas públicas a elas destinadas.

2 Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem crítico-dialética, entendendo o encarceramento de mulheres brasileiras, especialmente marajoaras, como fenômeno socialmente construído e atravessado por contradições históricas. Rejeita o paradigma criminológico tradicional e articula aportes do marxismo, do pensamento crítico contemporâneo e dos feminismos negro e decolonial para analisar como raça, classe, gênero e território operam na criminalização da pobreza. Utiliza metodologia quanti-qualitativa, visando compreender as semelhanças e diferenças entre os contextos prisionais das regiões nacionais. A análise busca ir além da descrição de dados, interrogando as estruturas que naturalizam a punição seletiva de mulheres pobres e racializadas.

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: andreamellopontes@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. Email: Vickcaniff21@gmail.com.

3 Resultados e Discussão: A proposta desse estudo vai além da descrição, oferecendo uma leitura crítica e histórica das condições sociais que tornam mulheres negras, pobres e periféricas mais suscetíveis à punição penal, revelando desigualdades estruturais que se mantêm dentro e fora dos contextos nacionais. A pesquisa utiliza uma abordagem quanti-qualitativa, com caráter descritivo e explicativo, visando identificar os fatores que impulsionam o aumento do encarceramento de mulheres brasileiras, especialmente as marajoaras no Pará. Ao considerar tanto os dados objetivos quanto as experiências subjetivas das participantes e do pesquisador, o estudo busca compreender as dinâmicas sociais que atravessam essas trajetórias e contribuir para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades de gênero, raça e classe. O arcabouço teórico desta pesquisa baseia-se no método dialético e crítico como uma escolha política, destacando a contradição como categoria fundamental. Essa abordagem revela os interesses que privilegiam a dominação econômica, o poder, o controle da informação e o acesso desigual à riqueza socialmente produzida. Ao expor essas contradições, a pesquisa busca compreender as relações de subjugação presentes na sociedade. Como contraponto, defende a construção de novas formas de sociabilidade que tenham como objetivo final a emancipação humana. Assim, o método dialético contribui para desvendar as tensões e possibilitar transformações sociais. A pesquisa qualitativa na abordagem marxista fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, buscando compreender os fenômenos sociais a partir das condições materiais e das relações de produção que moldam a sociedade. A abordagem entende que a realidade social é dinâmica e contraditória, sendo impulsionada por tensões históricas. Valoriza a totalidade social, evitando análises fragmentadas e priorizando a relação entre aparência e essência dos fenômenos. É uma abordagem crítica que interpreta o mundo para transformá-lo, que visa contribuir para a transformação social, alinhando-se aos interesses das classes subalternizadas e ao desocultamento da realidade. Classe, raça, gênero e território moldam as vivências das mulheres marajoaras presas,

revelando desigualdades interseccionais. Esses marcadores podem orientar indicadores para políticas públicas que enfrentem as múltiplas formas de exclusão social.

4 Considerações Finais: As evidências desta pesquisa mostram que o encarceramento de mulheres marajoaras está enraizado em estruturas históricas de desigualdade, nas quais pobreza extrema, racismo institucional, isolamento territorial e ausência de políticas públicas atuam como mecanismos de seletividade penal. Nesse contexto, o Serviço Social surge como campo estratégico para construir diagnósticos sensíveis à sociodiversidade e propor alternativas que enfrentem as desigualdades estruturais, superando a lógica punitiva que recai sobre mulheres pobres, racializadas e periféricas.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Mulheres marajoaras; Encarceramento feminino; Pobreza; Amazônica.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

BARATTA, A. **Criminologia Critica e Critica do direito penal**: introdução à Sociologia do Direito Penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revam, 2011. (Coleção Pensamento Criminológico; 1)

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão:** o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política e outros escritos**. São Paulo: Abril, 1982

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Lisboa: Orfeu Negro, 2023

Habitação de interesse social: uma análise sobre os empreendimentos do PMCMV e do PAC, em Belém-PA

Andressa Santos Braga[1]
Mylena de Souza Albuquerque[2]

1 Introdução: Com o intuito de contribuir para o fortalecimento e a melhoria da política habitacional no município de Belém, este estudo visa compreender como a moradia destinada às famílias de baixa renda pode transformar a vida de seus beneficiários. Para tanto, busca-se como objetivo geral desta pesquisa "explicitar os impactos vivenciados pelos beneficiários de empreendimentos financiados pelo PMCMV e pelo PAC, sob gestão da SEHAB, no município de Belém-PA", a saber: o déficit habitacional do município de Belém; e as condições de moradia da população beneficiária dos projetos, antes e depois da entrega das unidades habitacionais.

2 Metodologia: Para dar conta desta investigação, utilizou-se como metodologia uma abordagem qualitativa, levando-se em consideração que se trata de uma pesquisa social. O método selecionado foi o materialismo histórico e dialético, baseado na teoria social de Marx, que analisa a realidade através do movimento social e histórico. Quanto aos procedimentos metodológicos, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da observação. Na pesquisa bibliográfica buscou-se autores e obras que discutem assuntos pertinentes à problemática estudada, consultados em meio eletrônico no Google Acadêmico e nos Repositórios das Universidade de São Paulo (USP) e UFPA. Na pesquisa documental foram acessados sites oficiais do município de Belém (Portal da Transparência, SEHAB e Agência Belém), do Ministério das Cidades, da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em busca de legislações sobre a política de habitação, portarias, dados, relatórios, do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 do

[1] Graduada em Serviço Social, UFPA. E-mail: andressabraga379@gmail.com
[2] Graduada em Serviço Social, UFPA. E-mail: mylenaalbuquerque2018@gmail.com

município de Belém e notícias sobre os empreendimentos localizados na cidade, que foram utilizados para subsidiar a discussão apresentada. Ademais, o processo de observação ocorreu durante o estágio de uma das autoras na SEHAB, que implicou na captura das inquietações e anseios de quem aguarda pela contemplação de uma unidade habitacional (UH).

3 Resultados e Discussão: Os resultados apontam para um déficit habitacional (moradias precárias, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano), segundo a Fundação João Pinheiro – FJP (2024), na Região Metropolitana de Belém (RMB) de 83.964 moradias, sendo desses 49.660 incluídos na faixa de renda 1 do Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV). No município de Belém o déficit alcança 58.045 domicílios, deste total 32.818 se enquadram na faixa de renda 1 do PMCMV. Ainda segundo a FJP, o maior motivo de déficit habitacional em Belém decorre de coabitação, seguido de habitações precárias e ônus excessivo com aluguel urbano. Esses dados demonstram o elevado número da população belenense que vive em condições de insalubridade habitacional. Além de ser uma violação do direito à moradia digna proposto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, esse alto índice de déficit habitacional no município impacta diretamente no andamento das obras destinadas a habitações de interesse social, pois um dos motivos para sua estagnação são as ocupações irregulares que ocorrem nesses empreendimentos à medida que elas se encontram paralisadas. Dito isto, o município de Belém possui onze empreendimentos que fazem parte do PMCMV (com oito que já foram entregues e três que estão inconclusos) e mais quatro empreendimentos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, (com dois entregues parcialmente, um em andamento e um estagnado). Com obras iniciadas em 2013 (PMCMV) e 2006 (PAC) o prazo mais curto para o término de entrega dos residenciais foi, no mínimo, de quatro anos, sendo que os empreendimentos que ainda estão em andamento/paralisados são os que aguardam a conclusão das obras há mais de uma década. Sobre as pesquisas analisadas, Santos (2015) e Souza (2011) encontraram

resultados que apontam para questões de insatisfações com a nova moradia e que contribuem para a impermanência dos moradores como aumentos das despesas (IPTU, água, energia); infraestrutura mínima, deixando margem para a falta de segurança pública; dificuldade de acesso ao local de trabalho; terrenos baratos e distantes do centro das cidades; material utilizado na construção de baixa qualidade; padronização e verticalização das UH, com espaço ínfimo para a quantidade de membros familiares; falta de espaço para o morador continuar com sua atividade remuneratória (geralmente trabalho informal); dentre outras questões observadas. Constata-se, portanto, a partir dos dados e análises feitas por Santos (2015) e Souza (2011), que o impacto que as habitações de interesse social geram na vida dos beneficiários, provocam uma lógica incoerente de inserção. Ao mesmo tempo em que resulta na amenização do déficit habitacional vivenciado pelo município, a pouca participação dos beneficiários na elaboração dos projetos do qual usufruirão, implica em perdas significativas de satisfação e identificação com sua moradia e com o espaço em que habitam.

4 Considerações Finais: O remanejamento, atraso das obras, localização periférica dos empreendimentos do PMCMV, infraestrutura urbana escassa, dentre outras problemáticas apresentadas, tange à vida dos beneficiários de forma que contraria a ideia proposta pela política habitacional de redução do déficit e melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Revela-se, então, uma tendência à segregação socioespacial presente na política de habitação. Mesmo quando estas buscam pela permanência dos moradores no espaço, ainda assim ocorre a inviabilização dessa ideia decorrente do custo de vida incompatível com a renda auferida atualmente por essas famílias, prejudicadas pelo processo de remanejamento e pela impossibilidade de manter seus trabalhos informais, além do estranhamento com a moradia consequente da padronização de UH e da indiferença às particularidades regionais.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Política habitacional; Belém (PA).

Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Tabela de Dados do Déficit Habitacional - Estados e Regiões Metropolitanas**. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1OqAuggLve9HoPrI8jJcaAfSu1q5DCvdc/edit?sp=sharing&ouid=104381820996905888402&rtpof=true&sd=true. Acesso em: 07 out. 2024.

SANTOS, Laira Vasconcelos dos. **Avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social no Brasil:** uma revisão sistemática da literatura. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7462. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOUZA, Alessandra Kelma de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional:** análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4331. Acesso em: 11 mar. 2025.

Vivendo entre desastres: vulnerabilidades de famílias residentes em área de risco no bairro de São João, em Abaetetuba/PA

José Edielson Amaral Moraes[1]

1 Introdução: Diversos desastres têm sido registrados em várias partes do mundo. Nomeados muitas vezes como "naturais", esses eventos mostram certo grau de interferência social no espaço, resultante de questões ambientais agregada a ações segmentadas e desigualdade na ocupação e uso do solo. Valencio (2013), reconhece que os desastres não são naturais, e sim sociais que marcam a vida humana em seu cotidiano, no território onde vivem, onde construíram e/ou adquiriram seu local de moradia. O Município de Abaetetuba/PA vivenciou desastres de grande repercussão nos anos de 2014 e 2023, no bairro de São João, que causaram danos e prejuízos, deslocamentos forçados e resultaram em dezenas de famílias desabrigadas e desalojadas. Entre esses desastres, vive uma população que, embora não tenha sido atingida de forma imediata pelos eventos, permanece ocupando uma área considerada de alto risco, estando vulnerável aos perigos de novos eventos adversos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar o perfil socioeconômico e as condições habitacionais de famílias residentes no bairro de São João, situadas na área de risco localizada entre os desastres de 2014 e 2023.

2 Metodologia: Este trabalho é um estudo de caso exploratório, circunscrito no bairro São João, em Abaetetuba, ocupada por famílias em faixa territorial situada entre os desastres registrados em 2014 e 2023. Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa, com revisão bibliográfica, análise de documentos da Defesa Civil de Abaetetuba e levantamento em campo realizado em 2024, com aplicação de questionários e entrevistas junto às famílias residentes no perímetro identificado. Tal atividade foi

[1] Prefeitura Municipal de Abaetetuba, Coordenadoria de Defesa Civil. edielsonmoraes4@gmail.com

executada enquanto servidor técnico- assistente social da defesa civil de Abaetetuba.

3 Resultados e Discussão: Os dados obtidos advêm de pesquisa realizada em “área morna” (definição dada pelo autor), localizada no bairro de São João, pois está situada no intervalo entre os desastres dos anos de 2014 e 2023, conforme mapa da Figura 1.

Figura 1- Mapa de localização da área da pesquisa.



Fonte: Google Earth (2025), adaptado pelo autor.

A pesquisa revelou que a área é ocupada por 201 pessoas, distribuídas em 62 famílias, residindo em 69 imóveis. Os dados apontam presença importante de grupos etários vulneráveis representados por crianças (48%), adolescentes (36%), pessoas idosas (16%). A renda da maior parte das famílias provém do programa bolsa família (49%), seguida por aquelas com renda de até dois salários mínimos (38%), e outras acima disso (13%). Este indicador aponta vulnerabilidade, antes mesmo da ocorrência de desastre. Valencio (2010) destaca que populações mais pobres sofrem antes e após os desastres, por não usufruírem da infraestrutura para qualidade de vida e pela ausência de políticas públicas. Quanto a condição habitacional, as casas são edificadas em uma planície de inundação (várzea). Os imóveis existentes são do tipo Palafita (42%), Alvenaria (23%), Misto – madeira-alvenaria (19%) e Madeira (16%), que variam entre construções de um e dois pavimentos.

Nestes tipos de construções, identifica-se vulnerabilidades estruturais marcadas pelo apodrecimento de materiais em madeira, anomalias como rachadura, trincas, fissuras e colapsos estruturais que colocam em risco a integridade de seus moradores. Estas situações de vulnerabilidade e risco habitacional estão relacionadas também ao processo de formação do bairro, que foi aterrado com sementes de açaí, serragens, restos de madeira e piçarra, passando a ser maciçamente ocupado de forma desordenada a partir de 1980, promovendo a descaracterização da paisagem natural e criando cenários de riscos e potenciais ocorrência de desastres (CPRM,2023).

4 Considerações Finais: A pesquisa aponta a fatídica realidade vivenciada por famílias do bairro de São João que residem em uma área de alto risco em um cenário marcado por vulnerabilidade social e habitacional e presença de grupos vulneráveis em contextos de risco, dependência de políticas de transferência de renda e ocupação de áreas marcadas por erosão e instabilidade geológica. A ocorrência e recorrência de desastre não se trata de fatos naturais, e sim de intervenções sociais marcadas por risco geológico frequentemente derivados de fatores antropogênicos (tudo aquilo que é gerado por ações do homem), como é o caso daquele território. Desta forma, para além de eventos geológicos isolados, a pesquisa evidencia expressões da questão social manifestadas na precariedade de renda e moradia de populações que ocupam locais de risco para construção de suas unidades habitacionais e que permanecem nesses locais em virtude de ausência de alternativas e condições socioeconômicas insuficientes. Iamamoto (2001) explicita que a questão social se manifesta de forma concreta nas condições de vida da classe trabalhadora. Diante disso, a permanência das famílias na área de risco em estudo, reflete as vulnerabilidades existentes pela exposição ao risco constante e, ao mesmo tempo resistência na permanência nestes territórios, em virtude da ausência de políticas públicas que garantam alternativas habitacionais em locais seguros.

Palavras-Chave: Desastres; Área de risco; São João; Abaetetuba (PA).

Referências

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Sheila Gatinho; CONCEIÇÃO, Raimundo Almir Costa da; QUEIROZ, Lenilson José Souza de. **Cartografia de risco geológico:** Abaetetuba, Pará. Belém: Serviço Geológico do Brasil-CPRM,2023.39 p.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil, volume III. São Carlos: RiMa Editora, 2013.

Famílias e a assistência social no Tocantins: análise das Políticas de Transferência de Renda PBF e BPC– 2023/2024

Maria Helena Cariaga[1]
Messias Pinheiro de Oliveira[2]

1 Introdução: A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, por meio da NOB-SUAS em 2005, organizou a Assistência Social sob a forma de um Sistema Único: o SUAS. O modelo de gestão do SUAS preconiza o pacto federativo, com definição de competências dos entes federativos (Federal, Estadual e Municipal), inclusive no que se refere ao financiamento da Assistência Social. Organiza as ações por níveis de Proteção (Básica e Especial), níveis de complexidade, território, considerando regiões e porte dos municípios. Viabiliza o sistema descentralizado e participativo em todo o território nacional. Além de propor a articulação entre os três eixos balizadores da política pública de Assistência Social: a gestão, o financiamento e o controle social. Nesse sentindo, este estudo tem como objetivo refletir e debater a relação dos programas de transferência de renda "Bolsa Família" e "BPC" com a redução da pobreza das famílias usuárias do SUAS no estado do Tocantins.

2 Metodologia: A produção deste trabalho fundamenta-se na abordagem qualiquantitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como foco o financiamento e a transferência de renda no âmbito da Política de Assistência Social no Estado do Tocantins. O estudo abrange o período compreendido entre os meses de junho dos anos de 2023 e 2024, a partir da análise de dados e informações coletados no site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Foram utilizados como instrumentos os relatórios de informações sobre programas e ações do referido ministério, que

[1] Assistente Social. Professora no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO. E-mail: mhcariaga@uft.edu.br.
[2] Assistente Social. Mestrando em Serviço Social no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO. E-mail: messias.pjmp@gmail.com.

subsidiaram a compreensão da dinâmica de financiamento e execução das políticas de transferência de renda, possibilitando a análise crítica de sua efetividade no contexto do SUAS.

3 Resultados e Discussão: O Estado do Tocantins, criado em 1988 e localizado na Região Norte, possui área de 278.420,7 km² e população estimada em 1.577.342 habitantes em 2024 (IBGE). É composto por 139 municípios, dos quais 129 são de pequeno porte I, com até 20 mil habitantes. Segundo a PNAD (Wikipédia, 2025), o estado ocupava a 15ª posição entre as unidades federativas com maior taxa de pobreza, atingindo 28,7%. Conforme o relatório de informações do MDS (Brasil, 2025), em junho de 2024 o Tocantins registrava uma redução de 7,2% de famílias em situação de pobreza e 2,5% de famílias em situação de baixa renda em relação ao mesmo período do ano anterior, como também um crescimento de 0,9% do número de famílias no Cadúnico, com aumento em 2,3% no total de famílias beneficiarias do Programa Bolsa Família (PBF) e 13,5% no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), dados referentes a junho de 2023, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro – Nº de Famílias nas Políticas de Transferência de Renda

Descrição	Junho 2023	Junho 2024	%
Famílias no Cadúnico	369.338	372.627	+ 0,9
Famílias em situação de pobreza	154.670	143.527	- 7,2
Famílias em situação de baixa renda	88.467	86.188	- 2,5
Total de famílias beneficiadas do Programa Bolsa família – PBF	156.759	160.368	+ 2,3
Total de beneficiários BPC	44.246	50.243	+ 13,5

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir do relatório de informações MDS (2025)

Os dados demonstram que apesar da redução da pobreza no Tocantins em 2024, o aumento de famílias no Cadúnico e de beneficiários do PBF e do BPC, revela a conservação das profundas desigualdades sociais e a

centralidade das transferências de renda no enfrentamento das expressões da questão social, reforçando assim a lógica focalizada em detrimento da universalização das políticas sociais. Para Yazbek (2012), tais programas garantem apenas alívio imediato, sem enfrentar as causas estruturais da pobreza, enquanto Mota (2010) nos alerta que ao atribuir protagonismo à Política de Assistência Social no enfrentamento das contradições sociais, sobretudo por meio dos programas de transferência de renda, as classes dominantes reforçam a ideia de que a assistência social é o principal mecanismo de administração da desigualdade.

4 Considerações Finais: Com base nos indicadores e nas contribuições de Yazbek (2012) e Mota (2010), este trabalho evidencia a importância de ampliar a compreensão do Serviço Social sobre as políticas de transferência de renda, articulando ações emergenciais e estruturais para fortalecer políticas sociais mais universalistas e inclusivas. Embora o Bolsa Família e o BPC desempenhem papel relevante na redução imediata da pobreza e no alívio das vulnerabilidades das famílias usuárias do SUAS no Tocantins, a persistência das desigualdades e a focalização desses programas mostram que eles não enfrentam as causas estruturais da pobreza, reforçando a necessidade de reflexão crítica sobre sua efetividade qualitativa, pois o crescimento do acesso a benefícios não deve ser interpretado apenas como resultado de maior efetividade do SUAS, mas também como reflexo do agravamento das desigualdades sociais e da insuficiência de políticas estruturais que promovam inclusão produtiva, trabalho decente e cidadania plena.

Palavra-chave: Assistência Social; Transferência de Renda; PBF; BPC.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informações:** Programas e Ações da Assistência Social. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/. Acesso em: 15 jul. 2025.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?lang=pt. Acesso em: 16 ago. 2025.

GT 9 – Governança e Uso de Royalty da Mineração

Coordenadora

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

GT 9

Governança Pública e a Maldição dos recursos: uma análise das receitas e despesas em municípios mineradores e não mineradores de Carajás

Tássio Raulim Câmara[1]
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez[2]

1 Introdução: A Região de Integração de Carajás, no sudeste do Pará, concentra parte das maiores reservas minerais do Brasil, com destaque para ferro, cobre, manganês e ouro. Tal abundância transformou a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em uma das principais fontes fiscais dos municípios mineradores, impactando de modo direto a arrecadação e a alocação de recursos públicos. Contudo, a literatura aponta que a dependência de royalties pode reforçar a chamada "maldição dos recursos", em que receitas extraordinárias não se convertem em desenvolvimento sustentável. Este estudo tem como objetivo avaliar a estrutura das receitas correntes e das despesas por função entre municípios mineradores e não mineradores de Carajás (2013–2023), investigando em que medida a abundância mineral favorece ou limita a eficiência do gasto público.

2 Metodologia: A pesquisa adota abordagem quantitativa, descritiva e comparativa, com base em dados secundários extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e relatórios da Agência Nacional de Mineração (ANM). Foram selecionados 12 municípios da região, divididos entre mineradores e não mineradores. A análise concentrou-se na evolução das receitas correntes (CFEM, ICMS, ISSQN e IPTU) e na classificação funcional das despesas (educação, saúde, urbanismo, saneamento, administração e previdência). Foram calculadas médias anuais e participações relativas, de forma a identificar

[1] Graduando de Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: trcamara@hotmail.com.
[2] Professora PHD em Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amelia@ufpa.br.

padrões de dependência fiscal, estabilidade e eficiência alocativa. O estudo também dialoga com referenciais teóricos sobre governança pública e maldição dos recursos (Enríquez; Ferraz, 2023; Floris *et al.*, 2021; Rodrigues; Moreira; Colares, 2016; Silveira, 2014; World Bank, 1992).

3 Resultados e Discussão: Os resultados apontam diferenças estruturais relevantes entre os grupos de municípios. Nos mineradores, a CFEM representou entre 23,7% (2013) e 46,4% (2021) das receitas correntes, evidenciando forte dependência de royalties e elevada volatilidade fiscal. A cota-parte do ICMS manteve participação significativa e relativamente estável, variando entre 18% e 31%, configurando-se como a principal fonte complementar. Em contrapartida, tributos próprios apresentaram baixo peso, raramente superando 10% no caso do ISSQN e 0,5% no IPTU, o que revela a limitada diversificação tributária. Já nos não mineradores, a CFEM manteve caráter residual (inferior a 5%), enquanto o ICMS (11% a 15%) e a estabilidade relativa do ISSQN e IPTU configuraram uma base fiscal mais equilibrada. No campo das despesas, os municípios mineradores apresentaram trajetória de redução da participação da educação (de quase 30% em 2017 para menos de 20% em 2021), enquanto houve crescimento de funções como administração (até 15%) e urbanismo (14%), além da expansão de gastos em saneamento. Esse padrão reforça a tese da má alocação de receitas extraordinárias, priorizando setores de curto prazo em detrimento de investimentos estruturantes. Já os não mineradores revelaram maior consistência e disciplina, destinando em média 39% para educação, 20% para saúde e 20% para previdência, mesmo em cenário de restrição fiscal. Essa discrepância confirma a literatura sobre a maldição dos recursos, segundo a qual abundância de royalties não se traduz automaticamente em melhoria dos indicadores sociais. A qualidade da governança pública emerge como fator decisivo: municípios com maior capacidade administrativa e institucional demonstram melhor eficiência, ainda que com menos recursos absolutos.

4 Considerações Finais: A análise evidencia que a abundância de recursos minerais, ao invés de assegurar maior eficiência fiscal, acentua vulnerabilidades e amplia padrões de gasto dispersos e pouco estruturantes. A dependência da CFEM, marcada por volatilidade e risco de exaustão mineral, não garantiu investimentos sustentáveis em educação e saúde. Em contrapartida, os municípios não mineradores, mesmo diante de limitações orçamentárias, priorizaram funções sociais essenciais, demonstrando maior previsibilidade e coerência com políticas de longo prazo. Dessa forma, o estudo conclui que o desenvolvimento sustentável na região de Carajás depende menos do volume arrecadado e mais da qualidade da governança municipal. Planejamento, transparência e controle social devem ser fortalecidos, a fim de transformar receitas minerais em capital humano, infraestrutura e diversificação econômica. Esse debate se insere no contexto amazônico mais amplo, em que as vozes locais precisam se articular frente às desigualdades socioeconômicas e aos desafios da exploração mineral.

Palavras-chave: Finanças Públicas; CFEM; Governança; Maldição dos Recursos; Amazônia.

Referências

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública. **Cadernos ENAP**, n. 10, p. 1-45, 1997.

ENRÍQUEZ, M. A.; FERRAZ, L. **Mineração:** dinâmicas socioeconômicas no Pará e alternativas para contrapor à maldição dos recursos. Florianópolis: Habitus, 2023.

FLORIS, L. M. *et al.* Royalties da mineração, eficiência dos gastos públicos e desenvolvimento social. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 22, p. 382-404, 2021.

RODRIGUES, A. C.; MOREIRA, M. A.; COLARES, A. C. V. Avaliação da eficiência da aplicação dos royalties da mineração. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 173-189, 2016.

SILVEIRA, A. C. **Governança pública de royalties:** federalismo fiscal e futuras gerações. Tese (Doutorado) – USP, 2014.

WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington: World Bank, 1992.

Base econômica e desenvolvimento municipal na Amazônia brasileira: mineração e indústria – os casos de Canaã dos Carajás e de Barcarena (PA)

Pedro Arthur Pereira Albuquerque[1]
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez[2]

1 Introdução: O papel da industrialização no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, particularmente em regiões periféricas como a Amazônia, constitui tema de relevante interesse acadêmico e político. Este estudo aborda a questão fundamental sobre em que condições a industrialização mineral – extrativa e de transformação – converte crescimento econômico em desenvolvimento humano e territorial sustentável. A relevância desta investigação reside na paradoxal realidade amazônica, onde municípios com elevados indicadores econômicos convivem com graves carências sociais, evidenciando a desconexão entre crescimento e bem-estar. O objetivo central consiste em analisar comparativamente os efeitos socioeconômicos da industrialização mineral nos municípios de Barcarena (polo de transformação de bauxita/alumina) e Canaã dos Carajás (enclave extrativo de cobre/ferro), à luz de referenciais teóricos que incluem Furtado, Baran, Sunkel, Sem, Acemoglu e Robinson, entre outros.

2 Metodologia: A pesquisa adotou uma estratégia metodológica mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas através de estudo comparativo de casos múltiplos. O período de análise compreendeu de 2010 a 2024/25, abrangendo o ciclo recente de expansão mineral na Amazônia. Utilizou-se pesquisa bibliográfica de matrizes teóricas estruturalistas, marxianas e institucionalistas sobre subdesenvolvimento, excedente econômico e qualidade institucional. A coleta de dados secundários incluiu fontes como IBGE (PIB e Censo

[1] Graduando em Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: palbuquerque009@gmail.com.
[2] Professora PhD em Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amelia@ufpa.br.

2022), MTE/RAIS e CAGED (emprego formal), MDS/CadÚnico (pobreza), IPEA/Atlas da Violência (homicídios), Fundação Abrinq (mortalidade infantil) e INEP (IDEB). A análise envolveu tratamento estatístico descritivo com séries temporais, elaboração de quadros comparativos e triangulação entre evidência empírica e categorias teóricas centrais.

3 Resultados e Discussão: Os resultados revelam que ambos os municípios experimentaram significativo crescimento econômico, com expansão do PIB e geração de emprego formal após a implantação de grandes projetos minerários. Entretanto, persistiram altos níveis de pobreza e desigualdade, com aproximadamente 40% da população de Barcarena e 36% de Canaã dos Carajás cadastrados no CadÚnico em 2023. Estes dados corroboram as teses de Baran (1964) sobre a captura do excedente por elites e capital externo, e de Sunkel (1971) sobre economias de enclave. A análise setorial do emprego demonstrou predomínio da construção civil em ambos os municípios, com remuneração média de apenas dois salários mínimos, indicando limitados encadeamentos produtivos e qualificação da mão-de-obra. Em Barcarena, a indústria de transformação ocupou posição destacada (19% dos empregos em 2023), enquanto em Canaã prevaleceu a indústria extrativa (16%), confirmando a tese de Furtado (1959) sobre maior potencial multiplicador da transformação mineral. Os indicadores sociais apresentaram contradições significativas. Em Canaã dos Carajás, observou-se pico de homicídios (450/100 mil hab.) durante a fase de expansão mineira, refletindo tensões sociais de urbanização acelerada. Os indicadores de saúde e educação permaneceram críticos em ambos os municípios, com mortalidade infantil elevada e desempenho no IDEB abaixo da média nacional, validando a perspectiva de Sen (2000) sobre desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) mostrou efetividade condicionada à qualidade institucional local. Onde faltaram instituições inclusivas e planejamento estratégico, os recursos

não se converteram adequadamente em bens públicos e diversificação produtiva, conforme teorizado por Acemoglu e Robinson (2012).

4 Considerações Finais: Conclui-se que o crescimento econômico derivado da industrialização mineral não se converteu automaticamente em desenvolvimento socioeconômico inclusivo nos municípios estudados. A qualidade das instituições, a existência de políticas públicas efetivas e a distribuição equitativa do excedente mostraram-se fatores determinantes para transformar a renda mineral em bem-estar social. Tanto o modelo extrativo (Canaã) quanto o transformador (Barcarena) reproduziram em certa medida padrões de dependência e concentração, ainda que com diferentes graus de encadeamento produtivo. Para estudos futuros, recomenda-se: avaliações de impacto da CFEM com desenhos quasi-experimentais; métricas de encadeamentos produtivos locais; pesquisas sobre governança participativa de fundos minerais; análise de externalidades socioambientais; e acompanhamento de trajetórias educacionais e de qualificação profissional nas regiões mineradoras.

Palavras-chave: Mineração; Desenvolvimento socioeconômico; Amazônia brasileira.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARAN, P. A. A **Economia Política do Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BUNKER, S. **Underdeveloping the Amazon:** Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A.; SANTOS, D. V. Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. **Revista Amazônica de Geografia**, Belém, v. 4, n. 2, p. 45-60, 2011.

CARMO, M. B. S.; COSTA, S. M. F. da. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. **Urbe:** Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 291-305, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/2175-3369.008.003.AO01.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Contradições do desenvolvimento e o uso da CFEM em Canaã dos Carajás (PA)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, 2018. Disponível em: https://ibase.br. Acesso em: 20 jun. 2025.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), 2022**. São Paulo: Observatório da Criança e do Adolescente, 2025. Disponível em: https://observatoriocrianca.org.br/Home/Index. Acesso em: 26 ago. 2025.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 10 ago. 2025

IPEA. **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/. Acesso em: 26 ago. 2025.

MATLABA, V. J.; MOTA, J. A.; MANESCHY, M. C.; SANTOS, J. F. dos. Social Perception at the Onset of a Mining Development in Eastern Amazonia, Brazil. **Resources Policy**, v. 54, p. 157-166, dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2017.09.012.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

PINTO, A. Concentração e dependência na América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions, integration, and geography: in search of the deep determinants of economic growth. **NBER Working Paper**, n. 9305, 2002. DOI: https://doi.org/10.3386/w9305.

RODRIK, D. **Por que temos tanto crescimento e tão pouco desenvolvimento?** São Paulo: Editora 34, 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUNKEL, O. Capitalismo transnacional y desintegración nacional en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 4, n. 16, p. 117-160, oct./dic. 1971.

SUZIGAN, W. Política industrial e desenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1 (21), p. 111-129, jun. 2004.

SVAMPA, M. **El consenso de los commodities:** neoextractivismo y disputas en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2019. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/15602. Acesso em: 23 jun. 2025.

Uma análise dos desafios da mineração de minerais críticos na transição energética global

Hemilyne do Socorro Sampaio Gonçalves[1]
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez[2]

1 Introdução: A crescente pressão global por soluções sustentáveis, aliada ao avanço tecnológico e às metas climáticas internacionais, tem reposicionado os minerais críticos como recursos estratégicos para o século XXI. De acordo com o United States Geological Survey (2024), esses minerais são definidos como aqueles que possuem elevada importância econômica, estratégica ou industrial, mas estão sujeitos a um risco significativo de interrupção no fornecimento. Tal risco decorre da combinação de fatores como escassez geológica, concentração geográfica da produção, instabilidade política em países fornecedores e ausência de substitutos viáveis em curto prazo. O papel desses minerais tornou-se ainda mais central no contexto da transição energética global, marcada pelo crescimento acelerado das energias renováveis, da mobilidade elétrica e da digitalização. Materiais como lítio, cobalto, níquel, terras raras e cobre são essenciais para a fabricação de baterias, turbinas eólicas, painéis solares, cabos de transmissão e componentes eletrônicos. Sem eles, torna-se inviável cumprir as metas de descarbonização e transformação energética assumidas por países e blocos econômicos ao redor do mundo. Contudo, a importância estratégica dos minerais críticos não se limita ao seu uso industrial. A disputa pelo controle de reservas, a dependência de cadeias de suprimento frágeis e os desafios socioambientais associados à sua extração elevam esses materiais a um patamar geopolítico e ético. A concentração da produção em poucos países, como no caso das terras raras na China ou do cobalto na República Democrática do Congo, desperta preocupações quanto à soberania, segurança nacional e justiça

[1] Graduando em Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: Hemilyne.goncalves@icsa.ufpa.br.
[2] Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amelia@ufpa.br.

socioambiental. Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar a complexidade que envolve os minerais críticos: suas definições, usos, impactos e implicações geopolíticas. Este trabalho tem como objetivo oferecer uma visão ampla e integrada do tema, discutindo desde as bases conceituais até as questões ambientais, sociais e tecnológicas relacionadas à sua cadeia produtiva.

2 Metodologia: A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e documental sobre minerais críticos e transição energética. Foram analisados artigos acadêmicos, relatórios de organismos internacionais e documentos oficiais que discutem demanda, impactos socioambientais e implicações geopolíticas. A seleção das fontes priorizou materiais recentes (2011–2025), garantindo atualidade e relevância. O estudo também utilizou dados secundários de instituições como USGS, IPEA e Visual Capitalist para identificar tendências de mercado e projeções de demanda. A análise seguiu perspectiva interdisciplinar, integrando economia, geopolítica e sustentabilidade. Como estudo de caso, o cobre foi escolhido por seu papel central na eletrificação e em cadeias produtivas estratégicas. O exame dessa cadeia incluiu aspectos de produção, consumo e desafios ambientais. A metodologia visa fornecer compreensão ampla do tema, conciliando evidências empíricas com reflexões teóricas.

3 Resultados e Discussão: A definição de minerais críticos é marcada por grande complexidade e variação conceitual, pois depende diretamente do contexto político, econômico, tecnológico e ambiental de cada país ou bloco econômico. A criticidade mineral, portanto, não é uma categoria estática ou universal, mas sim dinâmica e condicionada às circunstâncias geoestratégicas e industriais de cada sociedade. De modo geral, os minerais críticos são aqueles considerados essenciais para o funcionamento de setores estratégicos como energia, transporte, defesa, agricultura e tecnologias digitais, e cuja cadeia de fornecimento está sujeita a riscos elevados de interrupção. Esses riscos podem decorrer da

escassez geológica, da alta dependência de importações, da concentração produtiva em poucos países ou da ausência de substitutos viáveis em curto ou médio prazo. Para Castro, Peiter e Góes (2011), a criticidade mineral está associada não apenas à relevância econômica ou industrial de determinado recurso, mas também à vulnerabilidade de acesso, o que inclui fatores como estabilidade política, disponibilidade tecnológica e dependência externa. Esses autores destacam que a noção de mineral crítico carrega uma dimensão geopolítica explícita, pois o controle sobre certas matérias-primas pode influenciar diretamente a soberania econômica de uma nação. Paiva (2024) reforça essa perspectiva ao argumentar que os minerais críticos são centrais para a manutenção de cadeias industriais contemporâneas, especialmente no contexto da transição energética. Segundo a autora, sua definição deve considerar não apenas a importância funcional do mineral, mas também os impactos ambientais, sociais e territoriais associados à sua extração e processamento. Assim, a crítica à exploração desenfreada e à perpetuação de assimetrias globais torna-se parte do debate. Já Targino e Gulelmo Souza (2025) propõem que a classificação da criticidade seja multidimensional, englobando aspectos como relevância estratégica, riscos comerciais e custos socioambientais. Para eles, um mesmo mineral pode ser considerado crítico em um país e não em outro, dependendo do grau de autossuficiência, da capacidade tecnológica de processamento e da integração às cadeias produtivas globais. A diversidade de interpretações se reflete nas distintas listas de minerais críticos elaboradas por organismos internacionais e governos nacionais. Enquanto os Estados Unidos priorizam materiais voltados à defesa e à indústria eletrônica, a União Europeia enfatiza sua vulnerabilidade em relação às importações. Já o Japão e a Coreia do Sul direcionam sua atenção à segurança energética e à estabilidade tecnológica de seus setores industriais. Sua classificação pode ser realizada de diferentes maneiras, a depender de sua função estratégica, grau de escassez, complexidade de substituição e relevância econômica para setores-chave. Essa tipologia, embora não seja padronizada internacionalmente, ajuda

a compreender por que determinados minerais são tratados como recursos sensíveis em determinadas conjunturas históricas, tecnológicas e geopolíticas. Um primeiro grupo é formado por materiais prioritários para tecnologias emergentes, principalmente aquelas ligadas à transição energética e à transformação digital. O lítio, o cobalto e o níquel, por exemplo, são insumos centrais na produção de baterias recarregáveis, amplamente utilizadas em veículos elétricos, dispositivos móveis e sistemas de armazenamento de energia. Já os elementos de terras raras, como neodímio, disprósio e praseodímio, são essenciais na fabricação de ímãs permanentes de alto desempenho, com aplicações em turbinas eólicas, motores elétricos, equipamentos médicos e tecnologias militares. Outro grupo envolve materiais cuja produção está altamente concentrada geograficamente, o que aumenta o risco de interrupções no fornecimento. A cadeia das terras raras, por exemplo, é dominada por poucos países, especialmente a China, que controla grande parte da extração e refino global. Nesses casos, a dependência de fontes externas gera preocupações quanto à segurança econômica, à estabilidade das cadeias produtivas e à soberania industrial. A literatura especializada também propõe uma diferenciação conceitual entre materiais "críticos" e "estratégicos". Os primeiros são definidos principalmente por sua vulnerabilidade de fornecimento e relevância econômica em setores de alta tecnologia ou crescimento acelerado. Já os materiais estratégicos estão diretamente vinculados à segurança nacional, defesa militar e autonomia tecnológica de longo prazo. Embora esses grupos frequentemente se sobreponham, a distinção é útil para fins de política industrial e planejamento geopolítico. Além disso, há materiais cuja criticidade é temporária ou conjuntural. Certos minerais podem tornar-se críticos em função de rupturas logísticas, restrições comerciais ou picos abruptos de demanda provocados por inovações tecnológicas. Portanto, o conceito de criticidade deve ser entendido como dinâmico, refletindo as transformações do sistema produtivo global, das preferências tecnológicas e das tensões geopolíticas. Além disso, é importante observar que a classificação de um material como crítico pode

variar substancialmente entre países e blocos econômicos. Ela está ligada à capacidade de cada Estado de acessar, explorar, processar ou substituir determinado recurso dentro de seu território ou em cadeias de suprimento seguras e diversificadas. A noção de materiais críticos é profundamente influenciada por processos históricos, conflitos geopolíticos e transformações tecnológicas. Desde as primeiras revoluções industriais, o controle sobre recursos minerais tem sido elemento central na definição do poder econômico e militar das nações. Entretanto, foi sobretudo no século XX, com o fortalecimento das economias industriais e os dois grandes conflitos mundiais, que a dependência de determinadas matérias-primas passou a ser tratada como questão de segurança nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o acesso a determinados minérios, como tungstênio, cromo e níquel, foi estratégico para a produção de armamentos. Nos anos subsequentes, especialmente no período da Guerra Fria, o controle sobre recursos naturais tornou-se um instrumento de influência geopolítica entre os blocos capitalista e socialista. Nesse contexto, a noção de "minerais estratégicos" emergiu de forma mais institucionalizada, vinculada ao conceito de autonomia militar e energética. Na virada para o século XXI, a emergência da China como potência industrial e tecnológica, associada à intensificação das cadeias globais de valor, modificou a lógica da distribuição mineral no mundo. Como destacam Castro, Peiter e Góes (2011), a crescente concentração da produção e do refino de minerais críticos – como as terras raras – em países específicos reacendeu preocupações com a segurança no fornecimento. A decisão chinesa, em 2010, de restringir as exportações de terras raras foi um marco simbólico dessa nova dinâmica, provocando reações imediatas de países como Estados Unidos, Japão e União Europeia, que passaram a revisar suas políticas minerais. Além da dimensão econômica, os minerais críticos adquiriram novo peso geopolítico no contexto da transição energética e digital, duas agendas estratégicas globais. A adoção acelerada de tecnologias limpas – como veículos elétricos, redes inteligentes, energia solar e eólica – elevou a

importância de certos elementos anteriormente considerados periféricos. Esse novo cenário gerou uma corrida por investimentos em mineração, processamento e reaproveitamento de minerais essenciais, em meio a um ambiente internacional marcado por disputas comerciais, tensões diplomáticas e crescente regionalização das cadeias produtivas. Targino e Gulelmo Souza (2025) apontam que os minerais críticos se tornaram vetores de disputas não apenas econômicas, mas também geoestratégicas, com países buscando ampliar sua autonomia sobre recursos essenciais e diminuir vulnerabilidades em relação a fornecedores concentrados. Isso impulsiona políticas industriais voltadas à diversificação de fontes, ao fortalecimento da mineração nacional e ao estímulo à reciclagem e economia circular. Embora os minerais críticos sejam centrais para a transição energética e para o avanço de tecnologias sustentáveis, a extração e o processamento desses recursos ainda envolvem impactos ambientais significativos e conflitos socioeconômicos complexos. Esse paradoxo, no qual materiais fundamentais para a descarbonização global causam, em sua origem, degradação ambiental e injustiça social, tem sido cada vez mais reconhecido nos debates internacionais sobre sustentabilidade e justiça climática. Do ponto de vista ambiental, muitos dos minerais considerados críticos requerem processos de mineração de alta intensidade, com grande consumo de água, energia e reagentes químicos. A extração de terras raras, por exemplo, frequentemente envolve o uso de ácidos e técnicas de separação altamente poluentes, com risco de contaminação do solo, dos lençóis freáticos e da biodiversidade local. Além disso, a maioria desses minerais apresenta teores baixos em jazidas, o que demanda a movimentação de grandes volumes de rochas e aumenta a geração de rejeitos. A geografia influencia nesse aspecto, dado que muitos dos principais depósitos de minerais estratégicos estão localizados em regiões ambientalmente sensíveis ou socialmente vulneráveis como florestas tropicais, terras indígenas, zonas de conflito ou áreas com baixa governança ambiental. Na dimensão social, os desafios são igualmente expressivos. A atividade extrativa, quando realizada sem controle adequado, pode aprofundar

desigualdades regionais, limitar o acesso a recursos naturais pela população local e enfraquecer a soberania de comunidades tradicionais. Outro ponto crítico está na distribuição assimétrica de riscos e benefícios ao longo da cadeia produtiva. Enquanto países do Norte Global concentram a fabricação de produtos de alto valor agregado como baterias, turbinas e semicondutores, as nações produtoras de minerais críticos muitas vezes ficam restritas à exportação de matéria-prima bruta, com baixo retorno econômico e alto custo ambiental e social. Essa crescente necessidade por esses materiais se explica pela sua aplicação indispensável em setores estratégicos como a fabricação de baterias para veículos elétricos, produção de equipamentos para energia renovável, eletrônicos avançados e sistemas de armazenamento energético. A evolução da demanda está diretamente associada a três fatores principais: o ritmo da adoção das tecnologias verdes, o aumento da capacidade produtiva industrial e a modernização das infraestruturas energéticas. Como consequência, projeta-se que a procura por minerais como lítio, níquel, cobalto, grafite e terras raras praticamente triplique ou até quadriplique na próxima década. O lítio, elemento essencial para baterias de íon-lítio, tem sua demanda impulsionada pela massificação dos veículos elétricos e pela necessidade de armazenamento em larga escala para redes de energia renovável. O níquel e o cobalto também ganham destaque por contribuírem para o aumento da densidade energética e da durabilidade das baterias, tornando-se indispensáveis para a eficiência dos sistemas modernos. Além dos minerais usados em baterias, o cobre mantém papel estratégico devido à sua alta condutividade elétrica, sendo fundamental para a expansão das redes elétricas e para a eletrificação de diferentes setores da economia. A demanda por cobre está relacionada não apenas às energias renováveis, mas também à construção civil, telecomunicações e manufatura eletrônica, setores que se expandem paralelamente. Outro grupo relevante são as terras raras, que, apesar de presentes em menores quantidades, são vitais para a fabricação de ímãs permanentes, sensores e outros componentes essenciais em turbinas eólicas, motores elétricos e

dispositivos eletrônicos avançados. Um ponto crítico nesse cenário é o descompasso entre a demanda projetada e a capacidade produtiva atual e futura dos países fornecedores. Muitos minerais já enfrentam ou tendem a enfrentar déficits substanciais, o que pode gerar volatilidade nos preços e aumentar os riscos geopolíticos. A dificuldade em ampliar rapidamente a produção está relacionada a fatores técnicos, regulatórios, ambientais e sociais, que podem atrasar projetos mineradores ou limitar a exploração em determinadas áreas. A transição energética representa uma mudança estrutural no modelo de geração e consumo de energia, substituindo gradualmente os combustíveis fósseis por fontes renováveis e de baixo carbono. Esse processo, motivado pela necessidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, aumentar a segurança energética e promover o desenvolvimento sustentável, tem provocado uma reconfiguração da demanda por determinados recursos naturais especialmente os minerais críticos. As tecnologias centrais à transição energética, como painéis solares, turbinas eólicas, baterias de íon-lítio, redes elétricas inteligentes e veículos elétricos, dependem fortemente de materiais específicos que possuem características físico-químicas únicas. Isso inclui alta condutividade elétrica, leveza, resistência à corrosão e propriedades magnéticas ou catalíticas. A consequência direta é o aumento expressivo da demanda por elementos como lítio, cobalto, níquel, cobre, grafite e terras raras. Além do volume crescente de consumo, há uma mudança qualitativa: a exigência por materiais mais puros, eficientes e adaptados a novos padrões tecnológicos. Essa transformação tem impacto direto nas cadeias produtivas globais, exigindo expansão da capacidade extrativa, melhorias nos processos de beneficiamento mineral e desenvolvimento de rotas alternativas como a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos. Outro fator relevante é a velocidade com que as metas climáticas têm sido implementadas. Compromissos internacionais como os Acordos de Paris e os planos nacionais de neutralidade de carbono têm acelerado investimentos em tecnologias verdes, pressionando simultaneamente a oferta de minerais estratégicos. Isso torna a transição energética não apenas um vetor de

inovação, mas também de competição geoeconômica por recursos escassos. Além disso, o processo de eletrificação da economia implica maior intensidade material por unidade de energia produzida. Por exemplo, enquanto uma usina solar ou eólica requer muito mais cobre por megawatt instalado do que uma termoelétrica a gás, os sistemas de armazenamento exigem volumes consideráveis de lítio, níquel e cobalto. Portanto, a transição energética, embora reduza a dependência de combustíveis fósseis, aumenta significativamente a dependência de minerais específicos. A União Europeia, por meio do Critical Raw Materials Act (2023), estabeleceu metas ambiciosas para ampliar sua autonomia em relação ao fornecimento de minerais críticos, cujo objetivo é reduzir a dependência de terceiros países (em especial da China), estabelecendo metas de produção interna (10%), refino (40%) e reciclagem (15%) de minerais críticos até 2030. Países como Suécia, Finlândia e Portugal têm sido centrais para essas estratégias, dada a presença de reservas de terras raras, níquel e lítio. Simultaneamente, blocos como a UE vêm estabelecendo parcerias com países do Sul Global para garantir fontes seguras e ambientalmente responsáveis, como é o caso do diálogo com o Brasil e países africanos. Nos Estados Unidos, o Inflation Reduction Act (IRA, 2022) destinou vultosos recursos para fomentar a extração e o processamento doméstico de minerais críticos, além de incentivar tecnologias verdes, como veículos elétricos e baterias. A ativação da Defense Production Act demonstra o caráter estratégico da agenda, com destaque para minerais como cobalto, níquel, lítio e grafite. O país também lidera a iniciativa internacional Minerals Security Partnership (MSP), voltada à formação de cadeias globais resilientes com padrões socioambientais elevados. Outros países produtores, como Canadá e Austrália, têm adotado estratégias semelhantes. O Canadá, por meio da Critical Minerals Strategy, busca posicionar-se como fornecedor confiável e sustentável de insumos estratégicos, com investimentos em tecnologias de extração e beneficiamento de níquel, cobalto, terras raras e grafite. Já a Austrália, maior produtora global de lítio, tem intensificado esforços para desenvolver o downstream da cadeia, expandindo a

capacidade de refino e processamento doméstico, além de firmar acordos bilaterais com Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos. Paralelamente, há um movimento internacional crescente em direção à economia circular dos minerais, com investimentos em tecnologias de reciclagem e recuperação de materiais estratégicos. O Japão é um dos líderes nesse campo, implementando sistemas eficientes de reaproveitamento de metais a partir de resíduos eletrônicos, enquanto a UE avança com iniciativas como a European Raw Materials Alliance (ERMA), que busca reduzir a pressão sobre jazidas primárias por meio de cadeias circulares e inovação em design de produtos. A inovação tecnológica também se revela essencial para mitigar os riscos de concentração e escassez. Países como Alemanha, EUA e Coreia do Sul vêm investindo no desenvolvimento de tecnologias substitutivas, como motores elétricos que não dependem de ímãs com terras raras, e novas químicas de baterias baseadas em sódio, zinco ou enxofre, em substituição ao lítio e ao cobalto.

Palavras-chave: Minerais críticos; Transição energética; Geopolítica dos recursos minerais.

Referências

CASTRO, Fernando Ferreira de; PEITER, Carlos César; GÓES, Geraldo Sandoval. Minerais estratégicos e críticos: uma visão internacional e da política mineral brasileira. **Texto para Discussão (TD)**, 2768. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), maio 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11197. Acesso em: 07 jul. 2025.

CASTRO, Fernando Ferreira de; GÓES, Geraldo Sandoval; PEITER, Carlos César; *et al.* Transição energética e dependência por minerais críticos: aspectos geopolíticos, socioambientais e a perspectiva brasileira. **Série Estudos e Documentos (SED)**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCTI), 2022. 62 p. ISBN 978-65-5919-041-6. Disponível em: http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2633/1/SED-111-2.pdf. Acesso em: 09 jul. 2025.

MACHADO, Iran F. **A demanda mundial de minerais críticos (The world demand of critical minerals)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, maio 2011.

PAIVA, Thayany Costa. **Materiais críticos para a transição energética:** análise global e implicações ambientais. 2024. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Materiais).

SANTOS, Yolacir Carlos de Souza. Panorama da mineração brasileira em relação a alguns dos principais minerais críticos necessários à transição energética. **Latin American Journal of Energy Research**, v. 10, n. 1, p. 77-86, 2023. DOI: 10.21712/lajer.2023.v10.n1.p77-86.

TARGINO, B.; GULELMO SOUZA, P. (2025). Uma análise sobre a influência geopolítica da transição energética na cadeia de valor global de materiais críticos. ENERLAC. **Revista de Energía de Latinoamérica e el Caribe**, v. 8, n. 2. Disponível em: https://enerlac.olade.org/index.php/ENERLAC/article/view/329 Acesso em: 08 jul. 20253

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. **What are critical minerals?** 2024. Disponível em: https://www.usgs.gov/programs/mineral-resources-program/science/what-are-critical-minerals-0. Acesso em: 07 jul. 2025.

Carajás: riqueza concentrada e desenvolvimento truncado

Roger Lobato Morais[1]
Maria Amélia Enríquez[2]

1 Introdução: Os municípios do Estado do Pará demonstram a muitos anos sua forte riqueza advinda da exploração mineral, destacando seu crescimento e expansão ao longo dos anos. Porém, o desenvolvimento desses municípios acaba ficando truncado, em suma maioria pela fraca governança e pelo mal uso dos royalties advindos da mineração. Sendo esse o caso dos municípios mineradores da Região de Integração de Carajás. A Região de Integração é formada por 11 municípios, em que 4 deles advém primariamente da atividade extrativista mineral, sendo eles: Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis (Estudo de caso do artigo). Esses municípios sofrem de inúmeros problemas em sua estrutura com forte deficiência no desenvolvimento econômico, juntamente a déficits no âmbito social da sua população. Segundo Celso Furtado, "O desenvolvimento é um processo que acarreta a modernização de um pequeno segmento da sociedade, sem que essa modernização atinja a maioria da população, que permanece marginalizada" (Furtado, 1982, p. 32). Assim como nessa visão, o presente estudo tem como forma primaria, desenvolver a discussão sobre os problemas da expansão mineral, e como suas demais variáveis inferem ao entorno econômico dos presentes municípios.

2 Metodologia: Este estudo utiliza uma abordagem metodológica que combina a análise de dados secundários de diversas fontes oficiais e acadêmicas para avaliar o desempenho econômico e os impactos sociais e ambientais da atividade de mineração na Região de Integração de Carajás (RI-Carajás). A pesquisa se concentra em um período de 40 anos, comparando indicadores dos municípios mineradores da região (Marabá,

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: roger.morais@icsa.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: amelia@ufpa.br.

Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás) com os de municípios não mineradores e com as médias do estado do Pará e do Brasil.

3 Resultados e Discussão: Os dados revelam que ocorre um forte crescimento econômico nos municípios mineradores da RI-Carajás, com o PIB crescendo 22% anualmente entre 2002 e 2021, em contraste com a média de 12% dos municípios não mineradores. A remuneração média nos municípios mineradores em 2024 era 30% maior que a do estado do Pará e quase 60% superior à dos municípios não mineradores. A receita orçamentária desses municípios também cresceu significativamente, impulsionada pela Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e outros impostos. No entanto, o crescimento econômico não resultou em melhorias sociais proporcionais. A região experimentou um aumento populacional abrupto, passando de 60 mil para 740 mil pessoas em 40 anos. Essa dinâmica superlotou os municípios mineradores, sobrecarregando os serviços sociais e concentrando a violência. A taxa de homicídios com arma de fogo nos municípios mineradores superou as médias do Pará e do Brasil a partir dos anos 2000. A pobreza também é um problema, com a taxa nos municípios mineradores acima da média estadual entre 2017 e 2022. Além disso, os indicadores de educação nos municípios mineradores são piores do que a média do estado do Pará, mostrando que a riqueza não se traduz em avanço na educação. Em termos ambientais, apesar da preservação de algumas áreas de conservação, o desmatamento no entorno das minas foi intenso, com a conversão de áreas de floresta para atividades agropecuárias e urbanização.

4 Considerações Finais: O estudo conclui que a mineração em Carajás impulsionou o crescimento econômico e uma parte da infraestrutura local, mas falhou em promover um desenvolvimento social harmonioso e equitativo. Destacasse que ocorre uma disparidade entre a riqueza gerada e os resultados sociais para a população. A dependência da mineração torna a região vulnerável a flutuações de mercado e à exaustão

dos recursos naturais. Para um futuro sustentável, é necessário transcender a lógica de mercado e adotar uma estratégia de governança territorial que aborde a desigualdade de renda, a violência, a educação e a gestão ambiental.

Palavras-chave: Mineração; Desenvolvimento regional; Região de Carajás (PA).

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas do trabalho**. [Brasília, DF]: MTE, [20--?]. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único**. [Brasília, DF]: MDS, [20--?]. Disponível em: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Contábil do Tesouro Nacional - RCTN**. 2023. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-contabil-do-tesouro-nacional-rctn/2023/114. Acesso em: 11 jul. 2025.

COELHO, Tádzio Peters. Privatização da CVRD: I - Da CVRD à Vale S.A.: rupturas e continuidades. *In*: COELHO, Tádzio Peters *et al*. **Projeto Grande Carajás:** trinta anos de desenvolvimento frustrado. [S. l.]: IBASE, 2014. p. 19-20. Disponível em: https://ibase.br/wp-content/uploads/2023/04/Projeto-Grande-Carajas_2014.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *In*: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd

FAPESPA. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração**. Belém, PA: FAPESPA, [Ano de publicação]. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/radar-de-indicadores-das-regioes-de-integracao/. Acesso em: 11 jul. 2025.

FIRJAN. **FIRJAN**. [Rio de Janeiro]: FIRJAN, [20--?]. Disponível em: https://firjan.com.br/pagina-inicial.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

FURTADO, Celso. Análise do 'Modelo' Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MAPBIOMAS. **MapBiomas**. [*S. l.*]: MapBiomas, [20--?]. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/. Acesso em: 10 jul. 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [20--?]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 jul. 2025.

INPE. **Projeto PRODES:** Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. São José dos Campos: INPE, [s.d.]. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/prodes. Acesso em: 11 jul. 2025.

IPEA. **IPEADATA**. [Brasília, DF]: IPEA, [20--?]. Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 10 jul. 2025.

PORTOSMA. **História e evolução da Estrada de Ferro Carajás**. [20--?]. Disponível em: https://portosma.com.br/index.php/historia-e-evolucao-da-estrada-de-ferro-carajas/. Acesso em: 10 jul. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Governança pública em municípios mineradores do Pará: indicadores, importância e desafios

Cauet de Araújo Corrêa Formigosa[1]
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez[2]

Resumo: A mineração é sempre objeto de intenso debate devido às externalidades que gera, levando à polêmica se se trata de uma benção ou de uma maldição. A maldição dos recursos é uma ameaça real, especialmente em regiões periféricas, e a literatura sugere que a "boa governança" pode ajudar a mitigar essa tendência. Este artigo estuda o caso da qualidade da governança pública dos municípios mineradores da Região de Integração de Carajás (RI-Carajás), no estado do Pará; a região foi escolhida por ser rica em recursos minerais e atrair investimentos significativos, mas revelar problemas socioambientais. Utilizando o Resource Governance Index elaborado pelo Natural Resource Governance Institute (NRGI) como referência, este estudo reuniu e adaptou indicadores que podem ser utilizados para identificar a governança em municípios mineradores; esses indicadores foram comparados aos dos municípios não mineradores da RI-Carajás. Os resultados demonstram que os municípios mineradores têm maior arrecadação e maior autonomia de gestão fiscal em comparação com os demais municípios da região. No entanto, enfrentam maior quantidade de conflitos, altos índices de violência juvenil e menores índices de transparência das prefeituras municipais e quanto à repartição de recursos. Isso evidencia a limitação de efetivos instrumentos de governança pública nos municípios estudados.
Palavras-chave: Mineração; Região de Integração de Carajás; Municípios; Governança Pública.

Abstract: Mining is always the subject of intense debate due to the externalities it generates, leading to controversy over whether it is a blessing or a curse. The resource curse is a real threat, especially in peripheral regions, and the literature suggests that "good governance" can help mitigate this trend. This paper studies the quality of public governance in mining municipalities in the Carajás Integration Region (RI-Carajás), in the state of Pará, northern Brazil; the region was chosen because it is rich in mineral resources that attract significant investment, but reveals socio-environmental problems. Using the Resource Governance Index developed by the Natural Resource Governance Institute (NRGI) as a reference, this study gathered and adapted indicators that can be used to identify governance in mining municipalities; these indicators were compared to those of non-mining municipalities in the RI-Carajás. The results demonstrate that mining municipalities have higher tax revenues and greater fiscal management autonomy compared to other municipalities in the region. However, they face a greater number of conflicts, high rates of youth violence and lower levels of transparency in municipal governments and in the distribution of resources. This highlights the limitation of effective public governance instruments in the municipalities studied.
Keywords: Mining; Carajás Integration Region; Municipalities; Public Governance.

[1] Acadêmico de Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cauetformigosa@gmail.com.
[2] Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amelia@ufpa.br.

1 Introdução

As atividades de exploração de recursos minerais podem ser interpretadas como Maldição ou Benção para as sociedades que as exercem, ainda que os minerais sejam essenciais para a vida humana (Pope, 2016).

Como Maldição, autores como Prebisch (1949), Sachs e Warner (2001), Coumans (2011), Pamplona e Cacciamali (2018), Rodrigues e Rodrigues (2019) entendem que os fatores e condicionantes das atividades de extração de recursos não renováveis podem gerar danos irreparáveis à sociedade que as mantém em subdesenvolvimento. Já como Bênção, autores como Haufler (2010), Silveira (2014), Dias e Carlo (2014), Evans e Stallings (2016), Reymão, Koury, Assunção (2021), Rodrigues (2022) ressaltam que a mineração pode, desde que os recursos que mobiliza sejam bem administrados, dentre os quais as receitas públicas provenientes de sua atividade, se configurar como uma alavanca para o desenvolvimento.

Para Kaufmann (2022), Presidente do Natural Resource Governance Institute (NRGI), os efeitos da "Maldição" têm evoluído historicamente. Para ele, a Maldição original (fase 1.0) no início dos anos 1970, estava associada aos fenômenos da "Doença Holandesa" (Kaufmann 2022. Enriquez; Ferraz, 2023). Posteriormente, na fase da Maldição 2.0, nos anos 1980 e 1990, além dos aspectos econômicos, o foco era a implementação da denominada "Governança Branda", em que a transparência passou a configurar como central nas formas de combate à Maldição (Haufler, 2010), onde surgiram instituições internacionais como a EITI (Extractive Industries Transparency Initiative).

Com a crescente percepção de que, apesar de necessária, somente a transparência seria insuficiente para combater a Maldição, Kaufmann (2022) apresenta a necessidade de uma institucionalidade que ele denomina "troika TAP", que seria a construção de políticas públicas baseadas na tríade Transparência, Prestação de Contas e Participação Social (Kaufman *apud* Enríquez; Ferraz, 2023, p. 247-248).

Kaufmann (2022), por fim, nos tempos atuais, entende que já se alcançou a Maldição 4.0, que incorpora todas as formas de Maldição anteriores somadas à crise da democracia. O antídoto seria o que ele denomina de “TAP Plus”, em que se envolvem os mesmos conceitos anteriores acrescidos da construção e da defesa do Estado Democrático de Direito que trate de reforma regulatória, transformação do setor público e renovação institucional das empresas estatais (Enríquez; Ferraz, 2023).

Para Enríquez e Ferraz (2023), a Maldição resulta das próprias características mineração como: rigidez locacional, não renovabilidade e disputa do território que, se não forem adequadamente gerenciadas, podem sim resultar em efeitos socioambientais adversos e conflitos territoriais.

Por outro ângulo, autores como Haufler (2010), Silveira (2014), Dias e Carlo (2014), Evans e Stallings (2016), Reymão, Koury e Assunção (2021) e Rodrigues (2022) sugerem que o Estado pode, por meio da correta gestão, mitigar os danos socioeconômicos e ambientais gerados pela atividade e transformar os recursos arrecadados em instrumentos propulsores do desenvolvimento sustentável.

Para a discussão empírica sobre a “boa governança”, será feito um estudo de caso na Região de Integração de Carajás (RI-Carajás), em função de sua relevância econômica para a balança comercial do Estado e do País. Em 2023, a RI respondeu por 4,6% (U$ 15,65 bilhões, Comex Stat) das exportações nacionais e por 93% (R$ 2,5 bilhões) da arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) do Estado do Pará, o equivalente a 39% da arrecadação brasileira, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) no ano de 2023 (ANM, 2023).

Para tanto, este estudo está estruturado em quatro seções, além da introdução. A seção 1 trata do conceito e discussão de Governança Pública de municípios que exploram recursos naturais não renováveis (minerais) e sua importância para a administração dos recursos públicos de qualidade, com a proposta do desenvolvimento sustentável. A seção 2

caracteriza a relevância da RI-Carajás e seus municípios mineradores e os indicadores de Governança Pública. A seção 3 apresenta os indicadores e discute as possibilidades destes serem, de fato, um antídoto à maldição dos recursos. E finalmente a 4 seção apresenta as Considerações Finais.

2 Governança pública conceito e discussão

O entendimento de Governança Pública não é uniforme na literatura acadêmica, mesmo entre as Ciências Sociais Aplicadas, divergindo sobre os fundamentos do termo (Bliacheriene; Ribeiro, 2013. Dias; Carlo, 2014. Teixeira; Gomes, 2019). Para a Administração, governança é entendido como a eficiência na gestão de conflitos entre os diretamente interessados e atuantes em determinada atividade (Texeira; Gomes, 2019). Para as Relações Internacionais, com base na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a governança está presente nos meios e objetivos para alcançar medidas que relacionam diversos atores do mesmo setor (acionistas, conselhos e grupos de interesse, por exemplo) (Bliacheriene; Ribeiro, 2013. Dias; Carlo, 2014).

O conceito de governança pública também se reflete na forma como as organizações internacionais tratam o tema, conforme sintetizado nesta amostra de oito entidades em que questões como a necessidade de transparência e participação social predominam (Figura 1).

As organizações internacionais convergem com as proposições da ciência política ao ressaltar como imprescindíveis a legitimidade, a qualidade e a eficiência, assim como a competência e a atuação dos Estados soberanos na administração pública em suas diversas atuações (Dias; Carlo, 2014; Bliacheriene; Ribeiro, 2013).

O Banco Mundial, o PNUD e a Comissão Europeia concordam quanto à relevância do combate à corrupção e da participação democrática dos atores (Estado, Sociedade Civil e Mercado), como formas da legitimação da atuação pública nos atos de planejar, formular e

implementar políticas que incorporem transparência e responsabilidade social (Teixeira; Gomes, 2019).

Figura 1 - Conceitos de Governança para Organizações Multilaterais.

	Conceito	Observações
Comissão Européia	A forma de uma determinada sociedade **resolver** aquilo que é de **interesse (ou comum) a todos**.	Tendo como característica importante a **gestão transparente e responsável dos recursos humanos**, por meio de **processos claros** à sociedade e **combate à corrupção**.
Institute on Governance	Interação entre **estruturas, processos e tradições** que determinam a forma em que o **poder é exercido**.	A maneira em que os **cidadãos são ouvidos** e (a partir disso) **decisões são tomadas**.
Australian National Audit Office	Processos em que as **organizações (órgãos)** são **dirigidas, controladas e cobradas**.	Adicionando, nesse momento, a forma de **responsabilização dos tomadores de decisões**.
Banco mundial	Governança é usada como um **critério para cessão de crédito**. Definição como o poder é exercido, na **administração dos recursos sociais e econômicos**.	Capacidade de **planejar, formular e implementar políticas públicas** por meio de sua autoridade, controle, administração e poder.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Um sistema de **valores, políticas e instituições** que gerem a sociedade por diretrizes econômicas, políticas e sociais, por meio de interações: **Estado + Mercado + Sociedade Civil**.	Dessa forma, a governança teria **aspectos econômicos, políticos e sociais**.
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Arranjos **formais e informais** que ditam a forma em que são **tomadas decisões públicas** e são realizadas **ações públicas**.	Mantendo a importância dos **valores constitucionais** das decisões, **alinhando problemas, atores e ambientes diversos**.

Fonte: Elaborado com fundamento em Meza et. al. (2016) e Teixeira & Gomes (2019).

Em outro sentido, o Institute On Governance, a Australian National Audit Office e a OCDE concordam quanto ao tema das estruturas e processos que envolvem o exercício do poder público, em que os gestores públicos precisam ouvir os cidadãos que representam, tomar decisões ligadas às vozes públicas e, caso não o façam, sejam responsabilizados corretamente pelos atos de improbidade (Teixeira; Gomes, 2019).

Por fim, tratando-se de construção do sistema jurídico e político brasileiro, de acordo TCU, no estudo "Governança Pública", o termo deve ser entendido como a gestão pública dos recursos e projetos com ações que promovam melhorias na criação, implementação, controle de desperdício e fiscalização de políticas e demandas públicas, tendo como centralidade a participação democrática de todas as forças/protagonistas

presentes na atividade em que se busca a melhoria (Estado, Mercado e Sociedade Civil) (Brasil, 2014).

Portanto, em contraponto à Maldição dos Recursos a Governança Pública, enquanto proposta de gestão pública de regiões de base mineral, pode apresentar medidas e fundamentação de que a participação, a fiscalização e a administração da atividade e suas arrecadações tributárias podem contribuir positivamente no desenvolvimento da respectiva Região (Bliacheriene; Ribeiro; Funari, 2014).

Assim, com o objetivo de apresentar um conjunto de indicadores sobre governança pública, adotou-se como referência o estudo Resource Governance Index elaborado pelo Natural Resource Governance Institute (NRGI), que foca mineração, exploração de gás natural e extração petrolífera exibindo indicadores de diversos países, a fim de gerar um índice de qualidade da governança. Para isso, o Instituto considerou três dimensões: a) ambiente favorável; b) realização de valor; e c) gestão de receitas. Com base nessas três

dimensões, este estudo propõe um conjunto de 12 indicadores especialmente voltados para estimar a governança dos municípios mineradores.

A dimensão gestão das receitas públicas municipais, inclusive, as provenientes da mineração, trata da qualidade da gestão fiscal e a participação municipal na arrecadação estatal, o que também envolve a forma de taxação da atividade. Os indicadores adotados são:

1. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): composto por quatro indicadores: autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos (Índice Firjan de Gestão Fiscal);
2. Participação municipal do ICMS: devido à função social de financiar o gasto público, e ao caráter extrafiscal, enquanto instrumento regulador (Nylander; Junior, 2020);
3. Participação municipal do ICMS Verde: criado por Lei Estadual nº 7.638/2012, é um instrumento econômico de política ambiental cujas funções principais são: (i) compensatória, para apoiar municípios com áreas protegidas, e (ii) incentivadora, para

estimular práticas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS).

A dimensão realização do valor reúne indicadores diretamente relacionados aos resultados da atividade mineral no território, mensurada pela existência de conflitos e violência. São os seguintes os indicadores:

1. Conflitos relacionados à mineração com base nos dados do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil que sistematiza, mapeia e visibiliza conflitos socioambientais e violações de direitos humanos causados pelo setor mineral;
2. Homicídio juvenil masculino: revela a vulnerabilidade de uma faixa etária específica e aponta para possíveis lacunas na proteção social e na implementação de programas de prevenção à violência (IDSC);
3. Mortes por agressão: revelam a necessidade de estratégias robustas de segurança pública e de mecanismos de apoio para as vítimas e comunidades afetadas, também sendo baseado no indicador base do índice 16 do ODS, que compõe o IDSC e tem por fonte o IBGE/MUNIC;
4. Mortes por armas de fogo: indicam uma possível correlação com a presença de atividades ilegais associadas à mineração, como o tráfico de armas e conflitos armados, tendo a mesma fonte do indicador anterior.

A dimensão ambiente favorável trata das condições gerais de governabilidade e envolve a qualidade das relações jurídico/econômicas e sociais, assim como do ambiente para realizar negócios em que contratos sejam respeitados. Os indicadores utilizados são:

1. Índice de Transparência Pública do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA) que mede a qualidade dos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais do estado do Pará e a composição e qualidade do Regime Próprio de Previdência (TCM/PA). Esse índice responde às diversas normas jurídicas como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF) – LC 101/2000 e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que estabelecem a obrigação de divulgação clara e acessível dos dados de gestão dos recursos públicos, consolidando a transparência como prática essencial na administração pública (Rodrigues, 2022);

2. Participação social: representada pela presença de Conselhos, de Planos e de Fundos para áreas que requerem a participação direta da sociedade. Há também normas que reforçam essa relevância, como a LRF, a Lei nº 8.142/1990, sobre os fundos de saúde, administrados com a participação dos Conselhos que aprovam e fiscalizam as políticas públicas e a aplicação dos recursos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que aborda a criação e o uso dos fundos destinados à educação, como o Fundeb, exigindo a participação dos Conselhos de Educação na elaboração e controle das políticas educacionais e na aplicação dos recursos;
3. Estruturação da política de controle interno e combate à corrupção: é um indicador que compõe o ODS 16 (IDSC) que mensura a proporção de instrumentos da política de controle interno e combate à corrupção;
4. Estruturação das políticas de transparência: é também um indicador que compõem também avalia o ODS 16 (IDSC);
5. Estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos: é baseado no indicador base do índice 16 do ODS que compõe o (IDSC) que mensura a proporção de instrumentos de políticas de participação e direitos humanos.

Definidos os indicadores, a próxima seção enfoca a RI-Carajás, no estado do Pará, que foi escolhida para avaliar empiricamente esses indicadores de Governança Pública.

3 A região de Carajás e seus indicadores de governança

Esta seção destaca a RI-de Carajás, localizada no norte do Brasil, no Estado do Pará, com foco nos municípios de Marabá e Parauapebas.

Isso se justifica por ser Marabá o polo pioneiro e Parauapebas a sede original do Projeto Carajás de onde se desdobraram outros empreendimentos. A RI-Carajás tem histórico de investimentos bilionários voltados funda-mentalmente para a atividade extrativista mineral (Enríquez, 1993).

Essa Região tem sua história marcada por grandes empreendimentos minerais para exploração e exportação de recursos naturais. Em traços gerais, são identificados três períodos na formação histórica da Região: 1) Fundação e Primeiros Projetos, que vai do final do século XVII ao início do Projeto Ferro Carajás; 2) Consolidação e Diversificação até o início das atividades da Mina Azul em Parauapebas, no final dos anos 1980 e 3) Expansão das Minas, com as operações de cobre, em Canaã dos Carajás, abertura das Minas de Antas, em Curionópolis, Mina de cobre do Salobo, em Marabá, abertura da Mina de Serra Leste em Curionópolis; início das operações na maior mina de ferro da Vale, a S11D, e lançamento do Projeto Salobo III em Marabá, continuando a expansão da extração de cobre na região.

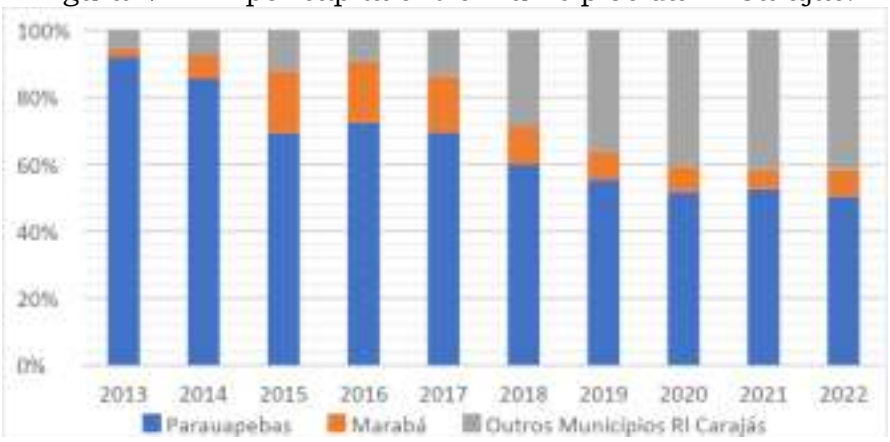
Portanto, é fato que a mineração tem moldado o uso, a ocupação e a divisão do território da RI-Carajás no período recente, bem como definido a dinâmica socioeconômica regional, conforme se comprova na comparação de indicadores dos municípios mineradores e não mineradores. O PIB per capita (Figura 2) se sobressai muito mais nos municípios mineradores, cujo valor médio é de quatro vezes maior que o seu entorno não minerador.

Até 2013, a arrecadação municipal da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) era quase que totalmente feita por Marabá e Parauapebas (Figura 3).

Em 2002, esses municípios continuam tendo a supremacia (55%), mas com participação relativa reduziu, em função da entrada em operação da mina de ferro S11D. No período de 2000-2022, a população dos municípios não mineradores em termos absolutos passou de 130,6 para 131,7 mil. Nesse mesmo período, a população dos municípios mineradores mais que duplicou, passando de 270 mil para 630 mil.

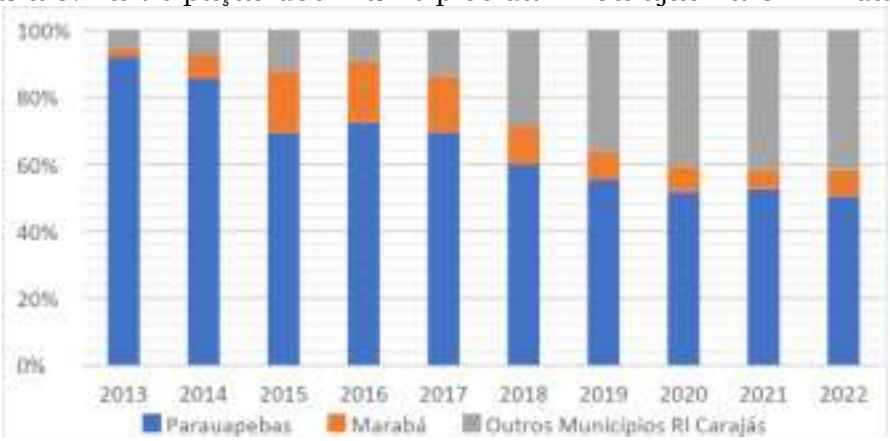
Certamente a presença de grandes empreendimentos nacionais e internacionais tem um peso no crescimento populacional dos municípios mineradores da região (Nunes; Pinho, 2019).

Figura 2 - PIB per capita entre Municípios da RI-Carajás.



Fonte: Grupo de Pesquisa "Governança e uso dos Royalties da Mineração" (UFPA)

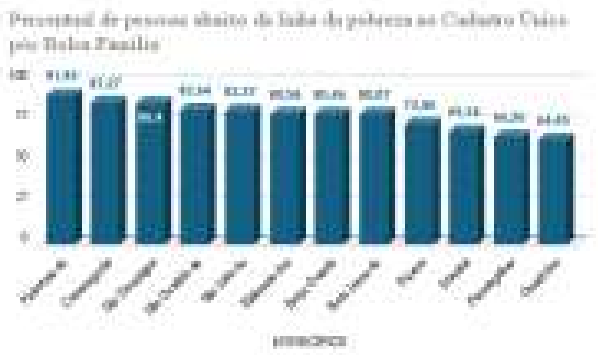
Figura 3: Participação dos municípios da RI-Carajás na CFEM da RI.



Fonte: Grupo de Pesquisa "Governança e uso dos Royalties da Mineração" (UFPA)

A RI-Carajás é reconhecida nacional e internacionalmente pelo potencial econômico da exploração de recursos minerais não renováveis. No entanto, esse crescimento também trouxe conflitos de interesse, destruição ambiental e violações de direitos humanos, impulsionados pela busca por capital e produção industrial (Nobre; Tupiassu, 2023). Em contraste com os indicadores econômicos a RI-Carajás e, em particular, seus municípios mineradores também apresentam violência e pobreza crescentes conforme Figuras 4 e 5:

Figura 4 - Indicadores de violência na RI-Carajás- por cada 100 mil habitantes em 2021



Fonte: Elaborado com indicadores que compõe a ODS 16 do IDSC.

Figura 5 - Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família.



Fonte: Elaborado com indicadores que compõe a ODS 16 do IDSC.

Muito embora os municípios mineradores, com exceção de Curionópolis, apresentem a menores taxas de pobreza entre os municípios da RI-Carajás, os percentuais são muito elevados para o nível de renda per capita que apresentam. Será que esse quadro está relacionado com a Governança?

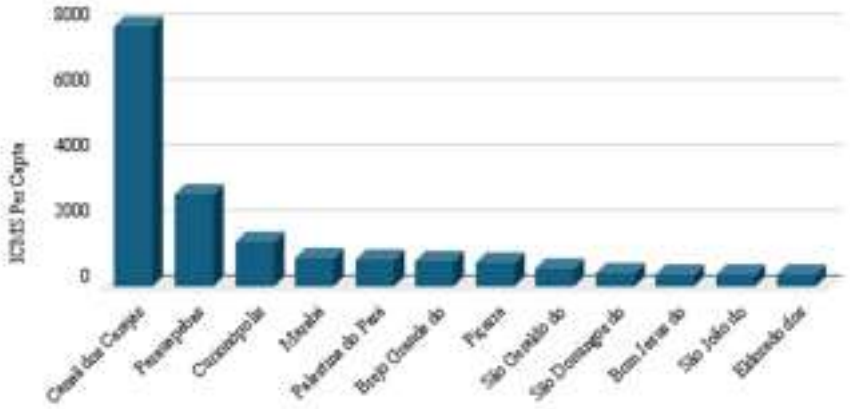
O próximo item abordará os indicadores das dimensões de gestão das receitas, realização do valor e ambiente favoráveis voltados aos municípios da RI-Carajás.

4 Indicadores de governança pública

A seção que segue descreve e analisa os indicadores selecionados para avaliar a Governança Pública dos municípios da RI-Carajás.

A participação da cota-parte de ICMS per capita dos municípios mineradores da RI-Carajás (Figura 6) é tema controverso, uma vez que a atividade mineral destinada à exportação é desonerada de ICMS. Mas, em termos per capita, os municípios mineradores são os que mais recebem.

Figura 6 –ICMS per capta – cota parte dos municípios da RI-Carajás (R$, em 2022).

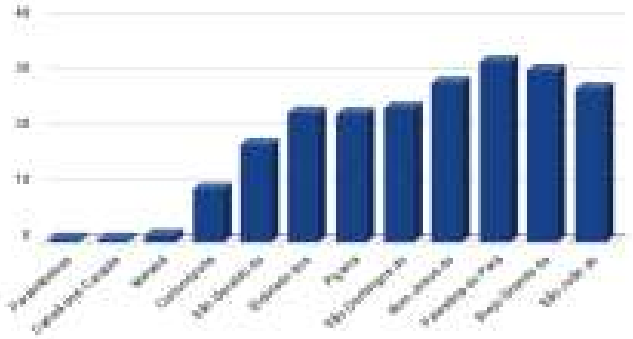


Fonte: Elaborado com informações oficiais da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará.

A questão que se coloca é a iniquidade regional na distribuição dessa cota-parte. Autores como Macêdo et. al. (2021) e Alcântara (2022), consideram essa distribuição injusta. Para Nobre e Tupiassu (2023, p. 225), o ICMS é constituído por parcela regional vinculada por lei complementar que a regerá, somado a maior parte referente ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), formulado por cálculo econômico onde o PIB tem relevante participação. Dessa forma, a atividade mineradora aumenta o PIB produzido nos municípios mineradores, influenciando no VAF municipal em questão, mas a atividade exportadora dos minerais é isenta de tributação de ICMS. Assim, conforme demonstrado, de forma *per capita*, mesmo que a atividade mineira não seja passível de tributação de ICMS, os quatro municípios mineradores da Região se apresentam no topo da Figura 9, demonstrando a injustiça tributária da região.

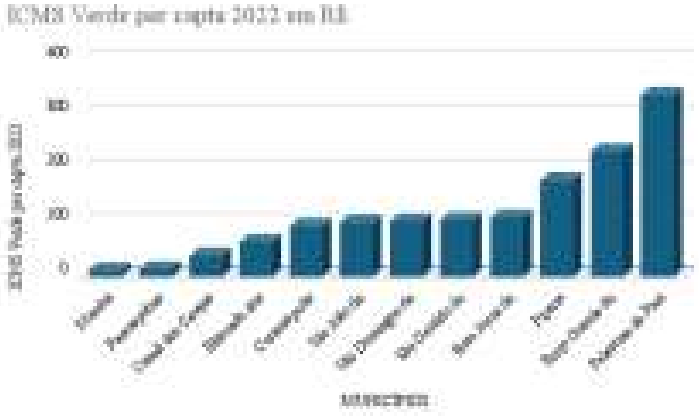
Segundo Outeiro (2019), o ICMS-Verde (ICMS-v) redistribuir uma parcela do ICMS com base em indicadores ambientais, incentivando ações municipais para alcançar requisitos de proteção ambiental. O seu cálculo considera fatores como Cadastro Ambiental Rural (CAR), Área de Reserva Legal (ARL), Área de Preservação Permanente (APP), Remanescente de Vegetação Nativa (RVN), Área Antropizada (AA), Área de Uso Restrito (UR), Área de Uso Sustentável (US) e Análise de Cadastro Ambiental Rural Municipal (ACar). No entanto, conforme demonstrado pelas Figuras 7 e 8, proporcionalmente à participação em cota-parte dos municípios mineradores e de forma per capita, os municípios mineradores recebem os menores valores desse imposto, revelando, possivelmente, a baixa administração sustentável de ambientes naturais em municípios mineradores.

Figura 7 - Compartilhamento de ICMS Verde percentualmente com base na Cota-Parte de ICMS Normal.



Fonte: Elaborado com informações oficiais disponibilizadas pelas Secretarias do Estado do Pará e da população em fundamento do Censo IBGE.

Figura 8 - ICMS Verde *per capita*.



Fonte: Elaborado com informações oficiais disponibilizadas pelas Secretarias do Estado do Pará e da população em fundamento do Censo IBGE.

Juntamente à menor arrecadação municipal de ICMS Verde, comparativamente ao ICMS normal e o ICMS per capta, a conservação das florestas dos municípios mineradores está sendo historicamente destruída, conforme demonstram os relatórios do sistema MapBiomas, a única exceção é Parauapebas, por causa do mosaico de Unidades de Conservação que foi criado na época da implantação do projeto Carajás (Enríquez, 2024).

Figura 9 - Mudança o uso do solo Marabá – linha verde são áreas de floresta e amarelas são áreas destinadas à agropecuária.

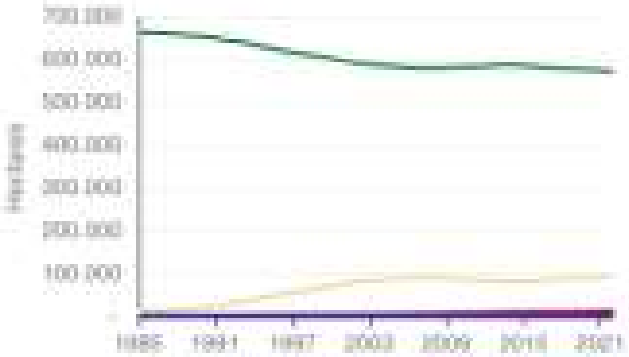
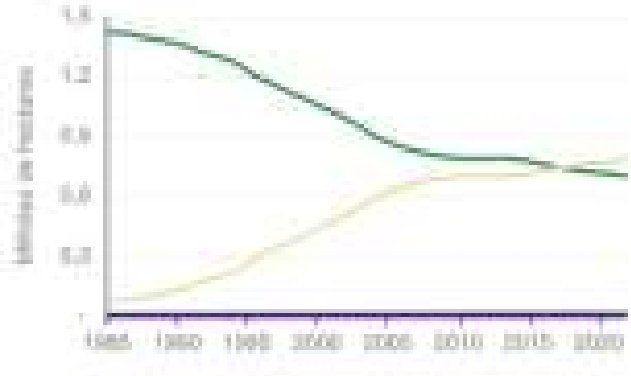


Figura 10 - Mudança o uso do solo Parauapebas – linha verde são áreas de floresta e amarelas são áreas destinadas à agropecuária.

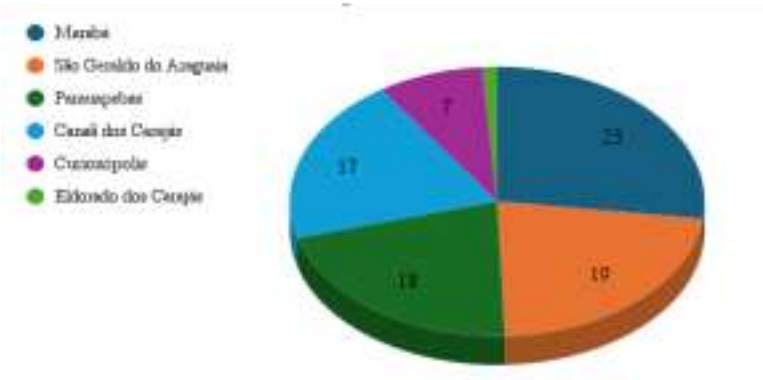


Fonte: MapBiomas.
Disponível em: https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/.

Nesse sentido, mesmo mediante a injustiça tributária apresentada e valores significantes na arrecadação municipal de ICMS Normal, a conservação ambiental se apresenta como indicador não valorizado em municípios mineradores, que acabam por não arrecadarem em ICMS

Ecológico (ou verde) para a construção de políticas públicas. Pela lógica apresentada, mesmo mediante a tributação comparativamente maior entre os municípios mineradores, para com os municípios não mineradores, os municípios mineradores não se destacam por sua eficiência; contrariamente, apresentam os piores índices, como demonstrado pela Figura 11.

Figura 11 – RI-Carajás: quantidade de conflitos.



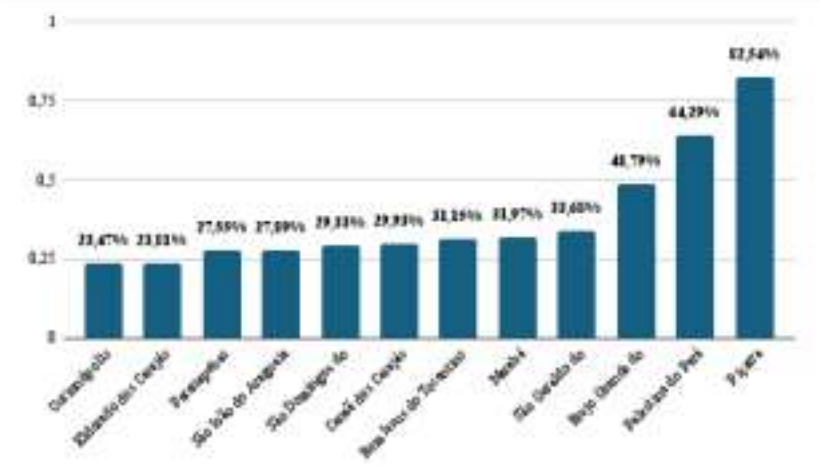
Fonte: Elaborado com base no Observatório dos Conflitos da Mineração.

Contrariamente à arrecadação municipal, o desmatamento e a violência, evidencia-se que a segurança pública, a estabilidade política, a paz e outros indicadores apresentados pelo IDSC é inversamente proporcional à presença da mineração, como se depreende da Figura 12.

Ressalte-se que o ODS 16 compila os índices de violência apresentados pela seção 2, somados ao grau de estruturação de transparência, eficiência do controle interno/combate à corrupção e promoção dos direitos humanos.

Juntamente à quantidade de conflitos e a eficácia política, a transparência pública se apresenta, agora contrariamente, como uma realidade inversamente proporcional à arrecadação, conforme Figura 13.

Figura 12 - ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Fonte: Elaborado com base no IDSC. ODS 16.

A transparência se apresenta como aspecto inicial e basilar dos sistemas de governança pública. Só há possibilidade de participação social, na construção, fiscalização e execução de projetos/programas que possuam como objetivo o desenvolvimento sustentável com o conhecimento das arrecadações, sistema e limites da administração pública, ou seja, com transparência, e para isso há diversas normas jurídicas que positivam tal instrumento, apresentadas na seção 1 (Rodrigues, 2022; Pinho *et. al.*, 2023).

Para Rodrigues e Rodrigues (2019), no Brasil, as administrações locais/municipais (em recorte para estudo de caso: municípios do Estado de Minas Gerais) dos recursos financeiros provenientes da gestão da exploração mineral são utilizados para a perpetuação de determinada comunidade política no domínio da administração pública. Assim, os autores constatam a direta relação entre o aumento de número de cargos comissionados e elevados investimentos com materiais, bens e serviços para gratuita distribuição, que produz diretos efeitos na reeleição ou perpetuação de determinada comunidade política. Portanto, é crucial que haja divergência de participantes e fiscalizadores no processo decisório.

Figura 13 - Transparência Pública dos Municípios - TCM/PA.



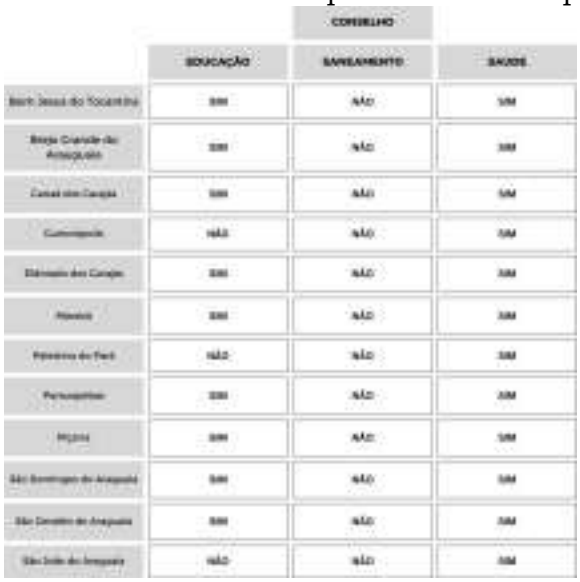
Fonte: Elaborado com base nas informações do TCM-PA.

O Poder Legislativo é, diferentemente do executivo, composto por uma pluralidade de agentes e partidos políticos que podem divergir ou convergir em opiniões, mas que por serem plurais realizam a fiscalização da administração para a garantia de Transparência Pública mais qualificada que da gestão Executiva. Assim, conclui Costa (2020) que o Poder Legislativo, apesar de diversas críticas, apresenta conflito de interesse entre os eleitos de partidos políticos diferentes que gera uma fiscalização interna para a execução e transparência dos projetos.

Para esse indicador, os municípios que mais arrecadam, em sua maioria mineradores, se caracterizam pela baixa transparência das prefeituras municipais (Poder Executivo, com um representante eleito democraticamente) em contraposição às maiores médias da Câmara dos Vereadores (Poder Legislativo, com diversos representantes eleitos), onde ocorrem coalizão de interesses e opiniões, gerando possível regulação por oposição.

Embora as informações disponibilizadas pelo IBGE/MUNIC estejam defasadas, chama atenção que nem todos os municípios apresentam os mecanismos obrigatórios por lei que refletem a participação social nas políticas (Figuras 14 e 15).

Figura 14 - Quadro de municípios da Região de Integração de Carajás e a existência de Conselho Municipal sobre temas políticos.



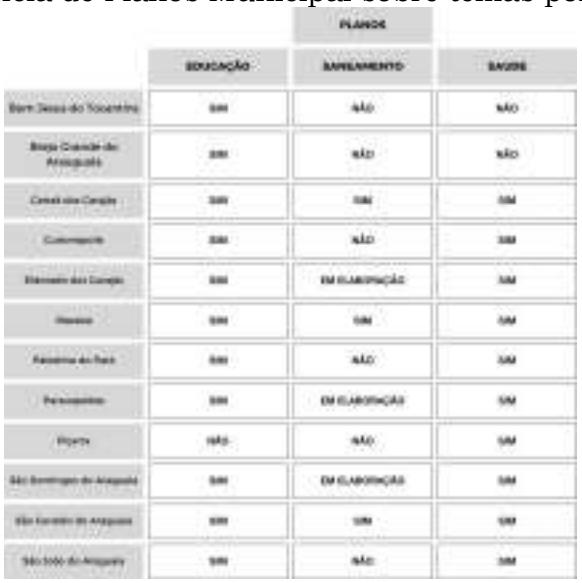
	CONSELHO		
	EDUCAÇÃO	SANEAMENTO	SAÚDE
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fonte: Elaborado com fundamento nas informações coletadas do IBGE/MUNIC.

No quesito da participação pública nas políticas pode ser expressa pela existência de Conselhos e Planos em áreas estratégicas da gestão municipal. Sob a responsabilidade dos Conselhos concentra-se a participação e aprovação dos Planos Municipais, Planejamentos de Políticas Públicas e a Fiscalização da Execução de Projetos. Assim, encontram-se presentes elementos de Governança Pública para a execução de Políticas Públicas de diversos projetos de desenvolvimento social com grandes arrecadações presentes nos municípios mineradores (Bronstein; Filho; Pimenta, 2016).

Para as políticas de saúde e de educação, os Conselhos e Fundos, embora com histórias e contextos políticos diferentes no Brasil, convergem acerca de sua função e responsabilidade enquanto órgão colegiado que tem direta participação popular com o objetivo de melhorar a realização de políticas públicas, bem como a fiscalização da execução dos serviços públicos. Dessa forma, para a utilização dos Recursos dos Fundos da Educação e Saúde, por exemplo, há a exigência da participação direta do Conselho nas deliberações colegiadas se apresente para aprovação e fiscalização requerida legalmente (Gaedtke; Grisotti, 2011; Teixeira, 2004).

Figura 15 - Quadro de municípios da Região de Integração de Carajás e a existência de Planos Municipal sobre temas políticos.



	PLANOS		
	EDUCAÇÃO	SANEAMENTO	SAÚDE
	SIM	NÃO	NÃO
	SIM	NÃO	NÃO
	SIM	SIM	SIM
	SIM	NÃO	SIM
	SIM	EM ELABORAÇÃO	SIM
	SIM	SIM	SIM
	SIM	NÃO	SIM
	SIM	EM ELABORAÇÃO	SIM
	NÃO	NÃO	SIM
	SIM	EM ELABORAÇÃO	SIM
	SIM	SIM	SIM
	SIM	NÃO	SIM

Fonte: Elaborado com fundamento nas informações coletadas do IBGE/MUNIC.

Por fim, revela-se que a participação social se evidencia como fraca quanto à construção, execução e fiscalização de políticas públicas essenciais para a qualidade de vida humana, onde somente os de temas de destinação financeira e obrigatoriedade legal possuem relativa implementação (ainda existindo municípios que não há conselhos e planos, mesmo que obrigados por lei) e os que não tem tal obrigatoriedade são quase inexistentes.

5 Considerações Finais

O estudo se propôs resgatar os conceitos de Governança Pública, bem como levantar evidências sobre a qualidade dessa governança, a partir de um conjunto de indicadores adaptados da literatura internacional, considerados como relevantes para contrapor à lógica da Maldição dos Recursos, adotando como estudo de caso a RI-Carajás, escolhida por sua relevância histórica e econômica para o Brasil e Estado do Pará.

A partir de avaliação do conjunto de 12 indicadores, foi possível constatar que a realidade dos indicadores dos municípios mineradores da RI-Carajás em comparação a dos municípios não mineradores, mesmo

mediante grande arrecadação, não revela indícios de que esteja sendo construídas políticas capazes de neutralizar a Maldição dos Recursos.

Foi verificado que a economia mineira na RI-Carajás atrai, de fato, grande contingente populacional, criando um inchaço em seus territórios, comprovado pelo aumento populacional dos municípios mineradores e o consequente decrescimento dos municípios não mineradores. No entanto, os municípios mineradores recebem muito mais impostos, inclusive ICMS. Isso sugere que os critérios de distribuição da cota-parte dos municípios mineradores baseados no VAF tendem a agrava problemas de assimetria no desenvolvimento regional. Por outro lado, a arrecadação de ICMS-Verde em termos per capita se apresenta como inferior para os municípios mineradores, em comparação ao restante dos municípios não mineradores, comprovando, por meio do sistema MapBiomas, a evolução da degradação ambiental nos municípios mineradores.

A segurança pública, expressa pelos conflitos, violência e crimes contra os jovens, principalmente, também se revela como mais débil nos municípios mineradores, onde se encontram em piores índices.

Enquanto transparência, a análise da governança não se apresenta eficaz no conflito dos interesses presentes no Poder Legislativo. O Poder Executivo, por seu turno, demonstra a discricionariedade e falta de transparência na administração e gestão dos recursos públicos.

Por fim, a participação social é reconhecida como pouco efetiva, visto que os sistemas existentes na Região são somente os vinculados por força e consequência da lei, mas que não se expandem à transparência pública da gestão municipal do Poder Executivo. Nesse sentido, é difícil assegurar a plena participação da sociedade civil no planejamento, execução e fiscalização de projetos públicos ao desenvolvimento, sob a realidade do desconhecimento de informações e somente existência de sistemas políticos de participação direta quando vinculados por lei.

Assim, conforme as evidências reveladas pelos indicadores, os municípios mineradores da RI-Carajás (mais especificamente Marabá e Parauapebas) não apresentam bons indicadores de governança, mesmo

que comparativamente aos municípios da própria Região, demonstrando a riqueza do sistema extrativista, mas a pouca efetividade da administração pública municipal.

Referências

ANDRADE, Mayara Cunha. **Dinâmica de desflorestamento na região de Carajás**. 2021. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos e Desenvolvimento Agrário e Regional, Faculdade de Ciências Agrárias, Curso de Bacharelado em Agronomia, Marabá, 2021. Disponível em: http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1675. Acesso em: 04 abr. 2024.

ALCANTARA, Charles. **A cota-parte do ICMS:** injusta, insana, insustentável. FENAFISCO, 16 ago. 2022. Disponível em: https://fenafisco.org.br/18/04/2022/artigo-a-cota-parte-do-icms-injusta-insana-insustentavel/#. Acesso em: 28 jul. 2024.

ALVES, Erisvaldo Oliveira; QUEIROZ, Benvindo Filho Pinto; OLIVEIRA, Nilton Marques; LUZ, Rodolfo Alves. Região de integração dos Carajás – Pará: uma análise regional. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.30, set./dez. de 2018. p. 150-171.

BENATTI, José Eder. Carajás: desenvolvimento ou destruição? *In*: DEZ anos da Estrada de Ferro Carajás, Belém, UFPA/NAEA, 1997.

BLIACHERIENE, Ana Clara; RIBEIRO, Renato Jorge Brown; FUNARI, Marcos Hime. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**. Belo Horizonte, ano 12, n. 133, jan. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília: TCU, 2014 p. 25-39.

CARDOSO, Luan Lopes; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabricia Silva da; CARDOSO, Thuine Lopes; COSTA, Camila Brehm da. Transparência Pública: Análise em Portais de Transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. **Meta:** Avaliação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, maio/ago. 2018. p. 443-472.

CHAMBERS, David. Options for defining environmental “go/no-go” zones for mines. *In*: CENTER For Science in Public Participation. 2012. Disponível em: http://www.csp2.org/files/reports/Go-NoGo%20Zones%20-%20Chambers%202Jan14.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023.

CORDEN, W. M. Booming sector and Dutch disease economics: survey and consolidation. **Oxford Economics Papers**, v. 36, n. 3, nov. 1984. p. 359-380.

COSTA, Ingrid Biermann de Azevedo. **Índice de transparência das câmaras municipais:** um estudo piloto da transparência do poder legislativo nos

municípios do Estado da Paraíba, Brasil. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal. 2020.

COUMANS, C. Whose Development? Mining, Local Resistance, and Development Agendas. *In*: SAGEBIEN, J.; LINDSAY, N.M. (ed.). **Governance Ecosystems**. Palgrave Macmillan: London, 2011. (International Political Economy Series) Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230353282_8. Acesso em: 28 jul. 2024.

DIAS, Taísa; CARLO, Silvio Antônio Ferraz. Sociedade, desenvolvimento e o papel estratégico do Estado: uma reflexão sobre o surgimento da Governança Pública. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, dez. 2014. p. 337-362.

DUTHIE, Ana Cristina Ribeiro; LINS, Fernando. A Economia Circular e o Papel da Mineração. *In*: JORNADA DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INTERNA DO CETEM, 6., Rio de Janeiro, 2017. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2017. p. 7-14.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **A indústria mineral do estado do Pará:** inserção no mercado mundial e repercussões regionais. 1993. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Dept. de Administração e Política de Recursos Minerais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9810. Acesso em: 20 mar. 2024. Acesso em: 28 jul. 2024.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Mineração no Brasil: implicações do dilema preservação e segurança. **Diálogos Soberania e Clima**, v .3, n. 2, maio, p 18-30. 2024. Disponível em: https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Dialogos-Soberania-e-Clima-Espe cial-N2-MAIO-2024-pt.pdf.

EVANS, Peter; STALLINGS, Barbara. **Development Studies:** Enduring Debates and Possible Trajectories. 2016. Studies in Comparative International Development. DOI: 51. 10.1007/s12116-016-9223-9.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2023:** Índice Firjan de Gestão Fiscal / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2023 - (Estudos e Pesquisas). Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/. Acesso em: 10 fev. 2024.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Ordenamento territorial e planejamento municipal:** estudo de caso das limitacões supralocais à aplicação do art. 30, VIII da Constituição de 1988 pelo município de Parauapebas, Pará. 2014. 624 f. Tese (Doutorado) – Universidade Paris 13, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Direito.

FRAZÃO, Ana. Joint ventures contratuais. **Revista de informação legislativa:** RIL, v. 52, n. 207, jul./set. 2015. p. 187-211. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/207/ril_v52_n207_p187. Acesso em: 27/05/2024. Acesso em: 28 jul. 2024.

FREIRE, William. **Direito Minerário:** acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. São Paulo: Editora D'Plácido, 2020, p. 17-62.

GAEDTKE, Kênia Mara; GRISOTTI, Márcia. Os Conselhos Municipais de Saúde: uma revisão da literatura sobre seus limites e potencialidades. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, 2011, p. 115-137.

GÓES, F. **Salobo deve atingir pleno ritmo até o fim do ano**. Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/148743. Acesso em: 08 mai 2024.

HAUFLER, Virginia. Disclosure as Governance: The Extractive Industries Transparency Initiative and Resource Management in the Developing World. **Global Environmental Politics**, v 10, n 3, ago. 2010, p. 53-73.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Parauapebas:** História. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/historico. Acesso em: 08 maio 2024

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/1/21682. Acesso em: 10 fev. 2024.

IBRAM. **Vale informa sobre o Projeto Serra Sul 120 e a ampliação da flexibilidade operacional**. 2020. Disponível em: https://ibram.org.br/noticia/vale-informa-sobre-o-projeto-serra-sul-120-e-ampliacao-da-flexibi lidade-operacional/. Acesso em: 07 mai. 2024.

INSTITUTO MINERE. Vale inaugurou S11D, o maior projeto da História da Mineração. **Instituto Minere**, 17 mai. 2024. Disponível em: https://institutominere.com.br/blog/vale-inaugurou-projeto-s11d. Acesso em: 7 mai. 2024.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, ago. 2022. p. 1–4.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. **Worldwide Governance Indicators**, 2023. Disponível em: www.govindicators.org. Acesso em: 01 dez 2023.

KINDA, Haurona. THIOMBIANO, Noel. Does transparency matter? Evaluating the Impacts of the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) on Deforestation in Resource-rich Developing Countries. **World Development**. v. 173, jan. 2024.

MACEDO, Suélem. Viana *et al*. Participação dos royalties da mineração no orçamento dos municípios de Minas Gerais. **Teoria e Prática em Administração**, v. 12, n. 1, 28 set. 2021.

MINA ANTAS NORTE. **Top 5 em Alto Teor de Cobre**. Student Chapter SEG USP (SCSEGUSP), 22 ago. 2017. Disponível em: https://www.scsegusp.com/single-post/2017/08/22/mina-antas-norte-par%C3%A1-brasil-top 5-em-alto-teor-de-cobre. Acesso em: 06 maio 2024.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v.

8, n. 1, dez. 2005. ISSN 2179-7536. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/50. Acesso em: 28 maio 2024. doi:http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i1.50.

MONTEIRO, M. de A.; TEIXEIRA, S. do S. L. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 25, n. 1 e 2, 2007, p. 48–54. DOI: 10.37370/raizes.2006.v25.260. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/260. Acesso em: 2 jul. 2024.

MOTA MALDONADO, G.; BEDRAN OLIVEIRA, F. Do fomento à regulação: A Agência Nacional de Mineração e a regulação do setor minerário brasileiro. **Journal of Law and Regulation**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2020. p. 59–82. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/29819. Acesso em: 10 dez. 2023.

MILANEZ, Bruno. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. ed. 16. Brasília: Ipea, 2017.

MILANEZ, B.; Jardim de Moraes Wanderley, L.; MAGNO, L. Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16248. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16248. Acesso em: 2 jul. 2024.

NEZ, E.; HEIN, N.; HEIN, A. K. Influência das Práticas de Governança Pública na Relação entre Ambiente Rent Seeking e o Desperdício de Recursos na Educação Pública Municipal. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 14., 2020, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANPCONT, 2020.

NUNES, D. A.; PINHO, B. C. P. Mineração, condições de vida e trabalho em Canaã dos CARAJÁS-PA. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 9 (Septiembre), 2019. p. 28.

OUTEIRO, Gabriel Moraes. ICMS verde e sustentabilidade ambiental: um estudo em 5 municípios do Sul e Sudeste do Pará. **Revista de Finanças Públicas**: Tributação e Desenvolvimento, [S. l.], v. 7, n. 9, 2019. DOI: 10.12957/rfptd.2019.39545. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfptd/article/view/39545. Acesso em: 2 jul. 2024.

OUTEIRO, Gabriel Monteiro; PASSOS, W. de Oliveira; NASCIMENTO, D. Martins. A relação do repasse do ICMS verde no combate ao desmatamento: um estudo da mesorregião do sudeste do Pará. **REFAS:** Revista FATEC Zona Sul, v. 6, n. 5, 2020, p. 7.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1, abr. 2018, p. 129-159.

PARÁ. Tribunal de Contas dos Municípios do Pará. **Transparência Municipal**. Belém: Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, 2022. Atualizado em dez. 2023. Disponível em: https://www.tcm.pa.gov.br/raiox/transparencia-municipal/. Acesso em: 10 mar. 2024.

PINHO, Maria Dominguez Costa; COSTA, Gabriella da; MARIOTO, Djiovanni Jonas França; SANTOS, Ébida Rosa dos; FRANCE, Guilherme. Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.10, n.09, 2023, p. 66.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, 1949.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. **História de São João do Araguaia**. 2002. Disponível em: https://saojoaodoaraguaia.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/HISTORIA-DE-SJA.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

POPE, Karen I. A. Resource Abundance and Its Impact on Latin American Economic Growth. **Journal of Behavioural Economics, Finance, Entrepreneurship, Accounting and Transport**, v. 4, n. 3, p. 54-70, 2016. Disponível em: DOI:10.12691/jbe-4-3-3. Acesso em: 07 maio 2024.

REINALDI, Patrícia Nogueira. **Estados e Fundos Soberanos de Riqueza**: instrumentos de retrocesso ou avanço da globalização financeira?. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2010. Biblioteca depositária: Repositório UNICAMP. DOI: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.776603. Acesso em: 07 maio 2024.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante; ASSUNÇÃO, Marcos Venancio Silva. Canaã dos Carajás e a importância de um fundo soberano de aplicação das rendas da mineração para a justiça intergeracional. *In*: DIAS, Jean Carlos; FILHO, José Cláudio (coord.). **Direito e Desenvolvimento na Amazônia:** Estudos Interdisciplinares e Interinstitucionais. Florianópolis: Qualis, 2022.

RIBEIRO, Ivo. Secretaria de Meio Ambiente do Pará determina suspensão da mina de cobre da Vale em Carajás. **InfoMoney**, 21 fev. 2024. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/business/secretaria-de-meio-ambiente-do-para-determina-susp ensao-da-mina-de-cobre-da-vale-em-carajas/. Acesso em: 07 mai. 2024.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana *et. al*. Encadeamentos setoriais, especialização produtiva e dinamismo da mineração no estado de Minas Gerais. **Revista de Desenvolvimento Econômico RDE**, v. 2, n. 52, maio/ago. 2022, Salvador, p. 188 – 218.

RODRIGUES, Alexandre de Cássio; RODRIGUES, Suzana Braga. Riqueza

mineral, instituições fracas e clientelismo: a maldição dos recursos naturais nos governos locais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, 2019, pp. 1-21. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.153089. Disponível em: Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235260267006. Acesso em: 07 maio 2024.

RODRIGUES, Cinthia de Paiva. **Políticas públicas de governança e transparência para a indústria extrativa mineral**. Dissertação (Mestrado MPPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo. Brasília 2022. p. 33.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. The Curse of Natural Resources. **European Economic Review**, Cambridge, n. 45, p. 827-838, 2001.

SANTOS, Fábio Coelho Netto. Sustentabilidade empresarial e ESG: uma distinção imperativa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 1, jan. 2023, p. 247–258.

SANTOS, R. R. DOS; ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, ago. 2019. p. 732–752.

SARRAF, M; JIWANJI, M. Beating the resource curse: the case of Botswana. **Environment Department Working Paper**, n. 83, Report n. 24753. The World Bank Environment Department, Washington, DC, 2001.

SCAFF, Fernando Facury. **Royalties do Petróleo, Minério e Energia:** aspectos constitucionais, financeiros e tributários. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 103-157.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (PA). **ICMS VERDE:** Repasse aos municípios do Estado do Pará. 2015. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/folder-icms-verde.pdf.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (PA). **Histórico do ICMS Verde no Estado do Pará**. 2021. Disponível em: https://icmsverde.semas.pa.gov.br/. Acesso em: 19 jul. 2024.

SECRETARIA DA FAZENDA (PA). **Repasse de ICMS aos Municípios**. Belém, dez. 2023. Disponível em: http://antigo.sefa.pa.gov.br/70-receitas-despesas/tesouro-estadual/icms/20536-2023-1. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Camilla Cardoso da. **Processo Produtivo do Cobre:** Estudo de Caso do Projeto Salobo. Tese (Monografia). Departamento De Engenharia De Minas. Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2019. Disponível em: https://demin.ufmg.br/downloadtcc.php?f=59. Acesso em: 08 maio 2024.

SILVA, J. M. C. da. A integridade pública como um caminho para o Brasil alcançar uma boa governança pública. **Ciências Sociais Aplicadas em**

Revista, [S. l.], v. 21, n. 41, 2022. p. 29–49. DOI: 10.48075/csar.v21i41.27058. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/27058. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVEIRA, Alexandre Coutinho da. **Governança pública de royalties:** federalismo fiscal e futuras gerações. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.2.2014.tde-13022015-135919. Acesso em: 02 jul. 2024.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro:** uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. CONPEDI - Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito, v. 1, 2006. p. 203-223.

SINGER, Hans. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 473-485, mai. 1950.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. DOI: 10.21874/rsp.v70i4.3089. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089. Acesso em: 30 set. 2023.

TEIXEIRA, Lucia Helena G. Conselhos Municipais de Educação: autonomia e democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004, p. 691-708.

TRINDADE, J. R. Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas no Pará. *In*: RECURSOS minerais & sustentabilidade territorial. Grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. v.1. 2011. p.19-38.

VALE, Vale S.A. **Vale informa sobre retorno da operação de Serra Leste**. 2020. Disponível em: https://vale.com/pt/w/vale-informa-sobre-retorno-da-operacao-de-serra-leste#:~:text=Nas%20pr%C3%B3ximas%20semanas%20ser%C3%A3o%20realizadas,programado%20das%20ativi dades%20de%20retomada. Acesso em: 08 mai. 2024.

Dependência de *commodities* na economia Norte do Brasil

Nelson Henrique Dos Santos Lima[1]
Cleidianne N. S. Crispim[2]

1 Introdução: A região Amazônica é composta por uma das mais ricas e belas biodiversidades do planeta. Os territórios que formam a nação Brasileira, carregam traços históricos de processos exploratórios de matérias-primas, os quais, sociedades inteiras se construíram. Sendo assim, edifica-se neste trabalho como a relação e posição do Norte do Brasil é preparada para uma lógica de circulação do capital, do aprofundamento da dependência de *commodities*, do escoamento dos lucros e a fixação insustentável às terras Amazônicas. E tem como objetivo, caracterizar a mineração como uma atividade que escancara desigualdades regionais e nacionais, impacto ambientais e o papel Estatal com os seus instrumentos de poder e monopólio da violência na Amazônia e no Estado do Pará. Enfatiza David Harvey (2017) que "O capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução e subsequente evolução".

2 Metodologia: A metodologia baseia-se em pesquisa qualitativa e bibliográfica, analisando a exploração da Amazônia pela lógica do capital, tal como teorizada por David Harvey. Utiliza-se revisão crítica de literatura para evidenciar como a extração de *commodities* gera lucros externos e internaliza prejuízos, com o Estado facilitando esse processo via monopólio da violência.

3 Resultados e Discussão: A pesquisa articula que a economia norte-amazônica permanece refém da exportação de *commodities*, replicando uma histórica de espoliação territorial. Os dados do IBGE mostram que a mineração e a agropecuária respondem por grande parte do PIB

[1] Discente do curso de graduação em Economia na Universidade Federal do Pará. E-mail: nelson.santos@icsa.ufpa.br.
[2] Docente Adjunta III da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FACECON/ICSA-UFPA). E-mail: cleidianne@ufpa.br.

regional, enquanto índices de desenvolvimento humano permanecem baixos. Este cenário materializa a "accumulation by dispossession" de Harvey (2004), onde o capital, apoiado pelo Estado via autorizações e infraestrutura para megaprojetos, extrai riqueza alienando territórios e comunidades. Os lucros são privatizados e externalizados, enquanto os prejuízos ambientais e sociais – desmatamento, conflitos fundiários e violência – são internalizados pela população local. A discussão evidencia um antigo jogo capitalista: a região é simultaneamente hiperexplorada em seu valor de troca e negada em seu valor de uso ecológico e cultural, perpetuando um ciclo de desigualdade.

4 Considerações Finais: Conclui-se que a mineração no Pará é a expressão máxima da acumulação por espoliação, escancarando brutalmente as desigualdades regionais. O Estado, com seu monopólio da violência, atua como facilitador crucial, garantindo os interesses do capital através de concessões e supressão de resistências. Os resultados revelam a internalização dos passivos ambientais e sociais e a externalização dos lucros, aprofundando a dependência e a injustiça socioespacial. Para estudos futuros, urge analisar as redes globais de *commodity* que perpetuam esse ciclo e as estratégias de resistência das comunidades locais.

Palavras-chave: Capitalismo; Amazônia; Mineração; Desenvolvimento.

Referências

ACSELRAD, H. (ed.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades:** o neoextrativismo e a gestão empresarial do" social". Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOTELHO, M. R.; VILELA, R. A. de G.; BELTRAN, S. L.; ALMEIDA, I. M. de; QUEROL, M. A. P. A insegurança das barragens da Vale em Minas Gerais, Brasil: aplicação da teoria da atividade à análise de desastres. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e220510pt, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220510pt. Acesso em: 20 ago. 2025.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-53, jan. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2238-38752014v412. Acesso em: 13 ago. 2025.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro II: O processo de circulação do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, A. C. C. de; CARDOSO, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 1211-1243, dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6351/3963. Acesso em: 12 ago. 2025.

SAES, B. M.; BENE, D. D.; NEYRA, R.; WAGNER, L.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice and corporate social irresponsibility: the case of the mining company Vale S.A. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, e0014, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210014vu2021L4ID. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, M. A. R. da; DRUMMOND, J. A. Certificações socioambientais: desenvolvimento sustentável e competitividade da indústria mineira na Amazônia. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 01-21, set. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512005000300003. Acesso em: 13 ago. 2025.

Formação Política e Movimentos Sociais na Pan-Amazônia

Coordenadores(as)

Aluízio Lins Leal

Armando Lírio de Souza

Adrea Simone Canto Lopes

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Maria Elvira Rocha de Sá

Mayara Rayssa Rolim

Lenon Victor Xavier Brasil

Marcelo Rocha de Sá

Julyane Santos da Silva

Norbert Fenzl

GT 10

Formação política para o controle social: a UFPA em diálogo com a sociedade civil

Kamila Itale Costa Santos[1]
Igor Pantoja Miranda[2]
Marcos Vinícius Monteiro de Salles[3]
Daniella de Gois Rocha[4]
Edval Bernardino Campos[5]

1 Introdução: A capacitação política e técnica de conselheiros com atuação no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é uma demanda reiterada em deliberações das conferências dessa política, nos três níveis de governo. Na Amazônia brasileira, onde está situada a região norte, essa necessidade é ainda mais urgente em decorrências das especificidades territoriais, sociais e políticas, que dificultam a atuação qualificada nos conselhos, mormente para os representantes da sociedade civil e, por decorrência, afetam a efetivação do controle social sobre as ações governamentais. A descentralização político-administrativa e a ampliação da participação da sociedade civil nas agendas públicas, previstas na Constituição de 1988, exigem novas competências e habilidades de gestores e conselheiros. Nesse contexto, a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, desenvolve o curso de extensão "O Controle Social na Gestão de Políticas Públicas: a assistência social em debate", com foco na formação crítica, teórica e democrática dos participantes. O objetivo deste trabalho é analisar a experiência desse curso, considerando seu impacto no exercício do controle social por parte conselheiros que participaram do curso, identificando contribuições, limites e desafios.

[1] Universidade Federal do Pará. Graduanda em Serviço Social. E-mail: Kamilacostasantos507@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. igorpantoja907@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social. E-mail: viniciussalles0104@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. Graduanda em Serviço Social. E-mail: rochadaniella06@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social. E-mail: edval.campos@hotmail.com.

2 Metodologia: A pesquisa sobre a experiência adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em referenciais sobre a educação popular, com Freire (1979), e sobre controle social, como Campos (2006) e Dagnino (2002). O estudo foi desenvolvido a partir da experiência do curso supra citado, promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o Conselho Estadual de Assistência Social do Pará (CEAS/PA) e apoio do Sindicato dos Assistentes Sociais do Pará (SINASPA). A produção de dados envolveu análise das fichas de inscrição, para caracterização do perfil dos participantes, pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e, entrevistas semiestruturadas com vinte participantes selecionados aleatoriamente, sendo doze conselheiros, quatro profissionais e quatro graduandos de Serviço Social. As entrevistas buscaram compreender as percepções sobre o conteúdo, a metodologia e o impacto do curso na atuação dos conselheiros, nas duas turmas do exercício 2024. O curso, com carga horária de 60 horas/aula, é realizado por meio de plataformas digitais e está estruturado em aulas expositivas, painéis temáticos, seminários e debates. A metodologia priorizou a construção coletiva do conhecimento, valorizando a interação entre docentes, conselheiros, profissionais da gestão e estudantes, de forma a estimular a reflexão crítica e o fortalecimento das práticas de controle social no contexto amazônico.

3 Resultados e Discussão: Em 2024, o curso registrou 651 inscritos de 88 municípios, de 7 Estados da Amazônia. Dos inscritos, 82,1% são mulheres e 70,36% tem graduação superior, destes, 42,95% são pós-grados. O grupo majoritário é de conselheiros não governamentais (70,63%), com predominância de usuários (38,98%), seguidos por representantes de entidades (35%) e trabalhadores (26,7%). As avaliações apontam que o curso ampliou a compreensão sobre o controle social como instrumento político e não apenas burocrático, reforçando a importância do diálogo entre conselheiros e comunidades. Os

Participantes destacaram aprendizados como: a) a valorização dos saberes locais; b) o fortalecimento dos vínculos com as bases; c) a superação do medo de se expressar nas reuniões; e d) a consciência sobre o seu papel político no conselho. Os principais desafios relatados incluem: a) a população desconhece o papel dos conselhos; b) falta de apoio institucional; c) precariedade de recursos; e d) descontinuidade das políticas; e) resistência de gestores para acatar deliberações dos conselhos. Esses obstáculos podem estar associados a dois fatores principais: 1. a predominância de governos conservadores e, 2. a baixa capilaridade social das organizações da sociedade civil em municípios de pequeno porte.

4 Considerações Finais: O curso em análise, reafirma a relevância da formação política e técnica como estratégia para fortalecer o papel dos conselheiros na defesa dos direitos sociais e na democratização da gestão pública. A experiência demonstra que metodologias participativas, articulando diferentes saberes e realidades, contribuem para ampliar a capacidade de análise crítica e a intervenção dos conselheiros. A diversidade de vozes (de acadêmicos, gestores, conselheiros e estudantes) tem possibilitado uma visão abrangente e crítica sobre as possibilidades de participação nas instâncias do SUAS no contexto amazônico. Essa colaboração interinstitucional (UFPA/CEAS/SINASPA) não apenas reafirma a relevância da capacitação, como também, na prática, está contribuindo para a ampliação do seu alcance e do seu impacto nos municípios mais remotos. O envolvimento dessas entidades expressa um compromisso conjunto para fortalecer a participação popular no complexo e desafiador trabalho de formação de uma cidadania ativa habilitada para o exercício do controle social sobre a política de assistência social.

Palavras-chave: Controle social; Amazônia; Formação Política.

Referências

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência social: entre o descontrole e o controle social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 88, p. 101–121, nov. 2006.

DAGNINO, Evelina (Org.) **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. O controle social na gestão da política de assistência social: capacitação para conselheiros. **Projeto de extensão (abrangência regional)**. Belém: ICSA/UFPA, 2024. Vigência de 01 abr. 2024 a 31 mar. 2025.

Comunidades rurais e expropriação capitalista: as lutas pelo território em São Luís (MA)

Graciane Pereira Santos[1]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[2]

1 Introdução: Aborda a relação sociohistórica, econômica, desigual construída a partir dos anos de 1970 na capital maranhense no processo de estruturação industrial e expansão citadina para o Itaqui-Bacanga. O propósito era investir em infraestrutura portuária, por isso muitas comunidades que viviam ali foram remanejadas. No contexto atual, a área continua atrativa para o capital, houve ampliação do Complexo portuário/industrial. Para esta análise destaca-se, as comunidades: Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Vila Maranhão, situadas na zona rural, sobrevivem do extrativismo, pesca, sofrem embates das corporações capitalistas e do Estado. A perspectiva do estudo é compreender como a área Itaqui-Bacanga é estratégica para o capital mundializado reunindo infraestrutura, produção e exportações de commodities, assim como impacta diretamente no modo de vida das comunidades.

2 Metodologia: A metodologia usada foi pesquisa bibliográfica e documental com base no método do materialismo histórico, para articular a teoria social de Marx e as contradições do modelo de produção capitalista.

3 Resultados e Discussão: Na atualidade, houve uma ampliação da infraestrutura, o que ocasionou mais conflitos entre os moradores, Estado e empresas. É necessário problematizar o processo de lutas que

[1] Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Professora do curso de Serviço Social da Universidade CEUMA. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: gracianepss@gmail.com.
[2] Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA. E-mail: fialho@ufpa.com.br.

historicamente ocorrem na área com ênfase nas comunidades Cajueiro, Taim, Rio dos Cachorros e Vila Maranhão, as quais têm sido alvo de constantes ameaças de desapropriações para ampliação de polos siderúrgicos/portos privados. O texto considera a relação campo-cidade indispensável, pois mesmo a industrialização tendo infraestrutura para a acumulação capitalista internacional na região, depara-se com contradições que extrapolam os limites geográficos, como é o caso das comunidades rurais, porque o uso dos seus territórios é propício para a ampliação do capital. Entende-se que na análise concreta da sociedade capitalista, as comunidades são parte da realidade em que o processo de acumulação capitalista está presente. Com o capital mundializado, o avanço das relações capitalistas também está configurado na expansão portuária/industrial da cidade de São Luís, logo é preciso ter espaço para garantir a estrutura adequada aos investimentos econômicos. Segundo Harvey (2012, p.74), "as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente". Industrialização e urbanização estão correlacionadas, assim como o desenvolvimento capitalista. Os processos de urbanização estão associados à contínua reorganização citadina em função dos requisitos estruturais/conjunturais do capitalismo e como este modelo produtivo fortalece, o que altera as relações campo-cidade pré-existentes. No caso específico das comunidades da zona rural II, os territórios ocupados pelas comunidades são relevantes para ampliação do ciclo de acumulação, já que a instalação do porto chinês é servir ao mercado internacional com a exportação de commodities minerais e grãos. Com a expansão de São Luís, cabe ainda destacar o Itaqui-Bacanga como espaço para as demandas do capital transnacional. A partir do final da década de 1970 observa-se um grande investimento na ampliação de programas industriais como o Programa Grande Carajás em detrimento do remanejamento de populações. No atual contexto, a região continua atrativa para o capital mundializado, ampliando-se a infraestrutura necessária para os empreendimentos capitalistas. Na área referenciada para este estudo, existem comunidades que já residiam antes da implantação de empreendimentos capitalistas. Estas

comunidades têm modos de vidas relacionados ao extrativismo, pesca, agricultura familiar, além de ocupar a localidade, muitas vezes sem o título de propriedade. Com a ampliação da estrutura capitalista na região, as expropriações têm ocorrido, assim como as lutas pela preservação dos territórios e sobrevivência das comunidades. Se considerarmos a análise de Marx (2017), a expropriação da terra da população rural já ocorria na segunda metade do século XIV. Nesta época a população era constituída por "camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir a propriedade. Nos domínios senhoriais maiores, o arrendatário livre tomara o lugar *bailiff* (bailio), ele mesmo servo em outras épocas" (Marx, 2017, p. 788). Esta região é estratégica para a acumulação capitalista internacional, além das disputas territoriais entre as comunidades que já viviam ali e as empresas WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais (atual TUP Porto São Luís S.A), a qual é subsidiaria da empresa WTorre, a francesa Lyon Capital e a chinesa China Communications Construction Company (CCCC) (Arcangeli, 2020). Quando pensamos as comunidades de Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim e Vila Maranhão, todas circunscritas na área rural da cidade de São Luís, nota-se que são estratégicas para a ampliação do domínio capitalista e a articulação das relações econômico-políticas entre o Maranhão e outro países, em particular a China. Seus territórios e modos de vida, são desconsiderados para garantir o discurso do desenvolvimento já utilizado na década de 1970 no estado.

4 Considerações Finais: No contexto contemporâneo, a região Itaqui-Bacanga é uma importante área da cidade de São Luís, concentrando um imenso potencial econômico e o padrão periférico da urbanização capitalista, onde se articulam especulação fundiária e a valorização do capital. Sua formação, a princípio vagarosa, gradativa, logo se constituiu como uma das áreas socioespaciais na qual se expressa com bastante visibilidade as contradições do processo de expansão urbana que a cidade produz. As comunidades Cajueiro, Taim, Vila Maranhão e Rio dos Cachorros, resistem ao processo de expansão do Distrito Industrial do

Itaqui-Bacanga, bem como as expropriações que ampliam o domínio do capital mundializado, o qual continua a reforçar a lógica desenvolvimentista, explorando e expropriando o território. Entretanto, tais comunidades articulam seus processos de lutas, organizando-se com mobilizações coletivas, contando ainda com o apoio de estudiosos, pesquisadores, militantes, que contribuem na resistência diante dos avanços do capital.

Palavras-Chave: Expansão capitalista; Território; Comunidade; Lutas sociais.

Referências

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro:** a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020. 276p.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012. p.73-89.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubem Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

A imagem como território: normatividade e resistência nos protocolos de consulta

Jorge Henrique Cardoso dos Santos[1]
Samara Navegante Maciel[2]
Marcel Theodoor Hazeu[3]

1 Introdução: Os protocolos de consulta elaborados por comunidades tradicionais na Amazônia não são apenas documentos políticos: são atos de memória e resistência que condensam formas próprias de produzir lei, território e futuro. Neles, a palavra escrita se entrelaça a símbolos, narrativas orais, práticas comunitárias e imagens que carregam sentidos ancestrais. As imagens presentes nesses protocolos não podem ser lidas como meros adornos ilustrativos, mas como expressões normativas que orientam decisões, organizam a vida coletiva e afirmam vínculos com a terra, com a espiritualidade e com a história. Cada desenho, cada grafismo, cada figura inscrita nos protocolos é, ao mesmo tempo, registro e enunciação. Elas narram a relação com o território, marcam trajetórias de luta, atualizam cosmologias e projetam futuros possíveis. Ao analisar esses elementos, torna-se evidente que as imagens não apenas acompanham o texto: elas o expandem, o tensionam e o completam, produzindo uma normatividade que vai além da forma jurídica ocidental. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel político das imagens nos protocolos de consulta, compreendendo-as como parte constitutiva de sua força normativa. Ao reconhecer que nelas se inscrevem memória, ancestralidade e resistência, reafirma-se a centralidade das imagens na luta pelo direito à consulta e na afirmação da autonomia comunitária.

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: jorge.cardoso@icsa.ufpa.br.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: samara.maciel@icsa.ufpa.br.
[3] Prof. Dr. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: Celzeu@gmail.com

2 Metodologia: A reflexão aqui apresentada tem como base a observação dos protocolos de consulta elaborados por comunidades tradicionais da Amazônia, em especial aqueles produzidos pela Comunidade Quilombola-Indígena-Agroextrativista do Rio Tauá, pela Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição e pela Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço, no município de Barcarena (PA). Esses protocolos foram compreendidos não apenas como documentos políticos, mas como registros vivos de memória, resistência e normatividade. A análise buscou evidenciar o papel das imagens que compõem esses protocolos, reconhecendo que cada traço, cor e grafismo expressa vínculos com o território, com a ancestralidade e com a espiritualidade. Para tanto, o estudo articula a escrevivência (Evaristo, 2020), que legitima a experiência situada como produção de conhecimento, e a observação crítica (Coutinho *et al.*, 2020), entendendo que as imagens inscritas nos protocolos não são ilustrações, mas enunciados políticos e normativos. A metodologia, portanto, assume uma postura implicada e afetada, reconhecendo os protocolos como expressão autônoma da normatividade comunitária e como horizonte para repensar a própria ideia de lei.

3 Resultados e Discussão: A observação dos protocolos de consulta da Comunidade do Tauá, do Sítio Conceição e do Gibrié de São Lourenço revela que as imagens que os compõem não têm caráter decorativo ou ilustrativo. Elas carregam em si uma força normativa, funcionando como registros de memória e como dispositivos de orientação política e espiritual. Cada traço inscrito nos documentos é também uma forma de enunciação: marca territórios, assinala trajetórias de luta e projeta futuros desejados pelas comunidades. No protocolo do Tauá, por exemplo, as imagens evidenciam o entrelaçamento entre corpo, terra e água, demonstrando que a consulta não é apenas um procedimento formal, mas parte de um modo de existência que reconhece a floresta, os rios e a ancestralidade como sujeitos de direito. Já no protocolo do Sítio Conceição, os grafismos expressam a continuidade da luta quilombola,

articulando memória coletiva e espiritualidade como fundamentos da decisão comunitária. O protocolo do Gibrié, por sua vez, inscreve nos desenhos a territorialidade do povo e a centralidade da vida comunitária, mostrando que cada imagem funciona como testemunho e como lei, condensando normas de convivência e de cuidado com o território. Esses elementos demonstram que os protocolos não se limitam à lógica da palavra escrita. Ao contrário, ao incorporarem imagens, eles expandem a própria noção de normatividade, deslocando as fronteiras entre política, direito e estética. A imagem aqui não é suporte do texto: é enunciado em si, capaz de afirmar direitos, de transmitir ensinamentos e de consolidar vínculos. Elas traduzem cosmologias, inscrevem espiritualidades e sustentam resistências frente ao avanço de empreendimentos que insistem em reduzir a vida comunitária a números e estatísticas. Assim, os protocolos de consulta, quando observados em sua materialidade simbólica, revelam-se como documentos plurais, que afirmam outras formas de dizer e de legislar. Suas imagens funcionam como uma linguagem normativa própria, desafiando a colonialidade do direito e mostrando que a lei não é monopólio da escrita ocidental, mas pode também nascer do traço, da cor, da memória e da espiritualidade.

4 Considerações Finais: A observação dos protocolos do Tauá, do Sítio Conceição e do Gibrié de São Lourenço mostra que as imagens não são ornamentos, mas forças normativas que guardam memória, espiritualidade e resistência. Elas ampliam o sentido da lei, revelando que o direito pode ser também traço, cor e símbolo, não apenas texto escrito. Essa constatação provoca uma questão inevitável: estamos dispostos a reconhecer a legitimidade dessas formas de normatividade ou continuaremos a medir o direito apenas pelos parâmetros coloniais da escrita jurídica? A resposta a essa pergunta pode definir não apenas o futuro dos protocolos, mas também o lugar das comunidades amazônicas na disputa por autonomia e dignidade.

Palavras-chave: Protocolo de consulta prévia; Território; Comunidades tradicionais; Amazônia.

Referências

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA INDÍGENA SÍTIO CONCEIÇÃO. **Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do território quilombola Sítio Conceição**. Barcarena-PA, 2022.

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA GIBRIÉ DE SÃO LOURENÇO. **Protocolo de Consulta de Gibrié de São Lourenço**. Barcarena-PA, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COMUNIDADE QUILOMBOLA-INDÍGENA-AGROEXTRATIVISTA DO RIO TAUÁ. **Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da Comunidade Quilombola-Indígena-Agroextrativista do Rio Tauá**. Barcarena-PA, 2024.

COUTINHO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; GONÇALVES, Márcia Maria; DANTAS, Vanessa de Lima (Org.). **Olhar, ouvir e escrever:** experiências de pesquisa em Ciências Sociais. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

Cultura e Serviço Social: o "Cine DH", a educação popular e mobilização social na Amazônia Paraense

Amanda Lima Medeiros[1]
Daniel Roberto Rocha Sousa[2]
Jacinete Tavares Teixeira[3]
Gabriela Nascimento Borja Ewerton[4]

1 Introdução: A cultura assume um papel central na formação social e política dos sujeitos sociais, seja por meio do teatro, da música ou do cinema. No Brasil, historicamente, o cinema foi construído pela elite e para o consumo da elite, sendo até hoje pouco acessível às classes populares. O Serviço Social, enquanto profissão que atua também na cultura visando a promoção da cidadania e direitos humanos, encontra no cinema um potente instrumento pedagógico de construção coletiva de saberes e de mobilização social. Isso se evidencia especialmente quando articulado à perspectiva da educação popular de Paulo Freire. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o projeto "Educação em Direitos Humanos: Cine DH", criado pela Coordenação de Promoção e Diretoria de Direitos Humanos (CPDDH), da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH/PA), enquanto iniciativa que visa contribuir para a transformação social no contexto da Amazônia Paraense.

2 Metodologia: O referido trabalho, de abordagem qualitativa, exploratória e reflexiva, para análise do referido projeto "Educação em Direitos Humanos: Cine DH", da SEIRDH, realizou inicialmente um levantamento bibliográfico no *Google Acadêmico* acerca dos temas de

[1] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amwndamds@gmail.com
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: danielrobertosousa12@gmail.com
[3] Assistente social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pós-graduada pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Atualmente, Gerente de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (GPDPCD), da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). E-mail: netesddh@yahoo.com.br.
[4] Assistente social. Especialista em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora de Diversidade Sexual e Gênero (CDSG) da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). E-mail: gabrielaewerton.as@gmail.com.

educação popular e mobilização social no Serviço Social, além da análise documental sobre o cinema no Brasil e do próprio projeto, com o intuito de refletir sobre o "Cine DH" enquanto uma possibilidade de fortalecer a educação popular, que está intrinsecamente ligada à ação pedagógica e educativa de assistentes sociais.

3 Resultados e Discussão: Segundo dados do IBGE (2023), em 80% das cidades da região Norte, a população residente demora mais de 1h para chegar em equipamentos culturais, como teatro, museu ou cinema, diferente da região sul, como por exemplo, no Rio de Janeiro, com média de 16 minutos. Dessa forma, percebe-se não somente a desigualdade regional de urbanização presente no país que foi construída historicamente, mas da segregação espacial, onde espaços culturais ficam concentrados majoritariamente em bairros nobres de centros urbanos, em que consequentemente, a classe pauperizada torna-se excluída do seu direito à cultura e simultaneamente ao lazer. Para Martins (2020), na década de 1970, os chamados "cinemas de rua", que forneciam ingressos acessíveis, foram substituídos por outras formas de consumo cultural, como a exibição dos filmes nas televisões e com o *Video Home System* (VHS). Com isso, e impulsionada pela especulação imobiliária, houve uma significativa redução dessas salas, ao passo que os cinemas migraram para os *shopping centers*. A consequência foi o encarecimento dos ingressos e a elitização do acesso, afastando as classes populares da experiência cinematográfica. Embora ações como a "Semana do Cinema" busquem atualmente democratizar esse acesso, a realidade ainda é de exclusão, sobretudo para a população que reside na periferia ou próximas ao rio, como a população ribeirinha, haja vista que vivenciam diretamente a segregação espacial de equipamentos culturais. A cultura, presente na 7ª arte, enquanto direito social, torna-se também direito humano, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Nessa perspectiva, o projeto "Cine DH", promovido pela SEIRDH, propõe a exibição de filmes com temáticas sociais voltadas aos direitos humanos e igualdade racial, acompanhadas de rodas de

conversa com o público participante, visando ampliar o acesso à cultura e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente. Ademais, como já mencionado, o projeto tem como principal ferramenta metodológica as rodas de conversa, que aconteceriam após a exibição dos filmes. Dessa forma, é durante esse momento que ocorre a construção e fortalecimento da educação popular, por meio da troca de saberes coletivo dos(as) participantes acerca do que foi exibido em tela. Diante disso, o Serviço Social, presente na garantia de direitos como a cidadania, está intrinsecamente ligado à educação popular a partir da sua prática educativa, visto que a função pedagógica realizada pelo(a) assistente social, "inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir [...]" (Abreu; Cardoso, 2009, p. 1). Portanto, a ação pedagógica de caráter freiriano no Serviço Social deve estar presente em qualquer espaço-sociocupacional, contribuindo por intermédio dessa atuação profissional crítica na formação de subjetividades e de pensamentos críticos.

4 Considerações Finais: Por meio da prática pedagógica presente na profissão, almeja-se o desvelamento da realidade social para contribuir com a formação da consciência crítica das classes pauperizadas, visando a garantia do protagonismo desta classe e sua transformação social, por meio das experiências vividas por estes sujeitos (Machado, Silva e Tolentino, 2019). Desse modo, projetos como o "Cine DH" concretizam, ainda que de forma localizada, práticas de mobilização social na Amazônia Paraense com potencial emancipatório, junto com uma intervenção profissional alinhada com valores e princípios que visam possibilitar uma sociedade sem opressores e oprimidos.

Palavras-chave: Filme; Educação Popular; Serviço Social; Amazônia Paraense.

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In:* SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS. 2009. p. 1-17. Disponível em: https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

IBGE. **Região Norte tem menor acesso a cinemas, teatros e museus**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de- noticias/noticias/38502-regiao-norte-tem-menor-acesso-a-cinemas-teatros-e-museus. Acesso em: 26 jul. 2025.

MACHADO, Aline Maria; SILVA, Andrêsa Melo; TOLENTINO, Graziela Mônica**.** Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 70-87, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101- 6628.166. Acesso em: 26 jul. 2025.

MARTINS, Luisa. Cinema e Espaço: os cinemas de rua e sua importância para a sociedade. *In*: CINECLUBE Pedagogias da Imagem, 30 jul. 2020. Disponível em: https://cineclubepedagogiasdaimagem.wordpress.com/2020/07/30/cinema-e-espaco-os- cinemas-de-rua-e-sua-importancia-para-a-sociedade/. Acesso em: 26 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

A destruição ambiental e seus impactos diretos na saúde pública

Kamilly Rodrigues Costa[1]
Luana Carolina Lima de Souza[2]
Ranna Belle Ferreira Pinto[3]
Rosane dos Santos Tavares[4]
Rosiane Veloso Pantoja[5]
Nadia Fialho Socorro Nascimento[6]

1 Introdução: Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2021), a destruição ambiental tem se configurado como um dos maiores desafios da atualidade, afetando diretamente a qualidade de vida da população. As chamadas mudanças climáticas, a poluição e o uso predatório dos recursos naturais resultam em graves consequências sociais, econômicas e sanitárias para todo o planeta. Diante disso as populações vulnerabilizadas, são as mais impactadas perante a falta de acesso a condições adequadas de moradia, saneamento e serviços de saúde. Nesse contexto, movimentos sociais desempenham papel central na defesa do direito à saúde pública e na denúncia de um crime contra a natureza e consequentemente, contra a própria humanidade, especialmente aquela mais vulnerabilizada pelo descaso, a análise do problema permite compreender como as desigualdades sociais se aprofundam diante da degradação ambiental.

2 Metodologia: Para a análise da relação movimentos sociais atrelados a defesa pela saúde pública, foram realizadas pesquisas de caráter investigativo, usando os métodos qualitativos e quantitativos. Primeiramente a busca de eventos de impactos socioambientais, que resultaram em uma série de consequências, dentre elas as consequências relacionadas a saúde que se agudizam em meio a esses impactos que atingem a sociedade de forma desigual. Também houve uma busca em

[1] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: kamillyrodriguesufpa@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: luana.carolina@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: ranna.belle@icloud.com.
[4] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: eurosanetavares@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: rosiveloso012@gmail.com.
[6] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: fialho@ufpa.br.

sites pelas ações que o Governo adota para mitigar essas problemáticas e o papel ativo dos movimentos sociais que atuam como principais agentes de defesa de efetivações de direito, tal como os direitos à saúde previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal Brasileira de 1988.

3 Resultados e Discussão: Os impactos ambientais são derivados de ações humanas sobre a natureza que geram mudanças no espaço geográfico, provocadas principalmente por causas externas como o desenvolvimento de atividades produtivas, das agropecuárias e mineradoras, tais atividades geram inúmeros impactos negativos no meio ambiente do país. De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), essa ação atinge direta e indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Para exemplo é valido destacar a tragédia ocorrida na cidade de Barcarena (PA), na qual os rios da região foram contaminados por rejeitos de bauxita vazados de uma barragem da empresa Hydro Alunorte em fevereiro de 2018. Após investigações e pericias do instituto Evandro Chagas (IEC) foi constatado a existência de um duto clandestino que despejava resíduos poluentes nos rios da região, afirmando um crime ambiental que também afetou a saúde da população local. Tragédias de natureza socioambiental, como a que ocorreu em Barcarena, segundo Bordalo, quando não provocam mortes imediatas de seres humanos, acarretam em contaminação continuada que se reflete na queda de cabelo das pessoas, nas doenças gastrointestinais, doenças de pele, ou aparecimento de cânceres estranhos (Brasil de Fato, 2020). Poluentes acarretam em impactos diretos ao organismo, afeta o equilíbrio ambiental e está ligada à saúde das pessoas (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2024). Em meio a essas situações o papel do Governo é fundamental para responder a emergências, assistência, recuperação e reconstrução de infraestrutura e serviços e prevenção de futuros desastres, com o objetivo de proteger a vida e o patrimônio da população afetada. No que tange a questão da saúde, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de suma importância, pois ele representa

o direito a saúde universal, gratuita e equitativa para todos os brasileiros (Politize, 2025). O SUS foi construído com o princípio da "participação da comunidade" previsto no artigo 198, inciso III da Constituição Federal de 1988. Isso significa que a população tem o direito – e o dever – de participar nas decisões sobre políticas públicas de saúde, por meio de ferramentas como Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde (Cunha, 2021). Movimentos Sociais são importantes nesse cenário, dentre eles, destaca-se o Movimento Popular de Saúde (MOPS), cuja trajetória ilustra a força da mobilização comunitária em defesa da saúde. O MOPS organizou populações para exigir melhorias no atendimento, denunciar precariedades e reforçar a saúde como direito universal. Ao relacionar saúde e meio ambiente, evidencia que a participação popular é capaz de transformar demandas locais em reivindicações amplas, fortalecendo a luta por justiça ambiental.

4 Considerações Finais: Em síntese, este trabalho evidenciou que a destruição ambiental ultrapassa os limites ecológicos e impacta diretamente a saúde pública. Ao passo em que populações vulnerabilizadas, como moradores de periferias e povos tradicionais, sofrem os efeitos mais graves da poluição, da falta de saneamento e da precariedade dos serviços de saúde. Proteger o meio ambiente, portanto, significa proteger vidas, especialmente as mais ameaçadas pelas injustiças socioambientais. Os resultados destacaram o papel dos movimentos sociais na denúncia da degradação ambiental e na defesa da saúde coletiva. Experiências como a do Movimento Popular de Saúde (MOPS) mostram que a mobilização comunitária transforma demandas locais em reivindicações amplas, articulando saúde, meio ambiente e justiça social. Assim, reforça-se que a luta ambiental também é uma luta por cidadania e direitos humanos. Conclui-se que compreender a relação entre destruição ambiental, saúde e desigualdade é essencial para a formação crítica em Serviço Social. Recomenda-se que novos estudos aprofundem essa análise em diferentes territórios e que as práticas profissionais mantenham o compromisso ético-político com a justiça

social e ambiental, reafirmando que defender o meio ambiente é defender a vida e a dignidade humana.

Palavras-chave: Saúde; Movimentos Sociais; Desigualdade social; Impacto socioambiental; Serviço Social.

Referências

BRASIL DE FATO. Barcarena: há um ano, mais uma tragédia marcava a mineração no Brasil. **Brasil de Fato**, 1 fev. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil/. Acesso em: 24 ago. 2025.

CUNHA, Nélia Jerônimo. Participação social no Sistema Único de Saúde, no âmbito da ouvidoria de saúde. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 13, p. 32-45, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. **Poluição é risco para saúde:** saiba as principais doenças relacionadas ao ambiente poluído. Brasília, DF, 14 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/poluicao-e-risco-para-saude-saiba-as-principais-doencas-relacionadas-ao-ambiente-poluido\. Acesso em: 24 ago. 2025.

GERSCHMAN, S. (org.). **Movimento Popular de Saúde:** história e desafios. São Paulo: Editora Fiocruz, 2017.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

MUNDO EDUCAÇAO**.** Impactos ambientais: causas, consequências. **Mundo Educação**, UOL. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/impactos-ambientais.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Relatório mostra como crises ambientais colocam gerações futuras sob risco. **ONU News**, 27 abr. 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/04/1748862. Acesso em: 21 ago. 2025.

POLITIZE! **Desastres climáticos:** o papel do governo e da sociedade. Disponível em: https://www.politize.com.br/desastres-climaticos. Acesso em: 24 ago. 2025.

Movimentos sociais e questão indígena na Pan-Amazônia: perspectivas para a formação do Serviço Social

Ana Maria Pena de Almeida[1]
Cristian Hericles Nunes de Oliveira[2]
Daniel dos Passos Teixeira[3]
Fernanda Amaro da Silva[4]
Maria Clara Saldanha da Silva[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: A Pan-Amazônia, historicamente, convive com disputas territoriais, econômicas e políticas, marcadas pela expropriação e exploração das comunidades locais, o que evidencia a intensificação das contradições presentes no sistema capitalista. Destaca-se o surgimento e o protagonismo político de movimentos indígenas, como da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Movimento Zapatista, que, por meio de suas "ações de resistência às políticas neoliberais", reivindicam alternativas de sociedade (Montaño; Duriguetto, 2010). Assim, a relevância desse cenário torna-o indispensável para o Serviço Social. Este trabalho expõe a estruturação da questão indígena e como os movimentos sociais contribuem para repensar essa problemática como uma das expressões da questão social e, consequentemente, para o fortalecimento da formação política do Serviço Social. Objetiva-se demonstrar como estes movimentos surgem e se desenvolvem no espaço político, além de contribuir para uma formação capaz de atuar sobre a questão indígena, enquanto expressão da questão social.

2 Metodologia: O estudo possui caráter exploratório, bibliográfico e documental, e foi elaborado no âmbito de uma disciplina do curso de Serviço Social, a qual possui afinidade com a temática do Seminário

[1] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: almeidapen@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: cristian.oliveira@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: daniel.teixeira@icsa.ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: fernanda_amaro02@hotmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: maria.saldanha@icsa.ufpa.br.
[6] Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social. E-mail: fialho@ufpa.br.

Conexões. A pesquisa foi realizada no período de 12 a 25 de agosto de 2025, além de ter sido usado levantamento de periódicos pertinentes à temática em tela nas plataformas Google Acadêmico, Revista Temporalis e Periódico CAPES. O percurso metodológico se deu em três etapas principais: o levantamento preliminar de informações, a seleção de referências relacionadas ao assunto abordado e, em seguida, a sistematização e análise crítica do material reunido. A abordagem exploratória justifica-se pelo caráter introdutório e reflexivo do estudo, que visa construir uma base crítica sobre a questão indígena frente ao avanço neoliberal na Amazônia.

3 Resultados e Discussão: Ao abordar a emergência e consolidação dos movimentos sociais indígenas na Pan-Amazônia, se destaca a intrínseca relação com as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro, que cruzam a questão indígena. O contexto de intensa modernização conservadora, especialmente durante o período do regime ditatorial, acelerou a urbanização e expansão do proletariado, ao mesmo tempo em que aprofundou a marginalização das populações rurais e tradicionais (Montaño; Duriguetto, 2010). Assim a acumulação de latifúndios, expropriação dos povos originários e a "exclusão da participação política das classes e camadas subalternas" criou um cenário para a expansão dos movimentos sociais no país" (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 267). No caso específico dos povos indígenas, a intervenção estatal se configurou em um processo de assimilação forçada ao projeto de nação, como destaca Pankararu: A atuação da 'mão do Estado' no controle dos povos originários administrou ações voltadas ao integracionismo enquanto direção política e ideológica de integração dos povos indígenas na dinâmica da vida nacional a partir da eliminação de diferenças, supressão de particularidades étnicas e socioterritoriais (Pankararu, 2022, p. 183). Nesse processo, a abertura política em 1985 e a Constituição de 1988 representaram marcos que ampliaram o protagonismo indígena culminando na criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a qual fortaleceu a articulação nacional das

lutas (Agência Brasil, 2025). Conforme declarado por lideranças da APIB em entrevista à Agência Brasil: a APIB e a mobilização nacional permitiram aos povos originários conquistar avanços significativos, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a ocupação de espaços de poder por lideranças indígenas, como o comando do próprio ministério, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde (Agência Brasil, 2025, s/p). Isso demonstra não somente a resistência à expropriação dos movimentos indígenas da Pan-Amazônia, mas também sua produção de formas alternativas de sociabilidade e democracia. Para além disso, surge, também, outro aspecto que é a não limitação dos movimentos indígenas somente à defesa de terras, mas sua articulação enquanto projeto político mais amplo de preservação da vida e dos territórios. A trajetória dos povos indígenas no Brasil se caracteriza por resistir à imposição capitalista, cujos alicerces estão na expropriação da terra e na exploração de trabalhadores originários e negros (APIB, 2025). Tal perspectiva rompe com tentativa de assimilação e fragmentação por parte do Estado, cujo objetivo se caracteriza em uma inserção dos povos originários através do apagamento e eliminação de suas formas de existência. Nesse sentido, a questão indígena deve se inserir como eixo estruturante da formação e da prática profissional da/o Assistente Social, pois está atrelada a violações de direitos, disputas territoriais, ameaças à cultura e a formas históricas de exclusão social. Como destacam Amaral e Bilar (2020), no que tange à questão étnico-racial, nela contida a questão indígena, e ao currículo para os cursos de Serviço Social, entendemos que o debate étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais, sendo imprescindível que as propostas curriculares das unidades de ensino de Serviço Social incorporem conteúdos afeitos a esta temática de maneira transversal, buscando superar a secundarização e a invisibilidade deste debate na formação e na atuação profissional (Amaral; Bilar, 2020, p. 185). Por isso, é essencial que a profissão esteja articulada ao movimento indígena,

tanto na defesa de direitos quanto na valorização da diversidade étnica e cultural.

4 Considerações Finais: O estudo realizado permite concluir que a análise da questão indígena na Pan-Amazônia, bem como o desenvolvimento da formação política dos movimentos sociais, exige a compreensão de uma trajetória histórica profundamente marcada por processos de exclusão, supressão, exploração e expropriação dos sujeitos indígenas. Dessa forma, a construção dos movimentos indígenas não se limita a defesa de terras, mas passa por toda concretude da vida social reafirmando identidade, fortalecendo a cultura e a disputa política. Nesse cenário, o Serviço Social assume um papel fundamental no enfrentamento da questão indígena como expressão da questão social. A articulação com essa pauta amplia a capacidade de mobilização da profissão, fortalecendo sua atuação frente às desigualdades históricas. O estudo aponta que pensar os movimentos indígenas não é apenas um exercício teórico, mas um compromisso político com a construção de uma sociedade democrática. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem mais profundamente a atuação dos movimentos sociais indígenas na Pan-Amazônia, investigando suas estratégias de resistência, impactos sobre políticas públicas e contribuições para a formação do Serviço Social.

Palavras-Chave: Movimentos sociais, Questão indígena; Amazônia; Formação política; Serviço Social.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta:** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 180–195, 2º semestre de 2020.

APIB. **Nossa luta:** emergência Indígena. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/3476-2. Acesso em: 23 ago. 2025.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez: 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

RODRIGUES, Alex. Fruto da mobilização indígena, APIB completa 20 anos de existência. **Agência Brasil, Brasília,** 19 abr. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/fruto-da-mobilizacao-indigena-apib-completa-20-anos-de-existencia. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA PANKARARU, Elizângela Cardoso de Araújo. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 174-190, jan./jun. 2022.

A atuação dos movimentos sociais frente aos avanços do capitalismo no contexto amazônico: lutas, resistências e enfretamentos às margens do Rio Tocantins

Alicia Rogeria Monteiro Silva[1]
Ana Cecília Costa Xavier[2]
Gabryela Eliana Corrêa Lobato[3]
Lohanna Dannyelle de Melo Duarte[4]
Nadia Socorro Fialho Nascimento[5]
Thuanny Fernanda de Souza Pedrosa[6]

1 Introdução: A questão ambiental na Amazônia envolve não apenas a preservação ecológica, mas também impactos sociais, econômicos e de saúde que afetam diretamente suas populações, como enchentes, secas, insegurança alimentar e deslocamentos forçados. Os movimentos sociais têm papel fundamental nesse contexto, ao denunciar grandes empreendimentos predatórios, pressionar o poder público por políticas sustentáveis e propor alternativas de produção e consumo. Essas lutas evidenciam os efeitos do capitalismo, do racismo ambiental e da negligência estatal, reforçando a necessidade de compreender a Amazônia em sua totalidade sociocultural para formular políticas públicas eficazes. O estudo, portanto, ultrapassa o campo acadêmico e assume caráter crítico, social e político, com base na resistência organizada das comunidades locais.

2 Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada no período de 2000 a 2025, para analisar a atuação dos movimentos sociais frente aos impactos do capitalismo na Amazônia, especialmente às margens do Rio Tocantins. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, voltado a mapear formas de organização e resistência, bem como descrever práticas, discursos e estratégias de mobilização. A coleta

[1] Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: aliciamonteir@gmail.com.
[2] Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: xcecilia157@gmail.com.
[3] Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: gabryelalobatoc@gmail.com.
[4] Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: lohannadannyelle26@gmail.com.
[5] Docente da Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.
[6] Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: thuannypedrosa@hotmail.com.

de dados envolveu revisão bibliográfica e documental de obras acadêmicas, relatórios e registros jornalísticos. A análise será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, com foco em categorias como território, resistência, identidade e conflito, sustentada por referenciais críticos que discutem capitalismo, espaço e movimentos sociais.

3 Resultados e Discussão: A Amazônia vive uma "encruzilhada civilizatória", marcada pelo confronto entre a lógica do capital, que mercantiliza a natureza e marginaliza populações tradicionais, e a cosmovisão desses povos, que entendem a inseparabilidade entre ser humano e meio ambiente. Nesse contexto, a proposta de escavação do Rio Tocantins acentua tensões e já gera impactos: aumento do desmatamento, queimadas, invasão de territórios, especulação imobiliária, ameaça à fauna e intensificação de conflitos fundiários, especialmente contra comunidades quilombolas e ribeirinhas. Embora existam políticas ambientais, a natureza ainda não é reconhecida como sujeito de direitos no Brasil. Predomina uma preservação exploratória, que aprofunda desigualdades e compromete a sobrevivência das populações locais. Diante disso, os movimentos sociais assumem papel estratégico, denunciando violações, fortalecendo a autonomia comunitária e articulando pautas locais, nacionais e globais. A CUT, por exemplo, atua junto a comunidades do Baixo Tocantins, integrando lutas trabalhistas e ambientais. Já o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denuncia os impactos de grandes empreendimentos, como hidrovias e barragens, evidenciando a ligação entre degradação ambiental e violação de direitos coletivos. No campo teórico, autores como Joaquina Barata (2005) apontam como a transição da posse comunitária para a propriedade privada intensifica conflitos territoriais, em sintonia com análises de Montaño e Duriguetto (2010), que destacam os movimentos sociais como sujeitos políticos na disputa por direitos e alternativas emancipatórias. Para o Serviço Social, esses movimentos representam espaços fundamentais de articulação e intervenção profissional. Comprometida com a defesa de direitos humanos e a

transformação social, a profissão encontra nas mobilizações da Amazônia subsídios para uma prática crítica, que reconheça a indissociabilidade entre justiça ambiental e dignidade humana. Assim, a resistência à escavação do Rio Tocantins exemplifica a necessidade de uma articulação integrada entre sindicatos, comunidades tradicionais e organizações socioambientais. A defesa da floresta, dos rios e dos territórios é também a defesa da vida e da justiça social, reafirmando a centralidade dos movimentos sociais na construção de um projeto sustentável e emancipatório.

4 Considerações Finais: Evidencia-se que que há uma configuração de intensos conflitos nos espaços socioambientais no que tange à Amazônia, particularmente a região do Rio Tocantins, e estes impactos são reflexos do capital sobre estes territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Os grandes empreendimentos intensificam as desigualdades a partir da exploração econômica, fragilizando assim a proteção ambiental, ameaçando a reprodução sociocultural dessas populações. Os movimentos sociais surgem então neste cenário com ações estratégicas, reivindicando direitos, articulando práticas de resistências e denunciados as violações, somando a luta da preservação ambiental e à defesa da dignidade humana. Essas mobilizações evidenciam que a justiça ambiental e os direitos coletivos são dimensões inseparáveis, reafirmando assim a necessidade de políticas públicas integradas, capazes que contemplar as especificidades socioculturais da região. Por fim, neste contexto o Serviço Social reforça a importância de uma atuação crítica, pautada na defesa dos direitos humanos e na promoção de práticas emancipatórias. A profissão está intrinsecamente ligada às lutas sociais, e na intervenção delas, contribuindo e fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Amazônia; Capitalismo; Rio Tocantins.

Referências

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Rio Tocantins:** CUT e entidades mobilizam população contra hidrovia de Bolsonaro. Publicado em: 1 fev. 2022 (última modificação em: 4 fev. 2022). Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/rio-tocantins-cut-e-entidades-mobilizam-populacao-contra-hidrovia-de-bolsonaro-b016. Acesso em: 25 ago. 2025.

HIGGINS, Tiffany. Planos para hidrovia que destruirá 35 km de santuário de peixes já provocam desmatamento e afetam comunidades quilombolas no Pará. **InfoAmazonia**, 14 set. 2023 (atualizado em 5 out. 2023).

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez: 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O Rio é do Povo: Mutirão reforça luta contra a Hidrovia da Morte no Baixo Tocantins. **Amazônia**, Notícias. Publicado em 23 jun. 2025.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O impacto do grande capital na Amazônia: trajetória da posse comunitária à propriedade privada formal. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2005.

Questão étnico-racial e movimentos sociais: desafios do Serviço Social frente à necropolítica

Deivid Cauã Santos Farias[1]
Renan Kauê Ratis dos Santos[2]
Luane Vitória Oliveira da Silva[3]
Ana Clara Amaral Bittencourt[4]
Laura Vitória Melo da Conceição[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: A questão étnico-racial no Brasil envolve a histórica desigualdade e discriminação sofrida por povos negros, indígenas e outras minorias. Essa problemática reflete um passado colonial escravocrata e exige políticas de reparação e inclusão. Discutir necropolítica e a necessidade desta compreensão para a formação em Serviço Social que implica analisar os limites e possibilidades da intervenção profissional frente a uma lógica que desumaniza a população negra. Este trabalho busca compreender quais desafios ético-políticos a profissão enfrenta na defesa dessas vidas e qual o papel dos movimentos sociais nesse processo. O objetivo é compreender como os movimentos sociais atuam para que essa população resista, se proteja e tenha seus direitos garantidos, reafirmando a luta da profissão por justiça social.

2 Metodologia: Este estudo é do tipo qualitativo e exploratório busca compreender os desafios ético-políticos do Serviço Social frente à necropolítica e seus impactos sobre a população negra, a partir de pesquisa bibliográfica (obras de referência, produções críticas sobre racismo estrutural) e também pesquisa documental (em relatórios oficiais

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: deivid.farias@icsa.ufpa.br.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: renankaue220@gmail.com.
[3] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: luanesilva3004@gmail.com.
[4] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: amaralanaclara65@gmail.com.
[5] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: lauravitoriamelz@gmail.com.
[6] Profa. Dra. Da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

e registros jornalísticos), apresentando reflexões sobre os movimentos sociais que exercem domínio sobre essa temática.

3 Resultados e Discussão: A população negra na Amazônia sofre com diversas formas de racismo que reforçam a questão social, dificultam o acesso a direitos básicos e ampliam vulnerabilidades, elevando as taxas de mortalidade e a informalidade no mercado de trabalho. A persistência do racismo estrutural e da exclusão social é sustentada por dados recentes, durante oito meses em 2024 o Disque 100 recebeu mais de 5,2 mil denúncias que indicam violações de cunho racial (Brasil, 2024), esses números não apenas confirmam a análise da questão racial, mas reforçam a urgência de políticas públicas eficazes e de uma mudança cultural profunda. A ideia de necropolítica, apresentada por Mbembe (2018), é crucial para examinar como os Estados contemporâneos exercem poder sobre a existência e a finitude, definindo quem tem o direito de viver e quem deve perecer. No cenário brasileiro, essa lógica se manifesta na banalização da violência contra comunidades vulneráveis, povos originários, remanescentes de quilombos e jovens negros, mostrando que a política da morte é parte fundamental da estrutura social. No Brasil, o genocídio da população jovem negra e no sistema prisional superlotado que coloca o país em terceira posição entre as nações com maior número de encarcerados (MDHC, 2024) Além disso, a fragilização das políticas públicas intensifica a seletividade da morte, sobretudo em áreas amazônicas e rurais, onde povos indígenas e ribeirinhos enfrentam a omissão intencional do Estado, o Conselho Indigenista Missionário registrou 208 assassinatos de indígenas, maior número já documentado (CIMI, 2023). Essas práticas evidenciam que a violência não é um problema isolado, mas sim uma lógica política que define quais vidas podem ser sacrificadas em defesa da ordem e do ganho financeiro. Frente a esse quadro, os movimentos sociais assumem papel fundamental ao denunciar e combater as manifestações da necropolítica. Grupos de resistência negra, indígenas e coletivos de defesa dos direitos humanos criam narrativas alternativas que questionam a naturalização

da violência e defendem o direito a uma vida digna. Essas mobilizações não apenas expõem a dimensão racial do extermínio, mas também desenvolvem práticas de solidariedade e assistência mútua que confrontam a lógica de morte. Movimentos como o Movimento Negro Unificado (MNU), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) têm denunciado o genocídio da juventude negra, a violência contra os povos amazônicos e o abandono das comunidades quilombolas e ribeirinhas. Essas experiências revelam que a resistência coletiva é uma estratégia de enfrentamento da necropolítica e um instrumento de defesa da vida. O Estado e os movimentos sociais são essenciais para compreender e enfrentar as diversas formas de opressão (Montaño; Duriguetto, 2011). Nesse sentido, o racismo expressa as contradições de classe e o papel do Estado na reprodução das desigualdades, e o Serviço Social atua na contestação e transformação dessas opressões, orientando ações de combate ao racismo nas políticas públicas. Podemos recordar a crise sanitária mundial provocada pela pandemia de Covid-19, que ultrapassou a esfera da saúde pública e evidenciou desigualdades sociais já existentes. A pandemia funcionou como um intensificador das contradições sociais, atingindo de forma mais dura a população negra (Moreira *et al.* 2024), neste contexto, a necropolítica revelou-se na fragilidade dos corpos negros diante do sucateamento dos serviços públicos, da omissão governamental e da ausência de profissionais qualificados no enfrentamento da crise. Diante desse cenário que atravessa o Brasil e a Amazônia, os movimentos sociais que atuam no combate dessa questão é fundamental para o Serviço Social que enfrenta desafios ético-políticos fundamentais na defesa da vida da população negra, reafirmando seu compromisso com a equidade, justiça social e a proteção da vida. O maior desafio é romper com práticas que naturalizam a exclusão, questionando discursos hegemônicos e construindo estratégias de resistência coletiva. Exemplos disso são a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), que busca reduzir desigualdades raciais na saúde, e o Estatuto da Igualdade Racial

(Lei nº 12.288/2010), que estabelece mecanismos de promoção da igualdade em áreas como educação, trabalho e cultura. Assim, o Serviço Social reafirma seu papel como profissão comprometida com a transformação social, atuando em conjunto com os movimentos sociais para que a população negra resista, se proteja e conquiste seus direitos, rompendo com a lógica da necropolítica e contribuindo para a construção de uma nova ordem societária baseada na neutralidade e na valorização da vida.

4 Considerações Finais: Este trabalho buscou compreender como os movimentos sociais podem atuar na defesa das vidas negras em um contexto brasileiro marcado pela necropolítica e pelo racismo estrutural. Essa realidade, que impõe à população negra uma vulnerabilidade sistemática, revela tanto os limites quanto as potencialidades da profissão. Diante disso, a superação dos desafios ético-políticos exige que a atuação profissional esteja intrinsecamente articulada às lutas sociais e aos movimentos negros. Somente através dessa aliança é possível reafirmar o compromisso com a justiça social e construir alternativas emancipatórias eficazes contra as expressões da necropolítica. Como perspectiva futura, sugere-se aprofundar a pesquisa sobre práticas de enfrentamento que sejam interdisciplinares e coletivas, a fim de potencializar a defesa das vidas negras e tensionar as estruturas que sustentam o racismo no Brasil.

Palavras-chave: Questão Étnico-Racial; Racismo estrutural; Movimentos Sociais; Necropolítica; Serviço Social.

Referências

BRASIL. Mais de 5,2 mil violações de racismo e injúria racial foram registradas pelo Disque 100 em 2024. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mais-de-5-2-mil-violacoes-de-racismo-e-injuria-racial-foram-registradas-pelo-disque-100-em-2024. Acesso em: 23 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os Povos Indígenas do Brasil**: dados de 2023. Brasília, DF: Cimi, 2024. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

FREITAS, Raquel. Brasil é o 3º país com maior número de presos do mundo, com mais de 850 mil encarcerados. **TVT News**, 4 fev. 2025. Disponível em: https://tvtnews.com.br/brasil-3-pais-com-maior-numero-de-presos-do-mundo/. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/. Acesso em: 24 ago. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

MOREIRA, Mariana de Castro; MELLO, Beatriz Perkles de; COSTA, Camila Gonçalves da. As diversas faces do racismo: uma análise interseccional sobre os impactos da necropolítica no Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e58638, 2024. DOI: https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a58638. Acesso em: 25 ago. 2025.

Vozes da floresta: migração forçada e resistência popular na Amazônia

Samuel Santos de Brito[1]
Pedro Henrique Costa da Silva[2]
Laura Auday Rodrigues[3]
Adriano Silva Leal Gomes[4]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[5]

1 Introdução: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a migração forçada de povos tradicionais na Amazônia em decorrência das mudanças climáticas, por meio de uma análise crítica baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Também destaca a Cúpula dos Povos, significativa expressão das lutas sociais na atualidade, como agente de resistência, evidenciando o papel dos movimentos sociais. A partir de artigos que relacionam capitalismo, exploração ambiental e seus impactos sobre povos e comunidades tradicionais, busca-se compreender de que modo a lógica predatória por recursos naturais do sistema capitalista intensifica a degradação ambiental e impulsiona o deslocamento forçado daqueles grupos, discutindo implicações desse processo na atuação do Serviço Social junto dessas populações.

2 Metodologia: A pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, abarcou a coleta, a organização e a análise de dados e foi realizada no período de 12 a 21 de agosto de 2025. A partir dos resultados obtidos, são apresentadas reflexões acerca da importância dos Movimentos Sociais na luta por direitos, no contexto do agravamento das mudanças climáticas, do deslocamento dos povos atingidos e para a formação em Serviço Social.

[1] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: samuelsantos3866@gmail.com.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: pcsillva991@gmail.com.
[3] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: laura.auday2110@gmail.com.
[4] Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: adriano.gomes@icsa.ufpa.br.
[5] Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

3 Resultados e Discussão: Ao analisar a trajetória política do Brasil, evidencia-se a subordinação dos governantes aos interesses das nações capitalistas ascendentes. Como aponta Riguetto (2023), a modernização do país ocorreu de forma autoritária e excludente, priorizando os interesses do capital em detrimento das especificidades sociais e territoriais. Nessa lógica, a demarcação e a proteção dos territórios de povos e comunidades tradicionais são relegadas a segundo plano, uma vez que seus modos de vida tradicionais diferem do padrão socioeconômico imposto pelo sistema capitalista. Já expostos à vulnerabilidade histórica, os processos migratórios de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações do campo e outros grupos tradicionais, que mantêm relação direta com a natureza, são agravados pelos impactos das mudanças climáticas. Conforme apresentado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2019), o aquecimento da atmosfera, dos oceanos e da superfície terrestre tem avançado de forma explícita, alterando a dinâmica da natureza e, consequentemente, forçando deslocamentos cada vez mais frequentes. Por viverem em relação de interdependência com o meio ambiente, mudanças como a alteração dos ciclos das águas ou a degradação dos solos tornam-se fatores que não apenas intensificam a vulnerabilidade desses povos, mas também os levam a abandonar seus territórios em busca de condições mínimas de sobrevivência. A situação vivenciada pela população ribeirinha do Arquipélago do Bailique, no Amapá, exemplifica como a crise climática impulsiona fluxos migratórios. Conforme relatado pelos moradores em matéria do Metrópoles (2024), as alterações no rio Amazonas têm afetado negativamente as condições de vida da comunidade local, resultando em migração forçada, já que não há mais condições dignas de permanência no território. Dado esse contexto, torna-se evidente a relevância de espaços como a Cúpula dos Povos, encontro internacional que reúne mais de 700 movimentos sociais e organizações de diversos países, incluindo comunidades e povos tradicionais, para debater a questão climática. A Cúpula é realizada em paralelo à COP-30, 30ª Conferência das Partes da Organização das

Nações Unidas (ONU), que foi criada para traçar ações de combate às alterações do clima e cujo poder de decisão está sob responsabilidade dos chefes de Estado (Brasil, 2025). Nesse contexto, a Cúpula se constitui como um espaço de debate e deliberação crítico às políticas climáticas oficiais, destacando a migração forçada de populações em decorrência dos impactos ambientais e oferecendo visibilidade às suas demandas históricas de proteção, justiça ambiental e preservação de seus territórios. Como observa Farinazzo Filho (2023), as políticas ambientais da ONU frequentemente fracassam ao priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento da justiça socioambiental, evidenciando a subordinação de atores internacionais aos interesses do capital. Nesse sentido, diferente da COP-30, a Cúpula dos Povos traz como protagonistas aqueles mais impactados pelas alterações do clima e reafirma seu compromisso com a justiça ambiental e a defesa e ampliação dos territórios (Cúpula dos Povos, 2024). Outrossim, embora seja evidente que a Cúpula dos Povos ocorra em Belém/PA por realizar-se em paralelo à COP-30, vale destacar que essa escolha também é estratégica, pois ancora as discussões no centro da Região Amazônica. Tal fato permite analisar de perto a realidade enfrentada por esses grupos, incluindo os processos de deslocamentos forçados decorrentes das mudanças climáticas, e favorece a participação de povos e comunidades tradicionais que, com seus saberes e práticas, desempenham papel essencial na preservação da floresta. Por fim, destaca-se a importância da discussão no âmbito do Serviço Social. Conforme destaca o CFESS (2018), é competência das/os assistentes sociais atuar conjuntamente aos movimentos sociais, assumindo o compromisso de fortalecer o viés emancipatório das lutas sociais. Nesse sentido, como observam Montaño e Durigueto (2010), a luta por direitos e por justiça só adquire caráter verdadeiramente emancipatório quando articulada a um projeto mais amplo de transformação da ordem social vigente. Ou seja, evidencia-se o dever das/os assistentes sociais em se somar ativamente na construção da Cúpula dos Povos, considerando que a luta por demarcação de territórios, por reformas fundiárias e agrárias, e por direitos

fundamentais ligados ao direito de existir dessas populações, vislumbra a emancipação humana, a qual implica na superação do capitalismo, estruturante das desigualdades sociais.

4 Considerações Finais: A realização da Cúpula dos Povos em Belém/PA assume centralidade política, dando visibilidade às vozes historicamente silenciadas, reforçando uma luta que ultrapassa a defesa territorial, mas que resiste a um modelo de desenvolvimento que prioriza o capital em detrimento da vida e da sociobiodiversidade. As mudanças climáticas produzem impactos que desestruturam modos de vida e impõem processos de deslocamento forçado, afetando de forma mais severa sujeitos factualmente marginalizados. A inserção do Serviço Social em espaços de articulação, mobilização e intervenção deve apresentar-se como crítica e combativa, alinhada às lutas dos movimentos sociais, reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos humanos, da proteção dos territórios e da construção de alternativas emancipatórias frente às expressões da questão socioambiental pelo capitalismo.

Palavras-chave: Povos tradicionais; Mudanças Climáticas; Migração; Amazônia; Capitalismo.

Referências

BRASIL. **FAQ | COP 30 no Brasil – Planalto**. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/cop30/faq-cop-30-no-brasil. Acesso em: ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta: o trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais**. Brasília: CFESS, 2018.

CÚPULA DOS POVOS. **Manifesto da Cúpula dos Povos**. Brasília, ago. 2024.

FARINAZZO FILHO, Maurício Vidoto. **As Nações Unidas contra as mudanças climáticas: o insucesso na implementação do desenvolvimento sustentável em um sistema-mundo moderno capitalista**. 2023. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2023

INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Mudança do clima e a terra:** relatório especial do IPCC sobre mudança climática, desertificação, degradação da terra, manejo sustentável da terra, segurança alimentar e fluxos de gases de efeito estufa nos ecossistemas terrestres, 2019. Tradução: Governo do Brasil. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2021/10/SRCL.Port-WEB.pdf. Acesso em: ago. 2025.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez: 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Sumário para formuladores de políticas**. In: PAINEL Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf.

RIGUETTO, Ingrid Zanata. O permanente do provisório: o processo de modernização do Brasil. **Entropia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 204-222, jan./jun. 2023.

SOUZA, Deivid. **Rio Amazonas:** ribeirinho enfrenta salinização e falta d'água. Metrópoles, 08 jul. 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/rio-amazonas-ribeirinho-enfrenta-salinizacao-e-falta-dagua-entenda. Acesso em: ago. 2025.

Movimentos estudantis: trajetória, disputas e perspectivas de emancipação social

Carla Bianca Oliveira dos Santos[1]
Claudilene Pereira Carvalho[2]
Izabela Ribeiro da Silva[3]
Marta Lorrana Souza Barros[4]
Tharciane Marcele Corrêa Martins[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: Os movimentos estudantis sempre estiveram no centro das grandes transformações políticas e sociais. A sua força se expressa tanto nas ruas quanto dentro das universidades, rompendo fronteiras físicas e simbólicas que limitam o acesso ao saber e à participação política. Da resistência clandestina à ditadura militar até as mobilizações contemporâneas por passe livre, educação pública de qualidade e contra a precarização neoliberal, os estudantes se constituem como sujeitos coletivos de luta e resistência. Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória histórica do movimento estudantil, com ênfase no diálogo entre sua atuação no campo geral da política brasileira e sua inserção no Serviço Social, destacando suas conquistas, disputas internas e desafios atuais.

2 Metodologia: Este estudo é de caráter exploratório e se fundamenta em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas obras de referência sobre Estado, classes sociais e movimentos sociais, em especial Montaño e Duriguetto (2011), Netto (2011) e Iamamoto (2007), além de produções acadêmicas, documentos de entidades estudantis (UNE, ENESSO, CFESS, ABEPSS e Centros Acadêmicos) e registros históricos de mobilizações no Brasil. A coleta de dados ocorreu entre 12 e 19 de agosto de 2025. A análise é de natureza qualitativa, com foco na

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: carlabianca1323@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: claudyapc7@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. E-mail: izzaaribeiro3@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. E-mail: marta.barros@icsa.ufpa.br.
[5] Universidade Federal do Pará. E-mail: tharciane.martins1@gmail.com.
[6] Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

trajetória histórica, nos eixos de luta e nas contradições que atravessam o movimento estudantil, em especial na Pan-Amazônia.

3 Resultados e Discussão: O movimento estudantil brasileiro é historicamente marcado pela resistência e pelo protagonismo político. Durante a ditadura militar (1964–1985), destacou-se pela organização clandestina e pela Passeata dos Cem Mil, em 1968 (Gohn, 2011). Nas décadas seguintes, manteve-se ativo em campanhas como Diretas Já, em 1984, e Caras Pintadas, em 1992, além das mobilizações pelo Passe Livre e contra cortes na educação. Mais recentemente, intensificou-se a participação diante da redução de investimentos e do risco de sucateamento das instituições federais. Em 2022, o bloqueio bilionário no orçamento do Ministério da Educação gerou protestos em todo o país. Esse cenário evidenciou prejuízos à permanência estudantil, afetando principalmente os segmentos mais vulneráveis (Vilela, 2022). Esses acontecimentos revelam como os movimentos estudantis se conectam às lutas sociais mais amplas, ao reivindicarem direitos sociais básicos como educação, saúde e assistência, além de denunciarem a precarização neoliberal. Como afirma (Iamamoto, 2007), a universidade e os espaços de formação não estão isolados da realidade social, mas reproduzem contradições que atravessam a sociedade capitalista. Dessa forma, o movimento estudantil também se insere como um ator político que tensiona o Estado e fortalece a luta coletiva. Os resultados evidenciam que a articulação nacional do Movimento Estudantil, historicamente protagonizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), reflete-se no Serviço Social por meio do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), organizado pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social (CONESS), Centros Acadêmicos (CAs) e Seminário Nacional de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), em diálogo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Essa estrutura é fundamental para o fortalecimento da

formação crítica e da defesa do projeto ético-político da profissão (Netto, 2011). Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o Centro Acadêmico de Serviço Social tem se destacado na organização de pautas locais e regionais da Pan-Amazônia, promovendo atividades como a Semana do Calouro 2025 – Serviço Social na Amazônia Paraense e o Seminário Tecendo Memórias – 10 anos do GEP-Interfaces (2025). Tais achados corroboram Fornazier Moreira *et al.* (2019), que apontam o MESS como espaço político-organizativo essencial à consolidação de uma prática crítica e vinculada às demandas da classe trabalhadora. A UFPA tem sido palco de importantes expressões do movimento estudantil que mesclam reivindicação política, inclusão e memória acadêmica. Em 2022, por exemplo, o ato "Eu Defendo as Cotas", organizado pela UNE, mobilizou toda a comunidade universitária da UFPA em defesa da política de cotas, reforçando o protagonismo estudantil e o papel dos Centros Acadêmicos na ampliação do debate democrático no campus (UNE, 2022). Esses eventos reforçam a força do movimento estudantil como processo de afirmação coletiva, de preservação da memória acadêmica e de mobilização política dentro da própria universidade. Como destaca Gohn (2011), os movimentos sociais desempenham papel de mediação entre demandas populares e o Estado, o que se aplica também ao movimento estudantil amazônico. A luta estudantil está presente na realidade dos estudantes na Pan-Amazônia. Ela é o direito de jovens negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de periferia permanecerem na universidade, mesmo diante das dificuldades de locomoção, da falta de transporte, da dificuldade de pagar aluguel em cidades grandes e da carência de políticas de moradia e alimentação estudantil. Movimentos como os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), coletivos regionais e organizações de base têm sido fundamentais para dar voz a essas demandas e transformar dor em mobilização.

4 Considerações Finais: Esta pesquisa compreende a trajetória do movimento estudantil no Brasil, destacando sua relação com os movimentos sociais e sua contribuição para a formação crítica no Serviço

Social. Ao longo da análise, ficou evidente que a luta estudantil atua além dos limites físicos da universidade, reivindicando direitos pela construção de uma sociedade mais justa. Seja enfrentando períodos autoritários, mobilizando-se contra cortes na educação ou defendendo políticas de inclusão, o movimento estudantil reafirma sua importância como espaço de resistência e de formação política. Na realidade amazônica, marcada por desigualdades regionais e sociais, a atuação dos estudantes assume ainda maior relevância. Ao lutar pelo direito à permanência de jovens negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de periferia, o movimento estudantil reforça a dimensão coletiva da universidade e sua função social. Nesse sentido, se alcançou o objetivo deste estudo: mostrar como o movimento estudantil contribui para a formação profissional e cidadã, fortalecendo o projeto ético-político do Serviço Social. Como perspectivas futuras, considera-se importante que novas pesquisas aprofundem o estudo sobre a atuação estudantil na Pan-Amazônia, sobretudo em relação às especificidades regionais e às estratégias de resistência diante das políticas neoliberais. Investigar de que maneira as experiências locais podem dialogar com lutas nacionais e internacionais pode enriquecer a compreensão sobre a potência transformadora do movimento estudantil.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Movimentos sociais; Serviço Social; Formação Política; Pan-Amazônia.

Referências

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

ENESSO. **Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**. Disponível em: www.enesso.org.br. Acesso em: 17 ago. 2025.

FORNAZIER MOREIRA, T. W.; CAPUTI, L.; DA SILVA, G. P.; ZANELLI, L. de S. Movimento Estudantil e Dimensão Político-Organizativa: um debate necessário na formação profissional em Serviço Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 1–16, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11013. Acesso em: 21 ago. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Documentos Históricos e Atuais da União Nacional dos Estudantes**. Disponível em: www.une.org.br. Acesso em: 17 ago. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Ato da UNE "Eu Defendo as Cotas" mobiliza comunidade universitária**. Portal - UFPA – Últimas Notícias, Belém, 2022. Disponível em: portal.ufpa.br. Acesso em: 17 ago. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. **Estudantes protestam em todo o país contra cortes na educação.** Brasil de Fato, Brasília (DF), 10 jun. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/10/estudantes-protestam-em-todo-o-pais-contra-cortes-na-educacao. Acesso em: 18 ago. 2025.

O enfrentamento da violência de gênero: articulação de movimentos sociais no estado do Pará

Caren da Silva Pinheiro[1]
Elizabete Ribeiro da Silva[2]
Gabrielly Beatriz dos Santos Romão[3]
Sandra Gisele Santos Nogueira[4]
Silvana Lopes Santana[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: A questão de gênero tem sido objeto de inúmeros estudos em todo o mundo, dada sua relevância histórica, social e também política, já que os direitos conquistados pelas mulheres foram fruto das mobilizações e reivindicações nos movimentos sociais. O acesso à educação, o direito ao voto, a igualdade conjugal e a criação de legislações específicas de proteção à mulher são exemplos dessas conquistas. Apesar desses avanços, a sociedade brasileira, historicamente marcada pelo patriarcado, ainda banaliza práticas de dominação e diferentes formas de violência contra as mulheres. Embora existam políticas públicas voltadas à proteção e ao combate à violência de gênero, esse crime tem crescido nos últimos anos no Brasil, em especial no estado do Pará. Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é mostrar a análise preliminar de como os movimentos sociais têm atuado no enfrentamento à violência de gênero no estado.

2 Metodologia: Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa exploratória, ainda em desenvolvimento, realizada sobre a relação dos movimentos sociais com a questão de gênero. A pesquisa é bibliográfica e documental, com coleta de dados em *sites* da Internet (blogs, redes sociais e artigos científicos) foi realizada entre os dias 12 e 18 de agosto de 2025. Dentre os procedimentos realizados destacam-se:

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: Carenpinheiro03@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: bethynhasilva@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará. E-mail: Gabriellyromao17@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. E-mail: sandragisa07@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará. E-mail: silvana.slsantana.lopes@gmail.com.
[6] Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

a seleção de material pertinente aos movimentos sociais e sua relação com o Tema sorteado para a Equipe, além de organização e análise dos dados coletados. A partir dos resultados alcançados, são apresentadas reflexões sobre a importância dos Movimentos Sociais na luta por direitos no contexto da questão de gênero e para a formação profissional em Serviço Social.

3 Resultados e Discussão: A questão de gênero não se limita ao sexo biológico masculino ou feminino, mas constitui uma construção social (Scott, 1999) e Araújo (2005) corrobora essa perspectiva, ao afirmar que as desigualdades de gênero são historicamente produzidas e naturalizadas. A literatura aponta que a violência de gênero é agravada por fatores estruturais e Saffioti (2015) enfatiza que o patriarcado legitima práticas violentas ao naturalizar a subordinação feminina. De acordo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha, 37,5% das mulheres – cerca de 21,4 milhões – sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. No mesmo sentido, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) registrou 1.467 feminicídios consumados em 2023, revelando a alarmante média de quatro mulheres assassinadas por dia no país. Esses números evidenciam que, apesar dos avanços legais, a violência de gênero segue como um grave problema estrutural e persistente na sociedade brasileira. No Pará, verificou-se um crescimento de 73,2% nos registros de violência de gênero no estado, que passaram de 224 para 388 casos, sendo 96 cometidos com arma de fogo e 95 com objetos cortantes. Esses dados indicam que, na Amazônia, fatores como isolamento geográfico, fragilidade das políticas públicas e desigualdades estruturais intensificam a vulnerabilidade das mulheres diante da violência. Apesar das conquistas do movimento feminista, como o direito ao voto no século XX, ainda persistem desafios na luta contra a opressão. Conforme Montaño e Durigueto (2010), o feminismo, fortalecido a partir dos séculos XVIII e XIX, ampliou o debate ao questionar não apenas as desigualdades de gênero, mas também a lógica do patriarcado e do capitalismo. Para os

autores, esse movimento extrapolou as lutas da classe trabalhadora, tornando-se fundamental na denúncia das opressões e na defesa de transformações sociais mais amplas. A Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) surgiram como instrumentos centrais no enfrentamento à essas violências de gênero. Carone (2018), argumenta que a criação da Lei Maria da Penha foi fruto de intensa mobilização feminista, que transformou a violência doméstica de um tema privado em questão de direitos humanos e responsabilidade do Estado. Movimentos como a Articulação das Mulheres Brasileiras e outros no Brasil também fazem essa articulação e tensionamento no Estado por políticas efetivas de enfretamento à violência de gênero. Seguindo essa referência, no Pará a atuação dos movimentos sociais tem sido decisiva. O Movimento Frente Feminista do Pará (2010), é um dos movimentos que atuam na cidade de Belém, lutando pela efetivação dos direitos das mulheres e contra o feminicídio, articulam com outros coletivos, denunciam violências de gênero, articulam redes de apoio e fazem pressão por políticas públicas adaptadas à realidade amazônica. Nesse sentido, o Projeto Mulheres Amazônidas estimula a mobilização feminista antirracista entre mulheres impactadas pela mineração no sudeste paraense, enquanto o Coletivo Suraras do Tapajós, criado em Alter do Chão (Santarém), fortalecem a presença política indígena no feminismo amazônico, articulando cultura, território e resistência. Esses coletivos e movimentos atuam sob uma perspectiva interseccional. Crenshaw (2002) destaca que mulheres negras e indígenas estão mais expostas a múltiplas formas de opressão, combinando desigualdades de gênero, raça e classe. Isso se confirma na Amazônia, onde racismo ambiental, pobreza e violência de gênero se sobrepõem. O enfrentamento ao feminicídio na Amazônia exige uma ação integrada entre Estado, sociedade civil e comunidades locais, pautada pela perspectiva interseccional e pela valorização da diversidade cultural da região.

4 Considerações Finais: A análise evidencia que o reconhecimento e o apoio às iniciativas dos movimentos sociais são fundamentais e que eles

desempenham um papel essencial no enfrentamento à violência de gênero na Amazônia, em especial no Pará, onde as desigualdades sociais, raciais e territoriais tornam a problemática ainda mais complexa. A partir de uma abordagem interseccional, tais movimentos não apenas denunciam as múltiplas formas de violência – física, psicológica, simbólica, sexual e institucional – mas também constroem espaços de resistência, solidariedade e mobilização coletiva, pressionando o Estado a assumir sua responsabilidade na implementação de políticas públicas efetivas. Nesse sentido, a experiência paraense reflete não apenas a importância dos movimentos sociais na denúncia e visibilidade da violência contra a mulher, mas também sua capacidade de incidir na formulação de políticas públicas e de promover mudanças culturais. Este eixo revela-se de grande relevância para a formação do assistente social, considerando a relação intrínseca entre sua prática profissional e a garantia de direitos. Ao atuar nas políticas sociais, a(o) assistente social exerce a mediação, realiza encaminhamentos e legitima as demandas que emergem dos movimentos sociais, articulando-as ao seu fazer profissional, sempre orientado pelo Projeto Ético-Político/PEP da profissão. Nesse sentido, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020) ressalta que a inserção ativa a(o) assistente social nos movimentos sociais é fundamental para a defesa intransigente dos direitos humanos e para a materialização do PEP no cotidiano profissional.

Palavras-chave: Movimentos socias; Violência de gênero; Movimento feminista.

Referências

ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicol. Clin. [Nnline]**, v.17, n. 2, p.41-52. 2005. Disponível em: https://shre.ink/t8o6. Acesso em: 13. ago. 2025.

CARONE, Renata Rodrigues. A atuação do movimento feminista no legislativo federal: Caso da Lei Maria da Penha. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n. 105, 2018, set./dez. p. 181-216. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67360463006. Acesso em: 14. ago.2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: Acesso em: 14. ago.2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. Ed. São Paulo: FBSP; Datafolha, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/. Acesso em: 13 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario. Acesso em: 13 ago. 2025.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez: 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

MOVIMENTO MULHERES CAMPONESAS. História. [S. l.], 2019. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/. Acesso em:15 ago. 2025.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Boletim Feminicídios na Amazônia**: dados e análises 2024. Disponível em: https://observatoriosseguranca.org/. Acesso em: 17 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponínel em: https://shre.ink/t8SM. Acesso em: 15. ago. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: https://shre.ink/t8S. Acesso em: 15 ago. 2025.

Estratégias de controle: povos indígenas do Médio Xingu sob tentativa de influência empresarial

Tayná Portilho de Aquino[1]

1 Introdução: A cidade de Altamira, no estado do Pará, fica localizada na região do Médio Xingu, com 126.279 habitantes (IBGE, 2022). Cercada por terras indígenas, com aldeias e comunidades, nelas encontram-se as seguintes etnias: Arara do Laranjal, Arara da Cachoeira Seca, Arara da Volta Grande, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Assurini, Xikrin, Araweté e Parakanan, e cada etnia possui relevantes particularidades que as distinguem umas das outras. Algumas dessas etnias já possuem um contato secular com pessoas não indígenas, porém três dessas etnias, os Araweté, os Parakanan e os Arara da Cachoeira Seca, são chamados de "recente-contato", ou seja, recentemente tiveram o contato com pessoas não-indígenas. Na região, também há indícios de que existem povos indígenas isolados em uma área chamada "Ituna-Itatá". Em 2010, inicia-se na região a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, um empreendimento presidido pela empresa Norte Energia S. A. (NE) e que teve seu funcionamento inicial em 2016. Esse empreendimento causou, e ainda causa, muitos efeitos negativos para as cidades abrangidas pela obra, os povos indígenas e demais comunidades tradicionais que ali ficam/ficavam localizadas (Freire; Lima; Silva, 2018). Para uma ilustração inicial, a UHE Belo Monte gerou a seca dos rios da região, o que transformou a dinâmica de vida desses indígenas, com prejuízos para a cultura alimentar, seu deslocamento e possíveis fontes de renda (Pinto, 2023), entre outros aspectos que poderiam constar em um trabalho acadêmico mais denso. A presente autora foi instigada a escrever este resumo a partir do seu trabalho profissional como indigenista, e ao conhecer a cidade de Altamira/PA e perceber as dinâmicas da profissão com os povos indígenas, observou-se que grande parte das expressões da

[1] Assistente social e Indigenista. Especialista em Serviço Social, Seguridade Social e Direitos Humanos. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). E-mail: taynaquinoo@gmail.com.

questão social apresentadas decorrem do avanço do capital sobre esses territórios, e no caso atual, pela construção da UHE Belo Monte. O objetivo do trabalho é abordar a relação da NE com as articulações políticas dos povos indígenas do Médio Xingu, com base em informações fornecidas pela própria empresa. O Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), um Plano composto por 11 programas, entre eles o Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), do qual a NE afirma estar comprometida com sua execução, como, por exemplo, de assessorar às associações indígenas, gerou indagações para a presente autora, o que impulsionou a escrita desse trabalho acadêmico. Esse tema é relevante devido a necessidade de se pesquisar a respeito das estratégias do capital de avanço sobre os territórios indígenas e seus moradores, em especial na Amazônia.

2 Metodologia: Este resumo expandido tem abordagem crítica, em que a análise de Marx e Engels pressupõe partir "de uma realidade concreta e supõe um sujeito que produz (ativo, prático), que precisa garantir sua existência biológica por meio da modificação da natureza" (Silva, 2019). O período em que se obteve conhecimento das presentes informações foi durante os dois primeiros meses de trabalho como indigenista em Altamira/PA, e para essa produção textual, foi feita uma pesquisa bibliográfica e consultas a sítios eletrônicos da internet.

3 Resultados e Discussão: De acordo com Norte Energia ([s.d.]), o objetivo do PFI executado dentro do PBA-CI é "fortalecer as associações e demais organizações indígenas para atuar, de maneira efetiva e qualificada, na consecução de seus objetivos de defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida dos povos que representam" ([s.p.]). Esse fortalecimento ocorre com a execução de assessorias contábeis e jurídicas e outras práticas que a NE consideram como contribuições a essas associações. Para Marx (2017), a contradição trata-se de uma oposição de forças distintas próprias do sistema capitalista. Ainda conforme o autor, a contradição:

> Consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo do valor – e do mais-valor nele incorporado – e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor). Seu caráter específico orienta-se para o valor de capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor (Marx, p. 247).

Considera-se contraditório que a articulação política dos povos indígenas possa ser assessorada pela NE, empresa que gerou diferentes efeitos negativos aos indígenas da região. Mesmo que essa informação seja fornecida pela própria NE, o que não necessariamente possa corresponder a uma realidade presente de forma recorrente em todas as associações, isso mostra uma intenção de deter domínio sobre as associações indígenas, o que dificultaria mobilizações e articulações que pudessem ser contrárias às orientações da NE. Mesmo com essa iniciativa, os povos indígenas possuem (e/ou deviam possuir) autonomia para estarem cada vez mais articulados contra as estratégias do capital que atingem suas vidas e territórios, fortalecendo a luta histórica de reivindicação por suas terras, culturas e línguas (Barbosa; Rosset, 2024), em especial com a chegada da UHE Belo Monte no estado do Pará. Ressalta-se que esses efeitos não resultaram apenas em prejuízos no fluxo dos rios, mas também no subjetivo desses (as) indígenas, influenciados (as) pelo fetichismo das mercadorias, prejudicando vertiginosamente na revitalização de sua cultura. Ao mesmo tempo em que os (as) indígenas devem ter autonomia, há um entendimento de alguns na região de que a NE deve retornar às etnias com o PBA-CI como maneira de compensamento dos efeitos da UHE Belo Monte. Somado ao fator de que a empresa tem uma dívida com a região, devido a piora na qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais, isso e outros fatores (como a precarização do trabalho) decorrem em maior presença da NE nas terras indígenas do que as próprias entidades do Estado responsáveis pela defesa de seus direitos. A contradição, inerente ao capitalismo, aparece também quando se dialoga a respeito de quem deve

executar a promoção aos direitos sociais dos povos indígenas do Médio Xingu. Há um entendimento de que os (as) indígenas devem liderar suas articulações em prol dos seus direitos, e se observa uma diminuição do Estado em oposição ao avanço da iniciativa privada.

4 Considerações Finais: Este trabalho é fruto das primeiras impressões da presente autora como indigenista, que no momento da escrita desse resumo, chegou há 02 (dois) meses em Altamira/PA para trabalhar com os povos indígenas. Muito ainda há de ser observado dentro de sua atuação profissional, considerando relevante o registro e produção acadêmica desse processo, visto a importância que a defesa dos povos indígenas tem para o Serviço Social, a academia e para as lutas sociais. Ressalta-se que esse resumo expandido não esgota o debate em torno das temáticas apresentadas: trata-se de uma breve apresentação de uma realidade complexa e que precisa ser aprofundada. Os primeiros efeitos decorrentes pela UHE Belo Monte já se apresentam nos territórios indígenas e para os indígenas em contexto urbano, porém o término da obra é relativamente recente, o que mostra que estudos devam ser feitos a respeito dos efeitos de Belo Monte a médio e longo prazo, principalmente por parte do Serviço Social. Outras obras são prometidas de se instalaram na região, como Belo Sun, uma mineradora de ouro canadense que irá se localizar no município de Senador José Porfírio/PA. Com isso, as pesquisas acadêmicas devem estar atentas à região do Médio Xingu no Pará para estudos que possam viabilizar melhorias para os sujeitos que ali habitam.

Palavras-Chave: Povos indígenas; UHE Belo Monte; Grandes empreendimentos; Conflitos socioambientais.

Referências

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Concepções e exercícios da autonomia entre os movimentos indígenas e camponeses da América Latina. **Revista NERA**, v. 27, n. 2, p. e9944, 2024.

FREIRE, Luciana Martins; LIMA, Joselito Santiago de; SILVA, Edson Vicente da. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 3, p. 18-41, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados:** Altamira. Censo 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/altamira.html. Acesso em: 23 ago. 2025;

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1:** Crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **O capital-Livro 3:** Crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2017.

NORTE ENERGIA. Licenciamento ambiental. **Norte Energia**, [s.d.]. Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/sustentabilidade/licenciamento-ambiental. Acesso em: 24 ago. 2025.

PINTO, Tereza Cristina Mota dos Santos. **Análise dos conflitos envolvendo povos indígenas sob o prisma da visão territorial:** o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

Cultura em movimento: identidade e resistência dos povos originários frente à globalização neoliberal

Davi Ruan Santos da Silva[1]
Ewellyn Janaina Guedes da Silva[2]
Roseane Afonso Moreira[3]
Sandra Sueli da Silva Magalhães[4]
Yana E Silva Caxias[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: A cultura dos povos originários possui um valor significativo em nossa sociedade contemporânea, manifestando-se em nosso cotidiano por meio de seus costumes, vocabulário e conhecimentos medicinais. No entanto, essa população tem sido impactada pela desvalorização em decorrência das transformações capitalistas e do progresso da globalização neoliberal, que tem como objetivo o ganho de lucro. Tal demanda acarreta maior visibilidade para as indústrias, impactando os territórios indígenas, como a fauna e flora local, resultando em enfermidades e na perda de suas riquezas naturais. A dimensão da globalização esconde sob a "maquiagem da modernização" um processo de homogeneização das culturas, destruindo os valores tradicionais e tudo aquilo que nela seja contrário ao sistema neoliberal de mercado. Assim, é importante discutir as ações que impulsionam a cultura originária numa sociedade capitalista neoliberal e demonstrar sua importância.

2 Metodologia: A metodologia deste estudo fundamentou-se na pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio da leitura, seleção e análise de materiais publicados,

[1] Graduando de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, E-mail: daviruans33@gmail.com.
[2] Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: ewellynjanain@gmail.com.
[3] Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: rosimoreira3826@gmail.com.
[4] Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: sda.magalhaes31@gmail.com.
[5] Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: yanasilva9800@gmail.com.
[6] Docente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

como livros, artigos científicos e textos acadêmicos utilizados na graduação em Serviço Social. Essa abordagem foi fundamental para a construção teórica e argumentativa do estudo, permitindo um aprofundamento do tema proposto com base em referências consolidadas que abordam de maneira rica as culturas e os movimentos sociais.

3 Resultados e Discussão: A cultura é um conjunto de significados, práticas e valores que dão identidade a um povo, sendo vista por Clifford Geertz (2008, p. 4) como uma "teia de significados". É a "alma de um povo", essencial para pertencimento e memória coletiva. Contudo, a globalização e a expansão do mercado promovem homogeneização cultural e fragilizam expressões locais. Stuart Hall (2006, p. 25) observa a fragmentação das identidades, tensionadas pela dominação cultural, podendo levar ao "etnocídio simbólico". Ainda assim, a cultura também é resistência e reinvenção. Um exemplo marcante do embate entre apagamento e resistência cultural é retratado no documentário Ex-Pajé (2018), de Luiz Bolognesi. A obra acompanha Perpera Suruí, antigo pajé do povo Paiter Suruí, que, após a chegada de missionários evangélicos, foi forçado a abandonar suas práticas espirituais. O filme revela o silenciamento dos saberes indígenas, vistos como “feitiçaria”, ao mesmo tempo em que destaca a força da memória cultural e a luta pela identidade. Ex-Pajé mostra como a cultura indígena resiste às pressões coloniais e religiosas que buscam apagá-la. Conforme a UNESCO, A cultura é um direito humano fundamental, devendo ser preservada como patrimônio imaterial da humanidade. Nesse sentido, surgem movimentos sociais que articulam a defesa de direitos e identidades. O Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), criado em 2001, reúne comunidades de nove países da bacia amazônica para combater modelos predatórios de desenvolvimento neoliberal, promovendo autonomia e democracia intercultural. Na sua décima edição, em 2022, em Belém, resultou na Carta de Belém, que denunciou a devastação da Amazônia e reforçou a valorização do conhecimento ancestral. A COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), fundada em 1989,

representa cerca de 180 povos e atua em saúde, educação, meio ambiente e direitos territoriais. Apesar das invasões e do desmatamento, obteve conquistas como a participação na demarcação de terras e a derrota da tese do Marco Temporal no STF. Hoje, é protagonista na luta climática e se prepara para a COP30, defendendo a demarcação como ação essencial. A ocupação da SEDUC em 2025, contra o ensino telepresencial em escolas indígenas, demonstra sua força de mobilização autônoma. Como analisa Carlos Montaño em Estado, Classe e Movimentos Sociais, há o risco de "domesticar" as lutas quando os movimentos se aproximam do Estado e do mercado, mas a COIAB mostra ser possível manter alianças estratégicas sem renunciar à resistência. Montaño também destaca que os novos movimentos sociais do século XX vão além da esfera econômica, abordando raça, gênero e direitos civis. O FOSPA e a COIAB exemplificam essa transformação ao articular agendas de defesa da Amazônia, da diversidade cultural e da justiça climática, junto a outros movimentos, como a Associação de Mulheres Brasileiras (AMB). Nessa luta, o Serviço Social assume seu compromisso ético-político com as classes populares, atuando na defesa dos direitos humanos e sociais e fortalecendo a mobilização da população. A Lei nº 8.662/1993, em seu Art. 4º, inciso IX, assegura como competência profissional "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade" (Brasil, 2018). Assim, a participação popular e a atuação crítica dos assistentes sociais tornam-se fundamentais para enfrentar desigualdades e promover transformação social.

4 Considerações Finais: A cultura, compreendida como "teia de significados" (Geertz, 2008), permanece como elemento central de identidade, memória e pertencimento, mesmo diante das pressões da globalização e do mercado. Movimentos sociais como o FOSPA e a COIAB revelam que a defesa da Amazônia e dos povos tradicionais é também a defesa da própria diversidade cultural e da justiça socioambiental. Assim, a cultura deve ser reconhecida não apenas como herança, mas

como espaço vivo de resistência e transformação social, processo no qual o Serviço Social se insere, fortalecendo a articulação com os movimentos e contribuindo para a efetivação de direitos e justiça social.

Palavras-chave: Amazônia; Cultural; Justiça social; Movimentos sociais; Serviço Social.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta:** o trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Vitória (ES), 2 a 7 dez. 2018. Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **COIAB:** Unir para organizar, fortalecer para conquistar. Disponível em: https://coiab.org.br/. Acesso em: 22 ago. 2025.

EX-PAJÉ. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Gullane Filmes. Brasil: Gullane Filmes, 2018. Filme assistido online via YouTube Filmes.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Fórum Social Pan-Amazônico**. Cooperação Internacional, [s.d.]. Disponível em: https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/verbete/fospa-forum-social-pan-amazonico/. Acesso em: 20 ago. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Aldo. História dos povos indígenas no Brasil e sua influência na medicina brasileira. **COICA**, 3 out. 2023. Disponível em: https://www.coica.org/historia-dos-povos-indigenas-no-brasil-e-sua-influencia-na-medicina-brasileira. Acesso em: 19 ago. 2025

IASI, Mauro Luis. Lutas sociais e Serviço Social: sobre sementes e frutos. **Revista Katálysis (Online)**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 161–169, nov. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000200001. Acesso em: 24 ago. 2025.

MATTOS, Sofia Fagundes Veloso de. Intelectualidade indígena e os impactos de sua desvalorização na construção identitária brasileira e na produção de conhecimento tradicional. **Jusbrasil**, 5 dez. 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/intelectualidade-indigena-e-os-impactos-de-sua-desvalorizacao-na-construcao-identitaria-brasileira-e-na-

producao-de-conhecimento-tradicional/2895630144. Acesso em: 20 de ago. 2025

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES DA MÍDIA E POLÍTICA. **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)**. PUC-SP, [s.d.]. Disponível em: https://neamp.pucsp.br/organizacoes/coordenacao-das-organizacoes-indigenas-da-amazonia-brasileira-coiab. Acesso em: 24 ago. 2025.

Educação, gênero e sexualidade: perspectivas críticas para a formação política em Direitos Humanos

Daniel Roberto Rocha Sousa[1]
Amanda Lima Medeiros[2]
Gabriela Nascimento Borja Ewerton[3]
Maria do Socorro Rocha Silva[4]
Barbara Caroline Martins Oliveira[5]

1 Introdução: A inserção dos debates sobre Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos no contexto educacional brasileiro assume grande relevância diante dos desafios relacionados à desigualdade, ao preconceito e às violências estruturais. A escola, nesse sentido, configura-se como espaço estratégico para a formação cidadã, por ser um território no qual circulam saberes, práticas e representações que atravessam a vida social. Assim, estre trabalho objetiva discutir a relevância do letramento em Gênero e Sexualidade no espaço escolar, compreendendo-o como estratégia de formação política e de fortalecimento dos Direitos Humanos. A proposta parte da compreensão de que a escola não é apenas um espaço de transmissão de saberes formais, mas também um ambiente privilegiado de construção de valores, identidades e cidadania crítica. Nesse sentido, pensar na discussão de Gênero e Sexualidade no ambiente escolar é refletir sobre a produção social das diferenças e seu enfrentamento como parte de um projeto emancipatório de educação.

[1] Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: danielrobertosousa12@gmail.com
[2] Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amwndamds@gmail.com
[3] Assistente social. Especialista em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora de Diversidade Sexual e Gênero (CDSG) da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). E-mail: gabrielaewerton.as@gmail.com
[4] Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente social da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). E-mail: mariarochass16@yahoo.com
[5] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade da Amazônia pela UFPA. Gerente da Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG) da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). E-mail: barbaramartinsoliveira18@gmail.com

2 Metodologia: A discussão aqui apresentada foi construída a partir de uma análise qualitativa, fundamentada em Planos de Trabalho da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), campo de estágio em Direitos Humanos do Serviço Social, “Letramento em Gênero e Sexualidade” e “Direitos Humanos nas Escolas”. A reflexão e construção deste resumo expandido se ancora em referenciais críticos de educação emancipatória e do letramento como prática social, dialogando com perspectivas de teorias críticas de Gênero e Sexualidade, reconhecendo a escola como espaço de disputa e possibilidade de transformação social.

3 Resultados e Discussão: A educação brasileira, desde sua concepção, foi moldada por profundas desigualdades e desafios estruturais, impactando diretamente a formação dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Segundo Saviani (2008), o sistema educacional no Brasil foi projetado para atender aos interesses das elites, excluindo grande parte da população do acesso ao saber. Esse sistema, voltado para a reprodução de normativas dos grupos dominantes, não considera as especificidades e as diversidades presentes na sociedade. Nesse cenário, a educação se torna não apenas uma ferramenta de transmissão de conhecimento, mas um espaço de disputas políticas, onde são negociadas as formas de poder e de controle social (Freire, 1996). A escola tem o poder de moldar identidades e influenciar a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com o mundo, ela pode ser um terreno fértil para a resistência e transformação, quando se propõe a refletir criticamente sobre questões estruturantes da sociedade. Através desse processo, a formação escolar pode ampliar a visão dos estudantes sobre suas próprias existências, os capacita a agir como agentes de mudança, confrontando preconceitos, estigmas e as múltiplas violências sociais. Assim, o ensino deixa de ser uma mera transmissão de conteúdos e se torna uma prática de problematização e emancipação, comprometida com a transformação social. Nesse contexto, o letramento em Gênero e Sexualidade, quando articulado às práticas de promoção de Direitos Humanos nas escolas, revela-se uma estratégia

fundamental para a formação política de estudantes e profissionais da educação. É uma articulação que amplia a compreensão crítica sobre cidadania, diversidade e o enfrentamento das violências direcionadas a corpos e identidades dissidentes, a escola com um papel pedagógico de confrontação de preconceitos, estigmas e discursos conservadores (Hooks, 2017). A análise de Butler (2015) reforça essa perspectiva ao destacar a vulnerabilidade dos corpos que não se enquadram nas normas estabelecidas, evidenciando a necessidade de práticas educativas que reconheçam e legitimem essas existências. Miskolci (2012) também contribui ao mostrar como os regimes de visibilidade e invisibilidade estruturam a percepção e o tratamento das diferenças no espaço escolar, destacando a urgência de um letramento que enfrente estigmas e promova uma cidadania plena e inclusiva. Outrossim, Junqueira (2009) e Scott (1995) apontam que reconhecer as relações de Gênero e Sexualidade como estruturantes da vida social é fundamental para enfrentar desigualdades e legitimar experiências historicamente silenciadas. Amplia-se a capacidade dos sujeitos de problematizar suas realidades e agir em prol da equidade, por isso, a estratégia do letramento aplicada no espaço escolar, pode desafiar estruturas de poder historicamente naturalizadas, como o patriarcado, a heteronormatividade e o racismo. Finalmente, é possível perceber que a inserção dessa estratégia no cotidiano escolar pode contribuir para a redução de violências e discriminações, especialmente aquelas dirigidas a estudantes LGBTQIA+ e mulheres. Ao abordar essas questões dentro do ambiente pedagógico, fortalece-se a dimensão preventiva das práticas educativas, alinhando-as com as políticas de Direitos Humanos que defendem a dignidade e a diversidade. Miskolci (2012) destaca que o enfrentamento da homofobia e do sexismo na escola é fundamental para a consolidação de sociedades mais democráticas, sendo a formação política em Gênero e Sexualidade um pilar crucial para a transformação social.

4 Considerações Finais: Diante dos desafios estruturais que marcam historicamente a educação brasileira, o letramento em Gênero e Sexualidade se configura enquanto ferramenta essencial para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e emancipatória. Ao articular-se com os Direitos Humanos, esse letramento contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar normas hegemônicas e de reconhecer múltiplas formas de violência que atravessam corpos dissidentes. Portanto, o letramento em Gênero e Sexualidade constitui-se enquanto parte integrante de uma educação comprometida com a dignidade humana e com a construção de um futuro mais justo e respeitoso. Logo, investir na formação política de estudantes e educadores a partir de perspectiva crítica sobre Gênero e Sexualidade é uma exigência ética diante das desigualdades que estruturam a vida em sociedade. Por isso, reafirma-se a urgência de projetos pedagógicos que promovam o respeito à diversidade, enfrentem discriminações e consolidem valores democráticos.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade; Direitos Humanos; Escola; Formação Política; Diversidade.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas:** um problema de todos. Brasília: UNESCO, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à pedagogia crítico-social dos conteúdos. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

Movimentos sociais e formação política em Jambuaçu: lutas e resistências frente às políticas desenvolvimentistas na Amazônia

Kate Titan Dias Pereira[1]
Daniel Roberto Rocha Sousa[2]
Solange Maria Gayoso da Costa[3]

1 Introdução: O território quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Moju/PA, constitui-se como espaço de resistência frente ao avanço de políticas desenvolvimentistas que, historicamente, têm imposto às comunidades tradicionais da Amazônia processos de desterritorialização, degradação ambiental e violação de direitos. Projetos vinculados à mineração, agronegócio e infraestrutura transformam essas áreas em verdadeiras "zonas de sacrifício" (Porto-Gonçalves, 2006), nas quais a lógica do capital global sobrepõe-se à reprodução da vida comunitária. Diante desse contexto, a organização social em associações quilombolas, a atuação de movimentos de mulheres e o trabalho do Instituto Perpetuar assumem papel central na formação política de lideranças e na construção de estratégias de resistência. A emergência desses movimentos em Jambuaçu revela como a luta quilombola, fundamentada na ancestralidade e na prática do Bem Viver (Acosta, 2016; Santos, 2019), se articula em defesa do território, promovendo processos de conscientização crítica que fortalecem a autonomia coletiva frente às ameaças impostas por grandes empreendimentos.

2 Metodologia: Este trabalho adota o estudo de caso como abordagem metodológica, considerando o território quilombola de Jambuaçu como unidade empírica de análise. O estudo é desenvolvido a partir de visitas de campo realizadas entre 2024 e 2025, as quais possibilitaram a observação direta das dinâmicas comunitárias e dos impactos dos

[1] Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará. E-mail: kate_titan@yahoo.com.br
[2] Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: danielrobertosousa12@gmail.com
[3] Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail: solgayoso@ufpa.br

grandes empreendimentos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças quilombolas da BAMBAÊ, mulheres presentes no evento “Elas Aquilombam: Mulheres de Jambuaçu em marcha por Reparação e Bem Viver”, realizado pelo Instituto Perpetuar, e representantes do mesmo instituto, além de contar com registros em diário de campo. A metodologia ancora-se ainda em análise documental de relatórios comunitários, legislações e políticas públicas relacionadas à Amazônia, dialogando com referenciais decoloniais e críticos sobre desenvolvimento, território e resistência (Quijano, 2005; Escobar, 2007; UFPA, 2023).

3 Resultados e Discussão: A constituição da BAMBAÊ – Coordenação das Associações Quilombolas de Jambuaçu – expressa um marco organizativo no território, funcionando como espaço de formação política e de articulação das 15 comunidades certificadas do território quilombola de Jambuaçu. A BAMBAÊ tem promovido processos de conscientização sobre direitos territoriais, permitindo que as comunidades identifiquem os impactos de projetos desenvolvimentistas e formulem estratégias de defesa coletiva. Esse processo formativo articula-se também ao protagonismo das mulheres quilombolas, que sempre estiveram à frente no processo de luta e defesa do território e hoje são visivelmente as maiores lideranças nos espaços de decisão política, ressignificando práticas comunitárias a partir de uma perspectiva interseccional (Evaristo, 2014; Carneiro, 2003; Machado, 2019). O Instituto Perpetuar, presente e atuante no território de Jambuaçu, soma-se a esse processo ao promover cursos, oficinas e atividades formativas voltadas ao fortalecimento da identidade quilombola e à educação para os direitos. Essas iniciativas contribuem para que jovens e mulheres possam elaborar análises críticas sobre as ameaças do capital global, compreendendo a dimensão estrutural do racismo ambiental e da colonialidade do poder (Quijano, 2005; Escobar, 2007). Assim, a formação política no território não se restringe a uma dimensão técnica, mas assume caráter emancipatório, permitindo que as comunidades se

posicionem diante da mineração, da monocultura de dendê e da pressão por destinação de terras públicas a empreendimentos privados. Os resultados apontam que, ao fortalecer a consciência crítica, os movimentos sociais em Jambuaçu têm possibilitado a criação de estratégias de resistência coletivas, como a identificação e a contestação de acordos desiguais firmados por empresas com comunidades, a denúncia de impactos socioambientais, denúncias de violências físicas e psicológicas vivenciadas por moradores do território, a não aceitação e naturalização de um "desenvolvimento" hegemônico e colonial praticado pelas empresas e Estado, o entendimento e questionamento de seus direitos na garantia da consulta prévia, livre e informada, e a reafirmação de práticas do Bem Viver quilombola como horizonte alternativo ao modelo desenvolvimentista.

4 Considerações Finais: O estudo evidencia que os movimentos sociais em Jambuaçu têm papel fundamental na formação política comunitária. Esses processos de formação não apenas fortalecem a identidade quilombola e ampliam a participação de toda comunidade, mas também criam condições para que as comunidades elaborem estratégias de defesa e enfrentamento diante das violações provocadas por grandes empreendimentos. A partir de uma leitura crítica e decolonial, compreende-se que a formação política no território vai além de transmitir conhecimentos: trata-se de construir consciência coletiva, desvelar problemas, garantir direitos e enraizar práticas de resistência que assegurem a permanência no território e a reprodução da vida. Nesse sentido, os movimentos sociais de Jambuaçu demonstram que o repasse do saber popular e comunitário se articula à luta pela emancipação e pela conquista de um projeto de sociedade pautado na justiça social e no Bem Viver.

Palavras-chave: Território quilombola de Jambuaçu; Políticas desenvolvimentistas; Movimentos Sociais de Resistência Coletiva; Formação Política Comunitária; Bem Viver.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. São Paulo: Geledés, 2003.

DEUS, Zélia Amador de. **Movimento negro e educação popular no Pará**. Belém: UFPA, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **Poder, organização política e pedagogias oculto-presentes de mulheres negras do território quilombola do rio Jambuaçu-Moju/PA**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombos:** modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Gestão e destinação de terras públicas na Amazônia Legal Brasileira**. Belém: UFPA, 2023.

COP para quem? O processo de higienização e maquiamento da cidade de Belém

Lorrany Ribeiro[1]
Elder Antonio[2]
Jamilly Padilha[3]
Maíza Franco[4]
Lidiane Fonseca[5]
Nádia Fialho Socorro Nascimento[6]

1 Introdução: A questão urbana é marcada por contradições, apesar dos avanços em infraestrutura, há agravamento das desigualdades sociais e ambientais. Em Belém, a preparação para a COP30 envolve grandes obras, como a Nova Doca, que concentram investimentos públicos. Porém, tais intervenções beneficiam bairros nobres, como o Reduto, e impactam negativamente comunidades vizinhas, como a Vila da Barca, uma das maiores áreas de palafitas da América Latina. Diante disso, há cerca de 7 mil moradores que convivem com entulhos, poeira, riscos à saúde e o despejo de esgoto do bairro vizinho, sem terem sido consultados. Essas ações aprofundam desigualdades urbanas e levantam a pergunta: COP30 para quem? Assim, esta pesquisa busca mostrar que a modernização urbana impulsionada pela COP30 reproduz práticas de segregação socioespacial e racismo ambiental. A relevância do estudo está em evidenciar quem arca com os custos da urbanização voltada a grandes eventos: populações negras e empobrecidas. O objetivo é investigar como essas transformações revelam processos de higienização e maquiagem urbana, problematizando o papel do Estado e destacando a resistência dos movimentos sociais.

2 Metodologia: A pesquisa adota caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e documental. O estudo foi realizado em caráter intensivo ao

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lorrany.ribeiro@icsa.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: elder.antonio@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jamilly.padilha@icsa.ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: maiza.franco@icsa.ufpa.br.
[5] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lidiane.fonseca@icsa.ufpa.br.
[6] Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: fialho@ufpa.br.

longo de uma semana, no mês de agosto de 2025 a partir da análise de produções acadêmicas, reportagens jornalísticas e documentos oficiais referentes às obras de preparação da cidade de Belém para a COP30. Foram mobilizados autores que discutem Estado, urbanização, direito à cidade e racismo ambiental, como Montaño e Duriguetto (2011), Porto-Gonçalves (2006), Lefebvre (2001) e Acselrad (2004), além de notícias de veículos independentes e mídias alternativas, fundamentais para registrar a denúncia dos movimentos sociais. O recorte empírico priorizou experiências de resistência em comunidades diretamente impactadas, como a Vila da Barca, articuladas com a atuação de movimentos sociais urbanos e socioambientais. A estratégia metodológica baseia-se, portanto, em revisão de literatura crítica e análise de conteúdo documental, buscando compreender de que modo os processos de urbanização vinculados à COP30 reproduzem contradições sociais e ambientais na Amazônia.

3 Resultados e Discussão: Os resultados de pesquisas demonstram que a preparação de Belém para a COP30 intensifica contradições urbanas: grandes obras concentram investimentos em áreas centrais, enquanto comunidades periféricas enfrentam poluição, despejo de entulhos e ausência de consulta prévia. Esse padrão de higienização urbana reforça a análise de Montaño e Duriguetto (2010), segundo a qual o Estado atua como mediador dos interesses do capital, subordinando as demandas populares a projetos de modernização excludente. Nesse contexto, evidencia-se a lógica do racismo ambiental (Acselrad, 2004), já que os impactos mais severos recaem sobre populações negras e empobrecidas. A Vila da Barca, uma das maiores comunidades de palafitas da América Latina, tornou-se receptora de esgoto e entulho oriundos das obras da “Nova Doca”, mesmo estando localizada ao lado de áreas valorizadas. Casos semelhantes em bairros periféricos de Belém confirmam a existência de zonas de sacrifício (Porto-Gonçalves, 2006), onde populações vulneráveis são expostas a riscos ambientais Frente a essas contradições, os movimentos sociais têm desempenhado papel central. A

Associação de Moradores da Vila da Barca, organizada desde os anos 2000, atua contra remoções e em defesa do saneamento. O MNLM, criado em 1990, articula o direito à moradia em Belém e em outras capitais. A Rede BrCidades, fundada em 2017, amplia o debate sobre reforma urbana e direito à cidade. Já o MAB, com origem nos anos 1980, traz sua experiência de luta contra injustiças socioambientais para o contexto amazônico. Esses movimentos funcionam por meio da organização comunitária, da solidariedade e da construção de redes que articulam protestos locais a pautas nacionais e internacionais. Apesar de enfrentarem desafios como a criminalização de lideranças e a assimetria de forças diante do Estado e de grandes empreiteiras, conquistaram avanços importantes, como a visibilidade nacional do tema do racismo ambiental e a abertura de diálogo com órgãos públicos. Como destacam Montaño e Duriguetto (2010, p. 340), tais mobilizações constituem uma práxis contra-hegemônica, reafirmando a autonomia das classes populares diante da lógica capitalista. Essa realidade confirma também a análise de Gohn (2019), para quem os movimentos sociais não apenas reivindicam direitos, mas também produzem novas formas de cidadania e sociabilidade. No campo do Serviço Social, a interação com essas experiências é fundamental, pois possibilita à profissão compreender as contradições amazônicas e fortalecer práticas emancipatórias voltadas à justiça socioambiental Palavras-chave: cop30, Racismo ambiental, movimentos sociais e higienização social.

4 Considerações Finais: Dessa maneira, é necessário a reflexão no que concerne ao processo de higienização e maquiamento da cidade de Belém para a Cop30, que vem sendo alvo de atuações governamentais neoliberalistas. Sendo assim, as obras vêm trazendo consequências significativas para a população periférica da Vila da Barca, mostrando o descuido e a desigualdade do governo em proporcionar o bem social, porém, essa inadvertência é proposital, com o intuito de expulsar indiretamente o povo-maré de seu território. A desigualdade social e o racismo ambiental são questões urbanas a serem amplamente discutidas

no território amazônico, trazendo diversas reflexões que envolvem os governos que se instalam na grande Amazônia com o intuito de lucrar com o sofrimento das comunidades tradicionais que são atravessadas pela interseccionalidade, e o Serviço social atua diretamente na questão social que os povos amazônicos enfrentam, à vista disso, é imprescindível a reflexão entre as contradições sociais que o Estado promove. Em suma, o presente trabalho teve o propósito de trazer considerações diante do tema relacionado a questão urbana e as contradições sociais que a população da Vila da Barca enfrenta, e os movimentos sociais que se mobilizam para a melhoria das condições precárias que o povo-maré enfrenta, e contra o racismo ambiental e a desigualdade.

Palavras-chave: COP 30; Racismo ambiental; Movimentos sociais; Desigualdade social; Higienização social.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental:** construindo a crítica social no campo socioambiental. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMA PRETA JORNALISMO. Favela em Belém recebe esgoto e entulhos de obra da COP30. Agência Pública, 22 ago. 2025. Disponível em: https://apublica.org/. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. R**emoções, demolições e resíduos:** abrindo os caminhos para a COP30. 17 maio 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/05/17/remocoes-demolicoes-e-residuos abrindo-os-caminhos-para-a-cop30/. Acesso em: 24 ago. 2025.

EM BELÉM, a luta do povo-maré contra obra da Cop 30. **COP 30 SUMAUMA**, Belém, Amazônia, p. 1-29, 23 jul. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 271-351.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

TAPAJÓS DE FATO. **Moradores da Vila da Barca, em Belém, desafiam diretor da Cosanpa a beber água da torneira e escancaram racismo ambiental em obra da COP30**, 2025. Disponível em: https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1475/moradores-da-vila-da-barca-embelem-desafiam-diretor-da-cosanpa-a-beber-agua-da-torneira-e-escancaram racismo-ambiental-em-obra-da-cop-30. Acesso em: 24 ago. 2025.

Resistência e formação política: o cotidiano enquanto categoria transformadora de sujeitos amazônidas

Daniel Roberto Rocha Sousa[1]
Kate Titan Dias Pereira[2]
Solange Maria Gayoso da Costa[3]

1 Introdução: O Cotidiano, entendido como categoria central para a apreensão da vida social, revela-se como espaço privilegiado de análise na medida em que nele se entrelaçam as múltiplas dimensões da existência humana (trabalho, cultura, política e relações sociais). Pensar o Cotidiano não é reduzi-lo à rotina ou ao ordinário, mas compreendê-lo como campo no qual se produzem sentidos, resistências e transformações. Essa perspectiva permite desvelar as formas como sujeitos e coletividades se constituem, elaborando práticas e estratégias de enfrentamento diante das contradições impostas pela sociedade capitalista. Nesse sentido, a articulação entre o Cotidiano e a formação política dos sujeitos e coletivos, especialmente no contexto amazônico, possibilita situar as lutas sociais e o papel do Serviço Social em diálogo com movimentos que reivindicam direitos e formas alternativas de viver. Ao trazer a categoria do cotidiano como chave de leitura, pretende-se destacar sua potência não apenas para compreender, mas também para fomentar processos de resistência e emancipação, inseridos em um território marcado pela tensão entre projetos de exploração capitalista e práticas de defesa da vida.

2 Metodologia: O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com a seleção de textos de referência que abordam o Cotidiano, a formação de sujeitos e a prática do Serviço Social, especialmente no contexto amazônico. A análise buscou compreender o

[1] Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: danielrobertosousa12@gmail.com
[2] Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará. E-mail: kate_titan@yahoo.com.br
[3] Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), ambos da Universidade Federal do Pará. E-mail; solgayoso@ufpa.br

Cotidiano como categoria transformadora, articulando suas dimensões de reprodução social e potencial emancipatório. A interpretação do material bibliográfico seguiu uma abordagem de análise de conteúdo com perspectiva crítica, permitindo identificar as relações entre práticas cotidianas, formação política e resistência social. O processo teórico visou evidenciar como o Cotidiano se configura como espaço de mediação entre a experiência vivida e os processos de transformação e conscientização dos sujeitos.

3 Resultados e Discussão: O Cotidiano revela-se como um espaço contraditório, em que se entrelaçam práticas de reprodução social e possibilidades de emancipação. A vida diária, marcada por repetições e rotinas, expressa os efeitos da alienação produzida pelo modo de produção capitalista, mas também abre brechas para a criação de novos sentidos e práticas sociais. A análise crítica dessa dimensão permite compreender como a banalidade do dia a dia carrega uma potência transformadora, pois nele coexistem tanto as marcas da dominação quanto as possibilidades de resistência. Segundo Heller (1989), o Cotidiano é a esfera na qual se estruturam as condições da existência social, permeadas pela alienação e pela passividade, mas igualmente pela liberdade. Essa duplicidade possibilita reconhecer o cotidiano como campo de tensões em que a repetição não exclui a possibilidade da ação consciente, e a inércia pode ser rompida pela práxis orientada para a transformação. Nessa perspectiva, a formação dos sujeitos não se dá em instâncias abstratas ou exclusivamente políticas, mas na concretude de suas vivências diárias, onde se processa a construção da consciência crítica. Lefebvre (1991) ressalta que o Cotidiano, ao mesmo tempo em que reproduz as rotinas impostas pelo capital, é também o lugar da criatividade, da resistência e da produção de novas formas de sociabilidade. Essa leitura desloca o Cotidiano do campo da repetição, conferindo-lhe centralidade na compreensão das transformações sociais. Ao se apropriar criticamente da vida cotidiana, os sujeitos podem transgredir a lógica dominante e elaborar práticas emancipatórias de

resistência coletivas. A partir dessa análise, pode-se pensar que o Serviço Social crítico encontra no Cotidiano o campo imediato de sua intervenção. É nele que se manifestam, de forma mais concreta, as expressões da questão social e as demandas postas aos profissionais. Conforme aponta Netto (1996), cabe às/aos assistentes sociais construir mediações que ultrapassem a imediaticidade das necessidades e potencializem processos de formação política. Assim, o cotidiano deixa de ser visto apenas como espaço de reprodução da desigualdade, para ser também um terreno de intervenção profissional e emancipação humana. Ao se observar a realidade amazônica, a centralidade do Cotidiano ganha contornos ainda mais evidentes. Os territórios da região são atravessados por políticas desenvolvimentistas que intensificam desigualdades e violências, mas também pela resistência organizada de povos e comunidades tradicionais. No enfrentamento diário às ofensivas do capital, práticas como a defesa da demarcação do território, a preservação dos modos de vida tradicionais e a transmissão de saberes ancestrais constituem expressões cotidianas de resistência, nas quais a consciência política se desenvolve. Em comunidades quilombolas, o Cotidiano é atravessado pelo trabalho coletivo, pela partilha de alimentos, pelas práticas de pesca e agricultura de subsistência, e pela luta permanente pelo direito à terra e ao território. Essas práticas, embora enraizadas em tradições, não estão desvinculadas da política, pois constituem um campo de formação da consciência social, na medida em que a defesa da vida coletiva e da ancestralidade se coloca em oposição à lógica de mercantilização do espaço amazônico. A rotina, aparentemente simples, carrega uma dimensão de resistência e de produção de sujeitos políticos.

4 Considerações Finais: Portanto, a análise do trabalho evidencia que o Cotidiano não pode ser reduzido a uma esfera privada, alheia ao político, mas constitui-se como espaço de disputa, aprendizagem e formação de sujeitos sociais. Nas práticas diárias, aparentemente simples, emergem dimensões capazes de transformar a consciência e fortalecer lutas

coletivas, revelando o caráter eminentemente político dessa categoria. Mesmo no contexto amazônico, marcado por processos de desterritorialização, violência ambiental e resistência comunitária, o Cotidiano se apresenta como campo fértil para compreender a produção de alternativas contra hegemônicas. Contexto em que se preservam os modos de vida tradicionais e se articulam projetos de futuro que desafiam a lógica de exploração. Assim, o Serviço Social, ao reconhecer essa centralidade, encontra subsídios para fortalecer sua atuação crítica e comprometida com a emancipação humana.

Palavras-chave: Cotidiano; Formação política; Resistência; Serviço Social; Amazônia.

Referências

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

Vozes geracionais na Amazônia: juventudes e movimentos sociais entre lutas, sonhos e desafios

Deivid Cauã Santos Farias[1]
Ingrid Lima da Silva[2]
Maria Clara Saldanha da Silva[3]
Maria Elvira Rocha de Sá[4]

1 Introdução: A Amazônia enfrenta profundas desigualdades sociais e desafios ligados à educação, aos direitos de adolescentes e à participação juvenil, cenário em que os movimentos sociais geracionais se destacam como instrumentos de mobilização e transformação. Este trabalho analisa como iniciativas como o Movimento Correnteza, o Movimento República de Emaús e coletivos estudantis da Universidade Federal do Pará (UFPA) articulam ações na defesa de direitos, na ampliação da educação pública e no enfrentamento das desigualdades, destacando a importância da juventude amazônica para a consolidação da cidadania e para a formação profissional em Serviço Social.

2 Metodologia: A pesquisa é de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, centrada na atuação da juventude em movimentos sociais na Amazônia. Foram analisados dados bibliográficos e documentais, em diálogo com o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Geração e Classes Sociais da ABEPSS. O objetivo foi compreender organização, estratégias e contribuições da juventude para a transformação social e para a formação em Serviço Social. Nesse sentido, analisa-se a atuação geracional da juventude em movimentos sociais na Amazônia, considerando que o termo geracional se refere às diferentes etapas do ciclo de vida – infância, adolescência, juventude e velhice – compreendidas como construções sociais, históricas e culturais, e não

[1] Acadêmico de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: deivid.farias@icsa.ufpa.br.
[2] Acadêmica de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: ingrid.lima.silva@icsa.ufpa.br.
[3] Acadêmica de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: maria.saldanha@icsa.ufpa.br.
[4] Docente aposentada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA) e Doutora em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marel.rdsa@gmail.com.

apenas como fases biológicas. É uma categoria que permite analisar como os sujeitos vivenciam essas etapas em contextos concretos, atravessados por classe social, gênero, raça/etnia e território. No Serviço Social, esse debate vem sendo impulsionado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), especialmente pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Geração e Classes Sociais, que busca consolidar o estudo das questões geracionais como parte do fortalecimento do projeto ético-político da profissão (ABEPSS, 2019). Ainda assim, trata-se de um campo em construção, permeado por tensões conceituais, diferentemente do que ocorre na sociologia.

3 Resultados e Discussão: Na Amazônia, diferentes movimentos sociais articulam juventudes em torno de direitos, dignidade e participação política. O Movimento Correnteza, presente em várias universidades, como a UFPA, é um movimento de discentes que atua tanto em pautas cotidianas, como bebedouros e cotas de impressão, quanto em reivindicações estruturais, como expansão das universidades e maior financiamento da educação: “Queremos ser a última geração a viver o desmonte das nossas instituições de ensino... Seremos a primeira geração a viver com dignidade e desfrutar de uma educação pública” (Movimento Correnteza, 2025). O Movimento República de Emaús, fundado em Belém em 1970, tem abrangência maior, atuando fora do ambiente universitário e voltado à promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Ao longo de sua trajetória, consolidou experiências de mobilização juvenil, oferecendo espaços de formação, educação e protagonismo social, fortalecendo redes comunitárias e programas de proteção social. Sua atuação demonstra como movimentos sociais impactam diferentes gerações e territórios, indo além do campo acadêmico e contribuindo para transformações estruturais na sociedade amazônica. Complementando essas iniciativas, destacam-se também movimentos estudantis da UFPA, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFPA), que organiza ações em defesa da universidade pública e contra cortes orçamentários; o Centro Acadêmico

de Serviço Social – Joaquina Barata (CASS-UFPA), representando os discentes do curso e lutando por melhor qualidade de ensino e assistência estudantil; e a Articulação com o CEDENPA, referência para o movimento negro na UFPA e na luta pela implantação das cotas étnico-raciais. Essas iniciativas mostram que a mobilização juvenil na Amazônia vai além de demandas materiais, articulando identidade coletiva, cultura e ação política. Ao lutar por educação, igualdade racial e proteção de crianças e adolescentes, a juventude fortalece a cidadania e cria redes de solidariedade. Para o Serviço Social, essas experiências são relevantes, pois destacam a importância da ação coletiva, do engajamento comunitário e da defesa de direitos na construção de políticas públicas. Conforme Melucci (1996), a transformação social ocorre tanto por conquistas concretas quanto pela afirmação de valores e memória histórica, e, segundo Montaño e Duriguetto (2010), os movimentos juvenis revelam as contradições entre Estado e sociedade, mostrando que a ação coletiva é central para disputar direitos e consolidar mudanças estruturais, oferecendo subsídios à prática profissional.

4 Considerações Finais: O estudo buscou compreender como a juventude amazônica se organiza em movimentos sociais para defender direitos, educação pública e participação política. Movimentos como Correnteza, República de Emaús e coletivos estudantis da UFPA combinam reivindicações concretas e simbólicas, fortalecendo identidade coletiva, redes de solidariedade e protagonismo juvenil. Essas ações vão além de demandas imediatas, contribuindo para mudanças estruturais, consolidação da cidadania e fornecendo subsídios para a formação em Serviço Social e para políticas públicas mais inclusivas, além de abrir caminhos para futuras pesquisas sobre ampliação de direitos e transformação de desigualdades estruturais na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Juventude; Movimentos Sociais; Geração; Transformação Social.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Geração e Classes Sociais**. Disponível em: https://abepss.org.br/gtps/. Acesso em: 24 ago. 2025.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Juventude e contemporaneidade**, 2007. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Juventude_e_contemporaneidade_2007.pdf#page=27. Acesso em: 25 ago. 2025.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo, Cortez: 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; 5).

MOVIMENTO CORRENTEZA. **Manifesto "Queremos ser a última geração..."**. Disponível em: https://www.correnteza.org/about-5. Acesso em: 19 ago. 2025.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS. **Nossa História**. [2025]. Disponível em: https://movimentodeemaus.org/v2/emaus/?id=118 Acesso em: 19 ago. 2025.

Reforma agrária: movimentos atuantes na questão da disputa por terras na Amazônia

Ana Laura Barroso[1]
Diorlene Lobato Silva[2]
Elen Fernandes Nunes[3]
Paula Fernanda Cardoso Santiago[4]
Mariana Ferreira Albuquerque[5]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[6]

1 Introdução: Devemos considerar que a questão agrária no Brasil é um tema histórico e estrutural que remonta ao período colonial quando a ocupação do território foi realizada de forma privada pelos colonizadores. A questão agrária na Amazônia revela um cenário de intensos conflitos sociais e ambientais pois, como destaca Fialho Nascimento (2012, p. 173), há "um recorde de violência dos conflitos pela posse da terra [...] e uma expropriação dos grupos indígenas e das comunidades tradicionais". Esses processos evidenciam que a disputa pela terra na região é expressão das contradições do desenvolvimento capitalista. A região concentra grandes projetos do agronegócio, como mineração e exploração madeireira, o que acaba intensificando os conflitos de terra e ameaçando as comunidades locais. Dessa forma os movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental na resistência, propondo alternativas para a reforma agrária e para o fortalecimento da agricultura familiar.

2 Metodologia: O presente trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, com base na obra de diferentes autores. A análise concentrou-se na identificação dos impactos sociais, econômicos e

[1] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: anabarroso0375@gmail.com
[2] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: silvalobato34@gmail.com
[3] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: fernandeselen08@gmail.com
[4] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: paula.palheta@icsa.ufpa.br
[5] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: marianaferreira162001@gmail.com
[6] Docente na Universidade Federal do Pará. E-mail: fialho@ufpa.br.

ambientais da concentração fundiária e da implantação de grandes projetos, buscando compreender como tais processos configuram a questão agrária na Amazônia. sendo o estudo exclusivamente de carácter bibliográfico e reflexivo.

3 Resultados e Discussão: Becker (2005) demonstra que a Amazônia ocupa posição estratégica nas disputas globais pelo controle de recursos naturais. A região, frequentemente apresentada como "patrimônio da humanidade", tem sido alvo de pressões internacionais que visam limitar a soberania nacional em nome da proteção ambiental. Os movimentos sociais, especialmente na Amazônia, revelam expressões da questão social, como a pobreza, a desigualdade, a exclusão e a violência. Um desses movimentos é o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que ao organizar trabalhadores em defesa de direito a terra, reforma agrária, com organização nacional e presença na Amazônia e contribuem para a construção de práticas emancipatórias, que dialogam com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O código se ética de assistentes sociais de 1993 (Resolução CFESS n^0 273/93) estabelece os princípios, deveres, direitos e proibições que explicitamente evidência o compromisso do serviço social com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, a luta por terra e dignidade dialoga com esses princípios em virtude das repressões e violências sofridas no campo. Além disso, a experiência dos movimentos sociais possibilita ao Serviço Social uma formação crítica, ampliando a compreensão das contradições sociais e reforçando a importância da mediação entre demandas populares e políticas públicas. Assim, o contato com essas lutas potencializa o compromisso dos assistentes sociais com os setores subalternos da sociedade. Diversos movimentos sociais atuam na defesa da terra e da reforma agrária no Brasil, entre os quais se destacam: Comissão Pastoral da Terra (CPT): criada em 1975, ligada à CNBB, tem papel central na denúncia da violência no campo e no apoio à organização de trabalhadores rurais; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): com forte presença na Amazônia, defende populações deslocadas por

grandes projetos hidrelétricos; Movimento indígena e ribeirinho: articulado por organizações como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que defende a demarcação de territórios e os direitos tradicionais, todos esses movimentos contribuem para enfrentar os efeitos da concentração fundiária, da expropriação territorial e da precarização da vida das populações amazônicas. O MST surgiu oficialmente em 1984, durante o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR). Sua formação foi marcada pelo contexto de modernização agrícola da ditadura militar, que promoveu a expulsão de camponeses e intensificou conflitos fundiários. De acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p. 279), "uma das principais conquistas do MST, no campo político, tem sido a de recolocar o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado brasileiro". Essa afirmação revela o papel central do movimento em manter viva a discussão sobre a democratização da terra, mesmo diante da resistência das elites agrárias. Entre suas conquistas estão: a organização nacional em 23 estados brasileiros; a criação de cooperativas, associações e agroindústrias; os centros de formação e instrumentos de comunicação, como o Jornal Sem Terra e a Escola Nacional Florestan Fernandes; a Inserção em redes internacionais, como a Via Campesina. Ainda assim, o MST enfrenta sérios desafios, como a criminalização de suas ações, a repressão violenta e episódios marcantes de violência estatal, como o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará, em que dezenove trabalhadores foram assassinados pela Polícia Militar. O MST não se restringe à luta pela reforma agrária em si, mas amplia sua pauta para questionar o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio e propor alternativas sociais. Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 280), o movimento "vem convertendo a luta dos trabalhadores do campo numa mediação da luta de classes". Pode-se compreender que, para os autores, o MST representa mais que um movimento camponês: ele articula trabalhadores do campo e da cidade, reforçando a luta de classes e transformando a reforma agrária em uma

bandeira que ultrapassa a questão agrária, alcançando a luta por justiça social e igualdade.

4 Considerações Finais: A análise dos movimentos sociais na Amazônia, com destaque para o MST, demonstra que a questão agrária permanece como um dos maiores desafios estruturais do Brasil. Esses movimentos, ao denunciar a concentração fundiária e propor formas alternativas de organização da produção e da vida social, inserem-se na luta de classes e no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Nesse processo, o Serviço Social se insere como aliado estratégico na interlocução e construção de estratégias de avanço capazes de enfrentar as desigualdades sociais e ambientais produzidas pelo modelo capitalista de desenvolvimento na Amazônia. Portanto, o enfrentamento da questão agrária na Amazônia exige não apenas políticas públicas redistributivas, mas também uma profunda transformação estrutural que articule justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania nacional.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Reforma Agrária; Amazônia; MST; Serviço Social.

Referências

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a política ambiental internacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 71-86, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005.

CRESS/PR. **13 de março:** 28 anos do novo Código de Ética da/do Assistente Social. Curitiba, PR: CRESS-PR, 2021. Disponível em: https://cresspr.org.br/2021/03/12/13-de-marco-28-anos-do-novo-codigo-de-etica-da-do-assistente-social/. Acesso em: 24 ago. 2025.

FEITOSA, Orismar Lima; OLIVEIRA, Suellen Santos Barbosa. A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 56, p. 113-138, jan./abr. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Inteligência Artificial (IA) numa Abordagem Ética, Técnica e Geopolítica

Coordenadores(as)

Armando Lírio de Souza
Maria Elvira Rocha de Sá
Marcelo Rocha de Sá
Nádia Socorro Fialho Nascimento
Aluízio Lins Leal
Norbert Fenzl
Adrea Simone Canto Lopes
Mayara Rayssa Rolim
Lenon Victor Xavier Brasil
Julyane Santos da Silva

GT 12

Inteligência Artificial e regulação no Brasil: uma análise comparada com modelos internacionais

Patrick Duffy Souza da Silva[1]
Armando Lírio[2]
Renato Francês[3]
José Jailton[4]

1 Introdução: Este estudo busca analisar a atual situação da regulamentação da inteligência artificial no Brasil e no mundo, com o objetivo de compreender os impactos e desafios que essa tecnologia impõe à sociedade. Serão discutidas a importância da regulamentação para garantir segurança, ética e transparência no uso da Inteligência Artificial, bem como as abordagens regulatórias adotadas em diferentes países. O trabalho examina aspectos centrais da regulação, como a responsabilização de desenvolvedores, a proteção de dados pessoais e a explicabilidade dos algoritmos.

2 Metodologia: A metodologia deste estudo é qualitativa, com enfoque exploratório e analítico-comparativo. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental de fontes nacionais e internacionais, incluindo legislações, projetos de lei, artigos científicos e relatórios técnicos produzidos por centros de pesquisa e instituições governamentais. O estudo analisa criticamente os marcos regulatórios e as propostas em desenvolvimento em países e blocos estratégicos – Estados Unidos, União Europeia e Canadá – com o objetivo de identificar padrões, desafios recorrentes e perspectivas futuras. No contexto brasileiro, a análise recai sobre o Projeto de Lei nº 2338/2023, buscando compreender seus principais dispositivos e seu alinhamento com as tendências internacionais de regulação da Inteligência Artificial.

[1] Universidade Federal do Pará. E-mail: patrick.souza.silva@castanhal.ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. E-mail: armandolirio@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará. E-mail: rfrances@ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará. E-mail: jjj@ufpa.br.

3 Resultados e Discussão: A inteligência artificial (IA) constitui um dos avanços tecnológicos mais significativos da atualidade, com impactos profundos em áreas como saúde, segurança, transporte, educação e comunicação. No entanto, sua adoção em larga escala também levanta importantes desafios éticos, sociais e jurídicos, exigindo a construção de marcos regulatórios eficazes e atualizados. Na União Europeia, destaca-se o AI Act, uma legislação inovadora baseada na avaliação de riscos, que classifica os sistemas de inteligência artificial em níveis de baixo, médio e alto risco. As diretrizes europeias enfatizam a transparência algorítmica, a explicabilidade das decisões automatizadas e a responsabilização das empresas desenvolvedoras, com forte compromisso com a proteção dos direitos fundamentais. Nos Estados Unidos, a regulamentação tem avançado por meio de ordens executivas, diretrizes setoriais e iniciativas estaduais, priorizando a segurança dos sistemas, a proteção de dados e o enfrentamento da discriminação algorítmica. O Canadá, por sua vez, adota uma abordagem baseada em direitos fundamentais, com foco em transparência, responsabilidade e equidade. A proposta da Artificial Intelligence and Data Act (AIDA) busca estabelecer diretrizes éticas, sobretudo para sistemas de alto risco, destacando a supervisão humana, a mitigação de vieses algorítmicos e a proteção à privacidade. No Brasil, a regulamentação da Inteligência Artificial ainda está em fase de construção, com debates concentrados em propostas legislativas como o Projeto de Lei nº 2338/2023, que estabelece princípios e diretrizes gerais para o desenvolvimento e uso responsável da IA. A proposta prevê uma abordagem baseada em riscos, inspirada em modelos internacionais como o AI Act da União Europeia, e inclui diretrizes voltadas à transparência algorítmica, proteção de dados, prevenção à discriminação e garantia de direitos fundamentais. O Quadro I, a seguir, destaca os principais tópicos do PL nº 2338/2023.

Quadro I - Principais tópicos do Projeto de Lei nº 2338/2023

Categoria	Descrição	Inspiração Internacional
Objetivo Geral	Estabelecer fundamentos e princípios para o desenvolvimento e uso responsável da inteligência artificial no Brasil.	Canadá e EU
Âmbito de Aplicação	Aplica-se a sistemas de IA desenvolvidos ou utilizados no território nacional, tanto por entes públicos quanto privados.	UE (AI Act) e Canadá (AIDA)
Princípios Fundamentais	Respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos, proteção de dados, segurança e responsabilização e prestação de contas	UE (AI Act) e Canadá
Classificação por Risco	Introduz a ideia de uma classificação de sistemas de IA por grau de risco. Risco inaceitável: proibido; Alto risco: sujeito a regras específicas e maior supervisão; e Risco mínimo: regras mais flexíveis	UE (AI Act)
Autoridade Competente	Prevê a criação de um órgão regulador nacional específico para IA, com funções de fiscalização, orientação e aplicação de sanções.	EUA (NIST), UE (comitês reguladores)
Inovação e Sandbox Regulatório	Propõe a criação de ambientes de teste regulatórios (sandbox) para promover inovação segura e supervisionada.	Reino Unido e Singapura (modelos de sandbox)
Infrações e Penalidades	Estabelece sanções que variam conforme a gravidade da infração: advertências, multas, proibição de uso do sistema de IA, entre outras.	UE (AI Act)

4 Considerações Finais: A regulamentação da IA é essencial para garantir um desenvolvimento tecnológico responsável, equilibrando inovação com proteção de direitos. O Brasil precisa acelerar sua regulamentação, aprendendo com experiências internacionais, promovendo uma abordagem ética e inclusiva que envolva Estado, empresas e sociedade civil.

Palavras-chave: Regulação; Inteligência artificial; Governança; Proteção de direitos.

Referências

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.338, de 2023. Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no

Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233. Acesso em: 1 ago. 2025.

CANADÁ. **Bill C-27:** Digital Charter Implementation Act, 2022 – Artificial Intelligence and Data Act (AIDA). Ottawa: Parliament of Canada, 2022. Disponível em: https://www.parl.ca/DocumentViewer/en/44-1/bill/C-27/first-reading. Acesso em: 1 ago. 2025.

EUROPEAN UNION. Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council of 13 March 2024 on artificial intelligence and amending certain Union legislative acts (AI Act). **Official Journal of the European Union**, Brussels, 2024. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32024R1689. Aceso em: 1 Ago. 2025.

UNITED STATES. Executive Order 14110 – Safe, Secure, and Trustworthy Development and Use of Artificial Intelligence. **Federal Register**, v. 88, n. 210, p. 75191–75226, 1 nov. 2023. Disponível em: https://www.federalregister.gov/documents/2023/11/01/2023-24283/safe-secure-and-trustworthy-development-and-use-of-artificial-intelligence. Acesso em: 1 ago. 2025.

Sobre a auditabilidade, governança de dados e os novos paradigmas da pesquisa: blockchain, Inteligência Artificial e a construção de indicadores socioespaciais

Luã Gustavo das Neves Oliveira[1]

1 Introdução: Vivemos em uma era marcada pelo excesso de dados, onde a auditabilidade e a governança de dados tornam-se elementos centrais nos novos paradigmas da pesquisa, especialmente em um contexto marcado pela crescente complexidade e volumes das informações. O mundo contemporâneo, interconectado digitalmente, produz diariamente uma quantidade de informações sem precedentes, provenientes de sensores urbanos, redes sociais, sistemas financeiros, plataformas de serviços e registros institucionais. Esse volume massivo de dados, por um lado, representa uma oportunidade para repensar as formas de se produzir indicadores socioespaciais, ferramentas essenciais para compreender desigualdades, monitorar políticas públicas e planejar intervenções territoriais. Por outro lado, a abundância de dados traz consigo problemas de confiabilidade, transparência e governança da informação. No cenário contemporâneo, em que a ciência aberta, a interdisciplinaridade e o uso de tecnologias digitais são cada vez mais exigidos, a combinação entre auditabilidade e governança permite não apenas maior confiança nas conclusões obtidas, mas também favorece a reprodutibilidade e a cooperação entre pesquisadores consolidando uma prática científica mais robusta, justa e socialmente relevante. Nesse contexto, a tecnologia blockchain e as inteligências artificiais (IA) emergem como aliados estratégicos. Enquanto o blockchain oferece uma arquitetura descentralizada de registro com imutabilidade e auditabilidade, a IA apresenta recursos analíticos capazes de transformar dados brutos em indicadores consistentes e interpretáveis. Este ensaio reflete sobre o papel dessas tecnologias na construção de indicadores

[1] Estatístico, Especialista em Ciência de Dados e Big Data Analytics. E-mail: lu.dasneves@gmail.com

socioespaciais, explorando seus potenciais e limites diante da necessidade de produzir conhecimento qualificado em um mundo de dados em fluxo constante. Tomou-se por objetivo refletir de que maneira a tecnologia blockchain e a inteligência artificial podem auxiliar pesquisadores e gestores públicos na construção de indicadores socioespaciais confiáveis, transparentes e auditáveis, contribuindo para uma leitura crítica das desigualdades territoriais.

2 Metodologia: O trabalho adota uma abordagem teórico-reflexiva, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar que articula três eixos: 1. As propriedades técnicas do blockchain, com ênfase na imutabilidade e na auditabilidade dos dados (Tapscott; Tapscott, 2016; Nakamoto, 2008); 2. As capacidades analíticas da Inteligência Artificial na filtragem, interpretação e geração de indicadores (Russell; Norvig, 2021); 3. O papel dos indicadores socioespaciais na compreensão das desigualdades urbanas, à luz do pensamento crítico em geografia e justiça espacial (Bret, 2015; Harvey, 2008; Lefebvre, 2008, 2006). A metodologia consiste, portanto, em integrar fundamentos tecnológicos e teóricos para discutir possibilidades e limites do uso combinado dessas inovações.

3 Resultados e Discussão: O blockchain, originalmente difundido a partir das criptomoedas, tem se mostrado uma tecnologia promissora para além do setor financeiro. Sua principal força está em três dimensões:

- ✓ Imutabilidade dos registros: uma vez inserida, a informação não pode ser alterada ou apagada sem deixar rastros, garantindo a integridade histórica dos dados;
- ✓ Descentralização: o registro distribuído evita a concentração da informação em uma única entidade, reduzindo vulnerabilidades ligadas a manipulação e monopólio de acesso; e
- ✓ Auditabilidade: todos os registros podem ser rastreados e verificados, promovendo transparência e responsabilidade pública.

Aplicado à construção de indicadores socioespaciais, isso significa que dados sensíveis, como informações sobre habitação, saneamento, mobilidade urbana ou desigualdades territoriais podem ser armazenados em redes de confiança. A imutabilidade garante que estatísticas não sejam retroativamente manipuladas para fins políticos, enquanto a auditabilidade permite que gestores, pesquisadores e cidadãos acompanhem o processo de produção e validação das informações. Entretanto, dados confiáveis não são automaticamente dados inteligíveis. A realidade urbana e socioespacial é complexa: fluxos de migração, informalidade habitacional, segregação socioeconômica e impactos ambientais exigem análises multifacetadas. É nesse ponto que a Inteligência Artificial assume protagonismo. As IAs, munidas de técnicas de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, podem:

- ✓ Filtrar o ruído informacional em meio ao big data;
- ✓ Detectar padrões e correlações em bases volumosas e heterogêneas;
- ✓ Gerar indicadores compostos, combinando variáveis distintas em índices robustos de desigualdade, vulnerabilidade ou acessibilidade; e
- ✓ Produzir simulações preditivas, permitindo antecipar tendências socioespaciais.

Se o blockchain fornece a base de confiança dos registros, a IA assegura a tradução desses registros em conhecimento acionável, capaz de subsidiar políticas públicas, pesquisas acadêmicas e ações sociais. A combinação entre blockchain e IA pode redefinir a própria epistemologia da construção de indicadores. Tradicionalmente, indicadores são produzidos por órgãos estatais ou institutos de pesquisa, com processos centralizados de coleta, análise e publicação. A convergência tecnológica abre caminho para indicadores em rede, caracterizados por: Coleta descentralizada (dados provenientes de cidadãos, sensores, plataformas públicas e privadas); Validação transparente (registros auditáveis no blockchain, visíveis para toda a sociedade); Análise inteligente (IA

transformando dados em métricas relevantes, com capacidade adaptativa). Nesse modelo, a produção de indicadores socioespaciais ganha em credibilidade, rapidez e participação social, fortalecendo o vínculo entre conhecimento científico e ação democrática. Apesar do potencial, a integração blockchain-IA para indicadores socioespaciais levanta questões críticas:

- ✓ Governança dos dados: quem decide o que deve ser registrado na cadeia e sob quais critérios de legitimidade?;
- ✓ Algoritmos e viés: a IA pode reproduzir desigualdades se treinada em dados enviesados ou incompletos;
- ✓ Privacidade: como equilibrar auditabilidade e proteção de dados pessoais?; e
- ✓ Exclusão digital: populações mais vulneráveis podem não ter condições de participar da geração de dados, perpetuando lacunas nos indicadores.

Esses dilemas ressaltam a necessidade de abordagens críticas, que reconheçam a tecnologia como instrumento, mas mantenham a centralidade da ética, da justiça social e da equidade territorial na produção de indicadores. Espera-se, deste modo, para além dos dilemas apontados, que seja possível a articulação entre novos e antigos paradigmas, possibilitando a integração destas novas tecnologias no dia-a-dia da pesquisa, bem como na produção de novas, e mais robustas, ferramentas de avaliação da realidade.

4 Considerações Finais: Blockchain e Inteligência Artificial, quando integrados, oferecem condições inéditas para a construção de indicadores socioespaciais robustos, auditáveis e transparentes. Entretanto, seu potencial somente se realiza plenamente se acompanhado por uma perspectiva ética e crítica, capaz de garantir que tais ferramentas sirvam à justiça social e à equidade territorial. A convergência entre estas ferramentas tecnológicas inaugura um novo horizonte para a construção de indicadores socioespaciais de qualidade, capazes de lidar com o grande fluxo de dados do mundo contemporâneo. O blockchain, ao

garantir imutabilidade e auditabilidade, estabelece confiança; a IA, ao oferecer capacidade analítica avançada, transforma dados dispersos em conhecimento significativo. Contudo, mais do que uma promessa técnica, trata-se de um desafio político e epistemológico: assegurar que esses instrumentos sirvam à democratização da informação, à redução das desigualdades e à construção de cidades mais justas. O futuro dos indicadores socioespaciais dependerá não apenas da inovação tecnológica, mas da capacidade da sociedade em utilizá-la de forma ética, crítica e inclusiva.

Palavras-chave: Indicadores socioespaciais; Governança de dados; Blockchain; Inteligência artificial.

Referências

BRET. B. Notion à la une: justice spatiale. **Géoconfluences**, 2015. Disponível em: http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-laune/notion-a-la-une-justice-spatiale. Acesso em: 03 fev. 2024. (TRADUÇÃO NOSSA)

BRET. B. **Pour une géographie du juste:** Lire les territoires à la lumière de la philosophie morale de John Rawls. Paris: Ed. Presses universitaires de Paris Nanterre, 2015. (TRADUÇÃO NOSSA)

HARVEY, David. **A justica social e a cidade**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEFEBVRE. H. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin**: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2008.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Artificial Intelligence**: A Modern Approach. 4th ed. Pearson. 2021.

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain Revolution**: How the Technology Behind Bitcoin is Changing money, business and the World. New York: Penguin. 2016.

Uso de Inteligência Artificial (IA) por discentes de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Gabriela Rodrigues de Sá[1]
Marcelo Rocha de Sá[2]
Nádia Socorro Fialho Nascimento[3]

1 Introdução: O avanço tecnológico digital, especialmente das Inteligências Artificiais (IA's), tem provocado transformações significativas e gradativas em diferentes campos da vida social, particularmente na área da educação. No ensino superior, observa-se a inserção gradual dessas ferramentas no cotidiano acadêmico, seja como apoio às atividades pedagógicas, seja como instrumentos metodológicos para a produção de conhecimento. Como destacado em matéria do *site* do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), "o Professor na era da IA é confrontado com uma realidade em que o conhecimento se atualiza de forma acelerada, exigindo constante formação e adaptação". Todavia, como já destacado pelo próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC), mesmo considerando a importância do tema e o uso da I.A., esta não deve substituir o professor (Brasil, 2023, s/p). Apesar disso, o debate sobre o tema ainda se mostra escasso no Brasil e, em especial, no contexto local amazônico. Dessa forma, considerando que a área de Ciências Sociais tem como eixo a reflexão crítica sobre processos sociais e suas implicações, este estudo busca compreender de que modo o corpo discente do curso em questão está apropriando-se dessas novas tecnologias e se o uso dessas novas fontes de estudo está sendo coerente com princípios éticos, bem como identificar percepções, resistências e desafios que emergem nesse processo.

2 Metodologia: A pesquisa em curso tem caráter qualitativo, de natureza exploratória, com o uso da técnica de entrevista semiestruturada com discentes do Primeiro Semestre do Curso de Ciências Sociais da UFPA,

[1] IFCH, UFPA. E-mail: gabriela.sa@ifch.ufpa.br.
[2] ICEN, UFPA. E-mail: marcelo@jambu.com.br.
[3] ICSA, UFPA. E-mail: fialho@ufpa.br.

selecionados por amostragem intencional. As entrevistas buscam identificar tanto os usos operacionais das ferramentas de IA, quanto as percepções críticas sobre seus efeitos no processo de ensino-aprendizagem. Juntado a análise documental incidirá sobre “planos de ensino” de disciplinas ministradas no referido Curso que mencionem a utilização de IA.

3 Resultados e Discussões: A relevância do tema insere-se no debate contemporâneo sobre a incorporação da IA na educação superior. A universidade, como espaço de produção e difusão do conhecimento, não está isenta das transformações promovidas pela digitalização e automação. Nas Ciências Sociais, pensar a IA é também pensar sobre os impactos da técnica na vida social, sobre novas formas de poder e sobre as desigualdades que emergem no processo de produção científica, de maneira que o uso indevido e inconsequente dessa tecnologia pode provocar equívocos e distorções de concepção para aqueles/as que estão em processo de formação, com repercussões políticas e sociais incalculáveis. Nesse sentido, a pesquisa Global Education Monitor (2024) revela que há receios quanto a presença da tecnologia nas escolas: 28% acreditam que IA terá mais impacto negativo do que positivo na educação, e 30% chegam a apoiar a proibição, o que reforça a necessidade de ampliar o debate crítico e as práticas de apropriação ética e politicamente responsáveis desses recursos. Discutir a questão no âmbito da UFPA é fundamental, pois permite destacar formas singulares de apropriação dessa tecnologia que, no limite, são ameaçadoras à soberania nacional em âmbito digital, dada as particularidades regionais da Pan-Amazônia, onde desafios a serem superados em termos de infraestrutura tecnológica somam-se aos desafios de superação de desigualdades econômicas e sociais.

4 Considerações Finais: O uso de Inteligência Artificial no cotidiano discente universitário evidencia, tanto benefícios, como a otimização de

tarefas e ampliação de recursos didáticos, quanto riscos relacionados a problemas éticos, de perda de autonomia e de dependência tecnológica. Ao problematizar a realidade da UFPA pretende-se colaborar com o debate mais amplo sobre tecnologia e educação na Amazônia, reforçando a necessidade de abordagens críticas e situadas social e politicamente, que não desvinculem o uso da técnica de seus condicionamentos históricos, que são de natureza econômica, política e social.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial; Estudantes; Ciências Sociais; UFPA; Soberania.

Referências

BRASIL. **PL 2338/2023**. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWebfichadetramitacaoidProposicao=2487262. Acesso em: 25 de ago. De 2025.

ICL. PROFESSOR na era da IA: ameaça ou oportunidade. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/conhecimento/professor-na-era-da-ia/. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico:** Inteligência Artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

UNESCO. **GEM Report 2024/5**. Nova York. Disponível em https://www.unesco.org/reports/gem-report/en/2024. Acesso em: 25 ago. 2025.



ISBN: 978-85-61214-44-9